

MEMORIAL

MEMORIAL APRESENTADO PELO PROFESSOR
MARCOS WACHOWICZ COMO REQUISITO PARCIAL
PARA A OBTENÇÃO DA PROGRESSÃO FUNCIONAL
PARA PROFESSOR TITULAR DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
- UFPR -

CURITIBA

17 DE JULHO DE 2023

SUMÁRIO

Breve currículo Professor Doutor Marcos Wachowicz	4
---	---

PARTE I FORMAÇÃO ACADÊMICA

1 GRADUAÇÃO	7
2 MESTRADO	8
3 ESPECIALIZAÇÃO	8
4 DOUTORADO	9

PARTE II ATUAÇÃO NA DOCÊNCIA

1 ENSINO	11
1.1 Graduação	12
1.2 Pós-Graduação na UFPR.....	13
1.2.1 Pós-graduação lato sensu e stricto sensu com apoio do PPGD/UFPR.....	13
1.2.2 Pós-graduação lato sensu e stricto sensu em outras instituições de ensino.....	14
2 PESQUISA	15
2.1 GRUPO DE ESTUDOS DE DIREITO AUTORAL E INDUSTRIAL – GEDAI	16
2.1.1 Produção científica e orientação acadêmica:.....	18
2.1.2 Divulgação das pesquisas e dos trabalhos:.....	18
3 EXTENSÃO	19
3.1 Curso de Transformação Digital e Estratégia de Regulamentação da INTERNET	19
3.2 Projeto de Extensão Economia Criativa novos Modelos de Gestão Digital.....	20
3.3 Projeto de Extensão Inovação e Direito: Propriedade Intelectual e Tecnologia	21

3.4 Centro de apoio ao pequeno empreendedor da Faculdade de Direito da UFPR.....	22
3.5 Oficina de Direitos Autorais e Recursos Educacionais Abertos (REA).....	23
3.6 Boletim de Direito Autoral e Industrial do GEDAI/UFPR.....	23
3.7 Eventos de Extensão: Congressos, Seminários e Ciclos de Conferências	24
4 ATIVIDADES ACADÊMICAS E DOCENTES	27
4.1 Bancas Examinadoras e Comissões julgadoras de dissertações, teses e monografias	27
4.2 Membro de bancas e comissões na UFPR	31
5 ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E DE REPRESENTAÇÃO UNIVERSITÁRIA.....	33

PARTE III

ATUAÇÕES EXTERNAS AO MAGISTÉRIO

1 MEMBRO DE CONSELHOS EDITORIAIS	35
2 Editor da Revista Rede de Direito Digital, Intelectual e Sociedade (RRDDIS).....	37
3 Membro fundador da Rede Ibero-Americana de Propriedade Intelectual (RIAPI)	38
4 Membro fundador do Instituto Observatório do Direito Autoral (IODA)	39

PARTE IV

PRODUÇÃO CIENTÍFICA

1 ARTIGOS COMPLETOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS	41
2 Livros Publicados/organizados.....	44
3 Capítulos de livros publicados	48
4 Indicadores da produção acadêmica.....	56
Produção Bibliográfica	56
Produção Técnica	56
Orientações Concluídas	57
Todas as Produções.....	57
ANEXO I – CURRÍCULO LATTES (Documento Completo)	58

Breve currículo

Professor Doutor Marcos Wachowicz

Professor de Direito do Curso de Graduação da Universidade Federal do Paraná UFPR e docente do Programa de Pós-Graduação PPGD/UFPR. Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná UFPR. Mestre em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa/Portugal.

Professor da Cátedra de Propriedade Intelectual no *Instituto for Information Telecommunication and Midia Law ITM da Universidade de Münster Alemanha* (2019).

Docente do Curso de Políticas Públicas e Propriedade Intelectual do Programa de Mestrado em Propriedade Intelectual na modalidade a distância na Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais FLACSO/ARGENTINA (2018- atual).

Professor Visitante da Universidade de Valência Espanha (2014-2015).

Atual coordenador líder do Grupo de Estudos de Direito Autoral GEDAI/UFPR, vinculado ao CNPq. Coordenador da Rede Ibero Americana de Propriedade Intelectual RIADI.

Pesquisador de Produtividade da Fundação Araucária (2014-15).

Consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO em Direito da Propriedade Intelectual (2021-22)

Consultor da WIPO *Copyright Law Division World Intellectual Property Organization* em Gestão Coletiva de Direitos Autorais do Audiovisual (2019-20).

Consultor em Direito Autoral Projeto *Max-Planck-Institute - Smart IP for Latin America* (2018-atual)

Pesquisador integrado do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP) do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas ISCSP da Universidade Técnica de Lisboa/Portugal.

Membro da Associação Portuguesa de Direito Intelectual - APDI.

Membro da Comissão do Direito do Autor do Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual IBPI.

Membro do conselho editorial do GRUR INTERNATIONAL *Journal of European na Intenational IP Law* vinculado ao Instituto Max Planck de Munique Alemanha.

PARTE I
FORMAÇÃO ACADÊMICA

Eu sou um servidor público e atualmente ocupo o cargo de Professor Associado D, em regime de dedicação exclusiva, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Minha atuação principal é na área de Direito da Propriedade Intelectual, com ênfase em Direitos Autorais, Direito da Tecnologia da Informação e de Software.

Além disso, já atuei como membro de comitês assessores de extensão e inovação da universidade, e também participei de bancas de seleção para programas de iniciação à docência em Direito Empresarial e Propriedade Intelectual e Internet.

Fui designado como representante suplente do Setor de Ciências Jurídicas junto ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - CEPE, por 02 (dois) anos, a partir de 28 de novembro de 2014.

Na Universidade Federal do Paraná – UFPR, fui eleito e nomeado para exercer a função de Chefe do Departamento de Direito Privado, do Setor de Ciências Jurídicas, pelo período de 02 (dois) anos em 2020, tendo sido reeleito para mais um mandato em 2022.

Em relação à minha formação acadêmica, possuo graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, mestrado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa/ Portugal e doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Também realizei pós-doutorado como Professor da Cátedra de Propriedade Intelectual *no Instituto for Information Telecommunication and Midia Law ITM* da Universidade de Münster Alemanha.

Fui professor convidado na Universidade de Valência Espanha, na área de Direito Internacional Privado, na Universidade Técnica de Lisboa na área de Direito Internacional e na Faculdade de Ciências Sociais – FLACSO Argentina na disciplina de Direitos da Propriedade Intelectual.

Possuo uma ampla atuação profissional como docente e pesquisador em diversas instituições de ensino superior, públicas e privadas, no país e no exterior, com destaque para minha atuação na área de Direito da Propriedade Intelectual, além de ter participado de diversas atividades de extensão e inovação em diversos centros de pesquisas.

Minha atuação como docente na Universidade Federal do Paraná – UFPR, sempre esteve ligada às questões do Direito e novas Tecnologias da Informação.

A propósito da minha dedicação à docência esta, sempre foi uma característica da minha atuação docente: sempre ministrei uma carga horária maior na graduação comparativamente a outros professores e não a reduzi na medida que avançavam os anos, conforme é costume, nem mesmo quando exerci cargos administrativos.

Isto porque, entendo muito relevante para a docência o contato com alunos da graduação para contribuir na sua formação.

Tenho a firme convicção de que é na graduação onde encontram-se os maiores desafios para os professores dos Cursos de Direito, especialmente se tratando de disciplinas que envolvam novas tecnologias.

O fazer em sala de aula do professor tem sido um grande desafio, com as novas tecnologias, com novas formas de acesso ao conhecimento, busquei em todos os anos de minha docência contribuir para o processo ensino-aprendizagem seja mais dialogado e participativo, transcendendo as tradicionais aulas conferências.

1 GRADUAÇÃO

Na minha família, na geração mais antiga correspondente aos meus avós paterno e materno eram todos ligados a ensino, meu avô Romão Wachowicz era professor e historiador e por parte de mãe, meu avô Aldo Krieger era maestro e professor de música. A carreira docente foi influenciada por minha mãe Carmen Krieger que foi durante 30 anos professora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e meu tio Ruy Christovam Wachowicz que foi professor de história na Universidade Federal do Paraná.

Na geração mais atual, na minha família todas as minhas irmãs se dedicaram a docência, nas mais diversas áreas, engenharia, fisioterapia, Psicologia e dança, em instituições de ensino superior públicas e privadas.

Em dezembro de 1977 realizei meu concurso vestibular para o Curso de Direito na então Universidade Católica do Paraná, iniciando a minha trajetória acadêmica.

Durante a realização do Curso, trabalhei sempre em escritórios de advocacia durante o dia e frequentava assiduamente as aulas no período noturno. Tive a oportunidade de estudar e apreender com excelentes professores, que muito contribuíram para minha formação pessoal e profissional: são os professores Monsenhor Ivo Zanlorenzi, Desembargador Oto Luiz Sponholz, Ministro Luiz Edson Fachin, Desembargador Telmo Cherem, professor Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, professor Alvacir Alfredo Nicz e o professor Aloísio Surgik.

Após a conclusão de minha graduação procurei aprimorar a minha carreira acadêmica.

2 MESTRADO

Iniciei o Curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Clássica de Lisboa - Portugal, sob a orientação do notório constitucionalista, Professor Jorge Miranda. Professor experiente, aberto ao diálogo, cujas ideias vanguardistas e renovadoras do Direito Constitucional que romperam definitivamente com alguns resquícios conservadores e tecnicistas que eu trazia do curso de graduação.

A minha formação como pesquisador na área do direito da propriedade intelectual devo ao professor José de Oliveira Ascensão, ao qual rendo todas as minhas homenagens enquanto ser humano exemplar, pesquisador e jurista que forjaram meu pensamento crítico e toda a minha trajetória como acadêmico. Devo-lhe muito.

Outros grandes professores tive a oportunidade participar de seus ensinamentos entre os quais destaco, professor António de Sousa Franco e Marcelo Rebelo de Souza atual Presidente de Portugal.

O período de quase dois anos em que convivi intensamente com o ambiente acadêmico e de pesquisa, foram decisivos para minha formação intelectual. Voltei meus estudos na época para o Direito Constitucional, mais precisamente sobre a legitimidade do Poder Constituinte na evolução histórica das Constituições brasileiras.

Após a defesa de minha dissertação em Lisboa, regresso ao Brasil onde inicio a minha carreira profissional como advogado e professor.

3 ESPECIALIZAÇÃO

Desejando ingressar na carreira do Magistério Superior e sentindo a necessidade de aprimorar as técnicas da pesquisa acadêmica e da didática em sala de aula, me inscrevi, no início no ano de 1991, no Curso de Especialização em Didática do Ensino Superior na Pontifícia Universidade Católica do Paraná e foi exigida a realização de monografia, a qual trabalhei o tema do fazer em sala de aula no ensino jurídico no período noturno.

4 DOUTORADO

A minha primeira ideia de tese foi trabalhar as novas reflexões sobre a problemática da proteção jurídica do software em face da Revolução da Tecnologia da Informação, a temática houve por ser desenvolvida por minha prática como profissional da advocacia e principalmente pela minha experiência enquanto docente do Curso de Sistema de Informação da atual Universidade Positivo.

Na época, passei a dedicar ao estudo do Direito e Tecnologia trabalhando uma abordagem interdisciplinar, enfocando os aspectos jurídicos, sociológicos, econômicos e tecnológicos deste fenômeno que com o advento da INTERNET e da Sociedade Informacional demandava uma atenção inédita no campo do direito.

Assim é que foi construída a hipótese central da tese sobre a tutela jurídica do software pelo Direito Intelectual, que deve estimular a difusão da Tecnologia da Informação e propiciar o surgimento de inovações tecnológicas inerentes à Sociedade Informacional.

Aqui gostaria de enfatizar a orientação segura e experiente da minha professora orientadora Marcia Carla Pereira Ribeiro, que soube apoiar e incentivar a elaboração da pesquisa, além de leitora atenta aos detalhes da pesquisa sempre pontou questões e reflexões importantes para o desenvolvimento da tese.

Agradeço a professora Dra. Márcia Carla Pereira Ribeiro, pela orientação, pelo exemplo de conteúdo acadêmico e profissionalismo, bem como pela liberdade e confiança depositadas.

PARTE II
ATUAÇÃO NA DOCÊNCIA

Assim como a minha família sempre esteve vinculada ao Magistério Superior. A minha vocação pelo ensino e pela formação universitária sempre esteve dentro de casa, vendo minha mãe comprometida com as atividades de docência na PUC-PR, seja nas pesquisas desenvolvidas pelo meu tio Ruy C. Wachowicz na UFPR no campo da história do Estado do Paraná e da própria história da Universidade Federal do Paraná, em seu livro *Universidade do Mate: história da UFPR*. Neste trabalho faz um meticoloso estudo sobre o panorama político e os fatores econômicos que levaram à criação da Universidade Federal do Paraná, a mais antiga do Brasil.

Lembro da conversa que tive com meu tio no início de 2000, poucos meses antes do seu falecimento prematuro, na qual falei sobre minha intenção de dedicar exclusivamente a carreira acadêmica. Foi quando ele me respondeu, que ao trocar a banca de advocacia pelos bancos da academia, por certo não seria para fazer riqueza, mas com certeza me seria mais gratificante.

Agora 23 anos após esta conversa, minha gratidão imensa aos conselhos, amizade e integridade que sempre tive como exemplo na figura, tão próxima e querida de meu tio Ruy.

1 ENSINO

Certamente a atividade de ensino superior é para mim extremamente gratificante, nestas décadas em que me dedico inteiramente à docência muitas foram as experiências recompensadoras.

O impacto positivo na vida dos estudantes é uma oportunidade de fazer uma diferença significativa na vida dos estudantes.

O compartilhar de conhecimento, de orientar e de inspirar os alunos para ajudá-los a expandir suas habilidades, desenvolver seu potencial e alcançar seus objetivos acadêmicos e profissionais.

Durante o transcorrer dos anos pude ver o progresso e o crescimento dos estudantes ao longo do tempo, o que para mim é uma fonte de grande satisfação pessoal.

A atividade de ensino superior na Universidade Pública me permitiu um envolvimento total em pesquisas e, sem dúvida, contribuíram para o avanço do conhecimento nas áreas de específica do Direito da Propriedade Intelectual.

Como professor convivo na UFPR num ambiente rico em aprendizado e desenvolvimento profissional, tendo a oportunidade de me manter atualizado com as últimas pesquisas, metodologias de ensino e tendências em suas áreas.

Por tudo isso é que gosto imensamente de ensinar na Graduação no fazer em sala de aula. Os debates com os jovens, com a sua visão do mundo, bem como, com as suas ilusões e esperanças são motivadoras.

A troca de ideias, a diversidade de pensamentos e a reflexão crítica torna a ação de ensinar uma atividade extremamente enriquecedora e estimulante.

1.1 Graduação

As aulas por mim ministradas na graduação de direito foram nas últimas duas décadas dedicadas em duas Universidade Públicas, na Universidade Federal do Santa Catarina – UFSC e na Universidade Federal do Paraná.

Durante minha trajetória na Graduação em Direito da UFSC e depois na UFPR, tenho lecionado regularmente as disciplinas obrigatórias de Direito Comercial e Direito Internacional Privado.

Desde o ano de 2.013, tenho ministrado disciplinas optativas, denominadas disciplinas tópicas, introduzidas pela Reforma Curricular, levada a efeito no Curso de Direito. Tenho ministrado as seguintes disciplinas tópicas: Direitos Empresarial C, Direito Digital, e Propriedade Intelectual e Internet.

1.2 Pós-Graduação na UFPR

Pertencço ao corpo permanente de docentes do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade Federal do Paraná, vinculando-me à área de concentração em “Direito das Relações Sociais” e à linha de pesquisa “Novos Paradigmas do Direito”.

No Curso de Mestrado, ministro regularmente a disciplina eletiva: Direitos Intelectuais, Economia Criativa, Direitos Autorais e Novas Tecnologias.

No Curso de Doutorado, ministro regularmente a disciplina eletiva: Direito da Sociedade da Informação

Registro aqui meu orgulho de pertencer ao quadro de professores permanentes do Programa de Pós-Graduação em Direito, da UFPR, o qual está avaliado entre os melhores Programas de Pós-Graduação do País, contemplado com a nota 6 pela CAPES, minha atuação enquanto pesquisador e docente busca manter uma atualização em relação à impressionante produção que se observa na área do Direito da Propriedade Intelectual e novas Tecnologias na Sociedade Informacional.

Integro também na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPR, o corpo docente das disciplinas Transversais desde 2019, ministrando anualmente a Disciplina: Ética em Pesquisa Científica, o módulo sobre: (i) Direitos Autorais, patentes, direitos de imagem e voz; (ii) Plágio e plágio acadêmico, e: (iii) Regulamentação, normatividade e casos concretos sobre Propriedade Intelectual. A realização do curso é online, disponibilizada a gravação e material didático pelos sites da universidade e pelo GEDAI no link: <https://www.gedai.com.br/11351-2/>

1.2.1 Pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* com apoio do PPGD/UFPR

Além do ensino em programas de mestrado e doutorado (*stricto sensu*), minha atuação na docência estende-se, também, às pós-graduações *lato sensu*, primordialmente em Cursos de Especialização que envolvam o Direito da Propriedade Intelectual, no Brasil e no exterior.

Sempre busquei estabelecer um intercambio acadêmico profícuo com o nosso PPGD/UFPR com outros centros de pesquisas de excelência do país e do estrangeiro.

Aqui destaco apenas as que realizei estágios de pesquisa na qualidade de professor convidado, a saber:

- Universidade de Valência – Espanha
- Instituto *for Information Telecommunication and Midia Law* – ITM da Universidade Münster – Alemanha
- Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais – Argentina
- Universidade de Buenos Aires – Argentina
- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – ISCSP da Universidade Técnica de Lisboa – Portugal
- Associação Portuguesa de Direito Intelectual da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal.

1.2.2 Pós-graduação lato sensu e stricto sensu em outras instituições de ensino

Fui Professor visitante em diversos Cursos de Especialização em Direito lato e stricto sensu, em instituições de ensino públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, durante meu exercício acadêmico. Menciono, a seguir, minhas principais atividades docentes em instituições estrangeiras à Universidade Federal do Paraná:

Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais – FLACSO – Argentina, na qual como professor visitante ministrei aulas no Programa de Mestrado em Propriedade Intelectual na modalidade presencial e também a distância

Universidade Nacional de La Plata – UNLP – Argentina, na qual como professor visitante ministrei a Disciplina de Novas Tecnologias, regulação, experiências e perspectivas.

Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, na qual ministrei a disciplina de Direitos Autorais no Curso de Pós-Graduação de Desenvolvimento Editorial com ênfase em materiais didáticos.

Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC no Rio Grande do Sul, na qual ministrei aulas na especialização em Gestão de Marcas.

Escola Superior de Advocacia da ESASP em São Paulo capital, como docente da Pós-Graduação na disciplina de Direito da Informática e Direito Autoral.

Fundação Getúlio Vargas em São Paulo capital, como docente da Pós-Graduação da disciplina de Propriedade Intelectual do Software.

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – FDUL em convênio com a Associação Portuguesa de Direito Intelectual – APDI, ministrei durante muitos anos na modalidade presencial e a distância, nos cursos regulares de Direitos Intelectuais, disciplinas relativas ao Direito Autoral e ao Direito Industrial.

2 PESQUISA

Nessas décadas que me dediquei a docência, tenho a firme convicção de que as faculdades não podem ser resumidas a meras escolas onde são ensinadas a legislação.

O conhecimento científico nas universidades são fruto de um tripé, constituído pelo ensino, a pesquisa e pela extensão.

A pesquisa jurídica desenvolvida nas Universidades Públicas se constitui numa marca indelével em nossa Universidade Federal do Paraná – UFPR. O Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/UFPR) ao se propor captar no direito em movimento os saberes transformadores da sociedade e dar-lhes explicitação, crítica e construtiva, na seara jurídica. Fez com que eu, enquanto integrante do quadro permanente de docente, pudesse realizar e aprofundar pesquisas, na transição do clássico para o contemporâneo, dentro de uma visão interdisciplinar.

Foi assim possível a formação de um grupo de pesquisa do qual sou o coordenador/lider, denominado Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI/UFPR que está atualmente vinculado ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

2.1 GRUPO DE ESTUDOS DE DIREITO AUTORAL E INDUSTRIAL – GEDAI

O GEDAI/UFPR tem como seu principal objetivo estudar o desenvolvimento dos Direitos de Propriedade Intelectual na Sociedade da Informação, através da comparação do sistema internacional de direitos autorais e industriais, da análise dos processos de concretização dos direitos e diversidades culturais e da reflexão sobre a regulamentação dos direitos intelectuais frente aos desafios da Sociedade da Informação.

Para atingir essa finalidade observa-se três objetivos específicos: (i) compreensão dos efeitos do direito fundamental à cultura e diversidade cultural na sociedade contemporânea, analisando os limites dos direitos autorais na tutela dos bens imateriais; (ii) avaliação das consequências da revolução tecnológica em andamento e do advento da cultura digital sobre a regulamentação dos direitos intelectuais; e (iii) identificação do conteúdo da proteção jurídica e o alcance da circulação da produção cultural desenvolvida nas instituições públicas.

Ainda, visando intensificar o intercambio da pesquisa no Brasil, o GEDAI/UFPR envolve-se em projetos com outras equipes acadêmicas de diversas instituições de ensino superior e de pesquisas brasileiras. Como exemplo:

- PROCAD – Sociedade da Informação; Democracia; Desenvolvimento e Inclusão Tecnológica;
- PROCULTURA – Direitos Culturais e o Desafio da Regulamentação dos Direitos;
- Projeto CNPq – Em busca de um marco legal para a economia criativa: Reflexo da sociedade da informação no trabalho criativo da propriedade intelectual.

O Grupo é composto por pesquisadores, mestres e doutores, que dedicam seus estudos nas diversas áreas da Propriedade Intelectual, nas seguintes linhas de pesquisa:

- Propriedade Intelectual, Inovação e Conhecimento: analisar a tutela jurídica dos novos bens intelectuais advindos da nova Tecnologia da Informação com vistas ao desenvolvimento socioeconômico que promova inovação, inclusão tecnológica e difusão do conhecimento.
- Direito Autoral, Direitos Fundamentais e Diversidade Cultural: compreender os efeitos do direito fundamental à cultura sobre os limites do Direito Autoral; a proteção e circulação da produção cultural desenvolvida nas instituições públicas; os papéis

da cidadania cultural no processo de inclusão social; a função do Estado em matéria cultural, as políticas públicas de cultura e a regulamentação jurídica dos direitos culturais.

- Economia Criativa: Propriedade Intelectual e Desenvolvimento – estudar o Direito Autoral enquanto instrumento jurídico capaz de servir como marco regulatório para a formulação de políticas públicas a fim de fortalecer as indústrias criativas dinâmicas, com vista a uma Economia Criativa sustentável para o país.
- Regime Internacional de Propriedade Intelectual: Tratados e Organizações Internacionais (OMC, OMPI e UNESCO) – avaliar o Sistema Internacional de Tutela da Propriedade Intelectual face a revolução tecnológica da informação, das novas formas de comunicação, de expressão, de produção de bens intelectuais e como as novas redes sociais na Internet possibilitam a socialização do conhecimento.
- Sociedade da Informação: Democracia e Inclusão Tecnológica – analisar as novas formas de criação de bens intelectuais em ambientes digitais (obras colaborativas), as obras produzidas por meio de Inteligência Artificial, de transformação criativa (samplers), de distribuição/compartilhamento advindas das redes sociais (P2P), e a socialização do conhecimento enquanto paradigma da cultura digital sobre a regulamentação dos direitos autorais.
- Direitos das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's): estudar Sociedade Informacional e suas tecnologias de comunicação (Internet) seus bancos de dados (Big Data) analisando conflitos inerentes ao Direito de Privacidade e a Proteção de Dados Pessoais, identificar o conteúdo da proteção jurídica e o alcance da circulação da produção cultural desenvolvida nas instituições públicas e do regime de concorrência aplicado às novas mídias na Internet.
- Propriedade Intelectual e Direito Concorrencial – compreender a interface do direito concorrencial e da propriedade intelectual nos novos modelos de negócios na Sociedade da Informação com foco no desenvolvimento dos setores produtivos da Economia Criativa.

Os resultados esperados pelo trabalho dos pesquisadores do GEDAI podem ser relacionados nos seguintes aspectos:

2.1.1 Produção científica e orientação acadêmica:

- Pesquisa científica desenvolvida por meio de artigos, monografias, dissertações e teses buscam o enfrentamento dos desafios para direitos intelectuais diante do novo ambiente tecnológico advindo pela Revolução da Tecnologia da Informação.
- A orientação acadêmica está de conformidade com as diretrizes do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).
- A orientação acadêmica no que tange ao Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR se desenvolve através do estímulo a pesquisa na área do Direito da Propriedade Intelectual, seja na proposta de projetos de iniciação científica, no estímulo de pesquisas monográficas ou na docência das disciplinas de propriedade intelectual em cursos regulares ou de capacitação interna dos servidores da UFPR.

2.1.2 Divulgação das pesquisas e dos trabalhos:

A divulgação da pesquisa se realiza através da publicação de contribuições dos integrantes do GEDAI em revistas especializadas e na elaboração de obras coletivas organizadas com tal finalidade. Dá-se também por meio do da plataforma digital: <http://www.gedai.com.br>

Elaboram-se boletins informativos em formato digitais enviados para a comunidade científica e para as listas de discussões de especialistas nacionais e estrangeiras. O boletim é um veículo de informação, que aborda mudanças legislativas, tendências jurisprudenciais e atualizações bibliográficas recentes na área do direito intelectual.

Promove-se eventos, tais como, workshops, seminários, simpósios e congressos organizados sempre para a promoção e ampliação das discussões temáticas ligadas à linha de pesquisa do GEDAI. Exemplo disso é a realização anual o Congresso de Direito de Autor e Interesse Público.

3 EXTENSÃO

A Extensão é a forma de articulação entre universidade e sociedade por meio de diversas ações. Como o próprio nome já diz, é estender a universidade para além dos seus muros, interagindo com a comunidade, visando à troca de saberes.

Sem dúvida é a essência da existência da Universidade, ou seja a universalidade do conhecimento. Para mim a Extensão Universitária é uma atividade primordial para ampliar o alcance do conhecimento produzido pela e dentro da Universidade. Por essa razão é que realizei as atividades científicas de pesquisa e orientação, dentre as quais destaco:

3.1 Curso de Transformação Digital e Estratégia de Regulamentação da INTERNET

O curso foi programado em 2017 e foi realizado em 12 encontros semanais na Faculdade de Direito da UFPR, foram abordados os seguintes temas: 1. Infraestrutura e acesso. Neste encontro se analisou o disposto no Marco Civil da Internet - MCI no que tange a formulação de políticas públicas de acesso com vistas a ampliar o acesso da população à Internet e às tecnologias digitais, com qualidade de serviço e economicidade. 2. Pesquisa, desenvolvimento e inovação - Neste encontro se analisou a legislação atual com vistas a formular ações para estimular o desenvolvimento de novas tecnologias com a ampliação da produção científica e tecnológica, buscando a solução de grandes desafios nacionais. 3. Confiança no ambiente digital - Neste encontro se analisou o disposto no MCI no que tange a transformar a Internet em um ambiente seguro, confiável, propício aos serviços e ao consumo, com respeito aos direitos dos cidadãos. 4. Educação e capacitação - Neste encontro se analisou o disposto no MCI no que tange formar a sociedade para o mundo digital, com novos conhecimentos e tecnologias avançadas, e prepará-la para o trabalho do futuro. 5. Dimensão internacional - Neste encontro se analisou o disposto no MCI numa perspectiva de atuar internacionalmente buscando a promoção dos princípios de ampliação do acesso adotados no Brasil: desenvolvimento da infraestrutura, acesso, qualidade, menor preço e garantia de direitos. 6. Economia baseada em dados - Neste encontro se analisou o disposto no MCI no que tange a desenvolver uma economia brasileira crescentemente digitalizada, dinâmica, produtiva e competitiva, acompanhando a fronteira econômica mundial. 7. Mundo de dispositivos conectados -

Neste encontro se analisou o disposto no MCI no que tange a acelerar a digitalização de setores produtivos estratégicos e da mão de obra necessária para atuar nestes setores. 8. Novos modelos de negócio - Neste encontro se analisou o disposto no MCI no que tange a reconhecer e estimular o papel inovador das plataformas digitais, do comércio eletrônico, das plataformas de economia criativa, e outras formas de empreendedorismo digital. 9. Cidadania e governo digital - Neste encontro se analisou o disposto no MCI no que tange a tornar o governo mais dinâmico, mais próximo da população, e mais eficiente para resolver problemas e facilitar a vida do cidadão. 10. Transformação Digital - Neste encontro se analisou a legislação de propriedade intelectual atual frente as novas formas de criação e reprodução no ambiente digital. 11. Internet das Coisas - Neste encontro se analisou a legislação atual face os novos modelos de negócios que estão sendo estruturados na Internet das coisas 12. Soluções em *Blockchain e Bitcoin* - Neste encontro se analisou a legislação atual face as transações eletrônicas operacionalizada através dos chamados *smart contract* e realizadas com a tecnologia *Blockchain e Bitcoin*.

3.2 Projeto de Extensão Economia Criativa novos Modelos de Gestão Digital.

A revolução tecnológica vem ocorrendo em diversas partes do mundo propiciando a criação de uma nova Cultura Digital, na qual ganha relevo a tutela jurídica dos bens culturais. Há uma ampla produção intelectual, especialmente na Fundação Cultural de Curitiba -FCC, que se mantém presa em antiquadas fôrmas de direitos autorais. A FCC e o GEDAI (Grupo de Estudos em Direitos Autorais e Industriais) buscaram com esse projeto democratizar o acesso ao conhecimento, ampliando o acesso da população aos materiais produzidos na no contexto da sociedade paranaense e academia.

Assim sendo, os participantes do projeto cuidaram da ampliação da disponibilização e acesso do acervo cultural da FCC de publicações próprias, e na conscientização da de políticas públicas voltadas a fomentar modelos de Economia Criativa, com vistas a se disponibilizar abertamente o conhecimento aqui produzido no Estado do Paraná. Resultados Esperados O Projeto alcançou os seguintes resultados: a) Consolidação de linhas de pesquisa na área temática Marcos Legais para a Economia Criativa brasileira; b) Capacitação de profissionais de nível superior para o exercício de carreiras jurídicas relacionadas à área da economia criativa; c)

Construção de sólidos paradigmas conceituais para a realização de futuros estudos críticos sobre o tema do projeto, e ser utilizada, sobretudo, por tomadores de decisões e formuladores de políticas públicas nos níveis local, nacional e internacional. d) Sugestões legislativas para atualização, complementação ou reformulação da legislação cultural brasileira abrangida pelos setores criativos que sejam objeto de investigação do projeto. e) Publicação de uma obra fruto dos estudos e pesquisas realizadas sobre a temática central do presente projeto com a participação de todos os pesquisadores, bem como o encaminhamento dos artigos científicos produzidos, em conjunto ou individualmente, ao longo da vigência deste, para o CNPq com vistas à possível publicação e sua divulgação por meio do Observatório Brasileiro de Economia Criativa (OBEC) e dos Observatórios Estaduais de Economia Criativa, que comporão a Rede de Informação e Monitoramento sobre Economia Criativa Brasileira. f) Ampla divulgação dos resultados da pesquisa através de publicações científicas, a saber seminário aberto ao público, com posterior publicação de anais. A pesquisa terá uma abordagem interdisciplinar por ser a economia criativa um tema transversal. As linhas de pesquisa da dogmática se realizarão a partir da conjugação de três elementos centrais: (i) a análise econômica do direito; (ii) análise do sistema internacional de tutela da propriedade intelectual; e, (iii) análise dos instrumentos históricos e hermenêuticos da legislação autoral brasileira.

3.3 Projeto de Extensão Inovação e Direito: Propriedade Intelectual e Tecnologia

Este projeto está em execução, trabalhando questões da Sociedade Informacional, que vive em constante revolução tecnológica. Todos os dias recebemos notícias de novas tecnologias sendo descobertas, criadas e aprimoradas. Com a rapidez com que se muda o sistema, o Direito deve pensar em como tutelá-lo. Não se pode deixar de lado aquele que colabora com esta revolução, de forma que se deve preservar a sua participação. Tendo em vista esse panorama, os participantes do projeto irão cuidar dos contratos referentes à transferência de tecnologia, assegurando a efetividade desta tutela e abrindo discussão para um importante tema ainda pouco estudado dentro da Universidade. OBJETIVO GERAL Projeto de extensão cuja temática central tem como objeto a aproximação prática dos acadêmicos com os estudos de Propriedade Intelectual e tecnologia, auxiliando na realização de contratos de transferência de tecnologia junto à Agência de Inovação da Universidade Federal do Paraná, com auxílio

à população que necessita deste tipo de assessoria. OBJETIVO ESPECÍFICO Os acadêmicos irão aprofundar o conhecimento na área de Propriedade Intelectual, com enfoque em tecnologia. Uma vez na semana, irão à Agência de Inovação da UFPR, onde colaborarão nos processos de transferência de tecnologia, prestando auxílio à população. METODOLOGIA Em um primeiro momento, os acadêmicos serão instruídos em relação à importância deste tema, bem como na forma de realizar de forma efetiva e adequada os referidos contratos. Após, realizarão as atividades junto à Agência de Inovação da UFPR, na qual prestarão auxílio à população que necessita de assessoria para validar os contratos de transferência de tecnologia. O público alvo é a comunidade acadêmica da UFPR e todas as empresas de tecnologia eventualmente envolvidos em projetos de parcerias com ênfase na transferência de tecnologia, na inovação tecnológica e novos processos/produtos tutelados pela propriedade intelectual.

3.4 Centro de apoio ao pequeno empreendedor da Faculdade de Direito da UFPR.

Tive a oportunidade de atuar como vice-coordenador no Projeto de Extensão Universitária Centro de apoio ao pequeno empreendedor, sob a coordenação da professora Márcia Carla Pereira Ribeiro. Objetivando fornecer orientações em matéria relacionadas às formas de organização empresarial e suas maiores potencialidade de litígio, por meio da criação de um Núcleo de Apoio ao Pequeno Empreendedor, possibilitando ao público alvo de micro e pequenos empreendedores maior compreensão das categorias jurídicas que circundam suas iniciativas econômicas.

3.5 Oficina de Direitos Autorais e Recursos Educacionais Abertos (REA).

Este projeto foi realizado com o objetivo de aperfeiçoamento dos profissionais que atuam com a produção de Recursos Educacionais Abertos - REA, dando-lhes uma visão ampla dos Direitos Autorais envolvidos no processo de elaboração e desenvolvimento dos conteúdos, fornecendo as bases teóricas e práticas para atuação no mercado. A construção de forma colaborativa do conhecimento com a utilização de Recursos Educacionais em Ambientes Digitais, isto nas modalidades presencial e à distância (EaD), torna imprescindível um repensar amplo do Direito Autoral e das formas tradicionais de licenciamento.

Foram realizadas diversas oficinas com conteúdo voltado a proporcionar o aprendizado prático, através da aplicação do conhecimento teórico adquirido durante as exposições. Durante a oficina serão disponibilizados aos participantes, individualmente, cópias integrais do material, possibilitando a análise prática dos casos abordados.

3.6 Boletim de Direito Autoral e Industrial do GEDAI/UFPR

O Boletim Informativo do Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial foi criado para divulgar as pesquisas realizadas na área do Direito da Propriedade Intelectual. Possui número de ISSN: 2177-7497 Os boletins informativos do GEDAI/UFPR em formato digital são enviados para a comunidade científica e para as listas de discussões de especialistas nacionais e estrangeiros.

O Boletim do GEDAI/UFPR é um veículo de informação que aborda mudanças legislativas, tendências jurisprudenciais e atualizações bibliográficas recentes na área do direito intelectual.

A sua publicação é em meio digital, sendo disponibilizada no site: www.gedai.com.br

3.7 Eventos de Extensão: Congressos, Seminários e Ciclos de Conferências

A realização de eventos de extensão que organizei nos últimos 10 anos, consolidaram o Grupo GEDAI como um dos mais ativos do país, tendo promovido e organizados inúmeros eventos de alcance nacional e internacional, aqui destaco os principais nos quais estive envolvido na organização e realização:

- XIX Seminário Internacional sobre Propriedade Intelectual e Sociedade da Informação. 2023.
- XVI CODAIP - Congresso de Direito Autoral e Interesse Público. 2022.
- 11ª OFICINAS DE DIREITO AUTORAL. 2022.
- Fórum sobre os 100 Anos da Semana de Arte Moderna de 1922. 2022
- Seminário Dia Mundial da Propriedade Intelectual. 2022.
- III Seminário Integrado de Direito e Inovação - III SIDI. 2022.
- XVIII Seminário Internacional sobre Propriedade Intelectual e Sociedade da Informação. 2022.
- II *Congreso Internacional sobre la tutela de derechos en el entorno digital*. 2021.
- XV CODAIP - Congresso de Direito Autoral e Interesse Público. 2021.
- 10ª OFICINAS DE DIREITO AUTORAL. 2021.
- II Seminário Integrado de Direito e Inovação - II SIDI. 2021.
- III Seminário Internacional sobre PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS. 2021.
- II Encontro da Rede Ibero Americana de Propriedade Intelectual/RIAPI. 2021.
- I Encontro da Rede Ibero Americana de Propriedade Intelectual/RIAPI. 2020.
- XV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL. 2020.
- XIV CODAIP - Congresso de Direito Autoral e Interesse Público. 2020.

- Mesa Redonda sobre Algoritmos e Comércio eletrônico: desafios para a proteção do consumidor. 2020.
- I Seminário Integrado de Direito e Inovação - I SIDI. 2020.
- 9ª OFICINAS DE DIREITO AUTORAL. 2020.
- XIII JORNADA DÍA MUNDIAL DE LA PROPIEDAD INTELECTUAL CONGRESO INTERNACIONAL. 2020.
- *I Congreso Internacional sobre la tutela de derechos en el entorno digital.* 2020.
- II Seminário Internacional sobre PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS. 2020.
- I CONGRESSO INTERNACIONAL: *La tutela de los derechos em el entorno digital: retos, desafios y oportunidades.* 2019.
- XIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL. 2019.
- Seminário de *Big Data* para a área jurídica. 2019.
- Seminário sobre PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS. 2019.
- Seminário Dia Internacional da Propriedade Intelectual. 2019.
- Mesa Redonda sobre Desafios Contemporâneos da Internet. 2019.
- 8ª OFICINAS DE DIREITO AUTORAL. 2019.
- XIII CONGRESSO DE DIREITO DE AUTOR E INTERESSE PÚBLICO. 2018.
- Workshop ITM & GEDAI. 2018.
- 7ª OFICINAS DE DIREITO AUTORAL. 2018.
- X Seminário Internacional sobre Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual. 2017.
- XI CODAIP - Congresso de Direito de Autor e Interesse Público. 2017.
- XI Seminário Internacional sobre Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual. 2017.
- CURSO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E ESTRATÉGIA DE REGULAÇÃO DA INTERNET. 2017.
- 6ª OFICINAS DE DIREITO AUTORAL. 2017.
- X Congresso de Direito de Autor e Interesse Público. 2016.
- XXV - CONPEDI - Direitos de Propriedade Intelectual na Sociedade Informacional. 2016.

- VIII Seminário Internacional sobre Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual. 2016.
- IX Seminário Internacional sobre Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual. 2016.
- 5ª OFICINAS DE DIREITO AUTORAL. 2016.
- I I I *Workshop on Sociolegal Aspects of the Crhative Economy*. 2015.
- VI Seminário Internacional sobre Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual. 2015.
- 4ª OFICINAS DE DIREITO AUTORAL: Recursos Educacionais e Plágio Acadêmico. 2015.
- IX CONGRESSO DE DIREITO DE AUTOR E INTERESSE PÚBLICO. 2015.
- VII Seminário Internacional sobre Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual. 2015.
- VI Seminário Internacional sobre Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual. 2014.
- I *Workshop on Sociolegal Aspects of the Crhative Economy*. 2014.
- II *Workshop on Sociolegal Aspects of the Crhative Economy*. 2014.
- V Seminário Internacional sobre Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual. 2014.
- 3ª OFICINAS DE DIREITO AUTORAL. 2014.
- VII CONGRESSO DE DIREITO DE AUTOR E INTERESSE PÚBLICO. 2013.
- IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL. 2013.
- I Simpósio do Núcleo de Direito do Terceiro Setor, Risco e Políticas Públicas - PPGD/UFPR. 2013.
- 2ª OFICINAS DE DIREITO AUTORAL. 2013.

4 ATIVIDADES ACADÊMICAS E DOCENTES

4.1 Bancas Examinadoras e Comissões julgadoras de dissertações, teses e monografias

A minha participação em bancas de mestrado em inúmeras instituições nos últimos 10 anos aqui destaco apenas as seguintes:

- Participação em banca de Hiago Andrioti Cordioli. Direitos dos atores brasileiros em obras audiovisuais: propostas de intervenção. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito (Franca)) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
- Participação em banca de Carolina Almeida Batista. Impressão em três dimensões e propriedade intelectual. 2023 - Faculdade de Direito da USP.
- Participação em banca de Amanda Louise Negri. A Desigualdade e a Propriedade Intelectual na Quarta Revolução Industrial. 2023. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- Participação em banca de Dânton Hilário Zanetti de Oliveira. Big Data e os limites à livre iniciativa no âmbito da LGPD. 2022. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- Participação em banca de Gustavo Gonçalves Ferrer. Análise da Exaustão de Direitos de Propriedade Intelectual Aplicada a Bens Digitais: Estudo da Legislação e de Precedentes da União Europeia, dos Estados Unidos e do Brasil. 2021 - Faculdade de Direito da USP.
- Participação em banca de Vicente Fidelis Faccenda. A utilização de inteligência artificial na criação autoral e a problemática da definição da autoria. 2021. Dissertação (Mestrado em Pós Graduação Stricto Sensu - Mestrado Acadêmico em Direito FMP) - Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público.
- Participação em banca de Lucas Silveira Duarte. Formalidades no Direito de Autor: da proibição internacional à sua reinserção na sociedade informacional. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina.

- Participação em banca de Lucas Atihe. Considerações sobre a proteção jurídica do software no direito privado: tutela legal e instrumentos jurídicos aplicáveis. 2021 - Faculdade de Direito da USP.
- Participação em banca de FLÁVIA POTCKER DUQUE. A Proteção de Dados Sensíveis nos processos seletivos de emprego sob a ótica da LGPD e a promoção da diversidade. 2021. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- Participação em banca de Fernando Almeida Struecker. Oferta Pública de criptoativos à luz da Lei n. 6.385/1976. 2020 - Universidade Federal do Paraná.
- Participação em banca de LAÍSA FERNANDA ALVES VIEIRA. O direito à desindexação na sociedade googlezada: autodeterminação informativa como expressão na construção da personalidade. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
- Participação em banca de Charles Emmanuel Parchen. O Direito de livre decisão no contexto da sociedade de algoritmos em redes sociais. 2020. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- Participação em banca de Valeska da Cunha Chrestani. Inovação Predatória e os Limites do Antitruste. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
- Participação em banca de Lukas Ruthes Gonçalves. A tutela jurídica de trabalhos criativos feitos por aplicações de inteligência artificial no Brasil. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
- Participação em banca de Camile Wiederkehr. O Acesso à Informação como um Direito Fundamental para a Inclusão Digital na Sociedade em Rede brasileira. 2019. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- Participação em banca de Evelin Naiara Garcia. Contratos colaborativos no ambiente de inovação aberta: relação universidade - empresa como fator de desenvolvimento em um mundo globalizado. 2018. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

- Participação em banca de Cecília Nunes Rabelo. A Proteção do patrimônio Cultural no Direito Internacional e brasileiro: a saída de bens culturais e sua repatriação ao país de origem. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) - Universidade de Fortaleza.
- Participação em banca de Marcelle Franco Espíndola Barros. Teoria da *Essential Facility* na Propriedade Intelectual: instrumento de promoção da concorrência ou desincentivo à criação. 2015. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- Participação em banca de Marcos Cunha e Souza. O acordo TRIPS e seus reflexos sobre o sistema de Patentes de Invenção no Brasil. 2014. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- Participação em banca de Regina Machado Araújo Cardoso. Autorais na Produção de Conteúdo: o estudo de caso do Programa Nacional de Educação a Distância PS-EAD. 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão e Tecnologia Industrial) - Faculdade de Tecnologia SENAI CIMATEC.
- Participação em banca de Viviana Dirolli. *Autoría y Cooperación en Internet: el alcance de los derechos de autor para su eficaz tutela*. 2013. Dissertação (Mestrado em *Maestría en Propiedad Intelectual*) - Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – Argentina
- Participação em banca de Rodrigo Otávio Cruz e Silva. Os Direitos Autorais como fator de desenvolvimento na Economia Criativa. 2013. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina.

A minha participação em bancas de doutorado nos últimos 10 anos aqui destaco apenas as seguintes:

- Participação em banca de Ramon Alberto dos Santos. O acesso a conteúdos digitais disponíveis na Internet apenas em outros países: uma análise jurídica a partir da oferta e uso de serviços de VPN individual. 2023 - Faculdade de Direito da USP.
- Participação em banca de Michele Alessandra Hastreiter. O Direito Internacional Privado e a Regulação da Internet. 2023 - Centro de Estudos Jurídicos da Pós-Graduação da UFPR.

- Participação em banca de Walter Eler do Couto. Comunicação científica e direitos autorais: o acesso aberto e o avanço da pirataria. 2022. Tese (Doutorado em Artes) - Universidade de São Paulo.
- Participação em banca de Marcos da Cunha e Souza. Refutação da dupla incidência de Direitos da Propriedade Intelectual sobre cultivares transgênicos frente o compromisso brasileiro no Acordo TRIPS. 2021. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Direito PUCPR) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- Participação em banca de Rebeca dos Santos Garcia. Plágio no Direito Autoral brasileiro: Apropriação e violação entre a transformação criativa e a supressão de autoria. 2021 - Faculdade de Direito da USP.
- Participação em banca de Maurício Joseph Abadi. Impacto das novas tecnologias no direito da comunicação social. 2021 - Faculdade de Direito da USP.
- Participação em banca de Yohanna Vieira Juk. Tramitação de Alternativas da Lei de Proteção de Cultivares no Brasil. 2019. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação Políticas Públicas UFPR) - Universidade Federal do Paraná.
- Participação em banca de Eduardo Ferreira Gomes. Vedação à Cessão de Direitos Autorais: uma abordagem constitucional e culturalista. 2018. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal da Bahia.
- Participação em banca de Guilherme Coutinho Silva. Gestão Coletiva e Remuneração do Autor: novas perspectivas. 2018. Tese (Doutorado em Direito Internacional) - Universidade de São Paulo.
- Participação em banca de Heloisa Gomes Medeiros. A sobreposição de direitos de propriedade intelectual no software: coexistência entre direito de autor e patente na Sociedade Informacional. 2017. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- Participação em banca de Rodrigo Vieira Costa. O Registro do Patrimônio Cultural Imaterial como Mecanismo de reconhecimento de Direitos Intelectuais Coletivos de povos e comunidades tradicionais. 2017. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD) - Universidade Federal de Santa Catarina.

- Participação em banca de Iuri Bolesina. Direito à Intimidade e a sua tutela por uma autoridade local de Proteção de dados pessoais. 2016. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Santa Cruz do Sul.
- Participação em banca de Dennis José Almanza Torres. *Bases para una nueva teoría general para el derecho comercial*. 2016. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Direito PPGD/UFPR) - Universidade Federal do Paraná.
- Participação em banca de Liz Beatriz Sass. Da (não) justificativa do uso dos Direitos de Propriedade Intelectual para a apropriação da biodiversidade: a sustentabilidade como limite. 2016. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- Participação em banca de José Juan Castelló Pastor. *Motores de búsqueda y derechos de autor: infracción y responsabilidad*. 2015. Tese (Doutorado em Direito) - *Universitat de València*.
- Participação em banca de Victor Gameiro Drummond. Do círculo Hermeneutico ao Círculo Criativo - (As novas) Perspectivas Filosóficas do Direito de Autor. 2014. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Estácio de Sá.

4.2 Membro de bancas e comissões na UFPR

A minha participação em bancas e comissões na UFPR nos últimos 10 anos aqui destaco apenas as seguintes:

- Comissão de Seleção do Processo Seletivo para o Pós-Doutorado 2020. Universidade Federal do Paraná.
- Membro de banca de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório. 2018. Universidade Federal do Paraná.
- Membro do Colegiado do Profnit/UFPR. 2018. Universidade Federal do Paraná.
- Membro de Comissão de Análise de pedido de Validação de Diploma de de Mestrado. 2018. Universidade Federal do Paraná.
- Membro da Comissão de Análise de pedido de Validação de Diploma de Mestrado. 2018. Universidade Federal do Paraná.

- Banca de análise de Pós-Doutorado no PPGD/UFPR. 2017. Universidade Federal do Paraná.
- Membro Comitê Assessor de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEC. 2017. Universidade Federal do Paraná.
- Membro de Comitê Assessor de Inovação. 2017. Universidade Federal do Paraná.
- Membro da banca do processo de seleção para o Programa de Iniciação à Docência Direito Empresarial. 2016. Universidade Federal do Paraná.
- Membro da banca do processo de seleção para o Programa de Iniciação à Docência Propriedade Intelectual E Internet. 2016.
- Membro da banca do processo de seleção para o Programa de Iniciação à Docência Direito Internacional Privado. 2016. Universidade Federal do Paraná.
- Membro da banca examinadora da etapa final (exame oral e entrevista) do teste de seleção para ingresso no Doutorado. 2016. Universidade Federal do Paraná.
- Membro do Comitê Assessor de Inovação junto à Agência de Inovação da UFPR,. 2016. Universidade Federal do Paraná.
- Comissão Julgadora do Projeto de Pesquisa em nível de pós-doutorado. 2015. Universidade Federal do Paraná.
- Membro da Comissão de Julgadora da Bolsa de Estudos CAPES/PROEX. 2015. Universidade Federal do Paraná.
- Membro da banca de Processo de Seleção de Iniciação à Docência - Disciplina Direito Internacional Privado. 2015. Universidade Federal do Paraná.
- Membro de banca examinadora de doutorado. 2015.
- Membro da banca examinadora da etapa final da seleção do Mestrado em Direito. 2014. Universidade Federal do Paraná.
- Representante do Setor de Ciências Jurídicas junto ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - CEPE. 2014. Universidade Federal do Paraná.

- Membro da banca *Las servidumbres de lo global: Viento, Créditos de Carbono y Regímenes de Propiedad en La Guajira, Colombia*. 2013. *Consejo Latino-Americano de Ciencias Sociales - Argentina*.
- Membro da banca *Memoria Colectiva en Tiempos Globales: Bienes comunes - necesidad de protección*. 2013. *Consejo Latino-Americano de Ciencias Sociales - Argentina*.
- Membro do Comitê Setorial de Extensão do Setor de Ciências Jurídicas. 2013. Universidade Federal do Paraná.

5 ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E DE REPRESENTAÇÃO UNIVERSITÁRIA.

Nos últimos 10 anos na Universidade Federal do Paraná – UFPR realizei atividades de administração e representação universitária, na Chefia do Departamento de Direito Privado e nos conselhos da nossa instituição, das quais destaco apenas:

Portaria Nº 1602/REITORIA, DE 08 DE dezembro DE 2020 O Reitor da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições, houve por nomear o servidor MARCOS WACHOWICZ para exercer a função gratificada de Chefe do Departamento de Direito Privado. Cargo que atualmente estou exercendo, já no segundo mandato consecutivo, cumulativamente as demais funções de docência, pesquisa e extensão.

Portaria 1447, de 15 de dezembro de 2014. O Reitor da Universidade Federal do Paraná, no processo 052673/2014-81, designar como representante, do Setor de Ciências Jurídicas, junto ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - CEPE, por 02 (dois) anos, a partir de 28 de novembro de 2014.

Aqui também cabe destacar a minha participação como membro Titular da Comissão de Elaboração do Plano de Cultura da Universidade Federal do Paraná - UFPR, nomeado pela Portaria n. 30, de 2014, em 26 de novembro de 2014.

PARTE III
ATUAÇÕES EXTERNAS AO MAGISTÉRIO

1 MEMBRO DE CONSELHOS EDITORIAIS

A mais de 20 anos tenho realizado trabalhos como membro de conselhos editoriais de revistas e editoras nacionais e estrangeiras, o que muito me orgulha, além do reconhecimento dos pares pela nossa produção, ser esta uma forma de contribuir para o aperfeiçoamento da área jurídica.

Aqui destaco minhas principais atuações:

2021 - Atual

Periódico: Revista Rede de Direito Digital, Intelectual & Sociedade (RRDDIS)

2020 - Atual

Periódico: Revista Jurídica da Presidência (RJP)

2019 - Atual

Periódico: GRUR *International - Journal of European na International IP Law*

2018 - Atual

Periódico: Reflexão e Ação

2018 - Atual

Periódico: Revista de Direito da Universidade Federal de Viçosa

2018 - Atual

Periódico: Revista de Informação Legislativa

2017 - Atual

Periódico: Revista Opinião Jurídica

2017 - Atual

Periódico: *Revista Propiedad Intelectual*

2017 - Atual

Periódico: Revista Jurídica da UNI7

2017 - Atual

Periódico: Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro

2017 - Atual

Periódico: Revista do Centro de Investigação Jurídica do Ciberespaço

2017 - Atual

Periódico: Revista de Direito PPGDir/UFRGS

2016 - Atual

Periódico: Revista da Faculdade de Direito da UFMG

2016 - Atual

Periódico: Revista direitos fundamentais & democracia (UniBrasil)

2016 - Atual

Periódico: Revista Jurídica da FA7

2015 - Atual

Periódico: Revista Jurídica Luso-Brasileira (RJLB)

2014 - Atual

Periódico: Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA

2014 - Atual

Periódico: Revista de Direito Intelectual (RDI)

2012 - Atual

Periódico: Revista Eletrônica Jurídica (REJUR)

2012 - Atual

Periódico: Revista de Propriedade Intelectual - Direito Contemporâneo e Constitucional (PIDCC)

2010 - Atual

Periódico: Revista de Direito Econômico e Socioambiental

2009 - Atual

Periódico: A Pensar: Revista de Ciência Jurídica

2008 - Atual

Periódico: Revista Criação Especializada em Propriedade Intelectual

2008 - Atual

Periódico: Revista de Ciências Sociais e Políticas do ISCSP - Portugal

2008 - Atual

Periódico: Revista de Direito Empresarial

2008 - Atual

Periódico: Revista Brasileira de Direito IMED

2007 - Atual

Periódico: Revista Jurídica Ius Gentium

2007 - Atual

Periódico: Boletim Informativo de Direito Autoral do GEDAI

2004 - Atual

Periódico: Relações Internacionais no Mundo Atual

2003 - Atual

Periódico: Revista do Direito (Santa Cruz do Sul)

2000 - Atual

Periódico: Editora Juruá

2 Editor da Revista Rede de Direito Digital, Intelectual e Sociedade (RRDDIS)

Nestas últimas décadas, no Brasil se estabeleceu um cenário de profícuos debates e pesquisas na área do Direito Digital e Intelectual na Sociedade Informacional, além de surgirem importantes redes nacionais e internacionais de pesquisadores, cujo diálogo e colaboração acadêmica, se inaugurou por meio da realização de seminários e eventos acadêmicos.

Nomeio aqui, os congressos sobre Direito de Autor e Interesse Público (CODAIP), organizado e realizados pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial (GEDAI) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) que se tornou referência para juristas e operadores do direito, e que motivou o nascimento da Revista Rede de Direito Digital, Intelectual e Sociedade (RRDDIS).

A Revista RRDDIS na qual sou editor chefe, surgiu assim, como um reforço para ampliar o debate sobre os direitos digitais e intelectuais, com qualidade acadêmica, qual também se estabelece, através do impulso dado pelo Instituto Observatório do Direito Autoral – IODA, que é uma associação científica sem fins lucrativos, inserido na área do Direito da Propriedade Intelectual no Brasil, que conta com o apoio internacional da Rede Ibero Americana de Propriedade Intelectual – RIAPI.

A Revista RRDDIS atualmente integra o repositório institucional de periódicos da Universidade Federal do Paraná – UFPR, conferindo-lhe assim, maior visibilidade e ampliando sua abrangência de influência para todos os centros de pesquisa nacionais e estrangeiros.

A Revista RRDDIS, semestral, de fluxo contínuo, foi criada com o propósito de divulgação da produção científica no âmbito da Ciência Jurídica, visando também a interdisciplinaridade com áreas afins que tratam das novas tecnologias na Sociedade Informacional. Tem como missão difundir a pesquisa e o conhecimento científico desenvolvido pela comunidade brasileira e internacional, formando uma rede de pesquisadores e especialistas.

3 Membro fundador da Rede Ibero-Americana de Propriedade Intelectual (RIAPI)

A Rede Ibero-Americana de Propriedade Intelectual (RIAPI) foi criada em 2020 da qual pertença como membro fundador juntamente como professor Guillermo Palao Moreno da Universidade de Valencia - Espanha, sendo integrada por especialistas no campo do Direito da Propriedade Intelectual (em sentido lato ou extensivo), de países ibero-americanos, unidos pelo interesse nesta matéria, bem como a sua vontade de estabelecer laços de colaboração de natureza transatlântica nesta área

A Rede Ibero-Americana de Propriedade Intelectual (RIAPI) nasceu com o objetivo de gerar um espaço acadêmico transatlântico de intercâmbio e colaboração, com especial enfoque na informação, formação e pesquisa no campo do Direito da Propriedade Intelectual (numa dimensão ampla).

Nesse sentido, a RIAPI constitui um fórum aberto que se baseia nos laços e interesses comuns existentes entre os países e as pessoas que compõem a comunidade ibero-americana, que tem uma forte vocação para o serviço público, voltado para a promoção do bem-estar social e desenvolvimento econômico naquela área geográfica e cultural específica.

Entre as linhas de pesquisa da Rede Ibero-Americana de Propriedade Intelectual (RIAPI) estão:

- a) Direito da Propriedade Intelectual e sua regulamentação internacional;
- b) Direito da Propriedade Intelectual e defesa dos Direitos Humanos;
- c) Direito da Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Sustentável;
- d) Direito da Propriedade Intelectual e processos de integração regional;
- e) A relação entre cultura e conhecimento, com o Direito da Propriedade Intelectual;
- f) As relações entre o desenvolvimento científico e tecnológico dos países, com a Lei de Propriedade Intelectual;
- f) A relação entre Direito da Concorrência e Concorrência Desleal, com o Direito da Propriedade Intelectual;
- h) A resolução de litígios regionais e internacionais relacionados com o Direito da Propriedade Intelectual;

A Rede Ibero-Americana de Propriedade Intelectual (RIAPI) conta com o apoio operacional de dois grupos de pesquisa para realização de suas atividades, a saber: IG+DPI. Grupo de P&D UVEG em Propriedade Intelectual e Industrial da Universidade de Valência/Espanha e o GEDAI – Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial da Universidade Federal do Paraná.

4 Membro fundador do Instituto Observatório do Direito Autoral (IODA)

Criado em 2020, o Instituto Observatório do Direito Autoral (IODA) é uma pessoa jurídica de direito privado. O IODA assume a identidade de uma associação civil sem fins lucrativos, que não possui finalidade econômica, política ou religiosa. Seu objetivo social é a promoção da pesquisa, ensino e extensão dos Direitos Intelectuais e da Cultura, assim como da defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico. Atualmente sou membro da Diretoria eleita com mandato de 4 (quatro) anos até 2026.

O IODA não possui vínculos comerciais, ideológicos ou político-partidários, e seu foco principal é a evolução do Direito Autoral na sociedade. Para isto, utiliza como principais parâmetros: (i) o estudo dos Tratados Internacionais; (ii) as legislações nacionais e estrangeiras; (iii) e as decisões judiciais dos mais diversos Tribunais e graus de jurisdição, sem se ater a casos concretos específicos e/ou decisões relacionadas.

Através da participação de uma equipe de comentaristas e colaboradores, todos especialistas na área do Direito Autoral, o IODA proporciona um ambiente virtual ideal para fomentar debates acadêmicos dinâmicos e interativos. Suas publicações online são de cunho acadêmico e independente.

PARTE IV
PRODUÇÃO CIENTÍFICA

1 ARTIGOS COMPLETOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS

A minha produção de artigos científica publicada em periódicos nacionais e estrangeiros destaco apenas alguns relevantes dos últimos 10 anos, a saber:

1.

WACHOWICZ, MARCOS; LANA, Pedro de Perdigão. O Direito de Autor Europeu entre Mercados, flexibilidades e cultura. *Revista de Direito Intelectual*, v. vol. I, p. 181-210, 2022.

2.

WACHOWICZ, MARCOS; D'AMICO, G. F. As performances criadas por inteligência artificial: reflexo dos algoritmos na ressurreição digital. *Revista Rede de Direito Digital, Intelectual & Sociedade*, v. vol.2, p. 17-37, 2022.

3.

WACHOWICZ, MARCOS. Arbitraje em Contratos Internacionales de Transferência de Tecnologia. *Revista Rede de Direito Digital, Intelectual & Sociedade*, v. vol. I, p. 375-379, 2021.

4.

WACHOWICZ, MARCOS. Open Access to Scientific Innovation as a Means to Combat COVID-19. *GRUR International*, v. 11, p. 75-96, 2020.

5.

WACHOWICZ, M. A Propriedade Intelectual como Estratégia de Combate à COVID-19. *Revista de Direito Intelectual*, v. N.º 2, 2020, p. 179-201, 2020.

6.

WACHOWICZ, MARCOS; MEDEIROS, H. G. A Sobreposição dos Direitos de Propriedade Intelectual no Software. *RJLB - REVISTA JURÍDICA LUSO-BRASILEIRA*, v. 4, p. 953-986, 2019.

7.

WACHOWICZ, MARCOS; REUSING, Luciana. A Agnotologia no processo de conhecimento na Biotecnologia. P2P & INOVAÇÃO, v. 6, p. 12-35, 2019.

8.

MEDEIROS, H. G.; WACHOWICZ, M. Observancia de derechos autorales en la sociedad informacional: reflexiones sobre el marco civil de la internet brasileño. Propiedad Intelectual, v. 1, p. 17-37, 2019.

9.

WACHOWICZ, MARCOS; LUZ, P. H. H. M. O Direito à Desindexação?: Repercussões do caso González vs Google Espanha. REVISTA ESPAÇO JURÍDICO, v. 19, p. 42-68, 2018.

10.

MEDEIROS, H. G.; WACHOWICZ, M. Observância de direitos autorais na sociedade informacional: lições do Marco Civil da Internet brasileiro. RJLB - REVISTA JURÍDICA LUSO-BRASILEIRA, v. 6, p. 2045-2068, 2018.

11.

WACHOWICZ, M.; VIRTUOSO, B. A Gestão Coletiva dos Direitos Autorais e o Streaming. P2P & INOVAÇÃO, v. 4, p. 4-26, 2017.

12.

FONTOURA COSTA, JOSÉ AUGUSTO; WACHOWICZ, MARCOS. CLÁUSULAS CONTRATUAIS NULAS NO MARCO CIVIL DA INTERNET - DOI: 10.12818/P.0304-2340.2016P477. Revista da Faculdade de Direito - Universidade Federal de Minas Gerais, v. -, p. 477-496, 2016.

13.

WACHOWICZ, M. A Revisão da Lei Autoral principais alterações: debates e motivações. REVISTA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL - DIREITO CONTEMPORÂNEO E CONSTITUIÇÃO, v. 8, p. 542-562, 2015.

14.

WACHOWICZ, M. Direito autoral, recursos educacionais e licenciamentos criativos: acesso à cultura, ao conhecimento e à educação. Em *Aberto*, v. 28, p. 96-109, 2015.

15.

WACHOWICZ, M.; BIANCAMANO, M. G. M. Direito Autoral, Criatividade e Plágio na Economia Criativa. *Revista de Propriedade Intelectual - Direito Contemporâneo e Constituição*, v. 1, p. 196-211, 2014.

16.

WACHOWICZ, M. Direitos Culturais e saberes: o reconhecimento de um Direito de Propriedade Intelectual de natureza difusa. *POLÍTICAS CULTURAIS EM REVISTA*, v. 6, p. 220-234, 2013.

17.

WACHOWICZ, M. Sistema de Proteção da Propriedade Intelectual: os impasses para a promoção do desenvolvimento e da inovação. *Revista Jurídica do Cesuca*, v. 1, p. 126-137, 2013.

18.

WACHOWICZ, M. La convención sobre la protección y la promoción de la diversidad de las expresiones culturales de la UNESCO: industrias creativas, diversidad cultural y derecho de autor. *Revista Propiedad Intelectual*, v. 15, p. 234-267, 2012.

2 Livros Publicados/organizados

A minha produção de livros e obras organizadas publicadas no Brasil e no estrangeiro, aqui destaco apenas alguns relevantes dos últimos 10 anos, a saber:

1.

WACHOWICZ, MARCOS; LANA, Pedro de Perdigão; GONCALVES, L. R. Curso Avançado Inteligência Artificial e Propriedade Intelectual. 1. ed. Curitiba: Editora IODA, 2023. v. 1. 255p.

2.

WACHOWICZ, MARCOS; KRETSCHMANN, A. (Org.). Saúde e Propriedade Intelectual. 1. ed. Curitiba: Editora IODA, 2023. v. 1. 301p.

3.

WACHOWICZ, MARCOS; COSTA, José Augusto Fontoura. Plágio Acadêmico - 2a edição revista e atualizada. 1. ed. Curitiba: Editora IODA, 2022. v. 1. 262p.

4.

WACHOWICZ, MARCOS. Curso Avançado Direito Autoral e Novas Tecnologias. 1. ed. Curitiba: Editora IODA, 2022. v. 1. 255p.

5.

WACHOWICZ, MARCOS; LANA, Pedro de Perdigão; GONCALVES, L. R. Direito Autoral e Inteligência Artificial. 1. ed. Curitiba: Editora IODA, 2021. v. 1. 170p.

6.

WACHOWICZ, MARCOS; CORTIANO, M. (Org.). Sociedade Informacional e propriedade intelectual. 1. ed. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2021. v. 1. 247p.

7.

WACHOWICZ, MARCOS; GRAU-KUNTZ, K. (Org.). Estudos de propriedade intelectual em homenagem ao Prof. Dr. Denis Borges Barbosa. 1. ed. Curitiba: Editora IODA, 2021. v. 1. 675p.

8.

WACHOWICZ, MARCOS; TERLIZZI, Maria Sol (Org.). Propiedad intelectual, sociedad y desarrollo: reflexiones desde Latinoamérica. 1. ed. Buenos Aires - Argentina: Flacso/Argentina, 2020. v. 1. 314p.

9.

WACHOWICZ, M. Proteção de dados pessoais em perspectiva: LGPD e RGPD na ótica do direito comparado. 1. ed. Curitiba: GEDAI UFPR, 2020. v. 1. 618p.

10.

WACHOWICZ, MARCOS; PESSERL, Alexandre. Gestão Coletiva e Governança no Ambiente Digital. 1. ed. Curitiba: marcos, 2019. v. 1. 199p.

11.

WACHOWICZ, MARCOS; GONCALVES, L. R. Inteligência Artificial e Criatividade: Novos conceitos na Propriedade Intelectual. 1. ed. Curitiba: GEDAI UFPR, 2019. v. 1. 1p.

12.

WACHOWICZ, MARCOS; Dias Pereira, Alexandre L. (Org.); LANA, Pedro de Perdigão (Org.). Novos direitos intelectuais: estudos luso-brasileiros sobre propriedade intelectual, inovação e tecnologia. 1. ed. Curitiba: GEDAI UFPR, 2019. v. 1. 202p.

13.

WACHOWICZ, MARCOS; STAUT JR, S. (Org.); COSTA, José Augusto Fontoura (Org.); Ribeiro, M.C.P. (Org.). Estudos de Direito de Autor e Interesse Público - XIII CODAIP. 1. ed. Curitiba: GEDAI UFPR, 2019. v. 01. 922p.

14.

WACHOWICZ, M.; CANUT, L. (Org.). *Análise da estratégia brasileira para transformação digital: comentários ao decreto nº 9319/18*. 1. ed. Curitiba: GEDAI PUBLICAÇÕES, 2018. v. 1. 198p.

15.

WACHOWICZ, MARCOS; STAUT JR, S. (Org.); COSTA, José Augusto Fontoura (Org.); Ribeiro, M.C.P. (Org.). *Estudos de Direito de Autor e Interesse Público - XII CODAIP*. 1. ed. Curitiba: GEDAI UFPR, 2018. v. 01. 1386p.

16.

WACHOWICZ, MARCOS; Ribeiro, M.C.P. (Org.); COSTA, José Augusto Fontoura (Org.); STAUT JR, S. (Org.). *Estudos de Direito de Autor - XI CODAIP*. 1. ed. Curitiba: GEDAI PUBLICAÇÕES, 2017. v. 1. 1242p.

17.

WACHOWICZ, M.; COSTA, José Augusto Fontoura. *PLÁGIO ACADÊMICO*. 1. ed. Curitiba: GEDAI UFPR, 2016. v. 1. 224p.

18.

WACHOWICZ, M.; BARBOSA, D.B. (Org.). *Propriedade intelectual: desenvolvimento na agricultura*. 1. ed. Curitiba: GEDAI UFPR, 2016. v. 1. 412p.

19.

WACHOWICZ, M.; COSTA, José Augusto Fontoura (Org.); Ribeiro, M.C.P. (Org.); STAUT JR, S. (Org.). *Estudos de Direito de Autor - Anais do X CODAIP*. 1. ed. Curitiba: GEDAI UFPR, 2016. v. 1. 822p.

20.

WACHOWICZ, M. *Estudos de Direito da Propriedade Intelectual*. 1. ed. Curitiba: GEDAI UFPR, 2015. v. 1. 304p.

21.

WACHOWICZ, M. *Direito Autoral e Marco Civil da Internet*. 1. ed. Curitiba: GEDAI UFPR, 2015. v. 1. 304p.

22.

WACHOWICZ, M. *Direito Autoral e Economia Criativa*. 1. ed. Curitiba: GEDAI UFPR, 2015. v. 1. 224p.

23.

WACHOWICZ, M. *Estudos de Direito Intelectual em Homenagem ao Prof. Doutor José de Oliveira Ascensão*. 1. ed. Coimbra - Portugal: Editora Almedina, 2015. v. 1. 1066p.

24.

WACHOWICZ, M.; COSTA, José Augusto Fontoura (Org.); Ribeiro, M.C.P. (Org.); STAUT JR, S. (Org.). *Estudos de Direito de Autor - Anais do IX CODAIP*. 1. ed. Curitiba: GEDAI UFPR, 2015. v. 1. 224p.

25.

WACHOWICZ, M.; Ribeiro, M.C.P. (Org.); COSTA, José Augusto Fontoura (Org.); STAUT JR, S. (Org.). *Estudos de Direito de Autor e Interesse Público - Anais do VIII CODAIP*. 8. ed. Curitiba: Gedai-UFPR, 2014. v. 1. 356p.

26.

WACHOWICZ, M.; Ribeiro, M.C.P. (Org.); COSTA, José Augusto Fontoura (Org.); STAUT JR, S. (Org.). *Estudos de Direito de Autor e Interesse Público - Anais do VII CODAIP*. 1. ed. Curitiba: Gedai-UFPR, 2013. v. 1. 178p.

27.

WACHOWICZ, M.; Pilati, J. I. (Org.); COSTA, José Augusto Fontoura (Org.). *Estudos de Direito Autoral e Interesse Público - Anais do V CODAIP*. Florianópolis: Editora Funjab, 2012.

28.

WACHOWICZ, M. *Direito da Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual*. 1. ed. Curitiba: Editora Juruá, 2012. v. 1. 539p.

29.

WACHOWICZ, M.; PRONER, C. (Org.). *Inclusão Tecnológica e Direito a Cultura*. 1. ed. Florianópolis: Editora Funjab, 2012. v. 1. 1p.

3 Capítulos de livros publicados

A minha produção de capítulos de livros publicados no Brasil e no estrangeiro, aqui destaco apenas alguns relevantes dos últimos 10 anos, a saber:

1.

WACHOWICZ, MARCOS; KRETSCHMANN, A. *Saúde e Propriedade Intelectual. A pandemia de COVID-19 levou os países e a OMS a apoiar o acesso aberto*. In: Marcos Wachowicz, Ângela Krestschmann. (Org.). *Saúde e Propriedade Intelectual*. 1ed. Curitiba: Editora IODA, 2023, v. 1, p. 15-41.

2.

WACHOWICZ, MARCOS; CORTIANO, M. *Rumos e Desafios para uma funcionalidade dos Direitos Intelectuais na Sociedade Informacional*. In: Marcos Wachowicz, Marcelle Cortianno. (Org.). *Sociedade Informacional e Propriedade Intelectual*. 1ed. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2021, v. 1, p. 13-45.

3.

WACHOWICZ, MARCOS; SILVA, G. L. *Inteligência Artificial, Tecnologia e Direito: um prognóstico para a prestação jurisdicional brasileira à luz da Lei n. 13.994/2020*. In: Marcos Wachowicz, Marcelle Cortianno. (Org.). *Sociedade Informacional e Propriedade Intelectual*. 1ed. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2021, v. 1, p. 169-199.

4.

WACHOWICZ, MARCOS. Fundamentos Constitucionais na Tutela da Propriedade Intelectual: reflexões sobre a tensão constitucional a partir da contribuição do pensamento de Denis Borges Barbosa. In: Marcos Wachowicz, Karin Grau-Kuntz. (Org.). Estudos de propriedade intelectual em homenagem ao Prof. Dr. Denis Borges Barbosa. 1ed. Curitiba: Editora IODA, 2021, v. 1, p. 447-468.

5.

WACHOWICZ, MARCOS; HASTREITER. DERECHOS DE AUTOR Y DERECHO INTERNACIONAL PRIVADO: LA NECESARIA SUPERACIÓN DEL PARADIGMA DE LA TERRITORIALIDAD EN LA SOCIEDAD INFORMATICA. In: Maria Sol Terlizzi, Marcos Wachowicz. (Org.). Propiedad intelectual, sociedad y desarrollo: reflexiones desde Latinoamérica. 1ed. Buenos Aires - Argentina: Flacso/Argentina, 2020, v. 1, p. 65-82.

6.

MEDEIROS, H. G.; WACHOWICZ, MARCOS. LA SUPERPOSICIÓN DE LOS DERECHOS DE PROPIEDAD INTELECTUAL EN EL SOFTWARE EN LA LEGISLACIÓN BRASILEÑA. In: Maria Sol Terlizzi, Marcos Wachowicz. (Org.). Propiedad intelectual, sociedad y desarrollo: reflexiones desde Latinoamérica. 1ed. Buenos Aires - Argentina: Flacso/Argentina, 2020, v. 1, p. 83-106.

7.

WACHOWICZ, MARCOS; PESSERL, Alexandre. GESTIÓN COLECTIVA Y GOBERNANZA EN EL AMBIENTE DIGITAL. In: Maria Sol Terlizzi, Marcos Wachowicz. (Org.). Propiedad intelectual, sociedad y desarrollo: reflexiones desde Latinoamérica. 1ed. Buenos Aires - Argentina: Flacso/Argentina, 2020, v. 1, p. 253-313.

8.

WACHOWICZ, M.; REUSING, Luciana. OS ELEMENTOS DE CONEXÃO NAS RELAÇÕES JURÍDICAS CONSUMERISTAS E CONTRATUAIS: Análise de sua aplicação na LGPD e no RGPD. In: Marcos Wachowicz. (Org.). Proteção de dados pessoais em perspectiva: LGPD e RGPD na ótica do direito comparado. 1ed. Curitiba: GEDAI UFPR, 2020, v. 1, p. 594-618.

9.

WACHOWICZ, MARCOS; VIRTUOSO, BIBIANA. B. Gestão Coletiva de Direitos Autorais: Breves apontamentos acerca do sistema e português. In: Marcos Wachowicz; Alexandre Libório Dias Pereira; Pedro de Perdigão Lana. (Org.). *Novos Direitos Intelectuais: Estudos Luso-brasileiros sobre propriedade intelectual, inovação e tecnologia*. 1ed. Curitiba: GEDAI UFPR, 2019, v. a, p. 97-118.

10.

WACHOWICZ, MARCOS; CANUT, L. NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO: DA ADOÇÃO DO PROCESSO ELETRÔNICO ÀS DECISÕES AUTOMATIZADAS. In: Marcos Wachowicz; Sergio Staut Jr.; José Augusto Fontoura Costa; Marcia Carla P. Ribeiro. (Org.). *Estudos de Direito de Autor e Interesse Público - XIII CODAIP*. 1ed. Curitiba: GEDAI UFPR, 2019, v. 1, p. 15-36.

11.

WACHOWICZ, MARCOS. A Internet das Coisas e o Software de Comércio Eletrônico. In: Rodrigo Xavier Leonardo. (Org.). *Estudos em Homenagem a Carlos Eduardo Manfredini Hapner*. 1ed. Curitiba: NCA Comunicação Editora, 2019, v. 1, p. 229-258.

12.

WACHOWICZ, M. OS ATIVOS INTANGÍVEIS DA EMPRESA: As tutela jurídica das novas tecnologias e know-how. In: Carlos Henrique Abrão, Luiz Edson Fachin, Rubens Edmundo Requião. (Org.). *O MODERNO DIREITO EMPRESARIAL DO SÉCULO XXI*. 1ed. Rio de Janeiro: GZ EDITORA, 2018, v. 1, p. 234-267.

13.

WACHOWICZ, MARCOS; CANUT, L. ANÁLISE DA ESTRATÉGIA BRASILEIRA PARA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL. In: Marcos Wachowicz; Leticia Canut. (Org.). *Análise da estratégia brasileira para transformação digital: comentários ao decreto n° 9319/18*. 1ed. Curitiba: GEDAI PUBLICAÇÕES, 2018, v. 1, p. 6-34.

14.

WACHOWICZ, M.; POMPEO FILHO, R. N. B. ESTRATÉGIA BRASILEIRA PARA A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL: Análise comparativa entre o relatório submetido à discussão pública e o Decreto 9.319 de 21/03/2018. Educação e capacitação profissional. In: Marcos Wachowicz; Leticia Canut. (Org.). Análise da estratégia brasileira para transformação digital: comentários ao decreto nº 9319/18. 1ed. Curitiba: GEDAI PUBLICAÇÕES, 2018, v. 1, p. 105-130.

15.

WACHOWICZ, M. A GESTÃO COLETIVA DE DIREITOS AUTORAIS DA OBRA MUSICAL: titularidade originária, supervisão pública e transparência. In: Silvio Romero Beltrão; Jose Fernando Simão. (Org.). Estudos Em Homenagem A José De Oliveira Ascensão: Direito Privado. 1ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017, v. 2, p. 234-267.

16.

WACHOWICZ, M.; SILVA, Rodrigo Otávio Cruz e. Temas Contemporâneos de Propriedade Intelectual. In: Ricardo Bacelar. (Org.). OS LIMITES DA PUBLICAÇÃO DE CONTEÚDO PRODUZIDO EM ESTABELECIMENTO DE ENSINO: Estudo de caso entre a Lei dos Direitos Autorais e o Marco Civil da Internet. 1ed. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2017, v. 1, p. 159-197.

17.

WACHOWICZ, M. JOGOS DIGITAIS EDUCACIONAIS COMO BENS INFORMÁTICOS: Elementos que integram sua tutela jurídica enquanto bem intelectual. In: Lynn Rosalina Gama, Hugo S. P. Cardoso, Claudio R. Barbosa de Souza. (Org.). INTERFACES ENTRE GAMES, PESQUISA & MERCADO. 1ed. Salvador: Editora do Instituto Federal da Bahia. EDIBA, 2016, v. 1, p. 239-258.

18.

WACHOWICZ, M.; VIRTUOSO, BIBIANA B. PRECISAMOS FALAR SOBRE O STREAMING: UM PANORAMA GERAL ACERCA DA GESTÃO COLETIVA NO BRASIL. In: Marcos Wachowicz, José Augusto Fontoura Costa, Marcia Carla Pereira Ribeiro, Sergio Staut Júnior. (Org.). Estudos de Direito de Autor - Anais do X CODAIP. 1ed. Curitiba: GEDAI UFPR, 2016, v. 1, p. 19-35.

19.

WACHOWICZ, MARCOS. O Novo Direito Autoral na Sociedade Informacional. In: Antonio Carlos Wolkmer; José Rubens Morato Leite. (Org.). Os novos Direitos no Brasil - natureza e perspectivas - uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. 3ed.São Paulo: Editora Saraiva, 2016, v. 1, p. 375-400.

20.

WACHOWICZ, M.; SILVA, Rodrigo Otávio Cruz e . A efetivação do acesso à cultura e as limitações do direito de autor. In: Jorge Miranda, Thereza Alvim. (Org.). Diálogos em Direito: uma abordagem sobre a transdisciplinaridade entre o direito constitucional e o direito civil. 1ed.Lisboa - Portugal: Editora AAFDL, 2015, v. 1, p. 234-260.

21.

WACHOWICZ, M. Cultura Digital e o Marco Civil da Internet: contradições e impedimentos jurídicos no acesso à informação. In: Adalberto Simão Filho, Newton De Lucca. (Org.). Direito e Internet III: Marco Civil da Internet. 1ed.São Paulo: Editora Quartier Latin, 2015, v. 1, p. 345-377.

22.

WACHOWICZ, M. Noções Fundamentais sobre o plágio acadêmico. In: Dário Moura Vicente, José Alberto Coelho Vieira, Alexandre Dias Pereira, Sofia de Vasconcelos Casimiro, Ana Maria Pereira da Silva. (Org.). Estudos de Direito Intelectual em Homenagem ao Prof. Doutor José Oliveira Ascensão. 50 anos de vida universitária. 1ed.Lisboa: Editora Almedina, 2015, v. 1, p. 419-449.

23.

WACHOWICZ, M.; WINTER, Luis Alexandre Carta. BETWEEN TAX HAVENS AND FLAGS OF CONVENIENCE. In: Pedro Borges Graça. (Org.). New Challenges of The Atlantic. 1ed.Lisboa: Editora GRAFIGRAF, 2015, v. 1, p. 47-61.

24.

WACHOWICZ, M.; KIST, V. A. W. RETALIAÇÃO CRUZADA EM PROPRIEDADE INTELECTUAL: uma alternativa aos países em desenvolvimento para a solução de disputas na organização mundial do comércio. In: Marcos Wachowicz. (Org.). Estudos de Direito da Propriedade Intelectual. 1ed. Curitiba: GEDAI UFPR, 2015, v. 1, p. 233-264.

25.

WACHOWICZ, M.; GONCALVES, L. R. O SISTEMA PEER-TO-PEER E OS LIMITES DO USO PRIVADO DE OBRAS PROTEGIDAS NA EUROPA E NO BRASIL. In: Marcos Wachowicz. (Org.). Direito Autoral e Marco Civil da Internet. 1ed. Curitiba: GEDAI UFPR, 2015, v. 1, p. 251-292.

26.

WACHOWICZ, M.; SASS, L. B. . O DIREITO AUTORAL COMO PROPULSOR DA DIVERSIDADE CULTURAL: Falácias e Desafios. In: Marcos Wachowicz. (Org.). Direito Autoral e Economia Criativa. 1ed. Curitiba: GEDAI UFPR, 2015, v. 1, p. 153-184.

27.

WACHOWICZ, M.; GIBRAN, S. M. A PROPRIEDADE AUTORAL E LICENCIAMENTOS CRIATIVOS: Liberdade de Acesso e Interação para o fortalecimento da Economia Criativa. In: Marcos Wachowicz. (Org.). Direito Autoral e Economia Criativa. 1ed. Curitiba: GEDAI UFPR, 2015, v. 1, p. 185-224.

28.

WACHOWICZ, MARCOS. A gestão Coletiva de Direitos Autorais da Obra Musical: titularidade originária, supervisão pública e transparência. In: Silvio Romero Beltrão; Jose Fernando Simão. (Org.). Livro em Homenagem ao Professor José de Oliveira Ascensão. 1ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015, v. 1, p. 245-267.

29.

MEDEIROS, H. G.; WACHOWICZ, M. O princípio da territorialidade na Propriedade Intelectual e sua Aplicação nas Relações Internacionais: o Caso das Medidas de Fronteira em Trânsito. In: Luiz Olavo Baptista; Larissa Ramina; Tatyana Scheila Friedrich. (Org.). Direito Internacional Contemporâneo. 1ed. Curitiba: Editora Juruá, 2014, v. 1, p. 453-480.

30.

WACHOWICZ, M. A complexidade dos Direitos Intelectuais envolvidos nas bases de dados digitais. In: Sérgio Said Staut Júnior. (Org.). Estudos em Direito Privado. 1ed. Curitiba: Editora Luiz Carlos Centro de Estudos Jurídicos, 2014, v. 1, p. 253-265.

31.

WACHOWICZ, M.; MEDEIROS, H. G. O contexto Internacional da Lei de Direitos Autorais no Brasil: Tratado de Marrakesh. In: Marcos Wachowicz, Luis Gonzaga Silva Adolfo. (Org.). Direito da Propriedade Intelectual - vol. III. 1ed. Curitiba: Editora Juruá, 2014, v. 1, p. 9-42.

32.

WACHOWICZ, M. Reflexões sobre a implantação do Processo Judicial Eletrônico: Marco Civil da Internet seus primados tecnológicos face o princípio do amplo acesso ao Poder Judiciário. In: Marcus Vinícius Furta-
do Coêlho; Luiz Cláudio Allemand. (Org.). Processo Judicial Eletrônico. 1ed. Brasília: OAB-Federal, 2014, v. 1, p. 435-454.

33.

WACHOWICZ, M. Ensino a Distância e Direitos Autorais: A produção do Conhecimento e a sua Tutela Jurídica. In: Fernando S. Rocha Fidalgo, Wagner J. Corradi, Reginaldo N. de Souza Lima, André Favacho, Eucídio P. Arruda. (Org.). Educação a Distância: Meios, Atores e Processos. 1ed. Belo Horizonte: CAED-UFMG, 2013, v. 1, p. 319-333.

34.

WACHOWICZ, M.; CASAGRANDE, T. S. Inclusão Digital dos Advogados: Gestão da Tecnologia da Informação nos Escritórios de advocacia. In: Marcos Wachowicz. (Org.). Direito da Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual. 1ed. Curitiba: Editora Juruá, 2012, v. 1, p. 93-118.

35.

WACHOWICZ, M.; GROSSELI, Grasiela. Democracia Digital - A propaganda eleitoral na internet. In: Marcos Wachowicz. (Org.). Direito da Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual. 1ed.Curitiba: Editora Juruá, 2012, v. 1, p. 137-150.

36.

WACHOWICZ, M.; COUTINHO, Guilherme. Novos Moinhos de vento: Direitos Autorais Musicais e Sociedade Informacional. In: Marcos Wachowicz. (Org.). Direito da Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual. 1ed.Curitiba: Editora Juruá, 2012, v. 1, p. 321-360.

37.

WACHOWICZ, M.; PRONER, C. Movimentos rumo a Sociedade Democrática do Conhecimento. In: Marcos Wachowicz; Carol Proner. (Org.). Inclusão Tecnológica e Direito a Cultura. 1ed.Florianópolis: Editora Funjab, 2012, v. 1, p. 15-29.

38.

WACHOWICZ, M.; CHRISTMANN, L.L. Diversidade Cultural na Sociedade Informacional Promessas e Desafios: Por uma visão dialética sobre o tema. In: Marcos Wachowicz; Carol Proner. (Org.). Inclusão Tecnológica e Direito a Cultura. 1ed.Florianópolis: Editora Funjab, 2012, v. 1, p. 309-339.

39.

WACHOWICZ, M. ESTUDO EPISTEMOLÓGICO DA CONSTITUIÇÃO E DA REVOLUÇÃO: um fundamento para o Estado Democrático Contemporâneo. In: Paulo Otero; Fausto de Quadros; Marcelo Rebelo de Sousa. (Org.). Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda - Volume V. 1ed.Lisboa-Portugal: Coimbra Editora, 2012, v. 1, p. 577-593.

4 Indicadores da produção acadêmica

Os indicadores da minha produção acadêmica constantes no meu Currículo Lattes apresenta de forma estruturada e sistematizada, fornecendo uma avaliação quantitativa para qualificar minha produtividade, qualidade e o impacto das publicações acadêmicas que realizei durante toda a minha carreira.

Produção Bibliográfica

	Total
Artigos Completos Publicados em Periódicos	39
Resumos Publicados em Periódicos	1
Trabalhos Publicados em Anais de Evento	44
Resumos Publicados em Anais de Eventos	15
Livros	10
Capítulos de Livros	75
Outras	137

Produção Técnica

	Total
Apresentações de trabalho	57
Programa de Computador sem Registro	1
Trabalhos Técnicos	11
Outras	166

Orientações Concluídas

	Total
Mestrado	19
Doutorado	5
Supervisão de pós-doutorado	1
Outras	67

Todas as Produções

	Total
Orientações Concluídas de Mestrado	19
Orientações Concluídas de Doutorado	5
Orientações Concluídas de Supervisão de Pós-doutorado	1
Trabalhos Publicados em Anais de Evento	44
Resumos Publicados em Anais de Eventos	15
Resumos Publicados em Periódicos	1
Artigos Completos Publicados em Periódicos	39
Livro ou Capítulo	85
Apresentações de trabalho	57
Trabalhos Técnicos	11
Outras	370

ANEXO I
CURRICULO LATTES
(Documento Completo)

Marcos Wachowicz
Curriculum Vitae

Marcos Wachowicz

Curriculum Vitae

Nome civil

Nome Marcos Wachowicz

Dados pessoais

Nome em citações bibliográficas WACHOWICZ, M.;WACHOWICZ, MARCOS

Sexo Masculino

Cor ou Raça Branca

Filiação Rizio Wachowicz e Carmen Krieger Wachowicz

Nascimento 25/11/1960 - curitiba/PR - Brasil

Carteira de Identidade 1977689 IIPR - PR - 03/10/1977

CPF 359.573.449-15

Endereço residencial Rua Desembargador Vieira Cavalcanti - n. 585 - ap. 603
São Francisco - Curitiba
80510090, PR - Brasil
Telefone: 41 33351785
Celular 41 99757250
URL da home page: <http://www.gedai.com.br>

Endereço profissional Universidade Federal do Paraná, Faculdade de Direito da Universidade
Federal do Paraná
Praça Santos Andrade n. 50 - 1. andar - SCJ/UFPR
Centro - Curitiba
80020300, PR - Brasil
Telefone: 41 33102685

URL da home page: <http://www.direito.ufpr.br/>

Endereço eletrônico

E-mail para contato : marcos.wachowicz@gmail.com

E-mail alternativo marcos.wachowicz@ufpr.br

Formação acadêmica/titulação

2001 - 2004 Doutorado em Direito.
Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, Brasil
Título: A Revolução da Tecnologia da Informação e a Tutela Jurídica do Software, Ano de obtenção: 2004
Orientador: Márcia Carla Pereira Ribeiro
Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática, Sociedade da informação, Direito Comercial, Direito Internacional Privado
Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática
Setores de atividade: Outros Setores

1985 - 1989 Mestrado em Direito.
Universidade de Lisboa, UL, Lisboa, Portugal
Título: Transição constitucional com a nova república brasileira, Ano de obtenção: 1989
Orientador: Jorge Miranda
Palavras-chave: Poder constituinte, Transição constitucional, Processo constituinte, Constituições brasileiras
Áreas do conhecimento: Direito Constitucional
Setores de atividade: Outros Setores

1991 - 1991 Especialização em Didática do Ensino Superior.
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Curitiba, Brasil

Título: O fazer em sala de aula do ensino superior noturno.
Orientador: Ivete Cardoso de Almeida

1978 - 1982 Graduação em Direito.
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Curitiba, Brasil

Pós-doutorado

2018 Pós-Doutorado .
Universidade de Munster, UM, Alemanha
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Áreas do conhecimento: Direito

Formação complementar

2020 - 2020 Curso de curta duração em Oficina Planejamento e Produção de Materiais Didáticos para aulas mediadas. (Carga horária: 12h).
Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, Brasil
Palavras-chave: Educação, Recursos Educacionais, ensino

2009 - 2009 Curso de curta duração em Capacitação dos Avaliadores do BASIS. (Carga horária: 80h).
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, Brasil
Palavras-chave: Avaliação de Instituição de ensino superior, Avaliação Institucional, direito, Direito Educacional, Educação, qualidade educacional

2006 - 2006 Curso de curta duração em Curso de Propriedade Intelectual e Transferencia. (Carga horária: 40h).
Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianopolis, Brasil
Palavras-chave: Propriedade Intelectual

2006 - 2006 Curso de curta duração em Programa de Capacitação de Avaliadores de Cursos. (Carga horária: 24h).
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP/MEC, Brasília, Brasil
Palavras-chave: Avaliação, ensino, Educação

2006 - 2006 Curso de curta duração em Programa Capacitação de Avaliadores Institucionais. (Carga horária: 24h).
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP/MEC, Brasília, Brasil
Palavras-chave: Educação, Avaliação de Instituição de ensino superior, Avaliação Institucional

2006 - 2006 Curso de curta duração em Curso da subjetividade da relação professor-aluno. (Carga horária: 54h).
Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianopolis, Brasil
Palavras-chave: Educação, PROFOR - Programa de Educação Continuada

2006 - 2006 Curso de curta duração em Curso Formação de Professores:avaliação em questão. (Carga horária: 54h).
Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianopolis, Brasil
Palavras-chave: Educação, PROFOR - Programa de Educação Continuada

2005 - 2005 Curso de curta duração em Curso Jurídico e Mercadológico da Gestão de IES. (Carga horária: 24h).
Consultoria em Assuntos Educacionais, CONSAE, Brasil
Palavras-chave: Educação, ensino, Direito Educacional

1999 - 1999 Curso de curta duração em Curso de Atualização em Propriedade Intelectual. (Carga

horária: 60h).

Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, Brasil

Palavras-chave: *Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Industrial, Direito Comercial*

Atuação profissional

1. Universidade Federal do Paraná - UFPR

Vínculo institucional

2020 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Chefe de Departamento de Direito Privado , Carga horária: 12, Regime: Dedicção exclusiva

Outras informações:

Portaria Nº 1602/REITORIA, DE 08 DE dezembro DE 2020 O Reitor da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta no artigo 39 do Estatuto desta Universidade e o contido no processo nº 23075.059221/2020-78,RESOLVE:I. Nomear o servidor MARCOS WACHOWICZ - 2333998, ocupante do cargo de Professor, no regime de trabalho de dedicação exclusiva, para exercer a função gratificada de Chefe do Departamento de Direito Privado, FG-01, do Setor de Ciências Jurídicas, pelo período de 02 (dois) anos, a partir da data de publicação em DOU, de acordo com a Lei nº 9.527/97.II. O mencionado docente cumprirá, obrigatoriamente, o regime de trabalho de tempo integral, de acordo com o disposto no § 5º, artigo 1º da Lei nº 8.168/91.

2019 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professor Associado D, Regime: Dedicção exclusiva

Outras informações:

Portaria Nº 2768/PROGEPE, DE 28 DE junho DE 2019 O Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista a competência que lhe é conferida pela Portaria nº 2.590, de 26 de setembro de 1997, considerando o que consta na Resolução nº 10/2014-CEPE e ainda o que consta no processo nº 23075.043164/2019-71, RESOLVE:I. Conceder progressão funcional ao servidor MARCOS WACHOWICZ – 2333998, lotado no Departamento de Direito Privado do Setor de Ciências Jurídicas, do nível 7-02 para o nível 7-03 da classe D - Associado, conforme parecer da CPPD na avaliação de desempenho, a partir de 17 de junho de 2019.II. A progressão subsequente será a partir de 17 de junho de 2021, conforme o §2 do artigo 4º da resolução 10/14.

2017 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professor Associado D , Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva

Outras informações:

Portaria Nº 5456/PROGEPE, DE 12 DE dezembro DE 2017 - O Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista a competência que lhe é conferida pela Portaria nº 2.590, de 26 de setembro de 1997, considerando o que consta na Resolução nº 10/2014-CEPE e ainda o que consta no processo nº 23075.213872/2017-14, RESOLVE:I. Conceder progressão funcional ao servidor MARCOS WACHOWICZ – 2333998, ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, lotado no Departamento de Direito Privado do Setor de Ciências Jurídicas, do nível 7-01 para o nível 7-02 da classe D – Associado, conforme parecer da CPPD na avaliação de desempenho, a partir de 18 de março de 2017 e efeitos financeiros a partir de 01 de setembro de 2017..II. A progressão subsequente será a partir de 18 de março de 2019.

2015 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professor Associado D, Regime: Dedicção exclusiva

Outras informações:

PORTARIA 12.803 / PROGEPE, de 26 de junho de 2015. A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições, concede progressão funcional ao servidor MARCOS WACHOWICZ - 203599, ocupante do cargo do Professor, lotado no Departamento de Direito Privado do Setor de Ciências Jurídicas, do nível 604, da Classe C - Adjunto para o nível 701 da classe D - Associado, a partir de 18 de março de 2015, conforme parecer da CPPD na avaliação de desempenho.

2014 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professor Permanente do PPGD/UFPR, Regime: Dedicção exclusiva

Outras informações:

Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná - PPGD/UFPR, credenciado:- na área de DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA - na linha de pesquisa Cidadania e Inclusão Social - na área de RELAÇÕES SOCIAIS - na linha de pesquisa : Direito,

Tutela e Efetividade Novos Paradigmas do Direito

- 2014 - Atual** Enquadramento funcional: Membro Titular de Comissão , Carga horária: 6, Regime: Dedicção exclusiva
Outras informações:
Membro Titular da Comissão de Elaboração do Plano de Cultura da Universidade Federal do Paraná - UFPR, nomeado pela Portaria n. 30, de 2014, em 26 de novembro de 2014.
- 2014 - Atual** Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Representante eleito junto ao CEPE , Carga horária: 2, Regime: Dedicção exclusiva
Outras informações:
Portaria 1447, de 15 de dezembro de 2014. O Reitor da Universidade Federal do Paraná, no processo 052673/2014-81, designar como representante suplente, do Setor de Ciências Jurídicas, junto ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - CEPE, por 02 (dois) anos, a partir de 28 de novembro de 2014.
- 2013 - Atual** Enquadramento funcional: Professor Adjunto IV , Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva
Outras informações:
Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná ministra disciplinas e seminários sobre: Propriedade Intelectual; Direitos Autorais e Sociedade da Informação Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em saúde
- 2013 - Atual** Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professor Adjunto IV , Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva
Outras informações:
Professor Adjunto IV - na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná - UFPR Portaria n. 209/2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de março de 2013, às fls. 12 - seção 2 - Processo: 23080.056197/2012-36. Ministra a Disciplina de Direito da Propriedade Intelectual e Direito Comercial
- 2001 - 2003** Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: professor substituto , Carga horária: 20, Regime: Parcial
Outras informações:
Aprovado em 1º lugar no teste seletivo para Professor Substituto das disciplinas de Legislação Comercial, Legislação Aduaneira e Direito de Navegação Promovido : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ Setores de Ciências Jurídicas e Sociais Concurso realizado nos dias 13 e 14 de março de 2001

Atividades

- 04/2013 - Atual** Pesquisa e Desenvolvimento, Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná
Linhas de pesquisa:
Propriedade Intelectual , Economia Criativa , Direitos das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação , Direitos Autorais e Culturais , Direito Internacional
- 03/2001 - 03/2003** Graduação, Departamento de Direito Privado
Disciplinas ministradas:
Direito Comercial

2. Universidade de Munster - UM

Vínculo institucional

- 2018 - 2019** Vínculo: Professor Visitante , Enquadramento funcional: professor visitante , Carga horária: 20, Regime: Parcial
Outras informações:
Professor da Cátedra de Propriedade Intelectual no Institute for Information, Telecommunication and Media Law - ITM da Universidade de Münster - Alemanha sob a orientação do professor Thomas Hoeren. Aprovado pela COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, conforme o resultado final da seleção do Edital no 21/2017 - Programa Cátedra Brasil. CATEDRA 88881.145505/2017-01

Atividades

03/2018 - 03/2019 Pesquisa e Desenvolvimento, Institute of Information, Telecommunications and Media Law - ITM

Linhas de pesquisa:
Direito da Propriedade Intelectual

3. Universitat de València - UV

Vínculo institucional

2014 - 2019 Vínculo: Professor Visitante , Enquadramento funcional: Professor Visitante , Carga horária: 20, Regime: Parcial

Outras informações:

Vínculo institucional como professor visitantehorária: 20Outras informaçõesProfessor Visitante junto a Universitat de Valencia, no Departamento de Direito Internacional Privado.Atividades: Pesquisa e desenvolvimento Linhas de pesquisa Direito Internacional PrivadoDireito Propriedade IntelectualArbitragem e Mediação

Atividades

11/2014 - 03/2015 Pesquisa e Desenvolvimento, Facultad de Derecho

Linhas de pesquisa:
Direito da Propriedade Intelectual

4. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales - Argentina - FLACSO/ARGENTINA

Vínculo institucional

2018 - Atual Vínculo: Professor Visitante , Enquadramento funcional: professor visitante, Regime: Parcial

Outras informações:

Docente do curso "políticas públicas y propiedad intelectual" do Programa de Mestrado em Propriedade Intelectual na modalidade à distancia na Facultade Latinoamericana de Ciencias Sociales - FLACSO / ARGENTINA.

5. Associação Portuguesa de Direito Intelectual - APDI

Vínculo institucional

2007 - Atual Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: colaborador, Regime: Parcial

Outras informações:

A APDI – Associação Portuguesa de Direito Intelectual, constituída em 10 de Outubro de 1995, é uma associação científica e cultural, de âmbito nacional, que tem neste momento 124 sócios singulares e colectivos.A APDI tem desenvolvido intensa actividade no domínio dos direitos intelectuais, nomeadamente na contribuição dada à elaboração de legislação sobre estas matérias. site: <http://www.apdi.pt>

6. Instituto Superior de Ciencias Sociais e Politicas - ISCSP

Vínculo institucional

2010 - Atual Vínculo: Pesquisador Integrado , Enquadramento funcional: Pesquisador

Integrado ISCSP/Portugal, Regime: Parcial

Outras informações:

Desde janeiro de 2010 é Pesquisador Agregado do ISCSP. Pesquisador Integrado do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP) do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade Técnica de Lisboa/Portugal, desde janeiro de 2010.

2010 - Atual Vínculo: Professor visitante , Enquadramento funcional: Pesquisador Integrado ISCSP/Portugal , Carga horária: 10, Regime: Parcial

Outras informações:

Missão de intercâmbio nos meses de junho/julho como Professor Visitante na Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, realizando atividades de pesquisa conjuntas e planejamento de colaboração/participação em seminários, encontros acadêmicos, planejamento de programas conjuntos de investigação, no âmbito do Acordo de Cooperação celebrado entre a Universidade Federal de Santa Catarina UFSC e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - ISCSP/UTL.No âmbito do protocolo de cooperação entre o Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina PPGD/UFSC e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas ISCSP da Universidade Técnica de Lisboa UTL, ministrou aulas no mês de novembro de 2010 nos cursos de mestrado e doutorado.Desde janeiro de 2010 é Pesquisador Agregado do ISCSP.Pesquisador Integrado do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP) do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade Técnica de Lisboa/Portugal, desde janeiro de 2010.

7. Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual - IBPI

Vínculo institucional

2007 - Atual Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: associado, Regime: Parcial

Outras informações:

IBPI - Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual Fundado em 1983, o Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual tem por objeto o estudo e divulgação em todo o Brasil da propriedade intelectual tal como definida na Convenção de Estocolmo, que instituiu a Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI. O Instituto é, também, o centro brasileiro do Instituto Interamericano de Direito do Autor - IIDA. site: <http://www.ibpi.org.br/>

8. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Vínculo institucional

2009 - 2013 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professor Adjunto II , Carga horária: 16, Regime: Dedicção exclusiva

Outras informações:

Professor do Curso de Graduação em Direito da UFSC Disciplinas Direito Comercial IIDireito FalimentarDireito da Propriedade IntelectualProjeto de Pesquisa:Grupo de Pesquisa GEDAI: Grupo de Estudos em Direito Autoral e InformaçãoO GEDAI, vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, por intermédio de seu Curso de Pós-Graduação em Direito - CPGD, realizou o III Congresso de Direito de Autor e Interesse Público em São Paulo, nos dias 09 e 10 de novembro de 2009. Grupo de Pesquisa PROCAD: Sociedade da Informação: Democracia, Desenvolvimento e Inclusão TecnológicaProjeto de Pesquisa: Informática Jurídica, Direito e Tecnologia. Grupo de Pesquisa inscrito no CNPQ. O PROCAD irá promover a formação de recursos humanos de alto nível integrando os programas de mestrado/doutorado da UFSC, PUCPR, UNISANTOS e UNIBRASIL. Através de projetos conjuntos de pesquisa de média duração sobre a temática Sociedade da Informação: Democracia, Desenvolvimento e inclusão tecnológica. Visando assim intensificar, também, o intercâmbio científico no país, por intermédio do envolvimento de equipes acadêmicas de diversas instituições de ensino superior e de pesquisa brasileiras.Projeto CASADINHO. Os Programas de Pós-Graduação stricto sensu da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC) apresentaram proposta de Projeto de Pesquisa em conformidade com o Edital MCT/CNPQ/ct-infra-ct-petro/ação transversal Iv n.16-2008 (Casadinho), que se trata de proposta do CNPq para consolidação de Programas de Pós-Graduação não consolidados. O projeto gira em torno do instituto da propriedade, abordando aspectos teóricos, históricos e filosóficos em busca da sua compreensão.

2009 - 2013 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professor do Mestrado e Doutorado em Direito , Carga horária: 40, Regime: Integral

Outras informações:

No Período de 2008 até 2012 ministrou as seguintes disciplinas no Programa de Mestrado e Doutorado em Direito PPGD/UFSC.Em 2008 as seguintes disciplinas/seminários:Sociedade da Informação: Os limites do Direito de Autor - MestradoDireito da Sociedade da Informação: Inovação e inclusão digital - MestradoSociedade da Informação: Propriedade Intelectual um equilíbrio desejado - MestradoEm 2009 as seguintes disciplinas/seminários:Direito da Sociedade da Informação: Desenvolvimento e Inclusão Tecnológica - DoutoradoDireito da Sociedade da Informação: Democracia e Desenvolvimento - MestradoSociedade da Informação: Democracia, desenvolvimento e inclusão tecnológica - MestradoEm 2010 as seguintes disciplinas/seminários:Estados contemporâneos - MestradoDireito da Sociedade da Informação: Propriedade Intelectual um equilíbrio desejado - MestradoDireito da Sociedade da Informação: e Inclusão Tecnológica - DoutoradoEm 2011 as seguintes disciplinas/seminários:Direito da Sociedade da Informação: Democracia, Desenvolvimento e Inclusão Tecnológica - MestradoDireito da Sociedade da Informação: Democracia, Diversidade Cultural e Desenvolvimento - DoutoradoDireito da Sociedade da Informação: Inovação Tecnológica e Inclusão Digital - MestradoEm 2012 as seguintes disciplinas/seminários:Direito da Sociedade da Informação: Propriedade Intelectual um equilíbrio desejado - DoutoradoDireito da Sociedade da Informação: Democracia, Desenvolvimento e Inclusão Tecnológica - Mestrado

2008 - 2012 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professor Adjunto III , Carga horária: 40, Regime: Integral

Outras informações:

Professor Adjunto III do Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, ministrou as seguintes disciplinas:No Segundo Semestre de 2008Direito Empresarial II - Diurno e NoturnoDireito da Propriedade Intelectual - DiurnoDireito Falimentar - DiurnoNo Primeiro Semestre de 2009 Direito Empresarial II - Diurno e NoturnoDireito da Propriedade Intelectual - DiurnoDireito Falimentar - DiurnoNo Segundo Semestre de 2009Direito Empresarial II - Diurno e NoturnoDireito da Propriedade Intelectual - DiurnoDireito Falimentar - DiurnoNo Primeiro Semestre de 2010Direito Empresarial II - Diurno e NoturnoDireito da Propriedade Intelectual - DiurnoDireito Falimentar - DiurnoNo Segundo Semestre de 2010Direito Empresarial II - Diurno e NoturnoDireito da Propriedade Intelectual - Diurno e NoturnoDireito da Propriedade Intelectual - DiurnoDireito Falimentar - DiurnoNo Primeiro Semestre de 2011Direito Empresarial II - Diurno e NoturnoDireito da Propriedade Intelectual - DiurnoDireito Falimentar - DiurnoNo Segundo Semestre de 2011Direito Empresarial II - Diurno e NoturnoDireito da Propriedade Intelectual - DiurnoDireito Falimentar - DiurnoNo Primeiro Semestre de 2012Direito Empresarial II - Diurno e NoturnoDireito da Propriedade Intelectual - DiurnoDireito Falimentar - DiurnoNo Segundo Semestre de 2012Direito Empresarial II - Diurno e NoturnoDireito da Propriedade Intelectual - DiurnoDireito Falimentar - Diurno

2008 - 2013 Enquadramento funcional: Professor Adjunto II , Carga horária: 16, Regime: Dedicção exclusiva

Outras informações:

Professor no Curso de Graduação em Direito da UFSCDisciplina de Direito Comercial IIDireito FalimentarDireito da Propriedade Intelectual

2007 - 2013 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Assessoria ao Núcleo de Inovação Tecnológica , Carga horária: 20, Regime: Parcial

Outras informações:

Portaria n. 340/GR/2007 - de designção para prestar serviços de assessoria na análise de contratos e convênios que envolvem direitos de propriedade intelectual de interesse da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.Portaria n. 502/GR/2011, de 18 de abril de 2011 - de designção como membro do Comitê de Inovação Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

2006 - 2008 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professor Adjunto I , Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva

Outras informações:

Professor Adjunto I do Centro de Ciências Jurídicas da UFSC.Professor com Dedicção Exclusiva - DEDisciplina lecionada em 2006 : Direito Comercial IIDireito FalimentarDireito da Propriedade Intelectual - EMAJ.Projeto de Pesquisa: Informática Jurídica, Direito e Tecnologia. Grupo de Pesquisa inscrito no CNPQ.Projeto de Pesquisa: A Inclusão Tecnológica do Advogado.O Projeto de Inclusão Tecnológica do Advogado, busca a inclusão tecnologia do advogado tem como foco a Tecnologia da Informação como instrumento para o exercício pleno da profissão. Abordam-se assim os temas: Governo Eletrônico, Informatização do Judiciário, procedimentos judiciais, certificações digitais, informatica jurídica, privacidade de dados, dentre outros.Site: <http://www.cj.ufsc.br>Site: <http://www.emaj.ufsc.br>

Atividades

01/2010 - Atual Pesquisa e Desenvolvimento, CPGD - Curso de Pós-graduação em Direito

Linhas de pesquisa:

Projeto de Pesquisa desenvolvido por meio do PROJETO PROCULTURA - CAPES/MinC , Direitos Autorais e Direitos Culturais

- 01/2009 - Atual** Extensão Universitária, Centro de Ciências Jurídicas -CCJ
Especificação:
O Boletim Informativo do Grupo de Estudos de Direito Autoral e Informação busca divulgar as pesquisas realizadas na área do Direito Autoral
- 03/2008 - Atual** Graduação, Direito
Disciplinas ministradas:
direito comercial II , direito comercial III , direito da propriedade intelectual
- 02/2008 - Atual** Pós-graduação, Curso de Pós-Graduação em Direito- Mestrado e Doutorado
Disciplinas ministradas:
Sociedade da Informação: Democracia, Desenvolvimento e Inclusão Tecnológica , direito autoral , direito da propriedade intelectual , direito informático
- 04/2007 - Atual** Outra atividade técnico-científica, Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT
Especificação:
Assessoria ao Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT para análise dos contratos e convenios que envolvem direitos de propriedade intelectual em fase de negociação e de assinatura por parte da UFSC
- 12/2006 - 12/2007** Pós-graduação, Centro de Pós-Graduação em Direito - CPGD
Disciplinas ministradas:
Área de concentração: Direito, Estado e Sociedade , Área de condentração: Relações Internacionais , Disciplina: Propriedade Intelectual um equilíbrio desejado , Seminário de Direito Estado e Sociedade. Direito da Sociedade da Informação
- 09/2006 - 12/2009** Extensão Universitária, Centro de Ciências Jurídicas -CCJ
Especificação:
Elaboração de grupo de estudos e criação de uma Revista Eletrônica de Propriedade Intelectual e Comércio Eletrônico
- 09/2006 - Atual** Pesquisa e Desenvolvimento,  Grupo de Propriedade Intelectual, Inovação e Tecnologia (UFSC)
Linhas de pesquisa:
Grupo de Propriedade Intelectual, Inovação e Tecnologia (UFSC)
- 09/2006 - 12/2009** Extensão Universitária, Centro de Ciências Jurídicas -CCJ
Especificação:
Grupos de estudos para criação de uma Revista Virtual de Informática Jurídica e Direito e Tecnologia
- 06/2006 - 12/2007** Estágio, Centro de Ciências Jurídicas, Escritório Modelo de Assistência Judiciária Emaj
Estágio:
Professor/orientador de Processo Civil
- 06/2006 - 12/2006** Graduação, Direito
Disciplinas ministradas:
Direito Comercial II , Direito da Propriedade Intelectual
- 06/2006 - Atual** Pesquisa e Desenvolvimento, Centro de Ciências Jurídicas, Departamento de Direito Privado e Social
Linhas de pesquisa:
Sociedade da Informação: Democracia, Desenvolvimento e Inclusão Tecnológica

9. Faculdade Internacional de Curitiba - FACINTER

Vínculo institucional

- 2005 - 2006** Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Professor titular , Carga horária: 8, Regime: Parcial
 Outras informações:
 Instituição: Faculdade Internacional de Curitiba - FACINTER, criada pelo CENECT, foi credenciada pela Portaria

Ministerial nº 578 de 05 de maio de 2000, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná e tem como mantenedora jurídica o Centro Integrado de Educação, Ciência e Tecnologia.Site: <http://www.facinter.br> Função: Professor e Coordenador-Adjunto do Curso de Direito.Disciplinas: Metodologia Científica.Período: desde janeiro 2005.

- 2005 - 2006** Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Coordenador Adjunto , Carga horária: 20, Regime: Parcial
Outras informações:
Coordenador Adjunto do Curso de Direito
- 2000 - 2003** Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Coordenador , Carga horária: 10, Regime: Parcial
Outras informações:
Coordenador dos Cursos de Pós-graduação de Direito Tributário e Direito e Negócios Internacionais, realizados em convênio com a UFSC e o IBPEX, em Curitiba.

Atividades

- 02/2005 - 06/2006** Graduação, Direito
Disciplinas ministradas:
Metodologia da Pesquisa do Direito
- 02/2005 - 02/2005** Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão de Avaliação de Alunos Bolsistas
Especificação:
Membro Representante da Facinter
- 01/2005 - 06/2006** Direção e Administração, Faculdade de Direito, Coordenação do Curso de Direito
Cargos ocupados:
Coordenador Adjunto do Curso de Direito
- 09/2004 - 10/2004** Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão de Sindicância
Especificação:
Presidente da Comissão de Sindicância
- 01/2000 - 12/2003** Especialização
Especificação:
Metodologia Científica , Direito Comercial , Propriedade Intelectual , Direito da Informação
- 01/2000 - 12/2003** Direção e Administração, Cordenação de Pós Graduação, Ibpex
Cargos ocupados:
Coordenador de Curso de Pós-graduação em Direito

10. Faculdades Integradas Curitiba - FIC

Vínculo institucional

- 1999 - 2006** Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Professor adjunto , Carga horária: 8, Regime: Parcial
Outras informações:
Instituição : As Faculdades Integradas Curitiba - FIC, são mantidas pela Associação de Ensino Novo Ateneu - AENA. As Faculdades Integradas Curitiba são constituídas por três Faculdades: a Faculdade de Direito de Curitiba, a Faculdade de Comunicação Social de Curitiba e a Faculdade de Ciências Administrativas de Curitiba. Ressalte-se que o Curso de Direito foi instituído há mais de 50 anos possuindo sólida tradição e renome nacional e internacional.Site: <http://www.faculdaDESCURITIBA.BR> Função : Professor Adjunto. Curso Graduação : Direito. Disciplinas: Direito Processual I Direito Comercial I Direito Empresarial Direito da Informática Direito da Propriedade IntelectualPeríodo : Desde janeiro de 1999. Curso Graduação: Relações Internacionais. Disciplinas: Instituições de Direito Internacional Público e Privado.Pós-graduação lato sensu em Direito da Propriedade Intelectual. Função: Coordenador. Núcleo de Pesquisa Dossiê das Nações: Ccongrega três campos de atuação. Em primeiro plano, o Centro de Estudos Internacionais propicia, de

um lado, um banco de dados formado por pesquisa e mapeamento bibliográfico das diferentes escolas e teorias do pensamento político, econômico, jurídico e histórico; de outro, parcerias em que são realizados os estudos solicitados pelos conveniados do Portal Empresarial. Em segundo plano, as Linhas de Pesquisas Regionais, abrangem estudos sobre a Integração Econômica, a Questão Palestina, a Geopolítica, os Contratos Internacionais e a Propriedade Intelectual e Teorias de Estado. Site: <http://www.dossie.aena.br>. Função: Pesquisador. Período: Desde 2002.

Atividades

06/2004 - 06/2006 Conselhos, Comissões e Consultoria, Conselho Científico da Revista de Relações Internacionais, Relações Internacionais

Especificação:
membro do conselho científico

01/2004 - 06/2006 Conselhos, Comissões e Consultoria, Faculdades Integradas Curitiba - FIC, Coordenação de Pós Graduação Pesquisa e Extensão Coppex

Especificação:
Coordenador de Curso de Pós-Graduação em Direito da Propriedade Intelectual

03/2003 - 06/2006 Pós-graduação, Curso de Pós Graduação Em Direito da Propriedade I

Disciplinas ministradas:
Propriedade Intelectual e Direito Internacional

02/2003 - 06/2006 Graduação, Curso de Relações Internacionais

Disciplinas ministradas:
Instituições de Direito Internacional Público

09/2002 - 06/2006 Conselhos, Comissões e Consultoria, Faculdades Integradas Curitiba - FIC

Especificação:
Consultoria de Direito Informático

06/2002 - 06/2006 Pesquisa e Desenvolvimento, Dossie das Nações, Núcleo de Estudos Avançados Em Relações Internacionais

Linhas de pesquisa:
Contratos Internacionais de Transferência de Tecnologia.

03/2002 - 06/2006 Conselhos, Comissões e Consultoria, Dossie das Nações, Núcleo de Estudos Avançados Em Relações Internacionais

Especificação:
pesquisador

01/1999 - 06/2006 Graduação, Curso de Direito

Disciplinas ministradas:
Direito Processual Civil I , Direito Comercial , Direito Empresarial , Direito da Propriedade Intelectual , Direito e Informática

11. Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR

Vínculo institucional

2005 - 2005 Vínculo: Colaborador , Carga horária: 0 Regime: Parcial

Outras informações:
Professor convidado para ministrar a disciplina de Direitos Autorais no Curso de Pós-graduação Lato Sensu de Desenvolvimento Editorial com Ênfase em Materiais Didáticos. Módulo ministrado nos dias 20 a 27 de agosto de 2005.

Atividades

08/2005 - 11/2005 Especialização

Especificação:

12. Centro Universitário Positivo - UNICENP

Vínculo institucional

1992 - 2002 Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Professor titular , Carga horária: 35, Regime: Parcial
Outras informações:
Instituição: UNICENP-Centro Universitário Positivo
Curso de graduação disciplinas ministradas: Direito e Legislação Social. Direito Comercial. Metodologia da Pesquisa. Curso de Especialização : Gestão da Tecnologia da Informação
Função : Professor Módulo :
Direito na Informática e Ética na Informação Período letivo :
abril/1.999 Período letivo : abril/2.000 Período letivo :
agosto/2001
Curso de Mestrado em Turismo
Função : Professor Módulo :
Legislação Turística Período letivo : junho/2000 Curso de Especialização : Tecnologia da Informação - Enfoque para a Administração Pública
Função : Professor Módulo : Direito e tecnologia da informação nos ambientes governamentais Período letivo : abril/1.996 Período letivo :
abril/1.997 Período letivo: abril/1.998

Atividades

01/2002 - 09/2002 Pós-graduação, Direito e Processo Penal Aplicado

*Disciplinas ministradas:
Metodologia da Pesquisa do Direito*

03/2001 - 09/2002 Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão de Avaliação Institucional

*Especificação:
Membro da Comissão de Avaliação Institucional*

06/2000 - 09/2002 Pós-graduação, Mestrado em Turismo

*Disciplinas ministradas:
Legislação Turística*

04/1999 - 09/2002 Pós-graduação, Curso de Gestão da Tecnologia da Informação

*Disciplinas ministradas:
Direito Intelectual e Ética da Informação*

03/1998 - 09/2002 Graduação, Curso de Direito

*Disciplinas ministradas:
Direito Comercial , Metodologia da Pesquisa do Direito*

03/1997 - 09/2002 Pesquisa e Desenvolvimento, Programa de Iniciação Científica - PIC

*Linhas de pesquisa:
Direito Empresarial*

04/1996 - 09/2002 Pós-graduação, Tecnologia da Informação

*Disciplinas ministradas:
Direito Intelectual*

01/1995 - 02/1996 Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão de Avaliação - SEAUQ

*Especificação:
Membro Representante do Corpo Docente*

03/1992 - 09/2002 Graduação, Bacharelado em Informática

*Disciplinas ministradas:
Direito e Informática*

03/1992 - 09/2002 Graduação, Administração de Empresa Comércio Exterior

*Disciplinas ministradas:
Direito e Legislação Social , Instituições de Direito Público e Privado , Direito Comercial*

01/1992 - 09/2002 Graduação, Economia
Disciplinas ministradas:
Instituições de Direito Público e Privado

13. Associação de Juristas Pela Integração da América Latina - AJIAL

Vínculo institucional

2002 - 2005 Vínculo: Colaborador , Carga horária: 0 Regime: Parcial
Outras informações:
Instituição: Associação de Juristas Pela Integração da América Latina - AJIAL, é uma sociedade fundada em 10.12.1993, sem finalidade lucrativa com a finalidade de viabilizar ações e favorecer meios que propiciem a construção gradativa de uma comunidade latino-americana justa, democrática, solidária e soberana.site: <http://www.ajial.com.br/Função>: Membro do Conselho Deliberativo - Gestão 2002 - 2005

Atividades

02/2002 - 02/2005 Conselhos, Comissões e Consultoria
Especificação:
Conselheiro

14. Faculdade CESUSC - CESUSC

Vínculo institucional

2007 - 2007 Vínculo: Professor visitante , Enquadramento funcional: Docente da Pós-graduação , Carga horária: 10, Regime: Parcial
Outras informações:
Ministrou a disciplina de Novos Direitos e Direitos Emergentes - Processo Eletrônico no dia 15 de setembro, no Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Direito Material e Processual Civil, da Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis, mantida pelo CESUSC, em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina - ESMESC, com carga horária de 10 horas/a.

Atividades

09/2007 - 09/2007 Pós-graduação, Pós-graduação em Direito Material e Processual Civ
Disciplinas ministradas:
Novos Direitos e Direitos Emergentes

15. Escola Superior de Advocacia OAB-SP - ESASP

Vínculo institucional

2007 - 2007 Vínculo: Professor visitante , Enquadramento funcional: Docente da Pós-graduação , Carga horária: 45, Regime: Integral
Outras informações:
Ministrou a Disciplina de Direito da Informática e Direito Autoral nos meses de março e abril de 2007, com carga horária total de 45 horas/a, na Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Estado de São Paulo - ESASP.

Atividades

03/2007 - 04/2007 Pós-graduação, Direito da Informática

Disciplinas ministradas:
Direito da Informática , Propriedade Intelectual , Direito Autoral

16. Faculdade Cândido Mendes Paraná - FACAM-PR

Vínculo institucional

2003 - 2005 Vínculo: Professor visitante , Enquadramento funcional: Professor convidado , Carga horária: 0, Regime: Parcial
Outras informações:
Instituição: Faculdade Cândido Mendes - FACAM-PR Site: <http://www.ucam.edu.br> Função: Professor e orientador de monografia. Curso de Pós-graduação em Direito Civil e Processual Civil Curso de Pós-graduação em Direito Tributário.

Atividades

05/2003 - 12/2005 Pós-graduação, Curso de Pós Graduação Em Direito Tributário
Disciplinas ministradas:
Metodologia da Pesquisa Jurídica

05/2003 - 12/2005 Pesquisa e Desenvolvimento, Pós Graduação Em Direito Civil e Processual Civil, Orientação de Monografias
Linhas de pesquisa:
Direito Civil e Processual Civil

05/2003 - 12/2005 Pesquisa e Desenvolvimento, Pós Graduação Em Direito Civil e Processual Civil, Orientação de Monografias
Linhas de pesquisa:
Direito Tributário

05/2003 - 12/2005 Pós-graduação, Direito Civil e Processual Civil
Disciplinas ministradas:
Metodologia da Pesquisa Jurídica

17. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba - FCHSC

Vínculo institucional

1986 - 1993 Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Professor Titular , Carga horária: 25, Regime: Parcial
Outras informações:
Instituição: Faculdades Integradas "Espírita", localizada à rua Tobias de Macedo Júnior 333, bairro Santo Inácio, Curitiba-Pr., tendo como mantenedor o INSTITUTO DE CULTURA ESPÍRITA DO PARANÁ - ICEPA que é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos fundada em 17/10/66. Site: <http://www.unibem.br/instituicao/index.htm> Função: Professor de Direito e Legislação Social.

Atividades

01/1986 - 03/1993 Graduação, Curso de Serviço Social
Disciplinas ministradas:
Direito e Legislação Social , Ciência Política , Instituições de Direito Público e Privado , Teoria Geral do Estado

18. Faculdade Dom Bosco - DOM BOSCO

Vínculo institucional

2004 - 2005 Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Professor titular , Carga horária: 8, Regime: Parcial
Outras informações:
Instituição: Faculdades Dom BoscoCurso de DireitoSite: <http://www.dombosco.com.br/Faculdade/Função: Professor>

Atividades

02/2004 - 09/2005 Graduação, Direito
Disciplinas ministradas:
Metodologia da Pesquisa Jurídica , Direito Constitucional I

19. Faculdade Exponencial - FIE

Vínculo institucional

2007 - 2007 Vínculo: Professor visitante , Enquadramento funcional: Docente da Pós-graduação , Carga horária: 45, Regime: Integral
Outras informações:
Ministrou a disciplina Legislação Processual Extravagante, Processo Eletrônico e Tutela Jurisdicional da Propriedade Intelectual no Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Direito Processual da Faculdade de Exponencial - FIE de Chapecó-SC com carga horária total de 45 horas-aula.

Atividades

08/2007 - 09/2007 Pós-graduação, Pós-Graduação em Direito Processual Civil
Disciplinas ministradas:
Legislação Processual Extravagante - Propriedade Intelectual

20. Fundação Getulio Vargas - SP - FGV-SP

Vínculo institucional

2007 - 2007 Vínculo: Professor visitante , Enquadramento funcional: Docente da Pós-graduação , Carga horária: 5, Regime: Parcial
Outras informações:
Ministrou a disciplina de Propriedade Intelectual do Software, na Pós-graduação de Direito e Novas Tecnologias da FGLaw, com carga horária de 5 horas/a.

Atividades

07/2007 - 07/2007 Pós-graduação, Direito e Novas Tecnologias
Disciplinas ministradas:
direito informático , propriedade intelectual , direito autoral

21. Instituto de Relações Internacionais - IRI-UFSC

Vínculo institucional

2000 - 2005 Vínculo: Pesquisador Associado , Enquadramento funcional: Pesquisador , Carga horária: 5, Regime: Parcial
Outras informações:

Insituição: Instituto de Relações Internacionais - IRI, fundado em 1996, é vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina.Site: <http://www.iribr.com>Função: pesquisador associado.Período: 2000 a 2005.

Atividades

01/2000 - 10/2005 Pesquisa e Desenvolvimento

Linhas de pesquisa:
Direito Internacional

22. Instituto Paranaense de Relações Internacionais - INPRI

Vínculo institucional

2002 - 2005 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Pesquisador Associado , Carga horária: 5, Regime: Parcial
Outras informações:

Instituição: Instituto Paranaense de Relações Internacionais - INPRI foi fundado em 2002.Site: <http://www.inpri.com.br>Função: colaboradorPeríodo: de 2002 até 2005.

Atividades

06/2002 - 10/2005 Pesquisa e Desenvolvimento, Pesquisa e Desenvolvimento, Propriedade Intelectual

Linhas de pesquisa:
Direito Intelectual

23. Juruá Editora Ltda - JURUA

Vínculo institucional

2000 - Atual Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Colaborador , Carga horária: 0, Regime: Parcial
Outras informações:

Insituição: Juruá Editora, fundada em 1969, dedicou-se inicialmente à produção da periódica Revista de Jurisprudência Brasileira, a qual atingiu todo o território nacional. Posteriormente, a Juruá passou a desenvolver obras na área jurídica e legislativa com notório padrão de qualidade, não só pela atualidade de suas publicações, mas também por estas remeterem ao texto anterior da lei, uma inovação promovida pela Editora. Site: <http://www.jurua.com.br>Função: Membro do Conselho Editorial da Juruá Editora na área de Direito Comercial.Período: desde 2000

Atividades

02/2000 - Atual Conselhos, Comissões e Consultoria, Conselho Editorial, Área de Direito Comercial

Especificação:
Membro do Conselho Editorial

24. Ministério da Educação - MEC

Vínculo institucional

2002 - Atual Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Avaliador , Carga horária:

0, Regime: Parcial

Outras informações:

MEC - Ministério da Educação e Cultura.SESu - Avaliador para credenciamento de IES e abertura de Cursos de Graduação em Direito.INPE - Avaliador das Condições de Ensino dos Cursos de Graduação de Direito já em funcionamento.Função: Avaliador ad hoc

Atividades

04/2002 - Atual Conselhos, Comissões e Consultoria, Secretaria de Educação Superior, Departamento de Supervisão do Ensino Superior
Especificação:
Avaliador

25. Ordem dos Advogados do Paraná Subseção de Curitiba - OAB-PR

Vínculo institucional

2004 - 2006 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Comissão de Direito Eletrônico e Tecnologia , Carga horária: 0, Regime: Parcial
Outras informações:
Instituição : Ordem dos Advogados do Paraná- subseção de Curitiba.Site: <http://www.oabcritiba.org.br/index.php>Função:Membro da Comissão Permanente de Direito Eletrônico e TecnologiaMembro da Comissão Temporária para realização do I Encontro de Direitos Humanos da OAB em 2006.Período: desde 2004

Atividades

12/2005 - 08/2006 Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão do Encontro Brasileiro de Direitos Humanos, Subseção de Curitiba
Especificação:
Membro de Comissão temporária

12/2005 - 08/2006 Outra atividade técnico-científica, Comissão do Encontro Brasileiro de Direitos Humanos, Subseção de Curitiba
Especificação:
I Encontro Brasileiro de Direitos Humanos

08/2005 - 06/2006 Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão de Direito Eletrônico e Tecnologia, Subseção de Curitiba
Especificação:
Membro da Comissão de Direito e Tecnologia

08/2005 - 09/2005 Outra atividade técnico-científica, Comissão de Direito Eletrônico e Tecnologia, Organização de Eventos
Especificação:
I Simpósio de Direito e Tecnologia da Informação

26. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - PR - SBPC

Vínculo institucional

2001 - Atual Vínculo: Membro Associado , Enquadramento funcional: Membro Associado, Regime: Parcial
Outras informações:
Instituição: Fundada há mais de 50 anos, em 1948, a SBPC é uma entidade civil, sem fins lucrativos nem cor político-partidária, voltada principalmente para a defesa do avanço científico e tecnológico, e do desenvolvimento educacional e cultural do Brasil. Função: membro associado.Site: <http://www.sbpnet.org.br/>Período: desde 2001

Atividades

06/2001 - Atual Outra atividade técnico-científica, Secretaria Seccional da SBPC
Especificação:
Membro Associado

27. Universidad Nacional de La Plata - UNLP

Vínculo institucional

2007 - 2007 Vínculo: Professor visitante , Enquadramento funcional: Docente da Pós-graduação , Carga horária: 10, Regime: Parcial
Outras informações:
Ministrou a Disciplina de Nuevas Tecnologias en Brasil, regulación, experiencias y perspectivas, com carga horária de 10 horas/a, em 10/10/2007. No Curso de Postgrado Derecho y Nuevas Tecnologias, Administracion electronica y gobierno digital, na Faculdade de Ciências Jurídicas y Sociales da Universidad Nacional de La Plata.

Atividades

10/2007 - 10/2007 Graduação, Direito
Disciplinas ministradas:
direito informático , propiedad intelectual , derecho autoral

10/2007 - 10/2007 Pós-graduação, Derecho y Nuevas Tecnologias
Disciplinas ministradas:
derecho autoral , derecho informático , Propiedad Intelectual

28. Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

Vínculo institucional

2009 - 2009 Vínculo: Palestrante Convidado , Enquadramento funcional: Palestrante Convidado , Carga horária: 8, Regime: Parcial
Outras informações:
Docente convidado no Curso de Pós-gruação em nível de especialização em Gestão de Marcas, palestrante sobre a temática de Propriedade Intelectual

2006 - 2006 Vínculo: Professor visitante , Enquadramento funcional: Outro (especifique) , Carga horária: 0, Regime: Parcial
Outras informações:
Função: Professor frequentemente convidado para participar de eventos, bancas e processos seletivos da IES.Professor Convidado para de Curso Especialização em Gestão de Marcas. Módulo de Legislação e Propriedade Intelectual.

2003 - 2006 Vínculo: Professor visitante , Enquadramento funcional: convidado , Carga horária: 0, Regime: Parcial
Outras informações:
Insituição: Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. foi fundada em 1962, obtendo dois anos depois aprovação para o funcionamento da primeira Faculdade, a de Ciências Contábeis.Em 1967 foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com os cursos de Letras e Pedagogia. Em 1968 foi oferecido o curso de Estudos Sociais e instalada a Faculdade de Direito.Site: <http://www.unisc.br/universidade/>Função: Professor frequentemente convidado para participar de eventos, bancas e processos seletivos da IES.Professor Convidado recentemente para o Curso de Direito e Negócios Internacionais. Módulo de Propriedade Intelectual.Professor convidado do Mestrado em Direito da IES.Período: desde 2003

Atividades

01/2005 - 06/2006 Conselhos, Comissões e Consultoria, Faculdade de Direito, Departamento de Direito

Especificação:

Membro do Conselho Editorial da Revista de Direito

07/2003 - 08/2003 Pós-graduação, Direito

Disciplinas ministradas:

Propriedade Intelectual

29. Universidade Estadual de Londrina - UEL

Vínculo institucional

2005 - 2005 Vínculo: Professor visitante , Carga horária: 0 Regime: Parcial

Outras informações:

Insituição: Universidade Estadual de LondrinaCurso de Especialização em Direito EmpresarialSite: <http://www.uel.br/uel/portal/>Função: Professor do Módulo de Direito SocietárioPeríodo letivo: abril/2005

Atividades

04/2005 - 06/2005 Especialização

Especificação:

Direito Societário

30. Procuradoria Geral do Município de Araucária Pr - PGMA

Vínculo institucional

1997 - 1998 Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Procurador Geral do Município , Carga horária: 40, Regime: Integral

Outras informações:

Cargo de PROCURADOR GERAL do Município de Araucária-PR.A Procuradoria Geral do Município (PGM) é o órgão encarregado de prestar consultoria e assessoria ao Poder Executivo Municipal e o exercício da advocacia judicial e extrajudicial. A Procuradoria Geral do Município, subdivide-se em Procuradoria Jurídica e Assistência Judiciária. A PGM atua na defesa dos interesses municipais em juízo, como na elaboração de pareceres e interpretações relacionadas com atos e procedimentos administrativos, bem como, presta ao município serviços referentes à execução ou ações relativas a IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) em atraso e tributos como os de Contribuição de Melhoria, ISS (Imposto sobre Serviço) e ITBI (Imposto de Transmissão sobre Bens Imóveis). A Assistência Judiciária presta atendimento direto aos cidadãos de baixa renda em todas as questões relativas a direito de família e consumidor. Além de dar início aos processos de execução fiscal, o setor prossegue com citações aos mandados de penhora, extingue processos que já foram pagos pelos contribuintes, analisa processos administrativos, dá baixa nos débitos de IPTU, faz transferência no cadastro de imóveis do Município de Araucária, encaminhados pelo departamento de Cadastro da Secretaria da Fazenda, e, ainda, faz o fornecimento de certidões negativas.A função de Procurador Geral, além de coordenar, promove audiências, acompanha e responde aos processos administrativos e judiciais, bem como presta assessoria jurídica ao executivo e legislativo municipais.

Atividades

01/1997 - 12/1997 Direção e Administração, Procuradoria Geral do Município de Araucária Pr, Departamento Jurídico

Cargos ocupados:

31. Escritório de Advocacia Marcos Wachowicz S C Ltda - ESCRITÓRIO DE AD

Vínculo institucional

1989 - 2006 Vínculo: sócio , Enquadramento funcional: sócio cotista , Carga horária: 6, Regime: Parcial

Outras informações:

Advogado Titular e fundador do Escritório de Advocacia. Fundado no ano de 1989 o escritório tem sua sede localizada na Rua Alberto Folloni, 44, fone: 041- 3352-0107 - Curitiba-PR. A ênfase do Escritório volta-se para as questões de natureza Cível, Empresarial, Trabalhista, Tributária, Ambiental e de Negócios Internacionais. Atualmente oferece consultoria especializada em matéria de propriedade intelectual, estando atuando também na esfera contenciosa internacional.

Atividades

01/1989 - 06/2006 Serviço Técnico Especializado, Advocacia, Sócio Diretor

Especificação:
Advogado

32. Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FAADCT/PR

Vínculo institucional

2014 - Atual Vínculo: Bolsista Produtividade Pesquisa , Enquadramento funcional: Pesquisador , Carga horária: 10, Regime: Parcial

Outras informações:

Bolsista Produtividade em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Fundação Araucária - bolsa produtividade do convênio 679/2014, Chamada 21/2012. Título: A CONSTRUÇÃO DE MARCOS REGULATÓRIOS PARA A ECONOMIA CRIATIVA: Como estratégia de desenvolvimento regional para o Estado do Paraná. Proponente/Coordenador: MARCOS WACHOWICZ Instituição/Campus: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR – Setor de Ciências Jurídicas – SEDE – Curitiba-PR

Linhas de pesquisa

1. Direito Internacional

Objetivos: Regime Internacional de Propriedade Intelectual: Tratados e Organizações Internacionais (OMC, OMPI e UNESCO) – avaliar o Sistema Internacional de Tutela da Propriedade Intelectual face a revolução tecnológica da informação, das novas formas de comunicação, de expressão, de produção de bens intelectuais e como as novas redes sociais na Internet possibilitam a socialização do conhecimento. Propriedade Intelectual e Direito Concorrencial: compreender a interface do direito concorrencial e da propriedade intelectual nos novos modelos de negócios na Sociedade da Informação com foco no desenvolvimento dos setores produtivos da Economia Criativa.

Palavras-chave: Direito Internacional, Direito de Concorrência, Organização Mundial de Propriedade Intelectual, sistema internacional de patentes, Propriedade Intelectual, Organismos Internacionais

Áreas do conhecimento: Direito Internacional, Propriedade Intelectual, Direito Concorrencial

Setores de atividade: Educação

2. Direitos Autorais e Culturais

Objetivos: As novas formas de produção, consumo e distribuição das informações e

imagens, bem como o barateamento cada vez maior dos meios de produção cultural e o fortalecimento das trocas e redes colaborativas, tornam necessárias as reflexões sobre as inadequações do arcabouço legislativo utilizado para a proteção do trabalhador criativo, e dos consequentes direitos sociais inerentes à produção e circulação da cultura. Os meios de produção disseminados socialmente traduzem uma crise estrutural do capitalismo da exclusividade e da restrição da produção e circulação de bens culturais, demandando repensar a propriedade intelectual e o direito autoral. Torna-se necessário o restabelecimento de equilíbrios ausentes em nosso quadro atual: de um lado, equilíbrio entre o autor, que é, em última instância, o motivo da lei, e o investidor, que promove e divulga a obra. De outro, equilíbrio entre quem consome obras protegidas e o titular dos direitos. É neste âmbito que se insere a presente iniciativa, ao buscar trazer para dentro da academia o debate necessário e a pesquisa para subsidiar as formulações de políticas públicas e tomadas de decisões relativas ao tema.

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito Constitucional, Direitos Fundamentais, direitos culturais, diversidade cultural, Direitos Humanos

Áreas do conhecimento: Direitos culturais, Direito Autoral, economia criativa

Setores de atividade: Educação

3. Direitos das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação

Objetivos: Direitos das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's): identificar o conteúdo da proteção jurídica e o alcance da circulação da produção cultural desenvolvida nas instituições públicas e do regime de concorrência aplicado às novas mídias na Internet.

Palavras-chave: Direito Autoral, direito de acesso a informação, Direito de Informática, Tecnologia da Informação, Tutela jurídica do software, Software Livre

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

4. Economia Criativa

Objetivos: Economia Criativa: Propriedade Intelectual e Desenvolvimento – estudar o Direito Autoral enquanto instrumento jurídico capaz de servir como marco regulatório para a formulação de políticas públicas a fim de fortalecer as indústrias criativas e dinâmicas, com vista a uma Economia Criativa sustentável para o país. Direito Autoral: Direitos Fundamentais e Diversidade Cultural: compreender os efeitos do direito fundamental à cultura sobre os limites do direitos autorais; a proteção e circulação da produção cultural desenvolvida nas instituições públicas; os papéis da cidadania cultural no processo de inclusão social; a função do Estado em matéria cultural, as políticas públicas de cultura e a regulamentação jurídica dos direitos culturais.

Palavras-chave: direito, direitos culturais, Direito Autoral, Direito Constitucional

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, Direito Constitucional, Direitos culturais

Setores de atividade: Educação

5. Propriedade Intelectual

Objetivos: Pesquisa: Propriedade Intelectual e novas Tecnologias da Informação e Comunicação Pesquisa: Direitos Autorais Pesquisa: Economia Criativa: Direitos Culturais e Diversidade Cultural Pesquisa, Propriedade Intelectual, Desenvolvimento e Inovação em saúde

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito de Informática, Direito Comercial, Direito Concorrencial, direito a saúde

Áreas do conhecimento: Direito

6. Direito Empresarial

Objetivos: O Programa de Iniciação Científica - PIC, tem contribuído na formação dos alunos em especial no desenvolvimento do pensamento crítico e do conhecimento científico. A gestão do Programa é de responsabilidade da Coordenadoria de Pesquisa que planeja, acompanha e avalia o PIC.

Palavras-chave: Direito Empresarial, Direito Econômico, Direito Constitucional

Áreas do conhecimento: Direito Público

7. Contratos Internacionais de Transferência de Tecnologia.

Objetivos: Trata-se de linha de pesquisa vinculada ao Núcleo de Pesquisa Avançadas Dossiê das Nações das Faculdades Curitiba. A linha de pesquisa Contratos Internacionais de Transferência de Tecnologia e a Tutela da Propriedade Intelectual: reflexos nas relações internacionais, negócios internacionais e no Direito, pretende: a) Estudar as regras que influenciam a formulação dos contratos e negócios internacionais, de propriedade intelectual e transferência de tecnologia. b) Detalhar a atuação do sistema nacional de proteção, enfocando os limites do Estado, buscando alternativas para o aprimoramento e aplicação adequada do Direito que tutelam a propriedade intelectual e as transferências de tecnologias. c) Analisar nos sistemas de proteção na OMC e OMPI, os instrumentos jurídico-econômicos que possam contribuir para a proteção efetiva da propriedade intelectual, detalhando um sistema de responsabilidade jurídica pela contratação e violação da propriedade intelectual de âmbito nacional e internacional. Professor Pesquisador: Marcos Wachowicz

Palavras-chave: Direito Internacional, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito Internacional, Direito Público, Direito Privado

8. Direitos Autorais e Direitos Culturais

Objetivos: As novas formas de produção, consumo e distribuição das informações e imagens, bem como o barateamento cada vez maior dos meios de produção cultural e o fortalecimento das trocas e redes colaborativas, tornam necessárias as reflexões sobre as inadequações do arcabouço legislativo utilizado para a proteção do trabalhador criativo, e dos consequentes direitos sociais inerentes à produção e circulação da cultura. Os meios de produção disseminados socialmente traduzem uma crise estrutural do capitalismo da exclusividade e da restrição da produção e circulação de bens culturais, demandando repensar a propriedade intelectual e o direito autoral. Torna-se necessário o restabelecimento de equilíbrios ausentes em nosso quadro atual: de um lado, equilíbrio entre o autor, que é, em última instância, o motivo da lei, e o investidor, que promove e divulga a obra. De outro, equilíbrio entre quem consome obras protegidas e o titular dos direitos. É neste âmbito que se insere a presente iniciativa, ao buscar trazer para dentro da academia o debate necessário e a pesquisa para subsidiar as formulações de políticas públicas e tomadas de decisões relativas ao tema.

Palavras-chave: Direito Autoral, Sociedade da informação, Propriedade Intelectual, direitos culturais

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

9. Grupo de Propriedade Intelectual, Inovação e Tecnologia (UFSC)

Objetivos: O grupo por objetivo o estudo da problemática jurídica da transferência de tecnologia, interna ou externamente, estimular e promover a proteção jurídica e a exploração econômica das criações intelectuais e inovações; a negociação e redação dos convênios e contratos de transferência de tecnologia no âmbito do direito da propriedade intelectual.

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacional Privado, Licença de Uso de programa de computador, Tecnologia

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Desenvolvimento de Programas (Software) e Prestação de Serviços em Informática

10. Projeto de Pesquisa desenvolvido por meio do PROJETO PROCULTURA - CAPES/MinC

Objetivos: O PROJETO PROCULTURA promove a formação de recursos humanos de alto nível integrando os programas de mestrado/doutorado da UFSC, UFRJ. Através de projetos conjuntos de pesquisa de média duração sobre a temática dos Direitos Culturais e Direitos Autorais na sociedade contemporânea. Visando assim intensificar, também, o intercâmbio científico no país, por intermédio do envolvimento de equipes acadêmicas de diversas instituições de ensino superior e de pesquisa brasileiras.

Palavras-chave: Direito Autoral, direitos culturais, Direito a Informação

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, Direitos culturais, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

11. Sociedade da Informação: Democracia, Desenvolvimento e Inclusão Tecnológica

Objetivos: A linha de pesquisa tem como objetivo um aprofundamento dos problemas jurídicos decorrentes do surgimento da Sociedade da Informação. Tendo como objetivos:

(i) estudar na Sociedade Industrial e na Sociedade Informação a formação dos conceitos básicos, os fundamentos históricos, econômicos e epistemológicos da nova Sociedade Informacional. (ii) estudar, dentre outros, os temas relacionados com a inclusão digital, democracia, a inclusão tecnológica de modo a buscar o entendimento de como as novas tecnologias da informação TIC's podem auxiliar e propiciar a inclusão digital e social, como o acesso ao consumo pode estimular o desenvolvimento; (iii) enfrentar as questões jurídicas que envolvem a proteção da propriedade intelectual na Sociedade da Informação; (iv) analisar as questões relativas a democracia e a Tecnologia no Estado moderno, os novos ambientes virtuais de formação da cidadania, governo eletrônico requerem uma análise das garantias legais de qualidade e adequação e a proteção ao sigilo e a privacidade. Procura-se divulgar os trabalhos dos professores, pesquisadores e alunos do Curso de Direito da UFSC e do Programa de Pós-graduação mestrado e doutorado CPGD/UFSC.

Palavras-chave: direito informático, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Direitos de Informação, Sociedade da informação, Propriedade Intelectual, Tecnologia da Informação

Áreas do conhecimento: Direito, Ciência da Computação, Bioética

Setores de atividade: Desenvolvimento de Programas (Software) e Prestação de Serviços em Informática, Informática

12. Direito Internacional

Objetivos: Trata-se de linha de pesquisa vinculada ao Instituto de Relações Internacionais - IRI-UFSC. A linha de pesquisa da Tutela da Propriedade Intelectual na Revolução da Tecnologia da Informação, pretende estudar: a) Estudar os tratados internacionais que versam sobre propriedade intelectual relativos ao software. b) Detalhar a atuação do sistema internacional de proteção. Professor Pesquisador: Marcos Wachowicz

Palavras-chave: Direito Internacional, Direito da Propriedade Intelectual, Tutela jurídica do software

Áreas do conhecimento: Direito Internacional

13. Direito Intelectual

Objetivos: Trata-se de linha de pesquisa vinculada ao Instituto Paranaense de Relações Internacionais. A linha de pesquisa da Tutela da Propriedade Intelectual pretende estudar: Estudar os sistemas internacionais de tutela propriedade intelectual : OMPI e OMC. Professor Pesquisador: Marcos Wachowicz

Palavras-chave: Direito Internacional, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito Internacional

14. Direito Civil e Processual Civil

Objetivos: Trata-se de linha de pesquisa vinculada a Pós-graduação em Direito Civil e Processual Civil. A linha de pesquisa de Direito Civil e de Direito Processual, pretende estudar: Analisar as repercussões havidas no Direito Processual com o novo Código Civil. Professor Pesquisador: Marcos Wachowicz

Palavras-chave: Direito Processual Civil, Direito Civil

Áreas do conhecimento: Direito Processual Civil

15. Direito Tributário

Objetivos: Trata-se de linha de pesquisa vinculada a Pós-graduação em Direito Tributário. A linha de pesquisa de Direito Tributário pretende estudar: Analisar o Direito Tributário e os princípios de Direito Econômico Constitucional. Professor Pesquisador: Marcos Wachowicz

Palavras-chave: Direito Tributário, Direito Constitucional

Áreas do conhecimento: Direito Tributário, Direito Econômico, Direito Constitucional

16. Direito da Propriedade Intelectual

17. Direito da Propriedade Intelectual

Projetos

Projetos de pesquisa

2020 - Atual Propriedade Intelectual : Direitos Fundamentais, Diversidade e Desenvolvimento
Descrição: O projeto é continuidade de estudos iniciados há mais de dez anos pelo grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI. O projeto tem como objetivo o estudo do Direito da Propriedade Intelectual na Sociedade da Informação, para compreender os efeitos do direito fundamental à cultura sobre os limites do Direito Autoral; a proteção e circulação da produção cultural desenvolvida nas instituições públicas; os papéis da cidadania cultural no processo de inclusão social; a função do Estado em matéria cultural, as políticas públicas de cultura e a regulamentação jurídica dos direitos culturais
Situação: Em andamento Natureza: Projetos de pesquisa
Alunos envolvidos: Graduação (10); Especialização (10); Mestrado acadêmico (5); Doutorado (4);
Integrantes: Marcos Wachowicz (Responsável); ; Rangel Trindade; Lukas Ruthes Gonçalves; Sérgio Said Staut Júnior; Oscar Cidri; Alice de Perdigão Lana

2020 - Atual Rede Ibero Americana de Propriedade Intelectual - RIAPI
Descrição: PROJETO DE PESQUISA RIAPI Características Gerais*Objetivo GeralObjetivo geral é criar e fortalecer a rede de pesquisa nos aspectos inovadores do direito da propriedade intelectual e dar mais visibilidade aos eventos realizados pelas instituições nessa área.*Objetivos EspecíficosObjetivo específico é o de estimular o conhecimento de temas relacionados a Direito e Propriedade Intelectual no ambiente acadêmico ibero-americano, proporcionando aos participantes uma visão crítica quanto aos aspectos legais, sociais, culturais e econômicos envolvidos no tema.*JustificativaA justificativa da criação da Rede de pesquisadores é a necessidade que a comunidade acadêmica voltada ao estudo da Propriedade Intelectual em toda a América Latina de criar um fórum aberto que se baseia nos laços e interesses comuns que existem entre os países Ibero Latino Americanos, bem como, os povos que constituem a comunidade ibero-americana, com forte vocação de serviço público, e que visa promover o desenvolvimento social e econômico nesta área geográfica e cultural.A Rede é composta por pesquisadores, mestres e doutores, que dedicam seus estudos nas diversas áreas da Propriedade Intelectual, nas seguintes linhas de pesquisa:Regime Internacional de Propriedade Intelectual: Tratados e Organizações Internacionais (OMC, OMPI e UNESCO) - avaliar o Sistema Internacional de Tutela da Propriedade Intelectual face a revolução tecnológica da informação, das novas formas de comunicação, de expressão, de produção de bens intelectuais e como as novas redes sociais na Internet possibilitam a socialização do conhecimento.Direito Autoral, Direitos Fundamentais e Diversidade Cultural: compreender os efeitos do direito fundamental à cultura sobre os limites do Direito Autoral; a proteção e circulação da produção cultural desenvolvida nas instituições públicas; os papéis da cidadania cultural no processo de inclusão social;Propriedade Intelectual e Direito Concorrencial - compreender a interface do direito concorrencial e da propriedade intelectual nos novos modelos de negócios na Sociedade da Informação com foco no desenvolvimento dos setores produtivos da Economia Criativa.
Situação: Em andamento Natureza: Projetos de pesquisa
Alunos envolvidos: Graduação (10); Especialização (10); Mestrado acadêmico (5); Doutorado (4);
Integrantes: Marcos Wachowicz (Responsável); ; Guillermo Palao Moreno

2014 - 2017 Economia Criativa - Construção de Marcos Regulatórios para o Estado do Paraná
Descrição: Bolsista Produtividade em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Fundação Araucária - bolsa produtividade do convênio 679/2014, Chamada 21/2012. Título: A CONSTRUÇÃO DE MARCOS REGULATÓRIOS PARA A ECONOMIA CRIATIVA: Como estratégia de desenvolvimento regional para o Estado do Paraná.Proponente/Coordenador: MARCOS WACHOWICZInstituição/Campus: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR – Setor de Ciências Jurídicas – SEDE – Curitiba-PR
Situação: Concluído Natureza: Projetos de pesquisa
Alunos envolvidos: Graduação (5); Especialização (2); Doutorado (3);
Integrantes: Marcos Wachowicz (Responsável); ;

2014 - 2018 PROJETO CNPq- MinC - Em Busca de um Marco Legal para a Economia Criativa: Reflexos da Sociedade da Informação no Trabalho Criativo da Propriedade Intelectual

Descrição: A economia criativa é um espaço de re-encontro entre a lógica da necessidade econômica e da liberdade típica da criatividade cultural. Sua dinamização na forma de política pública permite reinventar funções políticas e simbólicas do Estado. Dessa forma, comércio e intercâmbios culturais, embora realizados nos mercados e por agentes culturais autônomos, deveriam por princípio e também por necessidade política, se submeterem a lógica do bem público e dos processos democráticos da concentração e de accountability, interesses particulares ganham espaço na dimensão política nos quadros de valorização e reconhecimento da diversidade cultural e de sua associação com o desenvolvimento integral. O Direito Autoral não é um direito absoluto, cujo diapasão de análise seja eminentemente privatista ou mercantilista, nem fruto de uma visão maximalista de tutela e proteção da propriedade intelectual, cujo ideário dominante foi decisivo para consolidar o Acordo TRIPs, isto no ano de 1994, no qual se estruturou também a Organização Mundial do Comércio - OMC sob os auspícios do livre comércio, das reduções das barreiras alfandegárias e da promoção do desenvolvimento e cooperação internacional. Nesse contexto, uma fração, a legislação autoral brasileira, é um instrumento privilegiado que pode regular o processo produtivo da cultura e da criatividade, em especial dos setores criativos, definido a repartição de dividendos, permitindo usos livres pelo público e acolhendo ou rejeitando novos processos produtivos. A necessidade de uma análise crítica da legislação autoral brasileira é muito clara quando se percebe o desequilíbrio em relação ao sentido público e privado, e também, quando se observam manifestações positivas da sociedade civil brasileira com relação a reforma da lei, principalmente no que concerne à precariedade do trabalhador criativo em especial em termos trabalhistas e previdenciários. Tais questionamentos demonstram a urgência e a importância da pesquisa proposta no presente projeto, justificando a necessidade de se fazer uma ampla e profunda reflexão sobre o ordenamento jurídico brasileiro dentro de um contexto real e sistêmica da complexidade da sociedade da informação, para alcançar as soluções jurídicas adequadas para a tutela dos direitos intelectuais dos trabalhadores criativos. Neste sentido, o projeto pretende investigar as necessidades de ruptura paradigmáticas do direito brasileiro no que se refere à propriedade intelectual relacionada ao trabalho criativo dentro dos seguintes contextos que se empreenderão na pesquisa: (i) do contexto internacional; (ii) do contexto nacional; (iii) do contexto cultural; (iv) do contexto da inclusão tecnológica da sociedade da informação; e, (v) do contexto da economia criativa.

Situação: Concluído Natureza: Projetos de pesquisa

Alunos envolvidos: Graduação (6); Mestrado acadêmico (4); Doutorado (3);

Integrantes: Marcos Wachowicz (Responsável); ; Márcia Carla Pereira Ribeiro; Sérgio Staut Jr; Luis Fernando Lopes Pereira

2009 - 2012 Projeto PROCULTURA

Descrição: O projeto insere-se no conjunto das iniciativas do Governo Federal de repensar as diretrizes para a reformulação da política pública de direito autoral do País, bem como para a possível revisão da legislação brasileira de direito autoral, materializadas no âmbito do Fórum Nacional de Direitos Autorais. A obtenção de apoio ao presente projeto de cooperação acadêmica, através do Edital MinC/Capes permitirá a construção de uma sólida base acadêmica para tratamento da questão da regulamentação dos direitos autorais frente à concretização dos direitos culturais, bem como fortalecerá as atividades de pesquisa de ponta e intercâmbio de experiências na área. Concretamente, o presente projeto possibilitará, além do incremento da rede de cooperação acadêmica entre as instituições de ensino superior nacionais participantes, a construção de sólidos paradigmas conceituais para auxílio à tomada de decisões e formulações de políticas públicas nas diferentes esferas, a criação de grupos permanentes interinstitucionais de pesquisa conjunta, a consolidação de linhas de pesquisa e oferecimento regular de novas disciplinas e cursos em torno do mesmo eixo temático nas universidades participantes e a realização de eventos diversos e publicações científicas para ampla divulgação dos resultados da pesquisa.

Situação: Em andamento Natureza: Projetos de pesquisa

Alunos envolvidos: Graduação (10); Mestrado acadêmico (4);

Integrantes: Marcos Wachowicz (Responsável); ;

2008 - 2013 PROCAD - SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: Democracia, Desenvolvimento e Inclusão Tecnológica

Descrição: O PROCAD - SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO tem como objetivo promover a formação de recursos humanos de alto nível integrando os programas de mestrado/doutorado da UFSC, PUCPR, UNISANTOS e UNIBRASIL. Através de projetos conjuntos de pesquisa de média duração sobre a temática Sociedade da Informação: Democracia, Desenvolvimento e inclusão tecnológica. Visando assim intensificar, também, o intercâmbio científico no país, por intermédio do envolvimento de equipes acadêmicas de diversas instituições de ensino superior e de pesquisa brasileiras.

Situação: Concluído Natureza: Projetos de pesquisa

Alunos envolvidos: Graduação (30); Mestrado acadêmico (13); Doutorado (2);

Integrantes: Marcos Wachowicz (Responsável); ; José Isaac Pilati; Márcia Carla Pereira Ribeiro; José Augusto Fontoura Costa; Caroline Proner; Heloisa Gomes Medeiros

2008 - 2013 PROJETO CASADINHO: Novas perspectivas para um velho direito: a propriedade e o meio ambiente

Descrição: O projeto tem por objetivo a qualificação de pessoal para o exercício do magistério superior e a formação de pesquisadores para a investigação científica na área do Direito. O Desenvolvimento de novos conhecimentos, na área do Direito, visando contribuir para a melhoria das instituições nacionais e internacionais. A elaboração de um pensamento crítico, voltado à construção de um Direito mais adequado à realidade dos países da América Latina do século XXI e da nova ordem internacional.

Situação: Concluído Natureza: Projetos de pesquisa

Alunos envolvidos: Graduação (5); Mestrado acadêmico (10);

Integrantes: Marcos Wachowicz (Responsável); ; Danielle Annoni; Ubaldo Cesar Bathazar; José Isaac Pilati; Airton Cerqueira Leite Seelaender; Antonio Carlos Wolkmer; Rogério Silva Portanova; Thais Luzia Colaço; Diana Zerbini de Carvalho Martins; Francisco Viegas Neves da Silva; João Luis Nogueira Matias; Marcio Augusto de Vasconcelos Diniz; Denise Lucena Cavalcante; Rui Verlaine Oliveira Moreira; Afonso de Paula Pinheiro Rocha; Germana Parente Neiva Belchior; Daniel Gomes de Miranda; Ana Stela Vieira Mendes; Juliana Cristine Diniz Campos; Livia Bastos Furtado; Moisés Souza de Sá Costa; Breno Menezes Soares; José Rubens Morato Leite; Raquel F. L. Sparemberger; Juliana de Paula Batista; João Francisco Kleba Lisboa; Maria Helena Ferreira Fonseca; Edinando Luiz Brustolin; Thais dos Santos Casagrande; Enzo Laurentino Cordova

2007 - 2013 GEDAI - Grupo de Estudos de Direito Autoral e Informação

Descrição: O projeto de pesquisa está focado nos desafios da tutela do Direitos Intelectuais na Sociedade da Informação. O grupo de pesquisadores a partir de estudo comparativo analisam os processos de concretização dos direitos culturais e a adequação da regulamentação dos direitos intelectuais frente a estes novos desafios da Sociedade da Informação, tendo como objetivos:

- Compreender os efeitos do direito fundamental à cultura sobre os limites dos direitos autorais;
- Avaliar as conseqüências da revolução tecnológica em andamento e do advento da cultura digital sobre a regulamentação dos direitos autorais;
- Identificar o conteúdo da proteção jurídica e o alcance da circulação da produção cultural desenvolvida nas instituições públicas
- Analisar a tutela jurídica dos novos bens intelectuais advindos da nova Tecnologia da informação com vistas ao desenvolvimento sócio-econômico que promova inovação, inclusão tecnológica e difusão do conhecimento.

Situação: Concluído Natureza: Projetos de pesquisa

Alunos envolvidos: Graduação (2); Mestrado acadêmico (4);

Integrantes: Marcos Wachowicz (Responsável); ; Thais dos Santos Casagrande; Alexandre Pessler; Guilherme Coutinho; Heloisa Medeiros; Amanda Madureira; Pedro Henrique Reschke

Número de produções C,T & A: 7/ Número de orientações: 1;

2007 - Atual GEDAI - Grupo de Estudos de Direito de Autor e Industrial
Descrição: O Grupo de Estudos em Direito Autoral e Industrial – GEDAI, vinculado a Universidade Federal do Paraná – UFPR, tem como principal objetivo estudar todos os aspectos relacionados ao desenvolvimento dos Direitos da Propriedade Intelectual na Sociedade da Informação.
Situação: Em andamento Natureza: Projetos de pesquisa
Alunos envolvidos: Graduação (6); Mestrado acadêmico (4); Doutorado (3);
Integrantes: Marcos Wachowicz (Responsável); ; Márcia Carla Pereira Ribeiro; José Augusto Fontoura Costa; Sérgio Staut Jr
Número de produções C,T & A: 2/ .

2006 - 2013 A Inclusão Tecnológica do Advogado
Descrição: Trata-se de projeto de iniciação científica buscando desenvolver pesquisas sobre o impacto das novas Tecnologias da Informação e a atuação do operador do direito.
Situação: Concluído Natureza: Projetos de pesquisa
Integrantes: Marcos Wachowicz (Responsável); ;

Projetos de desenvolvimento tecnológico

2005 - 2006 Projeto de Inclusão Tecnológica do Advogado
Descrição: O Projeto de Inclusão Tecnológica do Advogado, busca atualizar os operadores do Direito com informações da área Jurídica e Tecnologia da Informação, neste sentido, promove ciclos de palestras, grupos de estudos e simpósios. O projeto busca ainda, facilitar as atividades do dia a dia dos advogados promovendo palestras técnicas e jurídicas voltadas às novas tecnologias necessárias para ao exercício da advocacia. A inclusão tecnológica do advogado tem como foco a Tecnologia da Informação como instrumento para o exercício pleno da profissão. Abordam-se assim os temas: Governo Eletrônico, Informatização do Judiciário, procedimentos judiciais, certificações digitais, informática jurídica, privacidade de dados, dentre outros.
Situação: Concluído Natureza: Projetos de desenvolvimento tecnológico
Integrantes: Marcos Wachowicz (Responsável); ; Marcel Dimitrow Garcia Pereira; Fabio Pacheco Guedes; Fabio Malina Losso; Luiz Gustavo Vardenega Vidal Pinto; Carlos Alberto de Oliveira Casagrande; Fábio André Cheid Silvestre; Elaine Saldan
Financiador(es): Ordem dos Advogados do Paraná Subseção de Curitiba-OAB-PR

2005 - 2006 Comissão prévia Temática do Encontro Brasileiro de Direitos Humanos da OAB
Descrição: A comissão prévia tem por objetivo a organização do Encontro Brasileiro de Direitos Humanos a realizar-se no segundo semestre de 2006, tendo também a responsabilidade de selecionar os trabalhos, a serem enviados pelos convidados e inscritos, para posterior divulgação no Congresso e publicação.
Situação: Concluído Natureza: Projetos de desenvolvimento tecnológico
Integrantes: Marcos Wachowicz (Responsável); ; Priscila Ferreira Blanc; Ubirajara Costódio Filho; Jorge Luiz leski Calmon de Passos; Vanessa Abujamra Farracha de Castro
Financiador(es): Ordem dos Advogados do Brasil-OAB

Projeto de extensão

2017 - Atual Curso de Transformação Digital e Estratégia de Regulamentação da INTERNET
Descrição: O curso está programada para 12 encontros semanais todas quintas feiras, das 14hs às 17hs, início no dia 8 de setembro, local da realização será na Faculdade de Direito da UFPR, nos encontros serão abordados os seguintes temas: 1. Infraestrutura e acesso – Neste encontro se analisará o disposto no MCI no que tange a formulação de políticas públicas de acesso com vistas a ampliar o acesso da população à Internet e às tecnologias digitais, com qualidade de serviço e economicidade. 2. Pesquisa, desenvolvimento e inovação - Neste encontro se analisará a legislação atual com vistas a formular ações para estimular o desenvolvimento de novas tecnologias com a ampliação da produção científica e tecnológica, buscando a solução de grandes desafios nacionais. 3. Confiança no ambiente digital - Neste encontro se analisará o

disposto no MCI no que tange a transformar a Internet em um ambiente seguro, confiável, propício aos serviços e ao consumo, com respeito aos direitos dos cidadãos.4. Educação e capacitação - Neste encontro se analisará o disposto no MCI no que tange formar a sociedade para o mundodigital, com novos conhecimentos e tecnologias avançadas, e prepará-la para o trabalho do futuro.5. Dimensão internacional - Neste encontro se analisará o disposto no MCI numa perspectiva de atuar internacionalmente buscando a promoção dos princípios de ampliação do acesso adotados no Brasil: desenvolvimento da infraestrutura, acesso, qualidade, menor preço e garantia de direitos.6. Economia baseada em dados - Neste encontro se analisará o disposto no MCI no que tange a desenvolver uma economiabrasileira crescentemente digitalizada, dinâmica, produtiva e competitiva, acompanhando a fronteira econômica mundial.7. Mundo de dispositivos conectados - Neste encontro se analisará o disposto no MCI no que tange a acelerar adigitalização de setores produtivos estratégicos e da mão de obra necessária para atuar nestes setores.8. Novos modelos de negócio - Neste encontro se analisará o disposto no MCI no que tange a reconhecer e estimular o papel inovador das plataformas digitais, do comércio eletrônico, das plataformas de economia criativa, e outras formas de empreendedorismo digital.9. Cidadania e governo digital - Neste encontro se analisará o disposto no MCI no que tange a tornar o governo mais dinâmico, mais próximo da população, e mais eficiente para resolver problemas e facilitar a vida do cidadão.10. Transformação Digital - Neste encontro se analisará a legislação de propriedade intelectual atual frente as novas formas de criação e reprodução no ambiente digital.11. Internet das Coisas - Neste encontro se analisará a legislação atual face os novos modelos de negócios que estão sendo estruturados na Internet das coisas.12. Soluções em Blockchain e Bitcoin - Neste encontro se analisará a legislação atual face as transações eletrônicasoperacionalizada através dos chamados smart contract e realizadas com a tecnologia Blockchain e Bitcoin

Situação: Em andamento Natureza: Projeto de extensão

Alunos envolvidos: Graduação (5); Especialização (5); Mestrado acadêmico (4); Doutorado (3);

Integrantes: Marcos Wachowicz (Responsável); ; Rodrigo Otávio Cruz e Silva; Rangel Trindade; Lukas Ruthes Gonçalves; Bibiana Biscaia Virtuoso

2016 - Atual Projeto de Extensão Inovação e Direito: Propriedade Intelectual e Tecnologia

Descrição: A sociedade vive em constante revolução tecnológica. Todos os dias recebemos notícias de novas tecnologias sendo descobertas, criadas e aprimoradas. Com a rapidez com que se muda o sistema, o Direito deve pensar em como tutelá-lo. Não se pode deixar de lado aquele que colabora com esta revolução, de forma que se deve preservar a sua participação. Tendo em vista esse panorama, os participantes do projeto irão cuidar dos contratos referentes à transferência de tecnologia, assegurando a efetividade desta tutela e abrindo discussão para um importante tema ainda pouco estudado dentro da Universidade. OBJETIVO GERAL Projeto de extensão cuja temática central tem como objeto a aproximação prática dos acadêmicos com os estudos de Propriedade Intelectual e tecnologia, auxiliando na realização de contratos de transferência de tecnologia junto à Agência de Inovação da Universidade Federal do Paraná, com auxílio à população que necessita deste tipo de assessoria. OBJETIVO ESPECÍFICOS Os acadêmicos irão aprofundar o conhecimento na área de Propriedade Intelectual, com enfoque em tecnologia. Uma vez na semana, irão à Agência de Inovação da UFPR, onde colaborarão nos processos de transferência de tecnologia, prestando auxílio à população. METODOLOGIA Em um primeiro momento, os acadêmicos serão instruídos em relação à importância deste tema, bem como na forma de realizar de forma efetiva e adequada os referidos contratos. Após, realizarão as atividades junto à Agência de Inovação da UFPR, na qual prestarão auxílio à população que necessita de assessoria para validar os contratos de transferência de tecnologia. O público alvo é a comunidade acadêmica da UFPR e todas as empresas de tecnologia eventualmente envolvidos em projetos de parcerias com ênfase na transferência de tecnologia, na inovação tecnológica e novos processos/produtos tutelados pela propriedade intelectual.

Situação: Em andamento Natureza: Projeto de extensão

Alunos envolvidos: Graduação (5); Especialização (5); Mestrado acadêmico (2); Doutorado (2);

Integrantes: Marcos Wachowicz (Responsável); ; Márcia Carla Pereira Ribeiro; Rodrigo Otávio Cruz e Silva; Rangel Trindade; Lukas Ruthes Gonçalves; Bibiana Biscaia Virtuoso

2016 - Atual Projeto de Extensão Economia Criativa novos Modelos de Gestão Digital – Digitalização de Acervos e Democratização do patrimônio Cultural da FCC.

Descrição: A revolução tecnológica vem ocorrendo em diversas partes do mundo propiciando a criação de uma nova Cultura Digital, na qual ganha relevo a tutela jurídica dos bens culturais. Há uma ampla produção intelectual, especialmente na Fundação Cultural de Curitiba -FCC, que se mantém presa em antiquadas fôrmas de direitos autorais. A FCC e o GEDAI (Grupo de Estudos em Direitos Autorais e Industriais) buscam democratizar o acesso ao conhecimento, ampliando o acesso da população aos materiais produzidos na no contexto da sociedade paranaense e academia. Assim sendo, os participantes do projeto cuidarão da ampliação da disponibilização e acesso do acervo cultural da FCC de publicações próprias, e na conscientização da de políticas públicas voltadas a fomentar modelos de Economia Criativa, com vistas a se disponibilizar abertamente o conhecimento aqui produzido no Estado do Paraná. Resultados Esperados O Projeto pretende alcançar os seguintes resultados: a) Consolidação de linhas de pesquisa na área temática Marcos Legais para a Economia Criativa brasileira; b) Capacitação de profissionais de nível superior para o exercício de carreiras jurídicas relacionadas à área da economia criativa; c) Construção de sólidos paradigmas conceituais para a realização de futuros estudos críticos sobre o tema do projeto, e ser utilizada, sobretudo, por tomadores de decisões e formuladores de políticas públicas nos níveis local, nacional e internacional. d) Sugestões legislativas para atualização, complementação ou reformulação da legislação cultural brasileira abrangida pelos setores criativos que sejam objeto de investigação do projeto. e) Publicação de uma obra fruto dos estudos e pesquisas realizadas sobre a temática central do presente projeto com a participação de todos os pesquisadores, bem como o encaminhamento dos artigos científicos produzidos, em conjunto ou individualmente, ao longo da vigência deste, para o CNPq com vistas à possível publicação e sua divulgação por meio do Observatório Brasileiro de Economia Criativa (OBEC) e dos Observatórios Estaduais de Economia Criativa, que comporão a Rede de Informação e Monitoramento sobre Economia Criativa Brasileira. f) Ampla divulgação dos resultados da pesquisa através de publicações científicas, a saber seminário aberto ao público, com posterior publicação de anais. A pesquisa terá uma abordagem interdisciplinar por ser a economia criativa um tema transversal. A linhas de pesquisa da dogmática se realizarão a partir da conjugação de três elementos centrais: (i) a análise econômica do direito; (ii) análise do sistema internacional de tutela da propriedade intelectual; e, (iii) análise dos instrumentos históricos e hermenêuticos da legislação autoral brasileira.

Situação: Em andamento Natureza: Projeto de extensão

Alunos envolvidos: Graduação (4); Mestrado acadêmico (2); Doutorado (2);

Integrantes: Marcos Wachowicz (Responsável); ; Ana Luiz dos Santos Rocha

2015 - 2017 Centro de apoio ao pequeno empreendedor da Faculdade de Direito da UFPR - 2a edição

Descrição: Marcos Wachowicz atuou como vice-coordenador no Projeto de Extensão Universitária Centro de apoio ao pequeno empreendedor, cumprindo 272 horas de atividades no período de 01/05/2015 a 31/12/2015.

Situação: Concluído Natureza: Projeto de extensão

Alunos envolvidos: Graduação (15); Mestrado acadêmico (4); Doutorado (2);

Integrantes: Marcos Wachowicz (Responsável); ; Márcia Carla Pereira Ribeiro

2015 - 2015 Oficina de Direitos Autorais e Recursos Educacionais Abertos (REA): movimento rumo a democratização do conhecimento

Descrição: OBJETIVO GERAL Contribuir para o aperfeiçoamento dos profissionais que atuam com a produção de Recursos Educacionais Abertos - REA, dando-lhes uma visão ampla dos Direitos Autorais envolvidos no processo de elaboração e desenvolvimento dos conteúdos, fornecendo as bases teóricas e práticas para atuação no mercado. A construção de forma colaborativa do conhecimento com a utilização de Recursos Educacionais em Ambientes Digitais, isto nas modalidades presencial e à distância (EaD), torna imprescindível um repensar amplo do Direito Autoral e das formas tradicionais de licenciamento. METODOLOGIA As oficinas terão um conteúdo

eminentemente voltado a proporcionar o aprendizado prático, através da aplicação do conhecimento teórico adquirido durante as exposições. Durante a oficina serão disponibilizados aos participantes, individualmente, cópias integrais do material, possibilitando a análise prática dos casos abordados. As oficinas serão ministradas por mestres e doutores.

Situação: Concluído Natureza: Projeto de extensão

Alunos envolvidos: Graduação (50); Especialização (50); Mestrado acadêmico (12); Doutorado (5);
Integrantes: Marcos Wachowicz (Responsável); ; José Augusto Fontoura Costa

2014 - 2014 Centro de apoio ao pequeno empreendedor da Faculdade de Direito da UFPR

Descrição: Projeto de extensão universitária cumprindo 288 horas de atividades no período de 01/04/2014 a 31/12/2014, na qualidade de vice-coordenador do projeto. A coordenação geral é a professora Marcia Carla Pereira Ribeiro. OBJETIVO: Fornecer orientações em matéria relacionadas às formas de organização empresarial e suas maiores potencialidade de litígio, por meio da criação de um Núcleo de Apoio ao Pequeno Empreendedor, possibilitando ao público alvo de micro e pequenos empreendedores maior compreensão das categorias jurídicas que circundam suas iniciativas econômicas.

Situação: Concluído Natureza: Projeto de extensão

Alunos envolvidos: Graduação (30); Especialização (5); Mestrado acadêmico (3); Doutorado (2);
Integrantes: Marcos Wachowicz; Márcia Carla Pereira Ribeiro (Responsável)

2013 - Atual Projeto de Extensão Universitária - Seminário Internacional de Propriedade Intelectual

Descrição: Realização semestral de Seminários Internacionais sobre Propriedade Intelectual e as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação na Sociedade Informacional OBJETIVO GERAL O objetivo geral dos Seminários formar uma rede integrada de pesquisadores sobre a reforma da lei de direitos autorais no Brasil, e suas interfaces nos setores da economia criativa a partir das peculiaridades de cada região do Brasil. Isto é, somente a partir da dinâmica sócio-cultural, econômica e política é que se fará possível a construção de uma massa crítica especializada no desafio de construir um novo marco regulatório. OBJETIVOS ESPECÍFICOS • Aprofundar o estudo sobre os fundamentos jurídicos do Direito de Autor em suas relações com as novas tecnologias, e o direito de Informação e acesso na INTERNET com vistas a revisão da legislação autoral brasileira. • Analisar nos sistemas de proteção na OMC e OMPI, bem como os instrumentos jurídico-econômicos que possam contribuir para a proteção efetiva da propriedade intelectual detalhando de forma crítica com a nova economia criativa. • Apresentar um mapeamento estatístico e jurisprudencial quantitativo e qualitativo dos principais tribunais brasileiros e estrangeiros sobre o tema da pesquisa. METODOLOGIA • Aprofundar o estudo sobre os fundamentos jurídicos do Direito de Autor em suas relações com as novas tecnologias, e o direito de Informação e acesso na INTERNET com vistas a revisão da legislação autoral brasileira. • Detalhar a nova proposta do sistema nacional de proteção, enfocando os limites do Estado, buscando alternativas para o aprimoramento e aplicação adequada do Direito Autoral com vistas a preservar a liberdade de informação e de acesso ao conhecimento e a cultura. • Analisar nos sistemas de proteção na OMC e OMPI, bem como os instrumentos jurídico-econômicos que possam contribuir para a proteção efetiva da propriedade intelectual detalhando de forma crítica com a nova economia criativa. • Apresentar um mapeamento estatístico e jurisprudencial quantitativo e qualitativo dos principais tribunais brasileiros e estrangeiros sobre o tema da pesquisa.

Situação: Em andamento Natureza: Projeto de extensão

Alunos envolvidos: Graduação (30); Especialização (30); Mestrado acadêmico (20); Doutorado (5);
Integrantes: Marcos Wachowicz (Responsável); ; José Augusto Fontoura Costa

2013 - Atual Boletim de Direito Autoral e Industrial do GEDA I /UFPR

Descrição: O Boletim Informativo do Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial busca divulgar as pesquisas realizadas na área do Direito da Propriedade Intelectual. Possui número de ISSN: 2177-7497 Os boletins informativos do GEDA I/UFPR em formato digital são enviados para a comunidade científica e para as listas de discussões de especialistas nacionais e estrangeiros. O Boletim do GEDA I/UFPR é um veículo de informação que aborda mudanças legislativas,

tendências jurisprudenciais e atualizações bibliográficas recentes na área do direito intelectual. A sua publicação é em meio digital, sendo disponibilizada no site : <http://www.gedai.com.br/?q=pt-br/boletins>

Situação: Em andamento Natureza: Projeto de extensão

Alunos envolvidos: Graduação (15); Especialização (5); Mestrado acadêmico (3); Doutorado (3);
Integrantes: Marcos Wachowicz (Responsável); ;

Outros tipos de projetos

2020 - 2021 PROGRAMA DE VOLUNTARIADO ACADÊMICO

Descrição: Certificamos que o Professor MARCOS WACHOWICZ, registrado(a) sob matrícula SIAD nº 203599 orientou, no PROGRAMA DE VOLUNTARIADO ACADÊMICO, o(a) acadêmico(a) VINÍCIUS SILVA NASCIMENTO, registrado(a) sob número de matrícula GRR20172860, no período de 11/12/2020 a 10/05/2021, no(a) DEPARTAMENTO DE DIREITO PRIVADO (ATIVIDADES ORIENTADAS REMOTAMENTE), com carga horária semanal de 4 horas, totalizando 88 horas.

Situação: Concluído Natureza: Outros tipos de projetos

Alunos envolvidos: Graduação (10); Mestrado acadêmico (5); Doutorado (4);

Integrantes: Marcos Wachowicz (Responsável); ; VINÍCIUS SILVA NASCIMENTO

2020 - 2021 PROGRAMA DE VOLUNTARIADO ACADÊMICO

Descrição: Certificamos que o(a) Professor(a) MARCOS WACHOWICZ, registrado(a) sob matrícula SIAD nº 203599 orientou, no PROGRAMA DE VOLUNTARIADO ACADÊMICO, o(a) acadêmico(a) ISABELLA MOREIRA DE BRITTO, registrado(a) sob número de matrícula GRR20186445, no período de 11/12/2020 a 10/05/2021, no(a) DEPARTAMENTO DE DIREITO PRIVADO (ATIVIDADES ORIENTADAS REMOTAMENTE), com carga horária semanal de 4 horas, totalizando 88 horas.

Situação: Concluído Natureza: Outros tipos de projetos

Alunos envolvidos: Graduação (10); Mestrado acadêmico (5); Doutorado (4);

Integrantes: Marcos Wachowicz (Responsável); ; ISABELLA MOREIRA DE BRITTO

2008 - 2014 PROCAD: Sociedade da Informação: Democracia, Desenvolvimento e Inclusão Tecnológica

Descrição: O PROCAD irá promover a formação de recursos humanos de alto nível integrando os programas de mestrado/doutorado da UFSC, PUCPR, UNISANTOS e UNIBRASIL. Através de projetos conjuntos de pesquisa de média duração sobre a temática Sociedade da Informação: Democracia, Desenvolvimento e inclusão tecnológica. Visando assim intensificar, também, o intercâmbio científico no país, por intermédio do envolvimento de equipes acadêmicas de diversas instituições de ensino superior e de pesquisa brasileiras.

Situação: Concluído Natureza: Outros tipos de projetos

Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico (2);

Integrantes: Marcos Wachowicz (Responsável); ; Diana Zerbini de Carvalho Martins; Francisco Viegas Neves da Silva

2003 - 2005 Implantação do Escritório Modelo - Estágio Obrigatório

Descrição: Implantação do Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito da Faculdade Dom Bosco - Curitiba.

Situação: Concluído Natureza: Outros tipos de projetos

Integrantes: Marcos Wachowicz (Responsável); ; Gilvan Brogini; Luciano Marchesini

Financiador(es): Faculdade Dom Bosco-DOM BOSCO

Membro de corpo editorial

1. Revista Jurídica da Presidência

Vínculo

2020 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

Membro do Conselho de Consultores ad hoc da Revista Jurídica da Presidência. ISSN: 2236-3645 - Qualis A1

2. GRUR International – Journal of European na International IP Law

Vínculo

2019 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

O GRUR International é um periódico mensal, revisado por pares, que transita de uma publicação em alemão para o idioma inglês a partir de 2020. A revista trata cientificamente dos campos de PI e Direito da Concorrência, bem como das áreas relacionadas a eles. Com o apoio do Max Planck Institute for Innovation and Competition de Munique- Alemanha

3. Reflexão e Ação

Vínculo

2018 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

Reflexão e Ação é um canal de discussão das problemáticas contemporâneas da área educacional, compreendidas em sua historicidade e complexidade. Desse modo, se constitui em instrumento de divulgação da produção científica de pesquisadores e de pesquisadoras da área da educação e afins, que em seu conjunto, constituem um processo de mediação entre a ação e a reflexão da práxis educativa e pedagógica. Conta, para tanto, com a contribuição de educadores/as e pesquisadores/as ligados a instituições de expressão nacional e/ou internacional. Desde sua origem, a linha editorial da revista foi, em boa parte, expressão das mediações educativas do Departamento de Educação da universidade. Isso se explica nos temas gerais mais enfocados, como formação de professores e educação popular. Na medida em que se qualificam as publicações, por ora gestadas a partir do Programa de Pós-Graduação em Educação, amplia-se o universo temático da revista Reflexão e Ação, contemplando as linhas de pesquisa do Mestrado, cujos focos são: Educação, Trabalho e Emancipação; Identidade e Diferença na Educação; e, Aprendizagem, Tecnologias e Linguagens na Educação. Através dessa linha editorial, ligada à área de ciências humanas e sociais e mais especificamente à educação, Reflexão e Ação institui-se como um canal de visibilidade e reforço aos vínculos criadores de novos conhecimentos entre as universidades e o conjunto da sociedade. A Reflexão e Ação não cobra dos autores taxas para submissão, avaliação e publicação dos artigos.

4. Revista de Direito da Universidade Federal de Viçosa

Vínculo

2018 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

Revista de Dir Departamento de Direito Universidade Federal de Viçosa - MG
www.revistadir.ufv.br www.facebook.com/revistadireito da Universidade Federal de Viçosa.

5. REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Vínculo

2018 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:
Revista de Informação Legislativa, periódico editado pelo Senado Federal e qualificado como A2 pelo Qualis.

6. REVISTA PROPIEDAD INTELECTUAL

Vínculo

2017 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

Revista Propiedad Intelectual, en su nueva etapa, como instrumento de divulgación del Centro de Investigaciones en Propiedad Intelectual y del Programa de Postgrado en Propiedad Intelectual de la Universidad de Los Andes, Mérida - Venezuela, en esta ocasión la invitación es en calidad de árbitro para evaluar uno de los trabajos que hemos recibido para su publicación en nuestro ejemplar número 20.

7. Revista de Direito PPGDir./UFRGS

Vínculo

2017 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

Revista de Direito PPGDir./UFRGS. A revista Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir./UFRGS é a publicação virtual e impressa, livremente acessível, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Seu propósito é colaborar com o aperfeiçoamento do estudo jurídico nacional e internacional, fomentando a pesquisa e a difusão, pública e gratuita, de conhecimento. Mantém-se o compromisso com a produção científica qualificada nos mais variados âmbitos do Direito e a consolidação de um espaço de publicação para autores consagrados e jovens pesquisadores, entendendo-se que a livre difusão do conhecimento científico é escopo precípua da universidade pública. O enfoque temático desta publicação se direciona, sobretudo, às linhas de pesquisa desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Compreendendo o Doutorado e o Mestrado, este Programa apresenta como peculiaridade o transpasse, em suas quatro áreas de concentração (Direito Privado, Direito Público, Teoria do Direito e Direito Internacional) de uma mesma ideia nuclear, sintetizada na expressão "Fundamentos da Experiência Jurídica". Em torno dessa ideia se agrupam três linhas de pesquisa: Fundamentos Dogmáticos da Experiência Jurídica; Fundamentos Teórico-Filosóficos da Experiência Jurídica; e Fundamentos da Integração Jurídica.

8. REVISTA OPINIÃO JURÍDICA (FORTALEZA)

Vínculo

2017 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

A Revista Opinião Jurídica (ISSN 1806-0420 e-ISSN 2447-6641) tem periodicidade semestral e, a partir de 2017, passou a ser veiculada apenas por via eletrônica. O periódico atende aos padrões internacionais, de acordo com o governo brasileiro, o qual lhe outorga estrato A2 no ranking de periódicos do Programa Qualis da Capes. É um periódico da área do Direito, que tem como intuito a divulgação de pesquisas científicas de excelência, com alto grau de exogenia (de pelo menos 75%), observadas as linhas de pesquisa da revista: - Constituição, Estado e Sociedade- Direito, Acesso à Justiça e Solução de Litígios- Direito, Estado e Acesso ao Desenvolvimento- Direitos Humanos e Fundamentais- Epistemologia Jurídica, Metodologia Jurídica e Editoria Jurídica- Teoria Política e do Direito

9. Revista Jurídica da UNI7

Vínculo

2017 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

Revista Jurídica do Centro Universitário 7 de Setembro (UNI7) materializa a produção acadêmica de pesquisadores voltada à linha de relações privadas e desenvolvimento, área de concentração do Programa de

Pós-graduação em Direito, que foi criado no final de 2015. Destina-se à divulgação de artigos científicos, resultados de pesquisa, ensaios, traduções e resenhas. A Revista é publicada ininterruptamente desde 2005. Desde 2015, quando foi enviada a proposta de criação do Curso de Mestrado em Direito da UNI7, o Periódico passou por uma reestruturação, a fim de se adequar aos novos rumos científicos da Instituição, passando a ter periodicidade semestral e publicação apenas eletrônica, com acesso gratuito através do sistema de periódicos abertos (Open Journal System). Posiciona-se atualmente no estrato B1, conforme avaliação do sistema WebQualis da Capes (2016), e mantém permuta com as principais bibliotecas nacionais e estrangeiras.

10. revista do Centro de Investigação Jurídica do Ciberespaço

Vínculo

2017 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

revista do Centro de Investigação Jurídica do Ciberespaço da Faculdade de direito da Universidade de Lisboa, por acreditarmos num debate e partilhas multidisciplinares, convidamos autores, de excelência, de diversas áreas do conhecimento. O intuito é o de sempre: que possam trazer um pouco do seu saber e o partilhem com a sociedade. Por termos todos muito a ganhar com tal partilha, o convite prontamente aceite, traduziu-se neste número. É uma honra poder apresentar-vos tal resultado final. Nos moldes habituais, no separador de sempre: www.cijic.org/publicacao

11. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro

Vínculo

2017 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro ("RDM") desde 1951 tem enorme importância no desenvolvimento do direito comercial brasileiro. A revista está aberta às mais diversas abordagens teóricas e metodológicas, inclusive a textos interdisciplinares, no formato de artigos, comentários jurisprudenciais e resenhas, desde que relacionados às áreas da linha editorial. A Equipe RDM aproveita a oportunidade para demonstrar sua preocupação com a ampliação da diversidade em suas publicações. Nesse sentido, incentivamos o envio de artigos por autores e autoras de todos os gêneros, origens, etnias, idades e/ou que se encaixem em outros grupos que sofram com qualquer processo de discriminação.

12. Revista da Faculdade de Direito da UFMG

Vínculo

2016 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

Revista da Faculdade de Direito da UFMG tem como objetivo primordial veicular os artigos de colaboradores nacionais e internacionais bem como de professores da própria Faculdade de Direito da UFMG, da maior importância e das pesquisas nela levadas a efeito. Com isto pretende não só divulgar o esforço científico elaborado, como possibilitar a sua informação a trabalhos semelhantes desenvolvidos no Brasil e no mundo.

13. Revista Jurídica da FA7

Vínculo

2016 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

Parecerista Ad Hoc da Revista Jurídica da FA7 <http://www.uni7setembro.edu.br/revistajuridica/>

14. Revista direitos fundamentais & democracia (UniBrasil)

Vínculo

2016 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

Revista em Direitos Fundamentais e Democracia é um periódico online, de acesso aberto, com artigos publicados sob a licença Creative Commons Atribuição (by). É indexada nas principais bases de dados nacionais e internacionais. Aceita artigos na sistemática de fluxo contínuo. Com periodicidade quadrimestral, destaca-se nacionalmente e internacionalmente por publicar artigos na área de direito constitucional, direito internacional, direito da integração, sempre sob o enfoque dos direitos fundamentais, democracia e dos direitos humanos, buscando-se uma análise crítica dos temas pesquisados, de forma a valorizar a técnica e o rigor acadêmico. Publica artigos teóricos e empíricos de pesquisas nas diversas áreas que formam os estudos acima nominados. Missão: Tornar-se um periódico de referência nacional e internacional, buscando critérios que valorizem os Direitos Fundamentais e a Democracia, pautando-se por uma visão crítica do tema, tanto no contexto nacional, quanto internacional.

15. Revista Jurídica Luso-Brasileira (RJLB)

Vínculo

2015 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

A Revista Jurídica Luso-Brasileira (RJLB) é uma publicação de âmbito internacional que visa promover a produção e partilha científicas na área do Direito e em áreas afins. A Revista Jurídica Luso-Brasileira (RJLB) procura contribuir prioritariamente para a cultura jurídica de Portugal e do Brasil, facultando o acesso a trabalhos que possam ser entendidos como representativos da vanguarda científica em ambos os países. A Revista Jurídica Luso-Brasileira (RJLB) abre as suas páginas aos estudiosos de todos os ramos do Direito e de todas as matérias que sejam objecto do ensino e da formação jurídicas, e aos de todas as ciências que contribuam para a maturação interdisciplinar da Ciência Jurídica.

16. Revista de Direito Intelectual (RDI)

Vínculo

2014 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

A Revista de Direito Intelectual (RDI) é publicada pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual, com apoio da Universidade de Lisboa-Portugal. A sua publicação é semestral e tem como objetivo promover a difusão dos estudos sobre a propriedade intelectual.

17. Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA

Vínculo

2014 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

Consultor ad hoc para elaboração de parecer junto ao Conselho Editorial da Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA

18. PIDCC - Revista de Propriedade Intelectual - Direito Contemporâneo e Consti

Vínculo

2012 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

A REVISTA DE PROPRIEDADE INTELLECTUAL - DIREITO CONTEMPORÂNEO E CONSTITUIÇÃO é uma revista científica acadêmica eletrônica que nasce com o propósito de disseminar o conhecimento nos mais diversos ramos da Ciência, proporcionando aos profissionais, professores da área jurídica de propriedade intelectual e de outras áreas do conhecimento, bem como aos acadêmicos, um espaço para publicação de artigos, monografias, resenhas e comentários de acórdãos para

pesquisa e debates sobre o Direito da Propriedade Intelectual e áreas transversais e multidisciplinar. Os textos abordam aspectos críticos envolvendo tópicos na área Direito da propriedade Intelectual, Direito do Estado, Direito Constitucional, Direito da Seguridade Social, Direito do Trabalho, Direito Empresarial, Direito Internacional, Filosofia, Filosofia do Direito, Direito Criminal, Administração, Economia, Relações Internacionais, Ciências da Vida, da Terra e Exatas. Busca ser expressão do grupo de pesquisa em direito da propriedade industrial/ Visão Interdisciplinar e também buscar ser expressão para os pesquisadores de outras instituições, preferencialmente ligados a Universidade Federal de Sergipe. Tem periodicidade quadrimestral e Edições especiais.

19. Revista Eletrônica Jurídica (REJUR)

Vínculo

2012 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

A Revista Eletrônica Jurídica (REJUR) constitui periódico científico da área do Direito editado semestralmente pela Faculdade Cenecista de Campo Largo (FACECLA). A REJUR objetiva ampliar os conhecimentos em Direito mediante a publicação de trabalhos de pesquisa, análises teóricas e resenhas de interesse acadêmico e prático, elaborados por pesquisadores, docentes e discentes dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito ou de áreas correlatas.

20. Revista de Direito Econômico e Socioambiental

Vínculo

2010 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

A Revista de Direito Econômico e Socioambiental é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da PUCPR fiel a área de pesquisa do programa e das linhas de pesquisa em Estado, Atividade Econômica e Desenvolvimento Sustentável e Sociedades e Direito.

21. A Pensar: Revista de Ciência Jurídica

Vínculo

2009 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

A Pensar: Revista de Ciência Jurídica é uma publicação do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade de Fortaleza e destina-se a divulgação de artigos científicos, resultados de pesquisa, ensaios, traduções e resenhas. O periódico nasceu em 1992 e desde 2008 apresenta periodicidade semestral, com distribuição gratuita para instituições do Brasil e do exterior, mediante permuta. A submissão de trabalhos ocorre em fluxo contínuo e a apreciação segue o sistema de double blind peer review. site: <http://www.unifor.br> - ISSN no. 1519-8464.

22. Revista Brasileira de Direito IMED

Vínculo

2008 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

A membro do conselho consultivo da Revista Brasileira de Direito da Faculdade Meridional do Rio Grande do Sul com publicação semestral, tem como temática os novos direitos, cultura e direitos humanos.

23. Revista de Direito Empresarial

Vínculo

2008 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

Membro ad hoc do conselho editorial da Revista de Direito Empresarial sob a coordenação da Dra. Márcia Carla Pereira Ribeiro e Dr. Oksandro Gonçalves, apresenta mestralmente a pesquisa científica realizada pelas universidades no campo do Direito de Empresa como instrumento de estabilização das relações sociais.

24. Revista de Ciências Sociais e Políticas do ISCSP - Portugal

Vínculo

2008 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

Membro do Conselho Científico - Referees - da Revista de Ciências Sociais e Políticas do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa -Portugal. As temáticas objeto de estudo estão relacionadas a administração pública, ciência política, comunicação social, sociologia, política social, antropologia, geopolítica, história, relações internacionais.

25. Revista Criação Especializada em Propriedade Intelectual

Vínculo

2008 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

Revista Acadêmica Criação é publicação do regular do Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual - IBPI.

26. Boletim Informativo de Direito Autoral do GEDAI

Vínculo

2007 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

O Grupo de Estudos sobre Direitos Autorais e Industrial da Universidade Federal do Paraná (GEDAI-UFPR) tem por objetivo estudar todos os aspectos relacionados ao desenvolvimento dos Direitos Autorais na Sociedade da Informação. As tecnologias digitais trouxeram um novo cenário para a criação de bens intelectuais, razão pela qual os Direitos Autorais sofrem um grande impacto. Surgiram para proteger bens culturais no contexto do século XIX e, apesar das atualizações normativas, ainda se verifica uma grande distância entre as práticas e a lei. O GEDAI foi constituído em maio de 2007 tendo como finalidade principal estudo da Propriedade Intelectual na Sociedade da Informação. Assim, o projeto de pesquisa que deu origem ao grupo está focado nos desafios da tutela dos Direitos Intelectuais na Sociedade da Informação. A divulgação dos trabalhos se realizará também por meio do site: <http://www.gedai.com.br> divulgação também será realizada através de boletins informativos em formato digitais enviados para a comunidade científica e para as listas de discussões de especialistas nacionais e estrangeiras. O boletim se constitui num veículo de informação abordando as mudanças legislativas, as tendências jurisprudenciais e as atualizações bibliográficas recentes na área do direito intelectual.

27. Revista Jurídica Ius Gentium

Vínculo

2007 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

Revista Jurídica Ius Gentium do Curso de Direito da Faculdade Internacional de Curitiba - FACINTER

28. Relações Internacionais no Mundo Atual

Vínculo

2004 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:
Membro do Conselho Científico da Revista de Relações Internacionais no Mundo Atual das Faculdades Integradas Curitiba - FIC

29. Revista do Direito (Santa Cruz do Sul)

Vínculo

2003 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:
Membro do Conselho Editorial da Revista do Direito da UNISC-RS é vinculada ao Departamento de Direito da UNISC e ao Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado - PPGD, tendo como editor: Hugo Thamir Rodrigues. site: <http://www.unisc.br/edunisc/direito.htm>

30. Editora Juruá

Vínculo

2000 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:
Membro do Conselho Editorial na área do Direito da Editora Juruá. Fundada há 38 anos, a Juruá Editora dedicou-se inicialmente à produção da periódica Revista de Jurisprudência Brasileira, a qual atingiu todo o território nacional, tornando-se obrigatória em escritórios de advocacia e tribunais. Posteriormente, a Juruá passou a desenvolver obras legislativas com notório padrão de qualidade, não só pela atualidade de suas publicações, mas também por estas remeterem ao texto anterior da lei, uma inovação promovida pela Editora. site: <http://www.jurua.com.br>

Revisor de projeto de agência de fomento

1. Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco - FACEPE

Vínculo

2015 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:
Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco - FACEPE. Membro avaliador de mérito científico de projetos submetidos à FACEPE na área do Direito.

2. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

Vínculo

2014 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:
Atuação como parecerista em processos junto a CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, para análise de mérito dos projetos de pesquisa.

3. Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUND. ARAUCÁRIA

Vínculo

2014 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

4. Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FAPEMA

Vínculo

2012 - Atual Regime: Parcial

Outras informações:

Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, foi instituída pela Lei Complementar nº 060, de 31 de janeiro de 2003. Tem como objetivo estimular a ciência e a tecnologia no Maranhão, proporcionando aos pesquisadores maranhenses condições para a realização de projetos de pesquisa e intermediando a transformação do conhecimento científico em instrumento capaz de contribuir com a redução das assimetrias sociais. É também objetivo da FAPEMA contribuir para a divulgação da ciência e tecnologia: formação de recursos humanos; fomento a pesquisa; proteção intelectual e disseminação da cultura de inovação tecnológica.

Áreas de atuação

1. Direito da Propriedade Intelectual
2. Direito Autoral
3. Direito Internacional Privado
4. Direito da Informática
5. Direito Comercial

Idiomas

Alemão	Compreende Bem , Fala Razoavelmente , Escreve Razoavelmente , Lê Razoavelmente
Inglês	Compreende Bem , Fala Bem , Escreve Bem , Lê Bem
Espanhol	Compreende Bem , Fala Bem , Escreve Bem , Lê Bem
Francês	Compreende Bem , Fala Razoavelmente , Escreve Pouco , Lê Razoavelmente
Italiano	Compreende Bem , Fala Bem , Escreve Razoavelmente , Lê Bem

Prêmios e títulos

2008	Professor Homenageado - Patrono de Turma, Universidade Federal de Santa Catarina
2004	Professor Homenageado, Universidade Federal do Paraná
2001	Professor Homenageado, Unicenp

Produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

1. WACHOWICZ, MARCOS; D'AMICO, G. F.

As performances criadas por inteligência artificial: reflexo dos algoritmos na ressurreição digital.. Revista Rede de Direito Digital, Intelectual & Sociedade. , v.vol.2, p.17 - 37, 2022.

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, ressurreição digital, Direito Informático

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [<https://www.ioda.com.br>]

O presente artigo busca compreender como a utilização da tecnologia de deepfake influencia nos projetos de ressurreição digital. Esses projetos permitem inserir digitalmente atores já falecidos em obras novas. O deepfake consiste em um processo de inteligência artificial em que a máquina consegue combinar materiais para criar obras novas. A combinação entre as duas tecnologias pode ser vista na exposição Dalí Lives, onde o artista foi digitalmente recriado para interagir com os visitantes do museu. Para isso, utiliza-se como método de estudo, referências bibliográficas de caráter multidisciplinar, legislativas e jurisprudenciais, no Brasil e nos Estados Unidos. Serão apresentados os conceitos de ambas as tecnologias. Em seguida, será discutido, como funciona os direitos dos intérpretes e como ficam nas situações envolvendo as deepfakes. Por fim, será analisado como tem sido discutida a titularidade das obras intelectuais criadas por aplicações de inteligência artificial. Conclui-se que no Brasil, a lei não prevê esses tipos de situações, deixando a titularidade nesse material aberta para discussões, evidenciando a necessidade de uma adequação legislativa para dirimir eventuais conflitos que poderão advir da implementação dessas tecnologias no país.

2. WACHOWICZ, MARCOS; LANA, Pedro de Perdigão

O Direito de Autor Europeu entre Mercados, flexibilidades e cultura.. Revista de Direito Intelectual. , v.vol. I, p.181 - 210, 2022.

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Tecnologia da Informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Vários

O Direito de Autor é um campo jurídico especialmente ligado à cultura. Nas últimas décadas parecem secundarizar essa finalidade cultural, em especial nos esforços de harmonização internacional e regional ligados a aspectos comerciais. A União Europeia chama a atenção não apenas pela maior imperatividade direta de suas normas nos Estados-membros, mas também pela histórica construção jurídica das instituições comunitárias terem forte foco na diversidade e preservação cultural, ao menos em um nível discursivo. Esses atos normativos comunitários sobre direitos de autor, com teor demasiadamente rígido e eminentemente empresarialista, parecem prejudicar principalmente o interesse público e os estímulos à uma cultura europeia pujante e diversa, cuja proteção está claramente fixada nos tratados originários e normas derivadas da UE. Investigamos neste artigo essa contradição a partir de revisão bibliográfica da doutrina de Portugal, tradicionalmente crítica nesse campo, apontando ferramentas e exemplos concretos (nacionais e comunitários) de disputa em prol de um sistema de direitos intelectuais que verdadeiramente seja capaz de proporcionar um ambiente cultural fértil.

3. WACHOWICZ, MARCOS

Arbitraje em Contratos Internacionais de Transferência de Tecnologia. Revista Rede de Direito Digital, Intelectual & Sociedade. , v.vol. I, p.375 - 379, 2021.

Palavras-chave: direito, Direito Internacional Privado, Arbitragem

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Internacional, Direito Autoral

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Português. Home page: [<https://www.ioda.com.br>]

Trata-se de uma Resenha Crítica da obra Arbitragem em Contratos Internacionais de Transferência de Tecnologia do autor Guillermo Palao Moreno, que possui uma abordagem profunda e exaustiva sobre a importância de uma prática de prevenção e de eficientes métodos de solução de controvérsias, com especial foco na arbitragem internacional.

4. WACHOWICZ, M.

A Propriedade Intelectual como Estratégia de Combate à COVID-19. Revista de Direito Intelectual. , v.N.º2, p.179 - 201, 2020.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, covid-19

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [<http://https://www.almedina.net/revista-de-direito-intelectual-n-2-2020-1605020535.html>]

O estudo de Marcos Wachowicz, sob o tema "A PROPRIEDADE INTELECTUAL COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE À COVID-19" analisa questões emergenciais como: Como acelerar a inovação tecnológica para novos tratamentos, medicamentos e vacinas? Quais os impactos com a manutenção ou inconstitucionalidade da regra do artigo 40 da LPI em tempos de pandemia? Quais impactos em termos de concorrência entre as indústrias farmacêuticas e gastos públicos? Quais as estratégias para a gestão da propriedade intelectual podem ser as mais eficazes para implementação global e local de combate a pandemia? O licenciamento compulsório seria uma opção? Como garantir o acesso aos medicamentos a toda a população sem discriminações e com preços acessíveis?

5. WACHOWICZ, MARCOS

Open Access to Scientific Innovation as a Means to Combat COVID-19. GRUR International. , v.11, p.75 - 96, 2020.

Palavras-chave: direito, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Inglês. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [http://https://academic.oup.com/grurint/advance-article/doi/10.1093/grurint/ikaa093/5874123][doi:10.1093/grurint/ikaa093]

No artigo de Marcos Wachowicz sob o título "Acesso aberto à inovação científica como meio de combater o COVID-19" publicado na Revista GRUR Internacional do Instituto Max Planck de Munique-Alemanha, analisa o sistema de propriedade intelectual vir a fornecer uma prática de gerenciamento que leve em consideração o interesse público, com licenciamento aberto, eliminando também as barreiras à industrialização dos insumos necessários para a produção, distribuição e acesso a todos os países em uma base igual como estratégia para o enfrentamento da pandemia a nível global.

6. WACHOWICZ, MARCOS; REUSING, Luciana

A Agnotologia no processo de conhecimento na Biotecnologia. P2P & INOVAÇÃO. , v.6, p.12 - 35, 2019.

Palavras-chave: biotecnologia, Propriedade Intelectual, processo de conhecimento, Agnotologia, fakenews

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direitos Especiais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital

O presente artigo traz uma reflexão importante para as ciências da natureza e para as ciências sociais, ao tratar do processo de ignorância ou dúvida induzida pela manipulação de dados e informações científicas para instaurar um processo social de desconfiança "agnotologia", constituindo no contraponto ao conhecimento "epistemológico". A metodologia aplicada para delimitar o estado da arte é a pesquisa bibliográfica, a fim de proporcionar maior eficiência na abordagem do tema que está distribuído entre a introdução, desenvolvimento e considerações finais. O resultado esperado é demonstrar que a biotecnologia é uma ciência carregada de valores e mitos, distante da neutralidade positivista, apta a promover uma reconfiguração biológica e social por intermédio do conhecimento científico de uma verdade discutível, e não falseada por estratégias, argumentos e dados ficcionais para configurar um estado de ignorância diante da ciência e tecnologia a serviço da vida.

7. WACHOWICZ, MARCOS; MEDEIROS, H. G.

A Sobreposição dos Direitos de Propriedade Intelectual no Software. RJLB - REVISTA JURÍDICA LUSO-BRASILEIRA. , v.4, p.953 - 986, 2019.

Palavras-chave: direito, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Autoral, sobreposição, patente

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Vários

Dada sua natureza híbrida, a proteção do software se coloca como um dilema, visto que há um bem intelectual que apresenta aspectos literários em seu código e também uma função utilitária na execução desse código para a resolução de uma tarefa ou de um problema técnico. Inicialmente, convencionouse proteger o software pelo direito de autor, resolução esta que em pouco tempo apresentou lacunas em diversos campos da atuação técnica deste bem. Assim, interpretou-se que também poderia ser tutelado pelo direito de patente mediante invenções implementadas por programa de computador. Desta forma, admite-se dupla proteção: a do programa de computador em si, por meio do direito de autor, e a das soluções técnicas de invenções, por intermédio da patente. Diante deste panorama, o objetivo geral do presente trabalho é verificar a existência de sobreposição entre os regimes de direito de autor e de patente na proteção do software. Saliencia-se que a convergência entre os regimes ocasiona sobreposições incompatíveis com o sistema de propriedade intelectual e que, portanto, são necessárias adequações jurídicas pontuais. Para tal análise, emprega-se o método de abordagem dedutivo, sob o procedimento monográfico, com técnica de pesquisa bibliográfica.

8. MEDEIROS, H. G.; WACHOWICZ, M.

Observancia de derechos autorales en la sociedad informacional: reflexiones sobre el marco civil de la internet brasileño. Propiedad Intelectual. , v.1, p.17 - 37, 2019.

Palavras-chave: Direito Autoral, marco civil da internet

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [http://www.saber.ula.ve/handle/123456789/46381]

En el presente artículo de Heloisa Gomes Medeiros e Marcos Wachowicz a cerca del Marco Civil de la Internet (MCI) brasileño es en una ley que establece principios, garantías, derechos y deberes para el uso de la Internet. Según esa ley, los proveedores de servicio de Internet no serán responsabilizados civilmente por daños recurrentes de contenidos generados por terceros y solo quitarán contenidos tras orden judicial. Sin embargo, dicho precepto no se aplica a los derechos de autor y a derechos conexos. En cualquier caso, el MCI ofrece lecciones importantes que deben considerarse en el campo del derecho autorial. Así, el objetivo del este artículo es resaltar la importancia del MCI brasileño en la eliminación de contenidos que infrinjan derechos de autor en la internet como mecanismo de observancia de esos derechos ante los cambios que ocurren en la sociedad informacional. El MCI amplía la interpretación de la observancia de los derechos autorales en la Internet bajo el punto de vista de la información, en contraposición a la visión propietaria de los derechos de exclusividad.

9. WACHOWICZ, MARCOS; LUZ, P. H. H. M.

O "Direito à Desindexação": Repercussões do caso González vs Google Espanha. REVISTA ESPAÇO JURÍDICO. , v.19, p.42 - 68, 2018.

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Informático, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Vários

O objetivo deste estudo de caso é investigar a decisão proferida no ano de 2014, pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, no que ficou conhecido como o caso González vs Google Espanha. Para tanto, fez-se uma análise sistematizada dos principais aspectos do caso, consistindo em uma introdução ao conflito entre as partes, alguns fatos relevantes, a história processual da lide, as questões jurídicas presentes somadas aos precedentes utilizados pela Corte decisória, a decisão adotada pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, informações complementares sobretudo acerca do impacto desse caso e, finalmente, considerações críticas e inquietações sobre o surgimento do chamado direito à desindexação e sua potencial recepção no cenário brasileiro. Escolheu-se tal julgado como fonte de estudo pois ele bem representa a tensão entre as novas tecnologias próprias da sociedade informacional e o direito, em sua missão de proteção de direitos fundamentais, especialmente, para o caso, os direitos de personalidade, na modalidade de resguardo

aos dados pessoais.

10. MEDEIROS, H. G.; WACHOWICZ, M.

Observância de direitos autorais na sociedade informacional: lições do Marco Civil da Internet brasileiro. *RJLB - REVISTA JURÍDICA LUSO-BRASILEIRA.*, v.6, p.2045 - 2068, 2018.

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [http://https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2018/6/2018_06_2045_2068.pdf?fbclid=IwAR27YOp7ThhLc3RuFKL24s-dBwzhRg_u64eWqmUGiM5xQk0TPQbTFyvekwj]

11. WACHOWICZ, M.; VIRTUOSO, Bibiana B.

A Gestão Coletiva dos Direitos Autorais e o Streaming. *P2P & INOVAÇÃO.*, v.4, p.4 - 26, 2017.

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Internacioal, Streaming, Propriedade Intelectual, Direito Informatico

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Vários

O presente artigo analisa a tecnologia utilizada no modelo de distribuição de música e audiovisual por meio de streaming, abordando as questões jurídicas e polemicas do licenciamento e remuneração dos autores e produtores de conteúdos na INTERNET. O conceito de execução pública para legitimar a gestão de Direitos Autorais pelo ECAD nos serviços de streaming tem sido objeto de controvérsias, inobstante o entendimento dado pela justiça brasileira, que acarreta numa dupla camada de remuneração retendo altos ganhos que viriam a ser dos artistas e produtores de conteúdo. A pesquisa permite concluir que a respeito da tecnologia streaming e a gestão de direitos autorais deve ser pensada a nível global para uma justa remuneração dos autores.

12. FONTOURA COSTA, JOSÉ AUGUSTO; WACHOWICZ, MARCOS

CLÁUSULAS CONTRATUAIS NULAS NO MARCO CIVIL DA INTERNET - DOI: 10.12818/P.0304-2340.2016P477. *Revista da Faculdade de Direito - Universidade Federal de Minas Gerais.*, v.-, p.477 - 496, 2016.

Palavras-chave: Marco Civil Internet, Direito Internacional, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Vários

O presente artigo analisa as novas prescrições legais estabelecidas pelo Marco Civil da Internet (MCI) especificamente quanto às hipóteses de nulidade de cláusulas que violem a garantia do direito a privacidade e à liberdade de expressão nas comunicações para o pleno direito de acesso à Internet. Neste particular se estudam hipóteses de violação em: contratos de adesão, cláusulas que excluam o foro brasileiro, e ainda, nos serviços prestados no país que serão alcançados pela nova legislação. Explorando quatro principais aspectos: sua relação com a privacidade e a liberdade de expressão; a restrição aos serviços prestados no Brasil; a arbitralidade e por último, a relação da regra com as normas de competência internacional do Código de Processo Civil brasileiro. O MCI é um instrumento que regulamenta interesses gerais sobre empresas de provisão de acesso de conteúdo na Internet, constituindo-se num marco legal para uma adequada e justa regulação estatal, capaz de resguardar e garantir liberdades fundamentais, inclusive mediante a restrição aos poderes de contratar.

13. WACHOWICZ, M.

A Revisão da Lei Autoral principais alterações: debates e motivações. *REVISTA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL - DIREITO CONTEMPORÂNEO E CONSTITUIÇÃO.*, v.8, p.542 - 562, 2015.

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital

O presente artigo analisa as principais modificações ocorridas na legislação autoral brasileira desde a publicação em 20 de fevereiro de 1998 da Lei 9.610, que consolidou os Direitos Autorais e Conexos no Brasil advinda após um longo processo legislativo de quase 20 anos. As críticas a Lei de Direitos Autorais país começaram logo após a sua edição. Analisar-se-á aqui os debates havidos na sociedade civil brasileira desde 2005 que culminaram com a elaboração de um Anteprojeto de Lei de Reforma da Lei Autoral brasileira, bem como, suas motivações para a revisão e ressaltando as alterações legislativas parciais já ocorridas.

14. WACHOWICZ, M.

Direito autoral, recursos educacionais e licenciamentos criativos: acesso à cultura, ao conhecimento e à educação. *Em Aberto.*, v.28, p.96 - 109, 2015.

Palavras-chave: direito de acesso a informação, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto]

A construção de forma colaborativa do conhecimento com a utilização de recursos educacionais e da modalidade de Ensino à Distância (EAD) torna imprescindível um repensar amplo do Direito Autoral e das formas tradicionais de licenciamento. O objetivo do presente estudo é uma análise do Direito Autoral e sua tutela jurídica, neste novo contexto, para a construção de sistemas tecnológicos que otimizem o acesso à cultura, ao conhecimento e a educação, com a difusão e circulação das obras acadêmicas não apenas no espaço físico das universidades, mas nos mais variados círculos culturais e redes sociais com vistas a democratização do ensino e acesso ao conhecimento.

15. WACHOWICZ, M.; BIANCAMANO, M. G. M.

Direito Autoral, Criatividade e Plágio na Economia Criativa. *Revista de Propriedade Intelectual - Direito Contemporâneo e Constituição.*, v.1, p.196 - 211, 2014.

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Plágio, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, economia criativa

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [http://www.pidcc.com.br]

Na era da informação as tecnologias e a comunicação em rede podem ser consideradas como propulsores do conhecimento percebem-se o surgimento da economia criativa, que possui a criatividade como seu eixo central e insumo da inovação. A criatividade passa a ter valor agregado na sociedade, na indústria e no mercado de trabalho e do consumo, sendo reconhecida inclusive pelo seu valor econômico. Com múltiplos aspectos, especialmente no que se refere à cultura, o estímulo à criatividade é defendido pela incontestável capacidade de geração de riquezas. Neste cenário desponta a importância da tutela dos direitos autorais dos criadores de obra intelectual, quando têm autoria e paternidade de suas obras usurpadas em decorrência dos mais variados tipos de plágio. Deste modo, o presente trabalho analisará o plágio no cenário da economia criativa, inclusive ponderando a questão da criatividade sob o viés crítico da indústria cultural repetitiva de baixa originalidade.

16. WACHOWICZ, M.

Direitos Culturais e saberes: o reconhecimento de um Direito de Propriedade Intelectual de natureza difusa. *POLÍTICAS CULTURAIS EM REVISTA.*, v.6, p.220 - 234, 2013.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, direitos culturais, economia criativa, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direitos culturais

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Vários

O estudo aborda os direitos culturais, mais especificamente no que se refere aos saberes e aos conhecimentos tradicionais, para analisar de forma crítica e contextualizada no atual regime jurídico, com vistas ao reconhecimento de um direito de propriedade intelectual de natureza difusa que instrumentalizem políticas públicas de desenvolvimento. A apropriação privada destes conhecimentos por indústrias transnacionais e organizações internacionais com vistas à criação de novos produtos protegidos pelo regime internacional da propriedade intelectual, sem que haja instrumentos idôneos para fiscalizar a exploração destes CT's, nem para proteção dos próprios recursos bioculturais tem despertado grande interesse entre os países detentores destes novos insumos informacionais para traçar políticas culturais e de desenvolvimento biotecnológico.

17. WACHOWICZ, M.

Sistema de Proteção da Propriedade Intelectual: os impasses para a promoção do desenvolvimento e da inovação. *Revista Jurídica do Cesuca.*, v.1, p.126 - 137, 2013.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Internacional, Direito Comercial, Direito Econômico

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Vários

O artigo aborda o contexto da regulamentação do comércio internacional no final do século XX, destacando o fenômeno da globalização e a criação do sistema multilateral da OMC, e a proteção da Propriedade Intelectual levando em conta os princípios estabelecidos pela OMC. Enfrenta ainda o impasse da Propriedade Intelectual após a criação da OMC e do TRIPS., e com isso, o desenvolvimento, a inovação e a proteção da propriedade intelectual.

18. WACHOWICZ, M.

La convención sobre la protección y la promoción de la diversidad de las expresiones culturales de la UNESCO: industrias creativas, diversidad cultural y derecho de autor. *Revista Propiedad Intelectual.*, v.15, p.234 - 267, 2012.

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, direitos culturais, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Espanhol. Meio de divulgação: Vários. Home page: [http://www.saber.ula.ve/handle/123456789/36110]

El estudio analiza las industrias creativas a partir de la Convención sobre la Protección y la Promoción de la Diversidad de las Expresiones Culturales de la UNESCO (2005), tomándolas como punto de partida hacia una reflexión sobre el Sistema Internacional de Derecho de Autor. La Convención de Berna de 1886 ha creado reglas con miras a la protección de bienes intelectuales, que fueron paulatinamente actualizadas por medio de tratados internacionales, hasta que en 1967 ganó nuevo impulso con la creación de la OMPI. Posteriormente, en 1994, surgió la OMC que consolidó un sistema multilateral de reglamentación internacional del comercio. La propiedad intelectual en cuanto a su creación, comercialización e innovación, fue entonces transferida de la OMPI a la OMC. Los bienes intelectuales comenzaron a ser percibidos solo en su aspecto mercantil.

19. WACHOWICZ, M.; SILVA, Rodrito Otávio Cruz e

Direito autorial e economia criativa: a construção de uma economia preocupada com a criatividade. *Liinc em Revista.*, v.7, p.556 - 572, 2011.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Sociedade da informação, Programa de Computador, Direito Internacional, diversidade cultural, direitos culturais

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/442]

A Economia Criativa compreende atividades resultantes da imaginação de indivíduos, com valor econômico. A sociedade informacional tem ainda a economia como fonte de grandes transformações, influência que se aplica também de forma inversa. Nesse ponto, a criatividade hoje, ligada à inovação, à tecnologia, à produção e à transmissão do conhecimento, é vista para muito além do simples pensar e do criar, é um elemento indispensável à economia e à sociedade, pois uma sociedade que anseia por informações e pelo desenvolvimento cada vez maior de novas tecnologias para servir consumidores exigentes não pode se imaginar sem criatividade. O presente artigo busca formular os fundamentos para a construção de um Marco Regulatório para a Economia Criativa no Brasil. Isto a partir do entendimento de que a Economia Criativa promove o desenvolvimento sustentável e humano, de forma inclusiva social e tecnologicamente, ou seja, não se trata de uma visão de mero crescimento econômico. Isto porque os novos conceitos inerentes à Economia Criativa alcançam o uso das ferramentas tecnológicas (TICs) nas suas interfaces com a educação, a arquitetura, o design, a formação de agentes criativos, os Arranjos Produtivos Locais (APL) e os Setores Criativos (SCs).

20. WACHOWICZ, M.

LA REVISIÓN DE LA LEY DE LA PROPIEDAD INTELECTUAL BRASILEÑA: instrumentos de acceso al conocimiento, la cultura y la educación. Pasajes (Valencia). , v.36, p.133 - 175, 2011.

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Sociedade da informação, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito

Setores de atividade: Educação, Artes, cultura, esporte e recreação

Referências adicionais: Espanhol. Meio de divulgação: Vários. Home page:

[http://puv.uv.es/product_info.php?cPath=32_10405&products_id=24598&language=es&osCsid=14abe589df3a6f1c577de1e3ed59f81a]

El presente estudio tiene como objetivo analizar la propuesta de Revisión de la Ley de Propiedad Intelectual actual ante la Revolución de la Tecnología de la Información, para lo cual hacemos una digresión sobre los orígenes de derecho de propiedad intelectual clásico, inclusive en sus garantías constitucionales establecidas por la Constitución de 1988. A continuación, presentamos los indicadores determinantes que permiten delinear la necesidad de una revisión legislativa para la creación de instrumentos jurídicos que promuevan el acceso al conocimiento y a los bienes culturales. La revista Pasajes publica un dossier sobre Propiedad Intelectual. Se trata de uno de los temas fundamentales de debate público en el cual se cruzan perspectivas diversas como por ejemplo el acceso a la cultura, el respeto por los derechos de autor, la financiación de las industrias culturales o la incidencia de las nuevas tecnologías de la comunicación. En este monográfico, coordinado por Guillermo Quintás, también participan Guillermo Palao, Oreste Montalto, Marcos Wachowicz y Antoni Furió. Además, el número incluye entrevistas con Angel Viñas y Paul Preston, y artículos sobre los discursos del 15M (J.L. Moreno Pestaña) y corrientes de ideas en la globalización (Gil-Manuel Hernández).

21. WACHOWICZ, M.

Reflexões sobre a patenteabilidade do Software como instrumento de desenvolvimento e de inovação. Âmbito Jurídico. , v.67, p.23 - 45, 2009.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Software, Direito Autoral, Programa de Computador, Sociedade da informação, Direito da Informática

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page:

[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6324]

1. Noções fundamentais sobre o Software. 1.1. A proteção do Software e suas funções na arquitetura da INTERNET. 1.2 A Patenteabilidade do Software e dos métodos de fazer negócios na INTERNET. 2. A complexidade do patenteamento do Software. 3. O esforço de normatização internacional. 4. A questão da patenteabilidade do software com vistas a incrementar o desenvolvimento e a inovação tecnológica. 5. A patenteabilidade do Software e o cumprimento do requisito do estado da técnica. 6. A comercialização do software pela INTERNET e a questão da territorialidade da proteção patentária. 7. A patenteabilidade do Software no Direito Brasileiro. Referências.

22. WACHOWICZ, M.

Direito Autoral. Revista Jurídica Empresarial. , v.V, p.89 - 104, 2008.

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, direito

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito da Informática

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital

O estudo aborda aspectos emblemáticos do direito autoral, como o copyright, o sistema internacional de proteção, a originalidade relativa da obra, a proteção da idéia e sanções à violação dos direitos autorais.

23. WACHOWICZ, M.

O Comércio internacional e a proteção da propriedade intelectual segundo os Princípios da OMC. Ius Gentium (Facinter). , v.1, p.135 - 156, 2007.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Internacional Privado, Direito Comercial, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Internacional, Direito Autoral

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Impresso

O artigo apresenta novas reflexões sobre a Regulamentação do Comércio Internacional, iniciando uma análise histórica do século XX para a compreensão do sistema internacional de proteção da propriedade intelectual que veio a ser estabelecida pela OMC por meio dos princípios da TRIPS. A metodologia adotada parte da análise dos principais tratados internacionais que regulamentam a Propriedade Intelectual nas Rodadas do Uruguai e Doha para apresentar novas perspectivas de tutela da Propriedade Intelectual face os desafios do século XXI.

24. WACHOWICZ, M.

O Sistema de Proteção do Direito de Autor. Doutrinas Jurídicas. , v.1, p.21 - 43, 2007.

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito Internacional Privado

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [<http://www.lex.com.br/noticias/artigos/>]

Sumário: 1. Noções conceituais sobre propriedade intelectual. 2. Distinção entre o Direito Autoral e o Copyright. 3. O sistema internacional de proteção. 4. A legislação brasileira de proteção. 5. Obras intelectuais protegidas pelo Direito Autoral. 5.1. O registro facultativo e a divulgação da obra. 5.2. A originalidade relativa da obra. 6. Direito do Autor. 6.1. Direito Morais. 6.2. Direitos Patrimoniais. 7. A autoria: individual, em colaboração e coletiva. Os limites do Direito Autoral e a proteção da Idéia. 8.1. Obras não passíveis de proteção pelo direito autoral. 8.2. Limitações aos Direitos Autorais. 9. Sanções à violação dos Direitos autorais.

25. WACHOWICZ, M.

O software: instituto de direito autor sui generis. Âmbito Jurídico. , v.07/07, p.1 - 26, 2007.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática, Software, Programa de Computador, Sociedade da informação

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [<http://www.ambito-juridico.com.br/>]

26. WACHOWICZ, M.

Os impactos das novas tecnologias da informação no contrato de trabalho celebrado pela internet. Revista

do Direito (Santa Cruz do Sul). , v.n.28, p.54 - 89, 2007.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Comercial, Programa de Computador, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [http://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/189/144]

O tema central deste estudo os impactos das novas tecnologias de informação no contrato de trabalho analisando a possibilidade de aceitação do documento telemático como meio de prova da existência do vínculo empregatício.

27. WACHOWICZ, M.

O Comércio Eletrônico e a segurança jurídica. Amicus Curiae (Criciúma). , v.3, p.49 - 86, 2006.

Palavras-chave: Direito Comercial, Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Internacional Privado, Contratos Mercantis

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Impresso

A realização do comércio eletrônico é o tema central deste estudo que analisa a segurança jurídica do negócio jurídico realizado pela Internet, mensurando os aspectos tecnológicos e informáticos que permeiam as relações comerciais.

28. WACHOWICZ, M.

O documento Telemático como meio de prova, segundo as disposições do CPC e do CC brasileiros.. Seqüência (Florianópolis). , v.52, p.105 - 144, 2006.

Palavras-chave: Prova documental, documento telemático, Sociedade da informação, comércio eletrônico, Direito da Informática

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [http://www.buscalegis.ufsc.br/sequencia/]

O tema central deste estudo se refere à possibilidade de aceitação do documento telemático como meio de prova segundo as disposições do art. 364 e seguinte do Código de Processo Civil de 1973 e das inovações trazidas ao instituto da prova pelo novo Código Civil de 2002 ao disciplinar sobre a prova do fato jurídico nos arts. 212 e seguinte. Completamente novo ao Direito, o documento eletrônico carecendo, a princípio, de reconhecimento e tratamento legislativo no Brasil, foi analisado pela teoria geral das provas em juízo. Foram, ainda, mensurados os aspectos da validade e segurança jurídica do documento telemático, concluindo-se que, apenas com a análise e adaptações dos conceitos e requisitos constantes do Código de Processo Civil e do Código Civil, que é possível a sua equiparação ao documento tradicional, de forma que sobre aquele recaiam as normas previstas para este.

29. WACHOWICZ, M.

Os Bens Informáticos como objeto do Direito: A natureza jurídica do Software, Hardware e Firmware. Revista de Direito Autoral. , v.IV, p.49 - 74, 2006.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, direito informático, Software, Programa de Computador, Direito da Informática

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Impresso

O presente artigo, a partir de uma percepção sistêmica dos bens informáticos que estão envolvidos na Revolução da Tecnologia da informação, vem analisar a natureza jurídica do software, do hardware e do firmware, como propriedade juridicamente tutelável para com isto distingui-los e classificá-los como bens jurídicos e como objeto do direito informático, nas mais diversas relações jurídicas.

30. WACHOWICZ, M.

A proteção Jurídica das Bases de Dados em Face da Revolução da Tecnologia da Informação.. Revista de Direito Autoral. , v.III, p.59 - 84, 2005.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática, Software, Programa de Computador

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Impresso

RESUMO: O presente estudo pretende demonstrar a relevância do tratamento jurídico da informação contida nas bases de dados no funcionamento da Sociedade Informacional. Para tanto, a metodologia adotada parte da análise dos principais tratados internacionais que regulamentam a propriedade intelectual, das diretivas Europeias e das regulamentações já adotadas no exterior e no Brasil quanto ao tema.

31. WACHOWICZ, M.; HARGAIN, Daniel

Protocolo de Olivos: Nuevo Sistema de Solución de Controversias en el Mercosur. Relaciones Internacionales no Mundo Actual. , v.4, p.1 - 198, 2004.

Palavras-chave: Direito Internacional, Protocolo de Olivos, Sistema de Solução de Controvérsias, Mercosul

Áreas do conhecimento: Direito Internacional, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Impresso

RESUMO: O Protocolo de Olivos consiste num importante sistema de solução de controvérsias e necessário avanço no processo de institucionalização do Mercosul. A maior virtude desse novo instrumento internacional está na criação do Tribunal Permanente que intervém em segunda instância, para a previsão das decisões dos Tribunais Arbitrais Ad Hoc, que ditam os laudos de primeira instância. Este estudo apresenta e analisa os mecanismos do Tribunal Permanente, possibilitando uma compreensão clara desse órgão, bem como da formação progressiva de jurisprudência que colocará limites à intergovernamentalidade do processo de integração.

32. WACHOWICZ, M.; REZENDE, Denis Alcides

La tecnología de la Información y sus impactos en la propiedad intelectual. Derecho y Tecnología. , v.2, p.21 - 42, 2003.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito Internacional, Direito e Tecnologia, Tecnologia da Informação, Programa de Computador

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Setores de atividade: Desenvolvimento de Programas (Software)

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Impresso

Revista Derecho y Tecnología. Centro de Investigaciones en nuevas tecnologías. Universidad Católica del Táchira. San Cristóbal. Venezuela

33. WACHOWICZ, M.

O Direito de Asilo Como Expressão dos Direitos humanos. Revista da Faculdade de Direito. Universidade Federal do Paraná. , v.37, p.143 - 156, 2002.

Palavras-chave: Direito de Asilo, Direitos Humanos, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Ciência da Informação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná - UFPR

34. WACHOWICZ, M.

Sociedade da Informação e Direito da Informática. Revista Jurídica (Curitiba). , v.XIV, p.157 - 173, 2002.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, direito informático, Sociedade da informação, Direito da Informática

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Impresso

Publicado : Revista Jurídica - Faculdade de Direito de Curitiba Ano XVII n. 15 - 2002

35. WACHOWICZ, M.

Regime jurídico do software. Revista Jurídica Faculdade de Direito de Curitiba. , v.1, p.137 - 157, 2001.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática, Programa de Computador, Legislação de informática

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito Comercial

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Impresso

36. WACHOWICZ, M.

O crime de computador e a legislação brasileira atual. Internet. , v.X, p.456 - , 1999.

Palavras-chave: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Programa de Computador, Direito Autoral, Software

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [http://buscalegis.cj.ufsc.br/arquivos/artigos/o_crime_de_computador_e_a_legislacao_brasileira_atual.htm]

Coletânea de Artigos disponibilizados pela Internet através do site: http://buscalegis.cj.ufsc.br/arquivos/artigos/O_crime_de_computador_e_a_legislacao_brasileira_atual.htm

37. WACHOWICZ, M.; GUIMARÃES, U. V.; PAULA FILHO, Álvaro Gonçalves de; MARTINS, Vidal; MARTYNETZ, Irineu J; SERALE, Francesco; MARTINS, Juliana Vermelho

Seaque - Sistema Estatístico de Avaliação da Qualidade Educacional. Applied Computational Electromagnetics Society Journal. , 1998.

Palavras-chave: Avaliação Institucional, qualidade educacional, Avaliação de Instituição de ensino superior

Áreas do conhecimento: Avaliação de Sistemas, Instituições, Planos e Programas Educacionais, Direito Internacional Privado, Direito Econômico

Setores de atividade: Educação, Aeronáutica e Espaço

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: http://www.angrad.com/artigos_vii_enangrad.asp

Trata-se de artigo sobre os resultados do projeto SEAQUE de avaliação institucional do Centro Universitário Positivo.

38. WACHOWICZ, M.

O crime de computador e a legislação atual. Internet. , v.V, p.234 - , 1995.

Palavras-chave: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Software, Programa de Computador

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [http://www.inf.ufsc.br/barata/barata2.html]

Coletânea de artigos disponibilizados pela Internet através do site :http://www.inf.ufsc.br/barata/barata2.html

39. WACHOWICZ, M.

Estudo sobre a problemática dos fundamentos do asilo político. Revista Jurídica Associação Adacêmica de Lisboa. , v.1, p.225 - 232, 1985.

Palavras-chave: Asilo, Asilo Político, Direitos Fundamentais

Áreas do conhecimento: Direito Internacional Público, Conflitos e Coalizões Políticas

Setores de atividade: Outros Setores

Referências adicionais: Portugal/Português. Meio de divulgação: Impresso

Livros publicados

1. WACHOWICZ, MARCOS; LANA, Pedro de Perdigão; GONCALVES, L. R.

Curso Avançado Inteligência Artificial e Propriedade Intelectual. Curitiba: Editora IODA, 2023, v.1. p.255.

Palavras-chave: Inteligência Artificial, Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Sociedade da informação, Internet, marco civil da internet
Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, DIREITO DA INFORMÁTICA
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9786585149044, Home page: www.ioda.com.br
Curso Avançado de Inteligência Artificial & Propriedade Intelectual tem como objetivo apresentar de forma clara e didática os conceitos fundamentais dessa nova tecnologia, suas noções fundamentais para capacitar profissionais da área jurídica atuarem no mercado. A obra abordada as questões do uso dos recursos de Inteligência Artificial relacionadas às inovações tecnológicas necessárias para o desenvolvimento da Sociedade Informacional. A Inteligência Artificial já é uma realidade em nossas empresas, na forma de produção de bens culturais, nas plataformas digitais e no ambiente educacional, necessitando cada vez mais de pessoas capacitadas que compreendam essas novas aplicações e uso. No livro Curso Avançado de Inteligência Artificial & Propriedade Intelectual são analisados os aplicativos de Inteligência Artificial em seus aspectos tecnológicos, sócio-culturais, éticos e legais.

2. WACHOWICZ, MARCOS

Curso Avançado Direito Autoral e Novas Tecnologias. Curitiba: Editora IODA, 2022, v.1. p.255.

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Tecnologia, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, DIREITO DA INFORMÁTICA

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. ISBN: 9786585149068, Home page: www.ioda.com.br

O livro tem como objetivo desenvolver capacidades e aprimorar os conhecimentos dos profissionais que atuam na área do Direito da Propriedade Intelectual e Novas Tecnologias, como também para aqueles que pretendem conhecer e atuar nesse ramo jurídico. O livro aborda de uma forma didática e clara as fundamentações teóricas do Direito Autoral com exemplos práticos das novas tecnologias digitais. O livro oportuniza um aprofundamento nos temas atuais e relevantes ligados ao Direito da Propriedade Intelectual no Sistema Internacional de Proteção, além de analisar institutos de Direito Autoral no ambiente digital e na INTERNET. Tudo para demonstrar cada um dos principais contratos de propriedade intelectual e sua importância econômica com as novas Tecnologias da Informação e Comunicação, bem como, desenvolver a fundamentada e crítica da função econômica e social da propriedade intelectual na Sociedade Informacional.

3. WACHOWICZ, MARCOS; COSTA, José Augusto Fontoura

Plágio Acadêmico - 2a edição revista e atualizada. Curitiba: Editora IODA, 2022, v.1. p.262.

Palavras-chave: Direito Autoral, Plágio Acadêmico

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9786586233544, Home page: www.ioda.com.br

Nesta segunda edição revista, atualizada e ampliada sobre o tema do Plágio Acadêmico percebeu-se a ampliação dos debates e questões nos mais diversos fóruns no país e no exterior. O plágio é a usurpação da autoria de obra alheia. Essa prática sempre foi repudiada desde a antiguidade. Contudo, atualmente na produção acadêmica tem se verificado a ocorrência de episódios cada vez mais comuns de plágio, o que compromete todo o trabalho de pesquisa desenvolvida pelos pesquisadores, alcançando não raras vezes as próprias instituições públicas e privadas.

4. WACHOWICZ, MARCOS; LANA, Pedro de Perdigão; GONCALVES, L. R.

Direito Autoral e Inteligência Artificial. Curitiba: Editora IODA, 2021, v.1. p.170.

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Inteligência Artificial, desenvolvimento, Tecnologia da Informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9786599436802

Em um mundo cada vez mais automatizado, era apenas questão de tempo até que o ramo da criação de obras artísticas também fosse tomado por esse fenômeno. A criação de obras por meio de aplicações de Inteligência Artificial (IA) é um tópico que entrou muito em voga nos últimos anos, mas que na realidade já vem sendo debatido desde a concepção do primeiro computador, com os detalhes da discussão evoluindo com o tempo. Buscando clarificar alguns conceitos-chave sobre o assunto, o objetivo do livro é explicar, em primeiro lugar, aspectos básicos do Direito Autoral que permeiam toda a discussão, como a definição de obra e autoria, primeiro em âmbito internacional e depois no Brasil. Logo em seguida, abordar-se-á a final o que é o conceito de inteligência artificial e como as criações feitas por essas aplicações se adequam à legislação autoral brasileira atual. Por fim, serão abordadas soluções do direito comparado sobre a autoria desse tipo de obra e quais seriam as potenciais soluções para o Brasil.

5. WACHOWICZ, MARCOS; PESSERL, Alexandre

Gestão Coletiva e Governança no Ambiente Digital. Curitiba: marcos, 2019, v.1. p.199.

Palavras-chave: gestão coletiva de direitos autorais, direitos autorais, governança, Propriedade Intelectual, direito, Direito Informático

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788567141350

A obra "Gestão Coletiva e Governança no Ambiente Digital" objetiva apresentar ao leitor algumas das soluções legislativas referentes a mecanismos de gestão coletiva de direitos autorais no ambiente digital ao redor do mundo, em regiões como China, Estados Unidos, Canadá, América Latina (com ênfase no Brasil) e na União Europeia. O sistema de gestão coletiva de direitos autorais aqui comparado foi analisado sob duas perspectivas: voltada para o titular de direitos mas também com um olhar para a situação do usuário, já que, no ambiente digital, este é passível de ser responsabilizado por utilizar obras de terceiros, ao mesmo tempo em que tal conduta é facilitada: além de fenômenos como a diluição da autoria e a confusão entre autor e usuário, existe ainda todo um ecossistema relativo à criação e difusão many-to-many materializada nos conceitos da Web 2.0, o que provoca a necessidade de respostas de um sistema jurídico autoral criado sob uma lógica de broadcast (one-to-many). Devido a essa possibilidade de responsabilização do usuário pelos usos digitais, o sistema de gestão coletiva em tal ambiente precisa balancear as possíveis formas de controle, nos mais variados níveis ofertados pela rede, com os limites e exceções a serem impostos ao exercício dos direitos autorais para que haja um equilíbrio entre a proteção dos titulares de direitos e a liberdade do usuário.

6. WACHOWICZ, MARCOS; GONCALVES, L. R.

Inteligência Artificial e Criatividade: Novos conceitos na Propriedade Intelectual. Curitiba: GEDAI UFPR,

2019, v.1. p.1.

Palavras-chave: Direito Autoral, Inteligência Artificial, Propriedade Intelectual, criatividade, Direito Informático, direito

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788567141398

A presente obra aborda uma das tecnologias de informação e comunicação de maior relevância no século XXI, em razão do seu alcance e aplicabilidade em diversos setores da sociedade, denominada de Inteligência Artificial (IA). Visando uma melhor maneira de realizar qualquer trabalho, a IA se insere em um complexo cenário de substituição do homem pela máquina, situação que ocorre desde a Revolução Industrial do Século XVIII. A IA traz em seu contexto a possibilidade de uma tecnologia deter a capacidade de pensar por si mesma, condição esta originariamente inerente ao homem em seu processo de cognição. Ou seja, ela permite a uma aplicação do tipo perceber e entender o mundo que o cerca e buscar soluções rápidas e precisas. Contudo, o estudo desenvolvido por Marcos Wachowicz e Lukas Ruthes Gonçalves objetiva apresentar aos seus leitores uma análise de como se daria a tutela jurídica de trabalhos criativos feitos por aplicações de Inteligência Artificial, a partir do conceito de trabalho criativo de previsto na legislação autoral, na Convenção de Berna e na legislação pátria brasileira. A relevância do tema se faz no sentido de que as aplicações de IA já estão inseridas no cotidiano da civilização humana, estando distantes da concepção frágil de estarem atreladas somente ao contexto de histórias de ficção científica. Do contrário, elas já chegam ao ponto de serem capazes de desempenhar atividades de igual qualidade senão superiores às realizadas por humanos. Para tanto, os autores lançam mão de questionamentos atinentes a tutela dessas obras quando as aplicações de IA começam a exibir sinais de criatividade, o que fazer quando um programa do tipo ultrapassa sua programação original e produz conteúdo com novidade e originalidade, e como classificar juridicamente esses bens. Cria-se uma atmosfera jurídica para a compreensão da legislação basilar para a tutela de trabalhos criativos feitos por IA. Dentre outros tópicos, aborda-se o que é um trabalho cr

7. WACHOWICZ, M.; COSTA, José Augusto Fontoura

PLÁGIO ACADÊMICO. Curitiba: GEDAI UFPR, 2016, v.1. p.224.

Palavras-chave: Plágio, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Plágio Acadêmico

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Bretão. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788567141152, Home page: http://www.gedai.com.br/sites/default/files/publicacoes/plagio_academico_ebook.pdf

A presente obra apresenta os conceitos básicos sobre o Direito Autoral para a compreensão ampla do fenômeno do Plágio no meio acadêmico, para coibir a ocorrência do plágio em artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e outros trabalhos de pesquisa. O livro representa o esforço de vários anos dedicados à temática do Plágio no ambiente acadêmico. As pesquisas agora aglutinadas foram anteriormente apresentadas em seminários, congressos e eventos realizados no Brasil e no exterior com apoio das agências de fomento a pesquisa CAPES e CNPq. Assim, os trabalhos que antes foram realizados e publicados de maneira dispersa em revistas científicas, agora ganham uma nova sistematização e estrutura. A reformulação foi ampla, de conteúdo e abordagem, tudo para que, uma vez que condensado no formato de um livro temático sobre a questão do Plágio Acadêmico, pudesse melhor auxiliar a todos os pesquisadores e gestores de ensino/pesquisa a evitar ao máximo a prática do plágio. O plágio é a usurpação da autoria de obra alheia. Essa prática sempre foi repudiada desde a antiguidade. O plágio é uma forma de violação ao direito autoral do autor da obra, sendo considerado crime no Brasil, conforme previsto pela Lei 9.610/98, além de tipificado no artigo 184 do Código Penal, que impõe a pena de três meses a um ano de prisão, ou multa, uma vez que ferem os direitos morais e patrimoniais do legítimo autor da obra. O plágio é mais que uma mera reprodução de uma obra protegida pelo direito autoral, é a subtração da autoria da obra, na qual o usurpador apresenta como sendo de sua autoria uma obra de terceiros. Contudo, atualmente na produção acadêmica tem se verificado a ocorrência de episódios cada vez mais comuns de plágio, o que compromete todo o trabalho de pesquisa desenvolvida pelos pesquisadores, alcançando não raras vezes responsabilidade de indenizações, que comprometem as próprias instituições públicas e privadas. A dimensão pública das obras

8. WACHOWICZ, M.

Poder Constituinte e Transição Constitucional. Perspectiva histórico-constitucional. 2a. Ed. Revista e Atualizada. Curitiba: Juruá Editora, 2004

Palavras-chave: Direito Constitucional, Poder constituinte, Transição constitucional

Áreas do conhecimento: Direito Constitucional

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 8536208325

9. WACHOWICZ, M.

Propriedade Intelectual do Software e Revolução da Tecnologia da Informação. Curitiba: Editora Juruá, 2004 p.356.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Programa de Computador, Tecnologia da Informação, Direito Autoral, Software, Direito da Informática

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Este livro apresenta reflexões sobre a problemática da proteção jurídica do software em face da Revolução da Tecnologia da Informação. Numa abordagem interdisciplinar, enfocando os aspectos jurídicos, sociológicos, econômicos e tecnológicos, aborda a tutela jurídica do software pelo Direito Intelectual, entendendo que este deve estimular a difusão da Tecnologia da Informação e propiciar o surgimento de inovações tecnológicas inerentes à Sociedade Informacional. Atualmente a importância do software no ciberespaço torna necessário repensar os instrumentos e mecanismos jurídicos adequados para sua efetiva tutela. Isto se fará de modo a assegurar o desenvolvimento da Revolução Tecnológica de forma incluyente, sendo imprescindível protegê-lo como bem intelectual e garantir a qualquer pessoa a liberdade de acesso à informação. A obra prospecta, de forma minuciosa, o regime jurídico do software, no funcionamento da Sociedade da Informação. Para tanto, analisa os principais tratados internacionais que regulamentam a Propriedade Intelectual, os textos das Diretivas Europeias, bem como as regulamentações já adotadas no exterior e na legislação brasileira quanto ao tema. O texto é fortemente impregnado pelo conhecimento acadêmico e experiência profissional do Autor no estudo da Propriedade Intelectual dos novos bens informáticos (software, hardware e firmware) advindos do novo ambiente gerado pela Revolução da Tecnologia da Informação.

10. WACHOWICZ, M.

Poder Constituinte e Transição Constitucional. Curitiba: Juruá, 2000, v.1. p.217.

Palavras-chave: Poder constituinte, Transição constitucional, Processo constituinte, Constituição

Áreas do conhecimento: Direito Constitucional

Setores de atividade: Outros Setores

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 8573944641

Esta obra tem como objetivo oferecer elementos para a compreensão do processo de constitucionalização no Brasil por meio da ótica do Poder Constituinte, em uma perspectiva histórica, abrindo ao leitor um caminho de ampla discussão da transição constitucional que culminou com a Carta de 1988. A abordagem interdisciplinar do autor, ao analisar os aspectos jurídicos e sociológicos dos processos constituintes brasileiros, vem apresentar teses, com aprofundamento e criticidade, quanto à formação da cidadania e à evolução do Direito Constitucional Brasileiro. É obra que prospecta de forma minuciosa as várias manifestações do Poder Constituinte, tornando-se leitura indispensável no estudo do Estado Democrático de Direito do Brasil Contemporâneo.

Capítulos de livros publicados

1. WACHOWICZ, MARCOS; KRETSCHMANN, A.

Saúde e Propriedade Intelectual – A pandemia de COVID-19 levou os países e a OMS a apoiar o acesso aberto In: Saúde e Propriedade Intelectual. 1 ed. Curitiba: Editora IODA, 2023, v.1, p. 15-41.

Palavras-chave: direito, direito a saúde, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito da Propriedade Intelectual, Saúde Coletiva

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9786585149037, Home page: www.ioda.com.br

O artigo analisa a pandemia de Covid-19 renovou questões incômodas para a propriedade intelectual, em especial se a proteção tem efetiva relação com o desenvolvimento de novas técnicas. Esta reflexão orienta o presente estudo, que parte de uma análise histórica, seguida da inesperada união de forças opostas na luta contra uma pandemia global, e finalmente, a importância do aporte de políticas públicas que visem o equilíbrio entre as forças legais da propriedade intelectual, e o interesse público de acesso à informação de medicamentos, princípios ativos e aos medicamentos.

2. WACHOWICZ, MARCOS

Fundamentos Constitucionais na Tutela da Propriedade Intelectual: reflexões sobre a tensão constitucional a partir da contribuição do pensamento de Denis Borges Barbosa In: Estudos de propriedade intelectual em homenagem ao Prof. Dr. Denis Borges Barbosa. 1 ed. Curitiba: Editora IODA, 2021, v.1, p. 447-468.

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito Constitucional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9786599436864, Home page: <https://www.gedai.com.br/estudos-em-homenagem-a-denis-borges-barbosa/>

O presente estudo a partir do pensamento jurídico de Denis Borges Barbosa busca analisar questões fundamentais para o estudo da propriedade intelectual, diante da observação do esgotamento do Estado para a proteção dos bens intelectuais na Sociedade Informacional. Para isto analisa o regime de proteção dos novos bens intelectuais advindos da Revolução da Tecnologia da Informação, apontando a existência de uma tensão constitucional na proteção e do necessário balanceamento de interesses públicos e privados, tendo como base de reflexão o posicionamento doutrinário de Denis Borges Barbosa.

3. WACHOWICZ, MARCOS; SILVA, G. L.

Inteligência Artificial, Tecnologia e Direito: um prognóstico para a prestação jurisdicional brasileira à luz da Lei n. 13.994/2020 In: Sociedade Informacional e Propriedade Intelectual. 1 ed. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2021, v.1, p. 169-199.

Palavras-chave: Inteligência Artificial, Tecnologia da Informação, direito, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9786589713807, Home page: https://www.gedai.com.br/wp-content/uploads/2021/12/1_Sociedade-informacional-propriedade-intelectual.pdf

O presente artigo tem por objetivo analisar a relação entre inteligência artificial, tecnologia e direito, sobretudo em refletir em como os meios tecnológicos continuam influenciando a ciência jurídica e a prestação jurisdicional brasileira. Uma das comprovações mais recentes do aumento da tecnologia aplicada a prestação jurisdicional, é a possibilidade de realização de audiência de conciliação de forma virtual, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, a teor do que preconiza a Lei nº 13.994/2020. O cenário atual de pandemia exigiu uma reformulação na prestação jurisdicional, ampliando a utilização de meios eletrônicos como forma de não paralisar a tramitação das demandas judiciais. Logo, coube refletir sobre as benesses e perigos desse crescimento da inteligência artificial no direito numa sociedade da informação, como forma de melhorar a prestação jurisdicional conhecida pela morosidade e ineficiência, e de garantir o direito de acesso à justiça, prestação jurisdicional adequada e efetiva ou princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional; e, também, do princípio da duração razoável do processo, ambos previstos no artigo 5º da Constituição Federal. Palavras-chave: Inteligência artificial; Tecnologia; Direito; Prestação jurisdicional; Lei 13.994/2020.

4. WACHOWICZ, MARCOS; CORTIANO, M.

Rumos e Desafios para uma funcionalidade dos Direitos Intelectuais na Sociedade Informacional In: Sociedade Informacional e Propriedade Intelectual. 1 ed. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2021, v.1, p. 13-45.

Palavras-chave: direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9786589713807, Home page:

https://www.gedai.com.br/wp-content/uploads/2021/12/1_Sociedade-informacional-propriedade-intelectual.pdf

O presente estudo, a partir do pensamento jurídico de José de Oliveira Ascensão, busca analisar questões fundamentais para o estudo dos Direitos Intelectuais, diante da observação de uma nova Sociedade Informacional, na qual a funcionalidade do Direito Autoral se apresenta como um instrumento jurídico para promover a criação artística e cultural. Assim, a partir de reflexões sobre o regime legal internacional estabelecido desde o final do século XIX, cujo grande sistema de proteção foi destinado primordialmente aos autores e inventores, analisa-se de forma crítica o discurso tradicional dos Direitos Autorais, bem como evidencia-se a necessidade de valorização da criatividade diante da realidade tecnológica em que está inserido atualmente o regime de proteção jurídica autoral. Palavras-chave: Direitos intelectuais; Direito Autoral; Função Social.

5. WACHOWICZ, MARCOS; HASTREITER, M. A.

DERECHOS DE AUTOR Y DERECHO INTERNACIONAL PRIVADO: LA NECESARIA SUPERACIÓN DEL PARADIGMA DE LA TERRITORIALIDAD EN LA SOCIEDAD INFORMACIONAL In: Propiedad intelectual, sociedad y desarrollo : reflexiones desde Latinoamérica.1 ed. Buenos Aires - Argentina: Flacso/Argentina, 2020, v.1, p. 65-82.

Palavras-chave: direito, Direito Internacional, Sociedade da informação, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Internacional, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9789509379725, Home page:

<https://dl.airtable.com/.attachments/332e91d9a7f79d509e21ece0f5586386/91d8b8d1/Propiedadintelectual-FlacsoGedai-Ebook.pdf>

La internet ha traído numerosos desafíos al derecho. No es casualidad que se le llame, muchas veces, "tierra de nadie". Regularla nacionalmente es difícil, pues la internet no conoce las fronteras que limitan las jurisdicciones de los estados. En el ámbito internacional, la tarea también se muestra ardua en vista de la complejidad de derechos y las cuestiones en juego –entre las cuales se destaca la evolución constante de los aplicativos y del funcionamiento de la red, así como también el embate de la libertad de expresión e información y su conflicto con otros derechos individuales, como la intimidad y la propiedad.

6. WACHOWICZ, MARCOS; PESSERL, Alexandre

GESTIÓN COLECTIVA Y GOBERNANZA EN EL AMBIENTE DIGITAL In: Propiedad intelectual, sociedad y desarrollo : reflexiones desde Latinoamérica.1 ed. Buenos Aires - Argentina: Flacso/Argentina, 2020, v.1, p. 253-313.

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, gestão coletiva de direitos autorais, Internet

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9789509379725, Home page:

<https://dl.airtable.com/.attachments/332e91d9a7f79d509e21ece0f5586386/91d8b8d1/Propiedadintelectual-FlacsoGedai-Ebook.pdf>

Este documento constituye el resultado de una investigación sobre las soluciones implementadas en algunos países respecto a mecanismos de gestión colectiva de derechos de autor en el ambiente digital, con especial énfasis en América Latina y Unión Europea. La disseminación de contenidos protegidos por derechos de autor y conexos y los servicios vinculados a ellos, incluyendo libros, producciones audiovisuales y fonogramas, exigen el licenciamiento de derechos por diferentes titulares de derechos de autor y derechos conexos, como autores, intérpretes, productores y editores relacionados, los cuales en teoría pueden elegir entre la gestión individual o colectiva de sus derechos. La gestión de derechos de autor y conexos incluye la concesión de licencias a los usuarios, la auditoría de licenciamientos y acompañamiento de dichas utilidades de derechos, el cobro de los ingresos decurrentes de la explotación de derechos y distribución de los montos debidos a los titulares de derechos sí como también la aplicación (enforcement) del derecho de autor y derechos conexos, es decir, cómo se puede proteger esas actividades legalmente en caso necesario; por lo tanto, cualquier tentativa de extender dichas actividades al entorno digital necesita tener en cuenta los mecanismos de enforcement existentes.

7. MEDEIROS, H. G.; WACHOWICZ, MARCOS

LA SUPERPOSICIÓN DE LOS DERECHOS DE PROPIEDAD INTELECTUAL EN EL SOFTWARE EN LA LEGISLACIÓN BRASILEÑA In: Propiedad intelectual, sociedad y desarrollo : reflexiones desde Latinoamérica.1 ed. Buenos Aires - Argentina: Flacso/Argentina, 2020, v.1, p. 83-106.

Palavras-chave: direito, Propriedade Intelectual, Programa de Computador, Direito Autoral, sobreposição

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9789509379725, Home page:

<https://dl.airtable.com/.attachments/332e91d9a7f79d509e21ece0f5586386/91d8b8d1/Propiedadintelectual-FlacsoGedai-Ebook.pdf>

Debido a su naturaleza híbrida, típica de las nuevas tecnologías de información y comunicación, el software surge de manera distinta de otras tecnologías protegidas por derechos de propiedad intelectual. Sea presentando las características de innovaciones que definen las patentes, sea distinguiéndose por sus elementos literarios típicos de derechos de autor, el software posee una combinación de protección única, involucrando patentes, derechos de autor, secreto industrial y un conjunto de excepciones sui generis. Sin embargo, ese arreglo demuestra ser inadecuado e ineficiente para el objetivo innovador pro-puesto por los ordenamientos jurídicos y para la necesidad de circulación y de información exigidas en el desarrollo de la sociedad de la información. No es que la propiedad intelectual no haya contribuido al crecimiento de la industria del software. El problema radica en sus efectos nocivos sobre otros valores importantes de la sociedad de la información.

8. WACHOWICZ, M.; REUSING, Luciana

OS ELEMENTOS DE CONEXÃO NAS RELAÇÕES JURÍDICAS CONSUMERISTAS E CONTRATUAIS: Análise de sua aplicação na LGPD e no RGPD In: Proteção de dados pessoais em perspectiva: LGPD e RGPD na ótica do direito comparado.1 ed. Curitiba: GEDAI UFPR, 2020, v.1, p. 594-618.

Palavras-chave: direito, proteção de dados, Lei Geral de Proteção de Dados, direito comparado, Direito Internacional, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: *Direito, Direitos Especiais, Propriedade Intelectual*

Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: *Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9786586233513, Home page: www.gedai.com.br*

Em maio de 2018 entrou em vigor o RGPD 2016/679. O RGPD é um regulamento do direito europeu sobre privacidade e proteção de dados pessoais, aplicável a todos os indivíduos na União Europeia e Espaço Económico Europeu. Regulamenta também a exportação de dados pessoais para fora da UE e EEE. Em agosto de 2018 no Brasil, foi editada a Lei 13.709, denominada LGPD, o texto é inspirado na legislação europeia (RGPD) e estabelece também que empresas que tenham como atividade centrada no tratamento sistemático de dados pessoais seja obrigada a ter um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais – Data Protection Officer (DPO). A questão norteadora do artigo se encontra na Governança Global da Internet na ceara do Direito Internacional Privado, na análise dos elementos de conexão para uma correta aplicação da legislação RGPD e/ou LGPD nas relações jurídicas consumeristas e contratuais estabelecidas online.

9. WACHOWICZ, MARCOS

A Internet das Coisas e o Software de Comércio Eletrônico In: Estudos em Homenagem a Carlos Eduardo Manfredini Hapner. 1 ed. Curitiba: NCA Comunicação Editora, 2019, v.1, p. 229-258.

Palavras-chave: *direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito Internacional*

Áreas do conhecimento: *Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual*

Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: *Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 999999999X, Home page:*

https://www.gedai.com.br/a-internet-das-coisas-e-o-software-de-comercio-eletronico/

A INTERNET das Coisas como uma rede aberta e conectada a incontáveis objetos inteligentes, através de softwares de comércio on line, criam incontáveis bases de dados, como inúmeras maneiras de acesso e disponibilização, que merecem análise e tutela jurídica adequada. A INTERNET das Coisas cria e recria incessantemente métodos de fazer negócios conjugados com softwares de comércio on line, sua proteção deve ser devidamente mensurada, pois muitos deste estão excluídos de qualquer hipótese de patenteabilidade, como já dito, por serem considerados comuns e por envolverem apenas processos conhecidos no estado da técnica. A INTERNET das Coisas é um termo inglês (Internet of Things), o conceito foi proposto em 1999, por Kevin Ashton, no Laboratório de Auto-ID do MIT, que significa a interconexão digital de objetos com a internet, vale dizer: todos os objetos que estejam conectados. A exemplo: os veículos com tecnologia embarcada, câmaras sensoriais de prédios, objetos conectados com a INTERNET no interior de casas, dentre outros tantos objetos físicos dotados de tecnologia embarcada/sensores que estiverem conectados com a internet, sem que seja necessária a intervenção humana para reunir, processar e comunicar os dados. A empresa de consultoria Gartner, em 2020, haverá, no mundo, aproximadamente 26 bilhões de dispositivos com um sistema de conexão à internet das coisas. Tais objetos ditos inteligentes/físicos são na realidade uma extensão da INTERNET das Coisas. A conexão com a INTERNET destes objetos inteligentes possibilita uma capacidade computacional e de comunicação sem que seja necessária qualquer interferência humana. Todavia poder-se-á perceber riscos decorrentes dessa nova tecnologia, tais como: o controle remoto dos objetos, novas capacidades de coleta de dados pessoais, possibilidade de acesso e violações de informações privadas sem que tenham sido autorizadas e; que os próprios objetos sejam usados como provedores de serviços. O software de co

10. WACHOWICZ, MARCOS; VIRTUOSO, Bibiana B.

Gestão Coletiva de Direitos Autorais: Breves apontamentos acerca do sistema e português In: Novos Direitos Intelectuais: Estudos Luso-brasileiros sobre propriedade intelectual, inovação e tecnologia. 1 ed. Curitiba: GEDAI UFPR, 2019, v.a, p. 97-118.

Palavras-chave: *direito, Direito Autoral, gestão coletiva de direitos autorais, Propriedade Intelectual, inovação, Tecnologia*

Áreas do conhecimento: *Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual*

Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: *Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788567141374*

O presente artigo trata sobre a gestão coletiva de direitos autorais, realizando uma análise de direito comparado, desde a criação e difusão da rádio, músicos e compositores buscam uma forma de garantir o recebimento de seus direitos autorais. Deste modo, passaram a adotar o sistema de gestão coletiva de direitos autorais. A OMPI define a gestão coletiva de direitos autorais como o exercício dos direitos de autor e direitos conexos, realizados pelas organizações, as quais atuam no interesse dos detentores de direitos. Cada país possui um sistema próprio de gestão coletiva. Inclusive, este sistema não abarca apenas as obras musicais, mas também pode abranger obras escritas, como peças teatrais e fotografia. Muito embora seja possível a realização de uma gestão individual de direitos, tendo em vista a facilidade que as novas tecnologias proporcionam quanto a reprodução e fixação das obras, os autores não conseguem controlar sozinhos a utilização destas por terceiros. Deste modo, necessitam se unir para tutelar seus direitos.

11. WACHOWICZ, MARCOS; CANUT, L.

NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO: DA ADOÇÃO DO PROCESSO ELETRÔNICO ÀS DECISÕES AUTOMATIZADAS In: Estudos de Direito de Autor e Interesse Público - XIII CODAIP. 1 ed. Curitiba: GEDAI UFPR, 2019, v.1, p. 15-36.

Palavras-chave: *direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito Internacional*

Áreas do conhecimento: *Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual*

Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: *Brasil/Português. ISBN: 000002178745X, Home page:*

https://www.gedai.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Anais-XIII-CODAIP_Marcos-Wachowicz_eletr%C3%B4nico.pdf

A busca de interação entre direito e tecnologia é uma realidade no Poder Judiciário brasileiro. Ela foi caracterizada nos primeiros momentos de desenvolvimento das Tecnologias de Comunicação e Informação pela adoção do Processo Eletrônico, que se apresentou como instrumento de utomatização de rotinas e procedimentos. Diante dos avanços dessas tecnologias nos últimos anos, viabilizado especialmente pela Inteligência Artificial, o trabalho teve como objetivo demonstrar que poder judiciário entra numa nova fase dessa transformação ao introduzir a automatização no campo decisório. Alcançou-se o resultado esperado ao demonstrar que esse poder tem recorrido às novas Tecnologias de Informação e Comunicação ao apresentar iniciativas concretas voltadas à automatização de suas decisões, inclusive as judiciais. Recorreram-se ao método dedutivo, pesquisa descritiva e abordagem qualitativa para o desenvolvimento da pesquisa que se encontra no campo de estudo sobre a automação nas profissões jurídicas públicas.

12. WACHOWICZ, MARCOS; CANUT, L.

ANÁLISE DA ESTRATÉGIA BRASILEIRA PARA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL In: Análise da estratégia brasileira para transformação digital: comentários ao decreto nº 9319/18.1 ed.Curitiba: GEDAI PUBLICAÇÕES, 2018, v.1, p. 6-34.

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Informatico, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, DIREITO DA INFORMÁTICA

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Bretão. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788567141268, Home page: <http://www.gedai.com.br/?q=pt-br>

No primeiro capítulo introdutório os coordenadores do projeto Leticia Canut e Marcos Wachowicz, apresentam um breve contexto político e normativo no qual se insere a transformação digital brasileira, analisando-se o Decreto n. 9.319/18 e qual o papel assumido pelo Governo para a transformação

13. WACHOWICZ, M.; POMPEO FILHO, R. N. B.

ESTRATÉGIA BRASILEIRA PARA A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL: Análise comparativa entre o relatório submetido à discussão pública e o Decreto 9.319 de 21/03/2018 – Educação e capacitação profissional In: Análise da estratégia brasileira para transformação digital: comentários ao decreto nº 9319/18.1 ed.Curitiba: GEDAI PUBLICAÇÕES, 2018, v.1, p. 105-130.

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Informatico, Direito Internacional, Marco Civil Internet, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, DIREITO DA INFORMÁTICA

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Bretão. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788567141268, Home page: <http://www.gedai.com.br/?q=pt-br>

Em 2017, foi submetido a discussão pública o documento base da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital, por meio da Portaria Interministerial n. 842, de 17 de fevereiro de 2017. Em 21 de março de 2018, foi editado o Decreto Presidencial n. 9.319, instituindo o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelecendo a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital. Este artigo tem por escopo analisar a pertinência e adequação das propostas do relatório, em relação ao decreto indicado e à consecução das finalidades almejadas, no tocante ao capítulo "Educação e Capacitação Profissional" como parte integrante dos eixos temáticos habilitadores.

14. WACHOWICZ, M.

OS ATIVOS INTANGÍVEIS DA EMPRESA: As tutela jurídica das novas tecnologias e know-how In: O MODERNO DIREITO EMPRESARIAL DO SÉCULO XXI.1 ed.Rio de Janeiro: GZ EDITORA, 2018, v.1, p. 234-267.

Palavras-chave: Direito de Empresa, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Comercial, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788595240261, Home page: <http://www.gedai.com.br/?q=pt-br/content/os-ativos-intang%C3%ADveis-da-empresa-tutela-jur%C3%ADdica-das-novas-tecnologias-e-know-how>

O presente artigo aborda a questão da empresa como atividade econômica é responsável pelo desenvolvimento local, regional e global no que tange a produção e comercialização em massa sendo que domina o panorama da economia mundial moderna, graças à grande dimensão que alcançou. As empresas com um poder econômico a nível global, são denominadas de transnacionais que atuam como um dos fatores de agregação e fortalecimento dos blocos econômicos num mercado altíssimamente globalizado. Por outro lado, numa esfera local e regional, as pequenas médias empresas completam o ciclo de produção e de distribuição dos produtos. Os ativos intangíveis da empresa atualmente agregam valores significativos, potencializando os fatores de produção e mediação de bens e serviços. A empresa enquanto atividade econômica deve ser percebida como aquela que conjuga capital, trabalho e tecnologia com finalidade lucrativa. Pois, atividade empresarial organizada engloba inexoravelmente tecnologia e knowhow, sem os quais o próprio exercício da empresa estaria irremediavelmente prejudicado. A percepção dos ativos intangíveis da empresa pelos operadores do direito é de fundamental importância no mercado globalizado, constitui-se num desafio para assimilar seus pressupostos tecnológicos para adequá-los aos negócios jurídicos e pactos comerciais, razão pela qual, é necessários estudos cada vez mais específicos levando-se em conta o contexto da tecnologia na organização dos fatores de produção.

15. WACHOWICZ, M.

A GESTÃO COLETIVA DE DIREITOS AUTORAIS DA OBRA MUSICAL: titularidade originária, supervisão pública e transparência In: Estudos Em Homenagem A José De Oliveira Ascensão: Direito Privado.1 ed.São Paulo: Editora Atlas, 2017, v.2, p. 234-267.

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacional, gestão coletiva de direitos autorais, Direito Informatico

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788522498512, Home page: <https://www.conjur.com.br/loja/item/direito-civil-estudos-homenagem-jose-oliveira-ascensao-direito-privado>

O presente artigo analisa a gestão coletiva de direitos autorais da obra musical no Brasil a partir da edição da Lei 12.853/2013, que busca modernizar o sistema de arrecadação e distribuição com o objetivo de garantir maior transparência, eficiência e fiscalização efetiva por parte dos titulares e da própria sociedade. Abordando os fundamentos da gestão coletiva dos direitos autorais da execução pública demonstra a função social do sistema de gestão, a função de mediação de interesses públicos e privados, e, a função mandatária. A gestão coletiva da obra musical tem importância econômica significativa, sendo que as associações que integram o sistema realizam uma atividade dentro de um espaço público na defesa de interesses de terceiros ainda que não estatal, sujeitam-se à supervisão pública de tais atividades econômicas. A gestão coletiva dos direitos autorais de execução pública deve conciliar interesses coletivos de acesso à música, com os interesses individuais, entendidos estes como os direitos exclusivos do autor de autorizar ou não

a execução pública de sua obra.

16. WACHOWICZ, M.; SILVA, Rodrito Otávio Cruz e

Temas Contemporâneos de Propriedade Intelectual In: OS LIMITES DA PUBLICAÇÃO DE CONTEÚDO PRODUZIDO EM ESTABELECIMENTO DE ENSINO: Estudo de caso entre a Lei dos Direitos Autorais e o Marco Civil da Internet..1 ed.Brasília: OAB, Conselho Federal, 2017, v.1, p. 159-197.

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788579660719, Home page: <http://www.gedai.com.br/?q=pt-br/content/os-limites-da-publica%C3%A7%C3%A3o-na-internet-do-conte%C3%BAdo-produzido-pelo-professor-em-sala-de-aula>

O presente estudo aborda a questão dos limites do direito de armazenamento e publicação dos conteúdos produzidos nos estabelecimentos de ensino na atividade de docência em sala de aula, a gravação das aulas pelos alunos e a sua transposição para ambientes digitais na rede mundial de computadores INTERNET. Neste sentido entende-se que eventual gravação/filmagem feita por aluno sem autorização prévia do docente que a ministrou, ainda que destinada exclusivamente ao uso privado, diverge da natureza da limitação prevista na Lei n. 9.610/98 (LDA), que trata da autorização referente ao conteúdo do “apanhado de lições” com o intuito de viabilizar o melhor resultado do aprendizado. Nesse ponto a efetividade do aprendizado não se relaciona com o direito de gravação da aula, diferente disso, a gravação envolve elementos que extrapolam os direitos autorais, a exemplo dos direitos de personalidade (morais) do autor. O estudo conclui que, a garantia do destinatário da lição recebida em sala de aula e a respectiva liberdade de expressão desse mesmo destinatário, não se relaciona com o direito de armazenamento e divulgação do conteúdo na internet.

17. WACHOWICZ, M.

JOGOS DIGITAIS EDUCACIONAIS COMO BENS INFORMÁTICOS: Elementos que integram sua tutela jurídica enquanto bem intelectual In: INTERFACES ENTRE GAMES, PESQUISA & MERCADO.1 ed.Salvador: Editora do Instituto Federal da Bahia – EDIBA, 2016, v.1, p. 239-258.

Palavras-chave: Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Direito Informatico, Jogos Educacionais, direito de acesso a informação, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788567562117, Home page: http://www.gedai.com.br/sites/default/files/arquivos/artigo_jogos_digitais_marcos_wachowicz_revisado.pdf

O presente estudo busca analisar os elementos que integram a noção jurídica dos jogos digitais educacionais, para buscar a construção de uma tutela jurídica adequada, que compreenda as suas especificidades e os percebam como um novo bem intelectual, que emerge de um ambiente tecnológico que lhe atribui características impares. Neste ambiente digital os jogos educacionais despontam no cenário pedagógico pela importância da tutela dos direitos autorais dos criadores e de todos aqueles que participam do desenvolvimento deste novo bem informático tutelável pelo Direito da Propriedade Intelectual. Deste modo, o presente trabalho analisará os jogos digitais enquanto bens informáticos, portadores de novos paradigmas tecnológicos a serem tutelados.

18. WACHOWICZ, MARCOS

O Novo Direito Autoral na Sociedade Informacional In: Os novos Direitos no Brasil - natureza e perspectivas - uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas.3 ed.São Paulo: Editora Saraiva, 2016, v.1, p. 375-400.

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788502637221

Sumário: Introdução. 1. A tutela internacional da propriedade intelectual e o esgotamento dos limites tradicionais na sociedade informacional. 1.1. A dimensão privada e econômica da proteção da propriedade intelectual. 1.2. A dimensão pública e social da tutela da propriedade intelectual. 2. Os novos marcos regulatórios internacionais para a tutela do bem intelectual. 2.1. O Sistema Green Paper de Desenvolvimento e a Declaração do Milênio. 2.2. O novo paradigma com a Convenção da Diversidade da Unesco. 3. O direito autoral e o desenvolvimento. Conclusão. Referências bibliográficas. Disponível no link:

19. WACHOWICZ, M.; VIRTUOSO, Bibiana B.

PRECISAMOS FALAR SOBRE O STREAMING: UM PANORAMA GERAL ACERCA DA GESTÃO COLETIVA NO BRASIL In: Estudos de Direito de Autor - Anais do X CODAIP.1 ed.Curitiba: GEDAI UFPR, 2016, v.1, p. 19-35.

Palavras-chave: Direito Autoral, Streaming, gestão coletiva de direitos autorais, Direito da Propriedade Intelectual, ECAD

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 002178745X, Home page: http://www.gedai.com.br/sites/default/files/publicacoes/xcodaip_anais_e-book_1.compressed.pdf

O presente estudo busca compreender de forma mais aprofundada o fenômeno do Streaming. Este serviço permite que o usuário pague para ter acesso a acervos quase ilimitados de músicas e filmes. O download acaba deixado de lado, pois nas plataformas basta ter acesso à internet e um cadastro para aproveitar as obras disponíveis. Com a popularização de plataformas como Netflix e Spotify, o streaming surge como alternativa à pirataria digital. Há uma maior interatividade entre os usuários e uma maior facilidade no acesso às obras. Aqui está a importância da internet e deste tipo de serviço: as obras deixam de ser uma posse para ser um acesso. Embora apresente um crescimento cada vez maior, há quem veja o serviço com maus olhos. Cantores e compositores alegam que o serviço não é suficiente para retribuir o trabalho empenhado. Ainda há um caminho extenso a ser percorrido. É uma forma alcançável de se ter acesso às obras fonográficas. Contudo, ainda se deve tomar o cuidado em relação aos artistas e sua remuneração, pois as plataformas ainda não encontraram um equilíbrio na forma de pagamento dos direitos autorais. Aqui entra a questão da gestão coletiva

de direito autoral, responsável por auxiliar os titulares das obras na arrecadação dos valores devidos e controle de seu repertório. Ainda se faz necessário um estudo mais aprofundado e um acordo, de forma a garantir o direito dos artistas, o acesso dos usuários e o lucro dos produtores.

20. WACHOWICZ, M.; SILVA, Rodrito Otávio Cruz e

A efetivação do acesso à cultura e as limitações do direito de autor In: Diálogos em Direito: uma abordagem sobre a transdisciplinaridade entre o direito constitucional e o direito civil.1 ed.Lisboa - Portugal: Editora AAFDL, 2015, v.1, p. 234-260.

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, direito de acesso a informação, Propriedade Intelectual, direito, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9789726290551, Home page: <http://www.gedai.com.br/?q=pt-br/content/efetiva%C3%A7%C3%A3o-do-acesso-%C3%A0-cultura-e-limita%C3%A7%C3%B5es-do-direito-de-autor>

Na perspectiva da sociedade informacional com a difusão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), em consonância com o espírito colaborativo da cultura digital, observa-se cada vez mais a necessidade de garantir o amplo acesso à cultura, à informação e ao conhecimento. Nessa nova realidade social da vida informacional um grande volume conteúdos encontra-se disponível às pessoas numa dimensão jamais vista na história da humanidade. E nesse ponto o trabalho pretende analisar o direito fundamental de acesso, reafirmado pelas limitações dos direitos de autor, e a sua relação com a proteção dos direitos do autor representados nas novas tecnologias implementadas pelas indústrias de conteúdo. Para tanto, analisar-se-á a conformação jurídica das novas tecnologias desenvolvidas pelos veículos de comunicação destinadas a restringir a reprodução de conteúdos digitais, o que tende a representar o retorno a um passado recente pensado para o mundo do analógico e da restrição de bens materiais.

21. WACHOWICZ, MARCOS

A gestão Coletiva de Direitos Autorais da Obra Musical: titularidade originária, supervisão pública e transparência In: Livro em Homenagem ao Professor José de Oliveira Ascensão.1 ed.São Paulo: Editora Atlas, 2015, v.1, p. 245-267.

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, gestão coletiva de direitos autorais, ECAD, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 8522498482

Estudos em Homenagem a José de Oliveira AscensãoO artigo intitulado " A GESTÃO COLETIVA DE DIREITOS AUTORAIS DA OBRA MUSICAL: titularidade originária, supervisão pública e transparência " de autoria de Marcos Wachowicz, analisa a noção de gestão coletiva pressupõe que diversos titulares de direito autoral se associem, criando uma entidade com a finalidade de administrar coletivamente os seus direitos singulares, legitimando tal entidade para que exerça uma ação de vigilância e controle sobre as utilizações das obras musicais e litero-musical. A supervisão pública se presta para garantir maior transparência, eficiência e fiscalização da entidade gestora. O presente artigo analisa a gestão coletiva de direitos autorais da obra musical no Brasil a partir da edição da Lei 12.853/2013, que busca modernizar o sistema de arrecadação e distribuição com o objetivo de garantir maior transparência, eficiência e fiscalização efetiva por parte dos titulares e da própria sociedade. Abordando os fundamentos da gestão coletiva dos direitos autorais da execução pública demonstra a função social do sistema de gestão, a função de mediação de interesses públicos e privados, e, a função mandatária. A gestão coletiva da obra musical tem importância econômica significativa, sendo que as associações que integram o sistema realizam uma atividade dentro de um espaço público na defesa de interesses de terceiros ainda que não estatal, sujeitam-se à supervisão pública de tais atividades econômicas. A gestão coletiva dos direitos autorais de execução pública deve conciliar interesses coletivos de acesso à música, com os interesses individuais, entendidos estes como os direitos exclusivos do autor de autorizar ou não a execução pública de sua obra.Foi publicado no livro intitulado "Direito Civil. Estudos em Homenagem a José de Oliveira Ascensão - Volume 1" obra coletiva organizada pelos professores Sílvio Romero Beltrão e Jose Fernando Simão, publicado pela Editora Atlas.

22. WACHOWICZ, M.; GIBRAN, S. M.

A PROPRIEDADE AUTORAL E LICENCIAMENTOS CRIATIVOS: Liberdade de Acesso e Interação para o fortalecimento da Economia Criativa In: Direito Autoral e Economia Criativa.1 ed.Curitiba: GEDAI UFPR, 2015, v.1, p. 185-224.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, economia criativa, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788567141077, Home page: www.gedai.com.br

A sociedade humana sempre se desenvolveu a partir de seus avanços tecnológicos. Assim foi a Revolução Industrial que construiu uma Sociedade Industrial com uma ordem econômica voltada à proteção de seus bens tecnológicos criando um sistema internacional de tutela através das Convenções de Paris (1883) e de Berna (1886). O pensamento econômico liberal foi dominante durante a Sociedade Industrial que construiu um modelo econômico preocupado com a proteção da criatividade para a garantia dos interesses econômicos privados envolvidos no processo de produção industrial.

23. WACHOWICZ, M.; WINTER, Luis Alexandre Carta

BETWEEN TAX HAVENS AND FLAGS OF CONVENIENCE In: New Challenges of The Atlantic.1 ed.Lisboa: Editora GRAFIGRAF, 2015, v.1, p. 47-61.

Palavras-chave: direito, Direito Internacional, Globalização

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Internacional, Direito Industrial

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Portugal/Inglês. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9789896461010, Home page: http://media.wix.com/ugd/671aad_e93e119417914f3487bfff1d7bc1f20b3.pdf

This book is the result of the interdisciplinary research project *The Extension of Portuguese Continental Shelf: Implications for the Decision-Making Process*, financed by FCT – Foundation for Science and Technology, and developed in the Center for Public Administration and Public Policies of the Institute of Social and Political Sciences of the University of Lisbon, in a partnership with the Portuguese Navy and the company ESRI-Portugal, Geographical Information Systems, SA. International trading follows inexorable logics: the added value. The aim is to limit costs and maximize profit. This means to pay the lowest amount in taxes possible, and parallel to that, manage to lower the social charges, but with no need to lower the final price of the product for the consumer. Thus, the target is to increase the percentage of profit. Intrinsicly, there is nothing wrong with such capitalist logics, but this is only a finding. The current article aims to translate such a finding by analyzing within the capitalist system two aspects, and the impact that these two questions cause on international commerce. Tax havens and flags of convenience arise from various needs within international trade, and together, they are responsible for considerable portions of international trade. The manifestation of this is the handling of cargo in Brazilian harbors, particularly at Paranaguá Harbor, of ships from countries that are not only flag of convenience ships, but also come from tax havens.

24. WACHOWICZ, M.

Cultura Digital e o Marco Civil da Internet: contradições e impedimentos jurídicos no acesso à informação In: *Direito e Internet III: Marco Civil da Internet*. 1 ed. São Paulo: Editora Quartier Latin, 2015, v.1, p. 345-377.

Palavras-chave: direito, Direito a Informação, Direito Autoral, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, DIREITO DA INFORMÁTICA

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 8576747529

SUMÁRIO: 1. O MARCO CIVIL DA INTERNET: A legitimidade do processo. 2. NOÇÕES CONCEITUAIS FUNDAMENTAIS: A idéia de informação na Sociedade Informacional. 3. A CULTURA DIGITAL: Os novos usos da Sociedade Informacional. 4. DIREITOS HUMANOS: A liberdade de expressão e o acesso à informação. 5. CULTURA DIGITAL E DIREITO À INFORMAÇÃO: Uma nova dimensão dos Direitos Humanos. 6. CONCLUSÕES. REFERÊNCIAS.

25. WACHOWICZ, M.

Noções Fundamentais sobre o plágio acadêmico In: *Estudos de Direito Intelectual em Homenagem ao Prof. Doutor José Oliveira Ascensão. 50 anos de vida universitária*. 1 ed. Lisboa: Editora Almedina, 2015, v.1, p. 419-449.

Palavras-chave: Direito Autoral, Plágio, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Portugal/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9789724061153

O artigo aborda as noções fundamentais sobre o plágio no ambiente universitário. A legislação brasileira configura como crime de plágio o uso indevido da propriedade intelectual de outro (artigo 184 do Código Penal, definindo plágio como crime de falsidade ideológica, em documentos particulares ou públicos (art. 299 do Código Penal), coube à doutrina a classificação dos tipos de plágio, o que se operou de maneira não uniforme, cada doutrinador acabou por apresentar de sua forma. O plágio acadêmico além dos tipos clássico apontados pela doutrina[34] (integral, parcial e conceitual), podem apresentar novas formas, originados pelo uso de novas tecnologias da informação e comunicação, que vão para além da mera usurpação ou cópia servil, de copiar e colar, palavra, parágrafos ou páginas, sem que haja citação da fonte. O estudo não se pretende exaurir as tipificações mas apontar e tipificar as modalidades nas quais o plágio acadêmico pode costumeiramente ocorrer.

26. WACHOWICZ, M.; SASS, L. B.

O DIREITO AUTORAL COMO PROPULSOR DA DIVERSIDADE CULTURAL: Falácias e Desafios In: *Direito Autoral e Economia Criativa*. 1 ed. Curitiba: GEDAI UFPR, 2015, v.1, p. 153-184.

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, diversidade cultural, economia criativa

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788567141077, Home page: www.gedai.com.br

A presente pesquisa tem por objetivo aprofundar a interface entre o direito autoral e a diversidade cultural, buscando compreender a (ausência de) eficácia dos DPLs no sentido de impulsionar a diversidade cultural e apontando os principais desafios contemporâneos quanto a tal problemática. A pesquisa divide-se em três eixos principais: o primeiro narra o transcurso histórico dos DPLs, seus discursos de legitimação e a forma como eles acabaram por concretizar o cerceamento da criatividade; o segundo delinea algumas problemáticas intrínsecas ao próprio conceito de diversidade cultural; e o terceiro discute a relação entre o direito autoral e a diversidade cultural, apontando os possíveis desafios a serem enfrentados para que tal relação seja dotada de eficácia em prol da diversidade cultural em um mundo globalizado.

27. WACHOWICZ, M.; GONCALVES, L. R.

O SISTEMA PEER-TO-PEER E OS LIMITES DO USO PRIVADO DE OBRAS PROTEGIDAS NA EUROPA E NO BRASIL In: *Direito Autoral e Marco Civil da Internet*. 1 ed. Curitiba: GEDAI UFPR, 2015, v.1, p. 251-292.

Palavras-chave: Direito Autoral, Sociedade da informação, Propriedade Intelectual, Marco Civil Internet

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788567141107, Home page: www.gedai.com.br

O sistema peer-to-peer permite que usuários tenham acesso a obras protegidas de maneira rápida e eficiente. Com base na exceção do uso privado, esse trabalho objetivou verificar quais seriam os limites para a utilização legal desse tipo de tecnologia no compartilhamento de obras protegidas entre seus usuários. O método de abordagem utilizado foi o dedutivo e o procedimento monográfico, tendo como técnicas de pesquisa a bibliográfica, jurisprudencial e empírica. Como resultado, quando utilizado exclusivamente para o upload, o uso do sistema peer-to-peer incorre em violação do Direito de Autor tanto para os tratados internacionais quanto em âmbito legislativo e judiciário da Europa e do Brasil. Já quando o fim último de sua utilização é o download,

tal operação é enquadrada na exceção do uso privado, sendo permitida no âmbito dos tratados contanto que respeitando a regra dos três passos.

28. WACHOWICZ, M.; KIST, V. A. W.

RETALIAÇÃO CRUZADA EM PROPRIEDADE INTELECTUAL: uma alternativa aos países em desenvolvimento para a solução de disputas na organização mundial do comércio In: Estudos de Direito da Propriedade Intelectual. 1 ed. Curitiba: GEDAI UFPR, 2015, v.1, p. 233-264.

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito Internacional Privado, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788567141053, Home page: www.gedai.com.br

Com a criação da Organização Mundial do Comércio surgiu também o Órgão de Solução de Controvérsias, que apesar de trazer incisivas melhoras ao sistema de solução de conflitos ainda é bastante deficiente quando estão em jogo os interesses de países economicamente díspares, o que gera grandes dificuldades aos Estados em desenvolvimento. A alternativa para suprir essa deficiência, aumentando a efetividade das decisões favoráveis aos países mais pobres, é a utilização da chamada Retaliação Cruzada em direitos de Propriedade Intelectual, regulados pelo acordo TRIPS, mais precisamente na área de patentes industriais. Essa medida é assegurada pelo próprio Entendimento relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias que regula o Órgão de Solução de Controvérsias e nunca foi utilizada devido a pressão exercida pelos Estados detentores dos direitos de propriedade intelectual, mas a simples ameaça de utilização do dispositivo já gerou efeitos favoráveis aos países em desenvolvimento no momento de negociação sobre a resolução da controvérsia, como no caso Equador – Bananas III e Brasil – Estados Unidos, Caso do algodão. Esse trabalho visa tratar sobre a Retaliação Cruzada como uma alternativa legal aos países em desenvolvimento nos casos em que litigam no Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio. Aborda-se a problemática na efetivação das retaliações e dos demais meios habitualmente utilizados no âmbito do Órgão de Solução de Controvérsias, indicando a retaliação cruzada em direitos de propriedade intelectual.

29. WACHOWICZ, M.

A complexidade dos Direitos Intelectuais envolvidos nas bases de dados digitais In: Estudos em Direito Privado. 1 ed. Curitiba: Editora Luiz Carlos Centro de Estudos Jurídicos, 2014, v.1, p. 253-265.

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteção, Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Programa de computador, Sociedade da informação)

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788567586021

SUMÁRIO: 1. NOÇÕES CONCEITUAIS FUNDAMENTAIS. 2. A COMPLEXIDADE DA BASE DE DADOS DIGITAL. 2.1. Elementos que integram a noção jurídica de Base de Dados 2.2. Os sujeitos de direito que integram na consecução da Base de Dados. A) Direitos do autor da base de dados. B) Direitos do fornecedor titular da base de dados. Direitos do usuário da base de dados. 3) CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DAS BASES DE DADOS. A) A posição da União Européia. B) A posição da Organização Mundial do Comércio – OMC. C) A posição da Organização de Propriedade Intelectual – OMPI 4) CONCLUSÕES. REFERÊNCIAS.

30. WACHOWICZ, M.; MEDEIROS, H. G.

O contexto Internacional da Lei de Direitos Autorais no Brasil: Tratado de Marrakesh In: Direito da Propriedade Intelectual - vol. III. 1 ed. Curitiba: Editora Juruá, 2014, v.1, p. 9-42.

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788536248875

31. MEDEIROS, H. G.; WACHOWICZ, M.

O princípio da territorialidade na Propriedade Intelectual e sua Aplicação nas Relações Internacionais: o Caso das Medidas de Fronteira em Trânsito In: Direito Internacional Contemporâneo. 1 ed. Curitiba: Editora Juruá, 2014, v.1, p. 453-480.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, sistema internacional de patentes, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788536246574, Home page: www.juruá.com.br

O surgimento e a aplicação de medidas de fronteira para mercadorias em trânsito vêm causando questionamentos quanto a sua legitimidade frente ao princípio da territorialidade. Assim, o objetivo do presente trabalho é analisar as medidas de fronteira em trânsito à luz do princípio da territorialidade na propriedade intelectual. As medidas de fronteira em trânsito não devem ser adotadas em razão dos problemas ocasionados pela extraterritorialidade que provoca. Porém, caso sejam adotadas, devem ser reguladas com cautela para que a liberdade de trânsito seja preservada.

32. WACHOWICZ, M.

Reflexões sobre a implantação do Processo Judicial Eletrônico: Marco Civil da Internet seus primados tecnológicos face o princípio do amplo acesso ao Poder Judiciário In: Processo Judicial Eletrônico. 1 ed. Brasília: OAB-Federal, 2014, v.1, p. 435-454.

Palavras-chave: Processo civil, Marco Civil Internet, Revolução Tecnológica da Informação, Processo Eletrônico, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, DIREITO DA INFORMÁTICA

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788579660269

O presente artigo analisa o Processo Judicial Eletrônico e as atividades informativas inerentes ao setor do Poder Judiciário também criaram novas formas de comunicação de informações de interesse dos operadores do direito e da sociedade, destinadas a facilitar o acesso às rotinas e andamentos dos trâmites processuais, com o desenvolvimento de novas técnicas comunicacionais, como a intimação por e-mail. Estudando os impactos das novas TIC's para a área do direito ocorreram mudanças que podem ser percebidas em sentidos distintos: (i) a informatização do Poder Judiciário buscando padronização dos procedimentos no ambiente digital para maior celeridade; (ii) os novos conflitos sociais não encontraram operadores do direito capacitados para atuar com expertise digital, e, (iii) o processo judicial diante da inexistência de regras se torna incapaz de validar novas formas de negociar no meio digital ou de documentos produzidos via Internet.

33. WACHOWICZ, M.

Ensino a Distância e Direitos Autorais: A produção do Conhecimento e a sua Tutela Jurídica In: Educação a Distância: Meios, Atores e Processos. 1 ed. Belo Horizonte: CAED-UFMG, 2013, v.1, p. 319-333.

Palavras-chave: Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteção, ensino, Propriedade Intelectual, Sociedade da informação)

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, Direitos Especiais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788564724464, Home page: www.ufmg.br

O presente estudo aborda a modalidade do ensino a distância mais especificamente no que se refere à tutela dos Direitos Autorais sobre a criação, produção e comercialização dos conteúdos elaborados e distribuídos pelas empresas de EAD. Analisando de forma crítica o atual regime jurídico no tocante aos Direitos Morais e Patrimoniais envolvidos no processo de ensino, bem como, contextualizando-o no ambiente tecnológico em que tais conteúdos são elaborados, percebendo existências novos atores no processo criativo na difusão do conhecimento e no desenvolvimento da Sociedade Informacional.

34. WACHOWICZ, M.; GROSSELI, Grasiela

Democracia Digital - A propaganda eleitoral na internet In: Direito da Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual. 1 ed. Curitiba: Editora Juruá, 2012, v.1, p. 137-150.

Palavras-chave: Sociedade da informação, Internet, direito, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito da Informática, Direito da Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788536239613, Home page: www.juruia.com.br

35. WACHOWICZ, M.; CHRISTMANN, L.L.

Diversidade Cultural na Sociedade Informacional Promessas e Desafios: Por uma visão dialética sobre o tema In: Inclusão Tecnológica e Direito a Cultura. 1 ed. Florianópolis: Editora Funjab, 2012, v.1, p. 309-339.

Palavras-chave: diversidade cultural, Sociedade da informação, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Informática

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788578400583, Home page: www.direitoautoral.ufsc.br

36. WACHOWICZ, M.

ESTUDO EPISTEMOLÓGICO DA CONSTITUIÇÃO E DA REVOLUÇÃO: um fundamento para o Estado Democrático Contemporâneo In: Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda - Volume V.1 ed. Lisboa-Portugal: Coimbra Editora, 2012, v.1, p. 577-593.

Palavras-chave: Direito Constitucional, Poder constituinte, Estado Democrático

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Constitucional

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9778703116052, Home page: http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?editoras_id=59&products_id=20403

O presente artigo analisa o processo de criação de uma constituição envolto no movimento revolucionário, para estabelecer as bases epistemológicas da noção do poder jurídico subjacente para uma elaboração de constituição democrática no Estado contemporâneo. A metodologia de abordagem é necessariamente transdisciplinar utilizando-se de conceitos oriundos da ciência política e sociologia para fixar o conceito de revolução e a partir deste construir todo o enquadramento teórico-conceitual das revoluções jurídicas, dos órgãos constituintes, dos governos provisórios, dos editos revolucionários. O processo revolucionário é uma atividade complexa na qual se conjugam inexoravelmente elementos jurídicos e políticos. A pesquisa histórica desenvolvida traça um grande esboço das revoluções: norte-americana, inglesa, francesa, russa. A teoria geral do Poder Constituinte conclui-se no presente estudo que não restam dúvidas, foi concebida na história política moderna pelos meandros da teorização revolucionária. A superação do fenômeno revolucionário com a realização de um processo constituinte — nestes parâmetros de limitação —, tende a que, promulgada uma nova Carta, desde logo se restaurem os mecanismos de transformação evolutiva do Estado (através do Poder Constituinte derivado), a fim de mantê-lo permanentemente em adequação com a realidade social. Não será por certo este o resultado se for produto de um processo constituinte arbitrário e ilimitado, no qual predominem ideologias unilaterais como arma revolucionária de implantação do Estado. É justamente com o Direito de auto-organização dos povos inalienável num Estado Democrático que se encontra subjacente o primado democrático no ideário de um Poder Constituinte Originário. Não há regime democrático que se pautar pela representação da sociedade civil no governo do Estado, sem fundá-lo também no ato de criação do Estado.

37. WACHOWICZ, M.; CASAGRANDE, T. S.

Inclusão Digital dos Advogados: Gestão da Tecnologia da Informação nos Escritórios de advocacia In: Direito da Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual. 1 ed. Curitiba: Editora Juruá, 2012, v.1, p. 93-118.

Palavras-chave: direito, Direito a Informação, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Sociedade da informação, Direito Informática

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788536239613, Home page: www.juruia.com.br

38. WACHOWICZ, M.; PRONER, C.

Movimentos rumo a Sociedade Democrática do Conhecimento In: Inclusão Tecnológica e Direito a Cultura. 1 ed. Florianópolis: Editora Funjab, 2012, v.1, p. 15-29.

Palavras-chave: direito, direitos culturais, Direito a Informação, Direito da Propriedade Intelectual, Sociedade da informação, diversidade cultural

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788578400583, Home page: www.direitoautoral.ufsc.br

39. WACHOWICZ, M.; COUTINHO, Guilherme

Novos Moinhos de vento: Direitos Autorais Musicais e Sociedade Informacional In: Direito da Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual. 1 ed. Curitiba: Editora Juruá, 2012, v.1, p. 321-360.

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Sociedade da informação, Direito Informática, direitos culturais

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788536239613, Home page: www.juruia.com.br

40. WACHOWICZ, M.

A Construção de um Marco Regulatório para a Economia Criativa no Brasil In: A Construção de um Marco Regulatório para a Economia Criativa no Brasil. 1 ed. Brasília: Ministério da Cultura, 2011, v.1, p. 119-122.

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, economia criativa

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Setores de atividade: Educação, Artes, cultura, esporte e recreação, Atividades artísticas, criativas e de espetáculos

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788560618033, Home page: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2011/09/Plano-da-Secretaria-da-Economia-Criativa.pdf>

A Economia Criativa é um conceito novo e em evolução implicando em mudança das estratégias de desenvolvimento convencionais segmentadas e reducionistas focadas nos bens intelectuais como commodities primárias e na fabricação industrial. A Economia criativa é sistêmica, lida com as interfaces entre a economia, a cultura e a tecnologia com vistas a um desenvolvimento sustentável num movimento incluyente de compartilhamento, centrado no uso e acesso aos produtos criativos por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Nesta medida é que a Economia Criativa alcança as TICs, a educação, a arquitetura, o design, a formação de agentes criativos, os Arranjos Produtivos Locais (APL) e os Setores Criativos (SCs). Assim, a Economia Criativa promove o desenvolvimento sustentável e humano, de forma inclusiva social e tecnologicamente, ou seja, não se trata uma visão de mero crescimento econômico. Contudo, para que este aspecto inclusivo se materialize na sociedade, há a necessidade de dotar o ordenamento jurídico de instrumentos efetivos de proteção dos autores, que promova a difusão da diversidade cultural, para que os benefícios alcancem um número maior de artistas, criadores e titulares e detentores desses direitos.

41. WACHOWICZ, M.

Biocombustíveis e Patenteabilidade: Implantação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico e Social In: DIREITO E DESENVOLVIMENTO – Biomedicina, Tecnologia e Sociedade Globalizada ed. Belo Horizonte: Editora Forum, 2011, v.1, p. 189-212.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Sociedade da informação, Direito Internacional, biotecnologia, Biodiversidade, Biodireito

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788577004768

A sociedade contemporânea é complexa e se desenvolve numa velocidade surpreendente. Em seus novos rumos científicos, o Direito, a Medicina e a Ética juntam-se às novas tecnologias na criação de novos ambientes. Em sua complexidade, tornam-se inevitáveis as situações de confronto, nas quais serão cotejados os limites do Direito e da Ética aos novos passos das ciências.

42. WACHOWICZ, M.

Direito Autorais e o domínio público da informação In: Direito de Autor e Direitos Fundamentais ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011, v.1, p. 226-253.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática, Sociedade da informação, Direito Internacional, Direito Comercial, Software

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788502113585

A propriedade intelectual protege bens intelectuais enquanto exteriorização de uma idéia em um meio tangível ou intangível pelos sentidos, a idéia em si não tem proteção ela deve ter livre fluxo para estimular novas criações. Foi somente a partir da Revolução Francesa em 1789, que se passou a vincular a idéia de informação com a liberdade de expressão, como expressão de direitos humanos. A criação do sistema internacional de tutela da propriedade intelectual somente ocorreria um século após, com as convenções de Paris e de Berna, respectivamente de 1883 e 1886, esta última versando sobre Direitos Autorais. De tal forma é que, desde então, o conflito envolvido na informação se substancia na possibilidade de o ser humano ter seu conhecimento, sua crença, sua opinião ser transmitida aos demais. A Sociedade Informacional em que emergiu a um novo conceito de informação também fez surgir novas formas de controle, armazenamento e distribuição desta informação. A informação é uma palavra que enseja uma complexidade que a torna de difícil definição no contexto da Revolução da Tecnologia da Informação. Isto porque, para fazer uso da informação, faz-se necessário que ela exista, que seja conhecida e que se encontre disponível. A informação tem um custo, não é suficiente determinar o valor de seu conteúdo, devem ser calculadas todas as etapas posteriores à sua criação, edição, distribuição, recuperação da informação, todos os processos pelos quais a informação será transmitida pelas redes de telecomunicações (INTERNET).

43. WACHOWICZ, M.; COUTINHO, Guilherme; PESSERL, Alexandre

Estudos para a Revisão da Lei Autoral In: Por que mudar a Lei de Direito Autoral? Estudos e Pareceres ed. Florianópolis: Editora Boiteux, 2011, v.1, p. 13-104.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito Comercial

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788578400484, Home page: www.direitoautora.ufsc.br

O Direito Autoral não é um direito absoluto, cujo diapasão de análise seja eminentemente privatista ou mercantilista, nem fruto de uma

visão maximalista de tutela e proteção da propriedade intelectual, cujo ideário dominante foi decisivo para consolidar o Acordo TRIPs, isto no ano de 1994, no qual se estruturou a OMC sob os auspícios do livre comércio, das reduções das barreiras alfandegárias e da promoção do desenvolvimento e cooperação internacional. Nesta perspectiva, o Brasil, na década de 90, houve por rever todo o seu marco legal de propriedade intelectual e editar novas legislações em fiel observância aos parâmetros máximos de proteção estabelecidos no Acordo TRIPs, seja pela Lei de Propriedade Industrial publicada logo em 1996, como também, pela Lei 6.910 de 1998 que reformou a Lei Autoral brasileira que vigorava desde a década de 70. Passados quase 20 anos do Acordo TRIPs pode-se mensurar seus efeitos no sistema internacional de proteção de propriedade intelectual, que foi homogeneizado mediante a derrocada das soberanias nacionais pela força de interesses econômicos. O Grupo de Estudos em Direito Autoral e Informação (GEDAI), vinculado ao Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, promoveu um ciclo de oito debates durante os meses de junho e julho de 2010, sob a coordenação científica do Prof. Dr. Marcos Wachowicz, para discussão do projeto de alteração da Lei de Direitos Autorais (LDA) promovido pelo Ministério da Cultura (MinC) e pela Casa Civil da Presidência da República. Além dos pesquisadores vinculados ao GEDAI, bacharéis, mestres e doutores especializados em Direito Autoral, durante os debates contamos com a presença de membros da comunidade acadêmica em geral, do escritório de direito autoral da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), de advogados que prestam serviços a entidades de gestão coletiva de direitos, da Casa Civil do governo de Santa Catarina, da sociedade civil e de representantes do Min

44. WACHOWICZ, M.; MEDEIROS, H.; MADUREIRA, A.

Patent Pool em matéria de tecnologias verdes: proposições para um desenvolvimento sustentável In: Propriedade e Meio Ambiente: da inconciliação à convergência ed. Florianópolis: Editora Boiteux, 2011, v.01, p. 193-226.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito Internacional Privado

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788578400279

O presente artigo apresenta um estudo voltado ao exame dos impactos que as novas tecnologias causam na sociedade e os delineamentos que a propriedade intelectual assume neste panorama. Para isso, contextualiza-se o Meio Ambiente, na perspectiva de que faz-se necessário a convergência do uso das novas tecnologias de modo a promover o desenvolvimento sustentável. Após a Conferência em Bali, realizada em 2007, foi idealizado um Plano de Ação que teve como objetivo discutir a transferência de tecnologia que atenuasse os efeitos da emissão de poluentes na atmosfera. Nesse sentido, concluiu-se, para alcançar um maior desenvolvimento sustentável, seria necessário acelerar a transferência de tecnologia, a cooperação e a pesquisa que resultem em novas formas de aprimorar o uso dos recursos naturais e, principalmente, ferramentas de cooperação entre os países. Assim, o Patent Pool representa o modo pelo qual a é possível oportunizar a transferência de tecnologia e garantir o desenvolvimento sustentável entre os países.

45. WACHOWICZ, M.

Por que reformar a lei autoral brasileira In: Por que revisar a Lei de Direito Autoral ? ed. Florianópolis: Editora Boiteux, 2011, v.1, p. 13-55.

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788578400484

46. WACHOWICZ, M.; MADUREIRA, A.

A inovação no Direito à Saúde no Brasil e a Revolução da Tecnologia da Informação In: O Direito no Século XXI. Estudos em Homenagem ao Ministro Edson Vidigal ed. Florianópolis: Editora Obra Jurídica, 2010, v.1, p. 73-82.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Sociedade da informação, Direitos Humanos, Direitos Fundamentais, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788586145483

47. WACHOWICZ, M.

A Revisão da Lei Brasileira de Direitos Autorais In: ESTUDOS DE DIREITO DE AUTOR A Revisão da Lei de Direitos Autorais ed. Florianópolis: Editora Boiteux, 2010, v.1, p. 73-104.

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Programa de Computador, Sociedade da informação, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788578400, Home page: http://www.direitoautoral.ufsc.br/gedai/wp-content/uploads/livros/GedaiUFSC_LivroEstudosDirAutor_vfinal.pdf

O presente estudo tem por objetivo analisar a proposta de Revisão da Lei de Direito Autoral atual em face da Revolução da Tecnologia da Informação, para isto, faz-se uma digressão sobre as origens do direito autoral clássico, inclusive nas suas garantias constitucionais estabelecidas pela Constituição de 1988. Em seguida, são apresentados os indicadores determinantes que permitem delinear a necessidade de uma revisão legislativa para a criação de instrumentos jurídicos que promovam o acesso ao conhecimento e aos bens culturais.

48. WACHOWICZ, M.

A TUTELA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL: Complexidades e desafios para o século XXI In: DIREITO DE PROPRIEDADE E MEIO AMBIENTE: novos desafios para o Século XXI Fundação Boiteux Florianópolis 2010 ed. Florianópolis: Editora Boiteux, 2010, v.1, p. 50-62.

Palavras-chave: Direito Ambiental, Direito Constitucional, Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática, Sociedade da informação, Direito Internacional Privado, Direito Internacional, Direito Comercial, Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital, ISBN: 9788578400316, Home page:

http://www.direitoautoral.ufsc.br/casadinho/livros_antteriores.php

O presente estudo analisa o sistema internacional de propriedade intelectual construído desde o século XIX e a situação paradoxal que se encontra no início do século XX no qual se percebe uma falta crescente de efetiva proteção dos bens intelectuais existentes no ciberespaço, que podem ser transmitidos, copiados, resumidos, permutados e até adulterados, sem qualquer controle do seu legítimo titular, das autoridades estatais ou mesmo internacionais. O ordenamento jurídico foi surpreendido com a dinâmica estimulada pelas novas tecnologias, cuja capacidade de gerar fatos novos imobiliza o legislador, incapaz de acompanhá-la. Neste sentido o artigo empreende uma análise histórica do direito da Propriedade Intelectual possuindo foco nos desafios para a Ciência do Direito com o advento da Sociedade Informacional, que coloca em questão os seus primados clássicos, sua lógica hierárquica, territorial e burocratizada, não concebe respostas satisfatórias à solução de conflitos da Sociedade Informacional apenas em imersão.

49. WACHOWICZ, M.

Direito Autoral e Diversidade Cultural no âmbito Ibero-latinoamericano In: Inovación y Conocimiento ed.Madric: Editora Marcial Pons, 2010, v.01, p. 169-190.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Sociedade da informação, Direito Internacional, Direito Comercial, Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788497688109

O estudo analisa a Convenção da Diversidade Cultural d UNESCO 2005, tomando-a como ponto de partida para uma reflexão sobre o sistema Internacional de Direito Autoral.

50. WACHOWICZ, M.

Direitos da Personalidade e Direitos Intelectuais In: Dimensões Jurídicas da Personalidade na Ordem Constitucional Brasileira ed.Florianópolis: Editora Conceito, 2010, v.1, p. 389-406.

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito Constitucional

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788578740917

51. WACHOWICZ, M.; ROVER, A.J.

A Proteção do Conhecimento Tradicional Associado e a Biopirataria In: Pueblos Indígenas, Desarrollo y Participación Democrática ed.Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Biodiversidade, biotecnologia

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788578400118

52. WACHOWICZ, M.

A proteção dos direitos intelectuais do software e seus limites temporais: conflitos e interesses In: Ensaio sobre o direito imaterial - Estudos dedicados a Newton Silveira ed.São Paulo: Editora Lumen Juris, 2009, p. 121-142.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Programa de Computador, Direito da Informática, Direito Comercial, Sociedade da informação, Software

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788537506295

53. WACHOWICZ, M.; COSTA, José Augusto Fontoura

NOVAS FRONTEIRAS DO DIREITO DE PROPRIEDADE: INFORMATICA E BIOTECNOLOGIA In: GRANDES TEMAS DA ATUALIDADE: PROPRIEDADE INTELECTUAL, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E BIOENERGIA ed.Goiânia-GO: Editora PUC-GO, 2009, v.vol I, p. 229-259.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Direito Internacional Privado, Sociedade da informação, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788571035

54. WACHOWICZ, M.; ROCHA, A. P. P.

PROPRIEDADE INTELECTUAL E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: uma análise de sua natureza jurídica e co-dependência In: ESTUDOS DE DIREITO DE PROPRIEDADE E MEIO AMBIENTE: ed.Florianópolis: Editora Boiteux, 2009, v.1, p. 126-146.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática, Sociedade da informação, Software

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788578400224

O trabalho busca analisar a razão pela qual impera na doutrina a diversidade de posicionamentos sobre a natureza jurídica dos direitos de propriedade intelectual, bem como a razão pela qual esta disparidade de posicionamentos não parece interferir na operacionalização da tutela de tais direitos. Superada esta análise, buscar-se-á verificar as implicações práticas que a definição adequada da natureza jurídica terá tanto sobre a interpretação doutrinária como sobre a interpretação jurisprudencial da propriedade intelectual. Nesse contexto, o trabalho traçará alguns conceitos básicos sobre a propriedade intelectual, passando a analisar diferentes posicionamentos doutrinários sobre a natureza jurídica desses direitos imateriais. Após, far-se-á a análise de posicionamento jurisprudencial exarado pelo Supremo Tribunal Federal quanto a natureza jurídica dos direitos de propriedade industrial, bem como verificando-se se esta noção pode ser validamente estendida às demais searas da propriedade imaterial.

55. WACHOWICZ, M.; ANNONI, Danielle

A tensão dos direitos fundamentais à informação, à liberdade de iniciativa e à privacidade na tutela da propriedade intelectual na sociedade da informação In: *Direitos Fundamentais Revisitados* ed.Curitiba: Editora Juruá, 2008, p. 133-164.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais, Direitos de Informação, Direitos Humanos, Proteção dos Direitos Humanos, Direito Informático, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788536222202

A Constituição Federal de 1988 saudada em seu advento como a Constituição Cidadã pelo amplo rol de direitos fundamentais elencados possuía como escopo consolidar a democracia e construir no país um Estado Democrático de Direito. O presente estudo analisa os impactos das novas Tecnologias da Informação ocorridas no país nestes últimos 20 anos, na busca de refletir sobre as bases constitucionais da Propriedade Intelectual confrontando-a de maneira paradoxal com o direito a informação, com o direito de privacidade e liberdade de iniciativa.

56. WACHOWICZ, M.

Desenvolvimento e modalidades de comercialização do software livre e do software proprietário In: *A proteção jurídica da propriedade intelectual de software* ed.Florianópolis: IEL, 2008, p. 31-60.

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito Informático, Software, Software Livre, Tutela jurídica do software, Direito da Propriedade Intelectual, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, Direito da Informática, Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 978858783045

Neste estudo foram relacionados os elementos que integram a definição jurídica de software, bem como os tipos de softwares existentes, suas modalidades de disponibilização e comercialização.

57. WACHOWICZ, M.

Os Novos Contornos do Direito à Informação e a Declaração Universal dos Direitos Humanos In: *Direitos Humanos - Os 60 anos da Declaração Universal da ONU* ed.Curitiba: Editora Jurá, 2008, p. 123-178.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais, Direitos Humanos, Direitos de Informação, Proteção dos Direitos Humanos, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788536221533

58. WACHOWICZ, M.

Os novos contornos do Direito à Informação e a Declaração Universal dos Direitos Humanos In: *Direitos Humanos - Os 60 anos da Declaração Universal da ONU* ed.Curitiba: Editora Juruá, 2008, p. 253-264.

Palavras-chave: direito, Direito de Informação, Direitos Humanos, Direito da Propriedade Intelectual, Sociedade da informação, Direito a Informação, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788536221533

A informação ganha no século XX já não mais o mero acesso às obras escritas, mas também o que contém o germe da nova invenção, da descoberta, que cria ou possibilita a criação do novo, que transforma, circula e permeia todos os universos humanos, desde a esfera econômica, social e política, até os planos éticos culturais e ambientais. Este novo conceito de informação gerador de conhecimento não surgiu por acaso. É fruto da nova sociedade informacional, tecnologicamente complexa e cujo fluxo de informação se envolve numa velocidade jamais vivenciada na história da humanidade no trânsito de dados na internet. O objetivo deste trabalho é analisar o conceito de direito à informação e sua evolução nestes 60 anos de Declaração de Direitos Humanos.

59. WACHOWICZ, M.

Processos Biotecnológicos Inovadores e a Proteção da Biodiversidade In: *Propriedade Intelectual - Gestão do Conhecimento, Inovação Tecnológica no Agronegócio e Cidadania* ed.Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008, p. 121-134.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Biodiversidade, biotecnologia, direito

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788578400019

A implementação de políticas governamentais de desenvolvimento no século XXI passa necessariamente por questões de proteção ao meio ambiente. O presente artigo busca analisar os processos biotecnológicos inovadores e a proteção da biodiversidade, buscando um modelo de desenvolvimento sustentável através de uma visão sistêmica.

60. WACHOWICZ, M.

Programas de inclusão digital em Brasil gobierno electrónico y ciudadanía digital. In: *Inclusion Digital y Gobierno Electronico.1* ed.zaragoza: Prensas Universitárias de Zaragoza, 2008, v.1, p. 75-96.

Palavras-chave: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, inclusão digital

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Referências adicionais: Espanha/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788477339991

O artigo aborda questões relativas ao desenvolvimento sustentável e a inclusão digital, apresentando uma pesquisa sobre a exclusão digital na Sociedade da Informação, analisando de forma crítica os programas de inclusão desenvolvidos no Brasil nos últimos 10 anos.

61. WACHOWICZ, M.

Reflexões sobre a Revolução Tecnológica e a tutela da propriedade intelectual In: *Propriedade Intelectual em perspectiva* ed.São Paulo: Lumen Iuris, 2008, p. 138-197.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Sociedade da informação, Direito da Informática, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788537503393

62. WACHOWICZ, M.

Revolução Tecnológica e Propriedade Intelectual In: Direitos Autorais - Estudos em homenagem a Otávio Afonso dos Santos ed.São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 225-246.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito Informático, Direitos de Informação

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788520331217

A nova sociedade da informação possui como característica intrínseca infundáveis potencialidades de difusão de obras intelectuais. O estudo busca analisar a proteção da propriedade intelectual no ambiente digital, tomando-a como elemento central do equilíbrio de interesses existentes na revolução da tecnologia da informação. A análise pauta pela percepção da democratização do acesso e a solidariedade na produção são seus principais elementos norteadores, capazes de fomentar a criação de novos valores éticos integrativos.

63. WACHOWICZ, M.

Desenvolvimento econômico e tecnologia da informação. In: Propriedade Intelectual e Desenvolvimento. ed.Florianópolis: Editora Fundação Boiteux, 2007, v.1, p. 71-102.

Palavras-chave: Tecnologia da Informação, Revolução da Tecnologia da Informação, Direito da Propriedade Intelectual, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 8587995774

A Sociedade da Informação possui como característica intrínseca infundáveis potencialidades de difusão de obras intelectuais. A hipótese central refere-se às estratégias de desenvolvimento e interesses econômicos tutelados pelo Direito Intelectual, que devem estimular a difusão da Tecnologia da Informação e propiciar o surgimento de inovações tecnológicas inerentes à Sociedade da Informação. A atualidade das questões relativas ao desenvolvimento econômico e o acesso às novas tecnologias são estratégias para as economias dos Estados. O Brasil, no cenário mundial, ocupa apenas a 71ª. posição entre as 180 economias mais adaptadas às novas tecnologias de informação.

64. IACOMINI, V.; WACHOWICZ, M.; ROVER, A.J.; BARBOSA, D.B.; NERO, P.A. Del

Propriedade Intelectual: Conhecimento Tradicional Associado e Biopirataria In: Propriedade Intelectual e Biotecnologia ed.Curitiba: Editora Juruá, 2007

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Propriedade Intelectual, Biodiversidade, biotecnologia

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Industrial, Direito

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788536216867

65. WACHOWICZ, M.

A Revolução Tecnológica da Informação - Os valores éticos para uma efetiva tutela jurídica dos bens intelectuais In: Direito da Propriedade Intelectual - Estudos em Homenagem ao Pe. Bruno Jorge Hammes ed.Curitiba - Paraná: Juruá Editora, 2006, p. 39-84.

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito Industrial, Direito Internacional, Revolução da Tecnologia da Informação, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, Direito Industrial, Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 8536211350

RESUMO: O Século XXI traz um novo paradigma tecnológico organizado a partir da informação, que gerada no meio tecnológico digital, é suscetível de acesso. Em face do alcance que a rede mundial de computadores - internet - atingiu nas últimas décadas não se pode mais pensar a tutela jurídica dos bens informáticos como antes. A Sociedade tornou-se complexa, sistêmica e informacional. Os mecanismos de controle, distribuição e reprodução da informação, contida em casetas desde a Idade Média, evoluíram para alcançar uma rede internacional. A revolução da tecnologia da informação é portadora de novos valores éticos que devem ser observados para uma efetiva tutela jurídica dos bens intelectuais. Assim, pensar uma nova proteção jurídica para os novos bens informáticos (software e hardware) implica, necessariamente, repensar elementos como: direito à informação e a importância da proteção dos direitos fundamentais; os valores éticos intrínsecos a esta nova sociedade cibernética; a tutela jurídica tradicional aplicada pelo Direito internacional; a tutela jurídica dada pelo direito brasileiro; os paradigmas emergentes e os paradoxos desta nova Sociedade Informacional.

66. WACHOWICZ, M.

O Direito de Informação na Sociedade do Conhecimento: possibilidades e limites do direito internacional In: Estudo de Direito Internacional ed.Curitiba: Juruá Editora, 2006, v.VIII, p. 55-73.

Palavras-chave: Direito a Informação, Sociedade da informação, Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática, Direito Constitucional

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 8536213620

O presente trabalho apresenta novas reflexões sobre o Direito de Informação diante da Revolução da Tecnologia da Informação, tendo como foco a tutela dos direitos e garantia individuais do cidadão na Sociedade do Conhecimento. A metodologia da pesquisa se pautou por uma abordagem interdisciplinar, enfocando os aspectos jurídicos, sociológicos, econômicos e tecnológicos.

67. WACHOWICZ, M.

A sociedade da informação e direitos humanos In: Direito Internacional dos Direitos Humanos ed.Curitiba: Juruá, 2004, p. 299-309.

Palavras-chave: Direito Internacional, Direitos Humanos, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito, Ciência da Informação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 8536207477

RESUMO: A revolução tecnológica imanente na Sociedade da Informação acarretou novos contornos aos direitos fundamentais, na medida em que a Internet, sendo uma rede aberta, interativa e internacional, permite a uma multiplicidade de operadores simultâneos acessar informações e coloca o direito da informação em novos planos ideais, ensejando uma necessidade de análise sobre as formas de sua proteção. O presente estudo analisa os Direitos Humanos e a Sociedade da Informação, a declaração universal e sua influência e o reconhecimento dos Direitos Humanos na Constituição Brasileira de 1988.

68. WACHOWICZ, M.

O programa de Computador como objeto do Direito Informático In: Direito e Inform[atica ed.São Paulo: Manole, 2004, p. 337-354.

Palavras-chave: Direito e Tecnologia, Propriedade Intelectual, Revolução Tecnológica da Informação, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 8520419208

RESUMO: Para uma percepção jurídica sistêmica do programa de computador como objeto do Direito Informático envolto na Revolução da Tecnologia, é imprescindível que seu enquadramento como bem juridicamente tutelável interaja e perceba o ambiente tecnológico para sua categorização. O presente estudo analisa a evolução internacional da proteção jurídica do software no plano da propriedade intelectual, bem como a sua disponibilização pela Internet.

69. WACHOWICZ, M.; HARGAIN, Daniel

O Protocolo de Olivos: Novo Sistema de Solução de Controvérsias no Mercosul In: Múltiplas Facetas do Estado-Região.1 ed.Curitiba - Paraná: Juruá Editora, 2004, v.1, p. 105-121.

Palavras-chave: Direito Internacional, Protocolo de Olivos, Sistema de solução de controvérsias, Mercosul, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Internacional, Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 8536207795

RESUMO: O Protocolo de Olivos consiste num importante sistema de solução de controvérsias e necessário avanço no processo de institucionalização do Mercosul. A maior virtude desse novo instrumento internacional está na criação do Tribunal Permanente que intervém em segunda instância, para a previsão das decisões dos Tribunais Arbitrais Ad Hoc, que ditam os laudos de primeira instância. Este estudo apresenta e analisa os mecanismos do Tribunal Permanente, possibilitando uma compreensão clara desse órgão, bem como da formação progressiva de jurisprudência que colocará limites à intergovernamentalidade do processo de integração.

70. WACHOWICZ, M.

O Direito de Asilo como expressão dos Direitos Humanos In: Direito Internacional do Século XXI. ed.Curitiba: Editora Juruá, 2003, v.1, p. 273-288.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Direitos Fundamentais, Direito Internacional Público, Direito Constitucional, Direito da Informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Internacional

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 8536206071

Resumo: O presente ensaio aborda a problemática da construção jurídica dos fundamentos do direito de asil, a partir de uma perspectiva dos direitos fundamentais do ser humano.

71. WACHOWICZ, M.

Propriedade Intelectual: Os elementos que integram a noção jurídica do software. In: Internet Legal. O Direito na Tecnologia da Informação ed.Curitiba: Juruá, 2003, p. 131-137.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito e Tecnologia, Tecnologia da Informação, Software, Direito da Informática

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 85-363-043

RESUMO: A proteção jurídica dos programas de computador começou ser debatida a partir da Convenção de Concessão de Patentes Europeias, na Convenção de Munique em 1973, o presente artigo empreende uma análise dos elementos tecnológicos que integram a noção jurídica do software que merecem proteção, quais sejam: a arquitetura do programa de computador, o algoritmo, o código, a documentação, a base de dados e o uso do sistema.

72. WACHOWICZ, M.

Los Paradigmas de la Sociedad de la Información y el Derecho Informático In: Propriedade Intelectual e Internet.1 ed.Curitiba: Juruá Editora, 2002, v.1, p. 91-104.

Palavras-chave: direito informático, Sociedade da informação, Direito Internacional, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 8536202963

RESUMEN: El presente estudio, a partir de la precepción de las nuevas formas de creación de programas de computadora en el ciberespacio, viabilizado principalmente por el desarrollo tecnológico de infovías, busca prospectar lo paradigmas de la informática en la revolución tecnológica, buscando cuestionar las posibilidad y límites del actual ordenamiento jurídico para la plena protección del bien intelectual que es el software.

73. WACHOWICZ, M.

Os Direitos da Informação na Declaração Universal dos Direitos Humanos In: Propriedade Intelectual e Internet.1 ed.Curitiba: Juruá Editora, 2002, v.1, p. 37-50.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Sociedade da informação, Direito Internacional, Direito Consitucional, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito Internacional, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 8536202963

RESUMO: O estudo analisa os Direitos Humanos e a Sociedade da Informação, a partir da clássica divisão de Direitos humanos de Norberto Bobbio, estudando a Declaração Universal e sua influência nos ordenamentos jurídicos em especial na Constituição Brasileira de 1988.

74. WACHOWICZ, M.; REZENDE, Denis Alcides

Tecnologia da Informação e Impactos na Propriedade Intelectual In: Propriedade Intelectual e Internet.1 ed.Curitiba: Juruá Editora, 2002, v.1, p. 273-294.

Palavras-chave: direito informático, Tecnologia da Informação, Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral
Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 8536202963

RESUMO: A partir de uma visão interdisciplinar o estudo analisa os sistemas de informação e a tecnologia da informação, nas diversas classificações e modelos de sistemas de informação, para a gestão do conhecimento e proteção dos bens imateriais.

75. WACHOWICZ, M.

A propriedade intelectual do software no direito internacional. In: Mercosul, Alca e integração Euro-latino-americana..1 ed.Curitiba: Editora Juruá, 2001, v.2, p. 129-140.

Palavras-chave: Direito Internacional Privado, Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 8573947950

Resumo: O presente artigo busca por meio de uma ampla abordagem da evolução da proteção jurídica do software no plano do direito autoral, propiciar um questionamento das possibilidades e limites do atual ordenamento jurídico visando a plena proteção da propriedade intelectual intrínseca ao software.

Livros organizados

1. WACHOWICZ, MARCOS; KRETSCHMANN, A.

Saúde e Propriedade Intelectual. Curitiba: Editora IODA, 2023, v.1. p.301.

Palavras-chave: direito, direito a saúde, Propriedade Intelectual, Direito Autoral, sistema internacional de patentes, patente

Áreas do conhecimento: Direito, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Industrial

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: www.ioda.com.br

A Obra Coletiva aborda as questões relativas à pandemia de Covid-19 trouxe questões éticas cruciais, em um desafio que não foi fácil de aceitar, pelo fato de que ainda estávamos enfrentando a pandemia quando decidiu-se que havia a necessidade de compreender os desafios da propriedade intelectual diante da realidade de uma pandemia. Tratava-se de uma realidade que nunca se imaginou que se enfrentaria. Parecia que epidemias e pandemias eram coisas do passado remoto, e que jamais fariam parte do dia a dia dos estudantes e professores, muito menos no nível experienciado, extremamente dramático, com histórias de perdas de vidas por todos os lados. Qual o papel do Direito nesse contexto? E qual o papel exercido pela Propriedade Intelectual? E qual nosso papel enquanto pesquisadores?

2. WACHOWICZ, MARCOS; GRAU-KUNTZ, K.

Estudos de propriedade intelectual em homenagem ao Prof. Dr. Denis Borges Barbosa. Curitiba: Editora IODA, 2021, v.1. p.675.

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: www.ioda.com.br

O livro organizado por Marcos Wachowicz e Karin Grau-Kuntz publicado em novembro de 2021, aglutina estudos de juristas nacionais e internacionais que se reuniram para homenagear nosso querido amigo, professor e jurista Denis Borges Barbosa que neste ano de 2021, completa 5 anos de sua ausência. Por isso é que foi organizada uma obra coletiva, que agora publicamos para toda a comunidade acadêmica, com acesso aberto para que novos estudos de sua obra, possam gerar novas reflexões abrindo caminho para futuras gerações de pesquisadores e juristas. As questões trazidas na presente obra coletiva "Estudos de Propriedade Intelectual em Homenagem ao Prof. Dr. Denis Borges Barbosa" são absolutamente fundamentais para a elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento tecnológico e inovação do país nos setores estratégicos nacionais e indispensáveis para os estudiosos do tema da tutela jurídica da propriedade intelectual. Com certeza todo este nosso esforço, que agora culmina com a publicação desta obra coletiva, haverá de ser um sucesso e, em muito contribuirá para o estudo do Direito, mais especificamente para área do Direito da Propriedade Intelectual, que sempre requer pesquisas constantes e aprofundadas.

3. WACHOWICZ, MARCOS; CORTIANO, M.

Sociedade Informacional e propriedade intelectual. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2021, v.1. p.247.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Tecnologia da Informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: https://www.gedai.com.br/wp-content/uploads/2021/12/1_Sociedade-informacional-propriedade-intelectual.pdf

4. WACHOWICZ, MARCOS; TERLIZZI, Maria Sol

Propiedad intelectual, sociedad y desarrollo : reflexiones desde Latinoamérica. Buenos Aires - Argentina: Flacso/Argentina, 2020, v.1. p.314.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, direito

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <https://dl.airtable.com/.attachments/332e91d9a7f79d509e21ece0f5586386/91d8b8d1/PropiedadIntelectual-FlacsoGedai-Ebook.pdf>

Este livro surge de uma iniciativa conjunta entre el Programa de Derecho y Bienes Públicos de FLACSO Argentina y el Grupo de Estudios de Derecho Autoral e Industrial (GEDAI) de la Universidad Federal de Paraná (UFPR) de Brasil. Ambas instituciones participan de los congresos y seminarios internacionales que las dos casas de estudio realizan desde hace varios años. Con el fin de fortalecer la colaboración continua, presentamos esta publicación colectiva. Esta obra reúne algunas de las investigaciones que se presentaron en el IV Seminario internacional "Propiedad intelectual, sociedad y desarrollo: lecturas no unívocas", desarrollado en la FLACSO Argentina en octubre de 2019, del cual participaron numerosos ponentes en mesas redondas y ponencias libres. Los problemas vinculados al universo de la propiedad intelectual son vastos (variedades vegetales y semillas, protección del software, nuevas tecnologías, acuerdos y negociaciones internacionales, entre muchos otros). En el IV Seminario se discutieron estos aspectos. Puesto que los temas planteados en esa oportunidad continúan vigentes y requieren de mayor debate, presentamos aquí una selección de artículos revisados para esta publicación.

5. WACHOWICZ, M.

Proteção de dados pessoais em perspectiva: LGPD e RGPD na ótica do direito comparado. Curitiba: GEDAI UFPR, 2020, v.1. p.618.

Palavras-chave: direito, proteção de dados, Lei Geral de Proteção de Dados

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: www.gedai.com.br

O livro "PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS EM PERSPECTIVA: LGPD e RGPD na ótica do direito comparado" é fruto de trabalho de pesquisa desenvolvido pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI, dentro das atividades acadêmicas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná – PPGD/UFPR. O leitor perceberá que tem diante de seus olhos uma obra coesa, com interconexões internas entre seus capítulos, que dialogam entre si, erigindo um pensamento jurídico uniforme e sistêmico, cujas partes se complementam e harmonizam.

6. WACHOWICZ, MARCOS; STAUT JR, S.; COSTA, José Augusto Fontoura; Ribeiro, M.C.P.

Estudos de Direito de Autor e Interesse Público - XIII CODAIP. Curitiba: GEDAI UFPR, 2019, v.01. p.922.

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito Informática

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page:

https://www.gedai.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Anais-XIII-CODAIP_Marcos-Wachowicz_eletr%C3%B4nico.pdf

O XIII Congresso de Direito de Autor e Interesse Público (CODAIP), teve como temática central o contexto de desenvolvimento das "A REFORMA DO DIREITO AUTORAL NO CENÁRIO NACIONAL E INTERNACIONAL: no contexto de desenvolvimento das Tecnologias de Informação e comunicação" tendo sido realizado nos dias 4 e 5 de novembro de 2019, nos auditórios e salas do Centro Universitário da UNICURITIBA na Cidade de Curitiba/Pr. Em sua 13ª edição, o CODAIP oportunizou o debate transdisciplinar entre os diversos setores da academia, profissional e artístico, bem como a sociedade em geral, na seara dos Direitos Autorais e Culturais sobre a necessidade da reforma da lei autoral dentro do contexto cultural e tecnológico da sociedade brasileira, colaborando nas práticas jurídicas na área da propriedade intelectual.

7. WACHOWICZ, MARCOS; Dias Pereira, Alexandre L.; LANA, Pedro de Perdigão

Novos direitos intelectuais: estudos luso-brasileiros sobre propriedade intelectual, inovação e tecnologia. Curitiba: GEDAI UFPR, 2019, v.1. p.202.

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, inovação, Direito e Tecnologia, gestão coletiva de direitos autorais, Inteligência Artificial

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

O livro que se apresenta aos leitores é fruto da rede de pesquisa formada por juristas portugueses e brasileiros da Universidade de Coimbra/Portugal e da Universidade Federal do Paraná, que compartilham experiências, conhecimentos e ousadia. A criação de uma rede luso-brasileira de pesquisa que foi estabelecida na área do Direito da Propriedade Intelectual, inovação e tecnologia é fruto de um esforço de internacionalização de nossa Universidade, que agora culmina, com a publicação deste livro. É fundamental compreender que os direitos intelectuais, a inovação e tecnologia não são compartimentos fechados, mas antes, são dimensões inerentes a toda a sociedade e nesta profundamente interligadas. Os avanços tecnológicos trouxeram novos desafios para o direito em vista da necessidade de proteção das pessoas e suas relações em todas as diferentes esferas de convívio, mas não só. As novas Tecnologias da Informação e Comunicação criam, a todo o momento novos bens intelectuais que ainda estão para receber um tratamento jurídico adequado. Os desafios que se apresentam aos estudiosos do direito é perceber as transformações sócio-tecnológicas e trabalhar na formulação de conceitos que projetem para o futuro uma sociedade mais justa e democrática. A compreensão de uma sociedade sistêmica, tecnologicamente complexa cuja velocidade de inovação e transformação social é sem igual na história da humanidade, requer um pensamento jurídico que compreenda os diversos contornos dos bens intelectuais na sociedade contemporânea. Trata-se de fazer emergir um novo pensamento jurídico capaz de compreender as novas tecnologias e, simultaneamente, de fazer nascer uma nova concepção da ciência que conteste e perturbe as fronteiras estabelecidas, as pedras mestras dos paradigmas teóricos e da própria instituição científica.

8. WACHOWICZ, M.; CANUT, L.

Análise da estratégia brasileira para transformação digital: comentários ao decreto nº 9319/18. Curitiba: GEDAI PUBLICAÇÕES, 2018, v.1. p.198.

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Informático, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, DIREITO DA INFORMÁTICA

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Bretão. Meio de divulgação: Vários. Home page: <http://www.gedai.com.br/?q=pt-br>

A presente obra é fruto de um trabalho de pesquisa desenvolvido pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI, dentro das atividades acadêmicas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná – PPGD/UFPR. O GEDAI dentro das suas linhas de pesquisa sobre Sociedade da Informação: Democracia e Inclusão Tecnológica iniciou

em janeiro de 2017 os seus trabalhos de pesquisa e finalizados agora em julho de 2018, foram 18 (dezoito) meses de intensa atividade de pesquisa, debates e reflexões. O Projeto de Pesquisa Transformação Digital da Economia brasileira desenvolvido pelo GEDAI teve a coordenação dos professores Marcos Wachowicz e Leticia Canut, agora culmina com a presente publicação contou com o apoio da CAPES e CNPq. O pesquisadores do GEDAI dentro do escopo do Projeto realizaram os trabalhos em três momentos, a saber: (i)

Base Teórica do Marco Civil da Internet (MCI) para compreender os primados estabelecidos para a normatização da Internet no Brasil, no primeiro semestre de 2017; (ii) Estudo Aplicado analisando as Políticas Públicas e Estratégias para a Regulamentação da Internet, no segundo semestre de 2017. (iii) Análise do Decreto n. 9.319/18 e E-Digital para a transformação Digital brasileira, no primeiro semestre de 2018. É preciso ressaltar, que os pesquisadores do GEDAI ampliaram o universo de debate para além da academia, no segundo semestre de 2017, com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná – PPGD-UFPR, quando foi oferecido um Curso sobre Transformação Digital e as Novas Estratégias de Regulação da Internet, tendo como ponto de partida e de análise a legislação do Marco Civil da Internet (MCI).

9. WACHOWICZ, MARCOS; STAUT JR, S.; COSTA, José Augusto Fontoura; Ribeiro, M.C.P.
Estudos de Direito de Autor e Interesse Público - XII CODAIP. Curitiba: GEDAI UFPR, 2018, v.01. p.1386.

Palavras-chave: Wachowicz, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: http://www.gedai.com.br/wp-content/uploads/2019/06/XII_CODAIP_LIVRO_v2.pdf

O XII Congresso de Direito de Autor e Interesse Público (CODAIP), teve como temática central o contexto de desenvolvimento das “Tecnologias de Informação e Comunicação” tendo sido realizados nos dias 5 e 6 de novembro de 2018, nos auditórios e salas do Centro Universitário da UNICURITIBA na Cidade de Curitiba/Pr. Em sua 12ª edição, o CODAIP oportunizou o debate transdisciplinar entre os diversos setores da academia, profissional e artístico, bem como a sociedade em geral, na seara dos Direitos Autorais e Culturais sobre a necessidade da reforma da lei autoral dentro do contexto cultural e tecnológico da sociedade brasileira, colaborando nas práticas jurídicas na área da propriedade intelectual. O XII CODAIP, ora promovido pelo Grupo GEDAI / UFPR – Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial, teve por objetivo principal promover além do intercâmbio de informações atuais desafios dos direitos autorais e culturais, tais como: o Marco Civil da Internet; liberdade de expressão e conteúdos livres; gestão coletiva de direitos autorais; o plágio literário; acadêmico e arquitetônico; as Novas Tecnologias da Informação e seus impactos na Cultura, Educação, Políticas Culturais, Inovação e Conhecimento

10. WACHOWICZ, MARCOS; Ribeiro, M.C.P.; COSTA, José Augusto Fontoura; STAUT JR, S.
Estudos de Direito de Autor - XI CODAIP. Curitiba: GEDAI PUBLICAÇÕES, 2017, v.1. p.1242.

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Bretão. Meio de divulgação: Vários. Home page: http://www.gedai.com.br/sites/default/files/publicacoes/anais_xi_codaip-2017-gedai.pdf

O XI Congresso de Direito de Autor e Interesse Público (XI CODAIP), teve como temática central os “A revolução da internet e as novas fronteiras dos Direitos Autorais”, tendo sido realizado nos dias 6 e 7 de novembro de 2017, no grande auditório da UniCuritiba, propiciou o debate entre os diversos setores da academia, profissional e artístico e a sociedade interessada no debate sobre os desafios atuais do Direito de Autor em meio ao novo ambiente tecnológico da Sociedade da Informação. O XI CODAIP, promovido pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI / UFPR, alcançou o objetivo principal de realizar o intercâmbio de informações e a reflexão sobre os temas relacionados à propriedade intelectual. Com uma abordagem interdisciplinar e enfocando os aspectos jurídicos, sociológicos, tecnológicos e econômicos, acreditamos que o Direito Autoral deve estimular a difusão do conhecimento e, nessa perspectiva, repensar os mecanismos jurídicos adequados para sua efetiva tutela é um desafio na Sociedade da Informação. A 11ª edição do CODAIP é um espaço que reúne a academia e especialistas para uma discussão que envolve não apenas o Direito de Autor em sua dimensão privada, mas na dimensão do Interesse Público que envolve os bens intelectuais.

11. WACHOWICZ, M.; COSTA, José Augusto Fontoura; Ribeiro, M.C.P.; STAUT JR, S.
Estudos de Direito de Autor - Anais do X CODAIP. Curitiba: GEDAI UFPR, 2016, v.1. p.822.

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <http://www.gedai.com.br/?q=pt-br/lista-publicacoes>
O X Congresso de Direito de Autor e Interesse Público (X CODAIP), teve como temática central os “Direitos Autorais em perspectiva: o despertar para o interesse público”, tendo sido realizado nos dias 7 e 8 de novembro de 2016, no grande auditório da UniCuritiba, propiciou o debate entre os diversos setores da academia, profissional e artístico e a sociedade interessada no debate sobre os desafios atuais do Direito de Autor em meio ao novo ambiente tecnológico da Sociedade da Informação. O X CODAIP, promovido pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI / UFPR, alcançou o objetivo principal de realizar o intercâmbio de informações e a reflexão sobre os temas relacionados à propriedade intelectual. Com uma abordagem interdisciplinar e enfocando os aspectos jurídicos, sociológicos, tecnológicos e econômicos, acreditamos que o Direito Autoral deve estimular a difusão do conhecimento e, nessa perspectiva, repensar os mecanismos jurídicos adequados para sua efetiva tutela é um desafio na Sociedade da Informação. A 10ª edição do CODAIP é um espaço que reúne a academia e especialistas para uma discussão que envolve não apenas o Direito de Autor em sua dimensão privada, mas na dimensão do Interesse Público que envolve os bens intelectuais. Nesta edição de 2016 se realizou uma reflexão dos últimos dez anos dos avanços que ocorreram no campo da propriedade intelectual frente às novas tecnologias da informação. Além de esboçar novas perspectivas para que no futuro se alcance uma sociedade mais justa e igualitária no que se trata da difusão dos bens intelectuais.

12. WACHOWICZ, M.; BARBOSA, D.B.
Propriedade intelectual: desenvolvimento na agricultura. Curitiba: GEDAI UFPR, 2016, v.1. p.412.

Palavras-chave: direito, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (protec, Direito da Propriedade Intelectual, Cultivares

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page:

http://www.gedai.com.br/sites/default/files/publicacoes/livro_pi_agricultura_2016.pdf

O livro foi concebida por Denis Borges Barbosa pela sua preocupação com a importância da temática da Propriedade Intelectual em suas diversas interfaces com as questões da agricultura em nosso país de dimensões continentais. Assim é que apresentou o tema para que no âmbito do Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial coordenássemos juntos os trabalhos de elaboração desta obra coletiva. A proteção de variedades de plantas pelo sistema de patentes impõe, em tese, requisitos mais elevados do que o de cultivares, trata-se de sistema *sui generis*, menos exigente, garante de outro lado um menor rol de direitos exclusivos. As questões trazidas na presente obra são absolutamente fundamentais para a elaboração de políticas públicas para o setor e indispensáveis para os estudiosos do tema da tutela jurídica da propriedade intelectual no âmbito da agricultura. Temos aqui o resultado de dois anos de trabalhos realizados por pesquisadores nacionais e estrangeiros que formaram uma rede de pesquisa.

13. WACHOWICZ, M.

Direito Autoral e Economia Criativa. Curitiba: GEDAI UFPR, 2015, v.1. p.224.

Palavras-chave: Direito Autoral, direitos culturais, economia criativa, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: www.gedai.com.br

A obra é fruto de um intercâmbio acadêmico sólido realizado por pesquisadores do Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial (GEDAI) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em parceria com os seguintes grupos de pesquisas: • Associação Portuguesa de Direito Intelectual (APDI) – Portugal • Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual (IBPI) – Brasil O GEDAI/UFPR, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR, tem como seu principal objetivo estudar o desenvolvimento dos direitos de propriedade intelectual na sociedade da informação, por meio da comparação do sistema internacional de direitos autorais e industriais, da análise dos processos de concretização dos direitos e diversidades culturais e da reflexão sobre a regulamentação dos direitos intelectuais frente aos desafios da sociedade da informação.

14. WACHOWICZ, M.

Direito Autoral e Marco Civil da Internet. Curitiba: GEDAI UFPR, 2015, v.1. p.304.

Palavras-chave: Direito Autoral, Marco Civil Internet, Propriedade Intelectual, Revolução Tecnológica da Informação, Sociedade da Informação, Tecnologia da Informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: www.gedai.com.br

A obra é fruto de um intercâmbio acadêmico sólido realizado por pesquisadores do GEDAI em parceria com grupos de pesquisas, a saber: • Escola de Direito da Universidade Católica Portuguesa do Porto/Portugal, • Núcleo de Estudos e Pesquisa em Direito, Artes e Políticas Culturais (NEDAC) e • Grupo de Pesquisa Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Inovação (UFSC). O foco maior destes estudos está em lançar uma perspectiva inovadora sobre os direitos e garantias individuais inerentes à Sociedade Informacional. Neste sentido, analisaram-se grandes temas transversais que estão subjacentes ao Marco Civil da Internet no Brasil, tais como: • O direito à (auto)regulação da internet • O direito de utilização livre e os dispositivos de proteção • A reprodução no ambiente digital • Um novo conceito de autoria para internet • O caso do Google Art Project • Os aspectos jurídicos no software na internet • O Sistema Peer-to-Peer e os limites dos usos privados

15. WACHOWICZ, M.

Estudos de Direito da Propriedade Intelectual. Curitiba: GEDAI UFPR, 2015, v.1. p.304.

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Tecnologia da Informação, Propriedade Intelectual, direitos culturais

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: www.gedai.com.br

O Estudo do Direito da Propriedade Intelectual na sociedade informacional ganha relevo e novas dimensões teóricas, colocando o leitor, já desde as primeiras páginas, no plano dos conflitos e inquietudes que são perceptíveis na sociedade contemporânea. Percebe-se um grande movimento acadêmico, um crescente interesse sócio-político e econômico, que tem despertado nos estudiosos do direito questões que delineiam novos contornos da disciplina de Propriedade Intelectual em suas mais variadas matizes doutrinárias. Neste sentido, a presente obra aglutina em inúmeros estudos realizados por pesquisadores do Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI da Universidade Federal do Paraná – UFPR, em parceria com outros grupos de pesquisa no país, tais como: o Instituto de Propriedade Intelectual do Brasil – IBPI, o Instituto de Tecnologia e Sociedade – ITS do Rio de Janeiro e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Culturais da Universidade de Fortaleza – UNIFOR. A parceria internacional está capitaneada pelo Grupo de Propriedade Intelectual e Industrial da Universidade de Valência – Espanha. A presente obra coletiva reúne o esforço de pesquisadores, estudiosos e doutrinadores de três renomados centros de pesquisas de excelência da União Europeia na pesquisa sobre os Direitos da Propriedade Intelectual, a saber: Universidade Clássica de Lisboa – Portugal, Universidade Complutense de Madri – Espanha e Universidade de Valência – Espanha.

16. WACHOWICZ, M.; COSTA, José Augusto Fontoura; Ribeiro, M.C.P.; STAUT JR, S.

Estudos de Direito de Autor - Anais do IX CODAIP. Curitiba: GEDAI UFPR, 2015, v.1. p.224.

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Bretão. Meio de divulgação: Vários. Home page:

http://www.gedai.com.br/sites/default/files/publicacoes/anais_ix_codaip_completo.compressed.pdf

O IX Congresso de Direito de Autor e Interesse Público aborda o DIREITO AUTORAL no AMBIENTE DIGITAL, analisando os 20 anos da Agenda Digital da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). O IX CODAIP tem como finalidade ampliar e difundir os estudos da Propriedade Intelectual nas dimensões público e privadas do instituto, fomentando o debate entre os diversos setores da academia, profissional e artístico na seara dos Direitos Autorais e Culturais sobre a necessidade da reforma da lei autoral dentro do contexto cultural e tecnológico da sociedade brasileira. Os Anais do IX CODAIP representam o esforço de uma construção coletiva dos diversos grupos de pesquisa do país de do exterior, que apresentaram suas teses e questionamento para debate nos WORKSHOPS DOS GRUPOS DE PESQUISA. O Workshop dos Grupos de Pesquisa com a apresentação oral dos trabalhos alcança seu objetivo principal ao propiciar o intercâmbio de informações e a reflexão sobre os temas relacionados à propriedade intelectual dentro da

sociedade contemporânea. Por essa razão, o evento foi estruturado a partir dos seguintes eixos temáticos: I - Fronteiras entre o Direito Público e Privado na Sociedade da Informação; II - Direito de Autor e Acesso à Cultura e ao Conhecimento; III - Direito de Autor e Sociedade da Informação; IV - Direito de Autor e as Expressões Artísticas; V - Direito de Autor e os Primados Constitucionais; VI - Direitos Culturais e a Regulamentação dos Direitos Autorais; VII - Direito de Autor e Recursos Educacionais; VIII - Direito de Autor e Cenário Internacionalização; IX - Direito de Autor e Marco Civil da Internet; X - Direitos Intelectuais, Desenvolvimento e Mercado. Por esta razão, a presente publicação se encontra dividida em duas partes que espelham estes dois eixos temáticos supra mencionados. A cada ano, o CODAIP se consolida como um importante espaço de discussão no campo do Direito Autoral e do interesse p

17. WACHOWICZ, M.

Estudos de Direito Intelectual em Homenagem ao Prof. Doutor José de Oliveira Ascensão. Coimbra - Portugal: Editora Almedina, 2015, v.1. p.1066.

Palavras-chave: Plágio, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=28122

O artigo sobre "Noções Fundamentais sobre o Plágio Acadêmico", possui o seguinte sumário: 1. INTRODUÇÃO. 2. NOÇÕES FUNDAMENTAIS SOBRE A PROPRIEDADE INTELECTUAL E O PLÁGIO. 2.1. Os limites do Direito Autoral e a proteção da idéia. 2.2. A originalidade da obras científicas: absoluta ou relativa. 2.3. A abrangência da proteção do Direito Autoral na obra científica. 3. TIPOS DE PLÁGIOS CADÊMICOS. 3.1. Plágio total ou integral. 3.2. Plágio parcial. 3.3. Plágio conceitual. 3.4. Indireto. 3.5. Plágio às avessas. 3.6. Plágio invertido. 3.7. Plágio por encomenda. 3.8. Plágio consentido. 3.9. Autoplágio 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS. Referências.

18. WACHOWICZ, M.; Ribeiro, M.C.P.; COSTA, José Augusto Fontoura; STAUT JR, S.

Estudos de Direito de Autor e Interesse Público - Anais do VIII CODAIP. Curitiba: Gedai-UFPR, 2014, v.1. p.356.

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, direitos culturais, Direitos de Informação, Direitos Fundamentais

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <http://www.gedai.com.br/sites/default/files/publicacoes/anaisviii-codaip-2014.pdf>

O VIII CONGRESSO DE DIREITO DE AUTOR E INTERESSE PÚBLICO (VIII CODAIP) tem como objetivo principal discutir, ampliar e difundir os estudos da Propriedade Intelectual nas dimensões pública e privadas do instituto, no ano de 2014 sua temática central foi a INCLUSÃO TECNOLÓGICA e CULTURAL: movimentos rumos à sociedade democrática do conhecimento. O VIII CODAIP tem como a finalidade principal discutir, ampliar e difundir o estudo da propriedade intelectual fomentando o debate entre os diversos setores da academia, profissional e artístico na seara dos Direitos Autorais e Culturais sobre a necessidade da reforma da lei autoral dentro do contexto cultural e tecnológico da sociedade brasileira.

19. WACHOWICZ, M.; Ribeiro, M.C.P.; COSTA, José Augusto Fontoura; STAUT JR, S.

Estudos de Direito de Autor e Interesse Público - Anais do VII CODAIP. Curitiba: Gedai-UFPR, 2013, v.1. p.178.

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, direitos culturais

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Home page: http://www.gedai.com.br/sites/default/files/publicacoes/vii_codaip_editorado_-_final_com_capaweb_2.pdf

Com o tema "Direito Autoral em Reforma: novos instrumentos de desenvolvimento e inclusão social", o VII Congresso de Direito de Autor e Interesse Público (VII CODAIP), realizado nos dias 11 e 12 de novembro de 2013, no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com a finalidade principal propiciar o debate entre os diversos setores da academia, profissional e artístico na seara dos Direitos Autorais e Culturais sobre a necessidade da reforma da lei autoral dentro do contexto cultural e tecnológico da sociedade brasileira. O VII Congresso de Direito de Autor e Interesse Público (VII CODAIP), promovido pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI, teve como objetivo principal propiciar o intercâmbio de informações e a reflexão sobre os temas relacionados à propriedade intelectual. A cada ano, o CODAIP se consolida como um importante espaço de discussão no campo do Direito Autoral e do interesse público trazendo ao debate questões relativas ao acesso à informação, à educação, à cultura e ao desenvolvimento.

20. WACHOWICZ, M.

Direito da Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual. Curitiba: Editora Juruá, 2012, v.1. p.539.

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito Industrial, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: www.jrua.com.br

A obra coletiva intitulada Direito da Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual apresenta trabalhos de pesquisadores nacionais e estrangeiros que, através de abordagem ampla sobre a sociedade contemporânea, revelaram uma nova idéia de propriedade intelectual em seus múltiplos desdobramentos decorrentes das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's). O livro é seguramente uma reflexão profunda interdisciplinar sobre as temáticas inerentes ao Direito da Sociedade da Informação. Três temas principais são destacados na obra, sobre os quais os textos são desenvolvidos: Direito da Sociedade da Informação e Inclusão Tecnológica; Direito da Sociedade da Informação e Democracia, e Direito da Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual. A intenção do presente trabalho é fomentar uma reflexão sobre a necessidade da construção de novos conceitos inerentes a Sociedade Informacional, almejando propiciar ao leitor e aos estudiosos do Direito, que estes também formulem suas próprias conclusões e convicções.

21. WACHOWICZ, M.; Pilati, J. I.; COSTA, José Augusto Fontoura

Estudos de Direito Autoral e Interesse Público - Anais do V CODAIP. Florianópolis: Editora Funjab, 2012

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Sociedade da informação, economia criativa

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page:

<http://www.direitoautoraleconomicocriativa.ufsc.br/gedai/wp-content/uploads/2012/04/ANAIS-V-CODAIP-Vers%C3%A3o-Final.pdf>

Com o tema Direito Autoral e Economia Criativa, o V Congresso de Direito de Autor e Interesse Público - V CODAIP, foi realizado nos dias 31 de outubro e 1º de novembro de 2011, no auditório da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o evento estimulou uma análise crítica dos aspectos legais, sociais, culturais e econômicos da Propriedade Intelectual, e promoveu o debate sobre a eficácia da atual legislação na sociedade da informação. O evento desde ano foi dedicado especificamente à análise da Economia Criativa, discutindo suas conexões com o Direito e teve como temáticas Os Direitos Autorais e a Economia Criativa e a Economia Criativa – Direitos – Direitos Autorais e Novos Modelos de Desenvolvimento. A análise dos reflexos econômicos imediatos relacionados ao florescimento de uma rica Economia Criativa no Brasil, ganha maior importância se observar como os setores criativos dinâmicos poderão ser incentivados por meio de políticas públicas que fomentem a atividade artística e fortaleçam a diversidade cultural do país. Com efeito, a Economia Criativa vem trazer uma visão mais atualizada e compatível com a Revolução da Tecnologia da Informação inerente a Sociedade Informacional, vale dizer: Se a lógica da escassez da Sociedade Industrial era a de que os produtos não circulassem amplamente para agregar valor; a lógica da abundância da Economia Criativa é a de que a criatividade, insumos dos setores criativos é abundante, e que, o valor atribuído ao bem (produto criativo) será maior quanto mais eles circule gerando novas dinâmicas, reiventando esses bens e serviços dessa economia através das indústrias criativas. Os Anais do V CODAIP está dividido em três eixos temático, Direito Autoral e Novas Tecnologias, Propriedade Intelectual na Contemporaneidade, e Temas Gerais de Direitos Autorais. Esta obra, em formato impresso e digital (eBook), visa possibilitar a mais ampla difusão e acesso, se dirige ao leitor, neste sentido ela se encontra disp

22. WACHOWICZ, M.; PRONER, C.

Inclusão Tecnológica e Direito a Cultura. Florianópolis: Editora Funjab, 2012, v.1. p.1.

Palavras-chave: direito, Direito da Propriedade Intelectual, direitos culturais, Sociedade da informação, diversidade cultural

Áreas do conhecimento: Direito, Direito da Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: www.jurua.com.br

A presente obra coletiva apresenta uma reflexão sobre Sociedade Informacional no que se refere à Inclusão Tecnológica e Direito à Cultura, tudo para a construção de um pensamento jurídico adequado às necessidades da nossa sociedade contemporânea. O conjunto de artigos foi estruturado em dois eixos principais: (i) Sociedade Informacional e Inclusão Tecnológica; e, (ii) Sociedade Democrática do Conhecimento e Direito à Cultura. No primeiro eixo temático, denota-se a construção de um novo pensamento jurídico tendo como pressuposto que, falar em inclusão tecnológica é também discutir a inclusão cultural. Na atual Sociedade Informacional tais questões se constituem numa amalgama indissociável. O segundo eixo temático aborda as questões mais amplas de democratização do acesso ao conhecimento e a cultura. Assim a partir do pressuposto de que, qualquer marco regulatório atualmente existente no país, somente poderá subsistir ao impacto das novas Tecnologias da Informação e Comunicação, se compreender a dinâmica dos novos modelos de negócios da economia digital, se dimensionarem o potencial de inovação dos setores criativos, para que novos modelos de desenvolvimento possam ser adotados nas políticas públicas de fomento no país. Assim é que, na presente obra, o leitor encontrará questões contratuais, tributárias, trabalhistas, empresariais e, especialmente aquelas afetadas pela Propriedade Intelectual todas com interfaces e conectadas às questões emergentes da Sociedade Informacional. O tema da presente obra vai de encontro com a temática que envolve linha de pesquisa Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Aqui consignamos o esforço de todos os professores e alunos do nosso PPGD/UFSC, como também, dos Programas de Mestrado e Doutorado da PUCPR, UniBrasil e UniSantos que desenvolveram pesquisas dentro do PROCAD. Também cabe ressaltar o apoio do Ministério da Cultura e

23. WACHOWICZ, M.

Por que mudar a Lei de Direito Autoral ? Estudos e Pareceres. Florianópolis: Editora Boiteux, 2011, v.1. p.1.

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Sociedade da informação, Programa de Computador, Direito Internacional, Software, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Trata-se de uma obra que reúne de forma clara e objetiva, artigo por artigo, os estudos realizados pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Informação – GEDAI, nos ciclos de debates ocorridos no transcorrer do último ano, somados aos pareceres dos professores José de Oliveira Ascensão, Newton Silveira, Denis Borges Barbosa, Karin Grau-Kuntz, Gert Würtenberger e Luiz Gonzaga S. Adolfo. Aqui nesta obra coletiva, o leitor encontrará o trabalho organizado pelo do Grupo de Pesquisa de Direito Autoral e Informação – GEDAI, que viabilizou debates em inúmeros seminários, trocas de ideias nos fóruns realizados nos últimos anos, que culminaram para que determinadas questões tenham aflorado em congressos, em ciclos de debates. E, aqui destaco a participação de Alexandre Pessler e Guilherme Coutinho.

24. WACHOWICZ, M.; MATIAS, J.L.N.

Propriedade e Meio Ambiente. Florianópolis: Editora Boiteux, 2011, v.01. p.262.

Palavras-chave: Direito Ambiental, Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Sociedade da informação, Direito Comercial, Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

A Propriedade e do Meio Ambiente, da inconciliável à convergência como título da presente obra coletiva, coloca ao leitor, logo num primeiro plano, os conflitos e as iniquidades que são perceptíveis na sociedade contemporânea e ganham relevo e novas dimensões teóricas para uma abordagem socio-jurídico-econômica sobre estes institutos. Percebe-se um movimento acadêmico, um crescente interesse sócio-político-econômico, que tem despertado nos estudiosos do direito questões que delineiam novos contornos da disciplina em suas mais variadas matizes doutrinárias ao estudo do Direito da Propriedade e do Meio Ambiente. A presente obra é fruto dos inúmeros seminários, congressos e eventos realizados no Brasil e no exterior dos grupos de pesquisa dos professores e pesquisadores vinculados ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, da Universidade Federal do Ceará – UFC e do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – ISCSP da Universidade Técnica de Lisboa – UTL. A presente obra coletiva está o instituto de propriedade, abordando desde a parte teórica, histórica, econômica,

ambiental, social e filosófica em busca da sua compreensão, até a construção em forma de direito.

25. WACHOWICZ, M.

Propriedade Intelectual & Internet - Volume 2 - Encadernação Especial. Curitiba: Editora Juruá, 2011, v.2. p.552.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Sociedade da informação, Direito da Informática, Direito Internacional, Software, Direito Comercial

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: http://www.jurua.com.br/shop_item.asp?id=22407

Na Sociedade Informacional graças à infra-estrutura propiciada pelas novas Tecnologias da Informação e do Conhecimento (TICs), foi possível o surgimento do Ciberespaço, um mundo digital interconectado onde circulam uma quantidade imensa de dados e informações, cuja velocidade de produção, circulação e retroalimentação de dados e de novos bens intelectuais é ímpar na história humana. Todos os dias pela INTERNET circulam informações e dados entre os internautas, numa análise comparativa, equivaleria o compartilhamento em escala mundial num mesmo dia mais de 150 milhões de livros. A maior parte destes dados circula digitalmente através de cabos de fibra ótica, a quantidade já instalada desde 1990 é impressionante, se colocados em linha reta seria possível dar 35.000 voltas no planeta, ou ainda, equivaleria à distância da terra a saturno, contudo estes números deverão dobrar ainda nesta década, posto que, são instalados cinco quilômetros por segundo de fibra ótica no mundo atravessando oceanos e ligando continentes. Em 2011 o site do YOUTUBE divulgou que a cada minuto que passa são publicadas mais de 35 horas de vídeo, o que representa um crescimento de mais de 40% (quarenta por cento) em relação ao ano de 2010. Trata-se de um fenômeno de comunicação global, onde os dados e informações são produzidas e postadas em meio digital por aproximadamente 500 milhões de pessoas que utilizam o YOUTUBE, são empresas que querem difundir seus produtos, como indivíduos e/ou grupos que querem expressar e comunicar suas criações. O conteúdo do YOUTUBE contabiliza aproximadamente 2 milhões de acesso por dia aos seus conteúdos disponibilizados por este site. A Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) é a base estruturante da Sociedade Informacional que não pode ser compreendida ou representada sem o conhecimento de suas ferramentas tecnológicas. É axiomático: a Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) não se restringe seu uso ao desenvolvimento da ciência e dos equipamentos

26. WACHOWICZ, M.; MATIAS, J.L.N.

DIREITO DE PROPRIEDADE E MEIO AMBIENTE: novos desafios para o Século XXI Fundação Boiteux Florianópolis 2010. Florianópolis: Editora Boiteux, 2010 p.546.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Ambiental, Direito Constitucional, Direito da Informática, Direito Autoral, Programa de Computador, Sociedade da informação, Direito Internacional Privado, Direito Internacional, Direito Comercial

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: http://www.direitoautoralfsc.br/casadinho/livros_anteriores.php

A pesquisa agora publicada na presente obra coletiva aglutina temas de ampla discussão no país e no exterior na área do Direito da Propriedade e Meio Ambiente. Para uma melhor sistematização dos artigos aqui coletados, optou-se por uma estrutura em duas partes: A primeira parte contempla essencialmente estudos sobre o Direito de Propriedade, abordando temas como a propriedade empresarial, a função social da propriedade, a ordem econômica, o direito à moradia e novas formas de propriedade, em especial a propriedade intelectual. A segunda parte contempla estudos sobre o Direito de Propriedade e Meio Ambiente, analisando as aproximações e divergências entre o meio ambiente e direitos humanos no cenário internacional, como também, questões sobre o Estado de Direito Ambiental, questões tributárias ambientais, a função sócio-ambiental da propriedade e ambientalismo cultural.

27. WACHOWICZ, M.; SANTOS, M.J.P. dos

ESTUDOS DE DIREITO DE AUTOR A Revisão da Lei de Direitos Autorais. Florianópolis: Editora Boiteux, 2010, v.1.

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Sociedade da informação, Direito Internacional, Direito de Informação

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: http://www.direitoautoralfsc.br/gedai/wp-content/uploads/livros/GedaiUFSC_LivroEstudosDirAutor_vfinal.pdf

Nesta obra encontramos as análises de especialistas do direito autorais que traduzem o pensamento jurídico nacional, nas suas mais variadas matizes. A força e profundidade do pensamento dos doutrinadores que se dispuseram a participar deste processo e de externar ao público reveste a presente obra de interesse singular para os estudiosos do direito. Nesta obra coletiva juristas brasileiros e europeus oferecem uma visão ampla sobre as questões econômicas e políticas que estão subjacentes no processo de Revisão da Lei 6.910/98, que está prestes a ocorrer no país. Neste sentido, o objetivo da presente obra é oferecer elementos aos pesquisadores do direito para que possam aprofundar suas investigações, com também, oferecer uma análise das inquietudes existentes na sociedade contemporânea sobre os temas relacionados ao Direito Autoral, na busca de um novo equilíbrio entre interesses públicos e privados.

28. WACHOWICZ, M.; MATIAS, J.L.N.

Propriedade e meio ambiente : em busca de sua convergência. Florianópolis: Editora Boiteux, 2010, v.1. p.773.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, direito, Direito Ambiental

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

A obra "Propriedade e Meio Ambiente: em busca de sua convergência" é produto das discussões realizadas durante o III Simpósio Internacional de Propriedade e Meio Ambiente e o III Encontro Temático do Projeto Casadinho. O evento reuniu em Fortaleza pesquisadores dos Programas de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Ceará e da Universidade Federal de Santa Catarina, bem como convidados de outras instituições parceiras do Brasil e de Portugal. Estamos no terceiro livro oriundo do Projeto Casadinho, financiado pelo CNPQ, cujos trabalhos demonstram a necessária convergência entre o direito de propriedade e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

29. WACHOWICZ, M.; MATIAS, J.L.N.

ESTUDOS DE DIREITO DE PROPRIEDADE E MEIO AMBIENTE: novas perspectivas para um velho direito. Florianópolis: Editora Boiteux, 2009, v.1. p.341.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Sociedade da informação, Direito Internacional Privado, Direito Ambiental, Direito Constitucional, Direito da Informática, Programa de Computador, Direito Internacional, Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: http://www.direitoautoral.ufsc.br/casadinho/arquivos/i_estudo.pdf

O Estudo do Direito de Propriedade e do Meio Ambiente na sociedade contemporânea ganha relevo e novas dimensões teóricas. Percebe-se um grande movimento acadêmico, um crescente interesse sócio-político e econômico, que tem despertado nos estudiosos do direito questões que delineiam novos contornos da disciplina em suas mais variadas matizes doutrinárias. Neste sentido é que a presente obra aglutina inúmeros seminários, congressos e eventos realizados no Brasil e no exterior pelos professores e pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e da Universidade Federal do Ceará - UFC. Esta obra coletiva uma visão ampla sobre as questões dos novos paradigmas para um velho direito: Propriedade e Meio Ambiente.

30. WACHOWICZ, M.; SANTOS, M.J.P. dos

Estudos de Direito de Autor e Interesse Público. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008 p.764.

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Programa de Computador, Software, Direito Comercial, Direito Internacional Privado, Sociedade da informação, direito, Direito de Informação, Revolução Tecnológica, Revolução da Tecnologia da Informação

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

A presente obra coletiva analisa temas relativos ao Direito Autoral reunido artigos abarcando temas de interesse público, como acesso ao conhecimento e a cultura, direito de informação, função social da propriedade intelectual, reprodução e uso justo, dispositivos de proteção, liberdade no uso das bases de dados, transformação criativa e bens culturais. A obra reúne consagrados autoristas, nacionais e estrangeiros que contribuíram para realização do livro.

31. WACHOWICZ, M.; ADOLFO, Luiz Gonzaga Silva

Direito da Propriedade Intelectual - Estudos em Homenagem ao Pe. Bruno Jorge Hammes. Curitiba: Juruá Editora, 2006, v.1. p.478.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito Industrial, Revolução Tecnológica

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, Direito Industrial, Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Estudos em homenagem ao Professor Bruno Jorge Hammes da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, em São Leopoldo-RS. Esta publicação, feita no mês de dezembro de 2005, quando se recorda do primeiro ano de falecimento do Pe. Bruno Jorge Hammes, é significativa do respeito que lhe devotam os pesquisadores e profissionais do Direitos Intelectuais. São vários autores de nível nacional e internacional que bem ilustram temas atuais de Direitos Intelectuais, área hoje de tanto destaque no cenário jurídico brasileiro, e da qual o homenageado foi um dos pioneiros.

32. WACHOWICZ, M.

Propriedade Intelectual e Internet. Curitiba: Juruá, 2002, v.01.

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Comercial, Direito Internacional Privado, Sociedade da informação, Transição constitucional, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

O Objetivo deste livro é oferecer elementos para compreensão do Direito da Propriedade Intelectual na Internet. A evolução Tecnológica neste novo milênio ganhou uma velocidade alucinante, quer em nível técnico quer em nível jurídico, exigindo uma atualização permanente do operadores do direito. Por meio de uma abordagem interdisciplinar e crítica, os autores analisam aspectos jurídicos e socioeconômicos no tratamento da Propriedade Intelectual, apresentando teses que abrem caminho para uma discussão mais ampla sobre a função da tutela jurídica do bem intelectual no mundo globalizado.

33. WACHOWICZ, M.; FRANCESCHINI, L. F.

Direito Internacional Privado. Negócios Internacionais, contratos e tecnologia. Curitiba: Editora Juruá, 2001, v.1. p.287.

Palavras-chave: Direito Internacional Privado, Tecnologia, Software, Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática

Áreas do conhecimento: Direito Internacional Privado, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Os autores desta obra dedicam-se a estudar temas atuais do Direito Internacional contemporâneo: O fenômeno da Bitributação; A nova ordem econômica mundial e a importância das negociações internacionais; Aplicação do Direito Estrangeiro pelo Juiz Nacional; Propriedade Intelectual, revolução tecnológica e seus desafios para o direito.

Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)

1. WACHOWICZ, MARCOS; CIDRI, O.; MIRANDA, P. P. G.

No mundo do Ensino à Distância, o Direito Autoral tem protegido o Professor-Autor? In: XVI CODAIP - Congresso de Direito Autoral e Interesse Público, 2022, Curitiba.

Estudos de Direito de Autor e Interesse Público - XVI CODAIP. Editora IODA: Curitiba, 2023. v.1. p.359 - 383

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Educação, ensino, ensino à distância

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Educação

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [https://www.gedai.com.br/analises-do-xvi-codaip-estudos-de-direito-de-autor-e-interesse-publico/]

O presente artigo tem como objetivo discutir a cessão de direitos autorais em EAD e como ela impacta no mercado de trabalho de autores e professores. Apresenta o contexto de trabalho do professor-autor ou professor conteudista, contratos que mostram como é feita a cessão de direitos e suas consequências para o autor. Também discute alternativas para deixar as relações entre autores e editoras menos desiguais.

2. WACHOWICZ, MARCOS; MACEDO, M. H. J. M.

A PROTEÇÃO DOS DIREITOS AUTORAIS DA ARTE INDÍGENA CONTEMPORÂNEA EM UMA PERSPECTIVA DE DIREITOS HUMANOS In: XV CODAIP - Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 2021, Curitiba.

Estudos de Direito de Autor e Interesse Público - XV CODAIP. Curitiba: GEDAI UFPR, 2022. v.1. p.169 - 210

Palavras-chave: Direito Autoral, direitos culturais, Direitos Humanos, Arte Indígena Contemporânea

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direitos culturais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

O artigo analisa os direitos autorais da arte indígena contemporânea (AIC) sob a perspectiva dos direitos humanos culturais. Tem-se como ponto de partida o estudo de alguns artistas e obras presentes na exposição "Véxoa: Nós sabemos" (2020 e 2021), na Pinacoteca de SP. Primeiramente, apresenta-se o que se entende por AIC. Realiza-se breve análise do que são os direitos culturais entendidos como direitos humanos, incluindo os direitos autorais nessa categoria, e a sua relação com a diversidade indígena e suas manifestações artísticas. Enfatiza-se a importância da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005 (CPPDE) e sua relação com a propriedade intelectual. Em seguida, trata-se da definição da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) acerca das expressões culturais tradicionais (ECTs) e suas semelhanças e diferenças com relação à AIC. Investiga-se como ocorre a proteção intelectual das ECTs e da AIC no âmbito da OMPI e da legislação brasileira. Conclui-se que a AIC, ainda que mantenha características tradicionais, se diferencia do conceito de ECT, podendo ser objeto de proteção de direito autorial, sob uma ótica de direitos humanos que valorize a dupla dimensão da proteção intelectual preconizada pela CPPDE, qual seja econômica e simbólica.

3. WACHOWICZ, MARCOS; CIDRI, O.

DIREITOS AUTORAIS E A TECNOLOGIA NFT: Esculturas imaginárias e Destruição Cr In: XV CODAIP - Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 2021, Curitiba.

Estudos de Direito de Autor e Interesse Público - XV CODAIP. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2022. v.1. p.184 - 200

Palavras-chave: Direito Autoral, Tecnologia da Informação, NFTs

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [http://https://www.gedai.com.br/wp-content/uploads/2022/03/Anais-XV-Codaip_2022.pdf]

O presente estudo analisa os Direitos Autorais e as novas tecnologias de NFTs, dentro de uma perspectiva sistêmica na qual as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs são analisadas de forma a propiciar novas possibilidades de tutelas jurídicas das obras artísticas no ambiente digital. O presente trabalho conclui a existência de dois tipos básicos de NFTs que são utilizados no mercado das artes (NFT simples e o NFT incorporado), os quais geram possibilidades de enquadramentos jurídicos distintos. A obras intelectuais são tuteladas como criações artísticas expressas e fixadas em um suporte, o ato de criação de um NFT deve ser um instrumento tecnológico que auxilie a proteção da obra autorial, tal como uma nova forma de registro de autenticidade. Palavras-chave: Direitos Autorais; NFTs; destruição criativa; esculturas imaginárias; tecnologia.

4. WACHOWICZ, MARCOS; SALMEN, C. S.

A ATRIBUIÇÃO DA PESSOA JURÍDICA À INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: Desafios e sua efetividade In: XIV CODAIP Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 2021, Curitiba.

Anais do XIV CODAIP - Congresso de Direito de Autor e Interesse Público. Curitiba: GEDAI UFPR, 2021. v.1. p.77 - 99

Palavras-chave: Inteligência Artificial, direito da personalidade, Direito Civil

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Diversas são as discussões acerca da Inteligência Artificial (IA), que vem evoluindo cientificamente e tecnologicamente pois a IA está aprendendo cada vez mais rápido e independente de uma instrução específica, atuando de forma autônoma. Neste contexto, o presente estudo possui a finalidade de verificar os motivos e requisitos que podem levar ao reconhecimento da IA como sujeito de direitos, além dos motivos e da necessidade de se atribuir personalidade jurídica a ela. Para isso, analisamos os conceitos jurídicos de homem, pessoa e personalidade. Posteriormente, apresenta-se o conceito e as características principais da IA, além de abordar os possíveis riscos e danos que dela possam derivar. Por fim, examina-se as posições dos que defendem e criticam a atribuição da personalidade jurídica à IA. Por meio método dedutivo e de pesquisa bibliográfica, foi possível concluir que, a médio prazo, não se verifica a necessidade de conceder o status de sujeito de direito à uma IA, muito menos lhe conferir personalidade jurídica, pois existem medidas que podem ser tomadas a fim de prevenir ou reparar eventuais danos ocorridos, tais como o registro da IA e a obrigatoriedade de um regime de seguros.

5. WACHOWICZ, MARCOS

A REVOGAÇÃO DA LEI ESTADUAL 14.058/2003: O Estado do Paraná está livre do Software Livre In: XIV CODAIP Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 2020, Curitiba.

Anais do XIV CODAIP - Congresso de Direito de Autor e Interesse Público. Curitiba: GEDAI UFPR, 2021. v.1. p.894 - 340

Palavras-chave: Software, Software Livre, Direito Administrativo, gestão pública

Áreas do conhecimento: Direito, DIREITO DA INFORMÁTICA, Direito Autoral

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [\[http://https://www.gedai.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Anais-do-XIV-CODAIP_eletronico.pdf\]](http://https://www.gedai.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Anais-do-XIV-CODAIP_eletronico.pdf)

O presente artigo tem por objetivo investigar a existência de sucedâneo legal que oriente a administração pública do Estado do Paraná a soluções de tecnologia da informação (TI) que empregam software livre, após a revogação da lei estadual que estabelecia a preferência do uso de programas abertos de computador (Lei Estadual 14.058/2003). Por meio de pesquisa fundamentada na prospecção bibliográfica e legislativa, revisou-se as modalidades de licenciamento do software livre e do software proprietário, e apontou-se a existência de um modelo de contratação de soluções de tecnologia da informação a ser utilizado pela administração pública, cujas características e aplicabilidade se propôs explorar. Por conclusão, entendeu-se que etapa de planejamento do modelo estudado, positivada pela Instrução Normativa nº. 1/2019 (Ministério da Economia - Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Governo Digital), deverá sempre analisar comparativamente soluções integradas por software livre nos processos de aquisição de solução de TI, considerando as características e vantagens advindas da sua forma de licenciamento.

6. WACHOWICZ, MARCOS; PELISSAR, J. P. B.

A TRANSFORMAÇÃO CRIATIVA NA ERA DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS AUTORAIS E AS REDES SOCIAIS In: XIV CODAIP Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 2020, Curitiba.

Anais do XIV CODAIP - Congresso de Direito de Autor e Interesse Público. Curitiba: GEDAI UFPR, 2021. v.1. p.411 - 444

Palavras-chave: transformação criativa, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [\[http://https://www.gedai.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Anais-do-XIV-CODAIP_eletronico.pdf\]](http://https://www.gedai.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Anais-do-XIV-CODAIP_eletronico.pdf)

A utilização de transformação criativa na produção de obras autorais não é novidade, porém sua popularização nas redes sociais acende um holofote para a técnica. A legislação autoral brasileira levanta margem de dúvidas em relação a legalidade de sua formação, ainda que a preveja como obra passível de tutela. A obra derivada por transformação criativa tem as mesmas características essenciais ao reconhecimento de autoria das obras originais e a diferença primordial entre as duas é que, na derivada, há elementos da original presente. A chegada da cibercultura e o avanço no uso das redes sociais alavancou a utilização da transformação para a criação de postagens, como os memes, e a insegurança relativa à autoria persiste, em virtude do descompasso entre a realidade das redes, que prima pela liberdade, e a proteção da legislação autoral brasileira. O reconhecimento de autoria neste tipo de conteúdo acaba por se tornar uma tarefa afanosa, o que gera insegurança para aqueles que pretendem se valer da lei.

7. WACHOWICZ, MARCOS; MORET, M. P.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e o Conhecimento Empresarial Protegido. In: XIII CODAIP - Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 2019, Curitiba.

Anais do XIII CODAIP - Estudos de Direito de Autor e Interesse Público. Curitiba: GEDAI UFPR, 2019. v.1. p.623 - 636

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Lei Geral de Proteção de Dados, Direito de Privacidade, proteção de dados

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [\[http://https://www.gedai.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Anais-XIII-CODAIP_Marcos-Wachowicz_eletr%C3%B4nico.pdf\]](http://https://www.gedai.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Anais-XIII-CODAIP_Marcos-Wachowicz_eletr%C3%B4nico.pdf)

Os novos modelos de negócios da contemporaneidade, propiciados por um desenvolvimento intenso das tecnologias, tornaram os dados pessoais um meio de transformação da economia. Em decorrência, o monitoramento constante das pessoas humanas para estabelecimento de estratégias comerciais emergiu a necessidade de limitações pelo Estado para garantir direitos fundamentais e liberdades civis, culminando na edição de leis de proteção de dados pessoais em diversos países, como no Brasil, com a promulgação da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD). O bem incorpóreo que se destaca nesse novo cenário, portanto, é a base de dados: o poder de reunir informações de forma estruturada, processar com rapidez e de forma eficiente tais dados através da tecnologia, gerando conhecimento e riqueza. Assim, o presente artigo se propõe estudar o regime de proteção dos dados pessoais no Brasil, procurando esclarecer alguns fundamentos, especialmente sobre a informação protegida, enquanto objeto de direito, afim de identificar se o conhecimento empresarial protegido por outras legislações pode ser violado. O presente estudo se deu por meio de metodologia dedutiva, com o objetivo de devolver raciocínio lógico-jurídico que possibilite apontar soluções que propiciem um ambiente de segurança jurídica à Empresa e à Sociedade. Os resultados apontaram que a LGPD se preocupou em garantir a confidencialidade no ambiente empresarial. Contudo, ainda persistem desafios em virtude da dificuldade em se desvincular um conhecimento agregado das informações que eventualmente precisarão ser repassadas ao titular de dados.

8. WACHOWICZ, MARCOS; BALCONI, L. R.

China: Entre a Rainha Vermelha e o Cavaleiro Inventor In: CODAIP XIII - Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 2019, Curitiba.

Anais do XIII CODAIP - Estudos de Direito de Autor e Interesse Público. Curitiba: GEDAI UFPR, 2019. v.1. p.737 - 758

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [http://https://www.gedai.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Anais-XIII-CODAIP_Marcos-Wachowicz_eletr%C3%B4nico.pdf]

O presente artigo analisa o desenvolvimento econômico chinês, procurando evidenciar como a complexidade produtiva e o investimento em inovação afetam o padrão de crescimento geral da economia. Explora-se, assim, os recentes planejamentos macroeconômicos, ligados essencialmente nas tendências de investimento em educação e na inovação. Verifica-se, também, o desdobramento destas políticas para o aumento acelerado de empreendimentos inovadores e patentes, o que desencadeia uma corrida concorrencial interna e força os agentes, como no conto da Rainha Vermelha, a correrem o mais rápido que podem para continuar no mesmo lugar. Por fim, serão demonstradas as efetividades comerciais desses novos negócios e o problema da dependência tecnológica. Para tanto, foram utilizados trabalhos teóricos sobre o desenvolvimento econômico, acompanhados de análise de dados sobre a conjuntura político-econômica chinesa e seus indicadores (PIB, balança comercial, crescimento setorial, entre outros). Deste modo, o objetivo é o de determinar o impacto de políticas estratégicas que visam o desenvolvimento econômico através do fortalecimento dos setores de pesquisa e inovação, verificando seus desafios e benefícios.

9. WACHOWICZ, MARCOS; CHAVES, J. G. P.

Lei da Inovação Tecnológica e as Universidades: O papel do ordenamento jurídico na propulsão da economia criativa In: XIII CODAIP - Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 2019, Curitiba.

Anais do XIII CODAIP - Estudos de Direito de Autor e Interesse Público. Curitiba: GEDAI UFPR, 2019. v.1. p.543 - 556

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, inovação, Direito Informático

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [http://https://www.gedai.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Anais-XIII-CODAIP_Marcos-Wachowicz_eletr%C3%B4nico.pdf]

Este trabalho procura estudar os efeitos da Lei de Inovação nas universidades públicas do Brasil, pela análise das regulações internas da Universidade Federal do Paraná, Universidade Estadual de Ponta Grossa e Universidade Estadual de Maringá. Acredita-se que o baixo número de contratos de transferência de tecnologia das universidades brasileiras em comparação ao número de propriedade intelectual protegida pode ter razões firmadas na cultura de inovação das universidades. Utilizou-se para a exploração científica pesquisa qualitativa por análise bibliográfica, utilizando documentos e bibliografia pertinente ao tema. Ao fim da pesquisa, concluiu-se que as instituições passaram a se preocupar com sua política de inovação ao longo dos anos de vigência da Lei de Inovação, ainda que reajam de maneira lenta para a absorção da norma, o que poderia gerar um gargalo para a eficácia dos objetivos da Lei de Inovação.

10. WACHOWICZ, MARCOS; CANUT, L.

Novas Tecnologias de Informação e Comunicação no Poder Judiciário: Da adoção do Processo Eletrônico às decisões automatizadas. In: XIII CODAIP - Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 2019, Curitiba.

Anais do XIII CODAIP - Estudos de Direito de Autor e Interesse Público. Curitiba: GEDAI UFPR, 2019. v.1. p.15 - 36

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito Informático, Inteligência Artificial, Internet

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, DIREITO DA INFORMÁTICA

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [http://https://www.gedai.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Anais-XIII-CODAIP_Marcos-Wachowicz_eletr%C3%B4nico.pdf]

A busca de interação entre direito e tecnologia é uma realidade no Poder Judiciário brasileiro. Ela foi caracterizada nos primeiros momentos de desenvolvimento das Tecnologias de Comunicação e Informação pela adoção do Processo Eletrônico, que se apresentou como instrumento de automatização de rotinas e procedimentos. Diante dos avanços dessas tecnologias nos últimos anos, viabilizado especialmente pela Inteligência Artificial, o trabalho teve como objetivo demonstrar que poder judiciário entra numa nova fase dessa transformação ao introduzir a automatização no campo decisório. Alcançou-se o resultado esperado ao demonstrar que esse poder tem recorrido às novas Tecnologias de Informação e Comunicação ao apresentar iniciativas concretas voltadas à automatização de suas decisões, inclusive as judiciais. Recorreram-se ao método dedutivo, pesquisa descritiva e abordagem qualitativa para o desenvolvimento da pesquisa que se encontra no campo de estudo sobre a automação nas profissões jurídicas públicas.

11. WACHOWICZ, MARCOS; MEDEIROS, H. G.

ESTUDO EPISTEMOLÓGICO DA CONSTITUIÇÃO E DA REVOLUÇÃO: Fundamentos para o Estado Democrático de Direito In: XXVII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 2018, Porto Alegre.

Anais do XXVII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI. Florianópolis: CONPEDI, 2018. v.1. p.91 - 110

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito Constitucional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Constitucional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [http://conpedi.daniloir.info/publicacoes/34q12098/9a74g9mn/X1gLd60d45lwJ2h0.pdf]

O presente artigo analisa o processo de criação de uma constituição envolto no movimento revolucionário, para estabelecer as bases epistemológicas da noção do poder jurídico subjacente para uma elaboração de constituição democrática no Estado contemporâneo. A metodologia de abordagem é necessariamente transdisciplinar utilizando-se de conceitos oriundos da ciência política e sociologia para fixar o conceito de revolução e a partir deste construir todo o enquadramento teórico-conceitual das revoluções jurídicas, dos órgãos constituintes, dos governos provisórios, dos éditos revolucionários.

12. WACHOWICZ, MARCOS; REUSING, Luciana

Internet das Coisas Médicas: Uma Tecnologia Informacional em tempo real a luz da teoria crítica. In: XII CODAIP - Congresso de Direito Autoral e Interesse Público, 2018, Curitiba.

Anais do XII CODAIP - Estudos de Direito Autoral e Interesse Público. Curitiba: GEDAI UFPR, 2018. v.11. p.106 - 135

Palavras-chave: Internet, internet das coisas, marco civil da internet, Propriedade Intelectual, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [http://www.gedai.com.br/wp-content/uploads/2019/06/XII_CODAIP_LIVRO_v2.pdf]

A indústria médica vem realizando grandes avanços na adoção e uso das tecnologias da informação conhecida por Internet das Coisas, que em tempo real tornam mais céleres os cuidados no setor da saúde "healthcare", bem como a gestão de proteção de dados pessoais sensíveis dos usuários. Contudo, a referida tecnologia traz concomitante a sua aplicação, a preocupação com a proteção dos dados pessoais dos usuários quanto sua privacidade. Deste modo a pretensão desde artigo é apresentar a tecnologia informacional "Internet das Coisas" como fator de progresso no setor da saúde na esfera administrativa seja no pronto atendimento até a confecção do prontuário eletrônico, que serve como banco de dados dos usuários, pelas informações pessoais coletadas, que requer do sistema jurídico proteção por legislação específica, já que as legislações vigentes como o Marco Legal da Internet se revelam insuficientes para responder casos concretos. O tema é relevante e complexo haja vista a vulnerabilidade da proteção, decisões legais e da própria acreditação da "IoT" como tecnologia construída para atender as necessidades da sociedade na saúde. A metodologia de pesquisa é o estudo bibliográfico, e o método baseado na Teoria Crítica de Feenberg, que apresenta explicitamente uma preocupação entre o papel da tecnologia nas relações dinâmicas da sociedade quanto aos seus impactos. O resultado esperado é a conscientização de que ao se adotar uma tecnologia informacional como a internet das coisas, a efetivação da saúde se dará em tempo real, pela busca de soluções rápidas e concretas diante das necessidades da sociedade, qual se inclui o acesso democrático e principalmente a proteção de dados. Portanto, a revolução das tecnologias informacionais na medicina se perfaz diante dos anseios sociais na busca de melhorias aos cuidados a saúde, mas também da necessidade tangível de lei específica para a tutela de proteção de dados, pela incidência de leis setoriais e timidamente do Marco Legal d

13. WACHOWICZ, MARCOS; ROCHA, M. V.

Moda Impressão 3D: Um novo paradigma? In: XII CODAIP - Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 2018, Curitiba.

Anais do XII CODAIP - Estudos de Direito Autoral e Interesse Público. Curitiba: GEDAI UFPR, 2018. v.1. p.868 - 939

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Desenho Industrial, impressão 3D, Direito Informática

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [http://www.gedai.com.br/wp-content/uploads/2019/06/XII_CODAIP_LIVRO_v2.pdf]

Os artigos de moda são amplamente copiados por imitações e indústrias semelhantes, levando a indústria de originais da moda a perder dinheiro. A indústria da moda está constantemente se adaptando à imitação e à pirataria. Cópia afeta alto indústrias da moda. Empresas de fast fashion que fazem imitações, até antes que os projetos originais sejam vendidos, são os mais beneficiados pela prática, muitas vezes prejudicando pequenos designers altamente qualificados que não têm maneiras de reagir. Além disso, a cópia rápida de designers originais levou-os a perder dinheiro, e, a fim de proteger seus designs, para usar marcas registradas no design, levando assim a menos criatividade, para vender linhas de ponte, ao imediatismo vender e criar seus próprios pontos de venda. Mas copiar não é só fundo as maisons de alta costura copiam umas das outras para definir tendências. Agências de previsão de tendências são essenciais para reduzir os riscos da moda loteria, em todas as empresas, tanto de alta moda quanto de fast fashion. Produtos de moda podem ser protegidos por direitos autorais, modelos e designs, Marcas registradas e outros sinais distintivos, patentes e modelos de utilidade, Regras contra concorrência desleal, comércio eletrônico, domínio, nomes, Direito Publicitário, e pelo direito sui generis do Produtor de Bases de Dados. Também pode haver sobreposição de proteções. No entanto, as regras de pirataria no que diz respeito à moda. A impressão 3D entrou no mundo da moda tarde, em comparação com outras áreas, porque a tecnologia e os materiais não eram adequados para a moda mundo, faltando flexibilidade, mas uma vez que entrou na indústria da moda é mudando a forma como esta indústria funciona, levando a um novo modelo. Com esta nova forma de produzir e distribuir várias questões surgem, muitos deles relacionados à propriedade intelectual. Nosso objetivo neste trabalho é ver como a impressão 3D é o poder detransformar a indústria da moda e levantar algumas

14. WACHOWICZ, M.; BRANDALISE, A. C.

DIREITO AUTORAL E OS LIMITES TÉCNICOS NA PROTEÇÃO DA INTEGRIDADE DA OBRA DE ARTE. UM ESTUDO DE CASO: FRANS KRAJCBURG VS FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA In: XI Congresso de Direito de Autor e Interesse Público - XII CODAIP, 2017, Curitiba.

Anais do XI Congresso de Direito de Autor e Interesse Público. Curitiba: GEDAI PUBLICAÇÕES, 2017. v.1. p.669 - 695

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, restauração, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Bretão. Meio de divulgação: Vários. Home page: [http://www.gedai.com.br/sites/default/files/publicacoes/anais_xi_codaip-2017-gedai.pdf]

O objetivo deste trabalho é analisar o caso Frans Krajcberg v. Fundação Cultural de Curitiba, no processo judicial envolvendo o conjunto de obras de arte doadas a cidade de Curitiba-PR, na Ação de Cumprimento de Contrato de Doação mediante revogação de doação com encargos com fundamento na violação de direitos morais e patrimoniais do autor com base na Lei n. 9.610/98, que trata da tutela dos Direitos Autorais. A obra de arte ao ser restaurada pode configurar violação de direitos morais do autor quando se manifesta no sentido de proteger a integridade da obra, o estudo revela a inexistência de limites legais para que os profissionais técnicos de restauro não violem os Direitos Morais do autor. No presente estudo se esboça quais os critérios que devem ser observados para que não ocorra a violação de Direitos.

15. WACHOWICZ, MARCOS; HASTREITER, M. A.

ELI LILLY AND COMPANY VS. THE GOVERNMENT OF CANADA – UMA ANÁLISE DA PRIMEIRA

DECISÃO SOBRE PATENTES PERANTE O SISTEMA DE PROTEÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS In: XI Congresso de Direito de Autor e Interesse Público - XI CODAIP, 2017, Curitiba.

Anais do XI Congresso de Direito de Autor e Interesse Público. Curitiba: GEDAI PUBLICAÇÕES, 2017. v.1. p.1069 - 1093

Palavras-chave: direito, Direito Internacional, Direito Economico, Direito Comercial, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Industrial
Áreas do conhecimento: Direito, Direito Internacional, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [\[http://www.gedai.com.br/sites/default/files/publicacoes/anais_xi_codaip-2017-gedai.pdf\]](http://www.gedai.com.br/sites/default/files/publicacoes/anais_xi_codaip-2017-gedai.pdf)

O objetivo deste trabalho é analisar o caso *Eli Lilly and Company v. The Government of Canada* (ICSID Case No. UNCT/14/2), disputa arbitral envolvendo uma empresa farmacêutica norte-americana e o governo do Canadá, com fundamento em dispositivos do Capítulo 11 do NAFTA (North American Free Trade Agreement) - que trata da tutela de investimentos estrangeiros - e de outros tratados internacionais em matéria de propriedade intelectual. Em 16 de março de 2017, o ICSID (International Center of Settlement of Investment Disputes) decidiu o caso em favor do governo canadense, sendo esta a primeira decisão já proferida pelo ICSID em matéria de patentes. Este artigo analisará os documentos do caso - em especial as alegações da empresa investidora, a defesa do governo canadense e a posição final dos árbitros - e fará uma revisão de artigos publicados em periódicos acerca do caso. Embora os árbitros tenham julgado improcedentes as reclamações da empresa investidora, este caso é paradigmático para demonstrar como disputas de patentes podem ser inseridas no Direito Internacional dos Investimentos Estrangeiros e, sobretudo, dentro da sistemática de disputas entre investidores e Estados que tal ramo do Direito Internacional estabelece.

16. WACHOWICZ, MARCOS; HASTREITER, M. A.

A Regulação da Propriedade Intelectual nos Acordos Bilaterais de investimento In: X CODAIP - Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 2016, Curitiba.

Anais do X CODAIP - Estudos de Direito de Autor e Interesse Público. Curitiba: GEDAI UFPR, 2016. v.1. p.687 - 720

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [\[http://www.gedai.com.br/sites/default/files/publicacoes/xcodaip_anais_e-book_1.compressed.pdf\]](http://www.gedai.com.br/sites/default/files/publicacoes/xcodaip_anais_e-book_1.compressed.pdf)

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a aplicabilidade dos acordos bilaterais de proteção de investimentos estrangeiros na proteção dos interesses dos detentores de direitos de propriedade intelectual. Para tanto, inicialmente, aborda-se uma breve retrospectiva histórica da proteção internacional tanto da propriedade intelectual quanto dos investimentos estrangeiros, identificando sinergias na evolução destas duas sub-áreas do Direito Internacional Econômico. Na sequência, analisa-se como a propriedade intelectual é incluída nos acordos de investimentos e estudam-se alguns exemplos de mecanismos típicos destes acordos aplicados à propriedade intelectual. Conclui-se que existe a possibilidade de previsões de investimentos serem usadas na proteção dos detentores de PI e alerta-se aos potenciais efeitos nocivos da aplicação impensada da sistemática de proteção dos investimentos à propriedade intelectual, mormente no que diz respeito às áreas relevantes ao bem estar coletivo mas também fortemente dependentes da evolução do conhecimento humano, como a saúde pública, por exemplo.

17. WACHOWICZ, MARCOS; VIRTUOSO, Bibiana B.

Precisamos falar sobre o Streaming: Um panorama geral a cerca da gestão coletiva no Brasil In: X CODAIP - Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 2016, Curitiba.

Anais do X CODAIP X Congresso de Direito de Autor e Interesse Público. Curitiba: GEDAI UFPR, 2016. v.1. p.9 - 34

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, gestão coletiva de direitos autorais, ECAD, Streaming

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [\[http://www.gedai.com.br/sites/default/files/publicacoes/xcodaip_anais_e-book_1.compressed.pdf\]](http://www.gedai.com.br/sites/default/files/publicacoes/xcodaip_anais_e-book_1.compressed.pdf)

Resumo: O presente estudo busca compreender de forma mais aprofundada o fenômeno do Streaming. Este serviço permite que o usuário pague para ter acesso a acervos quase ilimitados de músicas e filmes. O download acaba deixado de lado, pois nas plataformas basta ter acesso à internet e um cadastro para aproveitar as obras disponíveis. Com a popularização de plataformas como Netflix e Spotify, o streaming surge como alternativa à pirataria digital. Há uma maior interatividade entre os usuários e uma maior facilidade no acesso às obras. Aqui está a importância da internet e deste tipo de serviço: as obras deixam de ser uma posse para ser um acesso. Embora apresente um crescimento cada vez maior, há quem veja o serviço com maus olhos. Cantores e compositores alegam que o serviço não é suficiente para retribuir o trabalho empenhado. Ainda há um caminho extenso a ser percorrido. É uma forma alcançável de se ter acesso às obras fonográficas. Contudo, ainda se deve tomar o cuidado em relação aos artistas e sua remuneração, pois as plataformas ainda não encontraram um equilíbrio na forma de pagamento dos direitos autorais. Aqui entra a questão da gestão coletiva de direito autorais, responsável por auxiliar os titulares das obras na arrecadação dos valores devidos e controle de seu repertório. Ainda se faz necessário um estudo mais aprofundado e um acordo, de forma a garantir o direito dos artistas, o acesso dos usuários e o lucro dos produtores.

18. WACHOWICZ, MARCOS; SCHLINDWEIN, I. S.

Comércio Eletrônico e a Harmonização de Leis no Mercosul In: IX CODAIP - Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 2015, Curitiba.

Anais do IX Congresso de Direito de Autor e Interesse Público. Curitiba: GEDAI UFPR, 2015. v.1. p.163 - 166

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Mercosul, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [\[http://www.gedai.com.br/sites/default/files/publicacoes/anais_ix_codaip_completo.compressed.pdf\]](http://www.gedai.com.br/sites/default/files/publicacoes/anais_ix_codaip_completo.compressed.pdf)

O presente estudo analisa o Comércio Eletrônico no âmbito do MERCOSUL, buscando dentro de uma análise de Direito Internacional Privado, compreender o fenômeno da expansão do comércio eletrônico dentro do bloco econômico. Mormente inexistia uma uniformização de normas para o Comércio Eletrônico nem sobre contratos internacionais, a prática comercial via internet tem crescido entre os países integrantes do bloco econômico. Como será regulado este comércio transfronteiriço e quais os projetos de harmonização, constitui-se no objeto da pesquisa. Ressentidamente, foi implantado o projeto denominado de MERCOSUL DIGITAL, que busca trazer inovações dentro da realidade da economia digital para os países integrantes do MERCOSUL.

19. WACHOWICZ, M.; COSTA, R. V.

Direitos Culturais e acessibilidade de pessoas com deficiência a obras intelectuais no Brasil In: IX CODAIP - Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 2015, Curitiba.

ANAIS DO IX Congresso de Direito de Autor e Interesse Público. Curitiba: GEDAI UFPR, 2015. v.1. p.45 - 52

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, direitos culturais, diversidade cultural

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direitos culturais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [\[http://www.gedai.com.br/?q=pt-br/content/anais-do-ix-codaip#___RefHeading___Toc307435345\]](http://www.gedai.com.br/?q=pt-br/content/anais-do-ix-codaip#___RefHeading___Toc307435345)

Resumo: A presente pesquisa tem por intuito analisar o Tratado de Marraqueche acerca do acesso de pessoas com deficiência visual ou com dificuldades de aceder a textos impressos a obras intelectuais, sob a perspectiva da sua futura internalização no ordenamento jurídico brasileiro e da previsão normativa de mais uma garantia a direitos culturais de sujeitos historicamente alijados de direitos fundamentais, pois nem Estado, tampouco a sociedade, preparou-se para eliminar os obstáculos e barreiras existentes às pessoas com deficiência. Nesse sentido, a introdução de norma internacional de direitos humanos, referente a direitos autorais, prevê expressamente obrigações às partes contratantes para estabelecer exceções e limitações em favor das pessoas com deficiência. Assim, surgem questões relativas a possibilidades ou não de se realizarem adaptações em obras intelectuais para atender aos reclames do tratado do qual o país é signatário. Por outro lado, a pesquisa demonstra que o Brasil, em sua legislação ordinária e regulamentar, já realizava algumas medidas referentes a adaptação de materiais educacionais a fim de assegurar condições de acessibilidade e meios de efetivar outros direitos básicos desses sujeitos, tais como os direitos à educação, ao lazer, à cultura, e à informação.

20. WACHOWICZ, MARCOS; VIRTUOSO, Bibiana B.

Streaming e Pirataria Digital: há solução? In: IX CODAIP - Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 2015, Curitiba.

Anais do IX CODAIP - Congresso de Direito de Autor e Interesse Público. Curitiba: GEDAI UFPR, 2015. v.1. p.195 - 198

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Streaming

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, DIREITO DA INFORMÁTICA

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [\[http://www.gedai.com.br/sites/default/files/publicacoes/anais_ix_codaip_completo.compressed.pdf\]](http://www.gedai.com.br/sites/default/files/publicacoes/anais_ix_codaip_completo.compressed.pdf)

RESUMO: O presente estudo busca compreender de forma mais aprofundada o fenômeno do Streaming. Este serviço permite que o usuário pague para ter acesso a acervos quase ilimitados de músicas e filmes. O download acaba deixado de lado, pois nas plataformas basta ter acesso à internet e um cadastro para aproveitar as obras disponíveis. Com a popularização de plataformas como Netflix e Spotify, o streaming surge como alternativa à pirataria digital. A exemplo do Spotify, foi anunciado que, desde 2008, o programa distribuiu cerca de US\$3 bilhões em direitos autorais. Há uma maior interatividade entre os usuários e uma maior facilidade no acesso às obras. Aqui está a importância da internet e deste tipo de serviço: as obras deixam de ser uma posse para ser um acesso. Embora o serviço de streaming apresente um crescimento cada vez maior, há quem veja o serviço com maus olhos. Discussões recentes na mídia comprovam isto. Cantores e compositores alegam que o serviço não é suficiente para retribuir o trabalho empenhado, como no caso da cantora Taylor Swift. Na esfera dos direitos autorais no Brasil, a discussão gira em torno do streaming ser considerado ou não como execução pública. O ECAD pode ou não cobrar pela execução deste serviço? Seria então o streaming uma alternativa viável, capaz de agradar os autores das obras e o consumidor? Seria uma forma de acabar com a pirataria digital?

21. WACHOWICZ, M.; SILVA, Rodrito Otávio Cruz e

A EFETIVAÇÃO DO DIREITO DE ACESSO E AS LIMITAÇÕES DOS DIREITOS DO AUTOR: o caso da restrição à reprodução de conteúdos digitais imposta pelas tecnologias de veículos de comunicação. In: VIII Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 2014, Curitiba.

Anais do VIII Congresso de Direito Autoral e Interesse Público. Curitiba: Gedai/UFPR Publicações, 2014. v.1. p.17 - 34

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Revolução da Tecnologia da Informação, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Na perspectiva da sociedade informacional com a difusão das Tecnologias da Informação e Comunicação, em consonância com o espírito colaborativo da sociedade em rede, observa-se cada vez mais a necessidade de garantir o amplo acesso à cultura, à informação e ao conhecimento. Nessa nova realidade social da vida informacional um grande volume conteúdos encontra-se disponível numa dimensão jamais vista na história da humanidade. E nesse ponto o trabalho pretende analisar o direito fundamental de acesso, reafirmado pelas limitações dos direitos de autor, e a sua relação com a proteção dos direitos do autor representados pelas novas tecnologias implementadas pelas indústrias de conteúdo. Para tanto, analisar-se-á a conformação jurídica das novas tecnologias desenvolvidas pelos veículos de comunicação destinadas a restringir a reprodução de conteúdos digitais, o que tende a representar o retorno a um passado recente pensado para o mundo do analógico e da restrição de bens materiais.

22. WACHOWICZ, M.; QUADROS, L.C. de

O Direito de Acesso à Educação e à Difusão do Conhecimento frente ao Direito Autoral na Sociedade Informacional In: V Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 2011, Florianópolis.

Estudos de Direito Autoral e Interesse Público - Anais do V CODAIP. Florianópolis: Editora Funjab, 2012. p.323 - 340

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Sociedade da informação, Direito Internacional, economia criativa

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [http://www.direitoautoral.ufsc.br/gedai/wp-content/uploads/2012/04/ANAIS-V-CODAIP-Vers%C3%A3o-Final.pdf]

RESUMO: É através da informação que o indivíduo aprende a realidade que o cerca e hoje, mais do que nunca, o direito a essa informação torna-se essencial para a vida em sociedade. A informação se destaca como um dos bens mais valiosos na sociedade contemporânea. Nessa seara, o acesso à educação e difusão do conhecimento tomam roupagem especial. A Constituição Brasileira de 1988 bem como a Convenção da UNESCO além de outros dispositivos encontrados em Acordos e Convenções Internacionais, prevêem em seus textos a Educação e o Acesso a Cultura e Difusão do Conhecimento enquanto direito de todos e dever do Estado. A Constituição assegura ainda, de formadireta, esse direito como um direito fundamental de todos os cidadãos, através do art. 5.º, XIV. Já no que se refere aos Direitos Autorais, a Constituição é sucinta em seu artigo 5º, inciso XXVII. Portanto, a partir desse viés constitucionalizador do direito privado, a leitura do direito autoral também passa por uma troca de paradigma do liberal para o social. Insuficiente, portanto, o resguardo do pensamento no indivíduo. É imprescindível que o pensamento esteja voltado para o coletivo. Com objetivo específico de verificar se é possível compatibilizar o que aduzem tais documentos internacionais e nacionais acerca do Direito de Acesso aos bens culturais com o sistema internacional de Direitos Autorais, a presente pesquisa traz a lume importante reflexão, demonstrando que as imperfeições e o eventual fortalecimento do atual sistema de Direito Autoral podem ter efeitos deletérios para o desenvolvimento. *Palavras-chave: Direito de Autor, Acesso à Educação, Acesso à Cultura. Difusão do Conhecimento.*

23. WACHOWICZ, M.; MADUREIRA, A.

A inovação no direito à saúde no Brasil e a Revolução da Tecnologia da Informação. In: XIX Encontro Nacional do CONPEDI, 2010, Fortaleza.

Anais do XIX do Encontro Nacional do CONPEDI. Florianópolis: Funjab, 2010. v.1.

Palavras-chave: Sociedade da informação, Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Internacional Privado, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [http://www.conpedi.org/]

O presente artigo tem por objetivo caracterizar a inovação no direito à saúde no Brasil em face da Revolução da Tecnologia da Informação. Nessa perspectiva, faz-se uma digressão sobre o direito à saúde, garantido constitucionalmente no art. 196 da Carta Magna e, em seguida, são apresentados os determinantes sociais em saúde, que são os indicadores os quais permitem delinear o perfil da saúde no país. Dessa forma, os determinantes sociais em saúde devem contribuir para a formulação de políticas que promovam o acesso aos serviços de saúde. Por essa razão, tem-se a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde como instrumento para o acesso, dos cidadãos, aos serviços de saúde e, conseqüentemente, para o exercício do direito à saúde.

24. WACHOWICZ, M.

LOS RECURSOS HÍDRICOS DE LA REDE GUARANI/SERRA GERAL: La construcción de un proyecto para el desarrollo estratégico para el Cono Sur In: 5 Congresso Internacional Ordenamento do Território, 2010, Lisboa.

Desarrollo Sostenible y Gestión de Recursos Hídricos. Lisboa: Editora ISCSP, 2010.

Palavras-chave: direito, direito e desenvolvimento, Direito Ambiental

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

La nomenclatura Acuífero Guaraní fue creada recientemente por investigadores de diversas universidades de países del Cono Sur latinoamericano (Brasil, Argentina y Uruguay) para unificar la denominación del sistema acuífero que permea el subsuelo de sus territorios constituyéndose en el mayor manantial de agua dulce transfronterizo del mundo. La importancia geopolítica del Acuífero Guaraní representa un agente integrador de los países del Mercosur que merece un tratamiento y cuidado específicos, que sobrepasan las cuestiones políticas, económicas y diplomáticas de los países geográficamente involucrados. El presente estudio relata la creación de una red de universidades transfronterizas en la región, así como el desarrollo de las actividades realizadas para construir a mediano y largo plazo las bases de conocimiento técnico que puedan apoyar políticas públicas transfronterizas para un desarrollo sostenible.

25. WACHOWICZ, M.; COSTA, José Augusto Fontoura

Nuevas fronteras del derecho de propiedad: bioinformática y biotecnología In: Congreso Internacional Reunión Conjunta Complejidad, Conflictos, Justicia., 2009, Oñati.

Anais do Congresso Internacional Reunión Conjunta Complejidad, Conflictos, Justicia.. Oñati: IISJL, 2009.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Programa de Computador, Software, Direito Internacional Privado, Direito Comercial, Direito Internacional, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [http://www.iisj.net/antBuspre.asp?cod=4742&nomb=4742&prt=1]

El diálogo entre la economía y el derecho introduce el estudio sobre nuevas fronteras sobre el derecho de propiedad intelectual. Por lo que, uno de los elementos fundamentales para la comprensión y la concepción de las relaciones productivas y de transformación social en los nuevos espacios y límites de un mundo en el cual hay complejos y conflictos es las enunciaciones jurídicas de la propiedad intelectual referentes a las innovaciones de software y de la biotecnología. De esta manera, se indaga sobre el análisis de las enunciaciones jurídicas, teóricas, positivas, de los derechos de propiedad intelectual establecidas en un campo de tensión en el cual la

opinión sociopolítica por una determinada distribución no sigue una propiedad "natural" y tampoco un presupuesto de mayor efectividad, sino que es el resultado de un conflicto de fuerzas. El objetivo de este artículo es discutir las relaciones entre la sociología, la economía y el derecho en dos cuestiones que desafían las estructuras sociales del siglo XIX y XX con las nuevas fronteras tecnológicas de la propiedad intelectual con el desarrollo de la bioinformática y la biotecnología.

26. WACHOWICZ, M.; PESSERL, Alexandre

Responsabilidade civil do provedor de serviços P2P no ordenamento brasileiro In: XVIII Encontro Nacional do CONPEDI - Maringá-PR, 2009, Maringá.

XVIII Encontro Nacional do CONPEDI. Florianópolis: FUNJAB, 2009.

Palavras-chave: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Programa de Computador, Software, Direito Internacional Privado, Sociedade da informação, Direito Comercial

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

27. WACHOWICZ, M.; PESSERL, Alexandre

Responsabilidade Civil do Provedor de Serviços P2P no ordenamento jurídico brasileiro In: XVIII Congresso do Conpedi Maringá, 2009, Maringá.

Anais do Congresso Nacional do Conpedi - Maringá. Florianópolis: Editora FUNJAB, 2009. v.1.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática, Programa de Computador, Software, Direito Internacional Privado, Sociedade da informação, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [<http://www.conpedi.org/>]

A emergência da sociedade informacional e a crise do direito autoral são fenômenos amplos e com diversas consequências, em especial para as indústrias estabelecidas na difusão de conteúdo. Observa-se uma dissensão doutrinária, com o interesse estabelecido defendendo um direito autoral máximo, fundado em limites taxativos e na interpretação restritiva. É possível identificar a presença de vários dos fatores intrínsecos dessa crise na análise do conceito de redes ponto a ponto (P2P), e como estas estão relacionadas à forma de acesso aos bens culturais e ao conhecimento. Este artigo examina a responsabilidade civil do provedor de serviços P2P, à luz da legislação brasileira, bem como algumas consequências do uso dessa tecnologia junto ao mercado fonográfico.

28. WACHOWICZ, M.; MARTINS, Diana Z. de C.

Desenvolvimento Econômico e Social: Escopo e Limites da Tutela da Propriedade Intelectual In: XVII Encontro Preparatório para o Congresso Nacional, 2008, Salvador-BA.

Anais do XVII Encontro Preparatório para o Congresso Nacional CONPEDI. , 2008.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Programa de Computador, Software, Direito da Informática, Direito Internacional Privado

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio magnético. Home page: [<http://conpedi.org>]

29. WACHOWICZ, M.; WINTER, Luis Alexandre Carta

Empresa Transnacional como fator de desenvolvimento e integração regional para América Latina In: XVII Encontro Preparatório para o Congresso Nacional, 2008, Salvador-BA.

Anais do XVII Encontro Preparatório para o Congresso Nacional CONPEDI. , 2008.

Palavras-chave: Direito Internacional Privado, Direito Comercial, Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Software

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [<http://conpedi.org>]

30. WACHOWICZ, M.; WINTER, Luis Alexandre Carta

Estudo Epistemológico da Constituição e da Revolução: um fundamento para o Estado Democrático Contemporâneo In: CONPEDI - XVII Congresso Nacional em Brasília

CONPEDI - Congresso Nacional XXVI. Florianópolis: Funjab, 2008.

Palavras-chave: Constituição, Direito Constitucional, Direitos Fundamentais, Processo de constituinte, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital

31. WACHOWICZ, M.; ANNONI, Danielle

Estudo sobre o Direito da Personalidade e a Tutela dos Direitos Autorais In: CONPEDI - XVII Congresso Nacional em Brasília, 2008, Brasília.

CONPEDI - XVII Congresso Nacional em Brasília. Florianópolis: Funjab, 2008.

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Propriedade Intelectual, direito informático, direito da personalidade

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital

32. WACHOWICZ, M.

Processo Eletrônico: A inclusão tecnológica do advogado In: IV Encontro Iberoamericano sobre Gobierno Electrónico e inclusión digital, 2008, Zaragoza.

IV Encontro Iberoamericano de E-gov e inclusão digital. Zaragoza: Zaragoza, 2008.

Palavras-chave: Direito da Informática, Software, Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito Constitucional

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: [<http://www.lefis.org/>]

O artigo trata sobre a implantação do processo eletrônico no Brasil refletindo sobre as assimetrias tecnológicas dos operadores do direito, propondo uma reflexão crítica dos princípios gerais do processo, para com isto apresentar os limites e controversias sobre a realidade brasileira.

33. WACHOWICZ, M.

Processo Eletrônico e acesso a justiça In: V Encontro Ibero-latino-americano de governo eletrônico e inclusão digital, 2008, Florianópolis.

Anais do V Encontro Ibero-Latino-Americano de Governo eletrônico e inclusão social. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

Palavras-chave: direito, Direito Informático, Direito Processual

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

34. WACHOWICZ, M.

Revisão da Lei de Direitos Autorais In: II Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 2008, Florianópolis.

Anais do II Congresso de Direito de Autor e Interesse Público. , 2008.

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Sociedade da informação, Programa de Computador

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português.

35. WACHOWICZ, M.

Tecnologia da Informação e Direito Autoral In: II Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 2008, Florianópolis.

Anais do II Congresso de Direito de Autor e Interesse Público. Florianópolis: , 2008.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática, Programa de Computador, Software, Direito Internacional Privado

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [<http://www.direitoautorale.ufsc.br/>]

36. WACHOWICZ, M.

Tensão constitucional entre a propriedade intelectual e o direito à liberdade de informação In: V Seminário Internacional e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2008, Santa Cruz do Sul.

Anais - V Seminário Internacional e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. Santa Cruz do Sul: Editora UNISC, 2008. v.1. p.35 - 84

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática, Direito Constitucional, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

A Constituição de 1988 contemplou os Direitos de Autor no capítulo destinado aos Direitos Fundamentais do Cidadão estabelecendo que aos autores, pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. Em 1998, após as novas diretrizes internacionais em razão dos acordos firmados pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), foi editada a Lei n.º 9.609, denominada Nova Lei de Direitos Autorais. Assim o presente artigo analisando as bases constitucionais da propriedade intelectual entende haver uma tensão constitucional na proteção da propriedade intelectual e um berço principiológico em dispositivos autônomos para os direitos autorais, que estabelecem preceitos de proteção aos bens e investimentos da propriedade intelectual que se contrapõem ao direito à liberdade de informação.

37. WACHOWICZ, M.; WINTER, Luis Alexandre Carta

Estado: Construção de uma identidade In: XVI Congresso Nacional do CONPEDI, 2007, Belo Horizonte.

Anais do XVI Congresso Nacional do CONPEDI. , 2007.

Palavras-chave: Direito Internacional, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio magnético

38. WACHOWICZ, M.

O Software instituto de Direito Autoral Sui Generis In: XVI Encontro Preparatório do CONPEDI, 2007, Campos.

Anais do XVI Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis: Funjab, 2007. p.2056 - 2076

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Autoral, Software, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Na busca de apresentar novas reflexões sobre a problemática da proteção jurídica do software em face da Revolução da Tecnologia da Informação. A hipótese central da tese refere-se à tutela do software enquanto instituto sui generis do Direito Autoral, que deve estimular a difusão da Tecnologia da Informação e propiciar o surgimento de inovações tecnológicas inerentes à Sociedade Informacional. Para tanto, a metodologia adotada parte da análise dos principais tratados internacionais que regulamentam a Propriedade Intelectual, das Diretivas Europeias e das regulamentações já adotadas no exterior e no Brasil quanto ao tema.

39. WACHOWICZ, M.; WINTER, Luis Alexandre Carta

Os paradoxos da sociedade informacional e os limites da propriedade intelectual. In: XVI Congresso

Nacional do CONPEDI, 2007, Belo Horizonte.

Anais do XVI Congresso Nacional do CONPEDI. , 2007.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito Informática, Programa de Computador, Sociedade da informação, Tecnologia da Informação

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português.

40. WACHOWICZ, M.; ZENI, Cassio Coelho

As novas perspectivas para a propriedade intelectual: Estratégia e Interesses. In: III - Congresso Brasileiro de Direito Internacional - 2005, 2005, Curitiba.

Anais do III Congresso Brasileiro de Direito Internacional - 2005. Curitiba - Paraná: Juruá Editora, 2005. v.IV. p.543 - 563

Palavras-chave: Direito Internacional Privado, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Resumo: Na busca de apresentar novas reflexões sobre a problemática do sistema internacional de proteção dos bens intelectuais em face da Revolução da Tecnologia da Informação, o presente trabalho pautou-se em um abordagem interdisciplinar enfocando aspectos jurídicos, sociológicos, econômicos e tecnológicos deste fenômeno. A hipótese central refere-se às estratégias e interesses tutelados pelo Direito Intelectual, que devem estimular a difusão da Tecnologia da Informação e propiciar o surgimento de inovações tecnológicas inerentes à Sociedade da Informação. Para tanto, analisa-se os principais tratados internacionais que regulamentam a propriedade intelectual, os acordos sobre direitos da propriedade intelectual relacionados ao comércio da OMC e das regulamentações já adotadas no exterior e no Brasil quanto ao tema.

41. WACHOWICZ, M.

Direitos Fundamentais da Informação na Declaração Universal dos Direitos Humanos In: X - Encontro de Estudantes de Direito do Mercosul, 2002, Londrina - PR.

Anais - Os novos desafios e paradigmas do direito, comércio e relações internacionais no século XXI. Londrina: Editora Unifil, 2002. p.697 - 705

Palavras-chave: Direito Constitucional, Direitos Fundamentais, Direito a Informação, Direito Internacional Público

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito Constitucional

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Resumo: A revolução tecnológica imanente na Sociedade da Informação acarretou novos contornos aos Direitos Fundamentais, na medida que a INTERNET sendo uma rede aberta, interativa e internacional, permite a uma multiplicidade de operados simultâneos acessar informações, coloca o Direito de Informação em novos planos ideais, ensejando uma necessidade de análise sobre as formas de sua proteção.

42. WACHOWICZ, M.; RESENDE, D.

La Tecnología de la Información y sus impactos en la Propiedad Intelectual In: II - Congreso Mundial de Derecho Informático, 2002, Madrid - Espanha.

II - Congreso Mundial de Derecho Informático. , 2002.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática, Sociedade da informação, Tecnologia

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática

Referências adicionais: Espanha/Espanhol. Meio de divulgação: Meio magnético

RESUMEN: El objetivo deste artículo es describir y presentar la TI, los Sistemas de Información (SI) y los Sistemas de conocimientos (SC) con la intención de contribuir a la inteligencia empresarial de las organizaciones, así discutir la problemática jurídica de la informatización del conocimiento operado por la informática, mas específicamente por medio de los programas de computadores.

43. WACHOWICZ, M.

Marco Deontológico y Legal para las Tecnologías de la Información y las Telecomunicaciones In: IV - Conferência de Direito e Informática de la Habana, 2002, Habana - Cuba.

IV - Conferência de Direito e Informática de la Habana. , 2002.

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Internacional Privado, Sociedade da informação, Tecnologia, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Espanhol. Meio de divulgação: Meio digital

44. WACHOWICZ, M.; SILVA, Renato Augusto Fernandes e

O pensamento econômico subjacente, as políticas e estratégias das companhias de desenvolvimento da Região Metropolitana de Curitiba. In: Congresso de Iniciação Científica, 2001, Curitiba.

ANAIS do Congresso de Iniciação Científica - PIC 2001.. Curitiba: Grafica Unicenp, 2001. v.1. p.86 - 92

Palavras-chave: Direito Economico, Propriedade Intelectual, Direito Internacional Privado, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas, Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

RESUMO: Na presente pesquisa, pretende-se compreender, através da política de desenvolvimento do Governo do Estado do Paraná, o papel das Companhias de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Curitiba, comparando-as em seus modos de atuação e através de um diagnóstico da situação socioeconômica dos municípios de Araucária e São José dos Pinhais e do desenvolvimento socioeconômico nos municípios de tal região, buscando os planejamentos e estratégias desenvolvimentistas adotadas.

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo)

1. WACHOWICZ, M.; TRINDADE, R.

RETALIAÇÃO CRUZADA B RASIL/ EUA EM PROPRIEDADE INTELECTUAL: REPENSA NDO AÇÕES ECONÔMICAS A SETORES ESTRATÉGICOS In: VII Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 2013, Curitiba.

Anais do VII Congresso de Direito Autoral e Interesse Público. Curitiba: Gedai/UFPR Publicações, 2013. v.1. p.51 - 56

Palavras-chave: Sistema de Solução de Controvérsias, Propriedade Intelectual, Direito Internacional Privado

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Internacional, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page:

[http://www.gedai.com.br/sites/default/files/publicacoes/vii_codaip_editorado_-_final_com_capaweb_2.pdf]

Após onze anos de litígio e quase seis anos de descumprimento parcial pelos EUA das decisões do Órgão de Solução de Controvérsias (da OMC), e na ausência do oferecimento de opções concretas e realistas que pudessem permitir a negociação de uma solução satisfatória para o contencioso, a utilização da retaliação cruzada em propriedade intelectual pelo Brasil, objeto da Lei nº 12.270/10, começa a ser repensada. O trabalho analisa a reativação do grupo de trabalho da CAMEX, em 2012, em face da não retirada de subsídio norte-americano aos produtores de algodão de sua "Farm Bill", o Brasil é credor, através da propriedade intelectual, de reparação financeira do prejuízo sofrido. Somado a isto, o recente episódio de espionagem informacional daquele país cometida contra o governo brasileiro, sob matiz econômica, reativa a utilização da medida jurídica.

2. WACHOWICZ, M.; GROSSELI, Grasiela

DEMOCRACIA DIGITAL: a propaganda eleitoral na internet In: Colóquio sobre SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO TECNOLÓGICA, 2010, Florianópolis.

ANAI DO PROCAD SOBRE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO TECNOLÓGICA. Florianópolis: Editora Boiteux, 2010. v.1. p.16 -

Palavras-chave: Sociedade da informação, Direito Consistucional, Direito Eleitoral

Áreas do conhecimento: Direito, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page:

[http://www.direitoautoralfsc.br/procad/ev_antiores.php]

A lei 12.034 de 29 de Setembro de 2009 que promove alterações na Lei Orgânica dos Partidos Políticos e na Lei Eleitoral, além de positivar no ordenamento jurídico eleitoral parte da jurisprudência já consolidada no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral – TSE foi uma mobilização de deputados e senadores em prol de uma mudança nas condutas eleitorais até então existentes, com a inserção da possibilidade de realização de propaganda eleitoral através da internet, além de estabelecer regras mais claras e objetivas com vistas a afastar dúvidas e/ou interpretações que acabam por desestabilizar ou tumultuar o pleito a partir da judicialização da disputa. Em outras palavras, o Projeto de Lei teve a preocupação central de dar maior segurança jurídica para os candidatos e para o processo eleitoral, retirando ou positivando no ordenamento jurídico, de forma clara e mais abrangente, dispositivos que tradicionalmente provocam divergências de interpretação na seara da Justiça Eleitoral. Além disso, buscou fixar as regras, inclusive no que se refere à abrangência, modos, meios e possibilidades de realização das campanhas eleitorais, inclusive com a regulação do aproveitamento dos meios de comunicação durante o processo eleitoral, notadamente as ferramentas e potencialidades da internet, sem que ocorram abusos por parte de qualquer candidato, partido ou coligação. A regulamentação se dirige aos candidatos a cargo eletivo e aos agentes públicos, que devem atender aos procedimentos estabelecidos para veicular propaganda eleitoral. Os candidatos podem manter página na internet. Além disso, podem participar de salas de bate-papo e realizar propaganda por meio de e-mail, desde que não seja utilizada a forma de "SPAM". Qualquer cidadão pode exercer seu direito individual de manifestar suas opiniões ou expressar apoio a determinado candidato. Nenhuma norma eleitoral proíbe a utilização da internet para tais fins. Eventual utilização indevida da internet para a propaganda eleitoral é anal

3. WACHOWICZ, M.

Digital Challenges for Copyright Protection in Brazil In: Congreso Internacional Reunión Conjunta Complejidad, Conflictos, Justicia., 2009, Oñati.

Anais do Congreso Internacional Reunión Conjunta Complejidad, Conflictos, Justicia.. Oñati: IISJL, 2009. v.1.

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Programa de Computador, Software, Direito Internacional Privado, Direito Internacional, Sociedade da informação, Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page:

[<http://www.iisj.net/antBuspre.asp?cod=4560&nombre=4560&prt=1>]

The undergoing technological revolution has already had deep impacts on the most different aspects of daily life, including human reproduction, working requirements and social interactions. At its core are the information technologies, with effects not only on the way we communicate, but on the structure of the economic production as well. This is a revolutionary period in the sense that it changes the material basis of economic, social and cultural structures, causing a historical discontinuity in such processes that can be readily observed. At the same time the technological changes spreads through society, intellectual property regimes have been expanded to grant longer terms of protection to right holders, to include new subject matter and to restrict unconditioned uses. Copyright has been a particularly sensitive field to the effects of digitalization of the works, since it may diminish the control over the uses made of protected works by individuals. As a result, copyright holders pushed their governments to set up internationally binding agreements to counteract the potentially devastating effects of the spread of digital technologies, which allow for new ways of producing, transforming and distributing copyrighted works without consent to do so or payment for it. TRIPS, WIPO Copyright Treaty and the Information Society Directive are examples of such endeavor. Many countries have amended their copyright legislation to adapt to the demands of the rightholders and to adapt to the new international instruments put in place. However, for the most part, it has been proved unsuccessful to bar unauthorized uses of protected works. New strategies are needed and the broad criminalization of users is not an option. In Brazil, the 1998 Copyright Act, still in force, expanded rightholders legal control of their works, restricted free-use possibilities, allowed

for DRMs, implemented high reparation fees and, in a different act, heightened the criminal enforcement penalty

4. WACHOWICZ, M.

A transferência de Tecnologia entre o Brasil e os Estados-membros da CPLP In: Congrès Internacional d'analyse politique, 2008, Bordeaux.

Résumés: Congrès Internacional d'analyse politique. Bordeaux: Institut d'etudes politiques de Bordeaux, 2008.

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito a Informação, Software Livre, Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia, Direito Informática

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

O Brasil no cenário mundial no ano de 2006, ocupa apenas a 71ª posição entre as 180 economias mais adaptadas às novas tecnologias de informação, dados fornecidos pela União Internacional de Telecomunicações - UIT. As disparidades econômicas e sociais se refletem no acesso às novas tecnologias da informação são analisadas no presente estudo a partir de uma análise de uma análise da transferência de tecnologia entre o Brasil e os Estados-membros da CPLP, mais especificamente na abordagem bilateral dos programas de governo que fomentam a utilização de software livre e os programas de inclusão digital em São Tomé e Príncipe. A celeridade com que o progresso tecnológico vem se inserindo no corpo social é impressionante. Porém tal inserção não é de forma linear, vale dizer: nem todos os segmentos da sociedade sofreram o impacto ou os benefícios da era digital.

5. WACHOWICZ, M.

Software e proteção intelectual: o sucesso de diferentes modelos de negócio In: I Seminário Internacional - Propriedade Intelectual nos países de língua portuguesa, 2008, Rio de Janeiro.

Anais do I Seminário Internacional - Propriedade Intelectual nos países de língua portuguesa. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Programa de Computador, Direito Autoral, Direito da Informática, Sociedade da informação, Software

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

6. WACHOWICZ, M.

El acceso a la cultura como medio de inclusión digital In: II Encuentro Ibero Latinoamericano sobre gobierno electrónico e inclusión digital, 2007, Jaca-Espanha.

<http://www.lefis.org/meetings/otros/jaca2007/index.htm>, 2007.

Palavras-chave: Direito da Informática, inclusão digital, Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito Constitucional

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [http://www.lefis.org/meetings/otros/jaca2007/index.htm]

7. WACHOWICZ, M.

Inclusão Digital In: I Encuentro Ibero Latinoamericano sobre gobierno electrónico e inclusión digital, 2007, Florianópolis.

http://www.infojur.ufsc.br/egov/encontro_01/programacao.html, 2007.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, inclusão digital, Internet, informática, Direito Constitucional

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [http://www.infojur.ufsc.br/egov/encontro_01/marcosinclusao.pdf]

8. WACHOWICZ, M.

Processo de constitucionalização brasileira - perspectiva institucional In:

Revista Ciência e Cultura Sbpcc. São Paulo - SP: , 1986. v.1. p.117 - 117

Palavras-chave: Processo de constituinte, Constituição

Áreas do conhecimento: Direito Constitucional, Conflitos e Coalizões Políticas

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo expandido)

1. WACHOWICZ, M.; BELCHIOR, G. P. N.

Imunidade Tributária dos livros eletrônicos: uma análise do ordenamento jurídico brasileiro sob a perspectiva da sociedade informacional In: Congresso Internacional: La economía social. responsabilidad corporativa, propiedad privada y partenariados. derechos laborales y cooperativas, 2011, Oñati.

Congreso Internacional: La economía social. Oñati: Editora IISIL, 2011. v.1. p.2 - 4

Palavras-chave: Sociedade da informação, Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Programa de Computador, Direito Internacional, Software, Direito Comercial

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [http://www.iisil.es]

2. WACHOWICZ, M.; CAOVIALLA, Maria A. L.; SCHELEDER, A. F. P.

O direito à identidade digital a partir do paradigma pós-moderno na sociedade informacional In: Congresso Internacional: La economia social. responsabilidad corporativa, propiedad privada y partenariados. derechos laborales y cooperativas, 2011, Oñati.

Congreso Internacional: La economia social.. Oñati: Editora IISIL, 2011. v.1. p.4 - 6

Palavras-chave: Sociedade da informação, Direito da Informática, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [http://www.iisil.es]

3. WACHOWICZ, M.; CASAGRANDE, T. S.

A INCLUSÃO DIGITAL DOS ADVOGADOS: Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação nos Escritórios de Advocacia In: III Encontro PROCAD Sociedade da Informacao: inclusao Tecnologica e direito a cultura, 2010, Curitiba-PR.

ANAI DO PROCAD SOBRE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: Inclusao Tecnologica e Direito a Cultura. Florianópolis: Editora Boiteux, 2010. v.1. p.21 -

Palavras-chave: Sociedade da informação, Direito da Informática, Direito Autoral, Programa de Computador, Software, inclusão digital

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

O desenvolvimento deste trabalho evidencia a necessidade de adaptação da tradicional profissão da advocacia diante de uma nova realidade: o mundo digital. A tecnologia afeta as diversas atividades do homem; o armazenamento e distribuição de informações se tornaram ágeis, culminando em transformações, as quais têm incitado profundas mudanças em todos os setores sociais. Drucker designou esta nova era como sociedade pós-capitalista, Castells preferiu chamá-la de sociedade em rede e Mattelart de sociedade da informação, sendo que o universo jurídico não está ileso a tais mudanças. Em relação aos escritórios de advocacia, a necessidade de profissionalização é permanentemente destacada pelos especialistas da área. Este trabalho objetiva analisar o processo de desenvolvimento da Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação nos escritórios de advocacia, no sentido de compreender o impacto da tecnologia sobre a profissão dos advogados. Trata-se de pesquisa exploratória, desenvolvida a partir de material bibliográfico, cujo resultado evidencia que os escritórios precisam se adaptar às novas formas dos atos processuais e adequar o suporte físico, técnico e intelectual para os trabalhos na via digital.

4. WACHOWICZ, M.; MEDEIROS, H.

ABANDONWARE: a volta dos que nao foram In: III Encontro PROCAD Sociedade da Informacao: inclusao Tecnologica e direito a cultura, 2010, Curitiba-PR.

ANAI DO PROCAD SOBRE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: Inclusao Tecnologica e Direito a Cultura. Florianópolis: Editora Boiteux, 2010. v.1. p.12 -

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Programa de Computador, Software, Sociedade da informação, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Os abandonwares como são chamados os softwares abandonados, possuem diversas barreiras legais para usuários que desejam utilizá-los mesmo depois de cessados os interesses de desenvolvimento, distribuição e comercialização dos titulares do direito. No universo dos jogos eletrônicos essa preocupação é ainda mais constante, existindo a proliferação de sites que permitem baixar por meio da internet jogos que não circulam no mercado oficial a mais de 10 a 20 anos. Desta forma, o presente trabalho objetiva abordar as especificidades intrínsecas dos softwares de jogos eletrônicos que o diferencia de outros direitos de propriedade intelectual, permitindo questionamentos sobre o seu elevado e inócuo prazo de proteção, que em nada contribui com os objetivos propostos pelo sistema de propriedade intelectual. Para tanto analisa-se questões como domínio público do software e obras órfãs, através de uma metodologia de abordagem transdisciplinar.

5. WACHOWICZ, M.; BELCHIOR, G. P. N.

Imunidade Tributária dos livros eletônicos: uma análise do ordenamento jurídico brasileiro sob a perspectiva da sociedade informacional In: Congresso Internacional: La economia social. responsabilidad corporativa, propiedad privada y partenariados. derechos laborales y cooperativas, 2010, Oñati.

Congreso Internacional: La economia social.. Oñati: Editora IISIL, 2010. v.1. p.1 - 3

Palavras-chave: Sociedade da informação, Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito Internacional Privado, Direito da Informática

Áreas do conhecimento: Direito, Direito da Informática, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [http://www.iisil.es]

6. WACHOWICZ, M.; SCHELEDER, A. F. P.; CAOVIALLA, Maria A. L.

O direito à identidade digital a partir do paradigma pós-moderno na sociedade informacional In: Congresso Internacional: La economia social. responsabilidad corporativa, propiedad privada y partenariados. derechos laborales y cooperativas, 2010, Oñati.

Congreso Internacional: La economia social.. Oñati: Editora IISIL, 2010. v.1. p.3 - 4

Palavras-chave: Sociedade da informação, Direito Autoral, Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Programa de Computador, Software, Direito Internacional Privado, Direito Comercial

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português.

7. WACHOWICZ, M.; HINKE, Rúbia Zingano

O Direito à Intimidade e sua aplicabilidade nos meios informáticos In: III Encontro PROCAD Sociedade da Informacao: inclusao Tecnologica e direito a cultura, 2010, Curitiba-PR.

ANAIS DO PROCAD SOBRE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: Inclusão Tecnológica e Direito a Cultura. Florianópolis: Editora Boiteux, 2010. v.1. p.20 -

Palavras-chave: Sociedade da informação, Direito da Informática, Programa de Computador, Direito Internacional, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito, Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [http://www.direitoautoral.ufsc.br/procad/ev_anteriores.php]

A presente pesquisa destaca aspectos referentes a aplicabilidade e a eficácia do direito à intimidade no que tange aos meios eletrônicos, principalmente quando refere-se ao uso da internet. Os dados pessoais contidos na Rede não possuem controle e freqüentemente são utilizados para fins não autorizados pelos internautas, como ocorre na obtenção de dados dos usuários pelas prestadoras de serviço para as suas campanhas publicitárias. Nesta senda, o presente trabalho tem o fito de propor uma reflexão sobre a necessidade da criação de um direito específico para a proteção aos dados pessoais frente ao uso impróprio dos meios informáticos e, se em caso afirmativo, realizar a análise se este novo direito afastaria o conceito de direito à intimidade que temos atualmente. Para atingir os objetivos, está sendo realizado estudo da doutrina jurídica e de outras áreas do conhecimento. Também estão sendo coletados dados em arquivos públicos, de jurisprudências e pareceres. Os resultados preliminares da pesquisa indicam que é necessária uma adequação normativa do direito à intimidade em face das novas tecnologias da informação, seja na criação de um novo direito para a proteção da intimidade dos usuários ou na aplicabilidade mais rigorosa do ordenamento já existente.

8. WACHOWICZ, M.

A revolução tecnológica e a tutela da propriedade intelectual In: XII Congresso Iberoamericano de Derecho e Informática, 2008, zaragoza.

XII Congresso de Direito Informático. zaragoza: zaragoza, 2008. p.253 - 254

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [http://derechoinformatico.blogia.com]

O presente artigo versa sobre os novos bens imateriais advindos com a Revolução da Tecnologia da Informação propondo a partir dos Tratados Internacionais que tutelam a propriedade intelectual, uma revisão crítica de forma a propiciar a inclusão tecnológica na Sociedade do Conhecimento.

Artigos em jornal de notícias

1. WACHOWICZ, MARCOS; ANDRADE, G. V.

A DESINFORMAÇÃO SOBRE O PLÁGIO NOS MEIOS ACADÊMICOS: as diferentes sanções administrativas que o reprimem e seus efeitos.. Boletim do GEDAI. Curitiba, p.8 - 10, 2021.

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Plágio, Plágio Acadêmico

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

O artigo realiza uma pesquisa de campo nas principais universidades públicas do país, apontando a existência de uma desinformação sobre plágio nos meios acadêmicos, concluindo que o plágio ainda é pouco fiscalizado e inibido nas universidades e, por isso, há ainda a persistência da prática nestas instituições, alertando ser necessário que as instituições se organizem de maneira mais efetiva a fim de propagar uma cultura anti plágio, através de práticas institucionais, normativas mais específicas e movimentos de conscientização a respeito do plágio.

2. WACHOWICZ, MARCOS; SILVA, L. E. M.

APROFUNDANDO AS CAUSAS DA PRÁTICA DE PLÁGIO: Análise das razões inerentes ao sistema de educação universitária e de produção acadêmica.. Boletim do GEDAI. Curitiba, p.2 - 3, 2021.

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Plágio, Plágio Acadêmico

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

O Artigo analisa as causas da prática de plágio no sistema de educação universitária e de produção acadêmica, apresentando as dificuldades que se observa para coibir a prática plagiária com o uso dissimulado de tecnologias cada vez mais avançadas quanto ao plágio, como a exemplo os essay writers e os spinner programs que provocam desconforto e desconfiança quando se trata de medir a qualidade das pesquisas científicas, o que reflete diretamente na credibilidade da ciência.

3. WACHOWICZ, M.; MEDEIROS, H. G.

Economia criativa: como (re)pensar a economia baseada em novas formas produtivas. Boletim Informativo do GEDAI/UFPR. Curitiba, p.1 - 5, 2014.

Palavras-chave: economia criativa, Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direitos culturais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page:

http://www.gedai.com.br/?q=pt-br/boletins/boletim-de-direito-autoral-e-industrial-do-gedai-novembro2014/economia-criativa-como

Definitivamente há uma revolução em curso, e sabemos que é impossível prever o futuro e dizer de forma absoluta o caminho a seguir. No entanto, é possível e necessário pensar alguns princípios ou pelo menos criar discussões sobre a forma tradicional de conceber a economia que se desenvolve. É inimaginável produzir e circular bens baseados em conhecimento da mesma forma em que é realizada a produção de commodities. Diversas teorias surgem na tentativa de explicar esta nova realidade. Neste artigo, nós trazemos três teorias que acreditamos que combinam bem a necessidade de (re)pensar a sociedade baseada no conhecimento, especialmente em

termos que envolvem o seu modo de desenvolvimento, modo de produção e economia. Assim, o artigo analisa os novos paradoxos que surgem, especialmente em relação ao acesso à informação e à liberdade de informação. Permanece na sociedade da informação a dicotomia entre produtores e receptores de conhecimento, situação marcada por aqueles que detêm esse conhecimento através da proteção da propriedade intelectual.

4. WACHOWICZ, M.; BARROS, R. F. A.

O Acesso e Reprodução do Acervo das Bibliotecas Universitárias e o uso das Novas Tecnologias da Informação. Boletim Informativo do GEDAI/UFPR. Curitiba, p.1 - 5, 2014.

Palavras-chave: Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Propriedade Intelectual, Revolução da Tecnologia da Informação, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: <http://www.gedai.com.br/?q=pt-br/boletins/boletim-gedai-setembro-2014/o-acesso-e-reprodu%C3%A7%C3%A3o-do-acervo-das-bibliotecas-universit%C3%A1rias>

Os acervos físicos das bibliotecas universitárias estão paulatinamente sendo substituídos pelo acervo digital. É um processo irreversível fruto da incorporação das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) que implica numa profunda mudança operacional e cultural de disponibilidade das obras e de sua acessibilidade. A biblioteca, por definição, é um espaço físico no qual se guardam documentos ou obras artísticas e literárias. O papel de fiel depositária de livros desempenhado durante séculos foi redefinido com as novas TIC's. Hoje as bibliotecas são um espaço físico e virtual que se destina a colecionar informações para leitura, seja em material impresso ou digital, armazenado em variados tipos de suportes tais como, livros, CD, fitas, VHS, DVD ou bancos de dados de arquivos pdf, doc, gif, dentre outros. O presente artigo analisa a disponibilidade e acessibilidade das bibliotecas que deixam de ser apenas restrita ao seu espaço físico do local onde a mesma está situada, podendo ser também acessada remotamente por meio da rede mundial de computadores, smartphones, tablets, laptops ou computadores. O uso das novas TIC's para o acesso e os serviços das bibliotecas digitais, têm gerado grandes debates acerca da forma adequada de proteção dos Direitos Autorais de obras que integrem o acervo e que sejam disponibilizadas para a leitura e reprodução pelos usuários – em sua maioria universitários.

5. WACHOWICZ, M.; MEDEIROS, H. G.

O Sistema de patentes brasileiro em reforma. Boletim Informativo do GEDAI/UFPR. Curitiba, p.1 - 3, 2014.

Palavras-chave: Direito Industrial, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Industrial, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: <http://www.gedai.com.br/?q=pt-br/boletins/boletim-gedai-julho-2014/artigo-sistema-de-patentes-brasileiro-em-reforma>

Nos foros internacionais que tratam da propriedade intelectual, o Brasil possui papel de destaque na liderança pela defesa dos interesses dos países em desenvolvimento. É evidente o posicionamento brasileiro: cada país deve definir sua política de propriedade intelectual da forma que melhor atenda as suas necessidades de desenvolvimento, sem, contudo, infringir os direitos já estabelecidos nesta esfera. Reflexo dessa situação, foi lançada em outubro de 2013, na Câmara do Deputados, em Brasília, uma proposta de reforma baseada no estudo "A Revisão da Lei de Patentes: inovação em prol da competitividade nacional", publicado pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (CEDES), em prol da competitividade nacional, apresentando e abordando o Projeto de Lei (PL) No. 5.402/2013, dos deputados Newton Lima (PT-SP) e Dr. Rosinha (PT-PR). O presente artigo analisa de forma crítica o projeto de reforma da lei de propriedade industrial.

6. WACHOWICZ, M.

A Empresa Individual Criativa e o Direito Autoral. Boletim do Grupo de Estudos de Direitos Autorais e Sociedade da Informação. Florianópolis, p.1 - 4, 2011.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Sociedade da informação, Programa de Computador, Direito Internacional, Software, Direito Comercial, Direito Internacional Privado, Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

A princípio a nova Empresa Individual Criativa (EIC) poderá fomentar ainda mais a profissionalização da atividade artística criadora, desenvolvida individualmente pelos compositores, músicos, dubladores, produtores e demais prestadores de serviços de natureza artística da cadeia produtiva da Economia Criativa. A partir do entendimento que a Economia Criativa promove o desenvolvimento sustentável e humano, de forma inclusiva social e tecnologicamente, ou seja, não se trata uma visão de mero crescimento econômico. Contudo, para que este aspecto inclusivo se materialize na sociedade há a necessidade de dotar o ordenamento jurídico de instrumentos efetivos de proteção dos autores, que promova a difusão da diversidade cultural, que os benefícios alcancem um número maior de artistas, criadores e titulares e detentores destes direitos.

7. WACHOWICZ, M.

A reforma da Lei Autoral Brasileira MinC e a reforma da LDA: questionamentos e impasses para enviar ao Congresso?. Boletim do Grupo de Estudos de Direitos Autorais e Sociedade da Informação. Florianópolis, p.9 - 9, 2011.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Sociedade da informação, Programa de Computador, Direito Internacional, Software, Direito Comercial, Direito Internacional Privado, Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

A construção coletiva do projeto de Reforma da LDA foi realizada no transcorrer dos últimos oito anos com um efetivo debate público aberto a sociedade brasileira. Isto se deu por meio de fóruns, congressos e consultas públicas sobre os temas importantes dos interesses públicos e privados atingidos pela atual legislação autoral, que culminaram com uma consulta pública do texto de revisão da lei pela internet.

8. WACHOWICZ, M.

A Propriedade Intelectual e a Informação – COMO FATORES DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO –. Boletim do Grupo de Estudos de Direitos Autorais e Sociedade da Informação. Florianópolis, p.1 - 3, 2010.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Sociedade da informação, Software, Direito Internacional, Direito Comercial, Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: http://www.direitoautoralfsc.br/gedai/wp-content/uploads/BoletimGedai/BoletimGEDAI_Agosto2010.pdf

A propriedade intelectual protege bens intelectuais enquanto exteriorização de uma idéia em um meio tangível ou intangível pelos sentidos, a idéia em si não tem proteção ela deve ter livre fluxo para estimular novas criações. O livre fluxo das idéias tem como elemento essencial a liberdade de circulação da informação independentemente da proteção atribuída ao bem intelectual.

9. WACHOWICZ, M.

A Reforma da Lei de Direito Autoral brasileira – A consulta Pública –. Boletim do Grupo de Estudos de Direitos Autorais e Sociedade da Informação. Florianópolis, p.2 - 5, 2010.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Sociedade da informação, Programa de Computador, Direito Internacional, Direito Comercial

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

A proposta de modernização da Lei do Direito Autoral colocada em CONSULTA PÚBLICA na internet (site www.cultura.gov.br/consultadireitoautoralfsc), no período de 14 de junho a 31 de agosto, foi iniciativa do Governo Federal que buscou através do Ministério da Cultura garantir a participação da sociedade brasileira na reforma legislativa. O projeto de revisão da lei autoral almeja a harmonização basicamente de três aspectos: dos direitos autorais dos criadores e artistas, do direito de acesso a cultura do povo brasileiro e dos investidores no campo autoral.

10. WACHOWICZ, M.

Direito Autoral: inclusão tecnológica e Direito a Cultura. Boletim do Grupo de Estudos de Direitos Autorais e Sociedade da Informação. Florianópolis - UFSC, p.1 - 3, 2010.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Programa de Computador, Sociedade da informação, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: http://www.direitoautoralfsc.br/gedai/wp-content/uploads/BoletimGedai/BoletimGEDAI_Junho2010.pdf

O nosso Brasil é um país que tem uma riqueza cultural enorme e ela não é uniforme, ao contrário é diversificada. Nós brasileiros temos mais de 200 línguas faladas, nós brasileiros somos descendentes de imigrantes e é justamente desta miscigenação cultural que se forma a identidade e os valores culturais do povo brasileiro. A geografia humana no território propiciou o surgimento de uma cultura popular extremamente heterogênea, num ambiente musical, artístico e literário riquíssimo, em ampla diversidade de cores e ritmos. É dentro desta realidade brasileira que deve ser pensado o direito. O direito autoral deve ser um instrumento que possibilite a promoção de políticas públicas com vistas ao fortalecimento da criação e do surgimento de novos bens culturais. Neste sentido o direito de autor deve ser visto nas suas duas dimensões: pública e privada. Durante muito tempo o direito autoral foi percebido apenas em sua dimensão privada, como sendo esta a única, percebia-se apenas um direito exclusivo do criador, um direito privado do autor sobre sua obra.

11. WACHOWICZ, M.

Inclusão tecnologia e direito a cultura. Carta Forense. São Paulo, p.B-14 - B-16, 2010.

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, direitos culturais, Direitos Fundamentais, Direito da Informática, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <http://www.cartaforense.com.br/Materia.aspx?id=6076>

O presente artigo aborda os Direitos Culturais na Sociedade da Informação, realizando uma abordagem do Direito autoral que deve ser visto em sua dimensão mais ampla, pois este é concomitantemente público e privado. A inclusão tecnológica é inclusão cultural. Na sociedade da informação o tratamento jurídico dado aos bens culturais passa por questões que vão além do acesso e disponibilidade dos bens em meio digital, chegando a questões de políticas públicas de inclusão tecnológica.

12. WACHOWICZ, M.

Nova Lei para proteger boas (e más) idéias. Nova Lei para proteger boas (e más) idéias. Curitiba, p.13 - 13, 2010.

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: www.gazetadopovo.com.br

O artigo trata sobre a Lei de Direitos Autorais questionando a necessidade de sua revisão. A LDA embora recente, já é merecedora de reforma, diante dos reflexos que os impactos das novas tecnologias tiveram na criação, difusão, comunicação e acesso aos bens intelectuais na última década.

13. WACHOWICZ, M.

O que é o GEDAI?. Boletim do Grupo de Estudos de Direitos Autorais e Sociedade da Informação. Florianópolis - UFSC, p.1 - 2, 2010.

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Sociedade da informação, Direito da Informática, Programa de Computador

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, Direito, Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: http://www.direitoautoralfsc.br/gedai/wp-content/uploads/BoletimGedai/BoletimGEDAI_Abril2010.pdf

O Grupo de Estudos de Direitos Autorais e Sociedade da Informação – GEDAI, constituído em maio de 2007, tem como finalidade

principal o estudo da Propriedade Intelectual na Sociedade da Informação. Assim, o projeto de pesquisa que deu origem ao grupo está focado nos desafios da tutela dos Direitos Intelectuais.

14. WACHOWICZ, M.

Por que revisar a Lei de Direito Autoral ?. Boletim do Grupo de Estudos de Direitos Autorais e Sociedade da Informação. Florianópolis, p.1 - 3, 2010.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Sociedade da informação, Software, Direito Internacional, Direito Comercial

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: http://www.direitoautoralfsc.br/gedai/wp-content/uploads/BoletimGedai/BoletimGEDAI_Julho2010.pdf

O Brasil vivencia um amplo processo de revisão da lei autoral, que agora se encontra aberto à sociedade com a consulta pública que o Governo Federal do texto base para a alteração da Lei de Direito Autoral (Lei n. 9.610/98) elaborado por uma pluralidade de especialistas por solicitação do Ministério da Cultura. A consulta pública é, sem dúvida, uma oportunidade ímpar para a discussão democrática e o aprimoramento sobre qual tutela jurídica seria a mais adequada aos direitos autorais em face das novas tecnologias, do acesso a cultura e das novas formas de criação.

15. WACHOWICZ, M.

Projeto de digitalização da Biblioteca Brasileira-USP. Boletim do Grupo de Estudos de Direitos Autorais e Sociedade da Informação. Florianópolis - UFSC, p.1 - 2, 2010.

Palavras-chave: Sociedade da informação, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, acervo digital

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: https://www.cnpq.br/curriculoweb/pkg_menu.menu?f_cod=7B3D9F6790FA71454B2FDA41F6AB0D55

A BRASILIANA USP está construindo um moderno edifício de 20.000 m², no coração da Cidade Universitária em São Paulo, trata-se de um projeto da Reitoria da Universidade de São Paulo que permitirá o acesso para a pesquisa e para o ensino da coleção de livros e documentos de e sobre o Brasil, que será custodiada por uma universidade em escala mundial, tornando-a disponível na rede mundial de computadores (internet), inclusive para toda a rede de ensino fundamental e médio do Brasil. O projeto de digitalização foi concebido pelo prof. István Janszó (in memoriam), e agora sob a coordenação do prof. Pedro Puntoni. Assim, o projeto BRASILIANA USP implica numa permanente interface entre as atividades fins da USP - formação de quadros, pesquisa e divulgação de resultados – articulados por um vetor estratégico de alcance nacional.

16. WACHOWICZ, M.

Propriedade Intelectual do Programa de Computador. Carta Forense. São Paulo - SP, p.26 - 27, 2009.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Programa de Computador, Direito da Informática, Software, Direito Comercial, Sociedade da informação, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: www.cartaforense.com.br

As estratégias políticas adotadas pelo Brasil para o setor de informática, bem como as instituições e órgãos que atuam de maneira positiva para sua implantação, e desenvolvimento, desde a década de 60, não podem ser esquecidos quando se analisa a propriedade do programa de computador. O presente artigo analisa: a evolução tecnológica, a legislação brasileira em vigor, o registro dos contratos de software, as penalidades da contrafação.

17. WACHOWICZ, M.

Direito Autoral: novos modelos. Gazeta do Povo. Curitiba, p.2 - , 2008.

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Programa de Computador, Software

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: www.gazetadopovo.com.br

A atual legislação autoral brasileira está diante de um impasse para atender os interesses e anseios da sociedade por um justo acesso ao conhecimento. A lei de direito autoral é de 1998 e tem limitações justamente por ser anterior à massificação da internet. O artigo realiza uma reflexão e uma proposta de um sistema mais equilibrado na direção de um uso justo que possibilite de forma ampla o acesso à informação, à cultura e ao conhecimento, valorizando-se verdadeiramente os autores e os criadores intelectuais.

18. WACHOWICZ, M.

Nova lei de informática define direitos e cláusulas nos contratos de comercialização de software. Jornal Gazeta do Povo. Curitiba - PR, 1998.

Palavras-chave: Direito da Informática, Contratos, Legislação de informática, Direito Comercial

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

19. WACHOWICZ, M.

Nova lei de informática dispõe sobre contratos de locação e licença de uso de software. Jornal Gazeta do Povo. Curitiba - PR, 1998.

Palavras-chave: Direito da Informática, Legislação de informática

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

20. WACHOWICZ, M.

- Sistema Estatístico de Avaliação da Qualidade Educacional – SEAQUE. Revista Eletrônica da Associação

Nacional dos Cursos de Graduação em Administração. , 1996.

Palavras-chave: ensino, qualidade educacional, Avaliação de Instituição de ensino superior

Áreas do conhecimento: Administração, Educação, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: http://www.angrad.com/angrad/pdfs/vii_enangrad/Seaque.PDF

21. WACHOWICZ, M.

A legalidade da cobrança do Cofins sobre imóveis à venda. *Jornal Gazeta do Povo. Curitiba - PR, 1995.*

Palavras-chave: Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito Tributário, Direito da Informática, Direito Comercial

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

22. WACHOWICZ, M.

Análise do projeto de lei de informática. *Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.9 - 10, 1995.*

Palavras-chave: Direito da Informática, Legislação de informática

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

23. WACHOWICZ, M.

Comentário à nova lei que regulamenta a participação dos lucros dos empregados. *Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.10 - 10, 1995.*

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito do Trabalho

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito do Trabalho

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

24. WACHOWICZ, M.

Empresa que não estão obrigadas a ter registro no CREA. *Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.8 - 8, 1995.*

Palavras-chave: Direito da Informática

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

25. WACHOWICZ, M.

Informática : necessidade de normas para o Mercosul. *Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.10 - 10, 1995.*

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Internacional Privado, Mercosul

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Internacional Privado, Direito Autoral

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

26. WACHOWICZ, M.

O regime legal do Brasil para proteção do software no plano dos direitos autorais. *Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.12 - 12, 1995.*

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Legislação de informática, Programa de Computador, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

27. WACHOWICZ, M.

O software desenvolvido para o Exterior isento de ISS. *Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - Paraná, p.12 - 12, 1995.*

Palavras-chave: Direito da Informática, Impostos, ISS, Mercosul, Direito Internacional Privado, Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Internacional Privado, Direito Tributário

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

28. WACHOWICZ, M.

Projeto lei n. 997, para uma nova lei de informática altera proteção dos direitos autorais. *Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.10 - 11, 1995.*

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Informática, Legislação de informática

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

29. WACHOWICZ, M.

Tributação : alterações no regulamento do ICMS-PR. Decreto n. 250, de 26/01/95. Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.12 - 12, 1995.

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Tributário, Direito Autoral

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

30. WACHOWICZ, M.

Tributação/revenda de hardware : alteração de alíquotas. Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.12 - 12, 1995.

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Tributário, Direito Comercial

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Tributário, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

31. WACHOWICZ, M.

Auditoria de Software. Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.14 - 14, 1994.

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Administrativo, Auditoria

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

32. WACHOWICZ, M.

Combate ao software ilegal (II). Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.10 - 10, 1994.

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Programa de computador

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

33. WACHOWICZ, M.

Combate aos software ilegal (I). Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.12 - 12, 1994.

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Informática, medidas judiciais

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

34. WACHOWICZ, M.

Como registrar seu software. Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, 1994.

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Autoral, Software, Propriedade Intelectual, Instituto Nacional de Propriedade Industrial

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

35. WACHOWICZ, M.

Contratos de revenda e distribuição de software. Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.16 - 16, 1994.

Palavras-chave: Contratos, Direito da Informática, Direito do Consumidor, Código de Defesa do Consumidor, Programa de Computador, Hardware

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

36. WACHOWICZ, M.

Direito de Informática. Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.4 - 4, 1994.

Palavras-chave: Direito da Informática

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

37. WACHOWICZ, M.

Empresas de informática devem buscar isenção de IPI. Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.12 - 12, 1994.

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Tributário, Impostos, IPI

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Tributário, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

38. WACHOWICZ, M.

Fornecimento de bens e serviços de informática. Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.4 - 4, 1994.

Palavras-chave: Código de Defesa do Consumidor, Contratos, Direito da Informática

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito do Consumidor, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

39. WACHOWICZ, M.

Governo Federal zera alíquota de importação de software. Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.10 - 10, 1994.

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Tributário, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

40. WACHOWICZ, M.

ICMS de produtos de informática é reduzido de 17% para 12% no Estado do Paraná. Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.12 - 12, 1994.

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Tributário, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

41. WACHOWICZ, M.

Informática : aspectos tributários. Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.13 - 13, 1994.

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Tributário, Impostos, medidas judiciais, Software, Hardware

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Tributário, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

42. WACHOWICZ, M.

Informática : aspectos tributários. Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.4 - 4, 1994.

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Tributário, Impostos

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Tributário, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

43. WACHOWICZ, M.

Informática e Direito : um pouco da história. Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.9 - 9, 1994.

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Administrativo, Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Organização Mundial de Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

44. WACHOWICZ, M.

Informática e indexadores. Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.14 - 14, 1994.

Palavras-chave: Contratos, Direito da Informática, Direito Econômico

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Tributário, Direito Comercial

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

45. WACHOWICZ, M.

Informática e Tributação. Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.4 - 4, 1994.

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Tributário, Impostos, medidas judiciais, ICMS, Software

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Tributário, Direito Constitucional

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

46. WACHOWICZ, M.

Lei contra pirataria completa seis anos. Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.10 - 10, 1994.

Palavras-chave: Direito da Informática, Legislação de informática

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

47. WACHOWICZ, M.

licitações de software. Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.12 - 12, 1994.

Palavras-chave: Licitação, Direito Administrativo, Direito da Informática, Software

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Administrativo, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

48. WACHOWICZ, M.

O conceito legal de programa de computador (I). Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.18 - 18, 1994.

Palavras-chave: Direito da Informática, Programa de Computador, Propriedade Intelectual
Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Autoral, Propriedade Intelectual
Setores de atividade: Informática
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

49. WACHOWICZ, M.

O conceito legal de programa de computador (II). *Jornal Indústria e Comércio*. Curitiba - PR, p.18 - 18, 1994.

Palavras-chave: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Software, Sociedade da informação, Programa de Computador

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

50. WACHOWICZ, M.

Procedimentos legais para o registro de software. *Jornal Indústria e Comércio*. Curitiba - PR, p.16 - 16, 1994.

Palavras-chave: Direito da Informática, Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Software

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

51. WACHOWICZ, M.

Redução do ISS para o setor de informática nos grandes centros do país. *Jornal Indústria e Comércio*. *Jornal Indústria e Comércio*, p.13 - 13, 1994.

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Tributário, Impostos, ISS

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Tributário, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

52. WACHOWICZ, M.

Software : produto ou serviço. *Jornal Indústria e Comércio*. Curitiba - PR, p.8 - 8, 1994.

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Tributário, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

53. WACHOWICZ, M.

Software : violação de direitos autorais. *Jornal Indústria e Comércio*. Curitiba - PR, p.6 - 6, 1994.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Software, Direito Autoral, Direito da Informática, Internet, Banco de dados

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

54. WACHOWICZ, M.

Supremo Tribunal Federal derruba contribuição social sobre a remuneração de autônomos. *Jornal Indústria e Comércio*. Curitiba - PR, p.12 - 12, 1994.

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Tributário, Impostos, medidas judiciais

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Tributário, Direito Comercial

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

55. WACHOWICZ, M.

A empresa ou os empregados : quem são os donos do software. *Jornal Indústria e Comércio*. Curitiba - PR, p.4 - 4, 1993.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito de Informática, Software, Direito do Trabalho, Programa de Computador

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Comercial, Direito do Trabalho

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

56. WACHOWICZ, M.

A lei contra a pirataria completa cinco anos de vigência. *Jornal Indústria e Comércio*. Curitiba - PR, p.4 - 4, 1993.

Palavras-chave: Direito da Informática, Legislação de informática

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

57. WACHOWICZ, M.

A necessidade do cadastramento do software e novas atribuições da Sepin. *Jornal Indústria e Comércio*. Curitiba - PR, p.14 - 14, 1993.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito de Informática, Programa de Computador, Software
Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral
Setores de atividade: Informática
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

58. WACHOWICZ, M.

A questão da informática e o registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura - CONFEA. *Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.4 - 4, 1993.*

Palavras-chave: Direito Administrativo, Direito da Informática
Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral
Setores de atividade: Informática
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

59. WACHOWICZ, M.

A transferência da propriedade do programa de computador. *Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.12 - 12, 1993.*

Palavras-chave: Direito da Informática, Licença de Uso de programa de computador, Propriedade Intelectual, Contratos, Direito Autoral
Áreas do conhecimento: Direito Tributário, Direito da Informática, Propriedade Intelectual
Setores de atividade: Informática
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

60. WACHOWICZ, M.

Ações civis e penais contra o mercado ilegal de software. *Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.12 - 12, 1993.*

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito de Informática, Programa de Computador, Software
Áreas do conhecimento: Direito Comercial, Propriedade Intelectual, Direito Autoral
Setores de atividade: Informática
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

61. WACHOWICZ, M.

Contratos de desenvolvimento de software. *Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.10 - 10, 1993.*

Palavras-chave: Direito da Informática, Licença de Uso de programa de computador, Contratos, Direito Autoral, Propriedade Intelectual
Áreas do conhecimento: Direito Comercial, Direito da Informática, Propriedade Intelectual
Setores de atividade: Informática
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

62. WACHOWICZ, M.

Contratos de manutenção de programas de computador e suas garantias ao consumidor. *Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.4 - 4, 1993.*

Palavras-chave: Contratos, Direito da Informática, Código de Defesa do Consumidor, Direito do Consumidor
Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito do Consumidor, Propriedade Intelectual
Setores de atividade: Informática
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

63. WACHOWICZ, M.

Contratos de Software de licença e cessão em dólar. *Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.6 - 6, 1993.*

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito de Informática, Programa de Computador, Software
Áreas do conhecimento: Direito Comercial, Propriedade Intelectual, Direito Autoral
Setores de atividade: Informática
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

64. WACHOWICZ, M.

Crescem crimes cometidos através do computador. *Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.6 - 6, 1993.*

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática, Programa de Computador, Software
Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral
Setores de atividade: Informática
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

65. WACHOWICZ, M.

Crimes contra direitos autorais de software são passíveis de ação penal. *Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.8 - 8, 1993.*

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática, Programa de Computador, Software
Áreas do conhecimento: Direito Autoral, Direito da Informática, Propriedade Intelectual
Setores de atividade: Informática
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

66. WACHOWICZ, M.

Deveres do licenciante e direitos do usuário. *Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.8 - 8, 1993.*

Palavras-chave: Direito do Consumidor, Código de Defesa do Consumidor, Direito da Informática, Licença de Uso de programa de

computador, Software

Áreas do conhecimento: Direito Comercial, Direito do Consumidor, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

67. WACHOWICZ, M.

Direitos autorais de software. *Jornal Indústria e Comércio*. Curitiba - PR, p.6 - 6, 1993.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito de Informática, Programa de Computador

Áreas do conhecimento: Direito Comercial, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

68. WACHOWICZ, M.

Empregado de empresa de informática e sua equipagação com bancário. *Jornal Indústria e Comércio*. Curitiba - PR, p.14 - 14, 1993.

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito do Trabalho

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito do Trabalho, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

69. WACHOWICZ, M.

Empresas de informática podem pedir suspensão do IOF nas importações. *Jornal Indústria e Comércio*. Curitiba - PR, p.11 - 11, 1993.

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Tributário, Impostos, medidas judiciais

Áreas do conhecimento: Direito Tributário, Direito da Informática, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

70. WACHOWICZ, M.

Empresas de Informática que não estão obrigadas ao registro no CREA. *Jornal Indústria e Comércio*. Curitiba - PR, p.4 - 4, 1993.

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Administrativo, informática

Áreas do conhecimento: Direito Administrativo, Direito da Informática, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

71. WACHOWICZ, M.

Empresas podem recorrer ao Judiciário para reaver tributos. *Jornal Indústria e Comércio*. Curitiba - PR, p.12 - 12, 1993.

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Tributário, Impostos, medidas judiciais

Áreas do conhecimento: Direito Tributário, Direito da Informática, Direito Constitucional

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

72. WACHOWICZ, M.

Informática : aspectos tributários (I). *Jornal Indústria e Comércio*. Curitiba - PR, p.14 - 14, 1993.

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Tributário, Impostos, ICMS, ISS, Imposto de Renda

Áreas do conhecimento: Direito Tributário, Direito da Informática, Direito Comercial

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

73. WACHOWICZ, M.

Informática : aspectos tributários (II). *Jornal Indústria e Comércio*. Curitiba - PR, p.4 - 4, 1993.

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Tributário, Impostos, IPI

Áreas do conhecimento: Direito Tributário, Direito da Informática, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

74. WACHOWICZ, M.

Judiciário isenta empresas de IOF sobre importação. *Jornal Indústria e Comércio*. Curitiba - PR, p.6 - 6, 1993.

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Tributário, Impostos, medidas judiciais, Programa de Computador, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito Tributário, Direito da Informática, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

75. WACHOWICZ, M.

Lei de Informática isenta produtos do IPI e possibilita dedução do IR. *Jornal Indústria e Comércio*. Curitiba - PR, p.12 - 12, 1993.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática, Software, Direito Tributário
Áreas do conhecimento: Direito Comercial, Direito da Informática, Propriedade Intelectual
Setores de atividade: Informática
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

76. WACHOWICZ, M.

Licenciamento de utilização do software e execução do programa. Licenciamento de utilização do software e execução do programa. Curitiba - PR, p.4 - 4, 1993.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito de Informática, Programa de Computador
Áreas do conhecimento: Direito Comercial, Direito Autoral, Propriedade Intelectual
Setores de atividade: Informática
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

77. WACHOWICZ, M.

Medida provisória n. 351/93 e a nova lei de licitações. Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.14 - 14, 1993.

Palavras-chave: Direito Administrativo, Contratos administrativos, Direito da Informática, informática
Áreas do conhecimento: Direito Administrativo, Direito da Informática, Propriedade Intelectual
Setores de atividade: Informática
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

78. WACHOWICZ, M.

Nova lei de licitação está mais rigorosa e exige formalidades. Jornal Industria e Comércio. Curitiba - PR, p.18 - 18, 1993.

Palavras-chave: Licitação, Direito da Informática, Programa de Computador, Software, Hardware
Áreas do conhecimento: Direito Comercial, Direito Administrativo, Direito da Informática
Setores de atividade: Informática, Indústria Eletro-Eletrônica
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

79. WACHOWICZ, M.

Nova lei de licitações cria entraves e é insuficiente. Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.9 - 9, 1993.

Palavras-chave: Direito da Informática, Contratos administrativos, Direito Administrativo, Licitação
Áreas do conhecimento: Direito Administrativo, Direito da Informática, Propriedade Intelectual
Setores de atividade: Informática
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

80. WACHOWICZ, M.

Nova lei de licitações e contratos. Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.8 - 8, 1993.

Palavras-chave: Licitação, Contratos administrativos, Direito de Informática, Programa de Computador, Software, Hardware
Áreas do conhecimento: Direito Comercial, Direito Administrativo, Direito da Informática
Setores de atividade: Informática
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

81. WACHOWICZ, M.

O computador na administração da justiça. Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.13 - 13, 1993.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Programa de Computador
Áreas do conhecimento: Direito Comercial, Direito Administrativo, Propriedade Intelectual
Setores de atividade: Informática
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

82. WACHOWICZ, M.

O Direito à privacidade e à informação de dados. Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.12 - 12, 1993.

Palavras-chave: Constituição, Direito a Informação, Direito de Privacidade, Direito da Informática, Direito do Consumidor, Banco de dados
Áreas do conhecimento: Direito Constitucional, Direito do Consumidor, Direito da Informática
Setores de atividade: Informática
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

83. WACHOWICZ, M.

Produtos de Informática não sujeitos à retenção de 3% do imposto de renda. Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.12 - 12, 1993.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática, Software, Direito Tributário, Imposto de Renda
Áreas do conhecimento: Direito Comercial, Direito Tributário, Direito da Informática
Setores de atividade: Informática
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

84. WACHOWICZ, M.

Programa de computador e software à luz do direito. Jornal Industria e Comércio. Curitiba - PR, p.16 - , 1993.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática, Programa de Computador

Áreas do conhecimento: *Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral*
Setores de atividade: *Informática*
Referências adicionais: *Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso*

85. WACHOWICZ, M.

Registro do Software é importante para assegurar direitos autorais. *Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.12 - , 1993.*

Palavras-chave: *Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito de Informática, Programa de Computador*
Áreas do conhecimento: *Direito Comercial, Propriedade Intelectual, Direito Autoral*
Setores de atividade: *Informática*
Referências adicionais: *Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso*

86. WACHOWICZ, M.

Terceirização do CPD. *Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, p.6 - 6, 1993.*

Palavras-chave: *Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática, Programa de Computador, terceirização*
Áreas do conhecimento: *Direito Comercial, Direito do Trabalho, Propriedade Intelectual*
Setores de atividade: *Informática, Mercado de Trabalho e Mão-De-Obra*
Referências adicionais: *Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso*

87. WACHOWICZ, M.

Tributação inconstitucional. *Jornal Indústria e Comércio. Curitiba _ PR, 1993.*

Palavras-chave: *Direito Tributário, Direito da Informática, Direito Constitucional, medidas judiciais*
Áreas do conhecimento: *Direito da Informática, Direito Tributário, Direito Constitucional*
Setores de atividade: *Informática*
Referências adicionais: *Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso*

88. WACHOWICZ, M.

Vários impostos são considerados inconstitucionais no Brasil. *Jornal Indústria e Comércio. Curitiba - PR, 1993.*

Palavras-chave: *Direito da Informática, Direito Tributário, Impostos, medidas judiciais, Software, Hardware*
Áreas do conhecimento: *Direito da Informática, Direito Tributário*
Setores de atividade: *Informática*
Referências adicionais: *Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso*

Artigos em revistas (Magazine)

1. WACHOWICZ, MARCOS

A PROPRIEDADE INTELECTUAL ABERTA COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À COVID-19. *Boletim do GEDAI. Curitiba, p.6 - 19, 2020.*

Palavras-chave: *direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, covid-19*
Áreas do conhecimento: *Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual*
Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: *Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <https://www.gedai.com.br/a-propriedade-intelectual-aberta-como-instrumento-de-combate-a-covid-19-as-estrategias-globais-da-oms-para-ampliar-o-acesso-e-as-acoes-adotadas-no-brasil-em-especial-sobre-as-licencas-compulsorias/>*

AS ESTRATÉGIAS GLOBAIS DA OMS PARA AMPLIAR O ACESSO A MEDICAMENTOSA Organização Mundial de Saúde – OMS protagonizou nos dias 18 e 19 de maio de 2020 amplo debate durante a realização da 73ª Assembleia Mundial da Saúde, que reuniu 194 Estados-membros, pela primeira vez num ambiente completamente virtual, culminando por aprovar por unanimidade uma resolução de apoio à possibilidade de amplo acesso e licenciamento aberto de patentes de futuras vacinas ou tratamentos para o combate a pandemia da COVID-19. A Resolução da OMS tem a função de fazer recomendações de políticas baseadas em uma avaliação das estratégias até agora desenvolvidas no combate ao coronavírus e de apontar políticas futuras e acesso aberto a inovação científica a serem adotadas pelos países. No discurso de abertura, Tedros Adhanom Ghebreyesus, Diretor-Geral da OMS, já informava sobre a velocidade vertiginosa das pesquisas científicas para o enfrentamento da crise sanitária debelada pelo novo vírus, tanto para entender sua estrutura molecular, como também para desenvolver possíveis vacinas, medicamentos e outras tecnologias. Destacou Ghebreyesus que a obtenção das informações científicas pelos pesquisadores de diversas nacionalidades é o que está garantindo que possamos desenvolver vacinas e terapias seguras, eficazes e acessíveis no menor tempo possível. Sem dúvida alguma o acesso é fundamental para superar o COVID-19, mas também foi salientada a necessidade de garantir uma permissão equitativa para toda a população mundial. Neste sentido, afirmou que “precisamos liberar todo o poder da ciência, oferecer inovações escaláveis, utilizáveis e que beneficiem a todos, em qualquer lugar, ao mesmo tempo”. A preocupação em ampliar esforços e iniciativas para acelerar e incentivar a inovação pela OMS se justifica se considerarmos os modelos tradicionais de mercado na produção e comercialização de medicamentos, como também pelas regras estabelecidas pelo sistema internacional d

2. WACHOWICZ, MARCOS; AZEVEDO, G. L.; SILVA, M. P. M. B.

COVID-19: A RETIRADA DO PAYWALL E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO. *Boletim do GEDAI. Curitiba, p.7 - 14, 2018.*

Palavras-chave: *direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, direito de acesso a informação, covid-19*
Áreas do conhecimento: *Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual*
Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: *Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <https://www.gedai.com.br/covid-19-a-retirada-do-paywall-e-a-democratizacao-do-acesso-a-informacao/>*

O Direito Autoral tutela a obra intelectual enquanto exteriorização de uma idéia expressa em um meio tangível pelos sentidos, assim, no texto literário a idéia em si não terá proteção, ela deve ter livre fluxo para estimular novas criações. Os textos jornalísticos produzidos por empresas, buscam a proteção do conteúdo em plataformas na INTERNET, por meio de um sistema de computador que restringem o acesso, necessitando que haja um pagamento prévio por parte do internauta interessado, tal sistema é chamado de paywall (tradução literal "muro de pagamento"). O sistema paywall ganhou muita aceitação pelas empresas jornalísticas, como um método de induzir a assinatura do internauta/leitor para ter acesso integral ao conteúdo de jornais ou periódicos on line protegidos pelo Direito Autoral. Com isso o internauta/leitor, para ter acesso às notícias, deveria, previamente, realizar o seu cadastro como usuário, fornecendo seus dados pessoais para cobrança, para só então receber uma senha de acesso, obrigando-se ao pagamento de um valor mensal/anual de assinatura.

3. WACHOWICZ, MARCOS

Vinte anos da lei de Direito Autoral no Brasil. Boletim do GEDAI. Curitiba, p.5 - 8, 2018.

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Internacioal, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <http://www.gedai.com.br/?q=node/1021>

O presente artigo analisa a Lei de Direitos Autorais completa, neste ano, 20 anos de vigência. Mas poucos sabem que a Lei 9.610, de 20 de fevereiro de 1998, que consolidou os Direitos Autorais e Conexos no Brasil, decorre de um longo processo legislativo de quase 20 anos que começou em 1972. Vale dizer: a atual legislação brasileira de Direitos Autorais foi pensada numa realidade tecnológica dos anos 70, quando nem sequer se imaginava os impactos das novas tecnologias nos processos de criação, produção e circulação de bens intelectuais na Internet e nas redes sociais.

4. WACHOWICZ, M.

Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual. Boletim do GEDAI. Curitiba, p.4 - 5, 2017.

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <http://www.gedai.com.br/?q=pt-br/boletins/boletim-gedai-junho-2017/x-semin%C3%A1rio-internacional-sobre-sociedade-da-informa%C3%A7%C3%A3o-e>

5. WACHOWICZ, M.

A Reforma da Gestão Coletiva de Direitos Autorais no Brasil ganha maior transparência. Boletim do GEDAI. Curitiba, p.5 - 9, 2015.

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, gestão coletiva de direitos autorais, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacioal

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <http://www.gedai.com.br/?q=pt-br/boletins/boletim-gedai-junho-2015/reforma-da-gest%C3%A3o-coletiva-de-direitos-autorais-no-brasil-ganha>

O presente artigo analisa a Reforma da Gestão Coletiva de Direitos Autorais com o Decreto nº 8.469, publicado em 23 de junho de 2015, atribui maior transparência no controle financeiro das entidades gestoras, como também garante o repasse aos legítimos titulares, além disto, com a possibilidade da alternância democrática na gestão das entidades gestoras fixadas em lei ganha toda a sociedade, pois há tempo reclamava por uma fiscalização efetiva da atuação do ECAD e de suas associações de autores no exercício de suas competências legalmente constituídas careciam de supervisão externa.

6. WACHOWICZ, M.

CONSULTA PÚBLICA: Patenteabilidade do Software no Brasil. Boletim do Grupo de Estudos de Direitos Autorais e Sociedade da Informação. Florianópolis, p.5 - 11, 2012.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Sociedade da informação, Programa de Computador, Software, Direito Comercial, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: http://www.direitoautorale.ufsc.br/gedai/wp-content/uploads/2012/04/boletim-GEDAI-ABRIL_2012.pdf

O Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) abre consulta pública sobre exame de patente de software com o objetivo de uniformizar procedimentos para exame de pedidos de registro de patente. O INPI realiza agora nos próximos meses a primeira consulta pública sobre patentes, envolvendo invenções implementadas por programa de computador. O objetivo é harmonizar os procedimentos de exame técnico de pedidos de patente relativos aos software e divulgá-los amplamente para a sociedade. Assim a tendência da proteção patentária estadunidense circunscreve-se ainda apenas a seu território, por força do próprio sistema de propriedade industrial que é territorialista, o que dificulta sua efetiva proteção internacional. Por fim, cabe evidenciar que, considerando os requisitos e exigências legais, a tendência de proteção patentária encontra, em face da atual legislação industrial, dificuldades práticas de implantação no país, salvo na ocorrência de mudança legislativa, de ordem interna, ou iniciativa de organismos multilaterais do comércio como a OMC ou a OMPI.

7. WACHOWICZ, M.

O Desenvolvimento de Softwares e suas formas de Licenciamento. Boletim do Grupo de Estudos de Direitos Autorais e Sociedade da Informação. Florianópolis, p.7 - 10, 2011.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Sociedade da informação, Programa de Computador, Software

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page:

http://www.direitoautoral.ufsc.br/gedai/wp-content/uploads/2011/09/boletim-GEDAI-setembro_2011.pdf

Atualmente, o software é entendido como o programa de computador, ou escrito destinado a processamento de dados, compreendendo todo o conjunto de instruções para o processamento, produção e interpretação e transferência de textos, manuais, codificações, dentre outros. O software abrange além do programa de computador em si, que é a linguagem codificada, também a descrição detalhada do programa, as instruções codificadas para criar o programa, a documentação escrita auxiliar deste, bem como outros materiais de apoio relacionados. Isso tudo para que, uma vez ocorrida a incorporação do software ao meio físico hardware, possibilite-se a execução de inúmeras funções previamente determinadas e que estão disponíveis para serem utilizadas e realizadas pelos usuários do computador. A partir da Diretiva n.º 91/250/CEE da União Européia, o programa de computador passou a receber tutela e proteção jurídica como obra intelectual, de forma análoga à proteção conferida à obra literária. O software passou, então, a ser protegido, mas sua idéia básica não, que poderia inspirar outros programadores e analistas de sistemas a desenvolverem softwares similares.

8. WACHOWICZ, M.

O Marco Civil da Internet e a Reforma da Lei Autoral no Brasil. Boletim do Grupo de Estudos de Direitos Autorais e Sociedade da Informação. Florianópolis, p.11 - 13, 2011.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Sociedade da informação, Programa de Computador, Direito Internacional, Software, Direito Comercial, Direito Internacional Privado, Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

No ano de 2010 o Brasil assumiu uma postura democrática de destaque mundial no processo de regulação social da internet. Com uma filosofia completamente diferente da que foi adotada para a Lei Sarkozy, na França, o Governo Federal, por meio do Ministério da Justiça e do Ministério da Cultura, de modo pioneiro na construção do processo legislativo, pela primeira vez utilizou uma consulta pública aberta pela Internet. Isto por meio da plataforma de rede de cultura digital do Ministério da Cultura, tudo para lançar um amplo debate sobre dois projetos de lei: o projeto de para regulamentar civilmente a internet no Brasil, o chamado Marco Civil da Internet e o Projeto de Revisão da Lei de Direitos Autorais. A construção destas propostas Governamentais contaram com a colaboração da sociedade civil, nas diversas rodadas e fases de consultas sobre os ante-projetos de lei, os quais receberam cada qual, mais de 3 mil contribuições diretas de cidadãos de todos os setores da sociedade. Tal construção democrática é um fato que serve de exemplo para o mundo, por demonstrar que é possível um processo colaborativo de elaboração de marcos regulatórios para a Internet e para o Direito Autoral.

9. WACHOWICZ, M.

Programa de Computador. O Software como Objeto do Direito Informático. Revista de Derecho Informático. Espanha, v.059, 2003.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page:

<http://www.alfa-redi.org/rdi-articulo.shtml?x=1330>

O programa de computador foi pela primeira vez analisado juridicamente de forma sistêmica por Renato BORRUSO, o qual delineou o sistema informático como um conjunto de elementos software, hardware e firmware.

10. WACHOWICZ, M.

Programa de computador. O software como objeto do direito informático.. Consultoria Jurídica do MCT - Artigos. Brasília, 2003.

Palavras-chave: Direito Autoral, Software

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page:

http://www.mct.gov.br/legis/Consultoria_Juridica/artigos/programa_computador.htm

Resumo: O direito estabeleceu várias categorias de bens. Uma classificação clara do programa de computador como bem jurídico, torna-se importante, porque as conseqüências jurídicas das relações que o envolvem, serão determinadas conforme a classe a que pertencer o bem objeto de direito.

11. WACHOWICZ, M.; REZENDE, Denis Alcidade

La tecnología de la información y sus impactos en la propiedad intelectual. REDI-ALFA. Espanha, v.051, 2002.

Palavras-chave: Direito da Informática, Tecnologia da Informação

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Espanha/Espanhol. Meio de divulgação: Meio digital. Home page:

<http://www.alfa-redi.org/rdi-articulo.shtml?x=1436>

La inteligencia y el éxito de las organizaciones dependen fuertemente de las decisiones tomadas por sus gestores y por sus colaboradores. Esas decisiones demandan plazos cada vez más cortos y exigen atención redoblada a los ambientes interno y externo de la empresa. En ese contexto, la Tecnología de la Información (TI) tiene un papel relevante en el tratamiento, en la disponibilidad y en el acceso de las informaciones, las cuales no raras veces se revisten de tutela jurídica específica por el Derecho. El objetivo de este artículo es describir y presentar la TI, los Sistemas de Información (SI) y los Sistemas de Conocimientos (SC), con la intención de contribuir a la inteligencia empresarial de las organizaciones, así como discutir la problemática jurídica de la informatización del conocimiento operado por la informática, más específicamente por medio de los programas de computador.

12. WACHOWICZ, M.

Informática e os direitos de autor no Brasil.. Verbo jurídico. Lisboa - Portugal, 2001.

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Autoral, Programa de computador, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Referências adicionais: Portugal/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page:

http://www.verbojuridico.net/estudos/br_inf_da.html

SUMÁRIO:1. Introdução.2. Conceito jurídico de software.3. O regime legal instituído no Brasil para proteção do software no plano dos Direitos Autorais.3.1. Aspectos históricos do cadastramento na SEI - Secretaria Especial de Informática.3.2. Aspectos do registro do software junto ao INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial.3.3. Do Programa de Computador enquanto obra individual, de colaboração e coletiva.4. Licença de Uso de Programa de Computador.4.1. A locação do programa de computador.4.2. A Comercialização de programa de computador pela INTERNET5. Combate ao Software ilegal - pirataria.5.1. Enquadramento legal por grupos de usuários5.1.1. Pessoa física.5.1.2. Grupo de Usuário .5.1.3. Empresas5.1.3.1 Procedimentos preventivos nas empresas contra pirataria.6. Comercialização do Software : Direitos e Obrigações6.1. Das Clausulas Contratuais.6.2. Revenda de software ilegal.7. Das medidas judiciais.7.1. Ação penal pública condicionada e incondicionada.7.1.2. Das diligências e da flagrância.7.2. Das ações cíveis.7.2.1. Das ações cíveis promovidas por pessoas de direito privado.7.2.2. Da Ação Civil Pública.8. Do segredo de Justiça e da Litigância de Má-fé.9. Considerações Finais.10. Referências Bibliográficas.

13. WACHOWICZ, M.

Os Elementos que Integram a Noção Jurídica do Software.. Direito na WEB.adv.br, Ano I, 12ª Edição, 2001. , 2001.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática, Software

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, Direito da Informática, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [http://www.direitonaweb.adv.br/doutrina/dinfo/Marcos_Wachowicz_\(DINFO_0001\).htm](http://www.direitonaweb.adv.br/doutrina/dinfo/Marcos_Wachowicz_(DINFO_0001).htm)

14. WACHOWICZ, M.; SERALE, Francesco; MARTYNETZ, Irineu J; PAULA FILHO, Álvaro Gonçalves de; GUIMARÃES, Ubiratã Vieira; MARTINS, Juliana Vermelho; MARTINS, Vidal SEAQUE - Sistema estatístico de avaliação da qualidade educacional.. Revista ANGRAD. Rio de Janeiro, 1999.

Palavras-chave: Educação, Avaliação], qualidade educacional

Áreas do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas, Avaliação de Sistemas, Instituições, Planos e Programas Educacionais, Direito da Informática

Setores de atividade: Educação Superior

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: http://www.angrad.org.br/cientifica/artigos/artigos_enangrad/enangrad_7.asp

Trata-se de um estudo que contém uma descrição do projeto de avaliação do corpo docente do cursos de graduação do Centro Universitário Positivo - UNICENP, elaborado por uma equipe de professores interdisciplinar, o trabalho tem como objetivo identificar e descrever em detalhes as situações ocorridas em sala de aula, a fim de poder propor e adotar medidas em tempo hábil.

Apresentação de trabalho e palestra

1. WACHOWICZ, MARCOS

As Plataformas digitais e o combate à desinformação, 2023. (Seminário, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: direito, direito à desindexação, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Digital, marco civil da internet

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: <https://www.gedai.com.br/xiv-curso-de-pos-graduacao-em-direito-intelectual-apdi-portugal-2/>

XIV Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual – APDI Portugal Palestra ministrada no dia 18/fevereiro/2023, na modalidade online no XIV Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual da Associação Portuguesa de Direito Intelectual pelo Prof. Dr. Marcos Wachowicz sob o título “As Plataformas digitais e o combate à desinformação”, material disponibilizado aos alunos da pós-graduação. O conteúdo está disponível no link abaixo: <https://www.gedai.com.br/xiv-curso-de-pos-graduacao-em-direito-intelectual-apdi-portugal-2/>; Local: online; Cidade: online; Evento: XIV Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual – APDI Portugal; Inst.promotora/financiadora: Universidade de Lisboa - FDUL - Portugal

2. WACHOWICZ, MARCOS

Estado Democrático: Desinformação, FakeNews e Liberdade de Expressão, 2023. (Seminário, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Digital, Direito de Privacidade, direito à desindexação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: <https://www.gedai.com.br/estado-democratico-desinformacao-fakenews-e-liberdade-de-expressao/>

No dia 07 de fevereiro de 2023, no XIX Seminário Internacional de Propriedade Intelectual e Sociedade da Informação, e III Encontro do RIAP, foi ministrada palestra pelo Prof. Dr. Marcos Wachowicz coordenador do GEDAI/UFPR, sobre o tema ESTADO DEMOCRÁTICO: Desinformação, Fake News e Liberdade de Expressão. Como enfrentar a desinformação e combater as Fake News sem colidir com a liberdade de expressão de terceiros? Os Direitos Fundamentais de Liberdade de Expressão e Direito a Informação podem se sobrepôr aos Direitos Autorais? Fake News no contexto dos Direitos da Propriedade Intelectual, nomeadamente no Direito Autoral, podem ser comparadas às paródias ou sátiras? Os Estados Democráticos estão preparados para um enfrentamento da Deep Fake? Segue gratuitamente o arquivo no link baixo com o material utilizado na palestra para uma melhor compreensão dos dados e dos esquemas apresentados. Link gratuito para a gravação: <https://www.youtube.com/@iodabrasil>; Local: online; Cidade: online; Evento: XIX Seminário Internacional de Propriedade Intelectual e Sociedade da Informação; Inst.promotora/financiadora: Universidade Federal do Paraná - UFPR

3. WACHOWICZ, MARCOS

Moda y Impresión 3D, 2023. (Seminário,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacional, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

II JORNADA INTERNACIONAL – Derecho y Moda Conferencia del Prof. doctor Marcos Wachowicz, sobre Moda y 3D, en la II JORNADA INTERNACIONAL – DERECHO Y MODA, realizada en línea el 9 de mayo de 2023, promovida por la Universidad de Valencia – España. Los productos de moda a menudo son ampliamente copiados o imitados por empresas que fabrican y comercializan productos similares. ¿Los derechos de autor protegen la originalidad y la creatividad de una obra, incluidos los diseños de moda em 3D? ¿Se pueden proteger los diseños como obras de arte u obras aplicadas, según el país? ¿Pueden los creadores de moda registrar sus creaciones para asegurarse de que estén protegidas contra copias no autorizadas? Siga el archivo en el enlace de abajo con el material utilizado para una mejor comprensión de los datos y esquemas presentados. <https://www.gedai.com.br/ii-jornada-internacional-derecho-y-moda-2/>; Local: online; Cidade: online; Evento: II Jornada Internacional – Derecho y Moda; Inst.promotora/financiadora: Universidad de València -Espanha

4. WACHOWICZ, MARCOS

Historia del copyright – Marco legal, 2022. (Seminário,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacional, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page:

<https://www.gedai.com.br/posgrado-en-tecnopolitica-y-derechos-en-la-era-digital-historia-del-copyright-marco-legal/>

Posgrado en Tecnopolítica y Derechos en la Era Digital: Historia del copyright – Marco legal El Posgrado en Tecnopolítica y Derechos en la Era Digital forma agentes polivalentes y activos en los nuevos modelos de acción estratégica propiciados por la era de la información. El curso enseña cómo llevar a cabo nuevas formas de organización y acción, y liderar sectores transformadores y en transformación. El programa, que se realizará en la Facultad de Derecho de la Universidad de Barcelona durante dos meses, de octubre a diciembre, no requiere de conocimientos tecnológicos previos ya que justamente uno de sus objetivos es el de adecuar las competencias de las y los participantes al escenario actual. El curso acoge participantes nacionales e internacionales y se impartirá en castellano. Clase del Prof. Dr. Marcos Wachowicz Doctor en Derecho por la Universidad Federal de Paraná – UFPR entre muchos otros títulos, se especializa en el área de Derecho, con énfasis en Derecho de Propiedad Intelectual, actuando principalmente en los siguientes temas: derecho informático, propiedad intelectual, derechos de autor, tecnologías de la información y derecho del software. Con la información y materiales para los alumnos sobre el tema: Historia del copyright – Marco legal La guía didáctica de la clase, el viernes 9 de noviembre de 2022.; Local: online; Cidade: online; Evento: Posgrado en Tecnopolítica y Derechos en la Era Digital; Inst.promotora/financiadora: Facultad de Derecho de la Universidad de Barcelona - ESPANHA

5. WACHOWICZ, MARCOS

Direito Autoral, Liberdade de Expressão, Culto e Religião, 2021. (Congresso,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page:

<https://www.gedai.com.br/direito-autoral-liberdade-de-expressao-culto-e-religiao/>

No dia 13 de novembro de 2021, na quarta edição do IV JORNADA LUSO-BRASILEIRA DE DIREITO DE AUTOR, foi ministrada palestra pelo Prof. Dr. Marcos Wachowicz coordenador do GEDAI/UFPR, sobre o tema Direito Autoral, Liberdade de Expressão, Culto e Religião. Os Direitos de exclusivo do Autor podem colidir com a liberdade de expressão de terceiros? Os Direitos Fundamentais de Liberdade de Expressão se sobrepõe aos Direitos Autorais? O Direito Autoral é o ramo da ciência jurídica que protege as obras intelectuais oriundas das criações do espírito, nos termos preceituados pelo Art. 7º da Lei 9610/98. Criações essas que se constituem uma das grandes evidências da capacidade criativa única de cada indivíduo que faz de sua obra tão original e um desdobramento de sua personalidade. Essa possibilidade de ser um indivíduo de forma plena por meio de sua arte, sua produção literária ou científica é dos pontos altos dos direitos humanos. Nesse sentido, só é possível reconhecer a existência e preservação dos direitos humanos se consideramos a plena liberdade do indivíduo em sua capacidade de expressar-se intelectualmente e emocionalmente. O fato de pensarmos e podermos expressar nossos sentimentos de forma artística, literária e científica é o que nos distingue dos animais e das pessoas jurídicas, para fins de autoria no Direito Autoral. Só o ser humano, na sua plena capacidade de elaboração criativa e original, pode ser considerado autor e tem a prerrogativa, por conseguinte, de ter sua obra protegida no âmbito do Direito Autoral. Segue gratuitamente o arquivo no link baixo com o material utilizado na palestra para uma melhor compreensão dos dados e dos esquemas apresentados.; Local: online; Cidade: onlie; Evento: IV JORNADA LUSO-BRASILEIRA DE DIREITO DE AUTOR; Inst.promotora/financiadora: Universidade de Lisboa - FDUL - Portugal

6. WACHOWICZ, MARCOS

Direitos autorais, patentes, direitos de imagem e voz., 2021. (Seminário,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: <https://www.gedai.com.br/11351-2/>

Assim, serão abordados aspectos referentes aos seguintes eixos temáticos: (i) Direitos Autorais, Direitos de Imagem e Voz; (ii) Plágio e Plágio Acadêmico e casos concretos, e; (iii) A Regulamentação de Condutas Éticas, Comitês de Ética em Pesquisa, normatividade e divulgação de dados. Objetivos: Construir uma visão reflexiva sobre os temas sensíveis aos valores morais e éticos de uma ciência moderna, ampla e responsável perante a sociedade. Em conjunto, espera-se fornecer subsídios teóricos e práticos à cerca da atuação do cientista na produção, análise e divulgação de dados dentro de uma perspectiva ético-jurídica.; Local: online; Cidade: online; Evento: Disciplina Transversal – Ética em Pesquisa; Inst.promotora/financiadora: Universidade Federal do Paraná - UFPR

7. WACHOWICZ, MARCOS

Plágio Musical, Paródia e Transformação Criativa., 2021. (Seminário,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page:

<https://www.gedai.com.br/plagio-musical-parodia/>

No dia 18 de agosto de 2021, na terceira edição do Curso Música, Copyright e Tecnologia foi ministrada aula pelo Prof. Dr. Marcos Wachowicz coordenador do GEDAI/UFPR, sobre o tema: Plágio musical, paródia e transformação criativa, o evento foi transmitido on line, pela plataforma [http://mct.mus.br/assunto/curso-ead/A](http://mct.mus.br/assunto/curso-ead/A%20exposi%7Cao/material%20em%20power%20point) exposição/material em power point apresenta as questões fundamentais para compreensão do Plágio musical. Quais os impactos das novas tecnologias digitais na produção musical? Os samples podem ser considerados como plágio musical ou são novas criações? Quais são as características e os tipos de plágios musicais? Quais os critérios para concluir se houve um caso concreto plágio musical? Quais são os limites legais para realização de paródias musicais? Quais os impactos da Inteligência Artificial na compreensão do Plágio musical?; Local: online; Cidade: online; Evento: Curso Música, Copyright e Tecnologia; Inst.promotora/financiadora: P Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUCRIO

8. WACHOWICZ, MARCOS

Plágio e plágio acadêmico., 2021. (Seminário,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Plágio Acadêmico

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: <https://www.gedai.com.br/11351-2/>

A ciência é uma atividade complexa e estabelecendo uma profunda inter-relação com a sociedade. Dentre estas camadas de contato podemos destacar a econômica, a jurídica e a política que produzem, conjuntamente, uma profunda reverberação sobre o fazer científico. A qualidade da investigação científica apresenta questões abrangentes referentes às responsabilidades do pesquisador e às repercussões sociais de seu trabalho. A disciplina enfocará as questões relativas aos Direitos Intelectuais e os dilemas éticos, valores envolvidos e implicações dessas escolhas dentro das diferentes nuances da atividade científica. Assim, serão abordados aspectos referentes aos seguintes eixos temáticos: (i) Direitos Autorais, Direitos de Imagem e Voz; (ii) Plágio e Plágio Acadêmico e casos concretos, e; (iii) A Regulamentação de Condutas Éticas, Comitês de Ética em Pesquisa, normatividade e divulgação de dados.; Local: online; Cidade: online; Evento: Disciplina Transversal Ética em Pesquisa; Inst.promotora/financiadora: Universidade Federal do Paraná - UFPR

9. WACHOWICZ, MARCOS

Direitos Autorais no Ensino Remoto, 2020. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Autoral, ensino à distância, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital

Video sobre Direitos Autorais no Ensino Remoto O Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina – UEL, com apoio da APP realizou no dia 16 de outubro de 2020, às 19hs palestra ministrada pelo Prof. Dr. Marcos Wachowicz sobre DIREITOS AUTORAIS no ENSINO REMOTO. No Brasil, com a pandemia do COVID-19, o Conselho Nacional de Educação tem autorizado que muitas instituições de ensino possam optar pela modalidade de ensino remoto, muitas questões relativas aos Direitos Autorais dos professores surgiram, tais como:– O Ensino Remoto é uma nova modalidade? Como se pode definir o Ensino Remoto?– Seria o Ensino Remoto uma espécie de educação à distância (EaD) improvisada? Como fica a questão dos Direitos Autorais dos professores sobre os materiais produzidos às pressas para que os alunos possam estudar em suas casas?– Quais direitos os professores possuem sobre o conteúdo da gravação de vídeo-aulas no ensino remoto e o Direito de Imagem nas transmissões ao vivo em múltiplas plataformas?– Um professor pode se opor a ministrar aulas no ensino remoto? Quais as sanções? Quais alternativas a isso?– Como a legislação ampara o professor ao ministrar aulas no ensino remoto hoje? O link do vídeo no youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=YwsuVOwJM4U>; Local: online; Cidade: online; Evento: Seminário sobre Direitos Autorais no Ensino Remoto; Inst.promotora/financiadora: Universidade Estadual de Londrina – UEL

10. WACHOWICZ, MARCOS

Direitos Intelectuais e Proteção do Conteúdo dos WebSites, 2020. (Seminário,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: direito, webdesing, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page:

<https://www.gedai.com.br/direitos-intelectuais-e-a-protecao-dos-web-sites/>

Palestra on line do Prof. Dr. Marcos Wachowicz sobre o tema da DIREITOS INTELECTUAIS e PROTEÇÃO do CONTEÚDO dos WEBSITES, organizada pela profa. Dra. Patrícia Del Nero, realizada pela Universidade Federal do Sul da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências do Campus Sosígenes Costa, no dia 19 de agosto de 2020 pela INTERNET. A exposição/material sobre a tutela jurídica dos bens imateriais disponibilizados por meios de sites na INTERNET, possui as seguintes questões norteadoras: Como funciona a infra-estrutura da INTERNET? Qual a diferença entre WebDesign e Desenvolvimento da Web? Um site e uma página na web é a mesma coisa? Até que ponto um site ou uma página Web são passíveis de proteção do ponto de vista da Propriedade Intelectual? Até que ponto na construção de um site ou uma página Web pode implicar em prática ilícita passíveis de tipificação pelo Direito Concorrencial? Como utilizar na construção de um site ou uma página Web as licenças creative commons para potencializar o acesso e difusão? WebDesign e desenho industrial se tratam de tutelas jurídicas distintas, haveria como proteger o Look and feel de um site na INTERNET?; Local: Instituto de Humanidades, Artes e Ciências do Campus Sosígenes Costa; Cidade: Salvador; Evento: DIREITOS INTELECTUAIS e PROTEÇÃO do CONTEÚDO; Inst.promotora/financiadora: Universidade Federal do Sul da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências do Campus Sosígenes Costa

11. WACHOWICZ, MARCOS

Produção do conhecimento científico e inovação tecnológica nas Universidades, 2020. (Conferência

ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, inovação

Áreas do conhecimento: Direito,Direito Autoral,Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page:

<https://www.gedai.com.br/i-sidi-seminario-integrado-de-direito-e-inovacao/>

I SIDI – Palestra de MARCOS WACHOWICZA palestra sobre “Produção do conhecimento científico e inovação tecnológica nas Universidades” no I Seminário Integrado de Direito e Inovação realizado no dia 22 de junho de 2020; Local: Curitiba - on line; Cidade: Curitiba; Evento: I SIDI – Seminário Integrado de Direito e Inovação; Inst.promotora/financiadora: Universidade Federal do Paraná

12. WACHOWICZ, MARCOS

Propriedade Intelectual, 2020. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito,Direito Autoral,Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page:

<https://www.gedai.com.br/curso-de-inovacao-e-empresendedorismo-aula-de-propriedade-intelectual/>

Curso de Pós-Graduação em INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO 2020.1Disciplina Transversal Inovação e EmpreendedorismoSigla no SIGA – PRPPG-7008Oferta: 1.º semestre 2020 – Dia 21/julho/2020Dia da semana Quartas-feiras – Horário: Das 19h às 22h AULA 6 – Propriedade intelectual (22/07)Prof. Marcos Wachowicz – UFPREmenta da Disciplina:Sistema internacional de proteção de propriedade intelectual; instrumentos legais de propriedade intelectual no Brasil (marcas, patentes, desenho industrial, registros de software, topografia de circuitos integrados, proteção de cultivares); aspectos legais de startups: formação societária, direitos trabalhistas, captação financeira.; Local: Curitiba; Cidade: Curitiba; Evento: Curso de Pós-Graduação em INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO 2020.1; Inst.promotora/financiadora: Universidade Federal do Paraná

13. WACHOWICZ, MARCOS

Propriedade Intelectual – Impactos consumeristas do artigo 40 da LPI, 2020. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: direito, sistema internacional de patentes, patente, Direito do Consumidor, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito,Propriedade Intelectual,Direito Concorrencial

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page:

<https://www.gedai.com.br/material-da-palestra-ciclo-de-palestras-ibpi-lei-de-propriedade-industrial/>

Palestra do Prof. Dr. Marcos Wachowicz sobre o tema da Propriedade Intelectual – Impactos consumeristas do artigo 40 da LPI, realizada pelo Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual – IBPI, no dia 04 de agosto de 2020 pela INTERNET.A exposição/material apresenta as questões norteadoras da inconstitucionalidade.Quais os impactos com a manutenção ou inconstitucionalidade da regra do art. 40 da LPI ?Seus malefícios e benefícios ?Em tempos de pandemia quais impactos provocam tal previsão em termos de concorrência e de consumeristas ?A temporalidade do Direito de Exclusivo (ou Monopólio) é necessária para estimular a inovação tecnológica. Excesso de posição de exclusividade por um agente econômico se traduz numa formação de poder que ameaça as liberdades individuais e o Estado de Direito.; Local: São Paulo; Cidade: São Paulo; Evento: Ciclo de palestras IBPI LEI DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL; Inst.promotora/financiadora: Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual

14. WACHOWICZ, MARCOS

A Reforma da Lei Autoral brasileira, 2019. (Congresso,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito,Direito Autoral,Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <https://www.gedai.com.br/9341/>

A palestra sobre “A REFORMA DA LEI AUTORAL BRASILEIRA” proferida pelo Prof. Dr. Marcos Wachowicz no XIII CONGRESSO DE DIREITO DE AUTOR E INTERESSE PÚBLICO realizado nos dias 4 e 5 de novembro de 2019; Local: Curitiba; Cidade: Curitiba; Evento: XIII CONGRESSO DE DIREITO DE AUTOR E INTERESSE PÚBLICO; Inst.promotora/financiadora: Universidade Federal do Paraná

15. WACHOWICZ, M.

Analysis of the 20 years of validity of the Brazilian Copyright Law, 2018. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito,Direito Autoral

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Alemanha/Inglês. Meio de divulgação: Vários. Home page:

<https://www.uni-muenster.de/Jura.itm/hoeren/speech-by-prof-dr-marcos-wachowicz>

Palestra realizada na Faculdade de Direito da Universidade de Munster - Alemanha, analisando dos 20 anos de vigência da Lei de Direitos Autorais brasileira.; Local: Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Munster - Alemanha; Cidade: Munster; Evento: ITM Münster & Kategorie WWU; Inst.promotora/financiadora: Universidade de Munster

16. WACHOWICZ, M.

Direito Autoral e desenvolvimento, 2018. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito,Direito Autoral,Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Palestra sobre os caminhos da Propriedade Intelectual para o desenvolvimento da América Latina; Local: auditorio de Las Majadas de

Pirque - Santiago - Chile; Cidade: Santiago - Chile; Evento: Smart IP for Latin America: Nuevas Oportunidades, Desafíos y Necesidad de Estrategias Inclusivas; Inst.promotora/financiadora: Max Planck Institute - Berlin - Alemanha

17. WACHOWICZ, MARCOS; DRUMMOND, V. G.

Oficina de “Direito Autoral e convergência tecnológica”, 2018. (Congresso,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito,Direito Autoral,Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page:

<https://www.gedai.com.br/xii-codaip-oficina-de-direito-autoral/>

Material didático da Oficina de “Direito Autoral e convergência tecnológica” realizada durante o XII CODAIP.A 1ª Oficina terá como tema “Direito Autoral e convergência tecnológica”, com a proposta de debate sobre as novas tecnologias inseridas no contexto da “cultura da convergência”. Com o fenômeno da convergência, diante do surgimento de novas ferramentas de comunicação, de informação e a popularização da web, se percebe o surgimento de uma cultura participativa, a exemplo das fan-fictionals que são narrativas criadas pelos fãs com base em livros, filmes, jogos digitais ou outras narrativas pré-existentes, que possuem papel importante no letramento e na participação da produção cultural das sociedades.EXPOSITORES:Prof. Dr. Marcos WachowiczProf. Dr. Victor Gameiro Drummond; Local: Curitiba; Cidade: Curitiba; Evento: XII CODAIP – Oficina de Direito Autoral; Inst.promotora/financiadora: Universidade Federal do Paraná

18. WACHOWICZ, M.

Projeto de Cátedra em Propriedade Intelectual, 2018. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Alemanha/Inglês. Meio de divulgação: Vários. Home page:

<https://www.uni-muenster.de/Jura.itm/hoeren/gastvortrag-von-prof-dr-wachowicz-zum-brasilianischen-urheberrecht#more-14177>

Apresentação da Cátedra Brasil/Alemanha no Auditório 1 da Reitoria da Universidade de Munster - Alemanha; Local: Auditório 1 da Reitoria da Universidade de Munster; Cidade: Munster; Evento: Annual Meeting of Members 2018 Brazilian Center of the WWU; Inst.promotora/financiadora: Universidade de Munster

19. WACHOWICZ, M.

the blockchain within the Brazilian legal system, 2018. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Alemanha/Inglês. Meio de divulgação: Vários. Home page:

<https://www.uni-muenster.de/Jura.itm/hoeren/speech-by-prof-dr-marcos-wachowicz>

Palestra realizada no auditório do ITM na Universidade de Munster.; Local: ITM/WWU; Cidade: Munster; Evento: ITM Münster & Kategorie WWU; Inst.promotora/financiadora: Universidade de Munster

20. WACHOWICZ, MARCOS

Direito Autoral e Plágio, 2017. (Seminário,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

OFICINA DE DIREITOS AUTORAIS E PLÁGIO:Modalidades, Conceitos e Casos; Local: Auditório UFPR; Cidade: Curitiba; Evento: OFICINA DE DIREITOS AUTORAIS E PLÁGIO:Modalidades, Conceitos e Casos; Inst.promotora/financiadora: Universidade Federal do Paraná

21. WACHOWICZ, M.

Direitos Autorais na Gestão Cultural, 2017. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Curso de Gestão de Direitos Autorais para Gestores Culturais realizado em São Paulo pelo SESC.; Local: Auditório do SESC SP; Cidade: São Paulo; Evento: Curso SESC de Gestão Cultural; Inst.promotora/financiadora: SESC SP

22. WACHOWICZ, M.

Marco Civil da Internet e Direitos Autorais primados na Neutralidade da Rede, 2017. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Marco Civil Internet

Áreas do conhecimento: Direito,Direito Autoral,Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Bretão. Meio de divulgação: Vários

Marco Civil da Internet e Direitos Autorais primados na Neutralidade da Rede; Local: Auditório da UFPR; Cidade: Curitiba; Evento: XI Congresso de Direito Autoral e Interesse Público - CODAIP; Inst.promotora/financiadora: Universidade Federal do Paraná

23. WACHOWICZ, MARCOS

Marco Civil da Internet e Direitos Intelectuais, 2017. (Seminário,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Marco Civil Internet, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito,Direito Autoral,Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências

adicionais:

Brasil/Português.

Home

page:

http://gedai.com.br/?q=pt-br/content/marco-civil-da-internet-legitimidade-do-processo-neutralidade-da-rede-privacidade-e

*Tema central: MARCO CIVIL DA INTERNET E DIREITOS INTELECTUAIS*Material de apoio do Prof. Dr. MARCOS WACHOWICZ - GEDAI/UFPR.Dentre as questões mais emergentes para serem refletidas no tocante ao MARCO CIVIL DA INTERNET (MCI) estão a neutralidade da rede, a privacidade e a liberdade de expressão.A apresentação tem como objetivo apresentar os princípios e fundamentos estruturantes do MCI com vistas a sua melhor aplicação pelo Poder Judiciário frente aos desafios da Sociedade Informacional.Para ter acesso ao material completo basta fazer o download gratuito do arquivo abaixo.*http://gedai.com.br/?q=pt-br/content/marco-civil-da-internet-legitimidade-do-processo-neutralidade-da-rede-privacidade-e; Local: Universidade Federal do Paraná; Cidade: Curitiba; Evento: X SEMINÁRIO INTERNACIONAL: SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL.; Inst.promotora/financiadora: Universidade Federal do Paraná*

24. WACHOWICZ, M.

Pesquisa, desenvolvimento e inovação, 2017. (Seminário,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Internet, Marco Civil Internet, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito,Direito Autoral,Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências

adicionais:

Brasil/Bretão.

Meio

de divulgação:

Vários.

Home

page:

http://www.gedai.com.br/?q=pt-br/hotsites/curso-de-transforma%C3%A7%C3%A3o-digital-e-estrat%C3%A9gia-de-regula%C3%A7%C3%A3o-da-internet

O curso de transformação digital e as novas estratégias de regulação da Internet será ofertado pelo GEDAI agora em setembro de 2017, estão abertas as inscrições on line.O Curso terá como base de análise a legislação do Marco Civil da Internet (MCI), contudo, como o MCI pode servir de inspiração para novas estratégias de regulação e desenvolvimento da Internet, no que diz respeito a confiança no ambiente digital como privacidade pessoal e de dados?É fato que as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS) - como o blockchain - têm causado nos meios de produção, circulação e consumo de bens, e também a relação entre trabalho e capital. Mais especificamente, os smart contracts (contratos inteligentes), a tecnologia blockchain e a tecnologia de Hyperledger distribuído (DLT) são novas tecnologias com o potencial de transformar radicalmente nossos sistemas econômicos e sociais.; Local: Auditório da UFPR; Cidade: Curitiba; Evento: Curso de transformação digital e as novas estratégias de regulação da Internet; Inst.promotora/financiadora: Universidade Federal do Paraná

25. WACHOWICZ, M.

Propriedad Intelectual en Brasil:, 2017. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Argentina/Espanhol. Meio de divulgação: Vários

Palestra realizada no evento em comemoração aos 10 anos do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual da FLACSO Argentina.; Local: Auditório da Flasco Argentina; Cidade: Buenos Aires - Argentina; Evento: Jornada académica: "Propiedad intelectual hoy: debates y desafíos"; Inst.promotora/financiadora: Flasco Argentina

26. WACHOWICZ, M.

Propriedade Intelectual como fator de desenvolvimento, 2017. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Empresarial

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Bretão. Meio de divulgação: Vários

I Congresso Paranaense de Direito Empresarial - palestra sobre Propriedade Intelectual como fator de desenvolvimento; Local: Auditório da OAB/PR; Cidade: Curitiba; Evento: I Congresso Paranaense de Direito Empresarial; Inst.promotora/financiadora: Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/PR

27. WACHOWICZ, M.

Direito Empresarial e Desenvolvimento: a busca pelo equilíbrio entre intervenção estatal e liberdade privada, 2016. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Empresarial

Áreas do conhecimento: Direito,Direito Comercial,Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Bretão. Meio de divulgação: Vários

LLM em Direito Empresarial Aplicado da FIEP; Local: Auditório da FIEP; Cidade: Curitiba; Evento: Aula Magna LLM em Direito Empresarial Aplicado da FIEP; Inst.promotora/financiadora: LLM de Direito Empresarial Aplicado da FIEP

28. WACHOWICZ, MARCOS

Direitos Autorais na Gestão Cultural na Internet, 2016. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Palestra para Gestores Culturais; Local: Auditório do SESC SP; Cidade: São Paulo; Evento: Curso SESC de Gestão Cultural; Inst.promotora/financiadora: SESC SP

29. WACHOWICZ, M.

Direitos de Propriedade Intelectual e as novas Tecnologias, 2016. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito,Direito Autoral

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Portugal/Português. Meio de divulgação: Vários

Palestra sobre Direito Autoral no contexto das novas tecnologias; Local: Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - Portugal; Cidade: Lisboa; Evento: CIJIC - Cibersegurança: perspectivas multiciplinares; Inst.promotora/financiadora: Universidade Classica de Lisboa - Portugal

30. WACHOWICZ, MARCOS

Jogos Digitais Educacionais: Mercado, Cultura, Educação, Direitos Intelectuais, 2016. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Autoral, Jogos Educacionais, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito,Direito Autoral,Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <http://gedai.com.br/?q=pt-br/content/v-eidc-apresenta%C3%A7%C3%A3o-do-prof-marcos-wachowicz>

Material de apoio do seminário do Prof. Dr. Marcos Wachowicz sobre JOGOS DIGITAIS: Interfaces games, cultura, educação e mercado. disponível: <http://gedai.com.br/?q=pt-br/content/v-eidc-apresenta%C3%A7%C3%A3o-do-prof-marcos-wachowiczRESUMO>: No Brasil várias universidades vêm desenvolvendo jogos digitais voltados para aprendizagem nos quais estão presentes interfaces de elementos culturais e educacionais voltados para o mercado. Os temas relacionados aos jogos digitais e sua tutela pelo Direito da Propriedade Intelectual são absolutamente atuais, sendo que, ainda não estão pacificadas as bases doutrinárias para o seu enquadramento. A doutrina encontra-se dividida, parte dela pretende enquadrá-lo como sendo uma modalidade de software, e outra, tende a aproximá-lo a uma obra audiovisual entendendo-o como uma obra multimídia.Palestra proferida durante o V ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Unifor, por meio do Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Culturais, divulga a relação dos artigos aprovados para o V Encontro Internacional de Direitos Culturais, indicando a data, o horário, o bloco e a sala nos quais devem ser apresentados. O evento foi realizado de 3 a 8 de outubro de 2016.; Local: Universidade de Fortaleza - UNIFOR; Cidade: Fortaleza; Evento: V Encontro Internacional de Direitos Culturais; Inst.promotora/financiadora: Universidade de Fortaleza - UNIFOR

31. WACHOWICZ, M.

Tecnologias e Propriedade Intelectual, 2016. (Seminário,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Direito Internacioal

Áreas do conhecimento: Direito,Direito Autoral,Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Bretão. Meio de divulgação: Vários

A Escola de Direito e o Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado) da PUCPRCONVIDAMseminário Internacional: dia 14 de dezembro, 10h00Auditório do PPGD da PUCPR Coordenação: Profs. Marcia Carla Pereira Ribeiro e Emerson GabardoPainel: Tecnologias e Propriedade IntelectualProf. Dr. Eduardo Agostinho - Decano da Escola de Direito da PUCPRProf. Dr. Antonio Carlos Efig - PUCPRProf. Dr. Marcos Wachowicz - UFPRProf. Dr. Dario Dergint - UTFPRProf. Dr. Alexandre L. Dias Pereira - UNIVERSIDADE DE COIMBRA - PT; Local: Auditório do PPGD PUCPR; Cidade: Curitiba; Evento: Seminário Internacional PPGD PUCPR; Inst.promotora/financiadora: PUCPR

32. WACHOWICZ, M.

El comercio electrónico y el proceso de armonización en Mercosur, 2015. (Seminário,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacional, Mercosul, comércio eletrônico

Áreas do conhecimento: Direito,Direito Comercial,Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: http://www.uv.es/medarb/conferencias/cartel_seminario_armonizacion.pdf

La unificación y armonización del derecho privado en Latinoamérica y Europa: NUEVOS RETOS; Local: Salón de Grados Facultad de Derecho; Cidade: Valencia - Espanha; Evento: SEMINARIO INTERNACIONAL La unificación y armonización del derecho privado en Latinoamérica y Europa: NUEVOS RETOS; Inst.promotora/financiadora: Universidad de Valencia - Espanha

33. WACHOWICZ, M.

El nuevo derecho de autor brasileño: causas de su reforma y nuevos problemas, 2015. (Seminário,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Direito Autoral, sistema internacional de patentes, direito

Áreas do conhecimento: Direito,Direito Autoral,Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Apresentação da pesquisa sobre el NUEVO DERECHO DE AUTOR BRASILEÑO: causas de su reforma y nuevos problemas; Local: Salón de Grados Facultad de Derecho; Cidade: Valência - Espanha; Evento: SEMINARIO SOBRE PROPIEDAD INTELECTUAL E INDUSTRIAL; Inst.promotora/financiadora: Universidad de Valência - Espanha

34. WACHOWICZ, M.

Gestão Coletiva de Direitos Autorais da Obra Musical: Titularidade Originária., 2015.

(Seminário,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Propriedade Intelectual, gestão coletiva de direitos autorais, direitos autorais

Áreas do conhecimento: Direito Autoral,Propriedade Intelectual,Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <http://www.gedai.com.br/?q=pt-br/content/vi-semin%C3%A1rio-internacional-gest%C3%A3o-coletiva-de-direitos-autorais-e-internet-mat-erial-do-prof>

Seminário sobre GESTÃO COLETIVA DE DIREITOS AUTORAIS DA OBRA MUSICAL: Titularidade Originária.; Local: Praça Santos Andrade, n. 50; Cidade: Curitiba; Evento: Seminário Internacional de Direito Intelectual; Inst.promotora/financiadora: Universidade Federal do Paraná - UFPR

35. WACHOWICZ, M.

Jogos digitais e propriedade intelectual, 2015. (Seminário,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Programa de computador, Direito da Propriedade Intelectual, Educação

Áreas do conhecimento: Direito,Direito Autoral,Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <http://www.comunidadesvirtuais.pro.br/seminario-jogos/2015/programacao/Apresentacao-de-trabalho-sobre-a-jogos-digitais-e-propriedade-intelectual-no-ambiente-educacional,-formas-de-protecao-pelo-direito-da-propriedade-intelectual.;> Local: Universidade do Estado da Bahia - UNEB; Cidade: Salvador - Bahia; Evento: XI SJEEC - Seminário Jogos Eletrônicos, Educação e Comuni; Inst.promotora/financiadora: Rede Brasileira de Jogos e Educação (RBJE)

36. WACHOWICZ, M.

Retos de la Propiedad Intelectual en la era de la Economía del Conocimiento, 2015. (Seminário,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito,Direito Autoral,Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <http://conocimientolibre.ciespal.org/conferencistas/Apresentacao-de-trabalho-sobre-los-Retos-de-la-Propiedad-Intelectual-en-la-era-de-la-Economia-del-Conocimiento;> Local: Andrade Marin, Quito 170135, Equador; Cidade: Quito - Equador; Evento: Seminário Internacional Capitalismo Cognitivo y Economía; Inst.promotora/financiadora: Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina - CIESPAL

37. WACHOWICZ, M.; WINTER, Luis Alexandre Carta

Between tax havens and flags of convenience: handling os cargo in Brazil and at Paranaguá Harbor, 2014. (Seminário,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Internacional, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito,Direito Internacional,Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários; Local: Rua Almerindo Lessa - 1300-663 Lisboa; Cidade: Lisboa - Portugal; Evento: Seminário Internacional; Inst.promotora/financiadora: Universidade Técnica de Lisboa - Centro de Estudos Estratégico

38. WACHOWICZ, M.

A Revisão da Lei Autoral brasileira: Possibilidades e Limites, 2011. (Seminário,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Sociedade da informação, Programa de Computador, Direito Comercial, Direito Internacional Privado

Áreas do conhecimento: Direito Autoral,Propriedade Intelectual,Direito

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários; Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; Cidade: Lisboa - Portugal; Evento: IV CURSO INTENSIVO DE VERÃO DE DIREITO DE AUTOR E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO; Inst.promotora/financiadora: Faculade de Direito da Universidade de Lisboa

39. WACHOWICZ, M.

Cultura do Plágio?, 2011. (Seminário,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Sociedade da informação, Programa de Computador, Direito Internacional, Software, Direito Comercial, Direito Internacional Privado, Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito,Propriedade Intelectual,Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: <http://www.direitoautoralfsc.br/gedai/?p=1193> UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINAPrograma de Pós-Graduação em Direito – CPGD/UFSCPRÓ-CULTURA Capes/MinCPalestra:Direitos Autorais e Culturais – CULTURA DO PLÁGIO?; Local: Auditório do CCJ; Cidade: Florianópolis; Evento: Seminário sobre Direitos Autorais e Culturais: A Cultura do Plágio?; Inst.promotora/financiadora: Universidade Federal de Santa Catarina

40. WACHOWICZ, M.

Direito do Entretenimento e Diversidade Cultural, 2011. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, direitos culturais

Áreas do conhecimento: Direito,Propriedade Intelectual,Direito Autoral

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários; Local: Auditório da UniCuritiba; Cidade: Curitiba; Evento: II Fórum Sul-Regional de Relações Internacionais; Inst.promotora/financiadora: Centro Acadêmico de Relações Internacionais

41. WACHOWICZ, M.

Direitos Autorais e acesso à cultura, 2011. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito

Referências adicionais: Brasil/Português; Local: Auditório da OAB/RJ; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: I Seminário de Direito, Artes e Políticas Culturais; Inst.promotora/financiadora: Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ

42. WACHOWICZ, M.

Novas fronteiras da propriedade intelectual, 2011. (Seminário,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Comercial, Direito Internacional Privado, Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português; Local: Auditório da AASP; Cidade: Sao Paulo; Evento: Congresso Brasileiro de Direito Comercial; Inst.promotora/financiadora: Associação dos Advogados de São Paulo - AASP

43. WACHOWICZ, M.

Plágio, direitos autorais e a socialização do conhecimento., 2011. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Autoral, Sociedade da informação, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital; Local: Universidade Federal de Santa Catarina; Cidade: Florianópolis; Evento: APG em DEBATE; Inst.promotora/financiadora: APG

44. WACHOWICZ, M.

Propriedade Industrial e Interesse Público, 2011. (Seminário,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Sociedade da informação, Programa de Computador, Direito Internacional, Software, Direito Comercial

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: www.apdi.pt; Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; Cidade: Lisboa - Portugal; Evento: IV CURSO INTENSIVO DE VERÃO DE DIREITO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL; Inst.promotora/financiadora: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

45. WACHOWICZ, M.

Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual, 2011. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Sociedade da informação, Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito Internacional, Software, Programa de Computador

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital; Local: Auditório da UFC; Cidade: Fortaleza; Evento: VI Semana do Direito UFC; Inst.promotora/financiadora: Universidade Federal do Ceará - UFC

46. WACHOWICZ, M.

Como anda a lei de direito autoral e quais os pontos mais conflitantes nesta reformulação, 2010. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, direitos culturais, diversidade cultural

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio magnético. Home page: <http://forumculturaldeflorianopolis.wordpress.com/>

O presente estudo tem por objetivo analisar a proposta de Revisão da Lei de Direito Autoral atualmente em face da Revolução da Tecnologia da Informação, para isto, faz-se uma digressão sobre as origens do direito autoral clássico, inclusive nas suas garantias constitucionais estabelecidas pela Constituição de 1988. Em seguida, são apresentados os indicadores determinantes que permitem delinear a necessidade de uma revisão legislativa para a criação de instrumentos jurídicos que promovam o acesso ao conhecimento e aos bens culturais.; Local: Florianópolis - UFSC; Cidade: Florianópolis; Evento: Seminário de Cultura do Estado de Santa Catarina; Inst.promotora/financiadora: Forum Cultural de Florianópolis

47. WACHOWICZ, M.

Direito Autoral - Como anda a Lei de Direito Autoral e quais os pontos mais conflitantes nesta reformulação, 2010. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital; Local: Auditório da UFSC; Cidade: Florianópolis; Evento: Seminário de Cultura de Santa Catarina

48. WACHOWICZ, M.

Direito, Bioética e Novas Tecnologias, 2010. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática, Sociedade da informação, Direito Comercial

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português; Local: Auditório da UFMA; Cidade: São Luis; Evento: III Congresso Brasileiro de Direito

49. WACHOWICZ, M.

Direito de Autor e Diversidade Cultural, 2010. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito Internacional, direitos culturais, diversidade cultural

Áreas do conhecimento: Direito,Propriedade Intelectual,Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: http://www.fchristus.com.br/noticias/090610_direito_autoral.php

Faculdade Christus recebe o professor doutor Marcos Wachowicz, para palestra sobre Direito do Autor e Diversidade Cultural. A atividade, promovida pela coordenação do curso de Direito, se estende não apenas aos alunos do curso mas também para alunos e professores de Administração.Na companhia da professora doutora Cláudia Leitão, coordenadora geral de Direito na faculdade, o prof. Marcos apresentará os principais questionamentos sobre o assunto, levantando o debate acerca da relação entre direitos autorais e proteção da diversidade cultural. A contextualização do assunto com os conhecimentos de Direito Constitucional e Direito Civil serão também abordados.Palestra "Direito do Autor e Diversidade Cultural"; Local: Auditório Central; Cidade: Fortaleza; Evento: Direito de Autor e Diversidade Cultural; Inst.promotora/financiadora: Faculdade Christus

50. WACHOWICZ, M.

Direitos de Autor e Diversidade Cultural, 2010. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Sociedade da informação, Programa de Computador, Direito Internacional, Software

Áreas do conhecimento: Direito,Propriedade Intelectual,Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português; Local: USP; Cidade: Sao Paulo; Evento: Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais; Inst.promotora/financiadora: Universidade de São Paulo - USP

51. WACHOWICZ, M.

O direito autoral e a diversidade cultural na sociedade da informação., 2010. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Sociedade da informação, Direito Autoral, Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Internacional, Programa de Computador, Software, Direito Comercial, Direito Internacional Privado, Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito,Propriedade Intelectual,Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital; Local: Auditório da UFSE; Cidade: Aracajú; Evento: III SENEPI - Seminário Internacional de Propriedade Intelectual; Inst.promotora/financiadora: Universidade Federal de Sergipe

52. WACHOWICZ, M.

Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Social e Econômico de Países Emergentes., 2010. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Sociedade da informação, direitos culturais

Áreas do conhecimento: Direito,Propriedade Intelectual,Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <http://www.culturaemercado.com.br/servicos/agenda/i-conferencia-internacional-sobre-a-economia-criativa-do-nordeste/>

A conferência tem como objetivo discutir estratégias de fomento à economia criativa e pensar sobre como as indústrias criativas podem colaborar para o desenvolvimento do Nordeste brasileiro, especialmente do Ceará com intercâmbio de estudos e modelos de gerenciamento.; Local: auditório da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec); Cidade: Fortaleza; Evento: I Conferência Internacional sobre Economia Criativa do Nordeste; Inst.promotora/financiadora: Universidade Federal do Ceará - UFC

53. WACHOWICZ, M.

Redes P2P e a aplicabilidade do Direito Autoral, 2010. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Sociedade da informação, Direito Autoral, Direito da Informática, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito,Propriedade Intelectual,Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital; Local: Auditório da Esmag; Cidade: Florianópolis; Evento: I Seminário Internacional sobre Propriedade Intelectual e Alta Tecnologia; Inst.promotora/financiadora: Escola da Magistratura do Estado de Santa Catarina

54. WACHOWICZ, M.

Rumos do Direito Autoral na Sociedade da Informação, 2010. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Sociedade da informação, Programa de Computador, Direito Internacional, Software, Direito Comercial, Direito Internacional Privado

Áreas do conhecimento: Direito,Propriedade Intelectual,Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio magnético; Local: Auditório da Unissinos; Cidade: Porto Alegre; Evento: Direito, Arte e Tecnologia: Rumos do Direito Autoral na Sociedade da Informação; Inst.promotora/financiadora: Unissinos - Universidade do Rio dos Sinos

55. WACHOWICZ, M.

O direito eletrônico e a propriedade intelectual, 2009. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português; Evento: II Seminário Nordestino de Propriedade Intelectual - SENEPI

56. WACHOWICZ, M.

O desenvolvimento Tecnológico: patenteabilidade e desenvolvimento econômico social, 2008.
(Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso; Local: PUCPR; Cidade: Curitiba; Evento: Semana Internacional de Pesquisa em Desenvolvimento Tecnológico: da Sociedade Globalizada aos desafios da Biomedicina; Inst.promotora/financiadora: Programa de Mestrado e Doutorado da PUCPR

57. WACHOWICZ, M.

Propriedade Intelectual: Biotecnologia, Conhecimento Tradicional e Desenvolvimento, 2008.
(Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Constitucional, Direitos Humanos, Proteção dos Direitos Humanos

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Constitucional, Direitos Especiais

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital; Local: Teatro Fernanda Montenegro; Cidade: Curitiba; Evento: Seminário de Direitos Humanos - Os desafios da construção de novas perspectivas para os Direitos Humanos frente ao direito indígena e as inusitadas questões de biopirataria.; Inst.promotora/financiadora: Faculdade Opet

Demais produções bibliográficas

1. DELICH, V.; WACHOWICZ, MARCOS

Licenças Compulsórias para exportação: operacionalização no ordenamento jurídico argentino.
Curitiba: Editora IODA, 2022. (Artigo, Tradução)

Palavras-chave: direito, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <https://revista.ioda.org.br/index.php/rrddis/article/view/73/46>

O presente texto enfoca o artigo 31bis do Acordo TRIPS (Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio), com o objetivo de explorar sua possível implementação na Argentina. O dispositivo visa permitir o licenciamento compulsório para exportações para países terceiros sem capacidade de produção local. Embora tenham passado muitos anos desde que este sistema de licenciamento compulsório foi negociado pela primeira vez e mais de 4 anos desde que entrou em vigor, poucos países fizeram uso do mecanismo nele estabelecido. A Argentina é um país que tem a infraestrutura para produzir medicamentos e poderia potencialmente tornar-se um exportador eficiente de medicamentos; no entanto, ainda não implementou os mecanismos para fazer uso da possibilidade prevista no TRIPS

2. WACHOWICZ, M.; COSTA, José Augusto Fontoura; STAUT JR, S.; Ribeiro, M.C.P.

Estudos de Direito de Autor e Interesse Público - XIII CODAIP. Curitiba:GEDAI UFPR, 2019. (Prefácio, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, direito

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Home page: <https://www.gedai.com.br/anais-do-xiii-codaip/>

O XIII Congresso de Direito de Autor e Interesse Público (XIII CODAIP), teve como temática central os "A revolução da internet e as novas fronteiras dos Direitos Autorais", tendo sido realizado nos dias 6 e 7 de novembro de 2019, no grande auditório da UniCuritiba, propiciou o debate entre os diversos setores da academia, profissional e artístico e a sociedade interessada no debate sobre os desafios atuais do Direito de Autor em meio ao novo ambiente tecnológico da Sociedade da Informação. O XIII CODAIP, promovido pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI / UFPR, alcançou o objetivo principal de realizar o intercâmbio de informações e a reflexão sobre os temas relacionados à propriedade intelectual.

3. WACHOWICZ, MARCOS

Software e direitos de propriedade intelectual. Curitiba:GEDAI UFPR, 2019. (Prefácio, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Software, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Ser convidado a prefaciar um livro é algo que sempre nos traz muita satisfação. Ser convidado a prefaciar uma obra resultante de profundas e sérias pesquisas realizadas por Heloisa Gomes Medeiros, durante o seu curso de doutorado, sem a menor dúvida, é motivo de júbilo. Conheci Heloisa nos seus primeiros passos no mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina, quando aceitei ser seu orientador. Anos depois, novamente, como orientador de seu doutorado, sempre tivemos um fraterno convívio acadêmico. As pesquisas de Heloisa refletem, sem dúvida, tratar-se de um profissional com intensa atividade acadêmica, possuindo o mérito de aglutinar a percepção social e tecnológica que envolve a Sociedade Informacional, com os mais diversos e mais variados aspectos dos temas relacionados com os Direitos Intelectuais. A presente obra é fruto de intensas reflexões sobre as dimensões dos Direitos Intelectuais em suas sobreposições no ambiente tecnológico informacional, com uma metodologia inovadora na construção do conhecimento, trata-se uma obra singular pela concepção final da obra. O pensamento jurídico de Heloisa subjacente na obra, se revela na fluência do texto, na homogeneidade da escrita, fazendo com que o leitor perceba que está diante de uma doutrina sólida e consistente.

4. WACHOWICZ, MARCOS

Estudos de Direito de Autor e Interesse Público - XII CODAIP. Curitiba:GEDAI UFPR, 2018. (Prefácio,

Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

O XII Congresso de Direito de Autor e Interesse Público (XII CODAIP), teve como temática central os “A revolução da internet e as novas fronteiras dos Direitos Autorais”, tendo sido realizado nos dias 6 e 7 de novembro de 2018, no grande auditório da UniCuritiba, propiciou o debate entre os diversos setores da academia, profissional e artístico e a sociedade interessada no debate sobre os desafios atuais do Direito de Autor em meio ao novo ambiente tecnológico da Sociedade da Informação. O XII CODAIP, promovido pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI / UFPR, alcançou o objetivo principal de realizar o intercâmbio de informações e a reflexão sobre os temas relacionados à propriedade intelectual.

5. WACHOWICZ, M.

Diálogos culturais em rede: inquietações teóricas e práticas. Fortaleza: IBDCult., 2017. (Prefácio, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, direitos culturais

Áreas do conhecimento: Direito, Direitos culturais, Direito Autoral

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

A presente obra é fruto de intensas reflexões sobre as dimensões dos Direitos Culturais, com uma metodologia inovadora na construção do conhecimento, trata-se de uma obra colaborativa, na qual todos os pesquisadores são responsáveis intelectualmente pela concepção final da obra. O pensamento colaborativo subjacente na obra se revela na fluência do texto, na homogeneidade da escrita, fazendo com que o leitor perceba que está diante de uma doutrina sólida e consistente. Quero congratular a todos os pesquisadores cujos esforços resultaram na presente obra, que por certo será um livro de referência aos estudiosos dos temas ligados aos direitos culturais, ainda mais por terem aceitado o desafio de uma fusão de pensamentos, de realizar uma criação colaborativa, tão profunda, que faz com que haja uma coerência estruturante de todo o pensamento jurídico no qual foi erigido o livro. A proposta do livro vai muito mais além de uma coletânea de artigos no âmbito dos Direitos Culturais, mas trata de vários aspectos sempre com implicações e reflexões para a realidade brasileira.

6. WACHOWICZ, MARCOS

Estudos de Direito de Autor e Interesse Público - XI CODAIP. Curitiba: GEDAI PUBLICAÇÕES, 2017. (Prefácio, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Bretão. Meio de divulgação: Vários. Home page:

http://www.gedai.com.br/sites/default/files/publicacoes/anais_xi_codaip-2017-gedai.pdf

O XI Congresso de Direito de Autor e Interesse Público (XI CODAIP), teve como temática central os “A revolução da internet e as novas fronteiras dos Direitos Autorais”, tendo sido realizado nos dias 6 e 7 de novembro de 2017, no grande auditório da UniCuritiba, propiciou o debate entre os diversos setores da academia, profissional e artístico e a sociedade interessada no debate sobre os desafios atuais do Direito de Autor em meio ao novo ambiente tecnológico da Sociedade da Informação. O XI CODAIP, promovido pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI / UFPR, alcançou o objetivo principal de realizar o intercâmbio de informações e a reflexão sobre os temas relacionados à propriedade intelectual.

7. WACHOWICZ, M.

Estudos de Direito de Autor e Interesse Público - Anais do X CODAIP. Curitiba: GEDAI UFPR, 2016. (Prefácio, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page:

http://www.gedai.com.br/sites/default/files/publicacoes/xcodaip_anais_e-book_1.compressed.pdf

O X Congresso de Direito de Autor e Interesse Público (X CODAIP), teve como temática central os “Direitos Autorais em perspectiva: o despertar para o interesse público”, tendo sido realizado nos dias 7 e 8 de novembro de 2016, no grande auditório da UniCuritiba, propiciou o debate entre os diversos setores da academia, profissional e artístico e a sociedade interessada no debate sobre os desafios atuais do Direito de Autor em meio ao novo ambiente tecnológico da Sociedade da Informação. O X CODAIP, promovido pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI / UFPR, alcançou o objetivo principal de realizar o intercâmbio de informações e a reflexão sobre os temas relacionados à propriedade intelectual. Com uma abordagem interdisciplinar e enfocando os aspectos jurídicos, sociológicos, tecnológicos e econômicos, acreditamos que o Direito Autoral deve estimular a difusão do conhecimento e, nessa perspectiva, repensar os mecanismos jurídicos adequados para sua efetiva tutela é um desafio na Sociedade da Informação. A 10ª edição do CODAIP é um espaço que reúne a academia e especialistas para uma discussão que envolve não apenas o Direito de Autor em sua dimensão privada, mas na dimensão do Interesse Público que envolve os bens intelectuais. Nesta edição de 2016 se realizou uma reflexão dos últimos dez anos dos avanços que ocorreram no campo da propriedade intelectual frente às novas tecnologias da informação. Além de esboçar novas perspectivas para que no futuro se alcance uma sociedade mais justa e igualitária no que se trata da difusão dos bens intelectuais

8. WACHOWICZ, M.

Propriedade Intelectual Desenvolvimento na Agricultura. Curitiba: GEDAI UFPR, 2016. (Prefácio, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, direito

Áreas do conhecimento: Direito, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Bretão. Meio de divulgação: Vários. Home page: <http://www.gedai.com.br/?q=pt-br/content/propriedade-intelectual-desenvolvimento-na-agricultura>

A presente obra foi concebida por Denis Borges Barbosa pela sua preocupação com a importância da temática da Propriedade Intelectual em suas diversas interfaces com as questões da agricultura em nosso país de dimensões continentais. Assim é que apresentou o tema para que no âmbito do Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial coordenássemos juntos os trabalhos de elaboração desta obra coletiva. A proteção de variedades de plantas pelo sistema de patentes impõe, em tese, requisitos mais elevados do que o de cultivares, trata-se de sistema sui generis, menos exigente, que garante de outro lado um menor rol de direitos exclusivos. As questões trazidas na presente obra são absolutamente fundamentais para a elaboração de políticas públicas para o setor e indispensáveis para os estudiosos do tema da tutela jurídica da propriedade intelectual no âmbito da agricultura. Temos aqui o resultado de dois anos de trabalhos realizados por pesquisadores nacionais e estrangeiros que formaram uma rede de pesquisa.

9. WACHOWICZ, M.

Direito Autoral e Marco Civil da Internet. Curitiba:GEDAI UFPR, 2015. (Prefácio, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Propriedade Intelectual, Marco Civil Internet, Revolução da Tecnologia da Informação, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: www.gedai.com.br

O livro é produto dos instigantes trabalhos desenvolvidos ao longo dos últimos três anos dentro das linhas de pesquisa do GEDAI, os quais foram concomitantes com a construção, elaboração e promulgação da Lei 12.965/14, conhecida no País como Marco Civil da Internet.

10. WACHOWICZ, M.

Estudos de Direito de Autor e Interesse Público - Anais do IX CODAIP. Curitiba:GEDAI UFPR, 2015. (Prefácio, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Bretão. Meio de divulgação: Vários. Home page: <http://www.gedai.com.br/?q=pt-br/content/anais-do-ix-codaip>

Com o tema "DIREITO AUTORMAL e AMBIENTE DIGITAL – 20 anos da Agenda Digital da OMP", o IX Congresso de Direito de Autor e Interesse Público (IX CODAIP), realizado nos dias 03 e 04 de novembro de 2015, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), tem com a finalidade principal propiciar o debate entre os diversos setores da academia, profissional e artístico na seara dos Direitos Autorais e Culturais sobre a necessidade da reforma da lei autoral dentro do contexto cultural e tecnológico da sociedade brasileira. O IX Congresso de Direito de Autor e Interesse Público (IX CODAIP), promovido pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI, teve como objetivo principal propiciar o intercâmbio de informações e a reflexão sobre os temas relacionados à propriedade intelectual. A cada ano, o CODAIP se consolida como um importante espaço de discussão no campo do Direito Autoral e do interesse público trazendo ao debate questões relativas ao acesso à informação, à educação, à cultura e ao desenvolvimento.

11. WACHOWICZ, M.

Estudos de Direito de Autor e Interesse Público - Anais do VIII CODAIP. Curitiba:GEDAI UFPR, 2014. (Prefácio, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, diversidade cultural, Revolução Tecnológica da Informação, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: www.gedai.com.br

O VIII Congresso de Direito de Autor e Interesse Público – VIII CODAIP, foi promovido pelo Grupo de Estudos de Direitos Autorais e Informação – GEDAI, em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR, e teve como objetivo principal propiciar o intercâmbio de informações e a reflexão sobre os temas relacionados à propriedade intelectual.

12. WACHOWICZ, M.

Estudos de Direito de Autor e Interesse Público - Anais do VI CODAIP. Florianópolis:Estudos de Direito de Autor e Interesse Público - Anais do VI CODAIP, 2013. (Prefácio, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: www.gedai.com.br

O VI CODAIP foi realizado nos dias 8 e 9 de outubro de 2012, nas dependências da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR e no espaço cultural Santa Maria, situados na Praça Santos Andrade em Curitiba. O evento estimulou uma análise crítica dos aspectos legais, sociais, culturais e econômicos da Propriedade Intelectual e promoveu o debate sobre a eficácia da atual legislação na sociedade da informação. A cada ano, o CODAIP se consolida como um importante espaço de discussão no campo do Direito Autoral e do interesse público, trazendo ao debate questões relativas ao acesso à informação, à educação, à cultura e ao desenvolvimento.

13. WACHOWICZ, M.

Estudos de Direito de Autor e Interesse Público - Anais do VII CODAIP. Curitiba:GEDAI UFPR, 2013. (Prefácio, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro. Home page: www.gedai.com.br
O VII Congresso de Direito de Autor e Interesse Público – VI CODAIP, foi promovido pelo Grupo de Estudos de Direitos Autorais e Informação –GEDAI, em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR, e teve como objetivo principal propiciar o intercâmbio de informações e a reflexão sobre os temas relacionados à propriedade intelectual.

14. WACHOWICZ, M.; MATIAS, J.L.N.

Propriedade e Meio Ambiente: em busca de sua convergência. Florianópolis: Editora Boiteux, 2010. (Prefácio, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

A obra "Propriedade e Meio Ambiente: em busca de sua convergência" é produto das discussões realizadas durante o III Simpósio Internacional de Propriedade e Meio Ambiente e o III Encontro Temático do Projeto Casadinho. O evento reuniu em Fortaleza pesquisadores dos Programas de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Ceará e da Universidade Federal de Santa Catarina, bem como convidados de outras instituições parceiras do Brasil e de Portugal. Estamos no terceiro livro oriundo do Projeto Casadinho, financiado pelo CNPQ, cujos trabalhos demonstram a necessária convergência entre o direito de propriedade e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Uma das dimensões mais marcantes do direito de propriedade é a sua historicidade, ou seja, a sua conformação adequada aos valores de cada época e lugar. Dessa forma, à medida que a sociedade reclama por anteparos, é emergencial o surgimento de mudanças estruturais e funcionais em torno do direito de propriedade. Por outro lado, a crise ambiental que ora se enfrenta é produto da sociedade de risco e da pós-modernidade. Notadamente, a teoria do risco demanda transformações no direito privado, de forma a minimizar os impactos da crise ambiental e controlar as dimensões do risco. Se lidar com o risco certo e em potencial, já era difícil no paradigma anterior, imagina gerir riscos imprevisíveis, em abstrato, em virtude das incertezas científicas. A racionalidade jurídica clássica, pautada na segurança e em conceitos engessados, não é suficiente para lidar com a complexidade que permeia a relação da propriedade com o meio ambiente, o que faz a discussão ultrapassar um olhar técnico e meramente dogmático, adquirindo um caráter transdisciplinar.

15. WACHOWICZ, M.; WINTER, Luis Alexandre Carta; ANNONI, Danielle

Direito Internacional. Desenvolvimento e integração. Curitiba: Editora Juruá, 2009. (Prefácio, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: Direito Internacional Privado, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Sociedade da informação, Direito Comercial

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

16. WACHOWICZ, M.; MATIAS, J.L.N.

ESTUDOS DE DIREITO DE PROPRIEDADE E MEIO AMBIENTE: novas perspectivas para um velho direito. Florianópolis: Editora Boiteux, 2009. (Prefácio, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Programa de Computador, Sociedade da informação, Direito Internacional, Direito Ambiental

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

17. WACHOWICZ, M.

Direito à Intimidade na Internet. Curitiba: Juruá Editora, 2003. (Prefácio, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: direito informático

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

18. WACHOWICZ, MARCOS; COSTA, José Augusto Fontoura; STAUT JUNIOR, S. S.; Ribeiro, M.C.P.

Estudos de Direito de Autor e Interesse Público - Anais do XVI CODAIP. Curitiba: Editora IODA, 2023. (Apresentação, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências

adicionais: Brasil/Português.

Home

page:

<https://www.gedai.com.br/anais-do-xvi-codaip-estudos-de-direito-de-autor-e-interesse-publico/>

Anais do XVI CODAIP – Estudos de Direito de Autor e Interesse Público O XVI Congresso de Direito de Autor e Interesse Público (CODAIP) abordou temas relevantes da área do Direito da Propriedade Intelectual como: (i) Direitos Autorais: Metaverso, NFT's, Patrimônio Cultural, Regulação da Internet e a nova Economia Internacional de Dados; (ii) mercado musical, streaming, Gestão Coletiva de Direitos Autorais, Economia Criativa e o entendimento do Poder Judiciário, e (iii) a tecnologia digital e os processos de reforma em curso da legislação no Brasil e no Mundo. Nesta 16ª edição, o CODAIP prestou homenagem ao Professor Doutor José de Oliveira Ascensão falecido no ano de 2022, com a publicação de uma obra póstuma da lavra do próprio professor Ascensão, que foi advogado, jurista luso-brasileiro e professor, nascido em Luanda, Angola, no dia 13 de novembro de 1932. O lançamento da obra póstuma "Estudos de José de Oliveira Ascensão – Direito Autoral & Sociedade Informacional" no XVI CODAIP é a concretização de um projeto do Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI, que contemplou os seus principais escritos sobre Direitos Intelectuais e os desafios diante das novas tecnologias da informação e comunicação que foram escritos publicados em vida, que são de extrema importância para os estudos da propriedade intelectual no século XXI. Na sua 16ª edição, mais de 150 (cento e cinquenta) palestras, que apresentaram suas ideias e reflexões, que fomentaram debates e discussões on-line das novas fronteiras do Direito Autoral, durante o CODAIP tivemos mais de 18.577 visualizações, foram mais de 3.184 horas de exibição pelo Canal do YouTube. O CODAIP contou ainda com quase 3.000 participantes on line, com grupos de pesquisas de todos os continentes, consolidando o evento como um dos mais importantes realizados no país, com impacto internacional. Nos Anais do XVI CODAIP para melhor sistematizar os artigos selecionados, bem como, melhor estruturar

19. WACHOWICZ, MARCOS; COSTA, José Augusto Fontoura; STAUT JUNIOR, S. S.; Ribeiro, M.C.P. Estudos de Direito de Autor e Interesse Público - Anais do XV CODAIP. Curitiba: Editora IODA, 2022. (Apresentação, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Digital, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: <https://www.gedai.com.br/anais-do-xv-codaip-estudos-de-direito-de-autor-e-interesse-publico-2/>

Anais do XV CODAIP – Estudos de Direito de Autor e Interesse Público O XV Congresso de Direito de Autor e Interesse Público (CODAIP) abordou os impactos das novas tecnologias da INTERNET e a modernização do Direito Autoral, porém devido a pandemia do COVID-19, acatou as medidas sanitárias impostas de restrição de mobilidade e de isolamento social, sendo realizado totalmente on-line entre os dias 3 a 5 de novembro de 2021, tendo sido organizado pelo o Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial (GEDAI) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Na sua 15ª edição, mais de 150 (cento e cinquenta) palestras, que apresentaram suas ideias e reflexões, que fomentaram debates e discussões on-line das novas fronteiras do Direito Autoral, durante o CODAIP tivemos mais de 2.100 horas de visualizações pelo canal do YouTube. O CODAIP contou ainda com quase 3.000 participantes online, com grupos de pesquisas de todos os continentes, consolidando o evento como um dos mais importantes realizados no país, com impacto internacional. Para melhor sistematizar os artigos selecionados e estruturar os anais com os trabalhos que agora são publicados, a presente obra foi dividida em 6 (seis) capítulos, a saber: – Novas Fronteiras do Direito Autoral – Gestão de Direitos Autorais no Entorno Digital – Direitos Intelectuais, Técnica e Concorrência – Tutela Material e Processual dos Direitos Intelectuais – Novas Tecnologias e Direitos Intelectuais – Direito Autoral Internacional e Cultura Digital O CODAIP repercutiu o cenário mundial dos Direitos Autorais passa por grandes e intensos debates, revelando as tendências e posicionamentos do pensamento Americano, Europeu, Latino-Americano e da África Lusófona, bem como, dos principais centros de pesquisa sobre a criação, distribuição e uso de bens digitais num mundo globalizado e conectado pela INTERNET. Para ter acesso ao conteúdo do livro, faça gratuitamente o download do arquivo abaixo:

20. WACHOWICZ, MARCOS

Estudos de José de Oliveira Ascensão sobre direito autoral & sociedade informacional. Curitiba: Editora IODA, 2022. (Apresentação, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Esta obra póstuma de José de Oliveira Ascensão, advogado, jurista e professor, nascido em Luanda, Angola, no dia 13 de novembro de 1932, trata-se de um projeto do Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI, contemplando os seus principais escritos sobre Direitos Intelectuais e os desafios diante das novas tecnologias da informação e comunicação, com o intuito de prestar-lhe uma homenagem ao muito que contribuiu para a formação de gerações de pesquisadores aqui no Brasil, e não só, com a tradução dos seus escritos em inglês propiciar-lhe uma amplitude maior de difusão do seu pensamento, nos escritos que ainda são relevantes para os estudiosos dos Direitos Intelectuais. Contudo, no transcorrer da elaboração deste projeto de livro, de compilação e de revisão dos originais para publicação em português e inglês, fomos tomados pela notícia do falecimento de nosso querido professor, isto em 06 de março de 2022. Com a autorização dos familiares do professor Ascensão continuamos e conseguimos finalizar o presente livro, agora com uma gratidão maior, como uma homenagem a essa pessoa maravilhosa que nos legou em seus livros compreensões e interpretações fundamentais para o estudo da Teoria do Direito, e principalmente dos Direitos Autorais. Para ter acesso integral a obra basta clicar no link: <https://www.gedai.com.br/estudos-de-jose-de-oliveira-ascensao-sobre-direito-autoral-sociedade-informacional/>

21. WACHOWICZ, MARCOS

RRDDIS – Revista Rede de Direito Digital, Intelectual & Sociedade. Curitiba: Editora IODA, 2022. (Apresentação, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Digital, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: <https://www.gedai.com.br/revista-academica-de-propriedade-intelectual-e-tecnologia-da-ufpr/>

Revista Acadêmica de Propriedade Intelectual e Tecnologia da UFPR Revista Rede de Direito Digital, Intelectual e Sociedade (RRDDIS), surge para ampliar o debate sobre os direitos digitais e intelectuais, com qualidade acadêmica, qual também se estabelece, pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial (GEDAI) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Através do impulso dado pelo Instituto Observatório de Direito Autoral (IODA), que é uma associação científica sem fins lucrativos, inserido na área do Direito da Propriedade Intelectual no Brasil, que conta com o apoio internacional da Rede Ibero Americana de Propriedade Intelectual (RIAPI). Após vários fascículos publicados e muito bem recebidos pela comunidade acadêmica, a RRDDIS segue, neste número (RRDDIS v. 2, n. 4, jul./dez. 2022), amplia as discussões e propondo novas reflexões a respeito dos direitos digitais e intelectuais com comprometimento e rigor científico.

22. WACHOWICZ, MARCOS

Studies by José de Oliveira Ascensão on Copyright Law & the Information Society. Curitiba: Editora IODA, 2022. (Apresentação, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: chrome-extension://efaidnbmnnpkajpcjglcfliefndmkaj/https://ioda.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Estudos-de-Jose-Oliveira-Ascensao_Ingles-2.pdf

This posthumous piece of work by José de Oliveira Ascensão, a lawyer, jurist and professor, born in Luanda, Angola, on November 13, 1932, is a project of the Study Group on Copyright and Industrial Law – GEDAI. It encompasses Ascensão's main writings on Intellectual Rights and the challenges facing the new information and communication technologies, with the aim of paying tribute to the

man who contributed so much to the training of generations of researchers here in Brazil. Therefore, the translation of his writings into English provides his thoughts and writings with a major breadth of diffusion, as his work is still of great relevance to scholars of Intellectual Rights worldwide. Nevertheless, in the course of preparation of this book project, while compiling and revising the originals for publication in Portuguese and English, we were taken by the sad news of our dear professor's death, on March 6, 2022. Under permission of Professor Ascensão's family, we continued working on our project and managed to finish this book, now with an even greater gratitude. This represents a tribute to such a wonderful person whose legacy can be found in his books – the understandings and fundamental interpretations for the study of the Theory of Law, and especially of Copyright.

23. WACHOWICZ, MARCOS; STAUT JUNIOR, S. S.; Ribeiro, M.C.P.; FONTOURA COSTA, JOSÉ AUGUSTO

Estudos de Direito de Autor e Interesse Público Anais do XIV CODAIP. Curitiba:GEDAI UFPR, 2021. (Apresentação, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: *Direito Autoral, Propriedade Intelectual*

Áreas do conhecimento: *Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual*

Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: *Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: https://www.gedai.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Anais-do-XIV-CODAIP_eletronico.pdf*

XIV Congresso de Direito de Autor e Interesse Público (CODAIP) abordou os impactos das novas tecnologias da INTERNET e a modernização do Direito Autoral, porém devido a pandemia do COVID-19, acatou as medidas sanitárias impostas de restrição de mobilidade e de isolamento social, sendo realizado totalmente on-line entre os dias 3 a 6 de novembro de 2020, tendo sido organizado pelo o Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial (GEDAI) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). A finalidade principal do CODAIP é propiciar o debate entre os diversos setores da academia, profissional e artístico na seara dos Direitos Autorais e Culturais sobre a necessidade da reforma da lei autoral dentro do contexto cultural e tecnológico da sociedade brasileira. No evento, os participantes, além das palestras, painéis e estudos de casos, poderão participar dos Workshops dos principais Grupos de Pesquisa do país e do exterior, permitindo que eles conheçam suas linhas de pesquisas e os seus trabalhos mais atuais.

24. WACHOWICZ, MARCOS; GRAU-KUNTZ, K.

Estudos de Propriedade Intelectual em Homenagem ao Prof. Dr. Denis Borges Barbosa. Curitiba: Editora IODA, 2021. (Apresentação, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: *direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacional, Direito Digital*

Áreas do conhecimento: *Direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual*

Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: *Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <https://www.gedai.com.br/estudos-em-homenagem-a-denis-borges-barbosa/>*

O livro organizado por Marcos Wachowicz e Karin Grau-Kuntz publicado em novembro de 2021, aglutina estudos de juristas nacionais e internacionais que se reuniram para homenagear nosso querido amigo, professor e jurista Denis Borges Barbosa que neste ano de 2021, completa 5 anos de sua ausência. Por isso é que foi organizada uma obra coletiva, que agora publicamos para toda a comunidade acadêmica, com acesso aberto para que novos estudos de sua obra, possam gerar novas reflexões abrindo caminho para futuras gerações de pesquisadores e juristas. As questões trazidas na presente obra coletiva "Estudos de Propriedade Intelectual em Homenagem ao Prof. Dr. Denis Borges Barbosa" são absolutamente fundamentais para a elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento tecnológico e inovação do país nos setores estratégicos nacionais e indispensáveis para os estudiosos do tema da tutela jurídica da propriedade intelectual. Com certeza todo este nosso esforço, que agora culmina com a publicação desta obra coletiva, haverá de ser um sucesso e, em muito contribuirá para o estudo do Direito, mais especificamente para a área do Direito da Propriedade Intelectual, que sempre requer pesquisas constantes e aprofundadas. Esperamos que agora, com a publicação do livro em formato digital e disponibilizado online de forma aberta, todos possam conhecer, divulgar e compartilhar esta obra magnífica em suas redes sociais. Parabenzamos a todos os Coautores pelo maravilhoso trabalho!

25. WACHOWICZ, MARCOS

RRDDIS – Revista Rede de Direito Digital, Intelectual & Sociedade. Curitiba: Editora IODA, 2021. (Apresentação, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: *direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacional, Direito Digital*

Áreas do conhecimento: *Direito, Direito Autoral, Direito Digital*

Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: *Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <https://www.gedai.com.br/gedai-lanca-revista-especializada-vinculada-ao-ppgd-ufpr/>*

RRDDIS – Revista Rede de Direito Digital, Intelectual & Sociedade foi criada com o propósito de divulgação da produção científica no âmbito da Ciência Jurídica, visando também a interdisciplinaridade com áreas afins que tratam das novas tecnologias na Sociedade Informacional. Tem como missão difundir a pesquisa e o conhecimento científico desenvolvido pela comunidade brasileira e internacional, formando uma rede de pesquisadores e especialistas. A RRDDIS, surge para ampliar o debate sobre os direitos digitais e intelectuais, com qualidade acadêmica, qual também se estabelece, pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial (GEDAI) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), através do impulso dado pelo Instituto Observatório de Direito Autoral (IODA), que é uma associação científica sem fins lucrativos, inserido na área do Direito da Propriedade Intelectual no Brasil, que conta com o apoio internacional da Rede Ibero Americana de Propriedade Intelectual (RIAPI). O Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) houve por incluir a RRDDIS como uma nova revista científica no âmbito deste PPGD/UFPR, possibilitando a sua inclusão no Sistema de Bibliotecas (SIBI) da UFPR, que fará com que seu conteúdo esteja permanentemente acessível na plataforma e sistemas institucionais de consulta da UFPR. A RRDDIS permite a distribuição e reprodução gratuita e total ou parcial adotando a Licença Creative Commons — Atribuição 4.0 Brasil — CC BY 4.0 BR, que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e da publicação.

26. WACHOWICZ, MARCOS; CORTIANO, M.

Sociedade Informacional e Propriedade Intelectual. Curitiba: Editora IODA, 2021. (Apresentação, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Digital, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <https://www.gedai.com.br/sociedade-informacional-propriedade-intelectual/>

A publicação desta obra coletiva sobre "Sociedade informacional & propriedade intelectual", é mais uma publicação do GEDAI, coordenada por Marcos Wachowicz, desta vez com a parceria de Marcelle Cortiano. A problemática tratada, de grande atualidade e interesse, oscila entre a questão: que propriedade intelectual para a sociedade informacional? E aquela outra: que sociedade informacional para a propriedade intelectual? Este livro reúne contributos de vários especialistas e oferece um conjunto de estudos e reflexões sobre questões de grande atualidade e interesse, na interseção entre sociedade informacional e propriedade intelectual, e questões conexas. Aos organizadores da obra e a todos quantos nela colaboraram as minhas felicitações, bem como a recomendação para que o público a leia, quer estudantes e pesquisadores, quer profissionais do foro. Clique no link abaixo para fazer gratuitamente o Download do conteúdo completo do Livro: <https://www.gedai.com.br/sociedade-informacional-propriedade-intelectual/>

27. WACHOWICZ, M.

Proteção de dados pessoais em perspectiva: LGPD e RGPD na ótica do direito comparado. Curitiba:GEDAI UFPR, 2020. (Apresentação, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: direito, proteção de dados, Lei Geral de Proteção de Dados

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: www.gedai.com.br

O livro "PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS EM PERSPECTIVA: LGPD e RGPD na ótica do direito comparado" é fruto de trabalho de pesquisa desenvolvido pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI, dentro das atividades acadêmicas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná – PPGD/UFPR. Em maio de 2018 entrou em vigor o Regulamento Geral de Proteção de Dados – RGPD 2016/679. O RGPD é um regulamento do direito europeu sobre privacidade e proteção de dados pessoais, aplicável a todos os indivíduos na União Europeia e Espaço Econômico Europeu. Regulamenta também a exportação de dados pessoais para fora da UE e EEE. Em agosto de 2018 no Brasil, foi editada a Lei 13.709, denominada a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, o texto é inspirado na legislação europeia (RGPD) e estabelece também que empresas que tenham como atividade centrada no tratamento sistemático de dados pessoais sejam obrigadas a ter um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais – Data Protection Officer (DPO). As atividades e os estudos do GEDAI com base nestes marcos regulatórios, no âmbito das suas linhas de pesquisa sobre Sociedade da Informação: Democracia e Inclusão Tecnológica se iniciaram em 2018 e finalizaram recentemente, em outubro de 2020. Foram meses de intensa atividade de pesquisa, debates e reflexões envolvendo temas atualizados acerca da Proteção de Dados Pessoais.

28. TERLIZZI, Maria Sol; WACHOWICZ, MARCOS

Propiedad intelectual, sociedad y desarrollo : reflexiones desde Latinoamérica. Buenos Aires:Flacso/Argentina, 2019. (Apresentação, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <https://dl.airtable.com/.attachments/332e91d9a7f79d509e21ece0f5586386/91d8b8d1/PropiedadIntelectual-FlacsoGedai-Ebook.pdf>

Este libro surge de una iniciativa conjunta entre el Programa de Derecho y Bienes Públicos de FLACSO Argentina y el Grupo de Estudios de Derecho Autoral e Industrial (GEDAI) de la Universidad Federal de Paraná (UFPR) de Brasil. Ambas instituciones participan de los congresos y seminarios internacionales que las dos casas de estudio realizan desde hace varios años. Con el fin de fortalecer la colaboración continua, presentamos esta publicación colectiva. Esta obra reúne algunas de las investigaciones que se presentaron en el IV Seminario internacional "Propiedad intelectual, sociedad y desarrollo: lecturas no unívocas", desarrollado en la FLACSO Argentina en octubre de 2019, del cual participaron numerosos ponentes en mesas redondas y ponencias libres. Los problemas vinculados al universo de la propiedad intelectual son vastos (variedades vegetales y semillas, protección del software, nuevas tecnologías, acuerdos y negociaciones internacionales, entre muchos otros). En el IV Seminario se discutieron estos aspectos. Puesto que los temas planteados en esa oportunidad continúan vigentes y requieren de mayor debate, presentamos aquí una selección de artículos revisados para esta publicación.

29. WACHOWICZ, M.; CANUT, L.

Análise da estratégia brasileira para transformação digital: comentários ao decreto nº 9319/18. Curitiba:GEDAI PUBLICAÇÕES, 2018. (Apresentação, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Informático, Internet, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, DIREITO DA INFORMÁTICA

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Bretão. Meio de divulgação: Vários. Home page: <http://www.gedai.com.br/?q=pt-br>

A presente obra é fruto de um trabalho de pesquisa desenvolvido pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI, dentro das atividades acadêmicas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná – PPGD/UFPR. O GEDAI dentro das suas linhas de pesquisa sobre Sociedade da Informação: Democracia e Inclusão Tecnológica iniciou em janeiro de 2017 os seus trabalhos de pesquisa e finalizados agora em julho de 2018, foram 18 (dezoito) meses de intensa atividade de pesquisa, debates e reflexões. O Projeto de Pesquisa Transformação Digital da Economia brasileira desenvolvido pelo GEDAI teve a coordenação dos professores Marcos Wachowicz e Leticia Canut, agora culmina com a presente publicação contou com o apoio da CAPES e CNPq.

30. WACHOWICZ, M.

Direito Autoral e Economia Criativa. Curitiba:GEDAI UFPR, 2015. (Apresentação, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: Direito Autoral, direitos culturais, economia criativa, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: www.gedai.com.br
A obra é fruto de um intercâmbio acadêmico sólido realizado por pesquisadores do Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial (GEDAI) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em parceria com outros grupos de pesquisas: Associação Portuguesa de Direito Intelectual (APDI) – Portugal Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual (IBPI) – Brasil

31. WACHOWICZ, M.

Estudos de Direito da Propriedade Intelectual. Curitiba:GEDAI UFPR, 2015. (Apresentação, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: *Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Programa de Computador*

Áreas do conhecimento: *Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual*

Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: www.gedai.com.br

A presente obra aglutina inúmeros estudos realizados por pesquisadores do Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI da Universidade Federal do Paraná – UFPR, em parceria com outros grupos de pesquisa no país, tais como: o Instituto de Propriedade Intelectual do Brasil – IBPI, o Instituto de Tecnologia e Sociedade - ITS do Rio de Janeiro e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Culturais da Universidade de Fortaleza – UNIFOR. A parceria internacional está capitaneada pelo Grupo i+d Propriedade Intelectual e Industrial da Universidade de Valência – Espanha. A presente obra coletada reúne o esforço de pesquisadores, estudiosos e doutorandos de três renomados centros de excelência da União Européia na pesquisa sobre os Direitos da Propriedade Intelectual, a saber: Universidade Clássica de Lisboa – Portugal, Universidade Complutense de Madri – Espanha e Universidade de Valência – Espanha.

32. WACHOWICZ, M.

Estudos de Direito Autoral e Interesse Público - Anais do V CODAIP. Florianópolis: Editora Funjab, 2012. (Apresentação, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: *Direito Autoral, Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Sociedade da informação, Direito Internacional*

Áreas do conhecimento: *Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral*

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Com o tema *Direito Autoral e Economia Criativa*, o V Congresso de Direito de Autor e Interesse Público - V CODAIP, foi realizado nos dias 31 de outubro e 1º de novembro de 2011, no auditório da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o evento estimulou uma análise crítica dos aspectos legais, sociais, culturais e econômicos da Propriedade Intelectual, e promoveu o debate sobre a eficácia da atual legislação na sociedade da informação. O evento desde ano foi dedicado especificamente à análise da Economia Criativa, discutindo suas conexões com o Direito e teve como temáticas *Os Direitos Autorais e a Economia Criativa e a Economia Criativa – Direitos – Direitos Autorais e Novos Modelos de Desenvolvimento*. Com o lançamento desta obra o GEDAI/UFSC tem a maior satisfação em poder contribuir para o aprofundamento de questões fundamentais para o estudo da Propriedade Intelectual e para o desenvolvimento do país. A Coordenação Científica registra a expressão de seu profundo agradecimento a todos que contribuíram direta e indiretamente para realização desta obra, cuja pronta colaboração e empenho são marcas indissociáveis da superação das dificuldades da construção deste projeto coletivo.

33. WACHOWICZ, M.; PRONER, C.

Inclusão Tecnológica e Direito a Cultura. Florianópolis: Editora Funjab, 2012. (Apresentação, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: *diversidade cultural, direitos culturais, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Informática, Sociedade da informação*

Áreas do conhecimento: *Direito, Direito Autoral, Direitos culturais*

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: www.direitoautoralfsc.br

34. WACHOWICZ, M.

Propriedade Intelectual e Internet. Curitiba: Editora Juruá, 2012. (Apresentação, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: *Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito Informática, Direito Industrial*

Áreas do conhecimento: *Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual*

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: www.juruacom.br

A obra coletiva intitulada *Direito da Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual* apresenta trabalhos de pesquisadores nacionais e estrangeiros que, através de abordagem ampla sobre a sociedade contemporânea, revelaram uma nova ideia de propriedade intelectual em seus múltiplos desdobramentos decorrentes das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's). O livro é seguramente uma reflexão profunda interdisciplinar sobre as temáticas inerentes ao Direito da Sociedade da Informação. Três temas principais são destacados na obra, sobre os quais os textos são desenvolvidos: *Direito da Sociedade da Informação e Inclusão Tecnológica; Direito da Sociedade da Informação e Democracia, e Direito da Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual*. A intenção do presente trabalho é fomentar uma reflexão sobre a necessidade da construção de novos conceitos inerentes a Sociedade Informacional, almejando propiciar ao leitor e aos estudiosos do Direito, que estes também formulem suas próprias conclusões e convicções.

35. WACHOWICZ, M.

Por que mudar a Lei de Direito Autoral ? Estudos e Pareceres. Fortaleza: Editora Boiteux, 2011. (Apresentação, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: *Direito Autoral, Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Sociedade da informação, Programa de Computador, Direito Internacional, Software, Direito Comercial, Direito Internacional Privado*

Áreas do conhecimento: *Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral*

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

É com orgulho que se apresenta a construção e amadurecimento de um pensamento coletivo que agora culmina com a publicação em livro sob o título *“Por que mudar a Lei de Direito Autoral? Estudos e Pareceres”*. Trata-se de uma obra que reúne de forma clara e objetiva, artigo por artigo, os estudos realizados pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Informação – GEDAI, nos ciclos de debates ocorridos no transcorrer do último ano, somados aos pareceres dos professores José de Oliveira Ascensão, Newton Silveira,

36. WACHOWICZ, M.; MATIAS, J.L.N.

Propriedade e Meio Ambiente: da inconciliação à convergência. Florianópolis: Editora Boiteux, 2011. (Apresentação, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: direito, Propriedade Intelectual, Direito Internacional Privado, Direito Comercial, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

A presente obra coletiva está o instituto de propriedade, abordandodesde a parte teórica, histórica, econômica, ambiental, social e filosófica embusca da sua compreensão, até a construção em forma de direito. A idéia de supremacia das normas constitucionais impõe a releitura dosdireitos fundamentais em perspectiva que prestigie os valores democraticamenteeleitos pelo legislador.

37. WACHOWICZ, M.

Propriedade Intelectual & Internet - Volume 2 - Encadernação Especial. Curitiba: Editora Juruá, 2011. (Apresentação, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Sociedade da informação, Programa de Computador, Direito Internacional, Software, Direito Comercial, Direito Internacional Privado, Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

A presente obra coletiva "Propriedade Intelectual & Internet" teve seu primeiro volume publicado em 2002 pela editora Juruá. Lá se vão quase 10 anos. E os avanços tecnológicos neste interregno produziram reflexos, que àquela época se quer eram imaginados. Portanto, a presente obra não é uma atualização das temáticas abordadas e defendidas no primeiro volume, mas sim, são aglutinam os novos debates que excedem o círculo da comunidade científica e jurídica para abraçar os interesses subjetivos de nossa sociedade, que ainda se depara com diferenças econômicas, culturais e sociais. Assim é que partir de várias matizes teóricas juristas latino-americanos e europeus oferecem nesta obra uma visão ampla e elucidativa dos desafios que o Direito da Propriedade Intelectual enfrentará no plano interno e internacional para a tutela dos bens intelectuais dentro do contexto da INTERNET. Os desafios da realização do projeto de pesquisa que agora se apresenta em livro, não se restringiram a barreiras nacionais e regionais, mas numa perspectiva integrada à Sociedade Informacional. Por isso, buscou-se a participação de juristas europeus dotados de grande sensibilidade científico-jurídica.

38. WACHOWICZ, M.

Anais do Procad sobre Sociedade da Informação: democracia, desenvolvimento e inclusao tecnológica. Florianópolis: Editora Boiteux, 2010. (Apresentação, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: Sociedade da informação, Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Programa de Computador

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito, Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: http://www.direitoautoral.ufsc.br/procad/ev_antiores.php

Esta obra aglutina os trabalhos elaborados e apresentados no colóquio do PROCAD sobre SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO TECNOLÓGICA, realizado em 22 de outubro de 2009, na Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, em Florianópolis-SC.

39. WACHOWICZ, M.; MATIAS, J.L.N.

DIREITO DE PROPRIEDADE E MEIO AMBIENTE: novos desafios para o Século XXI Fundação Boiteux Florianópolis 2010. Florianópolis: Editora Boiteux, 2010. (Apresentação, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Ambiental, Direito Constitucional, Direito Autoral, Programa de Computador, Sociedade da informação, Direito Internacional Privado

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: http://www.direitoautoral.ufsc.br/casadinho/livros_antiores.php

40. WACHOWICZ, M.; SANTOS, M.J.P. dos

ESTUDOS DE DIREITO DE AUTOR A Revisão da Lei de Direitos Autorais. Florianópolis: Editora Boiteux, 2010. (Apresentação, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Programa de Computador, Sociedade da informação, Software, Direito Internacional, Direito Comercial

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Atualmente no estudo do Direito de Autor se percebe um grande movimento com novas reflexões e propostas pautadas pelo interesse social, político e econômico que interagem na tutela do bem intelectual na sociedade contemporânea. Neste sentido, o Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, por intermédio de seu Curso de Pós-Graduação em Direito – CPGD e do Grupo de Estudos de Direito de Autor e Informação – GEDAI, realizou o III Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, em São Paulo, nos dias 09 e 10 de novembro de 2009, no Auditório do Centro de Eventos Fecomércio, situado à rua Dr. Plínio Barreto, 285, bairro Bela Vista – São Paulo. O evento dedicou-se à análise das propostas de revisão da Lei de Direitos Autorais, que estão sendo desenvolvidas por iniciativa da Coordenação Geral de Direito Autoral do Ministério da Cultura. Por essa razão, o temário do Congresso foi dividido em painéis correspondentes aos tópicos da Lei Autoral que poderão ser objeto de modificação legislativa.

41. WACHOWICZ, M.

Estudos de tributação ambiental. Florianópolis: Editora Boiteux, 2010. (Apresentação, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, direito, Direito Ambiental, Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Tributário

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page:

http://www.direitoautoral.ufsc.br/casadinho/livros_antteriores.php

A presente obra aglutina inúmeros seminários, congressos e eventos realizados no Brasil e no exterior pelos professores e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e da Universidade Federal do Ceará – UFC. Esta obra coletiva oferece ao leitor estudioso do direito uma visão ampla sobre as questões sobre o Direito Tributário Ambiental. O nível dos trabalhos evidencia o resultado positivo do PROJETO CASADINHO do CNPq que possibilitou a reunião dos participantes dos Programas de Pós- Graduação das duas universidades se reunirem e traduzirem seus esforços na organização desta obra.

42. WACHOWICZ, M.; MATIAS, J.L.N.

Anais do II Encontro Temático do Projeto Casadinho (UFC/UFSC). Florianópolis:Funjab, 2009. (Apresentação, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: Direito Ambiental, Direito Constitucional, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Econômico, Direito Internacional Privado, Direito Internacional Público, meio ambiente

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Esta obra aglutina os trabalhos elaborados e apresentados no II Encontro Temático do Projeto Casadinho (UFSC- UFC): “Novas perspectivas para um velho direito: a propriedade e o meio ambiente”. O evento foi organizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Fundação Jose Arthur Boiteux (FUNJAB), sendo realizado em 23 de outubro de 2009 no auditório do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os anais representam uma visão ampla sobre o tema, dando continuidade e aprofundando os estudos iniciados no I encontro e consolidados no livro “Estudos de Direito de Propriedade e Meio Ambiente”.

43. WACHOWICZ, M.; SANTOS, M.J.P. dos

Estudos de Direito de Autor e Interesse Público. Florianópolis: Editora Funjab, 2009. (Apresentação, Prefácio Posfácio)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática, Sociedade da informação, Direito Internacional Privado, Software

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio magnético

O estudo do Direito de Autor no Brasil deixou de ser apenas uma disciplina curricular obscura e distante da sociedade para ganhar relevo dentro do novo ambiente tecnológico. Isto se percebe pelo grande movimento acadêmico e pelo interesse social, político e econômico que a tutela dos bens intelectuais tem despertado nos operadores do direito e nos professores que debruçam pesquisas para delinear os novos contornos da disciplina em suas mais variadas matizes doutrinárias. Inúmeros seminários, congressos e eventos dos mais diversos enfoques sobre o tema têm sido realizados no Brasil e no exterior. Nesta obra coletiva juristas brasileiros e europeus oferecem uma visão geral sobre as questões econômicas e políticas que emergem na Sociedade Informacional, acerca do Direito de Autor, privilegiando uma perspectiva ligada ao interesse público que envolve a criação intelectual. Esta obra aglutina os trabalhos elaborados e apresentados no II Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, realizado nos dias 16 e 17 de junho de 2008 em Florianópolis na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. O evento foi organizado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC em parceria com a Escola de Direito e GVlaw - FGV/SP, tendo o apoio do Ministério da Cultura – MinC, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/MEC, da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SC e da Fundação José Arthur Boiteux -FUNJAB. A realização do evento foi concebida de forma integrada com o Fórum Nacional de Direito Autoral lançado pelo Ministério da Cultura - MinC, o que representa um importante passo para a retomada da presença do Estado na formulação de políticas públicas para um tema cada vez mais contemporâneo e estratégico num contexto de ambiente digital e convergência tecnológica.

44. WACHOWICZ, M.

Boletim Informativo do Grupo de Estudos de Direito Autoral e Sociedade da Informação - GEDAI. Boletim Informativo. Florianópolis: Funjab, 2010. (Outra produção bibliográfica)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Sociedade da informação, Software, Programa de Computador, Direito Internacional, Direito Comercial

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: http://www.direitoautoral.ufsc.br/gedai/wp-content/uploads/BoletimGedai/BoletimGEDAI_Abril2010.pdf

O Grupo de Estudos de Direitos Autorais e Sociedade da Informação – GEDAI, constituído em maio de 2007, tem como finalidade principal o estudo da Propriedade Intelectual na Sociedade da Informação. Assim, o projeto de pesquisa que deu origem ao grupo está focado nos desafios da tutela dos Direitos Intelectuais. O Grupo reúne pesquisadores, mestres e doutores que dedicam seus estudos nas diversas áreas da Propriedade Intelectual, formando-se assim uma rede de intercâmbio entre instituições nacionais e estrangeiras. Divulgação das pesquisas e dos trabalhos a) A divulgação da pesquisa se realiza através da publicação de contribuições dos integrantes do GEDAI em revistas especializadas e na elaboração de obras coletivas organizadas com tal finalidade. b) A divulgação dos trabalhos se realiza também por meio do site: <http://www.direitoautoral.ufsc.br/gedaic> c) A divulgação também será realizada através de boletins informativos em formato digital, enviados aos interessados da comunidade científica e para as listas de discussão de especialistas nacionais e estrangeiros. O Boletim se constitui em um veículo de informação abordando eventos, as mudanças legislativas, as tendências jurisprudenciais, as atualizações bibliográficas recentes, e as notícias e atualidades na área do direito intelectual.

45. WACHOWICZ, M.; MATIAS, J.L.N.

Anais do II Encontro Temático do Projeto Casadinho (UFC/UFSC). Anais. Florianópolis: Funjab, 2009. (Outra produção bibliográfica)

Palavras-chave: direito, Direito Ambiental, Direito Constitucional, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Econômico, Direito Internacional Privado, Direito Internacional Público, Direitos Fundamentais, Direitos Humanos, meio ambiente

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: http://www.direitoautoral.ufsc.br/casadinho/arquivos/anais_casadinho_outubro2009.pdf

Esta obra aglutina os trabalhos elaborados e apresentados no II Encontro Temático do Projeto Casadinho (UFSC- UFC): "Novas perspectivas para um velho direito: a propriedade e o meio ambiente". O evento foi organizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Fundação Jose Arthur Boiteux (FUNJAB), sendo realizado em 23 de outubro de 2009 no auditório do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Produção técnica Assessoria e consultoria

1. WACHOWICZ, MARCOS Consultoria em Direito da Propriedade Intelectual no Brasil, 2021

Palavras-chave: direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: França/Inglês. Meio de divulgação: Vários. Home page: Consultoria em Direito da Propriedade Intelectual Consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO em Direito da Propriedade Intelectual no Brasil no período de fevereiro à agosto de 2021

2. WACHOWICZ, MARCOS Gestão Coletiva de Direitos Autorais do Audiovisual na América Latina, 2019

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, gestão coletiva de direitos autorais

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Consultor da Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI-WIPO Copyright Law Division World Intellectual Property Organization em Gestão Coletiva de Direitos Autorais do Audiovisual (2019-20)

3. WACHOWICZ, MARCOS Max-Planck-Institute - Smart IP for Latin America, 2018

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, gestão coletiva de direitos autorais

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Max-Planck-Institute - Smart IP for Latin America Propiedad Intelectual Inteligente - América Latina: los nuevos desafíos, las oportunidades y necesidad de estrategias inclusivas Inicio das atividades 21 de marzo del 2018 - Primeira Reunião realizada em - Las Majadas de Pirque, Santiago de Chile. Segunda Reunião realizada em Buenos Aires em outubro de 2019.

Programa de computador sem registro

1. WACHOWICZ, M. Direito e Informática - perspectiva empresarial, 1996

Palavras-chave: Direito da Informática

Áreas do conhecimento: Direito da Informática

Setores de atividade: Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio magnético

*PUBLICAÇÕES EM CD-ROM Título : DIREITO E INFORMÁTICA - perspectiva empresarial Publicado em CD-ROM :
CD-SHAREBRA – COMDEX - 1996 Copyinght Kanópus Informática Associação Brasileira
de Shareware - ABS. Rede Brasileira de Teleinformática - RBT.*

Trabalhos técnicos

1. WACHOWICZ, MARCOS Pareceres sobre Intelectual Property para a Revista GRUR INTERNACIONAL/Alemanha, 2020

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito Internacional, Direito Econômico

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page:

<http://www.grur.org/en/publications/grur-journals.html>

As publicações GRUR (ver lista abaixo) incluem contribuições acadêmicas sobre questões de direito de propriedade intelectual alemão, europeu e internacional, bem como jurisprudência significativa e material legislativo. Devem ser solicitados diretamente à editora Beck-Verlag ou, no caso de GRUR International, também existe a opção de assinatura através da Oxford University Press (OUP)

2. WACHOWICZ, MARCOS

Parecerista da Revista Jurídica da FA7 / FA7 Law Review, 2020

Palavras-chave: direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito Internacional, Direito Internacional Privado, Direito Economico

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <http://www.uni7setembro.edu.br/revistajuridica/>

Parecerista Ad Hoc de 1 (um) artigo(s) do Volume 17, Número 2, maio/ago. 2020 da Revista Jurídica da FA7 / FA7 Law Review (ISSN 2447-9055).

3. WACHOWICZ, MARCOS

Parecerista da Revista Jurídica da FA7 / FA7 Law Review, 2016

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: <http://www.uni7setembro.edu.br/revistajuridica/>

4. WACHOWICZ, M.

Parecer técnico-científico sobre o terceiro setor, 2007

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito da Informática, direito

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

5. WACHOWICZ, M.; PIMENTEL, Luiz Otávio

Parecer de Direito Autoral sobre uso de parte de textos de terceiros sem a citação das fontes, 2006

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

6. WACHOWICZ, M.; WINTER, Luis Alexandre Carta; SITENFUS, Ricardo; VENTURA, Deyse

Projeto Pedagógico para criação do Curso de Direito da FACINTER, 2004

Palavras-chave: Projeto Pedagógico, Curso de Direito

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Setores de atividade: Educação Superior

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Projeto Pedagógico para criação do Curso de Direito aprovado pelo MEC em 2005 com o conceito MB.

7. WACHOWICZ, M.

Projeto Pedagógico para criação do Curso de Direito das Faculdades Pitágoras, 2003

Palavras-chave: Projeto Pedagógico, Curso de Direito

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Setores de atividade: Educação Superior

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Projeto Pedagógico do Curso de Direito aprovado pelo MEC em 2003 com conceito A.

8. WACHOWICZ, M.; ANNONI, Danielle; RODRIGUES, Horácio Wanderlei; BARBOSA, Cláudia Maria; BENITEZ, Giselle Bester; CHIAMULERA, Iglair; SOUZA, Maurilucio de; GAVETI, Erica; RAMOS, Cesar Augusto; ROMANELLI, Egidio

Projeto Pedagógico para criação do Curso de Direito da Faculdade Dom Bosco, 2002

Palavras-chave: Projeto Pedagógico, Curso de Direito

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Setores de atividade: Educação Superior

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Projeto Pedagógico do Curso de Direito aprovado pelo MEC no ano de 2002 com conceito A.

Redes sociais, websites, blogs

1. WACHOWICZ, MARCOS; PALAO MORENO, Guillermo

Site da Rede Ibero Americana de Propriedade Intelectual - RIAPI, 2020

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://riapi.net/>

A Rede Ibero-americana de Propriedade Intelectual (RIAPI), desde março de 2020 o RIAPI desenvolve um site para toda a comunidade científica ibero americana com atualização semanal. A Rede foi criada com o objetivo de gerar um espaço transatlântico acadêmico e colaborativo, com uma orientação especial em informação, formação e investigação no domínio do Direito da Propriedade Intelectual (numa dimensão alargada). Um fórum aberto que se baseia nos laços e interesses comuns que existem entre os países e os povos que constituem a comunidade ibero-americana, com forte vocação de serviço público, e que visa promover o desenvolvimento social e econômico nesta área geográfica e cultural. Mais informações no site : <https://riapi.net/>

2. WACHOWICZ, MARCOS

Site do Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial - GEDAI, 2020

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.gedai.com.br/>

O Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI/UFPR desenvolve um site desde 2007, atualizado semanalmente com assuntos vinculados às suas linhas de pesquisa. Atualmente o GEDAI está incluído ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR. O GEDAI/UFPR tem como seu principal objetivo estudar o desenvolvimento dos Direitos de Propriedade Intelectual na Sociedade da Informação, através da comparação do sistema internacional de direitos autorais e industriais, da análise dos processos de concretização dos direitos e diversidades culturais e da reflexão sobre a regulamentação dos direitos intelectuais frente aos desafios da Sociedade da Informação. Para atingir essa finalidade por observa-se três objetivos específicos: (i) compreensão dos efeitos do direito fundamental à cultura e diversidade cultural na sociedade contemporânea, analisando os limites dos direitos autorais na tutela dos bens imateriais; (ii) avaliação das consequências da revolução tecnológica em andamento e do advento da cultura digital sobre a regulamentação dos direitos intelectuais; e (iii) identificação do conteúdo da proteção jurídica e o alcance da circulação da produção cultural desenvolvida nas instituições públicas. Mais informações podem ser obtidas diretamente do site : <https://www.gedai.com.br/quem-somos/>

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. WACHOWICZ, MARCOS

Direitos Autorais: A Importância do Prazo Prescricional, 2023

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital, Internet, direito à desindexação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: *Direitos Autorais: A Importância do Prazo Prescricional*

Qual o prazo para você exigir na justiça os seus Direitos Autorais que foram violados na Internet? Quando começa a correr o prazo a partir da postagem na Internet ou nas Redes Sociais... ou quando o prazo fica sabendo? O que é prescrição? A Internet é um universo de publicações, de fotos, textos, imagens e vídeos. O conteúdo web é acessado imediatamente, mas vejamos, mais de 4,2 bilhões de pessoas usam a internet em todo o mundo, o que representa mais da metade da população mundial – como informou a Organização das Nações Unidas. Isso representa 53,6% da população do planeta. O Brasil está em 3º lugar como país que mais usa redes sociais no mundo, são mais de 150 milhões de usuários de redes sociais. A taxa, pelo total de habitantes, é de 70,3%, um dos maiores dentre todos os países até 2022. É muito comum uma pessoa ao navegar pela internet, ou fazer uma busca encontrar, um mesmo texto, uma mesma imagem ou vídeo postado e repostado em vários lugares. Para conferir isso, basta uma simples consulta a um buscador, como no Google, como por exemplo pesquisar uma determinada fotografia do PELÉ, você poderá encontrar a mesma fotografia em uma infinidade de sites, que diariamente são repostadas em outras redes sociais. E o que isso tem haver com o Prazo Prescricional?

2. WACHOWICZ, MARCOS

Inteligência Artificial produzindo Plágio acadêmico, e agora?, 2023

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Plágio Acadêmico

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=f6V-hJM2f2w&t=9s>

A Inteligência Artificial produzir textos e artigos científicos com base em material preexistente? Aplicativos de Inteligência Artificial podem ser utilizados para disfarçar plágios? Como é visto tais condutas nos trabalhos de TCC, artigos e Teses pela Academia.

3. WACHOWICZ, MARCOS

O Caso do Ursinho Pooh e do Mickey: NFTs e METAVERSO, 2023

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital, direito inovação, Direito da Propriedade Intelectual, Inteligência Artificial

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=odN25jiUb6Q>

Aplicação de NFTs em obras intelectuais gera um novo tipo de proteção? E se forem comercializadas no novo mercado digital no METAVERSO como ficariam os pagamentos de royalties? Seriam renovados os prazos de proteção dos Direitos Autorais?

4. WACHOWICZ, MARCOS

Quais os RISCOS do USO da Inteligência Artificial?, 2023

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Inteligência Artificial, Direito Digital, Direito de Privacidade, Direito a Informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=aJLm6wfvE4M&t=21s>

A inteligência artificial apresenta riscos significativos? comportamento imprevisível ou malicioso de sistemas autônomos? ameaças à privacidade e segurança dos dados pessoais? e o potencial de substituição de empregos humanos? Saiba mais sobre alguns dos riscos envolvendo inteligência artificial.

5. WACHOWICZ, MARCOS

A arte do Cordel na Atualidade Digital, 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, direitos culturais, Direito Digital, direito inovação, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direitos culturais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: https://www.youtube.com/watch?v=mjc6oFmH_DA

O que é a literatura de cordel? Cordel é "folclore" ou obra intelectual protegida por direitos autorais? Como fica o cordel no contexto digital, com as novas NFTs, FanFics e MetaVerso. Conheça o nosso site: <https://ioda.org.br> IODA por meio da participação da equipe de comentaristas e colaboradores convidados especialistas na área do Direito Autoral proporcionará um ambiente virtual ideal para fomentar debates acadêmicos dinâmicos e interativos, suas publicações online são de cunho acadêmico e independente.

6. WACHOWICZ, MARCOS

A importância dos DIREITOS AUTORAIS para o desenvolvimento da ECONOMIA CRIATIVA, 2022

Palavras-chave: economia criativa, direito, Direito Autoral, Direito Digital, direito inovação, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=a3wIA21p72c&t=12s>

O que é Economia Criativa? Qual a sua importância para economia brasileira? Quais as novas atividades e profissões criativas que estão envolvidas? A Economia Criativa no Brasil movimentou cerca R\$ 217 bilhões em 2020, isto nos setores criativos da economia abrangem áreas como comunicação, cultura, arquitetura, moda, design, softwares, áudio visual, mídias interativas, vídeos games, entre outros. É o que aponta uma pesquisa da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan-Rio). Sob a Ótica do Mercado de Trabalho que neste setor necessita de alta qualificação e cada vez mais capacitação, a economia brasileira contava com mais de 935 mil profissionais criativos formalmente empregados. Como esse resultado de R\$ 217 bi o chamado PIB Criativo é comparável à produção total do setor de construção civil do ano e superior à produção anual total do setor extrativista mineral do Brasil. Nesse vídeo nós iremos compreender melhor o Conceito de Economia Criativa no Brasil e como a Legislação de Direito Autoral pode ser um instrumento para a promoção desta nova dinâmica econômica nacional.

7. WACHOWICZ, MARCOS

A Polêmica do uso da Paródia em Campanha Eleitoral, 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Eleitoral, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=xbbnw6bMRkQ&t=111s>

O que uma paródia? Qual o conteúdo de uma paródia? Quais os cuidados que se devem tomados ao fazer uma paródia? Quais os tipos? Existem limites legais para uma paródia política? Recentemente tivemos julgamento no STJ no emblemático caso do Tiririca que utilizou em sua campanha eleitoral paródias por ele elaboradas das músicas de Roberto Carlos tudo com finalidade política?

8. WACHOWICZ, MARCOS

Afinal quem será o dono do Filme? Produtor, Diretor ou Roteirista?, 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=b0IWzKfVmu4&t=8s>

A realização de um filme é um processo de criação que envolve várias pessoas e vários conteúdos que são tutelados pelo Direito Autoral até a finalização e distribuição da obra audiovisual. Fazer um filme é uma atividade complexa que exige conhecimentos dos Direitos Intelectuais. Mas final de quem é o filme, do Diretor, do Produtor ou do Roteirista? O que você precisa saber sobre Direitos Autorais antes de começar a produção e quais os contratos que deverão ser realizados até a exibição nas salas de cinema. Somente por meio de contratos escritos é que poderá o produtor se garantir para de maneira plena e segura explorar comercialmente a película em todas as modalidades de exibição no mercado cinematográfico, inclusive nas TVs a cabo e redes de streaming.

9. WACHOWICZ, MARCOS

Autor da novela Pantanal processou SBT por reprise irregular, 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=Z2FTyWNcbuM>

Será que é necessário pedir autorização para um autor depois que ele cedeu os seus direitos autorais? Pode este autor após isto, ainda processar alguém que se utilize da obra para fins comerciais? O direito moral do autor permanece mesmo após a cessão dos

direitos patrimoniais? Como mensurar os valores de indenização a título de violação de direitos morais do autor? Vamos entender melhor este polemico caso judicial que envolve os Direitos Morais do Autor na reprise da novela PANTANAL

10. WACHOWICZ, MARCOS Biografias ou Plágio Literário, 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital, Direito da Propriedade Intelectual, Plágio

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=h3JrIfguE70&t=238s>

Quando se escreve uma biografia de uma pessoa, uma celebridade, um político ou músico, esta pode ser escrita com ou sem autorização prévia da pessoa biografada. Mas o que diz o Direito Autoral sobre a possibilidade de se escrever uma obra literária tomando por base um relato factual da vida de uma pessoa real? Este é o caso que os Tribunais Ingleses estão analisando sobre uma disputa judicial que envolve a alegação de plágio literário sobre as narrativas amorosas do livro, que foi transformado no filme Dr. Jivago.

11. WACHOWICZ, MARCOS Campanha Eleitoral, Jingles e os Direitos Autorais, 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Eleitoral, Internet, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: Campanha Eleitoral, Jingles e os Direitos Autorais

Durante o período das eleições, muitos candidatos ao fazerem os jingles musicais, suas propagandas, e áudio visuais pensando apenas na Legislação Eleitoral, esquecendo que tal material também é tutelado pelo Direito Autoral. Vamos saber quais os cuidados necessários para não incorrer em violações de Direitos Autorais, inclusive nas propagandas na INTERNET? Em todas as campanhas eleitorais, os candidatos para atrair a atenção do seu eleitorado utilizam de jingles musicais que são músicas ou canções curtas utilizadas em uma campanha de publicidade para divulgar um produto ou serviço. Normalmente o jingle ou música publicitária é contagiante, repetitiva e com letras fáceis de serem memorizadas. É o caso do jingle "o tempo passa, o tempo voa" da caderneta de poupança do antigo Banco Bamerindus, que já não existe mais, porém é lembrado por várias gerações. As campanhas eleitorais da mesma forma buscam atrair a atenção do eleitor, para que este conheça melhor a imagem, o programa e as ideias dos candidatos. O processo eleitoral de forma democrática prevê a veiculação gratuita na televisão e no rádio segundo a legislação eleitoral, porém o conteúdo das propagandas mesmo em horário gratuito está protegido pelo Direito Autoral, inclusive nas plataformas e redes sociais como, Twitter, Instagram, Telegram, YouTube e TikTok que se tornaram verdadeiros palanques digitais dos candidatos. Mas afinal ... Quais são os cuidados para não incorrer em violações de Direitos Autorais nas propagandas na INTERNET? Neste vídeo nós falamos um pouco mais sobre isso.

12. WACHOWICZ, MARCOS Como garantir que uma obra permaneça inédita?, 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=XxYFzgJGQAI>

Escrevi um livro ou um script para uma minissérie... quero garantir a minha autoria antes de mandar para as editoras/produtoras avaliarem... como fazer? O que é uma obra inédita? Quem pode publicar uma obra inédita de um compositor falecido? Conheça o nosso site: <https://ioda.org.br> IODA por meio da participação da equipe de comentaristas e colaboradores convidados especialistas na área do Direito Autoral proporcionará um ambiente virtual ideal para fomentar debates acadêmicos dinâmicos e interativos, suas publicações online são de cunho acadêmico e independente.

13. WACHOWICZ, MARCOS Direito Autoral e a Gravação das aulas pelos alunos, 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Educacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=rkUQuy-6NM8&t=15s>

As polemicas sobre a gravação da aula do professor pelo aluno, afinal de contas o aluno pode ou não gravar? Aulas do professor ministradas em sala podem ser gravadas livremente pelo aluno? Seria decorrente do vínculo empregatício e assim a própria a Escola poderia autorizar? Seria uma questão de liberdade de expressão compartilhar a gravação da aula nas redes sociais? Quais são os Direitos Fundamentais envolvidos nesta questão? Como resolver uma eventual colisão entre os Direitos Autorais, o Direito de Imagem e o Direito de Liberdade de Expressão. É preciso ter-se claro que, o Marco Civil da Internet, seja na previsão da liberdade de expressão enquanto elemento nuclear, seja na opção do legislador por não regular a responsabilidade por infrações a direitos autorais, é irrefutável o fato de que ambos os temas se relacionam especialmente no âmbito da internet. A gravação de áudio e/ou vídeo em si importa uma complexidade que extrapola o âmbito dos direitos autorais, compreendendo, inclusive, o âmbito dos direitos da personalidade, no chamado direito de imagem do autor/professor, que é um direito fundamental no art. 5º, inciso X, da Constituição, e tutelado no Código Civil, artigos 11 e seguintes.

14. WACHOWICZ, MARCOS Direito Autoral do Conjunto da Obra Após a morte, 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital

Áreas do conhecimento: *Dirieto, Direito Digital, Direito Autoral*

Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: *Brasil/Português. . Home page: https://www.youtube.com/watch?v=_aiGolwyPDI&t=295s*

Em janeiro de 2022 perdemos uma das mais importantes cantoras no Brasil, Elza Soares, aos 91 de idade, cuja carreira começou em 1950. Elza é um ícone da música brasileira, considerada por muitos como uma das maiores artistas do mundo, que emocionou a todos com sua voz, sua força e sua determinação. Sua carreira artística terminou, mas como ficam os direitos autorais do conjunto de sua obra após a sua morte? Os Direitos Autorais podem ser objeto de testamento? Podem ser partilhados via Inventário Extrajudicial ou terá que haver processo Judicial? Existem outras possibilidades?

15. WACHOWICZ, MARCOS

Direito Autoral e a Arte Indígena, 2022

Palavras-chave: *direito, Direito Autoral, direitos culturais, Direito Digital, Direito da Propriedade Intelectual*

Áreas do conhecimento: *Direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual*

Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: *Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=KGeYwbIMyJA&t=2s>*

A Arte Indígena tem proteção dos Direitos Autorais? Como se dá a proteção da Arte Indígena Contemporânea pelos Direitos Autorais? As obras fruto das Expressões Culturais Tradicionais são produzidas coletivamente e muitas vezes fruto são decorrentes de apropriações que não se encaixam nas exigências da Lei de Direito Autoral? Será que proteger as obras indígenas contemporâneas é uma medida excessiva que pode desestimular a arte dos povos originários? A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005 (CPPDEC), que foi incorporada na nossa legislação nacional pela Emenda Constitucional nº 48 de agosto de 2005, entende que a diversidade cultural deve ser protegida e valorizada como um patrimônio comum. Essa Convenção interpreta as expressões culturais como resultado da criatividade humana – seja individual ou coletiva – e reconhece a importância dos conhecimentos tradicionais como fator de riqueza material e imaterial.

16. WACHOWICZ, MARCOS

Direito Autoral e o Uso Livre, 2022

Palavras-chave: *direito, Direito Autoral, Direito Digital, Direito da Propriedade Intelectual*

Áreas do conhecimento: *Direito, Direito Autoral, Direito Digital*

Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: *Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=qoMX2OawXA0&t=5s>*

O que são usos livre de uma obra protegida pelo Direito Autoral? Quando uma pessoa poderá digitalizar e utilizar livremente uma obra (texto, fotografia, música, vídeo ou pintura) protegida pelo Direito Autoral? Compartilhando em postando nas suas redes sociais?

17. WACHOWICZ, MARCOS

Direito Autoral e TATUAGEM, 2022

Palavras-chave: *direito, Direito Autoral, direitos culturais, Direito Digital, bens culturais, diversidade cultural*

Áreas do conhecimento: *Direito, Direito Autoral, Direito Digital*

Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: *Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=Lfy-68PDVq8>*

Uma tatuagem é protegida pelo Direito Autoral? A quem pertence os direitos ao tatuador ou a cliente que pagou pelo procedimento? O que é tatuagem autoral, exclusiva e conceitual? E se uma tatuagem for reproduzida por terceiros precisa de autorização? De quem? É sobre isso que iremos falar nesse vídeo.

18. WACHOWICZ, MARCOS

Direitos Autorais: Como proteger uma foto postada na internet?, 2022

Palavras-chave: *direito, Direito Autoral, Direito Digital, marco civil da internet, Sociedade da informação*

Áreas do conhecimento: *Direito Digital, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual*

Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: *Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=IxFs7bSORKg>*

Este vídeo para você que posta fotos na INTERNET e nas Redes Sociais. O que você precisa saber sobre a proteção jurídica das fotos que aparecem nos buscadores de imagens na INTERNET? Como saber se estão protegidas pelo Direito Autoral? Quais os tipos de proteção possíveis? Quais os cuidados necessários para garantir a autoria da fotografia no ambiente digital da INTERNET? Tratamos sobre essas questões neste vídeo!

19. WACHOWICZ, MARCOS

Direitos Autorais e a obra de Andy Warhol, 2022

Palavras-chave: *direito, Direito Autoral, Direito Digital*

Áreas do conhecimento: *Direito, Direito Digital, Direito Autoral*

Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: *Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=3vByGg6MALo&t=171s>*

Qual é a polêmica Direito Autoral que atingiu Andy Warhol, considerado pai da pop art americana e criador da obra icônica de Marilyn Monroe? Como é possível que após mais de 30 anos de seu falecimento esteja agora envolvido em violação de copyright de uma fotografia do cantor Prince? O caso de grande repercussão está na suprema corte americana que deverá decidir se aplica ou não a doutrina do Fair Use.

20. WACHOWICZ, MARCOS

Direitos Autorais em campanhas eleitorais, 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital, Direito Eleitoral

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=c4YznvJKKF8&t=14s>

O polêmico uso de músicas e imagens em campanhas eleitorais. No Brasil e no Exterior, muitos cantores, compositores, músicos são surpreendidos nas campanhas eleitorais com a utilização de suas composições, de sua imagem sem que tenham sido autorizadas ou se sequer consultados. Quais as possibilidades e limites para o uso de músicas e de imagens de celebridades em vídeos publicados nas redes sociais em campanhas eleitorais.

21. WACHOWICZ, MARCOS

Direitos Autorais: Você sabe o que estas Bandas de Rock tem em comum?, 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=68b3dj9mmr8>

As divergências entre os membros de bandas de Rock são comuns, mas com quem fica o nome da banda depois de uma separação? Será sempre exclusivo de quem registrou? E se não houve registro em nome de quem quem efetivamente poderá usar? Entenda as polemicas que envolveram as bandas como Pearl Jam, Pink Floyd, Aerosmith e Legião Urbana... e quais os aprendizados que se podem ter destes casos. Conheça o nosso site: <https://ioda.org.br> O IODA por meio da participação da equipe de comentaristas e colaboradores convidados especialistas na área dos #direitosautorais proporcionará um ambiente virtual ideal para fomentar debates acadêmicos dinâmicos e interativos, suas publicações online são de cunho acadêmico e independente. Serão disponibilizados periodicamente novas decisões e comentários de conteúdo, notícias relevantes, acompanhamento de projetos de lei e estudos de casos. Tudo para auxiliar julgadores, pesquisadores, estudantes e a comunidade em científica em geral como uma fonte de consulta confiável e especializada para compreensão e aplicação mais adequada da legislação de Direito Autoral.

22. WACHOWICZ, MARCOS

Direitos Autoral, Plágio de Receitas e Criações Culinárias, 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=Mnp-76-l6F0&t=5s>

O que é uma criação Culinária? Existe plágio de uma receita culinária? As criações culinárias podem ser protegidas pelos Direitos Autorais? Será que os pratos e receitas podem receber a proteção da Propriedade Intelectual? Se sim, será que os Direitos Autorais se encaixam na dinâmica da indústria alimentícia? Proteger o conteúdo e a forma das receitas é a melhor maneira de incentivar a inovação no meio culinário?

23. WACHOWICZ, MARCOS

É crime comprar um TCC? Plágio acadêmico, 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital, Plágio, Plágio Acadêmico

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=o9adKqojXl4&t=3s>

Encomendar que outra pessoa faça uma monografia para você é crime de plágio? As compras ONLINE realizados nos sites na INTERNET que vendem trabalhos acadêmicos (artigos, TCCs, Monografias e até Teses de doutorado) tem validade legal? Como fica todo esse mercado de encomenda na INTERNET? Posso encomendar? Será é um contrato lícito? O que seria Plágio por Encomenda no ambiente acadêmico?

24. WACHOWICZ, MARCOS

ECAD: Saiba como conseguir descontos durante e pós pandemia., 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, gestão coletiva de direitos autorais, Direito Digital, Internet, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Os músicos, cantores e proprietários de casas de espetáculos sofreram muito durante as restrições decorrentes a COVID 19. O ECAD e as associações de Gestão Coletiva possuem um papel fundamental para apoiar a retomada do setor de entretenimento e de eventos musicais. Como saber quanto deverei pagar para o ECAD neste período em que ainda estão presentes os efeitos da pandemia? Quem tem competência para fixar e quais os procedimentos para alterar os critérios de cobrança e distribuição dos direitos autorais? Nesse vídeo nós iremos compreender melhor todas essas questões.

25. WACHOWICZ, MARCOS

Herança Digital, 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=TdiEwZe9hMw&t=17s>

O que acontece com as fotos, vídeos, textos, informações, senhas, contas nas redes sociais e toda a atividade online de um usuário que faleceu? O que acontece com os conteúdos protegidos pelo Direito Autoral? Será que os Direitos Autorais serão bem administrados pelos herdeiros após a morte do autor? De que forma podemos solucionar os possíveis conflitos entre os herdeiros? O que é Herança Digital? E como o Direito Autoral pode ser utilizado para buscar soluções satisfatórias para todos os envolvidos...

26. WACHOWICZ, MARCOS

Justin Timberlake vende direitos autorais de músicas por R\$ 473 milhões, 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=-8nxeNe8gaA>

Justin Timberlake colocou a venda em maio de 2022 os direitos autorais que possui sobre suas músicas pelo valor de 100\$ milhões de dólares. Entenda como isso foi possível chegar a esse valor milionário? E o que está em jogo. Conheça o nosso site: <https://ioda.org.br> O IODA por meio da participação da equipe de comentaristas e colaboradores convidados especialistas na área do Direito Autoral proporcionará um ambiente virtual ideal para fomentar debates acadêmicos dinâmicos e interativos, suas publicações online são de cunho acadêmico e independente. Serão disponibilizados periodicamente novas decisões e comentários de conteúdo, notícias relevantes, acompanhamento de projetos de lei e estudos de casos. Tudo para auxiliar julgadores, pesquisadores, estudantes e a comunidade em geral como uma fonte de consulta confiável e especializada para compreensão e aplicação mais adequada da legislação de Direito Autoral.

27. WACHOWICZ, MARCOS

Mercados NFT caem devido ao grande número de cópias e plágio à venda, 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital, Direito da Propriedade Intelectual, direito inovação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=dGS52gbiM5s&t=8s>

O que fazer para não comprar NFTs falsificados? A tecnologia NFT é segura contra fraudes? Como evitar cair em golpes? Quais os cuidados que você deve ter ao realizar investimentos ou transações com arquivos de NFTs?

28. WACHOWICZ, MARCOS

O diretor pode alterar o filme quando quiser? - Direito de Integridade e Modificação, 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital, Direito da Propriedade Intelectual, direito inovação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=msCHLyQWeHM>

Um filme na sua produção e montagem pode ser modificado livremente pelo autor/diretor, mas este direito pode ser transferido ao produtor ou ao estúdio? E ainda, depois do seu lançamento seria possível alterá-lo, acrescentar ou retirar cenas, mudar o final da história com uso das novas Tecnologias Digitais? Bem foi isso que ocorreu com o filme Blade Runner. Mas vamos compreender melhor essa polemica que envolve o direito de integridade e modificação da obra. Conheça o nosso site: <https://ioda.org.br> O IODA por meio da participação da equipe de comentaristas e colaboradores convidados especialistas na área do Direito Autoral proporcionará um ambiente virtual ideal para fomentar debates acadêmicos dinâmicos e interativos, suas publicações online são de cunho acadêmico independente.

29. WACHOWICZ, MARCOS

Plágio de uma Obra de Inteligência Artificial, 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Plágio, Direito Digital, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=B1ppYzsf10&t=13s>

Na China um tribunal em Shenzhen prolatou decisão de que "um trabalho gerado por inteligência artificial é qualificado para ser protegido por direitos autorais" depois que a Tencent, criadora do Dreamwriter, denunciou a Shanghai Yingxun Technology Company, que em 2018 copiou um artigo escrito por sua IA. Mas quem detém os direitos autorais sobre os textos escritos por uma inteligência artificial? Será que uma obra de IA tem proteção por direitos autorais como uma música de Taylor Swift ou um livro de Ruy Castro?

30. WACHOWICZ, MARCOS

Polemica de Direitos Autorais: Reviravolta na Justiça envolvendo músicas Roberto e Erasmo Carlos, 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=sB4H7BexVCQ>

Qual a Diferença entre Contrato de Cessão de Direitos Autorais e Contrato de Edição? Os contratos celebrados nas décadas de 60, 70 e 80 do século passado, quando o mundo era analógico, quando o livro existia somente no formato impresso, e a música somente era gravada em LP (disco em vinil), podem valer nos dias atuais para as novas mídias digitais do século 21? Como CDs, DVDs, MP3, Streaming e os que ainda estão por serem inventados? Como são interpretados os contratos de Direito Autorais diante dos novos formatos digitais? Esse é o caso, que está na Justiça, envolvendo as músicas de Roberto e Erasmo Carlos que foram compostas a

partir de 1960 e que está causando muita polemica e reviravolta no poder judiciário. Roberto e Erasmo acionaram o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, ganharam a ação em primeiro na Vara Civil da Comarca do Rio, porém o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em decisão de sua Segunda Câmara Cível, ao apreciar APELAÇÃO CÍVEL No 0321281-04.2018.8.19.0001 da UNIVERSAL MUSIC PUBLISHING LTDA houve por rever a decisão, dando ganho de causa à Gravadora. Desta decisão ainda cabe recurso. Conheça o nosso site: <https://ioda.org.br> IODA por meio da participação da equipe de comentaristas e colaboradores convidados especialistas na área do Direito Autoral proporcionará um ambiente virtual ideal para fomentar debates acadêmicos dinâmicos e interativos, suas publicações online são de cunho acadêmico e independente. Serão disponibilizados periodicamente novas decisões e comentários de conteúdo, notícias relevantes, acompanhamento de projetos de lei e estudos de casos. Tudo para auxiliar julgadores, pesquisadores, estudantes e a comunidade em científica em geral como uma fonte de consulta confiável e especializada para compreensão e aplicação mais adequada da legislação de Direito Autoral.

31. WACHOWICZ, MARCOS **Polêmica em campanha Publicitaria na Espanha, 2022**

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, direitos culturais, Direito Digital, Direito da Propriedade Intelectual, Direitos de Informação
Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=iyw2XrUC9wY>

Tenho fotos minhas na Internet ou nas redes sociais, que garantia de integridade digital possuo sobre a forma do meu corpo na INTERNET? Como ficam protegidas as imagens e fotos que das pessoas no Instagram? As imagens postadas podem ser modificadas digitalmente, sofrer uma montagem para uma nova ilustração? Posso alterar uma fotografia de outras pessoas que encontrei na internet para reutilizar numa campanha publicitária? Roteiro: Marcos Wachowicz Produção e Edição: Dejean França. Conheça o nosso site: <https://ioda.org.br> IODA por meio da participação da equipe de comentaristas e colaboradores convidados especialistas na área do Direito Autoral proporcionará um ambiente virtual ideal para fomentar debates acadêmicos dinâmicos e interativos, suas publicações online são de cunho acadêmico e independente. Serão disponibilizados periodicamente novas decisões e comentários de conteúdo, notícias relevantes, acompanhamento de projetos de lei e estudos de casos. Tudo para auxiliar julgadores, pesquisadores, estudantes e a comunidade em científica em geral como uma fonte de consulta confiável e especializada para compreensão e aplicação mais adequada da legislação de Direito Autoral.

32. WACHOWICZ, MARCOS **Polêmica sobre o Plágio da camisa do #Flamengo, 2022**

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Desenho Industrial, direito moda, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=Xl1hgPUe5Fc&t=30s>

Em que casos um desenho poderá ter proteção pelo Direito Autoral e/ou pelo Direito Industrial? Pode haver plágio entre institutos diferentes? A partir de que momento o desenho começara a ser protegido pelo Direito da Propriedade Intelectual? Segundo o que foi noticiado em março 2022, no site do G1 da Globo, Felipe Silva que é Designer é autor, está processando o Clube de Regatas do Flamengo do Rio de Janeiro e a empresa Braziline de material esportivo por acusação de plágio em camisas, numa demanda judicial que pode atingir quase a R\$ 3,5 milhões, que tem ainda como requeridos secundários outros grandes times de futebol o Atlético-MG, o Botafogo, o Cruzeiro e o Vasco da Gama. Isto por que, em 2018, quando Felipe Silva defendeu seu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC na faculdade, elaborou desenhos de peças de vestuários de materiais desportivos, para camisas de clubes de futebol do campeonato brasileiro, e após a defesa ainda divulgou as peças nas redes sociais para ter feedbacks das pessoas e de profissionais da área, segundo o que o mesmo Felipe relatou, os projetos layouts foram tão bem aceitos que algumas camisetas viralizaram na INTERNET..

33. WACHOWICZ, MARCOS **Propriedade Intelectual na Industria da Moda com o uso da tecnologia 3D, 2022**

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, direito inovação, Direito da Propriedade Intelectual, direito moda

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=cKwyizF2YOk&t=236s>

Os produtos que estão na moda muitas vezes são amplamente copiados ou imitados, por empresas que fabricam e comercializam produtos semelhantes. Porém, com a nova tecnologia de impressão 3D que propiciou e facilitou a produção de cópias tridimensional, tomou o setor da indústria da alta moda e das marcas de alto renome de surpresa.

34. WACHOWICZ, MARCOS **Proteção do título da obra pelo Direito Autoral, 2022**

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito a Informação, Direito Digital, Direito da Propriedade Intelectual, direitos culturais

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=6n7t-ipsG0>

Como se opera a proteção dos títulos de livros, de filmes, de peças de teatro, de músicas ou mesmo do próprio disco gravado? Como podem ser protegidos pelo sistema de propriedade intelectual para que não haja duplicidades, usos indevidos e até eventuais plágios? Posso registrar como marca o nome de um filme (ou livro)?

35. WACHOWICZ, MARCOS **Quadro de Monalisa encontrado em Roma é um plágio?, 2022**

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital, direitos culturais, Plágio, Direito da Propriedade Intelectual
Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual
Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: https://www.youtube.com/watch?v=q88E_E8RDeE

Todos sabem que o quadro da Mona Lisa está no Museu do Louvre em Paris, contudo foi localizada um outro quadro idêntico no Acervo de obras de arte da Câmara dos Deputados naltália? Será este quadro uma falsificação, uma cópia ou mera reprodução, poderá ser considerada essa pintura como uma “Mona Lisa Plagiada”? Terá essa obra encontrada valores artísticos e econômicos próprios, distintos da obra original feita por Leonardo da Vinci. Conheça o nosso site: <https://ioda.org.br> IODA por meio da participação da equipe de comentaristas e colaboradores convidados especialistas na área do Direito Autoral proporcionará um ambiente virtual ideal para fomentar debates acadêmicos dinâmicos e interativos, suas publicações online são de cunho acadêmico e independente. Serão disponibilizados periodicamente novas decisões e comentários de conteúdo, notícias relevantes, acompanhamento de projetos de lei e estudos de casos. Tudo para auxiliar julgadores, pesquisadores, estudantes e a comunidade em geral como uma fonte de consulta confiável e especializada para compreensão e aplicação mais adequada da legislação de Direito Autoral.

36. WACHOWICZ, MARCOS

Quando devo ou não pagar o ECAD?, 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital, Direito da Propriedade Intelectual, gestão coletiva de direitos autorais, direitos culturais

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=NpyoMAyhohw>

Sou proprietário de um estabelecimento comercial quando devo ou não devo pagar o Direitos Autorais ao ECAD? Quais os critérios para essa cobrança? Veja mais Jurisprudências em nosso site: <https://ioda.org.br/jurisprudencia-br...> Conheça o nosso site: <https://ioda.org.br> IODA por meio da participação da equipe de comentaristas e colaboradores convidados especialistas na área do Direito Autoral proporcionará um ambiente virtual ideal para fomentar debates acadêmicos dinâmicos e interativos, suas publicações online são de cunho acadêmico e independente.

37. WACHOWICZ, MARCOS

Restaurações de Obras de Arte: Limites técnicos, éticos e Jurídicos, 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital, direitos culturais, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direitos culturais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=gL8OMp84xkk&t=2s>

A restauração de uma obra de arte pode violar Direitos Autorais? Quais os limites do uso dessa tecnologia no sentido de proteger a integridade da obra? Existem critérios éticos e jurídicos aplicáveis? Conheça o nosso site: <https://ioda.org.br> IODA por meio da participação da equipe de comentaristas e colaboradores convidados especialistas na área do Direito Autoral proporcionará um ambiente virtual ideal para fomentar debates acadêmicos dinâmicos e interativos, suas publicações online são de cunho acadêmico e independente. Serão disponibilizados periodicamente novas decisões e comentários de conteúdo, notícias relevantes, acompanhamento de projetos de lei e estudos de casos. Tudo para auxiliar julgadores, pesquisadores, estudantes e a comunidade em geral como uma fonte de consulta confiável e especializada para compreensão e aplicação mais adequada da legislação de Direito Autoral.

38. WACHOWICZ, MARCOS

Royalties no Streaming - como funciona os direitos autorais no streaming no Brasil, 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=XuzN9Wd6js8&t=1s>

Como funciona a arrecadação e distribuição de royalties de Direitos Autorais das músicas e vídeos nas plataformas de streaming? Qual o motivo do descontentamento de músicos ao ponto de retirada de conteúdo? O Sistema de Gestão Coletiva de Direitos Autorais é suficiente para uma garantia efetiva aos autores e aos titulares virem a receber pela reprodução das suas músicas nas plataformas de streaming? Notícia: Em fevereiro de 2022, uma das maiores plataformas de streaming de música, o Spotify, divulgou que, ao final do último ano, contava com cerca de 406 milhões de usuários ativos. Vejam essas notícias que circularam na INTERNET, são valores e percentuais expressivos da plataforma SPOTIFY

39. WACHOWICZ, MARCOS

StarWars Direito a Preservação da Memória Coletiva, 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, direitos autorais, Direito Digital, direito inovação, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direitos culturais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: https://www.youtube.com/watch?v=_mKLiWA5KXm

As novas tecnologias estão cada vez mais presentes na produção e nos efeitos especiais dos filmes ficção científica, poderá o autor/diretor na busca da perfeição realizar intervenções atualizar o filme e retirar do mercado a versão original desatualizada? E o público e os fãs.... se não gostarem das mudanças poderão contestar? E a preservação da memória coletiva. É isso que ocorreu com o filme da trilogia #starwars , que está gerando grande polemica. Conheça o nosso site: <https://ioda.org.br> IODA por meio da participação da equipe de comentaristas e colaboradores convidados especialistas na área do Direito Autoral proporcionará um ambiente virtual ideal para fomentar debates acadêmicos dinâmicos e interativos, suas publicações online são de cunho acadêmico e independente. Serão disponibilizados periodicamente novas decisões e comentários de conteúdo, notícias relevantes, acompanhamento de projetos de lei e estudos de casos. Tudo para auxiliar julgadores, pesquisadores, estudantes e a comunidade em

científica em geral como uma fonte de consulta confiável e especializada para compreensão e aplicação mais adequada da legislação de Direito Autoral.

40. WACHOWICZ, MARCOS

YouTube da Striki no Canal do Tribunal de Contas da União, 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital, marco civil da internet, gestão coletiva de direitos autorais, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=lsvvl-35rE8&t=5s>

No final do mês de janeiro de 2022, o YouTube suspendeu o canal do Tribunal de Contas da União – TCU, impossibilitando qualquer transmissão ao vivo, por violação de direitos autorais. Isto porque o Canal do TCU exibiu conteúdo de terceiros que estão protegidos por Direitos Autorais, em duas ocasiões distintas.

41. WACHOWICZ, MARCOS

6 Passos Fundamentais para criar conteúdo para internet, 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=zqul1CBaqTo&t=121s>

A Internet mudou a forma de como as pessoas se relacionam com a informação e mais do que isso, muitas pessoas passaram a criar, produzir e distribuir seus textos, suas gravuras, fotografias, imagens e vídeos nas redes sociais e também em plataformas de streaming.

42. WACHOWICZ, MARCOS

6 Passos Fundamentais para criar conteúdo para internet, 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=zqul1CBaqTo&t=121s>

A Internet mudou a forma de como as pessoas se relacionam com a informação e mais do que isso, muitas pessoas passaram a criar, produzir e distribuir seus textos, suas gravuras, fotografias, imagens e vídeos nas redes sociais e também em plataformas de streaming.

43. WACHOWICZ, MARCOS

6 Passos Fundamentais para criar conteúdo para internet, 2022

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.youtube.com/watch?v=zqul1CBaqTo&t=121s>

A Internet mudou a forma de como as pessoas se relacionam com a informação e mais do que isso, muitas pessoas passaram a criar, produzir e distribuir seus textos, suas gravuras, fotografias, imagens e vídeos nas redes sociais e também em plataformas de streaming.

Demais produções técnicas

1. WACHOWICZ, MARCOS

Curso Avançado de Inteligência Artificial e Propriedade Intelectual, 2023. (Extensão, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Inteligência Artificial, Direito Digital, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. 8 horas. Meio de divulgação: Meio digital

Curso de extensão para assessores jurídicos, gestores e produtores culturais realizado pelo Instituto Observatório do Direito Autoral - IODA no mês de abril/maio de 2023

2. WACHOWICZ, MARCOS

Curso de Ética na Pesquisa - Disciplinas Transversais - aula 'Direitos autorais, patentes, direitos de imagem e, 2023. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Plágio Acadêmico, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. 8 horas. Meio de divulgação: Meio digital

Curso de Ética na Pesquisa - Disciplinas Transversais - aula "Direitos autorais, patentes, direitos de imagem aulas ministradas em março de 2023

3. WACHOWICZ, MARCOS

Curso Música, Copyright e Tecnologia, 2023. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital, Plágio, transformação criativa

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. 8 horas. Meio de divulgação: Meio digital

No dia 27 de março de 2023, na sexta edição do Curso Música, Copyright e Tecnologia foi ministrada aula pelo Prof. Dr. Marcos Wachowicz coordenador do GEDAI/UFPR, sobre o tema: Plágio musical, paródia e transformação criativa, o evento foi transmitido on line, pela plataforma <http://mct.mus.br/assunto/curso-ead/>

4. WACHOWICZ, MARCOS

Curso SESC de Gestão Cultural, 2023. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. 8 horas. Meio de divulgação: Meio digital

Curso de capacitação para gestores e produtores culturais realizado pelo SESC SP no mês de julho de 2023

5. WACHOWICZ, MARCOS

Curso Avançado Direito Autoral e Novas Tecnologias, 2022. (Extensão, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Digital, Direito a Informação, direito inovação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. 8 horas. Meio de divulgação: Meio digital

Curso de extensão para assessores jurídicos, gestores e produtores culturais realizado pelo Instituto Observatório do Direito Autoral - IODA no mês de novembro de 2022

6. WACHOWICZ, MARCOS

Curso de Ética na Pesquisa - Disciplinas Transversais - aula 'Direitos autorais, patentes, direitos de imagem e, 2022. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: direito, Direito a Informação, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Direito Digital, Plágio Acadêmico

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. 8 horas.

Curso de Ética na Pesquisa - Disciplinas Transversais - aula "Direitos autorais, patentes, direitos de imagem em novembro de 2022

7. WACHOWICZ, MARCOS

Curso Música, Copyright e Tecnologia, 2022. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Direito da Propriedade Intelectual, Plágio

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. 8 horas. Meio de divulgação: Meio digital

No dia 16 de março de 2022, na quarta edição do Curso Música, Copyright e Tecnologia foi ministrada aula pelo Prof. Dr. Marcos Wachowicz coordenador do GEDAI/UFPR, sobre o tema: Plágio musical, paródia e transformação criativa, o evento foi transmitido on line, pela plataforma <http://mct.mus.br/assunto/curso-ead/>

8. WACHOWICZ, MARCOS

Curso SESC de Gestão Cultural, 2022. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, direitos culturais, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direitos culturais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. 8 horas. Meio de divulgação: Meio digital

Curso de capacitação para gestores e produtores culturais realizado pelo SESC SP no mês de novembro de 2022

9. WACHOWICZ, MARCOS

Curso Avançado de Direito Autoral e Inteligência Artificial, 2021. (Extensão, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Inteligência Artificial

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital

Curso de extensão para assessores jurídicos, gestores e produtores culturais realizado pelo Instituto Observatório do Direito Autoral - IODA no mês de novembro de 2021

10. WACHOWICZ, MARCOS

Curso de Ética na Pesquisa - Disciplinas Transversais - aula 'Direitos autorais, patentes, direitos de imagem e, 2021. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Direito Digital, Plágio, Plágio Acadêmico

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. 8 horas. Meio de divulgação: Meio digital
Curso de Ética na Pesquisa - Disciplinas Transversais - aula "Direitos autorais, patentes, direitos de imagem ministrado em setembro de 2021

11. WACHOWICZ, MARCOS

Curso Música, Copyright e Tecnologia, 2021. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. 8 horas. Meio de divulgação: Meio digital

No dia 18 de agosto de 2021, na terceira edição do Curso Música, Copyright e Tecnologia foi ministrada aula pelo Prof. Dr. Marcos Wachowicz coordenador do GEDAI/UFPR, sobre o tema: Plágio musical, paródia e transformação criativa, o evento foi transmitido on line, pela plataforma <http://mct.mus.br/assunto/curso-ead/>

12. WACHOWICZ, MARCOS

Curso SESC de Gestão Cultural, 2021. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, direitos culturais

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direitos culturais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. 8 horas. Meio de divulgação: Meio digital

Curso de capacitação para gestores e produtores culturais realizado pelo SESC SP no mês de novembro de 2021

13. WACHOWICZ, MARCOS

Curso de Ética na Pesquisa - Disciplinas Transversais, 2020. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Plágio, Plágio Acadêmico, Propriedade Intelectual, Educação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. 8 semanas. Meio de divulgação: Vários

Curso de Ética na Pesquisa - Disciplinas Transversais - aula "Direitos autorais, patentes, direitos de imagem e voz" e aula "Direito Autoral e Plágio Acadêmico" realizadas em setembro de 2020

14. WACHOWICZ, MARCOS

Curso de Pós-Graduação em INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO 2020.1, 2020. (Especialização, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, ensino

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. 3 horas. Meio de divulgação: Vários

Propriedade intelectual (22/07) Prof. Marcos Wachowicz – UFPR Ementa da Disciplina: Sistema internacional de proteção de propriedade intelectual; instrumentos legais de propriedade intelectual no Brasil (marcas, patentes, desenho industrial, registros de software, topografia de circuitos integrados, proteção de cultivares); aspectos legais de startups: formação societária, direitos trabalhistas, captação financeira.

15. WACHOWICZ, MARCOS

Curso SESC de Gestão Cultural, 2020. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, direitos culturais, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direitos culturais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. 8 horas. Meio de divulgação: Meio digital

Curso de capacitação para gestores e produtores culturais realizado pelo SESC SP no mês de novembro de 2020

16. WACHOWICZ, MARCOS

Curso SESC de Gestão Cultural, 2019. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, gestão coletiva de direitos autorais, direitos culturais

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, economia criativa

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. 2 dias. Meio de divulgação: Vários

Curso de capacitação para gestores e produtores culturais realizado pelo SESC SP no mês de novembro de 2019

17. WACHOWICZ, MARCOS

Curso de Transformação Digital e Regulação da Internet, 2017. (Extensão, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Internet, Tecnologia da Informação, Direito e Tecnologia, marco civil da internet

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. 12 semanas. Meio de divulgação: Vários

CURSO sobre TRANSFORMAÇÃO DIGITAL & ESTRATÉGIAS DE REGULAÇÃO DA INTERNET curso é gratuito e é organizado pelo GEDAI para início no dia 14 de setembro de 2017,

18. WACHOWICZ, MARCOS

Curso SESC de Gestão Cultural, 2017. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: Direito Autoral, direitos culturais, Direito da Propriedade Intelectual, diversidade cultural

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direitos culturais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. 2 dias. Meio de divulgação: Vários

Curso de capacitação para gestores e produtores culturais realizado pelo SESC SP no mês de janeiro de 2017

19. WACHOWICZ, MARCOS

Curso SESC de Gestão Cultural, 2016. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: Direito Autoral, direitos culturais, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direitos culturais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. 2 dias. Meio de divulgação: Vários

Curso de capacitação de gestores e produtores culturais realizado pelo SESC SP. em janeiro de 2016

20. WACHOWICZ, MARCOS

Curso SESC de Gestão Cultural, 2015. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, diversidade cultural, direitos culturais

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direitos culturais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. 2 dias. Meio de divulgação: Vários

Curso de capacitação de produtores e gestores culturais realizado pelo SESC São Paulo em janeiro de 2015

21. WACHOWICZ, M.

Direito do Autor, 2008. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, direito, Direito Comercial, Programa de Computador, Software, Direito da Informática

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. 12 horas. Meio de divulgação: Meio digital

Curso Ministrado - Conteúdo Programático: Introdução à Propriedade Intelectual. 2 Direitos Autorais. 3- Contratos de Direito de Autor. 4. Políticas Públicas e desenvolvimento editorial. 5- O Regime Jurídico do Software. Período de realização 28/10, 04, 11 e 18/11/2008

22. WACHOWICZ, M.

Direito do Autor, 2008. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Programa de Computador, Software, direito

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. 12 horas. Meio de divulgação: Meio digital

Curso Ministrado - Conteúdo Programático: Introdução à Propriedade Intelectual. 2 Direitos Autorais. 3- Contratos de Direito de Autor. 4. Políticas Públicas e desenvolvimento editorial. 5- O Regime Jurídico do Software. Período de realização 22, 29/09 e 06,13/2008

Educação e Popularização de C&T

Artigos completos publicados em periódicos

1. FONTOURA COSTA, JOSÉ AUGUSTO; **WACHOWICZ, MARCOS**

CLÁUSULAS CONTRATUAIS NULAS NO MARCO CIVIL DA INTERNET - DOI: 10.12818/P.0304-2340.2016P477. Revista da Faculdade de Direito - Universidade Federal de Minas Gerais. , v.-, p.477 - 496, 2016.

Palavras-chave: Marco Civil Internet, Direito Internacional, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Vários

O presente artigo analisa as novas prescrições legais estabelecidas pelo Marco Civil da Internet (MCI) especificamente quanto às hipóteses de nulidade de cláusulas que violem a garantia do direito a privacidade e à liberdade de expressão nas comunicações para o pleno direito de acesso à Internet. Neste particular se estudam hipóteses de violação em: contratos de adesão, cláusulas que excluem o foro brasileiro, e ainda, nos serviços prestados no país que serão alcançados pela nova legislação. Explorando quatro principais aspectos: sua relação com a privacidade e a liberdade de expressão; a restrição aos serviços prestados no Brasil; a arbitralidade e por último, a relação da regra com as normas de competência internacional do Código de Processo Civil brasileiro. O MCI é um instrumento que regulamenta interesses gerais sobre empresas de provisão de acesso de conteúdo na Internet, constituindo-se num marco legal para uma adequada e justa regulação estatal, capaz de resguardar e garantir liberdades fundamentais, inclusive mediante a restrição aos poderes de contratar.

Livros publicados

1. **WACHOWICZ, MARCOS**; PESSERL, Alexandre

Gestão Coletiva e Governança no Ambiente Digital. Curitiba: marcos, 2019, v.1. p.199.

Palavras-chave: gestão coletiva de direitos autorais, direitos autorais, governança, Propriedade Intelectual, direito, Direito Informativo

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788567141350

A obra "Gestão Coletiva e Governança no Ambiente Digital" objetiva apresentar ao leitor algumas das soluções legislativas referentes a mecanismos de gestão coletiva de direitos autorais no ambiente digital ao redor do mundo, em regiões como China, Estados Unidos, Canadá, América Latina (com ênfase no Brasil) e na União Europeia. O sistema de gestão coletiva de direitos autorais aqui comparado foi analisado sob duas perspectivas: voltada para o titular de direitos mas também com um olhar para a situação do usuário, já que, no ambiente digital, este é passível de ser responsabilizado por utilizar obras de terceiros, ao mesmo tempo em que tal conduta é facilitada: além de fenômenos como a diluição da autoria e a confusão entre autor e usuário, existe ainda todo um ecossistema relativo à criação e difusão many-to-many materializada nos conceitos da Web 2.0, o que provoca a necessidade de respostas de um sistema jurídico autoral criado sob uma lógica de broadcast (one-to-many). Devido a essa possibilidade de responsabilização do usuário pelos usos digitais, o sistema de gestão coletiva em tal ambiente precisa balancear as possíveis formas de controle, nos mais variados níveis ofertados pela rede, com os limites e exceções a serem impostos ao exercício dos direitos autorais para que haja um equilíbrio entre a proteção dos titulares de direitos e a liberdade do usuário.

Capítulos de livros publicados

1. WACHOWICZ, M.

Ensino a Distância e Direitos Autorais: A produção do Conhecimento e a sua Tutela Jurídica In: Educação a Distância: Meios, Atores e Processos. 1 ed. Belo Horizonte: CAED-UFMG, 2013, v.1, p. 319-333.

Palavras-chave: Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, ensino, Propriedade Intelectual, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, Direitos Especiais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788564724464, Home page: www.ufmg.br

O presente estudo aborda a modalidade do ensino a distância mais especificamente no que se refere a tutela dos Direitos Autorais sobre a criação, produção e comercialização dos conteúdos elaborados e distribuídos pelas empresas de EAD. Analisando de forma crítica o atual regime jurídico no tocante aos Direitos Morais e Patrimoniais envolvidos no processo de ensino, bem como, contextualizando-o no ambiente tecnológico em que tais conteúdos são elaborados, percebendo existências novos atores no processo criativo na na difusão do conhecimento e no desenvolvimento da Sociedade Informacional.

Apresentação de trabalho e palestra

1. WACHOWICZ, M.

El comercio electrónico y el proceso de armonización en Mercosur, 2015. (Seminário, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacional, Mercosul, comércio eletrônico

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Comercial, Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: http://www.uv.es/medarb/conferencias/cartel_seminario_armonizacion.pdf

La unificación y armonización del derecho privado en Latinoamérica y Europa: NUEVOS RETOS; Local: Salón de Grados Facultad de Derecho; Cidade: Valencia - Espanha; Evento: SEMINARIO INTERNACIONAL La unificación y armonización del derecho privado en Latinoamérica y Europa: NUEVOS RETOS; Inst.promotora/financiadora: Universidad de Valencia - Espanha

2. WACHOWICZ, M.

El nuevo derecho de autor brasileño: causas de su reforma y nuevos problemas, 2015. (Seminário, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Direito Autoral, sistema internacional de patentes, direito

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Apresentação da pesquisa sobre el NUEVO DERECHO DE AUTOR BRASILEÑO: causas de su reforma y nuevos problemas; Local: Salón de Grados Facultad de Derecho; Cidade: Valência - Espanha; Evento: SEMINARIO SOBRE PROPIEDAD INTELECTUAL E INDUSTRIAL; Inst.promotora/financiadora: Universidad de Valência - Espanha

3. WACHOWICZ, M.

Gestão Coletiva de Direitos Autorais da Obra Musical: Titularidade Originária., 2015. (Seminário, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Propriedade Intelectual, gestão coletiva de direitos autorais, direitos autorais

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page:

<http://www.gedai.com.br/?q=pt-br/content/vi-semin%C3%A1rio-internacional-gest%C3%A3o-coletiva-de-direitos-autorais-e-internet-material-do-prof>

Seminário sobre GESTÃO COLETIVA DE DIREITOS AUTORAIS DA OBRA MUSICAL: Titularidade Originária.; Local: Praça Santos Andrade, n. 50; Cidade: Curitiba; Evento: Seminário Internacional de Direito Intelectual; Inst.promotora/financiadora: Universidade Federal do Paraná - UFPR

4. WACHOWICZ, M.

Jogos digitais e propriedade intelectual, 2015. (Seminário, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Programa de computador, Direito da Propriedade Intelectual, Educação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <http://www.comunidadesvirtuais.pro.br/seminario-jogos/2015/programacao/>

Apresentação de trabalho sobre a jogos digitais e propriedade intelectual no ambiente educacional, formas de proteção pelo direito da propriedade intelectual.; Local: Universidade do Estado da Bahia - UNEB; Cidade: Salvador - Bahia; Evento: XI SJEEC - Seminário Jogos Eletrônicos, Educação e Comuni; Inst.promotora/financiadora: Rede Brasileira de Jogos e Educação (RBJE)

5. WACHOWICZ, M.

Retos de la Propiedad Intelectual en la era de la Economía del Conocimiento, 2015. (Seminário, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <http://conocimientolibre.ciespal.org/conferencistas/>

Apresentação de trabalho sobre los Retos de la Propiedad Intelectual en la era de la Economía del Conocimiento; Local: Andrade Marin, Quito 170135, Equador; Cidade: Quito - Equador; Evento: Seminário Internacional Capitalismo Cognitivo y Economía; Inst.promotora/financiadora: Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina - CIESPAL

6. WACHOWICZ, M.; WINTER, Luis Alexandre Carta

Between tax havens and flags of convenience: handling os cargo in Brazil and at Paranaguá Harbor, 2014. (Seminário, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Direito Internacional, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Internacional, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários; Local: Rua Almerindo Lessa - 1300-663 Lisboa; Cidade: Lisboa - Portugal; Evento: Seminário Internacional; Inst.promotora/financiadora: Universidade Técnica de Lisboa - Centro de Estudos Estratégico

Curso de curta duração ministrado

1. WACHOWICZ, MARCOS

Curso SESC de Gestão Cultural, 2017. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: Direito Autoral, direitos culturais, Direito da Propriedade Intelectual, diversidade cultural

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direitos culturais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. 2 dias. Meio de divulgação: Vários

Curso de capacitação para gestores e produtores culturais realizado pelo SESC SP no mês de janeiro de 2017

2. WACHOWICZ, MARCOS

Curso SESC de Gestão Cultural, 2016. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: Direito Autoral, direitos culturais, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direitos culturais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. 2 dias. Meio de divulgação: Vários

Curso de capacitação de gestores e produtores culturais realizado pelo SESC SP. em janeiro de 2016

3. WACHOWICZ, MARCOS

Curso SESC de Gestão Cultural, 2015. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, diversidade cultural, direitos culturais

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direitos culturais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. 2 dias. Meio de divulgação: Vários

Curso de capacitação de produtores e gestores culturais realizado pelo SESC São Paulo em janeiro de 2015

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras e olimpíadas

1. WACHOWICZ, M.; GOMES, M. E. A. C. E.

I Simpósio do Núcleo de Direito do Terceiro Setor, Risco e Políticas Públicas - PPGD/UFPR, 2013. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

I Simpósio do Núcleo de Direito do Terceiro Setor, Risco e Políticas Públicas - PPGD / UFPR Promovido pelo: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPR, pelo ABRASD, pelo Núcleo de Direito do Terceiro Setor, Risco e Políticas Públicas, pelo PROEX e pelo PROCAD, com carga horária total de 20h de atividades complementares, realizado nos dias 25 a 27 de novembro de 2012.

Participação em eventos, congressos, exposições, feiras e olimpíadas

1. **III Semana Brasileira contra o Racismo - IBA/Munster**, 2018. (Seminário)
A situação jurídica do brasileiro no estrangeiro..
2. **Jornada acadêmica: “Propiedad intelectual hoy: debates y desafíos”**, 2017. (Encontro)
MARCO CIVIL DA INTERNET e REORMA AUTORAL NO BRASIL: Processos paralelos e Resultados distintos.
3. **SEMINARIO INTERNACIONAL La unificación y armonización del derecho privado en Latinoamérica y Europa: NUEVOS RETOS**, 2015. (Seminário)
El comercio electrónico y el proceso de armonización en Mercosur.
4. Apresentação Oral no(a) **SEMINARIO SOBRE PROPIEDAD INTELECTUAL E INDUSTRIAL**, 2015. (Seminário)
EL NUEVO DERECHO DE AUTOR BRASILEÑO: causas de su reforma y nuevos problemas.
5. **Seminário Internacional Capitalismo Cognitivo y Economía**, 2015. (Seminário)
Retos de la Propiedad Intelectual en la era de la Economía del Conocimiento.
6. Apresentação Oral no(a) **Seminário Internacional de Direito Intelectual**, 2015. (Seminário)
A Reforma do Direito Autoral Brasileiro.
7. **XI SJEEC - Seminário Jogos Eletrônicos, Educação e Comuni**, 2015. (Seminário)
Jogos digitais e propriedade intelectual.
8. Apresentação Oral no(a) **I Workshop on Sociolegal Aspect of the Creative Economy**, 2014. (Outra)
Creativity as an object of public policies in the Brazilian creative economy and the importance of copyrights for development.
9. Apresentação Oral no(a) **II Encontro brasileiro em pesquisa em Cultura**, 2014. (Encontro)
Direitos Autorais e Culturais: dimensões públicas e privadas dos bens culturais.
10. Apresentação Oral no(a) **I Seminário de Direito Autoral e Acesso à Cultura**, 2013. (Seminário)
A Lei de Direito Autoral brasileira: contradições e impedimentos jurídicos no acesso à cultura.
11. Apresentação Oral no(a) **II Encontro Internacional de Direito Culturais**, 2013. (Encontro)
Panorama da Dimensão Constitucional da Cultura nas Américas.
12. Apresentação Oral no(a) **UNIVERSITAS E DIREITO 2013: Direito e Cidades**, 2013. (Congresso)
Cidades Inteligentes e Sustentabilidade: aspectos jurídicos e sociológicos.
13. Apresentação Oral no(a) **VII Congresso de Direito de Autor e Interesse Público**, 2013. (Congresso)
Direito Autoral e Novas Tecnologias..

Demais produções técnicas

1. WACHOWICZ, MARCOS

Curso SESC de Gestão Cultural, 2017. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: Direito Autoral, direitos culturais, Direito da Propriedade Intelectual, diversidade cultural

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direitos culturais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. 2 dias. Meio de divulgação: Vários

Curso de capacitação para gestores e produtores culturais realizado pelo SESC SP no mês de janeiro de 2017

2. WACHOWICZ, MARCOS

Curso SESC de Gestão Cultural, 2016. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: Direito Autoral, direitos culturais, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direitos culturais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. 2 dias. Meio de divulgação: Vários

Curso de capacitação de gestores e produtores culturais realizado pelo SESC SP. em janeiro de 2016

3. WACHOWICZ, MARCOS

Curso SESC de Gestão Cultural, 2015. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, diversidade cultural, direitos culturais

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direitos culturais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. 2 dias. Meio de divulgação: Vários

Curso de capacitação de produtores e gestores culturais realizado pelo SESC São Paulo em janeiro de 2015

Orientações e Supervisões

Orientações e supervisões

Orientações e supervisões concluídas

Dissertações de mestrado: orientador principal

1. ANA LÚCIA DE OLIVEIRA BELO. ANÁLISE DAS AÇÕES DE USO IRREGULAR DE SOFTWARE: PERFIL DO DEMANDANTE, DIFERENÇAS E SIMILITUDES DAS DECISÕES JUDICIAIS., 2021. Dissertação (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFNIT - PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA) - Mestrado em Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia

Palavras-chave: Software, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

No dia um de março de dois mil e vinte e um às 15:00 horas, na sala <https://conferenciaweb.mmp.br/webconf/ana-lucia-belo>, Universidade Federal do Paraná - Setor de Ciências Sociais Aplicadas, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação da mestrandia ANA LÚCIA DE OLIVEIRA BELO, intitulada: ANÁLISE DAS AÇÕES DE USO IRREGULAR DE SOFTWARE: PERFIL DO DEMANDANTE, DIFERENÇAS E SIMILITUDES DAS DECISÕES JUDICIAIS, sob orientação do Prof. Dr. MARCOS WACHOWICZ. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PROFNIT - PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: MARCOS WACHOWICZ (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), RODRIGO OTAVIO CRUZ E SILVA (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA), MARCELO MIGUEL CONTRADO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), HELOISA GOMES MEDEIROS (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO)

2. Alcion Bubniak. PATENTES E O INTERESSE NA PROTEÇÃO DE TECNOLOGIAS NO BRASIL. 2021. Dissertação (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFNIT - PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA) - Mestrado em Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia

Palavras-chave: sistema internacional de patentes, Propriedade Intelectual, Políticas Públicas

Áreas do conhecimento: Administração, Direito, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

O presente trabalho tem como objetivo identificar o interesse na proteção de tecnologias no Brasil por meio de patentes de depositantes residentes e não-residentes. Para tanto foram pesquisadas as particularidades do tema, incluindo a sua complexa legislação que pode influenciar o interesse pelo patenteamento e os aspectos que o condicionam. Para a fundamentação deste estudo sobre a proteção de tecnologias foi obtida a série histórica relativa a duas décadas de depósitos de patentes depositadas por meio de contato direto com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI. Como resultado desta pesquisa foram comparados os números estratificados de depósitos e concessões desde o ano 2000 e com base em métricas adotadas foram analisados os aspectos do cenário de patentes no Brasil com o objetivo de propor medidas que estimulem a proteção de tecnologias por meio de depósitos de patentes. Tal informação organizada poderá servir como subsídio para futuras decisões de gestores empresariais e autoridades responsáveis por diretrizes e regras do sistema brasileiro de propriedade industrial assim como se constitui em referência para políticas públicas visando maior estímulo no patenteamento de tecnologias por depositantes residentes.

3. Marcelle Beatriz Cortiano Nagakura. A digitalização de acervos museográficos no Brasil.: 2020. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito UFPR) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito, acervo digital, direitos culturais, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

4. GUSTAVO FORTUNATO D'AMICO. RESSURREIÇÃO DIGITAL: as consequências jurídicas da recriação digital post mortem de artistas e intérpretes. 2020. Dissertação (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFNIT - PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Tecnologia

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

A ressurreição digital trouxe diversas mudanças à indústria cultural, principalmente quanto às saídas encontradas com relação a morte de celebridades. Se antes da ressurreição digital, a morte era tida como o encerramento da carreira dos intérpretes, agora é possível que celebridades falecidas, estrelem nas mais variadas obras, ou até mesmo saiam em turnê pelo mundo. Contudo, essa tecnologia trouxe alguns questionamentos quanto às performances post mortem, principalmente no que concerne às negociações comerciais pactuadas para a realização de tais projetos, sendo imprescindível entender como os direitos dos intérpretes falecidos são e serão resguardados, já que os projetos de ressurreição digital possuem como escopo principal sobrepor o rosto do artista falecido sobre o de outro artista que o está emulando. Diante disso, o objetivo do presente trabalho é analisar as consequências jurídicas trazidas por essa tecnologia ao recriar intérpretes para obras novas. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico para revisar os temas de inovação, direitos autorais, direito de imagem e processo civil, todos à luz da tecnologia de ressurreição digital. Ao final, foi possível concluir que a ressurreição digital é uma inovação que impacta significativamente o mercado, possibilitando uma forma nova de exploração comercial das celebridades falecidas. Quanto aos artistas recriados, estes não possuem direitos sobre as novas interpretações, que pertencem ao artista que efetivamente desenvolveu a atuação nova. Assim, não há tutela autoral para o artista recriado, restando-lhe a proteção à imagem, que continua sendo explorada economicamente. Diante disso, a legitimidade para reclamar a violação do direito do falecido artista, é de seus descendentes e estes podem, ainda, celebrar pactos processuais renunciando total ou parcialmente o direito de reivindicar em juízo indenizações pelo uso da imagem. Esse pacto assegura às empresas de entretenime

5. Bibiana Biscaia Virtuoso. Direito Autoral e Novas Tecnologias. 2019. Dissertação (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

6. Lukas Ruthes Gonçalves. Propriedade Intelectual e Novas Tecnologias. 2019. Dissertação (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

7. Alexandre Pessler. A Biblioteca Pública Digital: Direito Autoral e Acesso na Sociedade Informacional. 2011. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em Direito- Mestrado e Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Programa de Computador, Software, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português.

O objetivo principal desta pesquisa é a análise do estatuto jurídico das bibliotecas pelo prisma do direito autoral, com ênfase no papel exercido pela biblioteca pública como instrumento de acesso à cultura e à informação, e como é possível manter esta missão no ambiente digital. O primeiro capítulo da pesquisa apresenta, a partir da doutrina selecionada, conceitos sobre a sociedade informacional e suas relações com o Direito. Traz ainda as bases normativas do princípio do acesso à informação, em diversos níveis, bem como iniciativas filosóficas e auto-regulatórias para organização de informações técnicas ou intelectuais. O segundo capítulo descreve o funcionamento do sistema internacional de direitos autorais e traça um panorama de seus limites, com ênfase para as interpretações de organismos multilaterais. Por fim, o terceiro capítulo apresenta um histórico das bibliotecas e de suas bases jurídicas e normativas, observações sobre os institutos de digitalização e disponibilização de obras por bibliotecas, bem como apresenta algumas propostas legislativas no nível internacional, com as conclusões encontradas.

8. Amanda Silva Madureira. A Biotecnologia e o Sistema Internacional de Patentes: a proteção do direito à saúde e as doenças negligenciadas. 2011. Dissertação (Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Direito Internacional, Propriedade Intelectual, Sociedade da informação, direito, Direito Constitucional, direito a saúde, biotecnologia, sistema internacional de patentes

Referências adicionais: Brasil/Português.

O Sistema Internacional de Patentes, tal como foi historicamente delineado para promover o desenvolvimento científico e tecnológico expõe, nos âmbitos jurídicos e políticos, as fragilidades de um sistema na garantia do direito à saúde e acesso, sobretudo nos países em desenvolvimento. A partir da análise do Acordo sobre Aspectos de Direitos de Propriedade Intelectual, acordo TRIPS, seus objetivos e princípios norteadores, chega-se à análise aos requisitos de patenteabilidade. O presente estudo objetiva analisar os fundamentos do Sistema Internacional de Patentes por meio da proteção jurídica da Biotecnologia, esta aplicada à saúde com foco nas doenças negligenciadas. A partir do reconhecimento dos limites e possibilidades do Sistema Internacional de Patentes na seara Biotecnológica, identificam-se as falhas na saúde, na ciência e as falhas de mercado que obstaculizam o acesso e a promoção do direito à saúde, consubstanciado normativamente sob a égide da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Diversos atores como organizações não-governamentais, universidades, Estados compõem a pluralidade de ações e desafios: integrar esforços científicos e

tecnológicos na concretização e erradicação das doenças negligenciadas. O primeiro capítulo apresenta os conceitos referentes à saúde pública e propriedade intelectual bem como sua progressiva sistematização. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio surgem como metas globais a serem alcançadas e, por terem relação estreita com a saúde, assinalam a prevalência de políticas na promoção da saúde humana. O segundo capítulo explicita os fundamentos de recompensa por meio das patentes, com base no Acordo TRIPS e seus requisitos de patenteabilidade. O terceiro demonstra a viabilidade de um sistema global de inovação em saúde, por meio das parcerias, explicitada no Patent Pool para AIDS e doenças extremamente negligenciadas

9. Guilherme Coutinho Silva. Acesso às Obras Fonográficas na Sociedade Informacional: As Relações com o Sistema Internacional de Tutela do Direito Autoral. 2011. Dissertação (Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Sociedade da informação, Direito da Informática, direitos culturais, direito de acesso a informação

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

Desde a criação do Sistema Internacional de Direito Autoral, no fim do século XIX, houve uma evolução na importância do tema, que se tornou preponderante para o desenvolvimento econômico e social. Consequentemente, surgiram novos instrumentos jurídicos sobre o tema, que aumentaram o nível de proteção e abrangência deste sistema. O objetivo principal deste trabalho é analisar como a tutela internacional sobre o Direito Autoral se comportou diante das novas formas de acesso às obras fonográficas. Para tanto, no primeiro capítulo, é verificado como se desenvolveu a revolução industrial e, mais recentemente, a revolução da tecnologia da informação, com a construção da sociedade informacional e as consequentes mudanças de paradigmas em relação às formas de acesso das obras fonográficas. É analisada também a evolução dos suportes dos fonogramas, desde a criação do fonógrafo e os discos de cera até o formato mp3. No segundo capítulo é estudado como se desenvolveu o Sistema Internacional de Propriedade Intelectual e, mais especificamente, Direito Autoral, em relação mais especificamente às obras fonográficas. Os objetos são as principais convenções e tratados internacionais sobre o tema, a fim de compreender a relação entre as mudanças tecnológicas e as alterações na tutela das obras fonográficas, além de analisar se foram feitas mudanças significativas nos tratados internacionais para abranger as novas formas de acesso às obras fonográficas. Estas serão analisadas especificamente no terceiro capítulo, sob a ótica da teoria sobre as culturas da internet de Castells. Nesta parte final do trabalho serão analisados casos práticos importantes para compreender como se aplica a realidade informacional em relação aos fonogramas. Por fim, são trazidas as conclusões decorrentes da pesquisa.

10. Heloisa Gomes Medeiros. Medidas de Fronteira Trips-Plus: implicações e limites à expansão de normas de observância dos direitos de propriedade intelectual. 2011. Dissertação (Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Internacional, Direito Comercial, Sociedade da informação, medidas de fronteira, desenvolvimento

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Setores de atividade: Administração Pública, Defesa e Seguridade Social

Referências adicionais: Brasil/Português.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar as novas disposições em matéria de observância dos direitos de propriedade intelectual por meio de medidas de fronteira surgidas em novos foros que discutem e regulamentam o tema. Foram utilizados o método de abordagem dedutivo, o método de procedimento monográfico e a técnica de pesquisa bibliográfica. Os novos foros e regras surgem do entendimento por parte dos países desenvolvidos de que é necessário aumentar os padrões internacionais de proteção dos direitos de propriedade intelectual, suscitando questionamentos sobre as implicações desta expansão no desenvolvimento e na manutenção do equilíbrio entre interesse público e privado. É necessário observar estas normas por meio dos limites e padrões máximos existentes no Acordo TRIPS para que sejam alcançadas orientações que possibilitem a criação de normas equilibradas de medidas de fronteira, avaliando custos e benefícios, preservando interesse público e privado, deixando espaço para autonomia e flexibilidades para os países se desenvolverem.

11. Laura Cristina de Quadros. “O direito de acesso à educação e à difusão do conhecimento frente ao direito de autor na sociedade informacional”. 2011. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em Direito- Mestrado e Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Direito Educacional, Direito Autoral, Direito a Informação, Sociedade da informação, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <http://ppgd.ufsc.br/institucional/arquivo/defesas-2011/>

12. Rangel Oliveira Trindade. Acordos plurilaterais anticontrafação pós-TRIPS: implicações jurídico-normativas ao sistema internacional de propriedade intelectual. 2010. Dissertação (Centro de Pós-Graduação em Direito - CPGD) - Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, sistema internacional de patentes, Direito a Informação, Direito Internacional, Organização Mundial de Propriedade Intelectual, Revolução da Tecnologia da Informação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <http://ppgd.ufsc.br/defesas-2012/>

13. Christiano Vítor de Campos Lacorte. Bens Públicos Literários e Artísticos: a proteção autoral em face dos princípios administrativos, da função social da propriedade e dos direitos fundamentais de acesso ao conhecimento e à cultura. 2010. Dissertação (Centro de Pós-Graduação em Direito - CPGD) - Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Direito Autoral, direitos culturais, Direitos de Informação, Sociedade da informação, Direito da Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <http://ppgd.ufsc.br/defesas-2012/>

14. Rodrigo Otávio Cruz e Silva. Os Direitos Autorais como fator de desenvolvimento na Economia Criativa. 2010. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em Direito- Mestrado e Doutorado) - Universidade

Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Direito Autoral, economia criativa, direitos culturais

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, economia criativa

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Dissertação de Mestrado defendida em 15 de março de 2013

15. Francisco Viegas Neves da Silva. **Os tratados de livre comércio e o acordo Trips: uma análise da proteção patentrária na área farmacêutica.** 2009. Dissertação (Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Internacional, Direito Comercial, biotecnologia, Direito Internacional Privado

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

16. Victor Emendörfer neto. **A nacionalidade das sociedades anônimas.** 2007. Dissertação (Centro de Pós-Graduação em Direito - CPGD) - Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Direito Comercial, Direito Internacional, Direito Internacional Privado, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

17. Diana Zerbini de Carvalho Martins. **Propriedade Intelectual do software e desenvolvimento na sociedade da informação.** 2007. Dissertação (Centro de Pós-Graduação em Direito - CPGD) - Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Programa de Computador, Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática, Sociedade da informação, Software

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português.

Dissertações de mestrado: co-orientador

1. Alice de Perdigão Lana. **Tutela de Imagens Intimas na Internet: corpo, gênero e direito.** 2021. Dissertação (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: TUTELA DE IMAGENS ÍNTIMAS NA INTERNET: CORPO, GÊNERO E DIREITO

A presente dissertação aborda a disseminação não consensual de imagens íntimas (NCII) a partir da invenção das categorias de corpo e sujeito de direito na modernidade, suas repercussões no direito contemporâneo e suas ligações com o corpo virtualizado na internet, bem como da sua relação com o gênero como construção, em diálogo com discussões críticas ao colonialismo e ao identitarismo essencialista. No segundo capítulo, partindo do reconhecimento de que o corpo não é apreendido pelo Direito senão por meio de mediações, apresenta-se a relação dessa discussão com os direitos da personalidade. Estuda-se, para tanto, o surgimento dos direitos da personalidade na Europa, bem como os direitos da personalidade no Brasil, em sua especificidade sócio-histórica e cultural. Por sua relação com a NCII, são analisados o direito à imagem e à privacidade, bem como a distinção desta da privacy estadunidense. Depois, é apresentado o direito à proteção de dados pessoais, que por vezes é mobilizado nas discussões jurídicas acerca de NCII, e problematizada a solução do consentimento. No terceiro capítulo, são abordadas as diversas estratégias jurídicas utilizadas para regular a NCII na prática. De início, por sua especificidade, é apresentada a abordagem pela estratégia de moderação de conteúdo de plataformas, com indicação das diferentes soluções apresentadas por cada país, incluindo o Brasil, bem como novas soluções que vêm sendo propostas recentemente – estatais ou não. Na sequência, se apresenta, de forma mais verticalizada (ainda que não exaustiva), as demais abordagens jurídicas dadas pelo Brasil para a NCII, incluindo aí os diplomas legais que regulam o assunto, bem como a análise das decisões do Superior Tribunal de Justiça que enfrentaram o tema. Na sequência, são trazidas as demais experiências jurídicas de outros 26 países para tratar da NCII, abordando estratégias penais, cíveis e de políticas públicas. Por fim, são analisadas eventuais aproximações

2. Regina Machado Araújo Cardoso. **Autorais na Produção de Conteúdo: o estudo de caso do Programa Nacional de Educação a Distância PS-EAD.** 2013. Dissertação (Gestão e Tecnologia Industrial) - Faculdade de Tecnologia SENAI CIMATEC

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Educação

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Co-orientador da mestranda Regina Machado Araujo Cardoso do trabalho sob o título Autorais na Produção de Conteúdo: o estudo de caso do Programa Nacional de Educação a Distância PS-EAD, junto a Faculdade de Tecnologia SENAI CIMATEC

Teses de doutorado: orientador principal

1. alexandre ricardo pesserl. **Direito Autoral e Gestão Coletiva.** 2020. Tese (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito
Referências adicionais: Brasil/Português.

2. rodrigo otavio cruz e silva. Direitos Intelectuais e economia. 2020. Tese (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito Internacional Privado, Direito Econômico
Áreas do conhecimento: Direito
Referências adicionais: Brasil/Português.

3. Rodrigo Vieira Costa. O REGISTRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL COMO MECANISMO DE RECONHECIMENTO DE DIREITOS INTELECTUAIS COLETIVOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. 2019. Tese (Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD) - Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Direito da Propriedade Intelectual, diversidade cultural)
Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral
Setores de atividade: Educação
Referências adicionais: Brasil/Português.

A tese desenvolvida pelo pesquisador RODRIGO VIEIRA COSTA intitulada "O REGISTRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL COMO MECANISMO DE RECONHECIMENTO DE DIREITOS INTELECTUAIS COLETIVOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS" foi aprovada com distinção e louvor e recomendada para publicação, a pesquisa desenvolvida dentro do Grupo de Pesquisa de Direito Autoral e Industrial – GEDAI. Trata-se sem dúvida de uma pesquisa inovadora a qual conjuga as áreas dos Direitos Culturais e da Propriedade Intelectual, enfrentando questões extremamente complexas sobre o registro e reconhecimento dos Direitos Intelectuais Coletivos de povos e Comunidades Tradicionais. A Rodrigo Vieira Costas analisa que a partir do entendimento de que a Constituição Federal conferiu às coletividades (povos indígenas, grupos étnicos-raciais e comunidades tradicionais) o status jurídico de sujeitos de direitos coletivos sobre seu próprio patrimônio cultural imaterial, bastando que os bens fossem portadores de referência cultural da identidade, memória e ação desses grupos. Assim é que a emergência do patrimônio cultural imaterial de natureza viva, processual, dinâmica, mutável, fez com que, no âmbito federal, houvesse a criação do mecanismo de salvaguarda de bens culturais imateriais, denominado Registro, regulamentado pelo Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, e do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI. Com o mecanismo e as ações e políticas de salvaguarda, veio à tona a expectativa de detentores de expressões e conhecimentos tradicionais do reconhecimento de direitos coletivos, mormente direitos intelectuais sobre seus bens culturais imateriais registrados, o que resta evidenciado no surgimento de conflitos entre esses sujeitos e terceiros estranhos à transmissibilidade, continuidade, produção e reprodução cultural desse patrimônio que se apropriam indevidamente de formas de expressão e modos de saber-fazer sem sua autorização ou participação, requerendo assim atuação do IPHAN.

4. Heloisa Gomes Medeiros. A SOBREPOSIÇÃO DE DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL NO SOFTWARE. 2018. Tese (Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD) - Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Propriedade Intelectual
Áreas do conhecimento: Direito
Referências adicionais: Brasil/Português.

A tese desenvolvida pela pesquisadora HELOISA GOMES MEDEIROS intitulada "A SOBREPOSIÇÃO DE DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL NO SOFTWARE" foi aprovada com distinção e louvor e recomendada para publicação, sem dúvida um trabalho de pesquisa que revelador de sua capacidade intelectual no enfrentamento de uma questão extremamente controversa e complexa. A tese de Heloisa Medeiros se constitui em texto de referência para os estudiosos da Propriedade Intelectual sobre sobreposição de direitos intelectuais na tutela jurídica das criações intelectuais, ainda mais na questão da tutela do software que por meio de direitos de propriedade intelectual, ganha nova dimensão a partir do desenvolvimento da sociedade informacional. Nesse contexto, a tese coloca a proteção do software como um dilema, dada sua natureza híbrida, visto que há um bem intelectual que apresenta aspectos literários em seu código e também uma função utilitária na execução desse código para a resolução de uma tarefa ou de um problema técnico. Inicialmente, convencionou-se proteger o software pelo direito de autor, resolução esta que em pouco tempo apresentou lacunas em diversos campos da atuação técnica deste bem. Assim, na pesquisa interpretou-se que também poderia ser tutelado pelo direito de patente mediante invenções implementadas por programa de computador. Desta forma, admite-se dupla proteção: a do programa de computador em si, por meio do direito de autor, e a das soluções técnicas de invenções, por intermédio da patente. Diante deste panorama, o objetivo geral da presente tese é verificar a existência de sobreposição entre os regimes de direito de autor e de patente na proteção do software e, firmada essa possibilidade, sugerir parâmetros jurídicos adequados para harmonizar os dois regimes na sociedade informacional. Por fim, Heloisa salienta-se que a convergência entre os regimes ocasiona sobreposições incompatíveis com o sistema de propriedade intelectual e que, portanto, são nec

5. Liz Beatriz Sass. DA (NÃO) JUSTIFICATIVA DO USO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL PARA A APROPRIAÇÃO DA BIODIVERSIDADE: a sustentabilidade como limite. 2016. Tese (Centro de Pós-Graduação em Direito - CPGD) - Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual
Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual
Referências adicionais: Brasil/Português.

A tese desenvolvida pela pesquisadora Liz Beatriz Sass tem por objetivo geral discutir se as teorias filosóficas tradicionais utilizadas para a justificar os Direitos de Propriedade Intelectual (DPIs), quais sejam, a Teoria Utilitarista, a Teoria do Trabalho, a Teoria Personalista, a Teoria do Plano Social e a Teoria Marxista, são capazes de validá-los como instrumentos relevantes para a apropriação da biodiversidade em um contexto de sustentabilidade. No intuito de cumprir este escopo, a partir de pesquisa bibliográfica, a tese percorre diversos terrenos teóricos e a resposta para o problema abordado é construída a partir do exame da sinergia existente entre os DPIs, a biodiversidade e a sustentabilidade. Para chegar à formulação de uma resposta para a pergunta de partida, a pesquisa está estruturada em quatro capítulos. De maneira geral, os dois primeiros capítulos apresentam o embasamento teórico dos dois eixos principais da tese, quais sejam: os DPIs e a biodiversidade. Os dois últimos capítulos são destinados à uma análise da interface desses dois temas sob a perspectiva da sustentabilidade, o que é realizado primeiramente sob uma abordagem essencialmente teórica, e, posteriormente, sob um viés dogmático. De maneira detalhada, o segundo capítulo discorre sobre a trajetória dos DPIs, a

partir tanto de uma perspectiva econômica, quanto jurídica, e discute as principais teorias que justificam a sua existência. O terceiro capítulo apresenta as várias concepções existentes acerca da biodiversidade e a construção do discurso que a compreende como um recurso econômico. O quarto capítulo dedica-se a elaborar uma resposta à problemática geral da tese, discutindo a (não) justificativa do uso de DPIs para a apropriação da biodiversidade em um contexto de sustentabilidade. Embora a tese conclua pela não justificativa da apropriação da biodiversidade pelos DPIs em um contexto de sustentabilidade, o quinto capítulo apresenta diferentes instrumentos que revelam

Monografias de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Oscar Ramon Abadie. **A aplicabilidade da boa-fé à luz do código civil e do código de defesa do consumidor.** 2005. Monografia (Pós Graduação Em Direito Civil e Processual Civil) - Faculdade Cândido Mendes Paraná

Palavras-chave: Direito Processual Civil

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

2. Cezar Romero. **A coisa julgada na ação de investigação de paternidade.** 2005. Monografia (Pós Graduação Em Direito Civil e Processual Civil) - Faculdade Cândido Mendes Paraná

Palavras-chave: Direito Processual

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

3. Ernani Moreno Silva. **A inaplicabilidade da Lei 8137, que definiu os crimes contra a ordem tributária, face ao imposto de renda arbitrado e inadimplido.** 2005. Monografia (Pós Graduação Em Direito Tributário) - Faculdade Cândido Mendes Paraná

Palavras-chave: Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

4. Marli da Silva. **A omissão legal em casos de dissolução das sociedades conjugais nas relações homossexuais.** 2005. Monografia (Pós Graduação Em Direito Civil e Processual Civil) - Faculdade Cândido Mendes Paraná

Palavras-chave: Direito Processual Civil, Direito de Família

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

5. Emilio Mudrey. **A repetição do indébito tributário.** 2005. Monografia (Curso de Pós Graduação Em Direito Tributário) - Faculdade Cândido Mendes Paraná

Palavras-chave: Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

6. Nélio Antonio Uzeyka Júnior. **A responsabilidade penal da pessoa jurídica.** 2005. Monografia (Pós Graduação Em Direito Civil e Processual Civil) - Faculdade Cândido Mendes Paraná

Palavras-chave: Responsabilidade pessoa jurídica

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

7. Alvaro Pedro Júnior. **Ação Monitória.** 2005. Monografia (Pós Graduação Em Direito Civil e Processual Civil) - Faculdade Cândido Mendes Paraná

Palavras-chave: Direito Processual Civil, Ação Monitória

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

8. Marcelo Ribeiro Losso. **Antecipação de tutela nas ações de despejo por falta de pagamento em contratos de locação de imóveis urbanos.** 2005. Monografia (Pós Graduação Em Direito Civil e Processual Civil) - Faculdade Cândido Mendes Paraná

Palavras-chave: Direito Processual Civil, Antecipação de Tutela

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

9. Luiz Gustavo de Andrade. **Aplicação da tutela antecipada no âmbito recursal.** 2005. Monografia (Curso de Pós Graduação Em Direito Tributário) - Faculdade Cândido Mendes Paraná

Palavras-chave: Direito Processual Civil, Antecipação de Tutela

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

10. Eduardo Rafael Sabadin. **As multas pela falta de recolhimento do ICMS e seu caráter confiscatório.**

2005. Monografia (Pós Graduação Em Direito Tributário) - Faculdade Cândido Mendes Paraná

Palavras-chave: Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

11. José Carlos Pereira. **Do concubinato à união estável.** 2005. Monografia (Pós Graduação Em Direito Civil e Processual Civil) - Faculdade Cândido Mendes Paraná

Palavras-chave: Direito Processual Civil, Direito de Família

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

12. Giselle Albuquerque Costa. **Os bens particulares na sucessão hereditária e o conjugê ante os regimes matrimoniais de bens..** 2005. Monografia (Pós Graduação Em Direito Civil e Processual Civil) - Faculdade Cândido Mendes Paraná

Palavras-chave: Direito Processual Civil, Direito de Família

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

13. Heizer Ricardo Izzo. **Substituição ICMS.** 2005. Monografia (Pós Graduação Em Direito Tributário) - Faculdade Cândido Mendes Paraná

Palavras-chave: Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

14. Maria de Lourdes Rodrigues. **Tutela antecipada.** 2005. Monografia (Pós Graduação Em Direito Civil e Processual Civil) - Faculdade Cândido Mendes Paraná

Palavras-chave: Direito Processual Civil, Antecipação de Tutela

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

15. Auro Blumm. **A arrecadação de contribuições sociais da união e aplicação dos recursos no orçamento geral da união.** 2004. Monografia (Pós Graduação Em Direito Tributário) - Faculdade Cândido Mendes Paraná

Palavras-chave: Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

16. Giselle Cristina Missio. **A elisão fiscal e o parágrafo único do artigo 116, do Código Tributário Nacional.** 2004. Monografia (Pós Graduação Em Direito Tributário) - Faculdade Cândido Mendes Paraná

Palavras-chave: Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

17. Gerson Paitch. **A norma anti-elisiva e a lei complementar n.104/2001 e seus efeitos artigo 116, parágrafo único do CTN..** 2004. Monografia (Pós Graduação Em Direito Tributário) - Faculdade Cândido Mendes Paraná

Palavras-chave: Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

18. Adriano Silva de Oliveira. **As sociedades cooperativas e seu regime tributário.** 2004. Monografia (Pós Graduação Em Direito Tributário) - Faculdade Cândido Mendes Paraná

Palavras-chave: Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

19. Nair Akemi Furuta de Moraes. **Legitimidade passiva do imposto predial e territorial urbano nos contratos de locação.** 2004. Monografia (Pós Graduação Em Direito Tributário) - Faculdade Cândido Mendes Paraná

Palavras-chave: Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

20. Ademir da Silva. **O crime fiscal e a representação fiscal para fins penais.** 2004. Monografia (Pós Graduação Em Direito Tributário) - Faculdade Cândido Mendes Paraná

Palavras-chave: Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

21. Fábio Lineu Antunes. **Prescrição Intercorrente no processo administrativo tributário**. 2004. Monografia (Pós Graduação Em Direito Tributário) - Faculdade Cândido Mendes Paraná

Palavras-chave: Direito Tributário, Direito Administrativo, Direito Processual Civil

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

22. Elisabete Scalcon Ranciaro. **Provedores de Internet: ICMS ou ISS**. 2004. Monografia (Pós Graduação Em Direito Tributário) - Faculdade Cândido Mendes Paraná

Palavras-chave: Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. Bruno Junqueira Meirelles Marcolini. **A importância da aplicação de base legal e específica para a legitimação de tratamento de dados pessoais**. 2023. Curso (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito, proteção de dados, Lei Geral de Proteção de Dados

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

O trabalho tem como objetivo abordar de maneira mais profunda o percurso realizado na atribuição de determinada base legal para a realização de um tratamento coerente de dados pessoais, tudo em observância ao texto normativo da Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 17.309 (“LGPD”). Com o advento da LGPD, a temática da proteção de dados se tornou um enfoque nacional, passando a abranger quase que a totalidade das discussões jurídicas. A nova necessidade de adequação e cuidado com a proteção de dados pessoais colocou os direitos dos titulares em destaque, gerando inúmeras novas questões para pessoas e empresas que desejam estar de acordo com a legislação. Evidente que não se deve afirmar que a referida lei, promulgada em 14 de agosto de 2018, inaugurou a discussão no Brasil, que já contava com legislação relacionada e certos casos práticos. Contudo, é factível concluir que a LGPD atribuiu uma atenção que jamais havia sido dada ao tratamento de dados pessoais, que alcançou um patamar jamais observado no país. Alguns conceitos chave da lei, entretanto, ainda são entendidos de forma equivocada por controladores, operadores e titulares de dados, fazendo com que o tratamento dos dados ocorra de forma equivocada e, por muitas vezes, ilícita. A ilustração mais comum desse equívoco é a noção de que todo e qualquer tratamento de dados pessoais deve necessariamente pressupor o consentimento do titular, independente da natureza da situação. Esse entendimento se reflete em inúmeros sites e aplicativos pelo Brasil, que usam cookies confusos para utilizar dados pessoais de forma que não se entende, sem a devida transparência com o titular. Sem uma análise crítica séria sobre o texto da lei, é natural que as interpretações genéricas fortaleçam um entendimento contrário ao disposto na LGPD, que é muito clara ao estabelecer quais os requisitos necessários para a legitimação do tratamento de dados pessoais.

2. Arthur Araújo de Menezes. **Protótipo de Identificação Automatizada de Dados Pessoais em Petições Iniciais de Ações Monitorias no TJSP**. 2023. Curso (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

O presente trabalho tem por objetivo construir um protótipo de análise de conteúdo de petições iniciais de ação monitoria direcionadas às varas cíveis do estado de São Paulo, para que seja possível a análise automatizada das peças jurídicas por meio de Inteligência Artificial. A análise tem como ponto focal os dados pessoais, questão intrínseca às petições desde os requisitos das iniciais até a assinatura do advogado representante do autor. A análise das peças se recai sob dados pessoais por conta da importância destes para a proposição de ações judiciais e a crescente relevância destes no decorrer de processos judiciais sigilosos, além da relevância de promover bancos de dados estruturados de petições iniciais. A pesquisa, desenvolvida pelo método indutivo, partiu de uma introdução contextual do papel do direito na sociedade da informação e uma breve revisão bibliográfica das diversas aplicações de inteligência artificial aplicadas ao direito e ao cotidiano forense. Assim, contextualizando-se o atual panorama da informática jurídica, revisamos um breve panorama das principais aplicações de inteligência artificial no poder judiciário brasileiro, além de disposições gerais acerca da conjuntura da proteção de dados pessoais no Brasil e no mundo. Em um segundo momento, foram divididas algumas etapas metodológicas para a criação de um protótipo genérico para análise de quaisquer petições iniciais, desde a triagem de petições, até o conceito de inteligência artificial e quais são possíveis aplicações posteriores do protótipo proposto, além de como extrair e modelar o conhecimento. Em um terceiro momento, foi feita a aplicação do protótipo proposto sob as petições iniciais que obedecem ao procedimento especial das ações monitorias e que foram direcionadas às diversas varas cíveis do estado de São Paulo. Utilizando o mecanismo automatizado de busca da plataforma Jusbrasil, realizamos a triagem das 250 petições iniciais resultantes da pesquisa e, ap

3. Julia Marques Queiroz Laport Brandão. **O Direito Autoral e as perspectivas de judicialização envolvendo Non-Fungible Tokens e obras de arte**. 2022. Curso (Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

A nova era digital impulsionou a aproximação de dois campos de conhecimento muitas vezes incomunicáveis: o direito e a tecnologia. À medida que as relações digitais se tornaram mais complexas no ciberespaço, demandas jurídicas surgem como um desafio para os operadores do direito e requerem um olhar cada vez mais atento às inovações trazidas na web. É neste contexto que os non-fungible tokens se inserem: a partir da certificação digital de autenticidade de determinado ativo, o crescente mercado vem movimentando dinheiro sem profunda fiscalização e reflexão sobre futuros litígios que envolvam violações legais. O objeto deste trabalho é focado nas

formas de comercialização de NFTs de obras de arte e como o direito pode funcionar como uma importante ferramenta de redução de riscos de judicialização e de tutela de direitos autorais. Palavras-chave: Non-Fungible Tokens; Direitos Autorais; Tecnologia; Judicialização.

4. MATEOS KRUCHELSKI TSCHA. A (i) ilegalidade do aplicativo UBER. 2016. Curso (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Direito e Tecnologia, Direito Informático

Áreas do conhecimento: Direito, DIREITO DA INFORMÁTICA, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

5. VICTOR ZAMPIERI. Diluição de Marcas Notórias: a desvalorização e o enfraquecimento de seu caráter distintivo. 2016. Curso (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Marcário, Direito da Propriedade Intelectual, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Industrial, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

6. THALES DEMARCHI DA SILVA. Direito Autoral na INTERNET. 2016. Curso (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Informática, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, DIREITO DA INFORMÁTICA, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

7. ISADORA SCHUMACHER SCHLINDWEIN. Harmonização de Leis sobre Comércio Eletrônico no MERCOSUL e na União Europeia. 2016. Curso (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacional, Mercosul

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Internacional, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

8. GABRIEL MARTINS ZERAIK ABDALLA. O Novo Marco da Biodiversidade e a Proteção do Conhecimento Tradicional Associado. 2016. Curso (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Biodiversidade, Direito da Propriedade Intelectual, Direitos Fundamentais

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

9. BIBIANA BISCAIA VIRTUOSO. O STREAMING como execução pública e a Gestão Coletiva de Direitos Autorais no Brasil. 2016. Curso (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Streaming

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

10. RENATA ROSSI ASSMANN. A proteção jurídica do trade dress e a concorrência desleal no Brasil. 2015. Curso (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Direito Concorrencial, Direito Comercial

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Concorrencial, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

11. JOÃO GUILHERME RACHE GERBAN. Direito, economia e a marca: os fundamentos das marcas e seus efeitos no mercado. 2015. Curso (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Econômico

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Econômico, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

12. ARTHUR SILVA DE PAULA. O Conflito entre os direitos fundamentais constitucionais dos direitos autorais e o direito à cultura e o direito ao acesso à informação. 2015. Curso (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Direito Autoral, direito de acesso a informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direitos culturais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Bretão.

13. ALLYSSON FERNANDO GUINZANI SILVA. O Mercosul e a Autonomia da Vontade nos Contratos Internacionais. 2015. Curso (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacional
Áreas do conhecimento: Direito, Direito Internacional, Propriedade Intelectual
Setores de atividade: Educação
Referências adicionais: Brasil/Português.

14. STEPHANIE GRUSZKA VENDRUSCOLO. O Regime da Propriedade Intelectual como Recurso de Poder nas Relações Internacionais. 2015. Curso (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacional
Áreas do conhecimento: Direito, Direito Internacional, Propriedade Intelectual
Setores de atividade: Educação
Referências adicionais: Brasil/Português.

15. Vitor Augusto Wagner Kist. Retalização Cruzada em Propriedade Intelectual: uma alternativa aos países em desenvolvimento para a solução de disputas na organização mundial do comércio - OMC. 2014. Curso (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Sistema de Solução de Controvérsias, Organização Mundial de Propriedade Intelectual, Propriedade Intelectual
Áreas do conhecimento: Direito Internacional, Propriedade Intelectual, Direito
Setores de atividade: Educação
Referências adicionais: Brasil/Português.

16. Dimas Braz Gaspar. Trade dress e concorrência desleal: os requisitos que autorizam a proteção do conjunto-imagem e a jurisprudência brasileira. 2014. Curso (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Concorrencial, Propriedade Intelectual, direito
Áreas do conhecimento: Direito Concorrencial, Propriedade Intelectual, Direito
Setores de atividade: Educação
Referências adicionais: Brasil/Português.

17. Ruy Figueiredo de Almeida Barros. O Direito de Autor e o Acesso à Cultura: análise de alternativas para a conciliação de um conflito de Direitos Fundamentais. 2013. Curso (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Autoral, direitos culturais, Direitos Fundamentais
Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direitos culturais
Setores de atividade: Educação
Referências adicionais: Brasil/Português.

18. Antonio Luiz Costa Gouvêa. O Sistema de Tutela do Programa de Computador como Instrumento de defesa da livre concorrência e vetor à inovação. 2013. Curso (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Programa de Computador
Áreas do conhecimento: Direito Autoral, Propriedade Intelectual
Setores de atividade: Educação
Referências adicionais: Brasil/Português.

19. Lucas de Oliveira Mussi. A limitação dos juros remuneratórios nos contratos de crédito bancário. 2009. Curso (Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: direito, Direito Comercial, Direito Internacional
Áreas do conhecimento: Direito
Referências adicionais: Brasil/Português.

20. Giancarlo Bernardi Possamai. A desconsideração da sociedade empresária à luz da jurisprudência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.. 2006. Curso (Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Desconsideração da personalidade jurídica, Direito Comercial, Direito Civil
Referências adicionais: Brasil/Português.

21. Leonardo Boell Pimentel. A patenteabilidade do programa de computador conjugado com métodos de fazer negócio na internet.. 2006. Curso (Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Licença de Uso de programa de computador, Programa de Computador
Referências adicionais: Brasil/Português.

22. Deise Elvira Gessner. Os direitos autorais na sociedade do conhecimento.. 2006. Curso (Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Propriedade Intelectual
Referências adicionais: Brasil/Português.

23. Daniela Saad Tativer. A nova Lei de Falências.. 2005. Curso (Curso de Direito) - Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito Comercial, Direito de Empresa
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas
Referências adicionais: Brasil/Português.

24. Marcos Antonio Peppe. **A prova pericial**. 2005. Curso (Curso de Direito) - Faculdade de Direito Curitiba
Palavras-chave: Direito Processual Civil
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas
Referências adicionais: Brasil/Português.
25. Acnius Paes. **Biotecnologia**. 2005. Curso (Curso de Direito) - Faculdade de Direito Curitiba
Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Biodireito, Biodiversidade
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas
Referências adicionais: Brasil/Português.
26. João Carlos B da Costa Junior. **O novo processo falimentar e os bens imateriais**. 2005. Curso (Curso de Direito) - Faculdade de Direito Curitiba
Palavras-chave: Direito Comercial, Direito de Concorrência, Direito Falimentar
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas
Referências adicionais: Brasil/Português.
27. Marcelo Pereira da Silva. **A função social da empresa na ordem econômica - interesses envolvidos**. 2005. Curso (Curso de Direito) - Faculdade de Direito Curitiba
Palavras-chave: Direito Econômico, Direito Comercial, Direito Constitucional, Direito Concorrencial, Direito de Empresa
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas
Referências adicionais: Brasil/Português.
28. Marcelo Pereira da Silva. **A função social da empresa na ordem econômica - interesses envolvidos**. 2005. Curso (Curso de Direito) - Faculdade de Direito Curitiba
Palavras-chave: Direito Econômico, Direito de Empresa, Direito Constitucional, Direito Concorrencial
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas
Referências adicionais: Brasil/Português.
29. Rúbio Rogério Madureira de Souza. **Biodiversidade e propriedade industrial**. 2005. Curso (Direito) - Faculdade de Direito de Curitiba
Palavras-chave: Direito Industrial, Direito Ambiental, Biodiversidade, Propriedade Intelectual
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas
Referências adicionais: Brasil/Português.
30. Cristina Abgail Ivankiw. **Direitos autorais nos programas de computador**. 2005. Curso (Curso de Direito) - Faculdade de Direito Curitiba
Palavras-chave: Direito Autoral
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas
Referências adicionais: Brasil/Português.
31. Carlos Alberto da Cunha Fraga. **Os bens puramente imateriais como objeto da relação possessória: aquisição da posse originária pelo usuário posterior no âmbito da propriedade industrial**. 2005. Curso (Curso de Direito) - Faculdade de Direito Curitiba
Palavras-chave: Direito Civil, Direito Possessório, Direito Industrial, Propriedade Intelectual
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas
Referências adicionais: Brasil/Português.
32. Fernando Ricco. **Voto eletrônico: a transparência do atual processo eleitoral brasileiro**. 2005. Curso (Curso de Direito) - Faculdade de Direito Curitiba
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas
Referências adicionais: Brasil/Português.
33. André Luiz Moro. **Contratos Telemáticos : Jurisdição e Competência**. 2004. Curso (Direito) - Faculdade de Direito de Curitiba
Palavras-chave: Contratos Mercantis, Direito Processual Civil, Jurisdição, Competência
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas
Referências adicionais: Brasil/Português.
34. Raquel Pereira de Campos. **Direito de Marcas e o Protocolo de Madri**. 2004. Curso (Direito) - Faculdade de Direito de Curitiba
Palavras-chave: Direito Industrial, Direito Marcário, Direito Internacional
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas
Referências adicionais: Brasil/Português.
35. Rafael Pick. **Sociedade Comercial entre cônjuge casado sobre regime de comunhão universal de bens e o novo Código Civil**. 2004. Curso (Direito) - Faculdade de Direito de Curitiba
Palavras-chave: Direito Empresarial, Direito Civil
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas
Referências adicionais: Brasil/Português.

36. Ana Paula Boneti. **A Eficácia probatória dos documentos informáticos.** 2003. Curso (Curso de Direito) - Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito da Informática

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

37. Rui Barbosa Junior. **Danos morais e a fixação do quantum decorrente de falhas nas atividades bancárias.** 2003. Curso (Curso de Direito) - Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Dano moral, Direito bancário

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

38. Rui Barbosa Junior. **Danos morais e a fixação do seu quantum indenizatório por erro bancário.** 2003. Curso (Curso de Direito) - Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito Civil, Direito Comercial, Direito do Consumidor

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

39. Julia Barreto Câmpelo. **Julia Barreto Câmpelo.** 2003. Curso (Direito) - Faculdade de Direito de Curitiba

Palavras-chave: Dano moral, Direito de Informação

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

40. Ana Paula Boneti. **O documento eletrônico como meio de prova segundo as disposições do Código de Processo Civil Brasileiro.** 2003. Curso (Direito) - Faculdade de Direito de Curitiba

Palavras-chave: Direito Processual Civil, Prova

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

41. Camila Braga Fernandes. **Responsabilidade civil do jornalismo brasileiro - o caso da escola base.** 2003. Curso (Curso de Direito) - Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Responsabilidade civil, Direito de Informação

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

Iniciação científica

1. ana luiza rocha. **Economia Criativa.** 2014. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal do Paraná
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Palavras-chave: direito, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Na perspectiva da sociedade informacional com a difusão das Tecnologias da Informação e Comunicação, em consonância com o espírito colaborativo da sociedade em rede, observa-se cada vez mais a necessidade de garantir o amplo acesso à cultura, à informação e ao conhecimento. Nessa novarealidade social da vida informacional um grande volume conteúdos encontra-se disponível numa dimensão jamais vista na história da humanidade. E nesse ponto o trabalho pretende analisar o direito fundamental de acesso, reafirmado pelas limitações dos direitos de autor, e a sua relação com a proteção dos direitos do autor representados pelas novas tecnologias implementadas pelas indústrias de conteúdo. Para tanto, analisar-se-á a conformação jurídica das novas tecnologias desenvolvidas pelos veículos de comunicação destinadas a restringir a reprodução de conteúdos digitais, o que tende arepresentar o retorno a um passado recente pensado para o mundo do analógico e da restrição de bens materiais.

2. Ruy Figueiredo de Almeida Barros. **Monitoria de Direito Empresarial.** 2014. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito, Direito Comercial, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Comercial, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Orientação no programa de iniciação à docência - Monitoria, acadêmico Ruy Figueiredo de Almeida Barros, no período de 10/02/2014 a 29/11/2014, disciplina DV093, do Departamento de Direito Privado, com carga horária semanal de 12 horas, totalizando 408 horas.

3. Santos Filho. **A inclusão tecnológica do advogado.** 2008. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Palavras-chave: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Programa de Computador, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

4. Renato Augusto Silva. **O Pensamento Jurídico-Econômico subjacente nas Companhias de Desenvolvimento da R.M.C.**. 1998. Iniciação científica (Administração de Empresa Comércio Exterior) - Centro Universitário Positivo

Palavras-chave: Direito Econômico, Direito Comercial

Áreas do conhecimento: Direito Comercial, Direito Internacional Privado, Direito Econômico

Setores de atividade: Desenvolvimento Urbano

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <http://www.unicenp.br/pic1998.html>

Título: O Pensamento Econômico Subjacente, Perspectivas, Políticas e Estratégias das Companhias de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Curitiba *Resumo: Demonstrou-se o papel das Companhias de Desenvolvimento no desempenho socioeconômico dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, incluindo a capital. Entendemos que a partir do princípio do desenvolvimento econômico dos municípios, deve estar aliado a uma política de distribuição de renda, principalmente através da extensão de diversos serviços públicos, pode contribuir decisivamente para a melhoria de bem estar social da população local*

Supervisão de pós-doutorado

1. Leticia Canut. 2020. Supervisão de pós-doutorado - Universidade Federal do Paraná
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Título do Projeto O DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO E OS NOVOS DESAFIOS PARA A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR NO PARADIGMA DIGITAL Orientador Indicado: Prof. Dr. Marcos Wachowicz Candidata Leticia Canut. Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com estágio de doutoramento na Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa (Portugal), pelo PDSE da CAPES. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Professora do Curso de Graduação em Direito do Centro Universitário Estácio de Sá – São José/SC

Orientações e supervisões em andamento

Dissertações de mestrado: orientador principal

1. Maria Helena Japiassú Marinho de Macedo. **Direito Autoral e Expressões Artísticas Indígenas**. 2022. Dissertação (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Autoral, direitos culturais, Direitos Humanos, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direitos culturais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

2. Érico Prado Klein. **Direito da Propriedade Intelectual e livre concorrência**. 2022. Dissertação (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Concorrencial, Tecnologia da Informação

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Concorrencial

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

3. Oscar Cidri. **Direito e Novas Tecnologias**. 2021. Dissertação (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito, Direito e Tecnologia

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direitos Especiais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Teses de doutorado: orientador principal

1. Pedro de Perdigão Lana. **Direito Autoral e Inteligência Artificial**. 2021. Tese (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Inteligência Artificial, Tecnologia da Informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

2. Lukas Ruthes Gonçalves. **Propriedade Intelectual e Inteligência Artificial**. 2021. Tese (Programa de Pós-Graduação em Direito PPGD/UFPR) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Inteligência Artificial

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

3. Hamilton Vieira Sobrinho. **Direito e Novas Tecnologias**. 2019. Tese (Direito) - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: *Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Tecnologia*

Áreas do conhecimento: *Direito, Direito Autoral, Direitos Especiais*

Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: *Brasil/Português*.

Supervisão de pós-doutorado

1. Angela Kretschmann. . 2021. Supervisão de pós-doutorado - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: *direito, Propriedade Intelectual*

Áreas do conhecimento: *Direito*

Setores de atividade: *Educação*

Referências

adicionais:

Brasil/Português.

[Home](#)

[page:](#)

<https://www.gedai.com.br/angela-kretschmann-inicia-seu-pos-doutorado-no-ppgd-ufpr/>

2. Karin Grau-Kuntz. . 2021. Supervisão de pós-doutorado - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: *Propriedade Intelectual, sistema internacional de patentes*

Áreas do conhecimento: *Direito, Propriedade Intelectual, Direitos Especiais*

Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: *Brasil/Português*.

Eventos

Eventos

Participação em eventos

1. Aula Inaugural PROFNIT-IFBA 2022, 2022. (Seminário)

Propriedade Intelectual e as Tecnologias de IA e NFTs.

2. Dia Mundial da Propriedade Intelectual, 2022. (Seminário)

Propriedade Intelectual e Juventude: Inovando para um futuro melhor..

3. I Encontro de Direito Empresarial Aplicado, 2022. (Encontro)

Recuperação da empresa e a proteção aos ativos intangíveis.

4. Apresentação Oral no(a) XII Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual, 2021. (Outra)

O Direito de Autor e os desafios da inteligência artificial.

5. Ciclo de palestras IBPI LEI DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL Ciclo de palestras IBPI LEI DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL, 2020. (Encontro)

Propriedade Intelectual – Impactos consumeristas do artigo 40 da LPI.

6. Apresentação Oral no(a) Congresso Global sobre Propriedade Intelectual e COVID-19, 2020. (Congresso)

Propriedade Intelectual Aberta como instrumento de combate ao COVID-19.

7. FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO PARANÁ, 2020. (Seminário)

Direitos autorais: refletir os desafios do ensino remoto.

8. Apresentação Oral no(a) I Encontro da Rede Ibero Americana de Propriedade Intelectual/RIAPI, 2020. (Encontro)

Importancia da Propriedade Intelectual nos Paises Ibero Americanos.

9. IX - Encontro Internacional de Direitos Culturais, 2020. (Encontro)

Direitos intelectuais e patrimônio cultural imaterial.

10. Apresentação Oral no(a) **Mesa redonda: “Propiedad intelectual y pandemia. Lecturas críticas desde el sur de las américas”**, 2020. (Seminário)
La propiedad intelectual como estrategia para combatir la COVID-19 en Brasil.
11. **XII Encontro Acadêmico de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento.**, 2020. (Encontro)
Mesa Redonda - Encontro dos Grupos de Pesquisa em Propriedade Intelectual e Inovação.
12. **XIII. JORNADA DMPI. CONGRESO INTERNACIONAL. CUESTIONES ACTUALES DE LA PROPIEDAD INTELECTUAL (ASPECTOS SUSTANTIVOS Y CONFLICTUALES)**, 2020. (Congresso)
Últimas novedades en materia de propiedad intelectual en Brazil.
13. Apresentação Oral no(a) **XV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL**, 2020. (Seminário)
As previsões relativas ao Direito Autoral estabelecidas no Acordo UE/MERCOSUL.
14. **webinars sobre Direito, Tecnologia e COVID-19**, 2020. (Encontro)
Covid-19, Governação e Sustentabilidade.
15. **Advocacia em Questões Digitais: Lei Geral de Proteção de Dados – Big Data – Marco Civil da Internet**, 2019. (Encontro)
Lei Geral de Proteção de Dados.
16. **Dia Internacional da Propriedade Intelectual e o papel da Universidade Pública**, 2019. (Encontro)
A Universidade e o seu papel na Produção do Conhecimento e no combate ao Plágio Acadêmico.
17. **II Jornada Luso-brasileira de Direito de Autor**, 2019. (Seminário)
Gestão Coletiva e Governança no Ambiente Digital.
18. Apresentação Oral no(a) **IV Congresso de Propriedade Intelectual**, 2019. (Congresso)
Propriedade Intelectual e Internet.
19. Apresentação Oral no(a) **IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL - Propiedad Intelectual, Sociedad y desarrollo**, 2019. (Congresso)
Gestión colectiva y gobernaza en el entorno digital.
20. **IV Seminario Internacional “Propiedad intelectual, sociedad y desarrollo**, 2019. (Seminário)
Propiedad intelectual, sociedad y desarrollo.
21. **Seminário de Big Data para a área jurídica**, 2019. (Seminário)
Sociedade Informacional e WEB 4.0.
22. **World Legal Summit**, 2019. (Congresso)
Propriedade Intelectual e Internet.
23. Apresentação Oral no(a) **XIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL Propriedade Intelectual e as Novas Tecnologias**, 2019. (Seminário)
Gestão Coletiva e Governança no Ambiente Digital.
24. **XV Jornada Jurídica da UNDB**, 2019. (Congresso)
Direito e Tecnologia: WEB 3.0, Blockchain e Inteligência Artificial.
25. **Annual Meeting of Members 2018 Brazilian Center of the WWU**, 2018. (Seminário)
Projeto de Cátedra em Propriedade Intelectual.
26. **III Semana Brasileira contra o Racismo - IBA/Munster**, 2018. (Seminário)
A situação jurídica do brasileiro no estrangeiro..
27. **ITM & Copyright Meeting WWU**, 2018. (Seminário)
Analysis of the 20 years of validity of the Brazilian Copyright Law.

28. **ITM Münster & Kategorie WWU**, 2018. (Seminário)
the blockchain within the Brazilian legal system.
29. **Smart IP for Latin America: Nuevas Oportunidades, Desafíos y Necesidad de Estrategias Inclusivas**, 2018. (Seminário)
Direitos Autorais e desenvolvimento.
30. **Curso SESC de Gestão Cultural**, 2017. (Outra)
Direitos Autorais na Gestão Cultural.
31. Apresentação Oral no(a) **Curso de transformação digital e as novas estratégias de regulação da Internet**, 2017. (Seminário)
Pesquisa, desenvolvimento e inovação.
32. **I Congresso Paranaense de Direito Empresarial**, 2017. (Congresso)
Propriedade Intelectual como fator de desenvolvimento.
33. **Jornada acadêmica: “Propiedad intelectual hoy: debates y desafíos”**, 2017. (Encontro)
MARCO CIVIL DA INTERNET e REORMA AUTORAL NO BRASIL: Processos paralelos e Resultados distintos.
34. Apresentação Oral no(a) **OFICINA DE DIREITOS AUTORAIS E PLÁGIO: Modalidades, Conceitos e Casos**, 2017. (Oficina)
Direito Autoral e Plágio.
35. **XI Congresso de Direito Autoral e Interesse Público - CODAIP**, 2017. (Congresso)
Marco Civil da Internet e Direitos Autorais primados na Neutralidade da Rede.
36. **Aula Magna LLM em Direito Empresarial Aplicado da FIEP**, 2016. (Congresso)
Direito Empresarial e Desenvolvimento: a busca pelo equilíbrio entre intervenção estatal e liberdade privada.
37. **CIJIC - Cibersegurança: perspectivas multidisciplinares**, 2016. (Congresso)
Cibersegurança e liberdade de expressão.
38. **Curso SESC de Gestão Cultural**, 2016. (Outra)
Direitos Autorais na produção cultural.
39. **IIº SEMINÁRIO INTEGRADOR - NÚCLEO REGIONAL DA EDUCAÇÃO DE CURITIBA – SETOR/PDE**, 2016. (Seminário)
Direitos Autorais na Educação e sua Aplicação.
40. **Seminário Internacional PPGD PUCPR**, 2016. (Seminário)
Tecnologias e Propriedade Intelectual.
41. **V Encontro Internacional de Direitos Culturais**, 2016. (Encontro)
Jogos Digitais Educacionais: Mercado, Cultura, Educação, Direitos Intelectuais.
42. **XXV Congresso do CONPEDI**, 2016. (Congresso)
DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL NA SOCIEDADE INFORMACIONAL,.
43. **7ª SIEPE - Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão**, 2015. (Seminário)
Centro de apoio ao pequeno empreendedor da Faculdade de Direito da UFPR.
44. Apresentação Oral no(a) **III Workshop sobre Economia Criativa**, 2015. (Outra)
A Economia Criativa e os desafios de seu marco regulatório.
45. **Iº SEMINÁRIO INTEGRADOR - NÚCLEO REGIONAL DA EDUCAÇÃO DE CURITIBA – SETOR/PDE**, 2015. (Seminário)

Direitos Autorais e Plágio na Educação.

46. **LLM em Direito Empresarial aplicado**, 2015. (Outra)
Compra e Venda no Mercosul.

47. **SEMINARIO INTERNACIONAL La unificación y armonización del derecho privado en Latinoamérica y Europa: NUEVOS RETOS**, 2015. (Seminário)
El comercio electrónico y el proceso de armonización en Mercosur.

48. Apresentação Oral no(a) **SEMINARIO SOBRE PROPIEDAD INTELECTUAL E INDUSTRIAL**, 2015. (Seminário)
EL NUEVO DERECHO DE AUTOR BRASILEÑO: causas de su reforma y nuevos problemas.

49. **Seminário Internacional Capitalismo Cognitivo y Economía**, 2015. (Seminário)
Retos de la Propiedad Intelectual en la era de la Economía del Conocimiento.

50. Apresentação Oral no(a) **Seminário Internacional de Direito Intelectual**, 2015. (Seminário)
A Reforma do Direito Autoral Brasileiro.

51. **VI Seminário Internacional Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual**, 2015. (Seminário)
Gestão Coletiva de Direitos Autorais na Internet.

52. **XI SJEEC - Seminário Jogos Eletrônicos, Educação e Comuni**, 2015. (Seminário)
Jogos digitais e propriedade intelectual.

53. Apresentação Oral no(a) **Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste**, 2014. (Outra)
Propriedade Intelectual.

54. Apresentação Oral no(a) **Curso de Verão de Direito da Propriedade Intelectual: O Estado das Questões**, 2014. (Outra)
Nomes de Domínio e Governo da Internet: Natureza, Regime Jurídico e Governança.

55. Apresentação Oral no(a) **I Workshop on Sociolegal Aspect of the Creative Economy**, 2014. (Outra)
Intellectual Property and Creative Economy: building a worried creativity, innovation and social inclusion economy.

56. Apresentação Oral no(a) **I Workshop on Sociolegal Aspect of the Creative Economy**, 2014. (Outra)
Creativity as an object of public policies in the Brazilian creative economy and the importance of copyrights for development.

57. Apresentação Oral no(a) **II Encontro brasileiro em pesquisa em Cultura**, 2014. (Encontro)
Direitos Autorais e Culturais: dimensões públicas e privadas dos bens culturais.

58. Apresentação Oral no(a) **II Workshop on Sociolegal Aspect of the Creative Economy**, 2014. (Outra)
Economia Criativa e aspectos legais.

59. Apresentação Oral no(a) **Oficina de Direito Autoral e Economia Criativa**, 2014. (Oficina)
Economia Criativa e Direitos Intelectuais.

60. Apresentação Oral no(a) **Oficina de Direito Autoral e Produção de Material Didático**, 2014. (Oficina)
Produção de Material Didático e Direitos Autorais.

61. Apresentação Oral no(a) **Seminário DIREITO, TECNOLOGIA E SOCIEDADE**, 2014. (Seminário)
Direitos Autorais na Internet.

62. Apresentação (Outras Formas) no(a) **Seminário Internacional**, 2014. (Seminário)
Between tax havens and flags of convenience: handling os cargo in Brazil and at Paranaguá Harbor.

63. **Simpósio de Direito Comercial**, 2014. (Simpósio)

Direito Comercial perspectivas para o Futuro.

64. Apresentação Oral no(a) **V Seminário Internacional sobre Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual**, 2014. (Seminário)
Propriedade Intelectual em Reforma.

65. Apresentação Oral no(a) **VIII Congresso de Direito Autoral e Interesse Público**, 2014. (Congresso)
Direitos Autorais e Plágio.

66. Apresentação Oral no(a) **I Seminário de Direito Autoral e Acesso à Cultura**, 2013. (Seminário)
A Lei de Direito Autoral brasileira: contradições e impedimentos jurídicos no acesso à cultura.

67. Apresentação Oral no(a) **II Encontro Internacional de Direito Culturais**, 2013. (Encontro)
Panorama da Dimensão Constitucional da Cultura nas Américas.

68. Apresentação Oral no(a) **UNIVERSITAS E DIREITO 2013: Direito e Cidades**, 2013. (Congresso)
Cidades Inteligentes e Sustentabilidade: aspectos jurídicos e sociológicos.

69. Apresentação Oral no(a) **VII Congresso de Direito de Autor e Interesse Público**, 2013. (Congresso)
Direito Autoral e Novas Tecnologias..

70. Apresentação Oral no(a) **XVIII Encontro Íbero-Latino-Americano de Governo Eletrônico e Inclusão Digital**, 2013. (Encontro)
Cidades Inteligentes e Sustentabilidade.

71. **XXVI Reunião Anual da ABEU**, 2013. (Congresso)
O papel da editora universitária e os direitos do autor/pesquisador no acesso aberto: remuneração, progressão de carreira e os desafios da mediação da produtividade na academia.

72. **ENCONTROS INTERNACIONAIS DO PROCAD 2012**, 2012. (Outra)
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E INCLUSÃO TECNOLÓGICA : Requisitos para o Desenvolvimento.

73. **II Fórum da Internet no Brasil**, 2012. (Congresso)
Direitos Intelectuais e Internet.

74. **I Simpósio do Núcleo de Direito do Terceiro Setor, Risco e Políticas Públicas**, 2012. (Simpósio)
Direitos Autorais: Inclusão Tecnológica e Cultural.

75. Apresentação Oral no(a) **II SEMANA DO DIREITO AUTORAL**, 2012. (Seminário)
Revolução da Tecnologia da Informação e Propriedade Intelectual.

76. **III Congresso Brasileiro de Sociologia do Direito - ABRASD**, 2012. (Congresso)
Direitos Autorais e Culturais: Análise do Plano nacional de cultura.

77. **III SEMANA DE DIREITO AUTORAL**, 2012. (Seminário)
DOMÍNIO PÚBLICO E NOVAS TIC's: A livre utilização de acervos digitalizados.

78. **UNIVERSITAS E DIREITO 2012**, 2012. (Congresso)
Economia Criativa, Desenvolvimento e Propriedade Intelectual.

79. **V Congresso de Direito de Autor e Interesse Público**, 2012. (Congresso)
Propriedade intelectual no século XXI.

80. **V Encontro da Sociedade da Informação**, 2012. (Encontro)
O Direito "exclusivo" do Autor e a livre concorrência.

81. Apresentação Oral no(a) **APG em DEBATE**, 2011. (Encontro)
Plágio, direitos autorais e a socialização do conhecimento..

82. Apresentação Oral no(a) **Congreso Internacional: La economia social. responsabilidad corporativa, propiedad privada y partenariados. derechos laborales y cooperativas**, 2011. (Congresso)
Imunidade Tributária dos livros eletrônicos: uma análise do ordenamento jurídico brasileiro sob a perspectiva da sociedade informacional.
83. Apresentação Oral no(a) **Congresso Brasileiro de Direito Comercial**, 2011. (Congresso)
Novas fronteiras da propriedade intelectual.
84. Apresentação Oral no(a) **I Fórum da Internet no Brasil**, 2011. (Outra)
Diversidade e Conteúdo.
85. Apresentação Oral no(a) **I Seminário de Direito, Artes e Políticas Culturais**, 2011. (Seminário)
Direito Autorais e Acesso à Cultura.
86. Apresentação Oral no(a) **II Fórum Sul-Regional de Relações Internacionais**, 2011. (Outra)
Direito do Entretenimento e Diversidade Cultural.
87. Apresentação Oral no(a) **II Seminário Nacional de Direito de Autor na Contemporaneidade**, 2011. (Seminário)
Direitos Autorais na Contemporaneidade.
88. Apresentação Oral no(a) **IV CURSO INTENSIVO DE VERÃO DE DIREITO DE AUTOR E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**, 2011. (Seminário)
A Revisão da Lei Autoral brasileira: Possibilidades e Limites.
89. Apresentação Oral no(a) **IV CURSO INTENSIVO DE VERÃO DE DIREITO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**, 2011. (Seminário)
Propriedade Industrial e Interesse Público.
90. Apresentação Oral no(a) **IV Conferência Nacional de Direito e Economia**, 2011. (Congresso)
Propriedade e Desenvolvimento.
91. Conferencista no(a) **Semana do Direito Autoral**, 2011. (Encontro)
Propriedade Intelectual na Universidade.
92. Apresentação Oral no(a) **Seminário sobre Direitos Autorais e Culturais: A Cultura do Plágio?**, 2011. (Seminário)
Cultura do Plágio?.
93. Apresentação Oral no(a) **VI Semana do Direito UFC**, 2011. (Congresso)
Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual.
94. Apresentação Oral no(a) **VI Seminário Nacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2011. (Seminário)
Direitos Fundamentais à Informação e proteção de dados.
95. Apresentação Oral no(a) **XI Ciclo de Palestras sobre Propriedade Intelectual da Comissão de Propriedade Intelectual da OAB/RS**, 2011. (Outra)
Propriedade Intelectual e demandas da sociedade contemporânea.
96. Apresentação Oral no(a) **5 Congreso Internacional Ordenamiento do Território**, 2010. (Congresso)
LOS RECURSOS HÍDRICOS DE LA REDE GUARANI/SERRA GERAL: La construcción de un proyecto para el desarrollo estratégico para el Cono Sur.
97. Apresentação Oral no(a) **Direito de Autor e Diversidade Cultural**, 2010. (Outra)
Direitos de Autor e Diversidade Cultural.
98. Apresentação Oral no(a) **Direito, Arte e Tecnologia: Rumos do Direito Autoral na Sociedade da Informação**, 2010. (Seminário)
Rumos do Direito Autoral na Sociedade da Informação.

99. **Encontro PROCAD – Inclusão Tecnológica e Direito à Cultura**, 2010. (Encontro)
direito de autor e direito à cultura.
100. Apresentação Oral no(a) **I Conferência Internacional sobre Economia Criativa do Nordeste**, 2010.
(Congresso)
Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Social e Econômico de Países Emergentes..
101. **I Congresso Brasileiro de Direito Comercial**, 2010. (Congresso)
Novas fronteiras da propriedade intelectual.
102. Apresentação Oral no(a) **I Seminário Internacional sobre Propriedade Intelectual e Alta Tecnologia**, 2010. (Seminário)
Redes P2P e a aplicabilidade do Direito Autoral.
103. Apresentação Oral no(a) **III Congresso Brasileiro de Direito Constitucional**, 2010. (Congresso)
Direito, Bioética e Novas Tecnologias.
104. Moderador no(a) **III ENCONTRO DE PROPRIEDADE E MEIO AMBIENTE**, 2010. (Encontro)
Apresentação de trabalhos vinculados à temática de propriedade na contemporaneidade.
105. **III SENEPI - Seminário Internacional de Propriedade Intelectual**, 2010. (Seminário)
Patentes Pipeline e os Produtos Farmacológicos.
106. Apresentação Oral no(a) **III SENEPI - Seminário Internacional de Propriedade Intelectual**, 2010.
(Seminário)
O direito autoral e a diversidade cultural na sociedade da informação..
107. **III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PROPRIEDADE E MEIO AMBIENTE**, 2010. (Simpósio)
A tutela da propriedade intelectual na contemporaneidade.
108. Moderador no(a) **IV Encontro tematico do Projeto Casadinho UFC/UFSC/CNPq**, 2010. (Encontro)
Propriedade e Meio Ambiente.
109. Conferencista no(a) **IV Seminário Internacional sobre Propriedade e Meio Ambiente**, 2010.
(Seminário)
Propriedade e Meio Ambiente.
110. Conferencista no(a) **Propriedade Intelectual: Da inconciliação à convergência**, 2010. (Encontro)
Propriedade e Meio Ambiente: da inconciliação à convergência.
111. Apresentação Oral no(a) **Seminário de Cultura de Santa Catarina**, 2010. (Seminário)
Direito Autoral - Como anda a Lei de Direito Autoral e quais os pontos mais conflitantes nesta reformulação.
112. Apresentação Oral no(a) **Seminário de Cultura do Estado de Santa Catarina**, 2010. (Seminário)
Como anda a lei de direito autoral e quais os pontos mais conflitantes nesta reformulação.
113. Conferencista no(a) **Seminário: Direitos Autorais um debate com toda a sociedade**, 2010.
(Seminário)
Os Direitos Autorais no Brasil.
114. Apresentação Oral no(a) **Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais**,
2010. (Simpósio)
Direitos de Autor e Diversidade Cultural.
115. **V Congresso Internacional de Ordenamento do Território**, 2010. (Congresso)
Los Recursos Hídricos de la Rede Guarani/Serra Geral: La construcción de un proyecto para el desarrollo estratégico para el cono sur.
116. **XIX Encontro Nacional do CONPEDI**, 2010. (Congresso)

A inovação no direito à saúde no Brasil e a Revolução da Tecnologia da Informação..

117. Conferencista no(a) **Congreso Internacional Reunión Conjunta Complejidad, Conflictos, Justicia**, 2009. (Congresso)
Digital Challenges for Copyright Protection in Brasil.

118. Conferencista no(a) **I Encontro Temático do Projeto Casadinho - UFC-UFSC**, 2009. (Encontro)
A propriedade informática.

119. Conferencista no(a) **I Simpósio Internacional de Propriedade e Meio Ambiente**, 2009. (Simpósio)
Os direitos intelectuais e a propriedade: novas perspectivas.

120. Conferencista no(a) **II ENCONTRO DE PROPRIEDADE E MEIO AMBIENTE**, 2009. (Encontro)
Novas perspectivas do Direito de Propriedade.

121. Conferencista no(a) **II Oficina Pedagógica do Programa Nacional de Formação em Administração Pública**, 2009. (Oficina)
Direitos Autorais.

122. Conferencista no(a) **II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PROPRIEDADE E MEIO AMBIENTE**, 2009. (Simpósio)
A Propriedade Intelectual na jurisprudência brasileira..

123. Conferencista no(a) **II Seminário Nordestino de Propriedade Intelectual - SENEPI**, 2009. (Simpósio)
O direito eletrônico e a Propriedade Intelectual.

124. Conferencista no(a) **IV Congresso de Direito da UFSC 2009**, 2009. (Congresso)
A responsabilidade tributária da sociedade e dos sócios nas dívidas tributárias das empresas.

125. Conferencista no(a) **IV Jornadas Iberoamericana de Estudos Internacionais**, 2009. (Congresso)
Derechos de autor y derechos culturales en el ámbito iberoamericano.

126. Conferencista no(a) **Palestra: O Brasil e os acordos comerciais internacionais**, 2009. (Oficina)
O Brasil e os acordos comerciais internacionais.

127. Conferencista no(a) **Palestra: Sistema Internacional de Proteção da Propriedade Intelectual**, 2009. (Oficina)
Sistema Internacional de Proteção da Propriedade Intelectual.

128. Conferencista no(a) **XVIII Encontro Nacional do CONPEDI - Maringá-PR**, 2009. (Congresso)
Responsabilidade Civil do Provedor de Serviços P2P no ordenamento brasileiro..

129. Conferencista no(a) **Congrès Internacional d'analyse politique sur l'afrique à l'occasion du cinquantenaire du CEAN (1958-2008)**, 2008. (Congresso)
A transferência de tecnologia entre o Brasil e os estados-membros da CPLP: o caso do software livre e a inclusão digital em São Tomé e Príncipe.

130. Conferencista no(a) **Encontro do PROCAD**, 2008. (Encontro)
Sociedade da Informação: Desenvolvimento e Inclusão Tecnológica.

131. Conferencista no(a) **Forum Nacional de Direito Autoral e Acesso à Cultura**, 2008. (Encontro)
Domínio Público e Obras Órfãs.

132. Apresentação Oral no(a) **I Seminário Internacional - Propriedade Intelectual nos países de língua portuguesa**, 2008. (Seminário)
Software e proteção intelectual: o sucesso de diferentes modelos de negócio.

133. Apresentação Oral no(a) **II Congresso de Direito de Autor e Interesse Público**, 2008. (Congresso)
Tecnologia da Informação e Direito Autoral.

134. Conferencista no(a) **IV Encontro Iberoamericano sobre Gobierno Electronico e incusión digital**, 2008. (Encontro)
Processo Eletrônico: A inclusão tecnológica do advogado..
135. Conferencista no(a) **Mesa Redonda - DIA INTERNACIONAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**, 2008. (Outra)
A contribuição da Propriedade Intelectual para a aceleração do desenvolvimento econômico e social.
136. Conferencista no(a) **Semana Nacional do Livro e da Biblioteca**, 2008. (Encontro)
Direito de Autor no Mundo Digital.
137. Conferencista no(a) **Seminário Internacional sobre Direito Autoral**, 2008. (Seminário)
Direito Autoral e Diversidade Cultural.
138. Conferencista no(a) **Seminário de Direitos Humanos**, 2008. (Seminário)
Propriedade Intelectual: Biotecnologia, Conhecimento Tradicional e Desenvolvimento.
139. Conferencista no(a) **Simpósio Internacional da Pós-graduação em Direito da PUCPR**, 2008. (Simpósio)
Desenvolvimento tecnológico, patenteabilidade e desenvolvimento econômico e social.
140. Conferencista no(a) **V Seminário Internacional e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2008. (Seminário)
Direito Fundamental do Autor.
141. Conferencista no(a) **VI Congresso Brasileiro de Direito Internacional**, 2008. (Congresso)
Propriedade Intelectual em Perspectiva.
142. Conferencista no(a) **XI Semana de Cursos e Palestras da Computação - SECCOM 2008**, 2008. (Congresso)
A inovação Tecnológica no Setor de Informática.
143. Conferencista no(a) **XII Congreso Iberoamericano de Derecho e Informática**, 2008. (Congresso)
A Revolução Tecnológica e a Tutela da Propriedade Intelectual.
144. Conferencista no(a) **XVII Encontro Preparatório para o Congresso Nacional**, 2008. (Encontro)
Empresa Transnacional como fator de desenvolvimento e integração regional para américa latina.
145. Conferencista no(a) **XVII Encontro Preparatório para o Congresso Nacional**, 2008. (Encontro)
Desenvolvimento Econômico e Social: Escopo e Limites da Tutela da Propriedade Intelectual.
146. Conferencista no(a) **Congresso Sul-brasileiro de Propriedade Intelectual - Gestão do Conhecimento, Inovação Tecnológica no Agronegócio e Cidadania**, 2007. (Congresso)
Processos Biotecnológicos Inovadores e Proteção da Biodiversidade.
147. Moderador no(a) **Encontro Procad - UFSC**, 2007. (Encontro)
Trabalho, Constituição e Globalização.
148. **Formação Prática do Docente**, 2007. (Oficina)
.
149. Conferencista no(a) **I Congresso Brasileiro sobre novos direitos**, 2007. (Congresso)
Novas Tecnologias x Conhecimento Tradicional.
150. Apresentação Oral no(a) **I Encuentro Ibero Latinoamericano sobre gobierno electrónico e inclusión digital**, 2007. (Congresso)
Inclusão Digital.
151. Apresentação Oral no(a) **I Jornada da Produção da Educação Profissional e Tecnológica da**

- Região Sul**, 2007. (Encontro)
Gestão da Inovação e da Propriedade Intelectual.
152. Conferencista no(a) **II Congresso Socio-Jurídico de Oñati - IISJ - Las formas del derecho en Latinoamérica: Democracia, Desarrollo, Libertación**, 2007. (Congresso)
Propriedade Intelectual: Conocimiento Tradicional y Biotecnología.
153. Apresentação Oral no(a) **II Congresso de Direito da UFSC**, 2007. (Congresso)
Direito Urbanístico: Plano Diretor.
154. Apresentação Oral no(a) **II Encuentro Ibero Latinoamericano sobre gobierno electrónico e inclusión digital**, 2007. (Encontro)
The access to the culture as tool for the digital inclusion.
155. Conferencista no(a) **II Jornada Nacional da Produção Científica em Educação Profissional e Tecnológica**, 2007. (Congresso)
Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual.
156. Conferencista no(a) **II Seminário Direito Desenvolvimento e Sistema Multilateral de Comércio**, 2007. (Seminário)
A Sociedade Informacional, Propriedade Intelectual e Desenvolvimento.
157. Moderador no(a) **III Congresso Latino-americano da European Community studies Association**, 2007. (Congresso)
Propriedade Intelectual e Desenvolvimento.
158. Conferencista no(a) **Mesa Redonda - DIA INTERNACIONAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**, 2007. (Outra)
A Sociedade Informacional e as novas Tecnologias..
159. **Oficina de Voz**, 2007. (Oficina)
.
160. Conferencista no(a) **V Congresso Brasileiro de Direito Internacional**, 2007. (Congresso)
Propriedade Intelectual: Conhecimento tradicional Associado e Biopirataria.
161. Apresentação Oral no(a) **XVI Congresso Nacional do CONPEDI**, 2007. (Congresso)
Estado: Construção de uma identidade.
162. Apresentação Oral no(a) **XVI Congresso Nacional do CONPEDI**, 2007. (Congresso)
Os paradoxos da sociedade informacional e os limites da propriedade intelectual..
163. Apresentação Oral no(a) **XVI Encontro Preparatório do CONPEDI**, 2007. (Encontro)
O SOFTWARE INSTITUTO DE DIREITO AUTORAL SUI GENERIS.
164. Apresentação Oral no(a) **58a Reunião Anual da SBPC**, 2006. (Congresso)
Patentes e Propriedade Intelectual..
165. Apresentação Oral no(a) **Congresso Nacional do CONPEDI**, 2006. (Congresso)
Propriedade Intelectual: Conhecimento Tradicional Associado e a Bio Pirataria..
166. Apresentação Oral no(a) **Congresso Nacional do CONPEDI**, 2006. (Congresso)
Propriedade Intelectual: Conhecimento tradicional Associado e Biopirataria.
167. Apresentação Oral no(a) **Congresso Nacional do CONPEDI**, 2006. (Congresso)
Coordenador de Grupo de Trabalho Direito e Negócios Internacionais..
168. Apresentação Oral no(a) **Curso de Capacitação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia**, 2006. (Outra)
Palestra sobre Direitos Autorais.

169. Apresentação Oral no(a) **Curso de Capacitação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia: módulo básico I**, 2006. (Outra)
Palestra sobre Direitos Autorais..

170. Moderador no(a) **EIDAS 2006 - Comércio Internacional e Desenvolvimento.**, 2006. (Congresso)
Propriedade Intelectual.

171. Moderador no(a) **Encontro PROCAD - UFSC: A proteção jurídica do trabalho na esfera internacional.**, 2006. (Encontro)
A proteção jurídica do trabalho na esfera internacional..

172. **I Encontro dos Núcleos de Prática Jurídica - OAB-SC**, 2006. (Encontro)

173. Apresentação Oral no(a) **IV Congresso Brasileiro de Direito Internacional**, 2006. (Congresso)
O Direito da Informação na Sociedade do Conhecimento: possibilidades e limites..

174. Apresentação Oral no(a) **Oficina na Pós-Graduação Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento de Tecnologia**, 2006. (Oficina)
Propriedade Intelectual e Patentes de Engenharia..

175. Apresentação Oral no(a) **Programa Curitiba Exporta**, 2006. (Outra)
Programa Curitiba Exporta.

Palavras-chave: Direito Industrial, Direito Internacional Privado
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

176. Apresentação Oral no(a) **Seminário Regras de Direito Autorais: Um equilíbrio desejado. Uma Homenagem a Otávio Afonso Monteiro dos Santos**, 2006. (Seminário)
Titularidade patrimonial de direitos autorais e sua repercussão na valoração de bens culturais: um regime patrimonial em crise..

177. **XIII - Fórum Brasil - Europa - Desenvolvendo Pólos de Integração.**, 2006. (Outra)

178. **Curso de Contratos de Transferência de Tecnologia**, 2005. (Outra)

Palavras-chave: Direito Industrial
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

179. Apresentação Oral no(a) **Encontros na Fnac Curitiba**, 2005. (Encontro)
Encontros na Fnac Curitiba.

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Direito Constitucional, Direito Internacional Privado, Direito Processual Civil, Direito Civil
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

180. Apresentação Oral no(a) **Estratégias Contemporâneas de Ensino Superior**, 2005. (Oficina)
Estratégias Contemporâneas de Ensino Superior.

Palavras-chave: ensino
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas
Setores de atividade: Educação Superior

181. Apresentação Oral no(a) **I Congresso Internacional de Direito Autoral**, 2005. (Congresso)
I Congresso Internacional de Direito Autoral.

Palavras-chave: Direito Autoral
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

182. Apresentação Oral no(a) **I Simpósio de Direito e Tecnologia da Informação**, 2005. (Simpósio)
I Simpósio de Direito e Tecnologia da Informação - Inclusão Tecnológica da Advocacia..

Palavras-chave: direito informático
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

183. Apresentação Oral no(a) **II Workshop de Propriedade Intelectual**, 2005. (Outra)
II Workshop de Propriedade intelectual.

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

184. Apresentação Oral no(a) **III Congresso de Direito Internacional**, 2005. (Congresso)
III Congresso Brasileiro de Direito Internacional.

Palavras-chave: Direito Internacional, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

185. Apresentação Oral no(a) **III Seminário - A propriedade Intelectual como fator de inteligência Competitiva**, 2005. (Seminário)

III Seminário - A propriedade Intelectual como fator de inteligência Competitiva.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

186. Apresentação Oral no(a) **Oficina na Pós-graduação Mestrado**, 2005. (Oficina)

Palestra sobre Propriedade Intelectual para os alunos do Programa de Pós-graduação em Direito-Mestrado.

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

187. Apresentação Oral no(a) **Semana Paranaense de Engenharia Civil 2005 - SEPEC 2005**, 2005. (Congresso)

Semana Paranaense de Engenharia Civil 2005 - SEPEC 2005.

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

188. Apresentação Oral no(a) **I Congreso de Derecho y Tecnologías de la Información y Comunicación**, 2004. (Congresso)

Derecho TICs y las nuevas tecnologías..

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, direito informático, Tecnologia da Informação

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

189. Apresentação Oral no(a) **II Congresso Brasileiro de Direito Internacional**, 2004. (Congresso)

As patentes de softwares: possibilidades e limites..

Palavras-chave: Direito Internacional Privado, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

190. Apresentação Oral no(a) **II Seminário de Propriedade Intelectual como fator de inteligência competitiva**, 2004. (Seminário)

A propriedade Intelectual como fator de inteligência competitiva..

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito e Tecnologia, Direito Internacional Privado

Áreas do conhecimento: *Direito*

191. Apresentação Oral no(a) **II Simpósio Internacional - Bibliotecas Digitais**, 2004. (Simpósio)

Direito Autoral e as Bibliotecas Digitais.

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito de Informação, Direito da Informática, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciência da Informação*

192. Apresentação Oral no(a) **CIBERÉTICA II - Simpósio Internacional de Propriedade Intelectual, Informação e Ética**, 2003. (Simpósio)

A Propriedade Intelectual na Sociedade da Informação..

Palavras-chave: Direitos de Informação, Revolução Tecnológica da Informação, Direito de Informática

Áreas do conhecimento: *Direito*

193. Apresentação Oral no(a) **I Congresso Brasileiro de Direito Internacional**, 2003. (Congresso)

Direito Internacional e os novos desafios da Sociedade da Informação..

Palavras-chave: Direito Internacional Privado

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

194. Apresentação Oral no(a) **I Congresso Internacional de Propriedade Intelectual**, 2003. (Congresso)

O Direito Internacional e os Contratos de Transferência de Tecnologia..

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: *Direito*

195. Apresentação Oral no(a) **Minicurso de Direito Comercial**, 2003. (Outra)

Minicurso de Direito Comercial.

Palavras-chave: Direito Comercial

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciência da Informação*

196. Apresentação Oral no(a) **Seminário - O Novo Código Civil e a Internet**, 2003. (Seminário)

O reconhecimento da prova eletrônica.

Palavras-chave: Código Civil, Internet, comércio eletrônico
Áreas do conhecimento: Direito, Ciência da Informação

197. Apresentação Oral no(a) **Seminário - O Novo Direito Privado Brasileiro**, 2003. (Seminário)
O Direito de Empresa e a Globalização.

Palavras-chave: Direito Empresarial, Direito Civil, Globalização
Áreas do conhecimento: Direito, Ciência da Informação

198. Apresentação Oral no(a) - **LA CONVENCIÓN DE INFORMÁTICA 2002 – LA HABANA - CUBA**, 2002. (Congresso)

Marco Deontológico y Legal para las Tecnologías de la Información y las telecomunicaciones.

Palavras-chave: direito informático, Propriedade Intelectual
Áreas do conhecimento: Direito Privado, Direito da Informática
Setores de atividade: Desenvolvimento de Programas (Software) e Prestação de Serviços em Informática

199. Apresentação Oral no(a) **Debate aberto: propriedade intelectual e internet**, 2002. (Outra)
Palestra sobre propriedade intelectual e internet..

Palavras-chave: Direito da Informática, Sociedade da informação, Propriedade Intelectual
Áreas do conhecimento: Direito

200. **Forum Brasil-Europa 2002**, 2002. (Outra)

Palavras-chave: Direito Internacional Privado
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

201. **I - Congresso Brasileiro de Ensino do Direito**, 2002. (Congresso)

Palavras-chave: Avaliação de Instituição de ensino superior, Avaliação Institucional, ensino
Áreas do conhecimento: Direito

202. Apresentação Oral no(a) **II - Congreso Mundial de Derecho Informático**, 2002. (Congresso)
Derecho Informático y tecnologías de la información..

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Internacional Privado, Propriedade Intelectual
Áreas do conhecimento: Direito, Ciência da Informação

203. **III - Seminário do Provão em Direito**, 2002. (Seminário)

Palavras-chave: Avaliação de Instituição de ensino superior, ensino
Áreas do conhecimento: Direito

204. Apresentação Oral no(a) **IX Congreso Iberoamericano de Derecho e Informática**, 2002. (Congresso)

A Tutela da Propriedade Intelectual do Software no Ciberespaço pelo Direito Internacional.

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Internacional Privado
Áreas do conhecimento: Direito

205. Apresentação Oral no(a) **Seminário - Direito Comercial Internacional**, 2002. (Seminário)
Direito Comercial Internacional.

Palavras-chave: Direito Comercial, Direito Internacional Privado, Direito Econômico
Áreas do conhecimento: Direito

206. Apresentação Oral no(a) **X Encontro de Estudantes de Direito do Mercosul**, 2002. (Encontro)
Direitos Fundamentais da Informação na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Direito a Informação, Direitos Fundamentais
Áreas do conhecimento: Direito

207. Apresentação Oral no(a) - **X ENCONTRO DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - CONPEDI**, 2001. (Encontro)

Mestrado Profissionalizante.

Setores de atividade: Educação, Educação Superior

208. Apresentação Oral no(a) **I CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - UNICENP**, 2001. (Congresso)

O Pensamento Político-Econômico das Companhias de Desenvolvimento da R.M.C..

Palavras-chave: Direito Econômico
Áreas do conhecimento: Direito

209. Apresentação Oral no(a) **I CONGRESSO MUNDIAL DE DERECHO INFORMÁTICO**, 2001. (Congresso)

Direitos Intelectuais nas Autopistas da Informação (INFOVIAS).

Palavras-chave: Direito da Informática, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito

210. Apresentação Oral no(a) **X - ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITO DA AMÉRICA DO SUL**, 2001. (Encontro)

A Propriedade Intelectual do Software.

Palavras-chave: Direito Internacional Privado, Direito da Informática, Software, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito

211. Apresentação Oral no(a) **I - SEMINÁRIO SUL BRASILEIRO SOBRE O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NO BRASIL**, 2000. (Seminário)

Investimento Estrangeiro na Propriedade Intelectual.

Palavras-chave: Direito Internacional Privado, Direito Econômico

Áreas do conhecimento: Direito

212. Apresentação Oral no(a) **CICLO DE PALESTRAS SOBRE A GLOBALIZAÇÃO**, 1999. (Outra)

A Sociedade do Conhecimento e revolução tecnológica.

Palavras-chave: Direito Econômico, Direito da Informática

Áreas do conhecimento: Direito

213. Apresentação Oral no(a) **FORUM DE INFORMÁTICA / TELEMÁTICA**, 1999. (Outra)

A Propriedade Intelectual na Informática.

Palavras-chave: Direito da Informática, Hardware, Internet, Propriedade Intelectual, Software

Áreas do conhecimento: Direito

214. **I CIBERÉTICA - Simpósio Internacional de Propriedade Intelectual, Informação e Ética**, 1998. (Simpósio)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

215. **I Encontro Internacional da Informática no Controle Público**, 1997. (Encontro)

Palavras-chave: Direito Administrativo

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

216. Apresentação Oral no(a) **II Semana de Informática**, 1996. (Encontro)

O Direito e a Informática.

Palavras-chave: Direito Informática

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

217. Apresentação Oral no(a) **MERCOSOFT'95**, 1995. (Congresso)

Direito de Informática e Telecomunicação.

Palavras-chave: Direito Informático, Tecnologia da Informação

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

218. Apresentação Oral no(a) **I Encontro Interuniversitário de Informática**, 1993. (Encontro)

O novo direito de Informática jurídica..

Palavras-chave: direito informático

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

219. **Nova Lei de Licitações**, 1993. (Encontro)

Palavras-chave: Direito Administrativo

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

220. **I Fórum Nacional de Direito Constitucional**, 1990. (Congresso)

Palavras-chave: Direito Constitucional

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Organização de evento

1. WACHOWICZ, MARCOS

XIX Seminário Internacional sobre Propriedade Intelectual e Sociedade da Informação, 2023. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Digital, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

XIX Seminario Internacional de Propiedad Intelectual III Reunión de la Red Iberoamericana de Propiedad Intelectual/RIAPITema: Propriedade Intelectual Nuevos desafíos para la Propiedad Intelectual en Iberoamérica FECHA: 07/02/2023 9h-12h (Brasil) (Evento on line) (transmissão diretamente do site do RIAP) 9h-12h (Argentina) 12h-15h (Portugal) 13h-16h (Espanha) OBJETIVO: En esta Jornada se persigue reflexionar, desde una perspectiva transatlántica, sobre diversas cuestiones significativas y de gran actualidad que afectan a los países iberoamericanos en la regulación de la Propiedad Intelectual (en su sentido extenso), así como los desafíos legales que suscitan. Un análisis que abordará una pluralidad de aspectos candentes en este importante ámbito material y geográfico, desde una perspectiva problemática e internacional.

2. WACHOWICZ, MARCOS

Fórum sobre os 100 Anos da Semana de Arte Moderna de 1922, 2022. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, direitos culturais

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direitos culturais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Fórum sobre os 100 Anos da Semana de Arte Moderna de 1922 Data: de 14 a 17 de fevereiro de 2022 (19h-20:30h) Local: Evento virtual GRATUITO – em razão da pandemia do Covid-19 Realização: IODA – Instituto Observatório do Direito Autoral / GEDAI – Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial Coordenação: Prof. Marcos Wachowicz A Semana de Arte Moderna (SAM), ocorreu em São Paulo, entre os dias 13 e 17 de fevereiro de 1922 no Teatro Municipal da cidade. Cada dia da semana trabalhou um aspecto cultural: pintura, escultura, poesia, literatura e música. O evento marcou o início do modernismo no Brasil e tornou-se referência cultural do século XX, marcando os 100 anos da independência do Brasil. Agora passados 100 anos da Semana de 22, estamos realizando Fórum multidisciplinar, para analisar os impactos desta verdadeira renovação de linguagem no contexto sócio cultural do país, bem como, para refletir sobre a ruptura ocorrida da vanguarda para o modernismo, compreendendo as novas ideias e conceitos artísticos que passaram a produção cultural nacional no último século. O Fórum para propiciar uma abordagem multidisciplinar, numa perspectiva histórico-cultural-jurídica foi estruturado em quatro eixos: I – Perspectiva Histórica e impactos presentes da SAM II – Antropofagia e Re-antropofagia III – SAM, direitos culturais, patrimônio e mercado artístico brasileiro IV – SAM, autoria e artes visuais Programação completa: <https://www.gedai.com.br/forum-sobre-os-100-anos-da-semana-de-arte-moderna-de-1922/>

3. WACHOWICZ, MARCOS

III Seminário Integrado de Direito e Inovação - III SIDI, 2022. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

O III Seminário Integrado de Direito e Inovação – (SIDI) será realizado on line no dia 12 de maio (quinta-feira) em dois horários, das 9:00h às 12h e das 17h às 19h30h, abordando temáticas atuais sobre as conexões do Direito com a Tecnologia e seus reflexos jurídicos, tais como: Sistema de Patentes e Inovação Análise e Tendências sobre os Depósitos de Patentes no Brasil Atuação das Universidades na Transferência de Tecnologia no Agronegócio Financiamento de Pesquisa nas Universidades Inovação no Direito Empresarial uso das Tecnologias Digitais Inovação Verde e os desafios para a sustentabilidade Tradição, Inovação e Propriedade Intelectual Uso da Inteligência Artificial no Poder Judiciário São temas centrais nos estudos do Direito e Inovação, que aproxima a ideia de modernidade, de avanços, de futuro e de novos paradigmas para a Ciências Jurídicas como temas integrados. O Direito, enquanto ciência, precisa compreender os novos ambientes tecnológicos e suas inovações para poder conceber soluções para situações sociais futuras. A importância da realização do terceiro Seminário Integrado de Direito e Inovação – SIDI está em reunir num só espaço todas as discussões, debates e pesquisas jurídicas realizadas pelos grupos de pesquisas formando uma rede de pesquisadores, entre as diversas regiões do país. O III Seminário Integrado de Direito e Inovação (SIDI), será realizado totalmente online, o evento é organizado pelo Grupo de Estudos em Direito Autoral e Industrial (GEDAI/UFPR) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), e com a FAE Centro Universitário, que congrega os principais grupos de estudos na área do Direito e Inovação da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e ainda do Rio Grande do Sul (com participações da UFRGS e PUCRS), Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Mar

4. WACHOWICZ, MARCOS

Seminário Dia Mundial da Propriedade Intelectual, 2022. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, direito inovação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Dia Mundial da Propriedade Intelectual – 26 de abril de 2022 A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) fixou o dia 26 de abril, para celebrar o dia Mundial da Propriedade Intelectual, neste ano centra-se nos jovens, que com a sua inovação constroem um futuro melhor. A entidade internacional entende que veremos nos jovens o espírito inovador, dinâmico e criativo impulsionando mudanças positivas. O GEDAI – Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em parceria com a InternetLab, com o apoio da Rede Ibero Americana de Propriedade Intelectual (RIAPI) e do Instituto Observatório do Direito Autoral (IODA), realizarão um evento online comemorativo ao Dia Internacional da Propriedade Intelectual, para estimular e fomentar o debate de temas emergentes na sociedade. O evento faz parte das celebrações divulgadas a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). A comemoração do Dia Mundial da Propriedade Intelectual 2022 se constitui uma oportunidade para que os jovens possam descobrir como os direitos de Propriedade Intelectual podem ajudá-los a alcançar seus objetivos, transformar suas ideias em realidade, gerar renda, criar empregos e ter um impacto positivo no mundo ao seu redor. Programação do dia: 26/04/2022 Nome: World IP Day: Innovating for Better Futures / Dia Mundial da Propriedade Intelectual: Inovando para o futuro Evento feito em parceria – GEDAI/UFPR e InternetLab

5. WACHOWICZ, MARCOS; COSTA, José Augusto Fontoura; STAUT JUNIOR, S. S.; Ribeiro, M.C.P. XVI CODAIP - Congresso de Direito Autoral e Interesse Público, 2022. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Digital, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Nos dias 3, 4 e 5 de novembro de 2022, o Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial (GEDAI) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) realizará o XVI Congresso de Direito de Autor e Interesse Público. <https://codaip.gedai.com.br/>

6. WACHOWICZ, MARCOS

XVIII Seminário Internacional sobre Propriedade Intelectual e Sociedade da Informação, 2022. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Internacional Privado

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Seminário Internacional sobre "Caminos hacia una adecuada regulación del Derecho de Autor en América Latina" Seminário Internacional sobre "Caminos hacia una adecuada regulación del Derecho de Autor en América Latina" Presentación a cargo del Prof. Dr. h. c. Reto M. Hilty, director del Max Planck Institute for Innovation and Competition y Presidente de la Asociación "Smart IP for Latin America". Es catedrático (ad personam) de la Universidad de Zurich, profesor honorario en la Universidad de Múnich y doctor honoris causa de la Universidad de Buenos Aires. El evento contará con palabras de bienvenida del Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca, Magnífico Reitor de la Universidad Federal del Paraná – UFPR y del Prof. Dr. Sérgio Staut Jr, director de la Facultad de Derecho de la UFPR. Expositores: Profa. Dra. Mónica Boretto – Profesor Adjunto Derecho Internacional Privado Universidad de San Andres – Argentina Prof. Dr. Eduardo de la Parra Trujillo – Doctor en Derecho. Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM. México. Profa. Dra. Marcela Palacio Puerta – Doctora en Derecho de la American University Washington College of Law, Washington DC. Master (LL.M) en Estudios Legales Internacionales con especialización en Propiedad Intelectual Internacional – Colombia Prof. Dr. Gustavo Schötz – Doctor en Derecho. Profesor Asociado Nivel II en la Universidad Austral. Argentina Moderador: Prof. Dr. Marcos Wachowicz – GEDAI-UFPR Objetivo: El objetivo principal de la Iniciativa "Smart IP for Latin America" es producir investigaciones en el área de la propiedad intelectual y la competencia que puedan servir de guía para que los países de la región implementen las disposiciones y políticas que mejor se adapten a sus propias capacidades creativas y tecnológicas. Mais informações no site: <https://www.gedai.com.br/seminario-internacional-sobre-caminos-hacia-una-adecuada-regulacion-del-derecho-de-autor-en-america-latina/>

7. WACHOWICZ, MARCOS

11ª OFICINAS DE DIREITO AUTORAL, 2022. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial (GEDAI-UFPR) promoverá OFICINAS sobre DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL em temas relevantes e atuais. As Oficinas terão um conteúdo eminentemente voltado a proporcionar o aprendizado prático, através da aplicação do conhecimento teórico adquirido durante as exposições. Durante a oficina, são disponibilizados aos participantes, individualmente, cópias integrais do material, possibilitando a análise prática dos casos abordados. Será produzido ao término a publicação de todo o material produzido em meio digital e impresso. A captura de imagens e posterior disponibilização pela internet das oficinas, no site www.gedai.com.br

8. PASTOR, J. J. C.; WACHOWICZ, MARCOS

II Congreso Internacional sobre la tutela de derechos en el entorno digital, 2021. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

*II Congreso Internacional tendrá como tema central la protección de derechos en el entorno digital hacia un sistema europeo mejor adaptado al desarrollo tecnológico. COMITÉ ORGANIZADOR: José Juan Castelló Pastor, Rosa Lapedra Alcamí, Isabel Reig Fabado. ***COMITÉ CIENTÍFICO: Carlos Esplugues Mota, Guillermo Palao Moreno, Felipe Palau Ramírez, Rosario Espinosa Calabuig, Jesús Olavarría Iglesia, Enrique Fernández Masiá, Rosa Lapedra Alcamí, Isabel Reig Fabado, José Juan Castelló Pastor, Marcos Wachowicz.*

9. WACHOWICZ, MARCOS; PALAO MORENO, Guillermo

II Encontro da Rede Ibero Americana de Propriedade Intelectual/RIAPI, 2021. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

II Jornada de la Red Iberoamericana de Propiedad Intelectual (RIAPI) "LA PROPIEDAD INTELECTUAL EN IBEROAMÉRICA ANTE EL RETO DE LA DIGITALIZACIÓN" FECHA: 02/12/2021 OBJETIVO: La digitalización de la economía suscita significativos retos jurídicos en la actualidad, poseyendo una gran importancia aquellos que afecta a los derechos de propiedad intelectual. En esta Jornada se persigue reflexionar, desde una perspectiva transatlántica, sobre estos desafíos. Un análisis que se realizará, en un primer momento, al

respecto de su incidencia en los derechos de autor y la protección de datos. Para, en un segundo omento, destacar la importancia que posee en el derecho marcario y la tutela del diseño, al igual que sobre su dimensión transfronteriza y multiterritorial tan sustancial a esta problemática.<https://www.gedai.com.br/11635-2/>

10. WACHOWICZ, MARCOS; STAUT JUNIOR, S. S.

II Seminário Integrado de Direito e Inovação - II SIDI, 2021. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Digital, proteção de dados, direito à desindexação, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

II Seminário Internacional sobre PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS realizado no dia 2 de dezembro de 2021 O Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial realiza o II SEMINÁRIO INTERNACIONAL sobre Proteção de Dados Pessoais e seu tratamento na perspectiva do Direito Comparado, especialistas estarão debatendo questões atuais: Quais são os tratamentos de informações que sua empresa precisa fazer para se adequar a LGPD brasileira? O Regulamento Europeu de Proteção de Dados pode alcançar as atividades de sua empresa aqui no Brasil, saiba como poderá ser responsabilizada? Quais os princípios norteadores da LGPD brasileira e do Regulamento Europeu? Quais os aspectos convergentes? Como se aplica ao Poder Público no tratamento de dados pessoais os princípios da transparência versus privacidade? Nesta edição devido a pandemia será totalmente on line a sua realização pelo canal do GEDAI no YouTube <https://youtu.be/qOVbLyxY1uoAs> inscrições on line podem ser feitas pelo link: <https://forms.gle/DM8VXUfW3ZiJ8MHF9>

11. WACHOWICZ, MARCOS; STAUT JUNIOR, S. S.

III Seminário Internacional sobre PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, 2021. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Digital, proteção de dados, Lei Geral de Proteção de Dados

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Digital, DIREITO DA INFORMÁTICA

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

III Seminário Internacional sobre PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS realizado nos dias 6 e 7 de outubro de 2021, totalmente on line. O Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial (GEDAI), em parceria com o Instituto Nacional de Proteção de Dados (INPD), realizará o III SEMINÁRIO INTERNACIONAL sobre Proteção de Dados Pessoais e seu tratamento na perspectiva dos setores público e privado. Especialistas estarão debatendo os seguintes temas atuais: Como adequar os tratamentos de dados realizados pela sua empresa à LGPD? Qual a importância da proteção de dados pessoais para os cidadãos? Como promover políticas públicas para uma cultura de proteção de dados? Como coibir o assédio indevido de consumidores pelas instituições de crédito oferecendo consignados e empréstimos por terem acesso a informações privadas junto a órgãos públicos? Como a LGPD pode proteger o cidadão? Estudos dos primeiros casos práticos dos lucros advindos do uso de dados e informações pessoais pelas Bigtechs. Como o Poder Público, no tratamento de dados pessoais, pode lidar com o conflito entre os princípios da transparência e privacidade? Os Seminários abordarão a LGPD a partir de temáticas relacionadas ao Poder Público, Cibersegurança, Pequenas Empresas e as Relações de Trabalho.

12. WACHOWICZ, MARCOS

XV CODAIP - Congresso de Direito Autoral e Interesse Público, 2021. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacioal, direitos culturais

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

O XV Congresso de Direito de Autor e Interesse Público será realizado totalmente online nos dias 3, 4 e 5 de novembro de 2021, devido as restrições sanitárias e distanciamento decorrentes da pandemia do COVID-19. O evento representa o principal espaço acadêmico de debates sobre Direito Autoral num tema cada vez mais contemporâneo e estratégico para o desenvolvimento do país dentro do contexto da Propriedade Intelectual no ambiente digital e da convergência tecnológica. <https://codaip.gedai.com.br/sobre-xv-codaip/>

13. WACHOWICZ, MARCOS

10ª OFICINAS DE DIREITO AUTORAL, 2021. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito Autoral, Plágio Acadêmico, Plágio

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital

O Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial (GEDAI-UFPR) promoverá OFICINAS sobre DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL em temas relevantes e atuais. As Oficinas terão um conteúdo eminentemente voltado a proporcionar o aprendizado prático, através da aplicação do conhecimento teórico adquirido durante as exposições. Durante a oficina, são disponibilizados aos participantes, individualmente, cópias integrais do material, possibilitando a análise prática dos casos abordados. Será produzido ao término a publicação de todo o material produzido em meio digital e impresso. A captura de imagens e posterior disponibilização pela internet das oficinas, no site www.gedai.com.br

14. PASTOR, J. J. C.; WACHOWICZ, MARCOS

I Congresso Internacional sobre la tutela de derechos en el entorno digital, 2020. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

I Congresso Internacional tendrá como tema central la protección de derechos en el entorno digital hacia un sistema europeo mejor

adaptado al desarrollo tecnológico.COMITÉ ORGANIZADOR: José Juan Castelló Pastor, Rosa Lapiedra Alcamí, Isabel Reig Fabado.***COMITÉ CIENTÍFICO: Carlos Esplugues Mota, Guillermo Palao Moreno, Felipe Palau Ramírez, Rosario Espinosa Calabuig, Jesús Olavarría Iglesia, Enrique Fernández Masiá, Rosa Lapiedra Alcamí, Isabel Reig Fabado, José Juan Castelló Pastor, Marcos Wachowicz.

15. WACHOWICZ, MARCOS; PALAO MORENO, Guillermo
I Encontro da Rede Ibero Americana de Propriedade Intelectual/RIAPI, 2020. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Internacional, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

A Rede Ibero-americana de Propriedade Intelectual (RIAPI) foi criada com o objetivo de gerar um espaço transatlântico acadêmico e colaborativo, com uma orientação especial em informação, formação e investigação no domínio do Direito da Propriedade Intelectual (numa dimensão alargada). Um fórum aberto que se baseia nos laços e interesses comuns que existem entre os países e os povos que constituem a comunidade ibero-americana, com forte vocação de serviço público, e que visa promover o desenvolvimento social e econômico nesta área geográfica e cultural. O evento é organizado pelos professores Marcos Wachowicz do Grupo de Estudos em Direito Autoral e Industrial (GEDAI/UFPR) e Guillermo Palao Moreno da Universidade de Valencia (Espanha), visa criar e fortalecer a rede de pesquisa nos aspectos inovadores do direito da propriedade intelectual e dar mais visibilidade aos eventos realizados pelas instituições nessa área. Seu fim é o de estimular o conhecimento de temas relacionados a Direito e Propriedade Intelectual no ambiente acadêmico ibero-americano, proporcionando aos participantes uma visão crítica quanto aos aspectos legais, sociais, culturais e econômicos envolvidos no tema. O evento será realizado on line no dia 13 de outubro em dois horários, das 9h30' às 12h e das 13h30' às 16h. <https://riapi.net/>

16. WACHOWICZ, MARCOS; STAUT JR, S.
I Seminário Integrado de Direito e Inovação - I SIDI, 2020. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, inovação, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

I Seminário Integrado de Direito e Inovação – SIDI será realizado on line no dia 22 de junho em dois horários, das 10h às 12h e das 17h às 19h, abordando questões atuais: Quais as conexões do Direito com a tecnologia? Quais os reflexos jurídicos das inovações tecnológicas? Como se coletar materiais de leitura e delimitar as temáticas de pesquisa na área? São perguntas centrais nos estudos do Direito da Propriedade Intelectual, afinal quando falamos as palavras “Direito e Inovação” a ideia de modernidade, de avanços, de futuro e de novos paradigmas para a Ciências Jurídicas são temas integrados. O Direito, enquanto ciência, precisa compreender os novos ambientes tecnológicos e suas inovações para poder conceber soluções para situações sociais futuras.

17. WACHOWICZ, MARCOS; STAUT JUNIOR, S. S.
II Seminário Internacional sobre PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, 2020. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Digital, proteção de dados, Lei Geral de Proteção de Dados

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Digital, Direito Autoral

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

II Seminário Internacional sobre PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS O Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial realiza o II SEMINÁRIO INTERNACIONAL sobre Proteção de Dados Pessoais e seu tratamento na perspectiva do Direito Comparado, especialistas estarão debatendo questões atuais, link com a programação: <https://www.gedai.com.br/ii-seminario-internacional-sobre-protecao-de-dados-pessoais-blog/>

18. WACHOWICZ, MARCOS
Mesa Redonda sobre Algoritmos e Comércio eletrônico: desafios para a proteção do consumidor, 2020. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Informática, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Mesa Redonda sobre Algoritmos e Comércio eletrônico: desafios para a proteção do consumidor. Temática: O desenvolvimento das novas Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs possibilitou grandes inovações no comércio eletrônico como, por exemplo, novas formas de ofertar e de negociar nas relações de consumo eletrônicas. Apesar de cada inovação apresentar suas características e peculiaridades, observa-se uma tendência comum em todas elas: o crescente e intenso uso de algoritmos, especialmente, os de inteligência artificial que, em razão da sua falta de transparência/obscuridade, tem gerado riscos para os direitos dos consumidores. Dia 15 de julho às 10h – transmissão pela internet no site do GEDAI

19. WACHOWICZ, MARCOS; PALAO MORENO, Guillermo
XIII JORNADA DÍA MUNDIAL DE LA PROPIEDAD INTELECTUAL CONGRESO INTERNACIONAL, 2020. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Internacional, Direito Informático, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

XIII JORNADA MUNDIAL DE LA PROPIEDAD INTELECTUAL CONGRESO INTERNACIONAL Cuestiones Actuales de la Propiedad Intelectual (Aspectos Substantivos y Conflictuales) Día: 24 y 25 de noviembre de 2020. Lugar de celebración:

20. WACHOWICZ, MARCOS; STAUT JR, S.; COSTA, José Augusto Fontoura; Ribeiro, M.C.P. XIV CODAIP - Congresso de Direito Autoral e Interesse Público, 2020. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

O XIV CODAIP totalmente on-line com mais de 50 especialistas internacionais que abordarão os impactos das novas tecnologias da INTERNET e a modernização do Direito Autoral. Dos dias 3 à 6 de novembro de 2020, o Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial (GEDAI) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) realizará o XIV Congresso de Direito de Autor e Interesse Público. Neste ano o evento será realizado totalmente pela INTERNET devido às restrições impostas pelas medidas sanitárias no combate à pandemia do COVID-19. O Congresso vai ao encontro de outras iniciativas já realizadas pelo GEDAI/UFPR e tem como objetivo estimular uma abordagem crítica e profunda acerca do Direito da Propriedade Intelectual. Analisa-se nesta oportunidade, em especial, os interesses públicos e econômicos envolvidos na questão dos Direitos Autorais e os novos modelos de negócio na Economia Criativa. O cenário mundial dos Direitos Autorais passa por grandes e intensos debates, revelando as tendências e posicionamentos Americano, Europeu, Latino-Americano e dos principais centros de pesquisa sobre a criação, distribuição e uso de bens digitais num mundo globalizado e conectado pela INTERNET. Serão abordadas questões atuais sobre: Os novos desafios para o Direito Autoral frente a pandemia do COVID-19. Os novos modelos de negócios e expressões artísticas na Economia Criativa e como eles devem ser adequadamente tutelados para uma justa remuneração dos autores. Como serão os Direitos de Propriedade Intelectual das obras criadas por meio de inteligência artificial. A Cultura Digital como afirmação do interesse público na transformação digital do patrimônio cultural dos acervos de museus e sua divulgação pela INTERNET. Quais os interesses públicos que serão os parâmetros para as alterações legislativas e como empreender uma agenda positiva para que os novos modelos de desenvolvimento para o Brasil efetivamente promovam a inclusão social, tecnológica e cultural.

21. WACHOWICZ, MARCOS XV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, 2020. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

O XV Seminário Internacional de Propriedade Intelectual será realizado on line no dia 13 de outubro em dois horários, das 9h30' às 12h e das 13h30' às 16h, abordando questões atuais: Quais as principais disposições no Acordo MERCOSUL/UE relativas aos direitos de propriedade intelectual especificamente: direitos autorais, marcas, desenhos industriais, indicações geográficas, patentes, variedades de plantas e segredos industriais? Quais as estratégias a serem adotadas pelos países integrantes dos blocos econômicos com vistas ao desenvolvimento das relações comerciais? Quais os reflexos jurídicos e as inovações legislativas para os países integrantes dos blocos necessárias para atenderem o acordo? Interessados no evento poderão fazer a inscrição gratuita on line a partir desse link: <https://forms.gle/NEqxGfWSomj82ECLAA> propriedade intelectual está num momento de transformação no Brasil. Em 28 de junho de 2019, o Mercosul e a União Europeia comunicaram a conclusão das negociações do acordo de livre comércio que vinham negociando há 20 anos. As obrigações previstas no acordo representam o mínimo de proteção que os países membros dos blocos Mercosul/UE deverão observar em relação à proteção dos direitos de propriedade intelectual.

22. WACHOWICZ, MARCOS 9ª OFICINAS DE DIREITO AUTURAL, 2020. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

9ª OFICINAS DE DIREITO AUTURAL – nos dias 4 e 5 de novembro de 2020 Oficinas de Propriedade Intelectual totalmente on line Na décima quarta edição do Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, além das palestras, painéis e workshops, o GEDAI promoverá a 9ª EDIÇÃO DE OFICINAS DE DIREITO AUTURAL, com a realização de 02 (duas) OFICINAS ON LINE sobre PROPRIEDADE INTELECTUAL em temas relevantes e atuais. <https://www.gedai.com.br/xiv-codaip-oficinas-de-direito-autoral/>

23. WACHOWICZ, MARCOS I CONGRESSO INTERNACIONAL: “La tutela de los derechos em el entorno digital: retos, desafios y oportunidades”, 2019. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Internacional, Direito Informática

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Membro do comite científico do evento - realizado na Universidade de Valência - Espanha

24. WACHOWICZ, MARCOS; STAUT JR, S. I Seminário sobre PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, 2019. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, proteção de dados, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, DIREITO DA INFORMÁTICA

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

seminário Proteção de Dados e Sociedade: aspectos teóricos e práticos. Na primeira mesa será discutido a Contextualização e Regulação da Proteção de Dados no Brasil, mediado pelo doutor Sergio Staut Jr.. E na segunda mesa serão abordados os Aspectos

Práticos da Proteção de Dados, mediado pelo doutor Marcos Wachowicz. Contextualização e Regulação da Proteção de Dados no Brasil - & Aspectos Práticos da Proteção de Dados Dia 29 de agosto de 2019 - Às 18h30 horas - Prédio histórico da UFPR

25. WACHOWICZ, MARCOS

Mesa Redonda sobre Desafios Contemporâneos da Internet, 2019. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Desafios Contemporâneos da Internet Dia 05 de setembro de 2019 Mesa Redonda com Marcos Wachowicz, Pedro Lana e Guilherme Alves Às 10h15min no prédio histórico da UFPR, praça Santos Andrade, sala 204 <https://www.gedai.com.br/desafios-internet/>

26. WACHOWICZ, MARCOS

Seminário de Big Data para a área jurídica, 2019. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, DIREITO DA INFORMÁTICA

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Seminário de Big Data para a área jurídica Com a superação do modelo analógico de armazenamento de dados e a entrada em cena dos sistemas digitais, a capacidade de se “estocar” informações beira o infinito. Esta possibilidade, somada aos recursos tecnológicos de coleta de informações e sistemas de vigilância, proporcionam muitos e sérios desdobramentos em nossa sociedade informacional, o que acaba repercutindo na seara jurídica. Como forma de contribuir para este inadiável debate, o GEDAI, Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial da UFPR, promove um encontro onde serão apresentados aspectos fundamentais sobre o BIG DATA, com uma abordagem técnica voltada à área do Direito. O evento acontece no dia 15 de junho de 2019, às 10 horas, na sala 200 do prédio histórico da UFPR.

27. WACHOWICZ, MARCOS

Seminário Dia Internacional da Propriedade Intelectual, 2019. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Dia Internacional da Propriedade Intelectual e o papel da Universidade Pública é comemorado na UFPR Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial (GEDAI) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) realizará um evento para celebrar o Dia Internacional da Propriedade Intelectual nos dias 26 e 27 de abril, tendo como temática o papel e a função das Universidades na produção do conhecimento e inovação tecnológica. A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), fixou anualmente o dia 26 de abril em comemoração a Propriedade Intelectual. <https://www.gedai.com.br/dia-internacional-da-propriedade-intelectual-e-o-papel-da-universidade-publica-e-comemorado-na-ufpr/>

28. WACHOWICZ, MARCOS; STAUT JR, S.

XIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL, 2019. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Internacional, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

No dia 27 de março de 2019 realizar-se-á o XIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL, na Universidade Federal do Paraná – UFPR, na Sala de Vídeo conferencia, situada na Praça Santos Andrade, n. 50, 3º andar, sala 311 em Curitiba. Horário: 18:30h às 22:30h – Carga Horária: 4 horas/aula. O evento é uma atividade realizada pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI/UFPR, organizada pelos professores Marcos Wachowicz e Sérgio Staut Jr., com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGD/UFPR, do Centro Acadêmico Hugo Simas – CAHS, da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino – CAPES e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

29. WACHOWICZ, MARCOS

8ª OFICINAS DE DIREITO AUTORAL, 2019. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

OFICINAS DE DIREITO AUTORAL DIA 4 DE NOVEMBRO – 14h – 17h Na DÉCIMA TERCEIRA EDIÇÃO DO CODAIP (Congresso de Direito de Autor e Interesse Público), no dia 4 de novembro de 2019, das 14h às 17h em Curitiba, o Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial (GEDAI-UFPR) promoverá OFICINAS sobre DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL em temas relevantes e atuais. As Oficinas terão um conteúdo eminentemente voltado a proporcionar o aprendizado prático, através da aplicação do conhecimento teórico adquirido durante as exposições. Durante a oficina, são disponibilizados aos participantes, individualmente, cópias integrais do material, possibilitando a análise prática dos casos abordados. Será produzido ao término a publicação de todo o material produzido em meio digital e impresso. A captura de imagens e posterior disponibilização pela internet das oficinas, no site www.gedai.com.br

30. WACHOWICZ, MARCOS

Workshop ITM & GEDAI, 2018. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual
Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual
Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários
Workshop sobre novas tecnologias e o direito. De 16 a 19 janeiro de 2019, um workshop sobre lei de informação direito comparado na Alemanha e no Brasil foi realizado no ITM, especialmente com os membros do projeto de pesquisa “Grupo de Estudos sobre Direitos Autorais e Industriais (Gedai)” do Brasil. O ITM acolhe os pesquisadores brasileiros. O evento foi conduzido pelo Prof. dr. Marcos Wachowicz, um cientista visitante do ITM, pesquisa questões de direitos autorais e regula o Blockchain. As palestras abrangem uma ampla gama de questões de direito da informação, como “Tecnologia Blockchain e as instituições econômicas do capitalismo”, “Direitos autorais e diversidade cultural na sociedade da informação”, “Direitos autorais e domínio público da informação”. A valiosa troca de informações durante o workshop fortalece as boas relações entre o ITM e os cientistas do GEDAI. fonte: <https://www.itm.nrw/workshop-new-technologies-and-law/>

**31. WACHOWICZ, MARCOS; STAUT JR, S.; Ribeiro, M.C.P.; COSTA, José Augusto Fontoura
XIII CONGRESSO DE DIREITO DE AUTOR E INTERESSE PUBLICO, 2018. (Congresso, Organização de evento)**

Palavras-chave: direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral
Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual
Setores de atividade: Educação
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários
O XIII CODAIP em 2018 tem como finalidade ampliar e difundir os estudos da Propriedade Intelectual nas dimensões público e privadas do instituto, fomentando o debate entre os diversos setores da academia, profissional e artístico na seara dos Direitos Autorais e Culturais sobre a necessidade da reforma da lei autoral dentro do contexto cultural e tecnológico da sociedade brasileira. EIXOS TEMÁTICOS: DÉCIMA TERCEIRA EDIÇÃO tem por eixos temáticos: I – DIREITO AUTRAL E AS NOVAS TECNOLOGIAS: Fronteiras entre o Direito Público e Privado na Sociedade da Informação II – DIREITO DE AUTOR E EXPRESSÕES ARTÍSTICAS: Direitos Culturais e a Regulamentação dos Direitos Autorais III – DIREITO DE AUTOR E OS PRIMADOS CONSTITUCIONAIS: Acesso à cultura e ao conhecimento IV – PROPRIEDADE INTELECTUAL: Desenvolvimento, Inovação e Mercado

**32. WACHOWICZ, MARCOS; STAUT JR, S.
7ª OFICINAS DE DIREITO AUTRAL, 2018. (Outro, Organização de evento)**

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Plágio
Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual
Setores de atividade: Educação
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários
Data: 05 de novembro de 2018 Horário: 14:00 – 17:00h Local: UniCuritiba – Rua Chile, n. 1678 – Salas 1,2,3,4, 5, 6 e 70 GEDAI promoverá 7 (sete) OFICINAS sobre PROPRIEDADE INTELECTUAL em temas relevantes e atuais. As Oficinas terão um conteúdo eminentemente voltado a proporcionar o aprendizado prático, através da aplicação do conhecimento teórico adquirido durante as exposições. Durante a oficina, são disponibilizados aos participantes, individualmente, cópias integrais do material, possibilitando a análise prática dos casos abordados. Será produzido ao término a publicação de todo o material produzido em meio digital e impresso. A captura de imagens e posterior disponibilização pela internet das oficinas, no site www.gedai.com.br

**33. WACHOWICZ, M.
CURSO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E ESTRATÉGIA DE REGULAÇÃO DA INTERNET, 2017.
(Outro, Organização de evento)**

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Internacional, Direito Informático, Internet
Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, DIREITO DA INFORMÁTICA
Setores de atividade: Educação
Referências adicionais: Brasil/Bretão. Meio de divulgação: Vários
O curso de transformação digital e as novas estratégias de regulação da Internet será ofertado pelo GEDAI em setembro até dezembro de 2017. O curso teve como base de análise a legislação do Marco Civil da Internet (MCI), contudo, como o MCI pode servir de inspiração para novas estratégias de regulação e desenvolvimento da Internet, no que diz respeito a confiança no ambiente digital como privacidade pessoal e de dados? É fato que as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS) - como o blockchain - têm causado nos meios de produção, circulação e consumo de bens, e também a relação entre trabalho e capital. Mais especificamente, os smart contracts (contratos inteligentes), a tecnologia blockchain e a tecnologia de Hyperledger distribuído (DLT) são novas tecnologias com o potencial de transformar radicalmente nossos sistemas econômicos e sociais. O curso analisa a tecnologia blockchain, smart contracts e Hyperledger de forma objetiva e clara, demonstrando o potencial tecnológico, seus mecanismos de funcionamento e estratégias para novos modelos de negócios. O curso explica o Marco Civil da Internet (MCI) com vistas ao uso potencial da tecnologia blockchain de forma aprofundada e objetiva, oferecendo um panorama dos mecanismos que dão base a seu funcionamento. Em quatro aulas, apresentaremos a infraestrutura distribuída que já possibilitou iniciativas como Bitcoin, Ethereum e Hyperledger. As aulas serão ministradas por professores/pesquisadores sempre focados em utilizar uma linguagem clara e acessível a diferentes públicos. O curso está programada para 10 encontros semanais todas quintas feiras, das 14hs às 17hs, início no dia 8 de setembro, local da realização será na Faculdade de Direito da UFPR, nos encontros serão abordados os seguintes temas: 1. Infraestrutura e acesso – Neste encontro se analisará o disposto no MCI no que tange a formulação de políticas públicas de acesso com vistas a ampliar o acesso da população à Internet

**34. WACHOWICZ, MARCOS; Ribeiro, M.C.P.; PEREIRA, L. F. L.
X Seminário Internacional sobre Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual, 2017. (Outro, Organização de evento)**

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Sociedade da informação
Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual
Setores de atividade: Educação
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários
X Seminário Internacional sobre Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual Tema central: MARCO CIVIL DA INTERNET E

DIREITOS INTELECTUAIS Material de apoio do Prof. Dr. MARCOS WACHOWICZ - GEDAI/UFPR. - REALIZADO EM ABRIL DE 2017 Dentre as questões mais emergentes para serem refletidas no tocante ao MARCO CIVIL DA INTERNET (MCI) estão a neutralidade da rede, a privacidade e a liberdade de expressão. A apresentação tem como objetivo apresentar os princípios e fundamentos estruturantes do MCI com vistas a sua melhor aplicação pelo Poder Judiciário frente aos desafios da Sociedade Informacional. Para ter acesso ao material completo basta fazer o download gratuito do arquivo abaixo. <http://gedai.com.br/?q=pt-br/content/marco-civil-da-internet-legitimidade-do-processo-neutralidade-da-rede-privacidade-e>

35. WACHOWICZ, MARCOS; Ribeiro, M.C.P.; COSTA, José Augusto Fontoura; STAUT JR, S. XI CODAIP - Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 2017. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Bretão. Meio de divulgação: Vários

Nos dias 06 e 07 de novembro de 2017 foi realizado o XI Congresso de Direito de Autor e Interesse Público (CODAIP), tendo como temática central os A REVOLUÇÃO DA INTERNET E AS NOVAS FRONTEIRAS DOS DIREITOS AUTORAIS e ocorrerá nos auditórios e salas do Centro Universitário UNICURITIBA, situado na Rua Chile, 1.678, em Curitiba. O evento é gratuito e aberto ao público em geral. Em sua 11ª edição, o CODAIP, almeja propiciar um amplo debate entre os diversos setores da academia, profissional e artístico na seara dos Direitos Autorais e Culturais sobre a necessidade da reforma da lei autoral dentro do contexto cultural e tecnológico da sociedade brasileira, colaborando com a definição de políticas jurídicas na área da propriedade intelectual. O evento neste ano terá uma dinâmica concentrada dedicada à discussão dos desafios atuais para os direitos autorais e culturais, tais como: o Marco Civil da Internet; liberdade de expressão e conteúdos livres; gestão coletiva de direitos autorais; o plágio literário, acadêmico e arquitetônico; as Novas Tecnologias da Informação e seus impactos na Cultura, Educação, Políticas Culturais, Inovação e Conhecimento.

36. WACHOWICZ, M.; Ribeiro, M.C.P.; STAUT JR, S.

XI Seminário Internacional sobre Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual, 2017. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Bretão. Meio de divulgação: Vários

Nos dias 8 e 9 de novembro de 2017 realizar-se-á o XI SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL, na Universidade Federal do Paraná – UFPR, no Auditório de Multimídia, situado, na Praça Santos Andrade, n. 50, no 3º andar, no prédio histórico da UFPR em Curitiba. O evento é uma atividade vinculada ao Núcleo de Pesquisa em Direito Empresarial Comparado do Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado/Doutorado) PPGD/UFSC, realizada pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI/UFPR, organizada pelos professores Marcos Wachowicz, Marcia Carla Pereira Ribeiro e Sérgio Staut Júnior com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, do Ministério da Cultura, através da Diretoria dos Direitos Intelectuais – DDI e da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior – CAPES. O XI Seminário Internacional será ministrado pelos Professores Doutores Sean Flynn (Estados Unidos), Valentina Delich (Argentina), Beatriz Busaniche (Argentina), Alexandre Libório Dias Pereira (Portugal), e Maria Sol Terlizzi (Argentina). Objetivos: • Aprofundar o estudo sobre os fundamentos jurídicos do Direito da Propriedade Intelectual em suas relações com as novas Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC's. • Analisar as questões sobre o direito de Informação e acesso na INTERNET com vistas a revisão da legislação de Propriedade Intelectual brasileira. • Detalhar a nova proposta do sistema nacional de proteção, enfocando os limites do Estado, buscando alternativas para o aprimoramento e aplicação adequada do Direito Autoral com vistas a preservar a liberdade de informação e de acesso ao conhecimento e a cultura. • Analisar nos sistemas de proteção na OMC e OMPI, bem como os instrumentos jurídico-econômicos que possam contribuir para a tutela efetiva da propriedade intelectual. • Criação de uma rede internacional de permanente intercâmbio pesquisa

37. WACHOWICZ, MARCOS; STAUT JR, S.

6ª OFICINAS DE DIREITO AUTORAL, 2017. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Oficinas de Propriedade Intelectual Na décima primeira edição do Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, além das palestras, painéis e workshops, o GEDAI promoverá 05 (cinco) OFICINAS sobre PROPRIEDADE INTELECTUAL em temas relevantes e atuais nos dias 6 e 7 de novembro de 2017. <https://www.gedai.com.br/eventos/xi-codaip/>

38. WACHOWICZ, MARCOS; COSTA, José Augusto Fontoura; Ribeiro, M.C.P.; STAUT JR, S.

IX Seminário Internacional sobre Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual, 2016. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Sociedade da informação, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Nos dias 2 e 3 de novembro de 2016 realizar-se-á o IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL, na Universidade Federal do Paraná – UFPR, na Sala da Memória, situada na Praça Santos Andrade, n. 50, 1º andar, em Curitiba. Horário: 08:30h às 18:30h – Carga Horária: 20 horas/aula. O evento é uma atividade realizada pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI/UFPR, organizada pelos professores Marcos Wachowicz, Marcia Carla Pereira Ribeiro, Sérgio Staut Jr e José Augusto Fontoura Costa com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUCPR, e da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior – CAPES.

39. WACHOWICZ, MARCOS; COSTA, José Augusto Fontoura; Ribeiro, M.C.P.

VIII Seminário Internacional sobre Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual, 2016. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Sociedade da informação, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

VIII Seminário Internacional sobre Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual Nos dias 5 e 6 de abril de 2016 se realizou o SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL, na Universidade Federal do Paraná – UFPR, na Sala de Multimídia do PPGD/UFPR situada na Praça Santos Andrade, n. 50, 3º andar, em Curitiba. javascript:void(0) O evento foi uma atividade realizada pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI/UFPR, organizada pelos professores Marcos Wachowicz, Marcia Carla Pereira Ribeiro, Sérgio Staut Jr e José Augusto Fontoura Costa com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior – CAPES e do CNPq.

40. WACHOWICZ, MARCOS; COSTA, José Augusto Fontoura; Ribeiro, M.C.P.; STAUT JR, S.

X Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 2016. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Direito de Informação, Direito e Tecnologia, Direito Internacional, direitos culturais

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

O evento em sua 10ª edição (07 e 08 de NOVEMBRO de 2016) representou um importante passo para a retomada da presença do Estado na formulação de políticas públicas para um tema cada vez mais contemporâneo e estratégico num contexto de ambiente digital e convergência tecnológica. O X CODAIP veio ao encontro com outras iniciativas objetivando estimular uma abordagem crítica e profunda acerca do Direito da Propriedade Intelectual analisando-se nesta oportunidade, em especial, os interesses públicos e econômicos envolvidos na questão do Direito de Autor e o interesse público

41. WACHOWICZ, MARCOS

XXV - CONPEDI - Direitos de Propriedade Intelectual na Sociedade Informacional, 2016. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Direito de Informática

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Bretão. Meio de divulgação: Vários

No dia 9 de novembro de 2016 em Curitiba, organização do Painel Direitos de Propriedade Intelectual na Sociedade Informacional, no XXV Coangresso Nacional do CONPEDI, realizado no Centro Universitário UniCuritiba.

42. WACHOWICZ, MARCOS; STAUT JR, S.

5ª OFICINAS DE DIREITO AUTORAL, 2016. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

5ª OFICINAS DE DIREITO AUTÓRALo GEDAI promoverá 05 (cinco) OFICINAS sobre PROPRIEDADE INTELECTUAL em temas relevantes e atuais nos dias 6 e 7 de novembro de 2016

43. WACHOWICZ, M.

III Workshop on Sociolegal Aspects of the Crhative Economy, 2015. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: economia criativa, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, economia criativa

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

44. WACHOWICZ, MARCOS; COSTA, José Augusto Fontoura; Ribeiro, M.C.P.; STAUT JR, S.

IX CONGRESSO DE DIREITO DE AUTOR E INTERESSE PÚBLICO, 2015. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

IX Congresso de Direito Autoral e Interesse Público – 9o CODAIP - ocorreu nos dias 3 e 4 de novembro de 2015, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Trata-se de um espaço aberto a reflexões e debates nos temas propostos, em que os pesquisadores podem apresentar e ser apresentados às diferentes pesquisas. Conhecer para informar, conhecer para aplicar, conhecer para criar e compartilhar. Na vida contemporânea o conhecimento colaborativo das redes informacionais serve para nutrir o querer saber e o querer ser em prol do desenvolvimento do corpo social. E para isso os pesquisadores da academia têm muito a contribuir. Por isso, convidamos os membros dos grupos de estudos a fazer dos Workshops um espaço democrático à construção do conhecimento. No 9o CODAIP a realização dos Workshops foi dividido em dois (2) eixos temáticos: Fronteiras entre o direito público e o direito privado na sociedade informacional; Os direitos culturais e a regulamentação dos direitos autorais

45. WACHOWICZ, M.

VI Seminário Internacional sobre Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual, 2015. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, gestão coletiva de direitos autorais, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Nos dias 6 e 7 de maio de 2015 realizou-se o VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL, na Universidade Federal do Paraná – UFPR, na Sala da Memória, situada na Praça Santos Andrade, n. 50, em Curitiba. O evento é uma atividade vinculada ao Núcleo de Pesquisa em Direito Empresarial Comparado do Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado/Doutorado) PPGD/UFSC, realizada pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI/UFPR, organizada pelos professores Marcia Carla Pereira Ribeiro e Marcos Wachowicz com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, do Ministério da Cultura, através da Diretoria dos Direitos Intelectuais – DDI. Com apoio da CAPES.

46. WACHOWICZ, MARCOS; Ribeiro, M.C.P.; COSTA, José Augusto Fontoura; STAUT JR, S.

VII Seminário Internacional sobre Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual, 2015. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Sociedade da informação, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Nos dias 6 e 7 de novembro de 2015 realizou-se o VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL, na Universidade Federal do Paraná – UFPR, na Sala da Memória, situada na Praça Santos Andrade, n. 50, 1º andar, em Curitiba. Horário: 08:30h às 18:30h – Carga Horária: 20 horas/aula. O evento é uma atividade realizada pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI/UFPR, organizada pelos professores Marcos Wachowicz, Marcia Carla Pereira Ribeiro, Sérgio Staut Jr e José Augusto Fontoura Costa com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUCPR, e da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior – CAPES.

47. WACHOWICZ, M.; Ribeiro, M.C.P.

4ª OFICINAS DE DIREITO AUTORAL: Recursos Educacionais e Plágio Acadêmico, 2015. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Recursos Educacionais, Plágio

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

No dia 1 de outubro de 2015 realizou-se a OFICINA DE DIREITO AUTORAL: Recursos Educacionais e Plágio Acadêmico, na Universidade Federal do Paraná – UFPR, no Salão Nobre da Faculdade de Direito, situada na Praça Santos Andrade, n. 50, primeiro andar, em Curitiba. Horário: 13:30h às 18:00h – Carga Horária: 5 horas/aula. O evento é uma atividade realizada pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI/UFPR, organizada pelos professores Marcos Wachowicz e Marcia Carla Pereira Ribeiro, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação – SEED/PR, Núcleo Regional da Educação de Curitiba e pela Coordenadoria Regional PDE., e com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGD/UFPR, do Centro Acadêmico Hugo Simas – CAHS, da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino – CAPES e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

48. WACHOWICZ, M.; COSTA, José Augusto Fontoura

I Workshop on Sociolegal Aspects of the Creative Economy, 2014. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Direito Autoral, economia criativa, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, economia criativa, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

No Instituto de Sociologia Jurídica de Oriáti / Espanha, nos dias 9, 10 e 11 de julho de 2014, foi realizado o I Workshop sobre “Os aspectos legais e sociológicos da Economia Criativa”, tendo como coordenadores os José Augusto Fontoura Costa (USP) e Marcos Wachowicz (UFPR), com apoio do CNPq.

49. WACHOWICZ, M.; COSTA, José Augusto Fontoura

II Workshop on Sociolegal Aspects of the Creative Economy, 2014. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito Autoral, economia criativa, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, economia criativa, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná nos dias 27 e 28 de outubro de 2014, foi realizado o II Workshop sobre “Os aspectos legais e sociológicos da Economia Criativa”, tendo como coordenadores os José Augusto Fontoura Costa (USP) e Marcos Wachowicz (UFPR),

50. WACHOWICZ, MARCOS; COSTA, José Augusto Fontoura; SILVA, Marcelo Pereira da; STAUT JR, S.

V Seminário Internacional sobre Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual, 2014. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Nos dias 3 e 4 de abril de 2014 realizou-se o V SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL, na Universidade Federal do Paraná – UFPR, na Sala da Memória, situada na Praça Santos Andrade,

n. 50, 1º andar, em Curitiba. Horário: 08:30h às 18:30h – Carga Horária: 20 horas/aula. O evento é uma atividade realizada pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI/UFPR, organizada pelos professores Marcos Wachowicz, Marcia Carla Pereira Ribeiro, Sérgio Staut Jr e José Augusto Fontoura Costa com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUCPR, e da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior – CAPES.

**51. WACHOWICZ, M.; Ribeiro, M.C.P.; COSTA, José Augusto Fontoura; STAUT JR, S.
VI Seminário Internacional sobre Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual, 2014. (Outro, Organização de evento)**

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Direito da Propriedade Intelectual, Direito de Informática, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, Direito Industrial, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Nos dias 29 e 30 de outubro de 2014 realizar-se-á o VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL, na Universidade Federal do Paraná – UFPR, na Sala da Memória, situada na Praça Santos Andrade, n. 50, 1º andar, em Curitiba. Horário: 08:30h às 18:30h – Carga Horária: 20 horas/aula. O evento é uma atividade realizada pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI/UFPR, organizada pelos professores Marcos Wachowicz, Marcia Carla Pereira Ribeiro, Sérgio Staut Jr e José Augusto Fontoura Costa com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUCPR, e da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior – CAPES.

52. WACHOWICZ, MARCOS

3ª OFICINAS DE DIREITO AUTURAL, 2014. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

o GEDAI promoverá 05 (cinco) OFICINAS sobre PROPRIEDADE INTELECTUAL em temas relevantes e atuais nos dias 6 e 7 de novembro de 2015.

53. WACHOWICZ, M.; GOMES, M. E. A. C. E.

I Simpósio do Núcleo de Direito do Terceiro Setor, Risco e Políticas Públicas - PPGD/UFPR, 2013. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

I Simpósio do Núcleo de Direito do Terceiro Setor, Risco e Políticas Públicas - PPGD / UFPR Promovido pelo: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPR, pelo ABRASD, pelo Núcleo de Direito do Terceiro Setor, Risco e Políticas Públicas, pelo PROEX e pelo PROCAD, com carga horária total de 20h de atividades complementares, realizado nos dias 25 a 27 de novembro de 2012.

54. WACHOWICZ, M.; Ribeiro, M.C.P.

IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL, 2013. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Sociedade da informação, Propriedade Intelectual, Direito a Informação, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Direito Internacional, Direito Industrial

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Industrial

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Nos dias 13 e 14 de novembro de 2013 realizou-se o IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL, na Universidade Federal do Paraná – UFPR, na Sala da Memória, situada na Praça Santos Andrade, n. 50, em Curitiba. O evento é uma atividade vinculada ao Núcleo de Pesquisa em Direito Empresarial Comparado do Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado/Doutorado) PPGD/UFSC, realizada pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI/UFPR, organizada pelos professores Marcia Carla Pereira Ribeiro e Marcos Wachowicz com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, do Ministério da Cultura, através da Diretoria dos Direitos Intelectuais – DDI. Com apoio da CAPES.

55. WACHOWICZ, M.; Ribeiro, M.C.P.; COSTA, José Augusto Fontoura; STAUT JR, S.

VII CONGRESSO DE DIREITO DE AUTOR E INTERESSE PÚBLICO, 2013. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, direitos culturais

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

O VII CODAIP se realizou na região central da cidade de Curitiba, nas dependências da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR, situado na Praça Santos Andrade. Especialistas discutem em Curitiba a reforma da legislação de direito autoral e os novos modelos de desenvolvimento para o Brasil que efetivamente promovam a inclusão social, tecnológica e cultural. Nos dias 11 e 12 de novembro de 2013, o Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI realizou o VII Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, que neste ano tem como temática central Direito Autoral em Reforma: novos instrumentos de desenvolvimento e inclusão social. O CODAIP tem como finalidade principal propiciar o debate entre os diversos setores da academia, profissional e artístico na seara dos Direitos Autorais e Culturais sobre a necessidade da reforma da lei autorial dentro do contexto cultural e tecnológico da sociedade brasileira. Com apoio da CAPES.

56. WACHOWICZ, MARCOS

2ª OFICINAS DE DIREITO AUTORAL, 2013. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

2ª OFICINAS DE DIREITO AUTORAL

57. WACHOWICZ, M.; PRONER, C.; COSTA, José Augusto Fontoura; Ribeiro, M.C.P.

ENCONTROS INTERNACIONAIS DO PROCAD 2012, 2012. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Propriedade Intelectual, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

O PROJETO PROCAD : Sociedade da Informação: Democracia, Desenvolvimento e Inclusão Tecnológica que conta com a participação de professores e pesquisadores dos Programas de Pós- Graduação em Direito da UFSC, PUCPR, UniSantos e UniBrasil, em parceria com o PPGD/UFPR promovem entre os dias 22 a 29 de novembro, em Curitiba, os ENCONTROS INTERNACIONAIS DO PROCAD 2012. O Projeto PROCAD com a realização dos ENCONTROS INTERNACIONAIS DO PROCAD 2012 apresentam-se as bases científicas construídas nos quatro anos de execução do projeto, estabelecida paulatinamente por meio de parcerias nacionais e internacionais com universidades argentinas, portuguesas, espanholas e italianas, consolida teorias interculturais e transculturais sobre inclusão tecnológica, democracia e desenvolvimento. Assim, mediante a criação de uma cultura de "rede" se torna possível, já no final do projeto, a sua continuidade de cooperação acadêmica em diferentes meios, como uma comunidade virtual

58. WACHOWICZ, M.; WINTER, Luis Alexandre Carta

I Congresso Internacional de Direito, Democracia e Inclusão, 2012. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito Internacioal, Direito Economico

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

A Escola de Direito da PUCPR promove nos dias 17 a 19 de outubro o I CONGRESSO INTERNACIONAL DE DREITO, DEMOCRACIA E INCLUSÃO com professores e pesquisadores do PROCAD que integram os programas de mestrado/doutorado da USFC, PUCPR, UNISANTOS E UNIBRASIL. Tendo como organizadores os professores Marcos Wachowicz e Luís Alexandre Carta Winter.

59. WACHOWICZ, M.; WINTER, Luis Alexandre Carta

I Congresso Internacional de Direito Econômico, Socioambiental e Democracia: Novas tendências da Tecnologia Digital, 2012. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito Autoral, Tecnologia da Informação, Estado Democrático, Direito Economico, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Data: 17, 18 e 19 de outubro Local: Auditório Gregor Mendel e anexos (Bloco Verde)- PUCPR

60. WACHOWICZ, M.; SOUZA, C. A. P.

III Semana do Direito Autoral, 2012. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Propriedade Intelectual, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

O PROJETO PROCAD Sociedade da Informação: Democracia, Desenvolvimento e Inclusão Tecnológica contando com a participação de professores e pesquisadores dos Programas de Pós-Graduação em Direito da UFSC, PUCPR, UniSantos e UniBrasil, promovem em parceria com o CTS/FGV Rio entre os dias 15 a 18 de dezembro, no Rio de Janeiro, os ENCONTROS DO PROCAD 2012, com apoio da CAPES realizando nesta oportunidade a III SEMANA DE DIREITO AUTORAL – Sociedade Informacional: Produção Cultural e Socialização do Conhecimento. Os anais de resumos publicado já estão disponíveis para download <http://www.direitoautoral.ufsc.br/gedai/wp-content/uploads/2012/12/Anais-GEDAI-CTS.pdf>

61. WACHOWICZ, M.

II Semana de Direito Autoral, 2012. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Sociedade da informação, Programa de Computador, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

62. WACHOWICZ, M.; GOMES, M. E. A. C. E.

III Congresso Brasileiro de Sociologia do Direito – ABRASD, 2012. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Sociedade da informação, direitos culturais, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

O III Congresso Brasileiro de Sociologia do Direito – ABRASD e o I Simpósio do Núcleo do Direito do Terceiro Setor, Risco e Políticas Públicas – PPGD/UFPR, se realizam em Curitiba nos dias 25 a 27 de novembro, contam com professores e pesquisadores que integram os programas de mestrado/doutorado da USFC, PUCPR, UNISANTOS E UNIBRASIL. COMISSÃO CIENTÍFICA: Manoel

Eduardo Alves Camargo e Gomes (Direito/UFPR) Pedro Bodê (Sociologia/UFPR) Germano Scharzt (AbraSD) Ciméa Barbato Bevilaqua (Antropologia/UFPR) Geraldo Leão (Artes/UFPR) Abili Lázaro Castro de Lima (Direito/UFPR) Roberto Di Benedetto (UP) COMISSÃO ORGANIZADORA: Fernanda Busanello Ferreira (UFPR) Héliomar Dutra de Freitas (Fundação Cultural de Curitiba/Procuradoria do Município de Curitiba) Lucinha Mion (Pró-Reitoria de Pesquisa e extensão) Marcos Wachowicz (GEDAI) Patrícia Salles (Pró-Reitoria de Pesquisa e extensão) Rogério Pereira (Biblioteca Pública do Paraná) Rosana Soldi (PPGD / UFPR)

63. WACHOWICZ, M.; WINTER, Luis Alexandre Carta
UNIVERSITAS E DIREITO, 2012. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito Econômico, Tecnologia da Informação, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

A Escola de Direito da PUCPR promove nos dias 17 a 19 de outubro o UNIVERSITAS E DIREITO 2012, com professores e pesquisadores do PROCAD que integram os programas de mestrado/doutorado da USFC, PUCPR, UNISANTOS E UNIBRASIL. Tendo como organizadores os professores Marcos Wachowicz e Luís Alexandre Carta Winter. O evento é destinado a alunos de graduação e Pós-graduação e profissionais da área do Direito. Todos os participantes receberão certificado de 15h pela participação no evento. Os palestrantes e os participantes que apresentarem trabalhos nos GT (Grupos de Trabalho) receberão declaração.

64. WACHOWICZ, M.
V Encontro da Sociedade da Informação, 2012. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito a Informação, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Direitos Autorais e Direito Antitruste Novas dinâmicas do mercado e do desenvolvimento. No dia 28 e 29 de maio acontece o V Encontro Sociedade da Informação – Direitos Autorais e Direito Antitruste. Novas dinâmicas do mercado e do desenvolvimento. Esta quinta edição do evento e foi organizada pelo Grupo de Estudos em Direito Autorais e Informação (GEDAI) da UFSC foram debatidas questões relativas aos direitos autorais não como monopólio que permite exploração ilimitada da obra intelectual, mas como instrumento que pode ser utilizado para tutela de interesses públicos e privados no desenvolvimento dos novos modelos de negócio na Sociedade da Informação” afirma Marcos Wachowicz, organizador do evento. Aponta ainda que “se pretende discutir a relação entre a livre concorrência e o Direito Autoral, com vistas a formular uma tutela jurídica adequada para o Direito Autoral e o Direito Antitruste no mercado de bens intelectuais na Sociedade da Informação. A Sociedade da Informação deve buscar a proteção do direito exclusivo do autor sem eliminar a concorrência.”

65. WACHOWICZ, M.; COSTA, José Augusto Fontoura; PRONER, C.; Ribeiro, M.C.P.
V Encontro Sociedade da Informação – Direitos Autorais e Direito Antitruste. Novas dinâmicas do mercado e do desenvolvimento., 2012. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Tecnologia da Informação, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

V Encontro Sociedade da Informação – Direitos Autorais e Direito Antitruste. Novas dinâmicas do mercado e do desenvolvimento. O evento faz parte do Projeto PROCAD 2012 existente na UFSC, PUCPR, UNIBRASIL E UNISANTOS. O projeto tem apoio da CAPES/MEC e possui como objetivo promover a formação de recursos humanos de alto nível integrando os programas de mestrado e de doutorado.

66. WACHOWICZ, M.; COSTA, José Augusto Fontoura; PRONER, C.; Ribeiro, M.C.P.
VI Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 2012. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, direitos culturais, Sociedade da informação, Tecnologia da Informação

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

O Grupo de Estudos em Direito Autoral e Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (GEDAI/UFSC), realizará, nos dias 8 e 9 de outubro do corrente ano em Curitiba-PR, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR e no espaço Cultural Santa Maria, ambos localizados na praça Santos Andrade, o VI Congresso de Direito de Autor e Interesse Público (VI CODAIP). A 6ª edição do CODAIP, evento já estabelecido no cenário nacional de discussão acerca dos temas associados aos Direitos Autorais, novamente busca estimular a abordagem crítica e profunda acerca dos tópicos do Direito da Propriedade Intelectual.

67. WACHOWICZ, M.; ROCHA, Allan; COUTINHO, Guilherme; LACORTE, C
Cultura do Plágio?, 2011. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Sociedade da informação, Programa de Computador, Direito Internacional, Software, Direito Comercial, Direito Internacional Privado

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Direito – CPGD/UFSC PRÓ-CULTURA Capes/MinCPalestra: Direitos Autorais e Culturais – CULTURA DO PLÁGIO? Expositores Professor Dr. ALLAN ROCHA Professor Dr. MARCOS WACHOWICZ Mestrando em Direito/UFSC GUILHERME COUTINHO Mestrando em Direito/UFSC CHRISTIANO LACORTE Data: 03 de junho de 2011 Horário: 10:00hs às 12:00hs Local: Auditório do Departamento de Química Informações: (048) 3721 9733 site: www.direitoautoralfsc.br

68. WACHOWICZ, M.
II Encontro Inclusão Tecnológica e Desenvolvimento – PROCAD 2011 Políticas Públicas de desenvolvimento de software na Universidade: Movimentos rumo à sociedade democrática do conhecimento, 2011. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Sociedade da informação, Programa de Computador,

Software

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

O Departamento de Inovação Tecnológica – NIT e o Grupo de Estudos em Direito Autoral e Informação – GEDAI da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, realizarão, no dia 10 de outubro ano no Auditório da Reitoria desta Universidade, o II Encontro Inclusão Tecnológica e Desenvolvimento – PROCAD 2011, tendo como temática central as Políticas Públicas de desenvolvimento de software na Universidade: movimentos rumo à sociedade democrática do conhecimento. O evento vai ao encontro com outras iniciativas já realizadas pela Universidade e tem como objetivo estimular uma abordagem crítica e profunda acerca o desenvolvimento de software livre na Universidade, analisando-se nesta oportunidade, em especial, os interesses públicos e econômicos envolvidos na questão da inclusão tecnológica e acesso a conhecimento.

69. WACHOWICZ, M.

II Seminário Internacional sobre Propriedade Intelectual e Sociedade da Informação, 2011. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Sociedade da informação, Programa de Computador, Direito Internacional, Software, Direito Comercial, Direito Internacional Privado

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Nos dias 03 e 04 de novembro de 2010, em Florianópolis na UFSC realizar-se-á o II SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL com atividade vinculada a linha de pesquisa Direito da Sociedade da Informação e Propriedade Intelectual do Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado/Doutorado) PPGD/UFSC, com apoio do Grupo de Estudos de Direito Autoral e Informação – GEDAI. Com os Professores José de Oliveira Ascensão, Sean Flynn, Sol Piccioto, Pedro Borges Graça e Noemi Oliveira.

70. WACHOWICZ, M.; CAMARGO, M.L.de B.; HABKOST, N

Plágio, direitos autorais e a socialização do conhecimento, 2011. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Sociedade da informação, Programa de Computador

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio magnético

A Associação de Pós-Graduandos da Universidade Federal de Santa Catarina (APG-UFSC) realizará um debate sobre o tema Plágio, direitos autorais e a socialização do conhecimento. O evento será realizado no dia 30 de março de 2011, às 14 horas, no auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), tendo como objetivo a cooperação coletiva na construção de saberes e articulação entre discentes e docentes dos cursos de pós-graduação da UFSC. As temáticas propostas para o evento são: PNP 2010/2020: Financiamento e avaliação - Profa. Dra. Maria Lucia de Barros Camargo – Pró-Reitora – PRPG/UFSC Estágio Docência: Função, Objetivos e Finalidades nos programas de pós-graduação - Prof. Dr. Nestor Habkost – CED/UFSC. Relevância social e acadêmica da formação de Mestres e Doutores na/para a sociedade brasileira. – Profa. Dra. Alacoque Lorenzini Erdmann – PEN/CCS/UFSC Plágio, direitos autorais e socialização do conhecimento – Prof. Dr. Marcos Wachowicz – CCJ/UFSC.

71. WACHOWICZ, M.; MENEZES, D.P.; CAMARGO, M.L.de B.; PEDROSA, R.C.

Semana do Direitos Autorais, 2011. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Programa de Computador, Direito Internacional, Software, Direito Comercial, Direito Internacional Privado, Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio magnético

Semana do Direito Autoral Por ocasião das comemorações do DIA NACIONAL DO AUTOR, do DIA INTERNACIONAL DA LITERATURA e do DIA MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL, o Departamento de Inovação Tecnológica (DIT/PRPE/UFSC), o Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/UFSC), o Grupo de Estudos em Direito Autoral e Informação (GEDAI) tem o prazer de convidá-lo para participar da Mesa Redonda sobre a temática: Propriedade Intelectual na Universidade: produção e socialização do conhecimento Com a participação de: Profa. Dra. Débora Peres Menezes – Pró-Reitora de Pesquisa e Extensão (PRPE/UFSC) Profa. Dra. Maria Lúcia de Barros Camargo – Pró-Reitora de Pós-Graduação (PRPG/UFSC) Profa. Dra. Rozangela Curi Pedrosa – Diretora do DIT/PRPE/UFSC Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer – Coordenador do PPGD/UFSC Prof. Dr. Marcos Wachowicz – Coordenador do Grupo de Estudos de Direito Autoral e Informação (GEDAI/UFSC) Prof. Msc. Érica L. L. Ferreira - Mestre em Direito pela UFSC Guilherme Coutinho Silva – Mestrando em Direito pela UFSC, pesquisador do GEDAI/UFSC Alexandre Pessler - Mestrando em Direito pela UFSC, pesquisador do GEDAI/UFSC

72. WACHOWICZ, M.; Pilati, J. I.; ADOLFO, Luiz Gonzaga Silva

Seminário sobre Direitos Autorais e Culturais – POR QUE REVISAR A LEI DE DIREITOS AUTORAIS?, 2011. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito Autoral, Sociedade da informação, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Áreas do conhecimento: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

O Grupo de Estudos de Direito Autoral e Informação – GEDAI, buscando contribuir com o processo de aprimoramento da Revisão da Lei Autoral Brasileira, realizará no próximo dia 13 de junho de 2011, às 09:30hs na sala 301, do PPGD/CCJ/UFSC, seminário sobre Direitos Autorais e Culturais, sob o tema “POR QUE REVISAR A LEI DE DIREITOS AUTORAIS?”. Expositores: Gonzaga Adolfo, Marcos Wachowicz e José Isaac Pilati. A Lei atual foi editada sob o impacto das políticas ditadas pelos acordos comerciais da Organização Mundial do Comércio (OMC) criada em 1994, época na qual, ainda era incipiente surgimento da Internet. O objetivo é que a sociedade e a nossa comunidade acadêmica reflitam sobre o direito de autor, dentro do contexto da Revolução da Tecnologia da Informação. As obras intelectuais na Sociedade da Informação ganharam novos espaços, novas dimensões. É isso que deve ser repensado quando se quer buscar uma tutela adequada para o bem intelectual na Sociedade da Informação.

73. WACHOWICZ, M.; BARBOSA, D.B.

Seminário sobre Patentes, 2011. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Sociedade da informação, Programa de Computador, Direito Internacional, Direito Comercial, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

O SEMINÁRIO (30 horas aulas) será realizado nos dias 18, 19, 25 e 26 de agosto, das 8:30h às 12:00h e das 14h às 18h, no auditório do CJJ/UFSC. As inscrições estão abertas para a comunidade acadêmica e para o público em geral. Inscrições NO LOCAL do evento, dia 18/08, a partir das 8:20. Os Seminários também terão como expositores os professores Dr. Marcos Wachowicz (PPGD/UFSC) e Dra. Rozangela Curi Pedrosa (DIT/PRPE/UFSC).

74. WACHOWICZ, M.; Pilati, J. I.; COSTA, José Augusto Fontoura

V Congresso de Direito Autoral e Interesse Público, 2011. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Sociedade da informação, Programa de Computador, Direito Internacional, Direito Comercial, direitos culturais

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Congresso internacional abordará a Economia Criativa e suas relações com o Direito Autoral realizado entre os dias 31 de outubro e 1º de novembro, no auditório da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O evento, aberto ao público, pretende estimular uma visão crítica quanto aos aspectos legais, sociais, culturais e econômicos da Propriedade Intelectual, e promover o debate sobre a eficácia da atual legislação na sociedade da informação. O CODAIP é um congresso internacional e contará com a presença de palestrantes de vários países, entre eles os professores José de Oliveira Ascensão (Portugal), e Edna Duisenberg (Noruega – chefe do Programa Economia Criativa da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – Unctad) dentre outros.

75. WACHOWICZ, M.; PRONER, C.; Ribeiro, M.C.P.; COSTA, José Augusto Fontoura

Encontro PROCAD - INCLUSÃO TECNOLÓGICA E DIREITO À CULTURA, 2010. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Sociedade da informação, Direito Internacional Privado, Direito Autoral, Direito Comercial

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

O PROCAD irá promover a formação de recursos humanos de alto nível integrando os programas de mestrado/doutorado da UFSC, PUCPR, UNISANTOS e UNIBRASIL. Através de projetos conjuntos de pesquisa de média duração sobre a temática Sociedade da Informação: Democracia, Desenvolvimento e inclusão tecnológica. Visando assim intensificar, também, o intercâmbio científico no país, por intermédio do envolvimento de equipes acadêmicas de diversas instituições de ensino superior e de pesquisa brasileiras. Evento realizado na UFSC nos dias 19 a 23 de outubro de 2009. Maiores informações no site: <http://www.direitoautoral.ufsc.br/procad/apres.php>

76. WACHOWICZ, M.; MATIAS, J.L.N.

III ENCONTRO DE PROPRIEDADE E MEIO AMBIENTE, 2010. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Ambiental, Direito Constitucional, Direito Economico, Direito Autoral, Direitos Fundamentais, Direitos Humanos

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

A coordenação do Projeto “Casadinho” – UFC/UFSC realizou o “III Encontro Temático do Projeto Casadinho” os trabalhos e pesquisas apresentadas foram relacionadas com o tema central do evento: “Novas perspectivas para um velho direito: a propriedade e o meio ambiente”. A temática sobre o direito de propriedade foi ser abordada nas suas mais diversas vertentes como: propriedade intelectual; direito das cidades; reforma agrária no Brasil, dentre outros temas atuais. A temática sobre o direito do meio ambiente foi abordada nas suas mais diversas vertentes como: biotecnologia; recursos hídricos; alterações climáticas, dentre outros temas atuais.

77. WACHOWICZ, M.; Ribeiro, M.C.P.; PRONER, C.; COSTA, José Augusto Fontoura

III Encontro PROCAD: Sociedade da Informação: Inclusão Tecnológica e Direito à Cultura, 2010. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Sociedade da informação, Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Programa de Computador, Software, Direito Internacional Privado, Direito Internacional, Direito Comercial, Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

O PROCAD irá promover a formação de recursos humanos de alto nível integrando os programas de mestrado/doutorado da UFSC, PUCPR, UNISANTOS e UNIBRASIL. Através de projetos conjuntos de pesquisa de média duração sobre a temática Sociedade da Informação: Democracia, Desenvolvimento e inclusão tecnológica. Visando assim intensificar, também, o intercâmbio científico no país, por intermédio do envolvimento de equipes acadêmicas de diversas instituições de ensino superior e de pesquisa brasileiras. Evento realizado na UniBrasil em Curitiba-PR em 20 e 21 de maio de 2010. Maiores informações site : <http://www.direitoautoral.ufsc.br/procad/index.php>

78. WACHOWICZ, M.; MATIAS, J.L.N.

III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PROPRIEDADE E MEIO AMBIENTE, 2010. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Internacional Privado, Direito Consitucional, Direito Ambiental, Direito Civil, Direitos Fundamentais, meio ambiente

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Em conjunto, os Programas de Pós-Graduação stricto sensu da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina

(UFSC) e da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC) apresentaram proposta de Projeto de Pesquisa em conformidade com o Edital MCT/CNPQ/ct-infra-ct-petro/ação transversal Iv n.16-2008 (Casadinho), que se trata de proposta do CNPq para consolidação de Programas de Pós-Graduação não consolidados. O Projeto, contemplado em 2008, conta com recursos para o desenvolvimento do projeto de pesquisa: "Novas perspectivas para um velho direito: a propriedade e o meio ambiente." O Projeto conta semestralmente com Simpósios Internacionais sobre Propriedade e Meio Ambiente, e com Encontros Temáticos, onde pesquisadores das duas Instituições se reúnem na Universidade Federal de Santa Catarina ou Universidade Federal do Ceará, para apresentação de trabalhos inerentes à área, visando a consolidação do Programa de Pós-Graduação cearense - que atualmente não obtém conceito satisfatório junto à CAPES - através da parceria com a UFSC.

79. WACHOWICZ, M.; MATIAS, J.L.N.

IV Encontro Temático do Projeto Casadinho UFC/UFSC/CNPq, 2010. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Direito Ambiental

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

O IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROPRIEDADE E MEIO AMBIENTE e o IV ENCONTRO TEMÁTICO DO PROJETO CASADINHO UFC/UFSC/CNPq o tema central destes eventos aglutina discussões sobre as "A efetivação do direito de propriedade para o desenvolvimento sustentável – relatos e proposições". 2.1. A temática sobre o direito de propriedade poderá ser abordada nas suas mais diversas vertentes como: propriedade intelectual; direito das cidades; reforma agrária no Brasil, dentre outros temas atuais. 2.2. A temática sobre o direito do meio ambiente poderá ser abordada nas suas mais diversas vertentes como: biotecnologia; recursos hídricos; alterações climáticas, dentre outros temas atuais. O encontro pretende igualmente contribuir para desenvolver um programa de pesquisa e de ensino interinstitucional agregando professores e pesquisadores do Brasil e do exterior.

80. WACHOWICZ, M.; MATIAS, J.L.N.

IV Seminário Internacional sobre propriedade e meio ambiente, 2010. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Internacional, Direito Ambiental

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

O o IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROPRIEDADE E MEIO AMBIENTE e o IV ENCONTRO TEMÁTICO DO PROJETO CASADINHO UFC/UFSC/CNPq o tema central destes eventos aglutina discussões sobre as "A efetivação do direito de propriedade para o desenvolvimento sustentável – relatos e proposições". 2.1. A temática sobre o direito de propriedade poderá ser abordada nas suas mais diversas vertentes como: propriedade intelectual; direito das cidades; reforma agrária no Brasil, dentre outros temas atuais. 2.2. A temática sobre o direito do meio ambiente poderá ser abordada nas suas mais diversas vertentes como: biotecnologia; recursos hídricos; alterações climáticas, dentre outros temas atuais. O encontro pretende igualmente contribuir para desenvolver um programa de pesquisa e de ensino interinstitucional agregando professores e pesquisadores do Brasil e do exterior.

81. WACHOWICZ, M.

Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais, 2010. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito Autoral, Sociedade da informação, Propriedade Intelectual, Direito Internacional, Direito Internacional Privado, Programa de Computador, Software

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português.

O Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais propiciará uma ampla discussão sobre a digitalização dos acervos culturais do Brasil. Esta temática tem se tornado uma tarefa de grande urgência, solicitando uma reflexão sobre os limites impostos pela atual legislação do direito autoral, as novas tecnologias, os padrões e normas, assim como os caminhos para a formação de uma rede efetiva entre as instituições e os projetos já existentes. Neste sentido, estamos preparando esta encontro de especialistas e profissionais da área do Direito para a troca de experiências, conceitos e soluções tendo em vista a Revisão da Lei de Direito Autoral e a proposição de políticas públicas de digitalização dos acervos e de formulação de um modelo sustentável de preservação e acesso universal do patrimônio cultural brasileiro.

82. WACHOWICZ, M.; MATIAS, J.L.N.

I Encontro temático do Projeto Casadinho (UFC-UFSC), 2009. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, meio ambiente, Direito Ambiental, Direito Autoral, Biodireito, direito, Direito da Informação, Direito Industrial

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

A realização do I Encontro Temático é parte das atividades de pesquisa desenvolvidas pela UFSC e UFC no projeto casadinho do CNPq, sob o tema Novas perspectivas para um velho direito: a propriedade e o meio ambiente.

83. WACHOWICZ, M.; MATIAS, J.L.N.

I Simpósio Internacional de Propriedade e Meio Ambiente, 2009. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Ambiental, Direito Autoral, Direito da Informática, Biodireito, Direito a Informação

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

A realização do I Simpósio Internacional de Propriedade e Meio Ambiente é parte das atividades de pesquisa desenvolvidas pela UFSC e UFC no projeto casadinho do CNPq, sob o tema Novas perspectivas para um velho direito: a propriedade e o meio ambiente.

84. WACHOWICZ, M.; MATIAS, J.L.N.

II ENCONTRO DE PROPRIEDADE E MEIO AMBIENTE, 2009. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito Ambiental, Direito Constitucional, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacional Privado, Direito Internacional Público, Direito Autoral, Direitos Fundamentais, Direitos Humanos

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

O Encontro Temático sobre Propriedade e Meio Ambiente reuniu pesquisadores das duas Instituições se reúnem na Universidade Federal de Santa Catarina ou Universidade Federal do Ceará, para apresentação de trabalhos inerentes à área, visando a consolidação do Programa de Pós-Graduação cearense - que atualmente não obtém conceito satisfatório junto à CAPES - através da parceria com a UFSC.

85. WACHOWICZ, M.; Ribeiro, M.C.P.; PRONER, C.; COSTA, José Augusto Fontoura
II Encontro PROCAD: Sociedade da Informação: Democracia, Desenvolvimento e Inclusão Tecnológica, 2009. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Sociedade da informação, Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Internacional, Direito Autoral, Direito Comercial, Programa de Computador, Software, Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

O PROCAD irá promover a formação de recursos humanos de alto nível integrando os programas de mestrado/doutorado da UFSC, PUCPR, UNISANTOS e UNIBRASIL. Através de projetos conjuntos de pesqu-isa de média duração sobre a temática Sociedade da Informação: Democracia, Desenvolvimento e inclusão tecnológica. Visando assim intensificar, também, o intercâmbio científico no país, por intermédio do envolvimento de equipes acadêmicas de diversas instituições de ensino superior e de pesquisa brasileiras. Evento realizado na UFSC nos dias 19 a 23 de outubro de 2009. Maiores informações no site: <http://www.direitoautoral.ufsc.br/procad/apres.php>

86. WACHOWICZ, M.; MATIAS, J.L.N.
II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PROPRIEDADE E MEIO AMBIENTE, 2009. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito Ambiental, Direito Constitucional, Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direitos Fundamentais, Direitos Humanos, meio ambiente, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Em conjunto, os Programas de Pós-Graduação stricto sensu da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC) realizaram o evento na cidade de Florianópolis.

87. WACHOWICZ, M.; SANTOS, M.J.P. dos
III Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 2009. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Programa de Computador, Software, Direito Comercial, Direito Internacional Privado, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

A Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC em parceria com a Escola de Direito de São Paulo da FGV (GVlaw), realizou o III Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, dedicado à análise das propostas de revisão da lei de direitos autorais, que estão sendo desenvolvidas por iniciativa da Coordenação Geral de Direito Autoral do Ministério da Cultura.

88. WACHOWICZ, M.; COSTA, José Augusto Fontoura
Nuevas Frontera del Derecho de Propiedad: Informática y Biotecnología, 2009. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito Internacional, Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Sociedade da informação, Direito da Informática, Direito Internacional Privado, Software

Referências adicionais: Espanha/Espanhol. Meio de divulgação: Vários

Organização e coordenação da sessão intitulada Nuevas Fronteras del Derecho de Propiedad: Informática y Biotecnología no Congresso Internacional sob o título Reunión Conjunta Complejidad, Conflictos, Justicia, promovido e realizado pelo Insitituto Internacional de Sociologia Jurídica de Oñati-Espanha, nos dias 07 a 09 de julho de 2009.

89. WACHOWICZ, M.; Ribeiro, M.C.P.; PRONER, C.; COSTA, José Augusto Fontoura
Seminário Desenvolvimento, Patentes e Tecologia - PROCAD, 2009. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Sociedade da informação, Direito Comercial

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

90. WACHOWICZ, M.; Ribeiro, M.C.P.; PRONER, C.; COSTA, José Augusto Fontoura
I Encontro PROCAD: Sociedade da Informação: Por uma noção de Sociedade da Informação, 2008. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Sociedade da informação, Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Programa de Computador, Software, Direito Internacional Privado, Direito Internacional, Direito Comercial, Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

O PROCAD irá promover a formação de recursos humanos de alto nível integrando os programas de mestrado/doutorado da UFSC, PUCPR, UNISANTOS e UNIBRASIL. Através de projetos conjuntos de pesqu-isa de média duração sobre a temática Sociedade da Informação: Democracia, Desenvolvimento e inclusão tecnológica. Visando assim intensificar, também, o intercâmbio científico no país, por intermédio do envolvimento de equipes acadêmicas de diversas instituições de ensino superior e de pesquisa brasileiras. Evento realizado na PUCPR em 20 de outubro de 2008. Maiores informações no site : <http://www.direitoautoral.ufsc.br/procad/apres.php>

91. WACHOWICZ, M.
II Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 2008. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática, Direito Internacional Privado, Software, Programa de

Computador

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

92. WACHOWICZ, M.

Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 2007. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito Industrial

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Outros Setores

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio magnético

93. WACHOWICZ, M.; ROVER, A.J.; GALINDO, Fernando

I Encuentro Ibero Latinoamericano sobre gobierno electrónico e inclusión digital, 2007. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Sociedade da informação, comércio eletrônico, inclusão digital, Direito Constitucional

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Constitucional

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio magnético

94. WACHOWICZ, M.; ROVER, A.J.; GALINDO, Fernando

II Encuentro Ibero Latinoamericano sobre gobierno electrónico e inclusión digital, 2007. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Sociedade da informação, inclusão digital, governo eletrônico, Direito Constitucional

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Espanha/Inglês. Meio de divulgação: Meio digital

95. WACHOWICZ, M.

III Encontro Ibero Latino Americano de Governo Eletrônico e Inclusion Digital, 2007. (Outro, Organização de evento)

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português.

96. WACHOWICZ, M.; U, Arildo José

Programa de Capacitação - Gestão na Cobrança de Tributos, 2007. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito Administrativo, Direito Comercial, Direito Constitucional, Direito Ambiental, Direitos de Informação, Direito Tributário

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Administração Pública, Defesa e Seguridade Social

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

97. WACHOWICZ, M.; BARWINSKI, S.L.L.B.; PASSOS, Jorge Luiz leski Calmon de; CASTRO, Vanessa Abujamra Farracha de; BLANC, Priscila Ferreira; COSTÓDIO FILHO, Ubirajara

Encontro Brasileiro de Direitos Humanos - OAB, 2006. (Congresso, Organização de evento)

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio magnético

98. WACHOWICZ, M.; PEREIRA, Marcel Dimitrow Garcia; GUEDES, Fabio Pacheco

I Simpósio de Direito e Tecnologia da Informação, 2005. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Direito Processual Civil, informática, Legislação de informática, Revolução da Tecnologia da Informação

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

99. MENEZES, W; WINTER, Luis Alexandre Carta; WACHOWICZ, M.

III Congresso de Direito Internacional, 2005. (Congresso, Organização de evento)

Referências adicionais: Brasil/Português.

Bancas

Bancas

Participação em banca de trabalhos de conclusão

Mestrado

1. WACHOWICZ, MARCOS; WINTER, Luis Alexandre Carta; MONTENEGRO, J. F.; BLANCHET, L. A.

Participação em banca de Amanda Louise Negri. **A Desigualdade e a Propriedade Intelectual na Quarta Revolução Industrial, 2023**

(Programa de Pós-Graduação em Direito) Pontícia Universidade Católica do Paraná

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital, Direito da Propriedade Intelectual, Tutela jurídica do software

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

A relação entre a desigualdade e a propriedade intelectual afetam o desenvolvimento da inteligência artificial (IA), em especial para países em desenvolvimento que encontram barreiras de acesso ao conhecimento, devido a apropriação tecnológica. O sistema de propriedade intelectual opera com base em uma barganha: um monopólio de exploração econômica temporário em troca da divulgação da invenção ou criação, que eventualmente recairá em domínio público. Contudo, ao analisar a indústria de base da IA, o software, é perceptível que o equilíbrio almejado pela propriedade intelectual resta perturbado. A má distribuição do conhecimento amplia a desigualdade que resulta das lacunas tecnológicas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Em busca de compreender os efeitos da relação entre a desigualdade e a propriedade intelectual para o desenvolvimento de IA no Brasil, a pesquisa propõe a seguinte pergunta: Como a relação entre a desigualdade e a propriedade intelectual compromete a iniciativa brasileira no desenvolvimento de inteligência artificial? Para isso a pesquisa utiliza método hipotético-dedutivo, em busca de compreender como os entraves da propriedade intelectual do software contribuem com o cenário de dependência tecnológica nacional e repercutem no desenvolvimento nacional da IA. A aquisição de conhecimentos de tecnologias essenciais à Quarta Revolução Industrial, como a IA, são capazes de tornar o país mais competitivo, contribuindo assim não só para a venda de produtos de alto valor agregado como também para o seu desenvolvimento, ao mesmo passo que reduz as lacunas de tecnologia e desigualdades com líderes de inovação. A pesquisa então conclui que o software não se amolda em nenhuma modalidade de proteção da propriedade intelectual e que a proteção falha debilita não só o acesso a essa tecnologia, como de suas derivadas como a IA. Por fim, sugere alternativas de remuneração do conhecimento dentro e fora do escopo da propriedade intelectual.

2. **WACHOWICZ, MARCOS; DRUMMOND, V. G.; CANAVEZ, L. L.**

Participação em banca de Hiago Andriotti Cordioli. **Direitos dos atores brasileiros em obras audiovisuais: propostas de intervenção, 2023**

(Direito (Franca)) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, gestão coletiva de direitos autorais

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Os direitos conexos aos direitos de autor foram declarados para proteger os interesses dos artistas intérpretes e executantes, uma vez que estes não participam efetivamente da criação de uma obra artística, mas contribuem com a sua adaptação para um outro formato, quais sejam, uma representação cênica ou uma execução musical. Tanto os direitos de autor e os que lhes são conexos estão tutelados no âmbito dos direitos fundamentais, e, por essa razão, se enquadram na problemática da sua eficácia imediata ou não nas relações entre particulares. O presente trabalho tem, portanto, o objetivo de analisar a construção dos direitos conexos, suas principais funções dentro dos direitos autorais e a sua real aplicação na prática, em que os artistas são constantemente lesados por contratosleoninos que ignoram totalmente os direitos conexos. Tendo em vista que os estudos existentes no Brasil e no mundo sobre a proteção jurídica dos direitos conexos são escassos, este trabalho mostra-se deveras importante ao pretender analisar a bibliografia já produzida, como livros, artigos e trabalhos acadêmicos, e as posições doutrinária e jurisprudencial acerca do tema. Pretende-se, deste modo, trazer ao meio científico, concentrado na área do Direito, esclarecimentos para este tema tão vago e ao mesmo tempo cada vez mais latente, o que mostra a necessidade de entender como o Direito tutela a proteção dos atores em obras audiovisuais. Para tal, utilizar-se-á os métodos de abordagem dedutivo, de forma a analisar a tutela geral dos direitos conexos e aplicar no caso dos atores brasileiros em obras audiovisuais os métodos de procedimento de pesquisa bibliográfica e documental, estudo de casos em decisões judiciais entre os anos 2000 e 2023 e entrevistas com profissionais. Palavras-chave: direito autorais, direitos conexos, artistas intérpretes, audiovisual.

3. **WACHOWICZ, MARCOS; GARCIA, B. V.; TOMASEVICIUS JUNIOR, E.; MORO, M. F.**

Participação em banca de Carolina Almeida Batista. **Impressão em três dimensões e propriedade intelectual, 2023**

Faculdade de Direito da USP

Palavras-chave: direito, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Resumo: A tecnologia de impressão em três dimensões (3D) aponta como elemento de transformação social, econômica e jurídica. A possibilidade de imprimir objetos deve colocar esta tecnologia em rota de colisão com os intuitos da propriedade intelectual, como patentes, desenhos industriais, marcas e direitos autorais. A compreensão global desta ocorrência depende do conhecimento de elementos técnicos do processo de impressão, de aspectos inerentes aos bens intelectuais e da legislação vigente. Neste sentido, a pesquisa busca estabelecer premissas para a discussão acerca do impacto que terá a impressão 3D na propriedade intelectual. Palavras-Chave: Impressão 3D; Impressora 3D; arquivo STL; Propriedade intelectual; Propriedade industrial; Direitos autorais; Patente; Desenho industrial; Marcas.

4. **WACHOWICZ, MARCOS; FREITAS, C. O. A.; PAMPLONA, D. A.**

Participação em banca de Dânton Hilário Zanetti de Oliveira. **Big Data e os limites à livre iniciativa no âmbito da LGPD, 2022**

(Programa de Pós-Graduação em Direito) Pontícia Universidade Católica do Paraná

Palavras-chave: direito, Direito Digital, Lei Geral de Proteção de Dados

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: DÂNTON HILÁRIO ZANETTI DE OLIVEIRA,

Certifico, para devidos fins, que os professores: Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas (orientadora - PUCPR), Prof. Dr.

Marcos Wachowicz (UFPR) e Profa. Dra. Danielle Anne Pamplona (FGV/RIO), compuseram a Banca Examinadora de Mestrado denominada: "BIG DATA E OS LIMITES À LIVRE INICIATIVA NO ÂMBITO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS". A dissertação foi apresentada por DÂNTON HILÁRIO ZANETTI DE OLIVEIRA, para obtenção do grau de Mestre em Direito deste Programa, em sessão realizada no dia, 22 de março de 2022, e tendo em vista o estado de emergência decretado em razão da pandemia do COVID19, reuniu-se remotamente, com a utilização de aplicativo Zoom.

5. WACHOWICZ, MARCOS; FREITAS, C. O. A.; BARBOSA, C. M.
Participação em banca de FLÁVIA POTCKER DUQUE. **A Proteção de Dados Sensíveis nos processos seletivos de emprego sob a ótica da LGPD e a promoção da diversidade, 2021**
(Programa de Pós-Graduação em Direito) Pontícia Universidade Católica do Paraná

Palavras-chave: direito, Direito de Privacidade, Lei Geral de Proteção de Dados

Áreas do conhecimento: Direito, DIREITO DA INFORMÁTICA, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Aos trinta um dias do mês de março de dois mil e vinte e um, às 16:00 horas, tendo em vista o Estado de Emergência decretado em razão da pandemia do COVID19, reuniu-se remotamente com a utilização de aplicativo (ZOOM) que permite a interação de todos em tempo real, a banca examinadora constituída pelos professores: Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas (orientadora/presidente), Dr. Marcos Wachowicz (UFPR) e Dra. Claudia Maria Barbosa (PUCPR), para examinar o trabalho da aluna FLÁVIA POTCKER DUQUE, ingressante no programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado – primeiro semestre de dois mil e dezenove para a área de concentração "Direito Socioambiental e Sustentabilidade". A aluna apresentou a dissertação intitulada: "A PROTEÇÃO DE DADOS SENSÍVEIS NOS PROCESSOS SELETIVOS DE EMPREGO SOB A ÓPTICA DA LGPD E A PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE".

6. WACHOWICZ, MARCOS; ADOLFO, L. G. S.; SPAREMBERGER, R. F. L.; XAVIER, J. T. N.
Participação em banca de Vicente Fidelis Faccenda. **A utilização de inteligência artificial na criação autoral e a problemática da definição da autoria, 2021**
(Pós Graduação Stricto Sensu – Mestrado Acadêmico em Direito FMP) Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

DECLARAÇÃO Declaro, para os devidos fins, que o Dr. Marcos Wachowicz, participou como avaliador da Banca de defesa de dissertação do Vicente Fidelis Faccenda, mestrando do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado Acadêmico em Direito, da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, intitulada "A utilização de inteligência artificial na criação autoral e a problemática da definição da autoria", juntamente com os avaliadores, Dr. Luiz Gonzaga Silva Adolfo e Dra. Raquel Fabiana Lopes Sparemberger, presidida pelo Dr. José Tadeu Neves Xavier, realizada no dia 26 de outubro de 2021, na modalidade online.

7. WACHOWICZ, MARCOS; GARCIA, B. V.; MORATO, A. C.
Participação em banca de Gustavo Gonçalves Ferrer. **Análise da Exaustão de Direitos de Propriedade Intelectual Aplicada a Bens Digitais: Estudo da Legislação e de Precedentes da União Europeia, dos Estados Unidos e do Brasil., 2021**
Faculdade de Direito da USP

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, direitos culturais, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direitos culturais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

A exaustão de direitos de propriedade intelectual é uma limitação que equilibra a livre circulação de bens em mercados modernos e as legítimas expectativas do titular de direitos na exploração econômica de bens protegidos. O princípio da exaustão (ou first sale doctrine) impõe limites aos direitos exclusivos de um titular de propriedade intelectual sobre os produtos que já foram postos em circulação, ao não permitir que tal titular impeça a prática de determinados atos pelo adquirente de tal produto, como a revenda em mercados secundários. O presente trabalho tem como objetivos examinar se o princípio da exaustão deve ser aplicado para bens digitais distribuídos via download da mesma forma como se aplica para bens físicos, e explorar as diferenças entre bens físicos e bens digitais que tornam inadequada a aplicação do princípio de forma similar para as duas situações. Ao longo deste estudo, são exploradas as legislações dos Estados Unidos, da União Europeia e do Brasil sobre os institutos da propriedade intelectual e suas limitações, bem como os precedentes relevantes, sobretudo das duas primeiras jurisdições, para que se consiga entender como o tema tem sido decidido no exterior e analisar se os precedentes e regras do direito comparado também podem ser aplicados ao ordenamento brasileiro. Palavras-chave: propriedade intelectual; exaustão de direitos; first sale doctrine; bens digitais; mercado secundário.

8. WACHOWICZ, MARCOS; GARCIA, B. V.; SILVEIRA, Newton; SANTOS, M.J.P. dos
Participação em banca de Lucas Atihe. **Considerações sobre a proteção jurídica do software no direito privado: tutela legal e instrumentos jurídicos aplicáveis, 2021**
Faculdade de Direito da USP

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Tutela jurídica do software, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

A natureza sui generis do software, que cumula características das obras literárias em sua expressão (código-fonte) e funcionalidades eminentemente técnicas, de caráter utilitário, que visam a solução de problemas técnicos, impõe desafio ao legislador, aos tribunais, e ao meio acadêmico, a fim de encontrar proteção jurídica equilibrada para sua tutela. Além da proteção autoral, aos poucos foi reconhecida a possibilidade de patentes de invenção implementadas por software, desde que preenchidos os requisitos básicos da

patente. Nada obstante, os efeitos desta proteção dupla não se adequam perfeitamente ao funcionamento prático do programa às necessidades sociais. Assim, o presente trabalho visa realizar estudo, a partir das características técnicas do software, dos preceitos econômicos, constitucionais e concorrências da propriedade intelectual, dos contratos enquanto elementos essenciais da comercialização do software e, por fim, do estudo sobre a possibilidade de cumulação protetiva entre o software e outros institutos de propriedade intelectual, verificando as consequências da referida cumulação. **Palavras-chave:** software; Direito de Autor; propriedade intelectual; patente; interoperabilidade.

9. WACHOWICZ, MARCOS; SASS, L. B.

Participação em banca de Lucas Silveira Duarte. **Formalidades no Direito de Autor: da proibição internacional à sua reinserção na sociedade informacional, 2021**

(Direito) Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

O objetivo da presente pesquisa consiste em responder à seguinte questão: é justificável, pelo prisma da sociedade informacional, a reinserção de formalidades no Direito de Autor? Posta tal problemática, partiu-se da hipótese de que tal se mostraria justificável diante tanto da falta de clareza da motivação que levou à proibição internacional do instituto em questão, quanto dos problemas gerados em decorrência de sua ausência no curso do tempo. Para tanto, adotou-se como método de procedimento o monográfico, como método de abordagem o dedutivo e como técnicas de pesquisa a bibliográfica e a documental. No primeiro capítulo da pesquisa, buscou-se efetuar uma análise conceitual, teórica e histórica do Direito de Autor a partir do paradigma sistemas condicionados vs sistemas incondicionados de proteção, com o fim de contextualizar o tema proposto e identificar a suposta existência de fundamentação suficiente para sustentar a permanência da regra proibitiva nos moldes em que se encontra. No segundo capítulo, enfocou-se em atualizar os debates relacionados ao Direito de Autor e os possíveis caminhos para sua reforma, procurando demonstrar a viabilidade de se rediscutir as formalidades, precipuamente, diante das características sociotécnicas presentes em um ambiente de transição em que o convívio no ambiente físico migra sobremaneira para o virtual, apresentando novas camadas e ferramentas de gestão e controle. Logo após, analisou-se a forma como ocorre o exercício de direitos de autor com o intuito de denotar o efeito prático limitado da proibição internacional às formalidades, em muito pela impossibilidade natural de o ambiente funcionar sem estruturas análogas às mesmas. Já no último capítulo do estudo, enfocou-se na abordagem dos pilares que fundamentam e estimulam uma rediscussão acerca das respectivas formalidades, baseando-se no potencial que possuem de garantir a livre expressão e o livre fluxo de informações, preservar e enriquecer o dom

10. Ribeiro, M.C.P.; WACHOWICZ, MARCOS; RODRIGUES, G. R.

Participação em banca de Valeska da Cunha Chrestani. **Inovação Predatória e os Limites do Antitruste, 2020**

(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Antitruste, inovação

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

11. WACHOWICZ, MARCOS; STAUT JR, S.; BRANCO, S.

Participação em banca de LAÍSA FERNANDA ALVES VIEIRA. **O direito à desindexação na sociedade googlizada: autodeterminação informativa como expressão na construção da personalidade, 2020**

(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito, direito de acesso a informação, direito à desindexação

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

<https://www.prppg.ufpr.br/signa/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoa=78433&idprograma=40001016017P3&anobase=2020&idtc=184>

RESUMOOs provedores de busca potencializaram o risco de exposição e perpetuação de informações sobre os indivíduos, em especial, o Google. A influência que a companhia exerce sobre a sociedade é negligenciada em troca das maravilhas que oferece em troca. Uma das alternativas oferecidas pelo enfoque do direito civil-constitucional, para os usuários se oporem a essa exposição líquida de suas misérias, reside na insurgência do direito à desindexação. O aludido direito manifesta-se como uma alternativa para a efetivação, ainda que de forma limitada, da construção da personalidade dos indivíduos do exercício da sua autodeterminação informacional. O processo de desindexação é um instrumento capaz de despotencializar o acesso a determinada informação pretérita, destituída de relevância informativa e considerada lesiva por retratar o sujeito em um quadro estático de sua personalidade. Desindexar é, nestes termos, realizar a eliminação de links do índice dos resultados de busca quando se pesquisa por determinado termo ou expressão, no caso o nome do titular dos dados. O direito à desindexação ganhou contornos mais nítidos no Brasil após a emblemática decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia que acarretou na criação, pelo buscador Google, de um formulário para receber as solicitações de desvinculação de URLs. Apesar de ser um mecanismo que não pretende excluir a notícia de sua fonte original, o direito à desindexação suscita questionamentos potencialmente conflitantes com a liberdade de expressão e direito à informação. No Brasil, a discussão acerca da desindexação ainda está permeada de incertezas e imprecisões, tanto pela doutrina, quanto o ambiente legislativo e judiciário. Diante desta esteira, em observância ao método hipotético-dedutivo e à pesquisa bibliográfica, a investigação buscou clarificar os contornos desse direito para uma

12. FREITAS, C. O. A.; WACHOWICZ, MARCOS; SOUZA FILHO, C. F. M.; ROVER, A.J.

Participação em banca de Charles Emmanuel Parchen. **O Direito de livre decisão no contexto da sociedade de algoritmos em redes sociais, 2020**

(Programa de Pós-Graduação em Direito) Pontícia Universidade Católica do Paraná

Palavras-chave: direito, algoritmo, Redes Sociais
Áreas do conhecimento: Direito
Setores de atividade: Educação
Referências adicionais: Brasil/Português.

13. **WACHOWICZ, MARCOS**; Ribeiro, M.C.P.; GARCIA, R. L.
Participação em banca de Fernando Almeida Struecker. **Oferta Pública de criptoativos à luz da Lei n. 6.385/1976, 2020**

Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito, Propriedade Intelectual, blockchain
Áreas do conhecimento: Direito, DIREITO DA INFORMÁTICA, Propriedade Intelectual
Setores de atividade: Educação
Referências adicionais: Brasil/Português.
Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR.

14. **WACHOWICZ, MARCOS**; BRANCO, S.; STAUT JR, S.; COUTINHO, Guilherme
Participação em banca de Lukas Ruthes Gonçalves. **A tutela jurídica de trabalhos criativos feitos por aplicações de inteligência artificial no Brasil, 2019**
(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito, Propriedade Intelectual, Inteligência Artificial, Direito Autoral
Áreas do conhecimento: Direito
Setores de atividade: Educação
Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <https://www.gedai.com.br/inteligencia-artificial-e-direito-autoral/>
Trata-se de um trabalho inédito sobre programas de computador que analisa os efeitos da tecnologia de Inteligência Artificial (IA) para produzir obras complexas, mesmo se comparadas àquelas produzidas por humanos. A literatura jurídica brasileira atual deixa de tratar sobre a maneira que devem tuteladas as obras criadas por aplicações de IA. Essas, quando não são decorrência direta de sua programação básica, começam a revelar sinais de criatividade. O objetivo desse trabalho, assim, é verificar como se daria a tutela jurídica desses bens em solo brasileiro. Para isso, apresenta-se a definição de Inteligência Artificial e as de trabalho criativo, autor e titular para o direito do autor. Em seguida, o mestre Lukas Ruthes Gonçalves faz-se uma análise desses conceitos com base no paradigma da Sociedade Informacional de Castells. Do mesmo modo, analisa-se o processo legislativo da legislação autoral vigente no país, buscando-se sua motivação. A partir do conceito de obra do jurista alemão Eugen Ulmer, verifica-se a possibilidade da legislação brasileira de tutelar obras criadas por esses programas de computador. Como resultado, verifica-se que a tecnologia e a lei seriam incompatíveis, por partirem de paradigmas diferentes. Enquanto a primeira busca a maior difusão de informações, a segunda busca seu controle. Como conclusão, Lukas Ruthes Gonçalves propõem duas maneiras de tutelar esse tipo de obra levando-se em conta a legislação nacional vigente, dada a ausência de perspectiva de alteração legislativa a curto e médio prazos. A primeira admite que a obra produzida por uma aplicação de IA poderia ser protegida pela legislação nacional de Direito Autoral. Já a segunda afasta essa possibilidade.

15. BONETTI, L. W.; **WACHOWICZ, MARCOS**; GUERBERT, M. C. C.
Participação em banca de Camile Wiederkehr. **O Acesso à Informação como um Direito Fundamental para a Inclusão Digital na Sociedade em Rede brasileira, 2019**

(Programa de Pós-Graduação em Direito) Pontícia Universidade Católica do Paraná

Palavras-chave: direito, Direito a Informação, inclusão digital, Propriedade Intelectual
Áreas do conhecimento: Direito
Setores de atividade: Educação
Referências adicionais: Brasil/Português.

16. **WACHOWICZ, MARCOS**; WINTER, Luis Alexandre Carta; Ribeiro, M.C.P.; AGOSTINHO, E.
Participação em banca de Evelin Naiara Garcia. **Contratos colaborativos no ambiente de inovação aberta: relação universidade - empresa como fator de desenvolvimento em um mundo globalizado., 2018**

(Programa de Pós-Graduação em Direito) Pontícia Universidade Católica do Paraná

Palavras-chave: direito, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacional
Áreas do conhecimento: Direito, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacional
Setores de atividade: Educação
Referências adicionais: Brasil/Português.

17. **WACHOWICZ, MARCOS**; CUNHA FILHO, F. H.; FREIRAS, A. C. P.
Participação em banca de Cecília Nunes Rabelo. **A Proteção do patrimônio Cultural no Direito Internacional e brasileiro: a saída de bens culturais e sua repatriação ao país de origem., 2017**
(Direito Constitucional) Universidade de Fortaleza

Palavras-chave: bens culturais, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacional
Áreas do conhecimento: Direito, Direito Internacional, Direitos culturais
Setores de atividade: Educação
Referências adicionais: Brasil/Português.

18. Ribeiro, M.C.P.; **WACHOWICZ, M.**; GONCALVES, O. O.
Participação em banca de Marcelle Franco Espíndola Barros. **Teoria da Essential Facility na Propriedade Intelectual: instrumento de promoção da concorrência ou desincentivo à criação, 2015**

(Programa de Pós-Graduação em Direito) Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Economico, Direito de Concorrência, Direito Comercial, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Comercial, Direito Industrial

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Membro externo de banca examinadora de mestrado na PUCPR, realizada em 16 de março de 2015, defendida pela mestranda Marcelle F. E. Barros.

19. WACHOWICZ, M.; ALVES, L. R. G.; PEREIRA-GUIZZO, C. S.; SILVA, O. S. F.

Participação em banca de Regina Machado Araújo Cardoso. **Autorais na Produção de Conteúdo: o estudo de caso do Programa Nacional de Educação a Distância PS-EAD, 2014**

(Gestão e Tecnologia Industrial) Faculdade de Tecnologia SENAI CIMATEC

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

Participação em Banca de defesa de mestrado profissional em Gestão e Tecnologia Industrial da Faculdade de Tecnologia SENAI CIMATEC, de Regina Machado A. Cardoso, sob o título Autorais na Produção de Conteúdo: o estudo de caso do Programa Nacional de Educação a Distância PS-EAD, defesa realizada em 28 de agosto de 2014.

20. WACHOWICZ, M.; WINTER, Luis Alexandre Carta; VILLATORE, M. A. C.

Participação em banca de Marcos Cunha e Souza. **O acordo TRIPs e seus reflexos sobre o sistema de Patentes de Invenção no Brasil, 2014**

(Programa de Pós-Graduação em Direito) Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Propriedade Intelectual, Direito Industrial

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Participação de banca de defesa de mestrado de Marcos da Cunha e Souza, sob o título O acordo TRIPs e seus reflexos sobre o sistema de Patentes de Invenção no Brasil, realizada em 14 de março de 2014, junto ao PPGD da PUCPR.

21. WACHOWICZ, M.; EMERY, M. A.; BELICH, F.; RETONJO, H.

Participação em banca de Viviana Dirolli. **Autoría y Cooperación en Internet: el alcance de los derechos de autor para su eficaz tutela, 2013**

(Maestria en Propiedad Intelectual) Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales - Argentina

Palavras-chave: Direito Autoral, Sociedade da informação, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Argentina/Espanhol.

Participação em Banca de Mestrado Acadêmico do Programa de Maestría en Propiedad Intelectual de FLACSO Argentina, da mestranda Viviana Dirolli, sob o título: AUTORIA Y COOPERACIÓN EN INTERNET: EL ALCANCE DE LOS DERECHOS DE AUTOR PARA SU EFICAZ TUTELA. RESUMEN: La Internet se ha convertido en un medio de comunicación cuya dinámica evolución ha permitido que, en aproximadamente quince años, un público cada vez más masivo –a escala planetaria- y a la vez heterogéneo acceda a una información que hasta entonces se encontraba restringida o cuyo acceso resultaba dificultoso. Esta escena de gran cantidad de información puesta a disposición de un gigantesco colectivo integrado por grandes masas urbanas ha dado lugar a la denominada Sociedad de la Información.

22. BLANCHET, L. A.; NICZ, A. A.; WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Bárbara Guasque. **O processo eletrônico e o direito fundamental à uma tutela jurisdicional efetiva, 2013**

(Programa de Pós-Graduação em Direito) Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Palavras-chave: direito, Direito Constitucional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Constitucional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Banca de mestrado realizada em 22 de março de 2013

23. WACHOWICZ, M.; Pilati, J. I.; VECCHIO, H. P.; SOUZA, C. A. P.

Participação em banca de Rodrigo Otávio Cruz e Silva. **Os Direitos Autorais como fator de desenvolvimento na Economia Criativa, 2013**

(Programa de Pós-Graduação em Direito) Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

Participação na qualidade de presidente da banca de dissertação na defesa pública que ocorreu no dia 15 de março de 2013, às 13hs, sala 302 do CC/JUFSC

24. MATIAS, J.L.N.; WACHOWICZ, M.; LEITÃO, Cláudia

Participação em banca de Carla Sofia Pereira. **O direito fundamental ao desenvolvimento e a economia criativa à sua consecução, 2011**

(Curso de Mestrado em Direito) Universidade Federal do Ceará

Palavras-chave: direito e desenvolvimento, Direito da Propriedade Intelectual, Direitos Fundamentais, direitos culturais

Referências adicionais: Brasil/Português.

25. WACHOWICZ, M.; NICZ, A. A.; DUARTE, F.C.

Participação em banca de Juliana Ferreira Montenegro. **Sociedade de risco e o meio ambiente: resíduos eletrônicos e análise do marco regulatório dos resíduos eletrônicos**, 2011

(Programa de Pós-Graduação em Direito) Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Palavras-chave: Sociedade da informação, Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Internacional, Direito Comercial, Direito Ambiental

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português.

Banca de Mestrado na PUCPR - dissertação defendida perante banca no dia 14 de março de 2011 no PPGD/PUCPR

26. WACHOWICZ, M.; CUNHA FILHO, F. H.; MORAES FILHO, J.F. de

Participação em banca de Fabiola Bezerra de Castro Alves Brasil. **A importância do fundo nacional da cultura para efetivação do acesso à cultura**, 2010

(Direito Constitucional) Universidade de Fortaleza

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, direitos culturais, diversidade cultural

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português.

27. PRONER, C.; GEDIEL, José A. P.; **WACHOWICZ, M.**

Participação em banca de Larissa Alcântara Pereira. **Direitos Fundamentais Mitigados: Em busca de um novo direito de autor**, 2010

(Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado)) Centro Universitário Autônomo do Brasil

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Sociedade da informação, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da UNIBRASIL como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito, das Faculdades Integradas do Brasil - UNIBRASIL.

28. WACHOWICZ, M.; BARBOSA, D.B.; Pilati, J. I.; WINTER, Luis Alexandre Carta

Participação em banca de Francisco Viegas Neves da Silva. **Os tratados de livre comércio e o acordo trips: uma análise da proteção patentária na área farmacêutica**, 2009

(Direito) Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito Internacional, Direito Internacional Privado

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português.

29. WACHOWICZ, M.; RI JUNIOR, Arno Dal; Ribeiro, M.C.P.; VECCHIO, H. P.

Participação em banca de Victor Emendörfer Neto. **A nacionalidade das corporações**, 2008

(Direito) Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Direito Internacional Privado, Direito Comercial, Propriedade Intelectual, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

30. WACHOWICZ, M.; COLAÇO, T.L.; ANNONI, Danielle

Participação em banca de Lindinalva Messias do Nascimento Chaves. **A questão dos Refugiados nas Relações Internacionais - O caso colombiano**, 2008

(Direito) Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Direito de Asilo, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

31. WACHOWICZ, M.; PIMENTEL, Luiz Otávio; BUGALLO, Beatriz

Participação em banca de Micele Copetti. **Direito de Marcas Afinidade como exceção ao princípio da especialidade**, 2008

(Direito) Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Marcário, Direito Internacional Privado

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

32. WACHOWICZ, M.; FURTADO, E.T.; MATIAS, J.L.N.

Participação em banca de Afonso de Paula Pinheiro Rocha. **Propriedade Intelectual e suas implicações constitucionais**, 2008

(Curso de Mestrado em Direito) Universidade Federal do Ceará

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito Informático, Propriedade Intelectual, Direito da Propriedade Intelectual, direito

Áreas do conhecimento: *Direito Autoral, Direito da Informática, Propriedade Intelectual*
Referências adicionais: *Brasil/Português.*

33. WACHOWICZ, M.; PIMENTEL, Luiz Otávio; Coral, E.
Participação em banca de Milene Dantas Cavalcante. **A patenteabilidade das invenções que envolvem programas de computador nos Estados Unidos, União Européia e Brasil**, 2007

(Centro de Pós-Graduação em Direito - CPGD) Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: *Propriedade Intelectual, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteg, Direito de Informática, Direito Informático*

Áreas do conhecimento: *Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

34. WACHOWICZ, M.; MEZZAROBBA, Orides; PIMENTEL, Luiz Otávio

Participação em banca de Bruna de S. Cavalcante. **A origem do contrato e o dirigismo contratual.**, 2006
(Direito) Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: *contrato, dirigismo contratual*

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

35. WACHOWICZ, M.; PIMENTEL, Luiz Otávio; BASSO, M

Participação em banca de Mônica Steffen Guise. **Comércio Internacional, Patentes e Saúde Pública**, 2006
(Direito) Universidade Federal de Santa Catarina

Áreas do conhecimento: *Direito Industrial, Propriedade Intelectual, Direito Internacional*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

36. WACHOWICZ, M.; RODRIGUES, Hugo Thami

Participação em banca de Rafael Höher. **As Cooperativas de Consumo e o adequado tratamento tributário: a busca de uma leitura constitucional a partir do pensamento de J.J. Gomes Canotilho**, 2005
(Direito) Universidade de Santa Cruz do Sul

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

37. WACHOWICZ, M.; ROSA, Luis Fernando Franceschini da; RI JUNIOR, Arno Dal

Participação em banca de Paula Christine Schlee. **Os Padrões de Tratamento do Investimento Estrangeiro**, 2005
(Direito) Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: *Direito Internacional Privado*

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

Doutorado

1. **WACHOWICZ, M.**; COSTA, José Augusto Fontoura; ANTONIALLI, D. M.; GUISE, M. S.; GARCIA, R. S.; SILVA JUNIOR, R. L.

Participação em banca de Ramon Alberto dos. Santos. **O acesso a conteúdos digitais disponíveis na Internet apenas em outros países: uma análise jurídica a partir da oferta e uso de serviços de VPN individual.**, 2023

Faculdade de Direito da USP

Palavras-chave: *direito, Direito Autoral, Direito Digital*

Áreas do conhecimento: *Direito, Direito Autoral, Direito Digital*

Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

Viagens internacionais possibilitam o acesso a conhecimento e informações disponíveis no local para o qual se viaja fisicamente. No entanto, ao se tentar fazer o mesmo através da Internet, por meio de serviços como os de Virtual Private Networks (VPNs), ou redes privadas virtuais, a licitude dessa conduta (quando possível tecnicamente) é incerta. O presente trabalho busca avaliar, no direito internacional e no ordenamento jurídico brasileiro, existe um direito humano fundamental de acesso a conteúdo disponível na Internet apenas em países que não o Brasil através do uso de serviços de VPN individual, bem como se a oferta e o uso desses serviços deveria ser regulada neste cenário. Este questionamento não faria sentido no início da Internet comercial, quando o conteúdo acessível através da Internet não se manifestava de forma diferente a depender de fronteiras territoriais. Atualmente, no entanto, a informação disponível através da Internet pode variar de acordo com as fronteiras geográficas dos países, seja por estipulações privadas (e.g., em decorrência de contratos de licenciamento de direitos autorais), seja por restrições e/ou regulações de determinado Estado impostas a provedores de aplicação e conexão de Internet que atuam como intermediários entre o usuário e o acesso à informação. Este debate tornou-se ainda mais relevante diante das restrições a viagens internacionais decorrentes da pandemia do COVID-19, que levou à constatação de que, mesmo com os avanços tecnológicos trazidos pela Internet, no que tange à conectividade e às possibilidades de exercer as atividades do dia-a-dia remotamente, o acesso a informações digitais disponíveis em outros territórios através da Internet via serviços de VPN individual, apesar de tecnicamente viável, gera questionamentos acerca de sua licitude, o que acarreta insegurança

àqueles que buscam o acesso à informação. A hipótese central deste trabalho é a de que o direito ao acesso à informação disponív

2. WACHOWICZ, MARCOS; Ribeiro, M.C.P.; COSTA, José Augusto Fontoura; WINTER, Luis Alexandre Carta; RAMOS, A. C.

Participação em banca de Michele Alessandra Hastreiter. **O Direito Internacional Privado e a Regulação da Internet, 2023**

Centro de Estudos Jurídicos da Pós-Graduação da UFPR

Palavras-chave: direito, Direito Internacional, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Internacional, Direito Autoral

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

3. WACHOWICZ, MARCOS; FERREIRA, S. M. S. P.; ALBAGLI, S.; SOUZA, A. R.; GALINDO, D. C. G.; ORTELLADO, P.

Participação em banca de Walter Eler do Couto. **Comunicação científica e direitos autorais: o acesso aberto e o avanço da pirataria, 2022**

(Artes) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Nos últimos anos, avançou entre a comunidade científica internacional o uso de sites de pirataria como forma de acesso ao conhecimento. A popularização da pirataria das obras científicas desestabilizou o sistema de comunicação da ciência, que produziu controvérsias. Este sistema, dominado pelo oligopólio de poucas editoras comerciais e pela atividade intensa de ativistas defensores do acesso aberto, precisou lidar com o compartilhamento massivo de arquivos, algo que outras indústrias de conteúdo já haviam experimentado, mas não a indústria da comunicação científica. Esta pesquisa é uma Cartografia de Controvérsias sobre a pirataria de obras científicas, que tem por objetivo descrever de maneira panorâmica os principais acontecimentos registrados no debate público. Para isso, foram usados Métodos Digitais, de base qualitativa, para pesquisar, registrar e descrever os principais atores da controvérsia, seus posicionamentos e os desdobramentos de suas ações. A controvérsia em questão foi debatida principalmente em tribunais, por meio de litígios na justiça, e em ambientes virtuais, por meio de debate em fóruns híbridos online. Durante a descrição dos acontecimentos, foi identificado que um dos temas centrais da controvérsia foi o direito autoral. Em contraste com o movimento do acesso aberto, que se baseou exclusivamente nas licenças públicas como estratégia de ação (algo que inibiu o debate sobre os direitos autorais), os movimentos de pirataria incitaram controvérsias sobre as teorias dos direitos autorais e sobre a reforma da legislação. Com base nesses achados, aprofundou-se a pesquisa teórica e histórica como forma de identificar as bases para a impressão amplamente compartilhada, mas raramente demonstrada sistematicamente, de que os direitos autorais não se adaptam bem ao campo científico. Para isso, estudou-se a origem da inserção das obras científicas no rol das obras protegidas pelos direitos autorais, a teoria de assimilação da obra científica

4. WACHOWICZ, MARCOS; CHINELLATO, S. J. A.; MORATO, A. C.; GODOY, C. L. B.; BARBOSA, P. M. N.; DELBOUX, S. M.

Participação em banca de Maurício Joseph Abadi. **Impacto das novas tecnologias no direito da comunicação social, 2021**

Faculdade de Direito da USP

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

O presente estudo é uma provocação à reflexão sobre os novos desafios apresentados durante as últimas décadas ao aplicador do Direito no âmbito da comunicação social. Recentemente, tecnologias comunicativas e uma nova dinâmica na produção, na distribuição, no consumo e no arquivamento de informações majorou a complexidade da atividade de dirimir os conflitos estabelecidos entre os que exercem a liberdade de informação e aqueles que têm seus direitos da personalidade violados em virtude das práticas comunicativas. A partir de um breve histórico da comunicação — dos precursores da mídia impressa até as mais recentes tecnologias da sociedade em rede —, contextualizou-se o cenário contemporâneo em que são travados esses litígios, hoje revestidos por contornos mais sinuosos. Novas questões relacionadas a conflitos desenvolvidos no domínio da comunicação social são apresentadas para introduzir o debate da edição de cláusulas gerais como alternativa voltada a majorar a permeabilidade do sistema, bem como a adoção de um modelo de autorregulação do setor, capaz de acompanhar a cada vez mais célere evolução das relações das tecnologias nas atividades atinentes à comunicação social. *Palavras-chave:* Direito Civil. Comunicação Social. Sociedade em Rede.

5. WACHOWICZ, MARCOS; SILVEIRA, Newton; MORATO, A. C.; PELA, J.; SOUZA, A. R.

Participação em banca de Rebeca dos Santos Garcia. **Plágio no Direito Autoral brasileiro: Apropriação e violação entre a transformação criativa e a supressão de autoria, 2021**

Faculdade de Direito da USP

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Plágio, Plágio Acadêmico, Direito Digital, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: **PLÁGIO NO DIREITO AUTORMAL BRASILEIRO: Apropriação e violação entre a transformação criativa e a supressão de autoria**

Esta tese pretende estabelecer o quadro jurídico aplicável ao plágio como violação a direito de autor no direito brasileiro, com apoio em ampla pesquisa de jurisprudência brasileira e de literatura jurídica, bem como multidisciplinar, do Brasil e de outros países (especialmente dos Estados Unidos e da União Europeia). Para traçar esse quadro, objetivamos responder a algumas questões básicas: que é plágio? Quais seus traços característicos? Trata-se de questão jurídica, e com estatuto jurídica própria? Depois de

responder a essas questões, oferecemos uma proposta de delimitação conceitual inicial, a ganhar densidade nos casos concretamente considerados, a partir de parâmetros de análise que buscamos identificar e sistematizar nesta tese. Fizemos esse esforço, desde o início, por meio de uma abordagem historicizada e funcionalizada do direito de autor e de noções que estão em sua base, como originalidade e autoria, especialmente no contexto de uma sociedade cada vez mais digitalizada. Nesse quadro, determinamos que o plágio se caracteriza pela apropriação relevante e desleal (dissimulada) de criação intelectual alheia, com supressão de autoria ou fraude autoral. Nesse sentido, o plágio é uma questão de autoria, de supressão de autoria com (dis)simulação de originalidade. Mas não implica, propriamente, a usurpação da paternidade ou da própria autoria da(s) obra(s) utilizada(s). A usurpação é, efetivamente, da obra preexistente indevidamente utilizada. O plágio, assim, é tipo específico de violação a direito de autor, no limiar da transformação criativa (e de figuras de fronteira como a contrafação e a concorrência desleal). O limite entre a apropriação legítima (transformação criativa) e a violação não é estático e dependerá de análise criteriosa, para a qual sugerimos parâmetros interpretativos. Por fim, apresentamos as sanções aplicáveis uma vez identificado o plágio – as quais devem se concentrar na esfera civil. Palavras-chave: Direito autoral. Violação a dir

6. WACHOWICZ, MARCOS; WINTER, L. A. C.; AGUSTINHO, E. O.; BLANCHET, L. A.; BOTELHO, M. M.
Participação em banca de Marcos da Cunha e Souza. Refutação da dupla incidência de Direitos da Propriedade Intelectual sobre cultivares transgênicos frente o compromisso brasileiro no Acordo TRIPS, 2021

(Programa de Pós-Graduação em Direito PUCPR) Pontícia Universidade Católica do Paraná

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Cultivares

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

ATA Nº107/2020 DA DEFESA PÚBLICA DE TESE DO ALUNO MARCOS DACUNHA E SOUZA Aos vinte e seis dias do mês fevereiro de dois mil e vinte e um, às 14:00 horas, tendo em vista o Estado de Emergência decretado em razão da pandemia do COVID 19, reuniu-se remotamente com a utilização de aplicativo (ZOOM) que permite a inteiração de todos em tempo real, a banca examinadora constituída pelos professores Dr. Luís Alexandre Carta Winter (orientador e presidente), Dr. Eduardo Oliveira Agostinho (PUCPR), Dr. Luiz Alberto Blanchet (PUCPR), Dr. Marcos Wachowicz (UFPR) e Dr. Martinho Martins Botelho (UNINTER) para examinar o trabalho do aluno MARCOS DA CUNHA E SOUZA, ingressante no programa de Pós-Graduação em Direito – Doutorado

7. FUCK, M. P.; CARVALHO, S. M. P.; WACHOWICZ, MARCOS; ALVAREZ, V. M. P.; PEREIRA, A. E.
Participação em banca de Yohanna Vieira Juk. Tramitação de Alternativas da Lei de Proteção de Cultivares no Brasil, 2019

(Programa de Pós-Graduação Políticas Públicas UFPR) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Cultivares

Áreas do conhecimento: Direito, Administração

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

8. COSTA, José Augusto Fontoura; WACHOWICZ, MARCOS; SILVEIRA, Newton; MORATO, A. C.; SOUZA, A. R.

Participação em banca de Guilherme Coutinho Silva. Gestão Coletiva e Remuneração do Autor: novas perspectivas, 2018

(Direito Internacional) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: gestão coletiva de direitos autorais, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito Autoral

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

9. WACHOWICZ, M.; CUNHA FILHO, F. H.; BANDEIRA, M. G.; LIMA, T.

Participação em banca de Eduardo Ferreira Gomes.. Vedação à Cessão de Direitos Autorais: uma abordagem constitucional e culturalista, 2018

(Direito) Universidade Federal da Bahia

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual, direitos culturais, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

banca de doutorado de Eduardo José dos Santos de Ferreira Gomes, do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal da Bahia. A tese em questão deverá ser defendida no mês de abril, sob o título "Vedação à Cessão de Direitos Autorais: uma abordagem constitucional e culturalista".

10. WACHOWICZ, MARCOS; COSTA, José Augusto Fontoura; SASS, L. B.; STAUT JR, S.; BARBOSA, P. M. N.; BAGGENSTOSS, G. A.

Participação em banca de Heloisa Gomes Medeiros. A sobreposição de direitos de propriedade intelectual no software: coexistência entre direito de autor e patente na Sociedade Informacional, 2017

(Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD) Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Software, direitos autorais, Direito e Tecnologia

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Presidente da Banca de avaliação da tese de Doutorado intitulada "a sobreposição de direitos de propriedade intelectual no software: coexistência entre direito de autor e patente na Sociedade Informacional, da aluna Heloisa Gomes Medeiros, do PPGD da UFSC. PORTARIA 76/PPGD/2017, em 22 março de 2017.

11. WACHOWICZ, MARCOS; MEDEIROS, H. G.; SASS, L. B.; CUNHA FILHO, F. H.; OLIVEIRA, D. B.; DANTAS, F. A. C.; BAHIA, C. M.

Participação em banca de Rodrigo Vieira Costa. **O Registro do Patrimônio Cultural Imaterial como Mecanismo de reconhecimento de Direitos Intelectuais Coletivos de povos e comunidades tradicionais.**, 2017

(Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD) Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Direito Internacional, diversidade cultural, direitos culturais, Direitos Fundamentais

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. Home page:

http://gedai.com.br/?q=pt-br/content/registro-e-reconhecimento-de-direitos-intelectuais-coletivos-de-povos-e-comunidades

A tese desenvolvida pelo pesquisador RODRIGO VIEIRA COSTA intitulada "O REGISTRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL COMO MECANISMO DE RECONHECIMENTO DE DIREITOS INTELECTUAIS COLETIVOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS" foi aprovada com distinção e louvor e recomendada para publicação, a pesquisa desenvolvida dentro do Grupo de Pesquisa de Direito Autoral e Industrial – GEDAI. Trata-se sem dúvida de uma pesquisa inovadora a qual conjuga as áreas dos Direitos Culturais e da Propriedade Intelectual, enfrentando questões extremamente complexas sobre o registro e reconhecimento dos Direitos Intelectuais Coletivos de povos e Comunidades Tradicionais. A Rodrigo Vieira Costas analisa que a partir do entendimento de que a Constituição Federal conferiu às coletividades (povos indígenas, grupos étnicos-raciais e comunidades tradicionais) o status jurídico de sujeitos de direitos coletivos sobre seu próprio patrimônio cultural imaterial, bastando que os bens fossem portadores de referência cultural da identidade, memória e ação desses grupos. Assim é que a emergência do patrimônio cultural imaterial de natureza viva, processual, dinâmica, mutável, fez com que, no âmbito federal, houvesse a criação do mecanismo de salvaguarda de bens culturais imateriais, denominado Registro, regulamentado pelo Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, e do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI. Com o mecanismo e as ações e políticas de salvaguarda, veio à tona a expectativa de detentores de expressões e conhecimentos tradicionais do reconhecimento de direitos coletivos, mormente direitos intelectuais sobre seus bens culturais imateriais registrados, o que resta evidenciado no surgimento de conflitos entre esses sujeitos e terceiros estranhos à transmissibilidade, continuidade, produção e reprodução cultural desse patrimônio que se apropriam indevidamente de formas de expressão e modos de saber-fazer sem sua autorização ou participação, requerendo assim atuação do IPHAN para me

12. WACHOWICZ, MARCOS; Ribeiro, M.C.P.; OLIVEIRA, F. C.; GONCALVES, O. O.

Participação em banca de Dennis José Almanza Torres. **Bases para una nueva teoria general para el derecho comercial**, 2016

(Programa de Pós-Graduação em Direito PPGD/UFPR) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Comercial, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Comercial, Direito Industrial

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

CERTIDÃO N. 38/2016-PPGD professor Marcos integrou a banca examinadora da tese de doutorado realizada em 04 de março de 2016

13. WACHOWICZ, MARCOS; COSTA, José Augusto Fontoura; Portanova, R.S.; LEITE, J. R. M.; BAHIA, C. M.; MOREIRA, E. C. P.

Participação em banca de Liz Beatriz Sass. **Da (não) justificativa do uso dos Direitos de Propriedade Intelectual para a apropriação da biodiversidade: a sustentabilidade como limite.**, 2016

(Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD) Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Biodiversidade, Direito da Propriedade Intelectual, Propriedade Intelectual, direito e desenvolvimento, Sociedade da informação, Direito Ambiental

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

O prof. Marcos Wachowicz foi presidente da banca de defesa da tese de doutorado intitulada "Da (não) justificativa do uso dos Direitos de Propriedade Intelectual para a apropriação da biodiversidade; a sustentabilidade como limite", devendida no PPGD/UFSC pela doutoranda Liz Beatriz Sass, no dia 25 de fevereiro de 2016.

14. WACHOWICZ, MARCOS; REIS, J. R.; BITENCOURT, C. M.; ADOLFO, Luiz Gonzaga Silva; DIAS, F. V.

Participação em banca de Iuri Bolesina. **Direito à Extimidade e a sua tutela por uma autoridade local de Proteção de dados pessoais**, 2016

(Direito) Universidade de Santa Cruz do Sul

Palavras-chave: Direito Constitucional, Direito da Informática, direito de acesso a informação, Direito e Tecnologia, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, DIREITO DA INFORMÁTICA, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

15. FUENTES, J. M.; PERES, J. I. R.; WACHOWICZ, M.

Participação em banca de José Juan Castelló Pastor. **Motores de búsqueda y derechos de autor:**

infracción y responsabilidad, 2015

(Doutorado em Direito) Universitat de València

Palavras-chave: Direito Autoral e Proteção do conhecimento (protec, Direito Comercial, Direito de Informática, Propriedade Intelectual, Direito Internacional, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Internacional

Referências adicionais: Brasil/Espanhol. . Home page: www.uv.es/dret

Tese de doutorado sobre os buscadores de conteúdo na internet e Direitos de Autor, realizada na Universidade de Valência-Espanha, em 6 de fevereiro de 2015.

16. WACHOWICZ, M.; ADOLFO, Luiz Gonzaga Silva; SILVA, F. D. L. L.; OLIVEIRA, R. T.

Participação em banca de Victor Gameiro Drummond. **Do círculo Hermeneutico ao Círculo Criativo - (As novas) Perspectivas Filosóficas do Direito de Autor**, 2014

(Direito) Universidade Estácio de Sá

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Tese apresentada por Victor G. Drummond sob o título do Círculo Hermenêutico ao Círculo Criativo - (As novas) Perspectivas Filosóficas do Direito de Autor, defendida em 9 de junho de 2014, no PPGD da Universidade Estácio de Sá - Rio de Janeiro

17. WACHOWICZ, M.; COELHO, Fábio Ulhoa; SILVEIRA, Newton; GRAU, Eros Roberto

Participação em banca de Simone Lahorgue Nunes. **Direito autoral, direito antitruste e princípios constitucionais correlatos**, 2010

(Direito) Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito Internacional Privado, Direito Comercial

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português.

18. VERONESE, J.R.P.V.; WACHOWICZ, M.; COSTA, M. M. M.; Dias, M da G. dos; SOUZA, M. P.

Participação em banca de Rosane Leal da Silva. **A proteção integral dos adolescentes internautas: limites e possibilidades em face dos riscos no ciberespaço**, 2009

(Centro de Pós-Graduação em Direito - CPGD) Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: direito, Direito da Informática, Sociedade da informação, Direito Autoral, Educação, Direito Educacional, qualidade educacional

Áreas do conhecimento: Direito, Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

19. WACHOWICZ, M.; BATHAZAR, Ubaldo Cesar; ZAVARIZE, Indio Jorge; ANDRADE, Vera Regina Pereira de; SANTOS, Juarez Cirino dos

Participação em banca de Marcia Aguiar Arend. **O Controle Penal da Ordem Tributária no Brasil: o uso do Direito Penal para a impunidade da sonegação fiscal.**, 2006

(Direito) Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Direito Penal, Direito Tributário, Direito Constitucional, Criminologia

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

Defesa Pública ocorreu em 13/03/2006, nas dependências da UFSC, às 15:30hs.

20. PIMENTEL, Luiz Otávio; BARRAL, Welber; SILVA, A.L da; TONIETTO, Jorge; BOFF, S.O.; **WACHOWICZ, M.**

Participação em banca de Liliana Locatelli. **O Reconhecimento e a Proteção Jurídica das Indicações Geográficas como Instrumento de Desenvolvimento Econômico no Brasil.**, 2006

(Direito) Universidade Federal de Santa Catarina

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Industrial, Direito Internacional

Referências adicionais: Brasil/Português.

Exame de qualificação de doutorado

1. **WACHOWICZ, MARCOS**; Ribeiro, M.C.P.; WINTER, Luis Alexandre Carta; COSTA, José Augusto Fontoura

Participação em banca de Michele Alessandra Hastreiter. **Internet e Jurisdição: reestabelecendo a conexão perdida entre o Direito Internacional Público e o Direito Internacional Privado**, 2022

Centro de Estudos Jurídicos da da Pós-Graduação da UFPR

Palavras-chave: direito, Direito Internacioal, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Internacional, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

2. **WACHOWICZ, MARCOS**; BRANCO, S.; BOFF, S. O.; ENGELMANN, W.

Participação em banca de Fernanda Borghetti Cantali. **NFT, Direito Autoral e Mercado de Arte: A tokenização da arte como meio de superação de fragilidades do Direito Autoral e o copyright by design como exigência mínima para a inovação de significado no mercado de arte**, 2021

(Direito) Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito Digital, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

ATESTO, para os devidos fins, conforme consta nos assentamentos da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, que Fernanda Borghetti Cantali, aluna do curso de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito - Área de Concentração: Direito Público - nível Pós-Graduação Estrito Sensu, realizou, em sessão pública, a defesa da Qualificação do Projeto de Tese intitulada "NFT, DIREITO AUTORALE MERCADO DE ARTE: A tokenização da arte como meio de superação de fragilidades do Direito Autoral e o copyright by design como exigência mínima para a inovação de significado no mercado de arte", sob orientação do Prof. Wilson Engelmann, defendida no dia 14 de dezembro de 2021. ATESTO, ainda, que a banca avaliadora foi constituída por: - Profa. Salete Oro Boff- Profa. Marcos Wachowicz- Prof. Sérgio Vieira Branco Júnior São Leopoldo, 20 de dezembro de 2021.

3. **WACHOWICZ, MARCOS**; FREITAS, L. C.; SHIMA, W.

Participação em banca de Mara Angelita Nestor Ferreira. **O Futuro da Banda Larga no Brasil: Perspectivas e desafios**, 2021

Centro de Estudos Jurídicos da Pós-Graduação da UFPR

Palavras-chave: direito, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: MARA ANGELITA NESTOR FERREIRA

4. **WACHOWICZ, MARCOS**; GIBRAN, S. M.; TOMIO, F. R. L.

Participação em banca de Emerson Luis Dal Pozzo. **Função Social da Empresa: entre a constituição e a realidade**, 2017

(Programa de Pós-Graduação em Direito PPGD/UFPR) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Comercial, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Comercial, Direito Industrial

Referências adicionais: Brasil/Português.

Marcos Wachowicz na qualidade Presidente, da composição da Banca de Qualificação de tese do Doutorando Emerson Luis Dal Pozzo intitulada "FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA: ENTRE A CONSTITUIÇÃO E A REALIDADE", que se realizou no dia 20 de abril de 2017, às 13h30, nas dependências do Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR (Faculdade de Direito, 3.º andar). A Banca foi composta também pelo Professor Doutor Sandro Mansur Gibran (UNICURITIBA) e Professor Doutor Fabricio Ricardo de Limas Tomio (UFPR), respectivos Membros.

5. **WACHOWICZ, MARCOS**; MEDEIROS, H. G.; CUNHA FILHO, F. H.; SASS, L. B.; OLIVEIRA, D. B.; DANTAS, F. A. C.; SILVA, F. A. B.

Participação em banca de Rodrigo Vieira Costa. **O Registro do Patrimônio Cultural Imaterial como mecanismo de reconhecimento de Direitos Intelectuais Coletivos de Povos e Comunidades Tradicionais.**, 2017

(Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD) Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Biodiversidade, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Direito Internacional, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direitos culturais, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

6. **WACHOWICZ, M.**; OLIVEIRA, F. C.; NALIN, P. R. R.

Participação em banca de Dennis Jose Almanza Torres. **A (des)codificação do Direito Privado e a Dinâmica do Direito Empresarial contemporâneo**, 2015

(Programa de Pós-Graduação em Direito PPGD/UFPR) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Comercial, Direito Internacional Privado, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito Comercial, Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Espanhol.

Certidão n. 363/2015 - PPGD/UFPR - Certifico que o Prof. Dr. Marcos Wachowicz integrou, na qualidade de Presidente a Banca de Qualificação de tese de doutorado intitulada "A (des)condificação do Direito Privado e a dinâmica do Direito Empresarial contemporâneo", realizada no dia 14 de setembro de 2015, às 9h30mim, no PPGD da UFPR.

7. **WACHOWICZ, M.**; Ribeiro, M.C.P.; WINTER, Luis Alexandre Carta; VECCHIO, H. P.

Participação em banca de Heloisa Gomes Medeiros. **Propriedade Intelectual e novas Tecnologias de Informação (TICs): sobreposição de direitos na sociedade informacional**, 2014

(Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD) Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Revolução da Tecnologia da Informação, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação
Referências adicionais: Brasil/Português.

8. WACHOWICZ, M.; Wolkmer, A.C.; Pilati, J. I.; BAHIA, C. M.
Participação em banca de Rodrigo Vieira Costa. **Tutela jurídica dos Direitos Intelectuais coletivos e comunidades tradicionais: intersecções entre propriedade intelectual e patrimônio imaterial**, 2014

(Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD) Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Direito Autoral, diversidade cultural, direitos culturais, Propriedade Intelectual, Biodiversidade

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direitos culturais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Banca de Qualificação de doutorado de Rodrigo Vieira Costa, do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC, defesa realizada em 17/10/2014.

9. WACHOWICZ, M.; LEITE, J. R. M.

Participação em banca de Liz Beatriz Sass. **A tutela da biodiversidade a partir de uma análise crítica da relação entre o Direito e Economia: interfaces entre a Propriedade Intelectual e o Direito Ambiental**, 2013

(Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD) Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

Presidente da banca de avaliação da Defesa de Projeto de Tese da orientanda Liz Beatriz Sass do PPGD/UFSC, realizada no dia 12/julho/2013, na UFSC

10. WACHOWICZ, M.; BARRAL, Welber; PIMENTEL, Luiz Otávio; LOIS, C.C.; STERSI DOS SANTOS, Ricardo S.

Participação em banca de Adriana dos Santos Silva. **As influências da Arbitragem para a Promoção do Desenvolvimento como Liberdade no Brasil**, 2007

(Centro de Pós-Graduação em Direito - CPGD) Universidade Federal de Santa Catarina

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

11. WACHOWICZ, M.; ROVER, A.J.; MEZZARROBA, Orides

Participação em banca de José Renato Gaziero Cella. **Controle das Decisões Jurídicas pela Técnica do Auto-Precedente: Lógica Dêontica Paraconsistente Aplicada em Sistemas Especialistas Legais**, 2006

(Centro de Pós-Graduação em Direito - CPGD) Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Direito da Informática, informática, Programa de Computador

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

Graduação

1. WACHOWICZ, MARCOS; STAUT JUNIOR, S. S.

Participação em banca de Rodrigo José Serbena Glasmeyer. **Vigilância e Privacidade: as contribuições possíveis da área dos Surveillance Studies à proteção jurídica da privacidade**, 2023

(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito, Direito Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Digital

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

O direito à privacidade deve passar por constante atualização e revisão para acompanhar desenvolvimentos tecnológicos e organizacionais nos diferentes paradigmas de nossa sociedade. Novas concepções e interpretações acerca das relações entre as tecnologias e a privacidade surgiram com o desenvolvimento e crescimento da área acadêmica dos Surveillance Studies nas últimas três décadas. O presente artigo parte de uma revisão bibliográfica dos estudos jurídicos sobre o direito à privacidade e sobre os paradigmas pós-panóticos dos estudos sobre vigilância em uma pesquisa exploratória que tem como resultado a identificação de críticas à concepção clássica individualista do direito à privacidade. Identificamos como a introdução de conceitos dinâmicos acerca da privacidade como bem social e como ferramenta de construção de subjetividade e identidade socialmente construída podem agregar à proteção jurídica deste direito. Palavras-Chave: Direito à Privacidade. Surveillance Studies. Proteção de Dados Pessoais. Vigilância. Interdisciplinaridade.

2. REUSING, Luciana; GONCALVES, L. R.; WACHOWICZ, MARCOS

Participação em banca de LIN CRISTINA TUNG PANEK. **LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS No 13.709/2018: UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ASPECTOS E DO CONCEITO PRIVACIDADE NA SOCIEDADE INFORMACIONAL**, 2019

(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: proteção de dados, Lei Geral de Proteção de Dados

Áreas do conhecimento: Direito, DIREITO DA INFORMÁTICA, Direitos Especiais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

BANCAS DE DEFESA DA MONOGRAFIA FINAL - Homologação das Bancas de Defesa - Universidade Federal do Paraná - FACULDADE DE DIREITO

3. REUSING, Luciana; GONCALVES, L. R.; WACHOWICZ, MARCOS

Participação em banca de NATANAEL XAVIER DE FRANÇA FILHO. **Universalização do direito de acesso à internet e a efetividade do programa Brasil Inteligente ante a concentração regional da oferta de acesso**, 2019

(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito, Propriedade Intelectual, Internet

Áreas do conhecimento: Direito, DIREITO DA INFORMÁTICA, Direito Autoral

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Universidade Federal do Paraná - FACULDADE DE DIREITO - BANCAS DE DEFESA DA MONOGRAFIA FINAL - Homologação das Bancas de Defesa

4. WACHOWICZ, MARCOS; MANEVY, A.

Participação em banca de Emmanuelli Soares Padilha. **Análise dos principais contratos audiovisuais que envolvem questões de Direito Autoral elaborados pela APRO e SEBRAE aprovados pela ANCINE**, 2018

(Cinema) Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Cinema no Curso de Graduação em Cinema pela UFSC. Orientada pelo professor Alfredo Manevy.

5. WACHOWICZ, M.; SOUZA, A. P.; ROBL FILHO, I. N.

Participação em banca de THIAGO RODRIGUES SILVA. **Sistema Financeiro e Criptomoedas: Análise do potencial e das inovações jurídicas permi das pelo Bitcoin e sua Blockchain**, 2017

(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito, Tecnologia da Informação, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

o Professor MARCOS WACHOWICZ participou das seguintes bancas de monografia no Curso de Direito do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná no ano 2017: Processo no 23075.039789/2018-58

6. WACHOWICZ, MARCOS; GIAMBERARDINO, A. R.; SERBENA, C. A.

Participação em banca de THIAGO RODOLFO TOSIN DE CRISTO. **WHATSAPP: USO COMO MEIO PROVA E CONTROVÉRSIA NO DIREITO BRASILEIRO**, 2017

(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito, Direito Informático, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

7. WACHOWICZ, MARCOS; PESSERL, Alexandre; SILVA, Rodrito Otávio Cruz e

Participação em banca de VICTOR ZAMPIERI. **Diluição de Marcas Notórias: a desvalorização e o enfraquecimento de seu caráter distintivo**, 2016

(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Direito Marcário, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Industrial, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

8. WACHOWICZ, MARCOS; PESSERL, Alexandre; SILVA, Rodrito Otávio Cruz e

Participação em banca de MATEOS KRUCHELSKI TSCHA. **A (i) legalidade do aplicativo UBER**, 2016

(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Comercial, Direito e Tecnologia, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, DIREITO DA INFORMÁTICA, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

9. WACHOWICZ, MARCOS; PESSERL, Alexandre; SILVA, Rodrito Otávio Cruz e

Participação em banca de THALES DEMARCHI DA SILVA. **Direito Autoral na Internet**, 2016

(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

10. **WACHOWICZ, MARCOS**; PESSERL, Alexandre; SILVA, Rodrito Otávio Cruz e
Participação em banca de ISADORA SCHUMACHER SCHLINDWEIN. **Harmonização de Leis sobre Comércio Eletrônico no MERCOSUL e na União Europeia, 2016**

(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacional, comércio eletrônico

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Internacional, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

11. **WACHOWICZ, MARCOS**; PESSERL, Alexandre; SILVA, Rodrito Otávio Cruz e
Participação em banca de GABRIEL MARTINS ZERAIK ABDALLA. **O novo marco da Biodiversidade e a Proteção do Conhecimento Tradicional Associado, 2016**

(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Biodiversidade, Direito da Propriedade Intelectual, direito e desenvolvimento

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Industrial

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

12. **WACHOWICZ, MARCOS**; PESSERL, Alexandre; SILVA, Rodrito Otávio Cruz e
Participação em banca de BIBIANA BISCAIA VIRTUOSO. **O STREAMING como execução pública e a Gestão Coletiva dos Direitos Autorais no Brasil, 2016**

(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito da Informática, gestão coletiva de direitos autorais, Streaming

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

13. GRUPENMACHER, B. T.; **WACHOWICZ, MARCOS**; VIEIRA, J. R.
Participação em banca de MATEUS DOMINGUES GRANER. **REGRA-MATRIZ de incidência do ICMS-MERCADORIA e a exploração econômica do SOFTWARE, 2016**

(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Direito Tributário, Software

Áreas do conhecimento: Direito, DIREITO DA INFORMÁTICA, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

14. **WACHOWICZ, MARCOS**; Ribeiro, M.C.P.; GIBRAN, S. M.
Participação em banca de RENATA ROSSI ASSMANN. **A proteção jurídica do trade dress e a concorrência desleal no Brasil, 2015**

(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Propriedade Intelectual, Direito de Empresa

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Comercial

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

15. **WACHOWICZ, MARCOS**; Ribeiro, M.C.P.; GIBRAN, S. M.
Participação em banca de JOÃO GUILHERME RACHE GERBAN. **Direito, economia e a marca: os fundamentos das marcas e seus efeitos no mercado, 2015**

(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Comercial, Direito Econômico, Direito Internacional, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Comercial, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

16. **WACHOWICZ, MARCOS**; WINTER, Luis Alexandre Carta; PEREIRA, L. F. L.
Participação em banca de ARTHUR SILVA DE PAULA. **O Conflito entre os direitos fundamentais constitucionais dos direitos autorais e o direito à cultura e o direito ao acesso à informação, 2015**

(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç, Direito Autoral, Direito Internacional, Direitos Fundamentais

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

17. **WACHOWICZ, MARCOS**; WINTER, Luis Alexandre Carta; PEREIRA, L. F. L.
Participação em banca de ALLYSSON FERNANDO GUINZANI SILVA. **O Mercosul e a Autonomia da Vontade nos Contratos Internacionais**, 2015
(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Contratos Mercantis, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacional Privado, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

18. Ribeiro, M.C.P.; **WACHOWICZ, MARCOS**; KOLLER, C. E.
Participação em banca de THAYS DE CARVALHO DA SILVA. **O Poder nas Sociedades Anônimas: conflitos entre acionistas**, 2015
Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito de Empresa, Direito Comercial

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

19. **WACHOWICZ, MARCOS**; WINTER, Luis Alexandre Carta; PEREIRA, L. F. L.
Participação em banca de STEPHANIE GRUSZKA VENDRUSCOLO. **O Regime da Propriedade Intelectual como Recurso de Poder nas Relações Internacionais**, 2015
(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Comercial, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Internacional, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

20. WACHOWICZ, M.; KANAYAMA, R. L.; FARACO, A. D.
Participação em banca de Fernanda Ferronato. **A neutralidade da rede na INTERNET: impactos concorrenciais e regulatórios**, 2014
(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito, Direito Concorrencial, Direito Econômico

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

21. WACHOWICZ, M.; Ribeiro, M.C.P.; ISFER, E.
Participação em banca de Brune Kel Luz Ribeiro. **Concorrência e Liberdade de Empresa**, 2014
(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Comercial, Direito Concorrencial

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

22. WACHOWICZ, M.; Ribeiro, M.C.P.; ISFER, E.
Participação em banca de Rafaella Krasinski Alves Pereira. **Direito das Minorias na Sociedade Anônima de Capital Aberto: Interesse social versus interesse privado**, 2014
(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Comercial, Direito Econômico, Direito Societário

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

23. WACHOWICZ, M.; Ribeiro, M.C.P.; ISFER, E.
Participação em banca de Caio Cesar de Camargo Quincozes. **Dissolução parcial nas sociedades anônimas fechadas pela saída de acionista**, 2014
(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Comercial, Direito Concorrencial

Áreas do conhecimento: Direito Comercial

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

24. WACHOWICZ, M.; Ribeiro, M.C.P.; ISFER, E.
Participação em banca de Guilherme Grando. **Intervenção Judicial nos Contratod Empresariais de longo prazo: uma análise a partir da Teoria Relacional**, 2014
(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Comercial, Direito Concorrencial, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: *Direito, Direito Comercial*
Referências adicionais: *Brasil/Português.*

25. WACHOWICZ, M.; MOREIRA, E. B.; KANAYAMA, R. L.; FARACO, A. D.
Participação em banca de Amanda Moreira Kraft. **O acordo de leniência como instrumento de defesa da concorrência no Brasil**, 2014

(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: *direito, Direito Concorrencial, Direito Econômico*

Áreas do conhecimento: *Direito*

Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

26. WACHOWICZ, M.; Ribeiro, M.C.P.; ISFER, E.

Participação em banca de Marcella Lima Fernandes. **O Caso do novo mercado da BM&F BOVESA: Aspectos Jurídicos e econômicos**, 2014

(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: *Direito Comercial*

Áreas do conhecimento: *Direito*

Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

27. WACHOWICZ, M.; Ribeiro, M.C.P.; TRINDADE, R.

Participação em banca de Ruy Figueiredo de Almeida Barros. **O Direito de Autor e o Acesso à Cultura: análise de alternativas para a conciliação de um conflito de Direito Fundamentais**, 2014

(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: *Direito Autoral, Propriedade Intelectual, direitos culturais*

Áreas do conhecimento: *Direito Autoral, Direitos culturais, Direito*

Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

28. WACHOWICZ, M.; Ribeiro, M.C.P.; TRINDADE, R.

Participação em banca de Antonio Luiz Costa Gouvêa. **O Sistema de Tutela do Programa de Computador como instrumento de defesa da livre concorrência e vetor à inovação**, 2014

(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: *Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Programa de Computador*

Áreas do conhecimento: *Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Direito*

Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

29. WACHOWICZ, M.; Ribeiro, M.C.P.; TRINDADE, R.

Participação em banca de Vitor Augusto Wagner Kist. **Retalização Cruzada em Propriedade Intelectual: uma alternativa aos países em desenvolvimento para a solução de disputas na organização mundial do comércio - OMC**, 2014

(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: *Sistema de Solução de Controvérsias, Propriedade Intelectual, Direito Comercial*

Áreas do conhecimento: *Direito, Propriedade Intelectual, Direito Internacional*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

30. WACHOWICZ, M.; Ribeiro, M.C.P.; MEDEIROS, H. G.

Participação em banca de Dimas Braz Gaspar. **Trade dress e concorrência desleal: os requisitos que autorizam a proteção do conjunto-imagem e a jurisprudência brasileira**, 2014

(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: *Direito Concorrencial, Propriedade Intelectual, Direito Industrial*

Áreas do conhecimento: *Propriedade Intelectual, Direito Concorrencial, Direito*

Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

31. WACHOWICZ, M.; Ribeiro, M.C.P.; ISFER, E.

Participação em banca de Cibelle Yumi Yamazaki. **A Função das Marcas: Análise de sua proteção e consequências na sociedade**, 2013

(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: *Propriedade Intelectual*

Áreas do conhecimento: *Direito Comercial*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

Banca de conclusão de Curso de Graduação realizada em 02 de dezembro de 2013 na UFPR.

32. WACHOWICZ, M.; Ribeiro, M.C.P.; ISFER, E.

Participação em banca de Pedro Eduardo de Lima Hilst. **Anticorrupção e Compliance**, 2013

(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

33. WACHOWICZ, M.; Ribeiro, M.C.P.; ISFER, E.

Participação em banca de Pedro Rafeahl Fernandes Lobato. **Direitos Autorais e Cibercultura: Compartilhamento de arquivos e crise do atual sistema de direitos autorais**, 2013

(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

Banca de conclusão de Curso de Graduação realizada em 02 de dezembro de 2013 na UFPR.

34. WACHOWICZ, M.; Ribeiro, M.C.P.; ISFER, E.

Participação em banca de Guilherme Bonato Campos Carames. **EIRELI: Aspectos Jurídicos e Econômicos**, 2013

(Direito) Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Comercial

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

35. WACHOWICZ, M.; MEZZAROBBA, Orides; VECCHIO, H. P.

Participação em banca de Vanessa Bloemer. **A Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica Frente ao artigo 28 do CDC.**, 2008

(Direito) Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Direito Comercial, Propriedade Intelectual, Direito do Consumidor, Código de Defesa do Consumidor

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português.

36. WACHOWICZ, M.; PIMENTEL, Luiz Otávio; Pilati, J. I.

Participação em banca de Bruno de Lucca Zanatta. **A presunção de dano em casos de uso indevido de marca**, 2007

(Direito) Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Industrial

Áreas do conhecimento: Direitos Especiais, Propriedade Intelectual, Direito Industrial

Referências adicionais: Brasil/Português.

37. WACHOWICZ, M.; Capella, Felipe L.; Martins, D.Z de C.

Participação em banca de Murilo Heron de Oliveira. **Direito Concorrencial e as Instituições Financeiras**, 2007

(Direito) Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Direito Comercial, Direito Concorrencial, Direito Econômico

Áreas do conhecimento: Direito Comercial, Direito Concorrencial, Direito Econômico

Referências adicionais: Brasil/Português.

38. WACHOWICZ, M.; Capella, Felipe L.; Martins, D.Z de C.

Participação em banca de Camilo Magnabosco. **Governança Corporativa e a proteção aos direitos do acionista minoritário nas sociedades anônimas**, 2007

(Direito) Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Direito Comercial, Direito Empresarial, Direito Societário, Sociedade Empresarial

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Comercial

Referências adicionais: Brasil/Português.

39. WACHOWICZ, M.; Capella, Felipe L.; VECCHIO, H. P.

Participação em banca de Giancarlo Bernardi Possamai. **A desconsideração da sociedade empresária à luz da jurisprudência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina**, 2006

(Direito) Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Direito Comercial, Direito Societário, Direito Concorrencial

Áreas do conhecimento: Direito Comercial, Direito Concorrencial

Referências adicionais: Brasil/Português.

40. WACHOWICZ, M.; ROVER, A.J.; OLIVO, L.C.C. de

Participação em banca de Leonardo Boell Pimentel. **A patenteabilidade do software conjugado com método de fazer negócio na internet**, 2006

(Direito) Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Programa de Computador, Propriedade Intelectual, Direito Autoral
Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral
Referências adicionais: Brasil/Português.

41. ROVER, A.J.; WACHOWICZ, M.; OLIVO, L.C.C. de
Participação em banca de Cassiano Darif Zago. **O peticionamento eletrônico e o renascimento do poder judiciário**, 2006

(Direito) Universidade Federal de Santa Catarina

Referências adicionais: Brasil/Português.

42. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de David Kaufer de Lima. **A aplicação do direito da concorrência na fusão internacional**, 2005

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito Internacional Privado, Direito de Concorrência, Direito Comercial, Direito de Empresa

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

43. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Paulo Roberto Azeredo. **A compra e venda por meio eletrônico e a proteção do consumidor na internet.**, 2005

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito Comercial, Direito do Consumidor, direito informático

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

44. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Aline Regina Walkoff. **A efetividade dos sistemas internacionais regionais de proteção aos direitos humanos**, 2005

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito Internacional, Direitos Humanos, Proteção dos Direitos Humanos

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

45. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Marcelo Pereira da Silva. **A função social da empresa na ordem econômica - interesses envolvidos**, 2005

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito Comercial, Direito Econômico, Direito de Empresa

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

46. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Ana Luiza Gonçalves Ribeiro. **A legitimidade da guerra no direito.**, 2005

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito Internacional, Legitimidade da guerra

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

47. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Claudia Maria Martins Cavalieri. **A medida cautelar de produção antecipada de provas**, 2005

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Processo civil, Medida Cautelar, Produção Antecipada de provas

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

48. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Guilherme Caoe Canello. **A prova emprestada no âmbito do processo civil à luz de sua eficácia e dos demais meios de prova legalmente previstos.**, 2005

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Processo civil, Prova emprestada

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

49. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Joana Paula de Andrade. **A tutela cautelar no âmbito dos recursos**

extraordinários latu sensu., 2005

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Processo civil, Recursos Cíveis, Recurso Extraordinário, Antecipação de Tutela

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

50. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Danielle Saad Tativer. **A validade e segurança jurídica do documento telemático à luz da certificação digital no Brasil., 2005**

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito Processual Civil

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

51. WACHOWICZ, M.; BROGINI, Gilvan; SALDANHA, Eduardo

Participação em banca de Vivian Cristina Heinrichs. **Análise do Direito Internacional sob a ótica da ONU, 2005**

(Relações Internacionais) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito Internacional, Organismos Internacionais

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

52. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Rúbio Rogério Madureira de Souza. **Biodiversidade e propriedade industrial., 2005**

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito Industrial, Biodiversidade, Direito Ambiental, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

53. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Marcos Roberto Andrade Stocco. **Certificação digital - a validade jurídica dos documentos eletrônicos e assinaturas digitais à luz do direito civil e processual civil brasileiro., 2005**

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Processo civil, Direito Civil, Prova documental

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

54. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Luciano Marcello Silva de Carvalho. **Crimes de informática: esboço histórico e aspectos penais e processuais penais relevantes., 2005**

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito da Informática, Processo Penal, Direito Penal

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

55. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Pedro Augusto Zaniolo. **Crimes Modernos, 2005**

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito Processual Penal

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

56. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Naiara Ricardo Soares. **Defesa de executado: análise comparativa entre execução de pré-executividade e embargos à execução., 2005**

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Processo civil, Execução, Embargos à Execução, Execução de Pré-executividade

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

57. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Cristina Abigail Ivankiw. **Direitos autorais nos programas de computador., 2005**

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito Autoral, Programa de Computador, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

58. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Hellyngton Kenji Sato. **Litigância de má-fé.**, 2005
(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Processo civil, Litigância de má-fé

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

59. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Agostinho Bruno Zibetti. **O descobrimento da busca e apreensão de bens essenciais à atividade empresária em contratos de alienação fiduciária em garantia.**, 2005
(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Processo civil, Ação de Busca e Apreensão, Contratos Mercantis, Alienação Fiduciária, Prisão Civil

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

60. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Bruna Pennachi Souza. **O direito de defesa e o processo de execução.**, 2005
(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Processo civil, Embargos à Execução, Direito de Defesa

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

61. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Fabiana Pimentel. **O direito eletrônico e os direitos praticados através da internet.**, 2005
(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: direito informático, Delitos Informáticos, Direito Penal, Processo Penal

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

62. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Carlos Alberto da Cunha Fraga.. **Os bens puramente imateriais como objeto da relação possessória: aquisição da posse originária pelo usuário posterior no âmbito da propriedade industrial.**, 2005
(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito Civil, Direito Possessório, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

63. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Dayane Maciane Gonçalves. **Os critérios sociais da continuidade do negócio na falência pelo Decreto - Lei n.76661/45.**, 2005
(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito Falimentar

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

64. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Vivian Amaro. **Propriedade Intelectual: a questão do software livre.**, 2005
(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Programa de Computador, Software Livre

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

65. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Thais E. Silva Maciel. **Questões críticas relativas aos serviços prestados pelos provedores de acesso à internet.**, 2005
(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Responsabilidade civil

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

66. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Alessandra A. C. Nottar. **Responsabilidade pessoal do chefe de estado burocrático pelas ações no plano internacional.**, 2005

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba
Palavras-chave: Direito Internacional, Responsabilidade pessoal
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas
Referências adicionais: Brasil/Português.

67. WACHOWICZ, M.; BROGINI, Gilvan; SALDANHA, Eduardo
Participação em banca de Maria Rita Ferreira Figueiredo. **Tratado Montego Bay (1982): A demarcação das duzentas milhas marítimas**, 2005

(Relações Internacionais) Faculdade de Direito Curitiba
Palavras-chave: Direito Internacional
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas
Referências adicionais: Brasil/Português.

68. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Fernando Ricco. **Voto eletrônico: a transparência do atual processo eleitoral brasileiro**, 2005

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba
Palavras-chave: direito informático, Direito Eleitoral, Processo Eleitoral Brasileiro
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas
Referências adicionais: Brasil/Português.

69. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Cláudia Mara Curi. **A violação dos direitos autorais e sua tutela penal na internet**, 2004

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba
Palavras-chave: Direito Processual Penal, Direito Autoral, direito informático
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas
Referências adicionais: Brasil/Português.

70. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Francine Hakim Leal. **Conhecimento tradicional associado: o índio brasileiro e a biopirataria**, 2004

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba
Palavras-chave: Direito Industrial, Biodireito
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas
Referências adicionais: Brasil/Português.

71. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Igor Floriani Knithoff. **Contrato eletrônico**, 2004

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba
Palavras-chave: Contratos Mercantis, direito informático
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas
Referências adicionais: Brasil/Português.

72. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de André Luiz Moro. **Contratos telemáticos: jurisdição e competência**, 2004

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba
Palavras-chave: Direito Processual Civil, Jurisdição, Competência
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas
Referências adicionais: Brasil/Português.

73. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Raquel Pereira de Campos. **Direito de marcas e o protocolo de madri**, 2004

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba
Palavras-chave: Direito Industrial, Direito Marcário, Direito Internacional
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas
Referências adicionais: Brasil/Português.

74. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Ana Carolina Molinar. **Os contratos eletrônicos à luz do Código de Defesa do Consumidor.**, 2004

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba
Palavras-chave: Contratos Mercantis, Direito do Consumidor
Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas
Referências adicionais: Brasil/Português.

75. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Rafael Pick. **Sociedade comercial entre cônjuge casado sob o regime de**

comunhão de bens e novo Código Civil., 2004

(Direito) Faculdade de Direito de Curitiba

Palavras-chave: Direito Civil, Sociedade Empresarial

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

76. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Claudia Francisca Silvano. **A aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor na análise de cláusulas abusivas nos contratos de locação residencial, 2003**

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito do Consumidor, Contratos

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

77. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Reinaldo de Almeida César Júnio. **A desconsideração da personalidade jurídica e o devido processo legal, 2003**

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Processo civil, Devido processo legal, Desconsideração da personalidade jurídica

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

78. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Silvia Tatiana Cherobim. **A manifestação da vontade nos contratos eletrônicos, 2003**

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Contratos, Direito Civil, direito informático

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

79. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Fabiano Vieira Monteiro. **A teoria da desconsideração da personalidade jurídica no Código de Defesa do Consumidor - aplicação do caput e do parágrafo quinto do artigo 28 do CDC., 2003**

(Direito) Faculdade de Direito de Curitiba

Palavras-chave: Direito do Consumidor, Desconsideração da personalidade jurídica

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

80. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Carine Rebelo. **Alguns aspectos sobre o know-how e sua transferência, 2003**

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito Industrial, Transferência de Tecnologia, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

81. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Edson Jacobucci. **Alienação fiduciária em garantia: aspectos relevantes invoações trazidas pela lei 8078/90 e lei 9514/97., 2003**

(Direito) Faculdade de Direito de Curitiba

Palavras-chave: Contratos Mercantis, Alienação Fiduciária, Processo civil

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

82. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Renata Benthien Bley. **Arbitragem nos contratos internacionais do comercio, 2003**

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Arbitragem, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

83. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Júlia Barreto Câmpelo. **Danos morais causados pelos meios de comunicação., 2003**

(Direito) Faculdade de Direito de Curitiba

Palavras-chave: Dano moral, Direito de Informação

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*
Referências adicionais: *Brasil/Português.*

84. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Ruy Barbosa Júnior. **Danos morais e a fixação do quantum decorrente de falhas nas atividades bancárias.**, 2003

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Dano moral, Processo civil

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

85. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Berenice da Aparecida. **Entrada de capital estrangeiro na forma de empresa no Brasil: regime jurídico.**, 2003

(Direito) Faculdade de Direito de Curitiba

Palavras-chave: Direito Internacional, Direito Econômico

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

86. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Eder Emerson da Cruz Caspellaro. **Juros nos contratos de financiamento bancário**, 2003

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito Comercial, Contratos bancários

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

87. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Marco Antônio Roesler Langer. **O contrato de locação em shopping center face a lei n.8245/91**, 2003

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Contratos Mercantis

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

88. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Fernando A. Maciel Welter. **O desnaturamento do contrato de leasing e seus efeitos**, 2003

(Direito) Faculdade de Direito de Curitiba

Palavras-chave: Contrato de leasing

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

89. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Dariane Marques Martinelli. **O direito de regresso no contrato de factoring**, 2003

(Direito) Faculdade de Direito de Curitiba

Palavras-chave: Processo civil, Direito Comercial

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

90. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Ana Paula Bonetti. **O Documento eletrônico como meio de prova segundo as disposições do Código de Processo Civil**, 2003

(Direito) Faculdade de Direito de Curitiba

Palavras-chave: Direito Processual Civil, Prova

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

91. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Luiza Helena Gonçalves. **O regime jurídico do desenho industrial**, 2003

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito Industrial

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

92. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Manuela de Carvalho Sanches. **Os direitos autorais e seu enquadramento na revolução tecnológica**, 2003

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

93. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Viviane Brandão A. Nascimento. **Quebra do sigilo bancário e a lei complementar n. 105/2001**, 2003

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito bancário

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

94. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Camila Braga Fernandes. **Responsabilidade civil do jornalismo brasileiro - o caso escola base**, 2003

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Responsabilidade civil, Direito de Informação

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

95. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Michele Luciane Gorges. **Responsabilidade civil no protesto de duplicata simulada**, 2003

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Responsabilidade civil, Protesto, Duplicada

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

96. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Marcos Valdinei Trentini. **A contribuição da certificação do sistema de gestão ambiental da norma NBR ISO 14001 frente a auditoria ambiental compulsória no Estado do Paraná, lei 13.448-02**, 2002

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito Civil, Direito Comercial, Direito Ambiental

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

97. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Thais Michelle Winkler Jung. **A natureza cautelar do pedido de alimentos**, 2002

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito Civil, Processo civil, Medida Cautelar, Pedido de Alimentos

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

98. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Marcus Vinícius Bittencourt. **A responsabilidade contratual do provedor de Internet**, 2002

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito Civil, Direito Comercial, Direito da Informática, Responsabilidade civil

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

99. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Ésio José Manfrim. **Falência com continuação do negócio falido**, 2002

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito Comercial, Direito Falimentar, Direito de Empresa

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

100. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Walter Ribeiro de Oliveira Júnior. **Soluções de conflitos de nomes de domínio da Internet**, 2002

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito Comercial, Direito da Informática, Direito Internacional Privado, Arbitragem Mercantil
Áreas do conhecimento: Direito
Referências adicionais: Brasil/Português.

101. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Michelle Di Pino Alice. **A publicidade do tabaco e sua repercussão nos termos da responsabilidade civil do CDC, 2001**

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito Comercial, Direito Econômico, Direito do Consumidor

Áreas do conhecimento: Direito, Ciências Sociais Aplicadas

Referências adicionais: Brasil/Português.

102. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Leonardo Gonçalves Tessler. **Aspectos controversos da relação entre marca e nome de domínio na Internet, 2001**

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito Comercial, Direito da Informática, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

103. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de Mônica Britto de Castro. **Os órgãos de gestão das sociedades anônimas, 2001**

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito Comercial, Direitos Societário, Sociedade Anônima

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

104. WACHOWICZ, M.

Participação em banca de André Gustavo Gonçalves. **Transformação de sociedade por quotas de responsabilidade limitada em sociedade anônima, 2001**

(Curso de Direito) Faculdade de Direito Curitiba

Palavras-chave: Direito Comercial, Direito Societário, Sociedade Limitada, Sociedade Anônima

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

Exame de qualificação de mestrado

1. WACHOWICZ, MARCOS; SPAREMBERGER, R. F. L.; ADOLFO, L. G. S.; XAVIER, J. T. N.

Participação em banca de Vicente Fidelis Faccenda. **Os direitos autorais e as novas tecnologias: a problemática da autoria na criação artística produzida com o recurso de técnicas de inteligência artificial, 2020**

(Pós Graduação Stricto Sensu – Mestrado Acadêmico em Direito FMP) Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público

Palavras-chave: Direito Autoral, Propriedade Intelectual, Inteligência Artificial

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

o Prof. Dr. Marcos Wachowicz - PPGD/UFPR participou como avaliador na Banca de qualificação de Projeto da Dissertação de Vicente Fidelis Faccenda mestrando do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado Acadêmico em Direito, da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, intitulada “Os direitos autorais e as novas tecnologias: a problemática da autoria na criação artística produzida com o recurso de técnicas de inteligência artificial”, juntamente com a avaliadora, Profa. Dra. Raquel Fabiana Lopes Sparemberger - PPGD/FMP e o coorientador, Prof. Dr. Luiz Gonzaga Silva Adolfo – PPGD/UNISC, presidida pelo Prof. Dr. José Tadeu Neves Xavier- PPGD/FMP, realizada no dia 09 de dezembro de 2020, por vídeo conferência – canvas.

2. WACHOWICZ, MARCOS; CUNHA FILHO, F. H.; FREIRAS, A. C. P.

Participação em banca de Cecília Nenes Rabelo. **A proteção do Patrimônio Cultural no Direito Internacional e brasileiro, 2017**

(Direito Constitucional) Universidade de Fortaleza

Palavras-chave: bens culturais, Direito da Propriedade Intelectual, direitos culturais

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Internacional, Direitos culturais

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Participação em banca de comissões julgadoras

Professor titular

1. Banca examinadora, 2006

Faculdade Internacional de Curitiba

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

2. Banca examinadora, 2006

Faculdade Internacional de Curitiba

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

Banca Examinadora relativa a disciplina de Teoria Geral do Estado, em 31 de janeiro de 2006, avaliando a candidata Sra. Kathellen Scholze.

Concurso público

1. Membro de Comissão de Homologação de Inscrições e Comissão Julgadora do Teste Selevo para contratação de professor substituto,, 2018

Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: *direito*

Áreas do conhecimento: *Direito*

Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

DECLARAÇÃO Processo no 23075.023176/2018-07 Declaramos para os devidos fins que a Comissão de Homologação de Inscrições e Comissão Julgadora do Teste Selevo para contratação de professor substituto, área de Direito Empresarial e Direito Internacional Privado, de que trata o Edital no 087/2018-PROGEPE, foi composta pelos seguintes membros designados pela Portaria 12/18 do Setor de Ciências Jurídicas: Comissão para análise das inscrições: Tatyana Scheila Friedrich Marcos Wachowicz Paulo Ricardo Opuzka Comissão Julgadora: Tatyana Scheila Friedrich Marcos Wachowicz Sérgio Said Staut Júnior Larissa Liz Odreski Ramina

2. Banca de Concurso Público para Professor de Direito/Legislação em Cultura e Turismo, 2014

Universidade do Estado do Amazonas

Palavras-chave: *direito, direitos culturais, Direito Autoral*

Áreas do conhecimento: *Direito*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

Participação na condição de Presidente, da Comissão Examinadora da Área de Conhecimento Direito/Legislação em Cultura e Turismo do Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de cargos de Professor da Carreira do Magistério Público Superior da Universidade do Estado do Amazonas, no período de 27 de janeiro e 01 de fevereiro de 2014 - Conforme PORTARIA n. 25/2014 - GR/UEA.

3. Banca de Concurso para professor assistente em Direito Empresarial, 2011

Universidade Federal do Ceará

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

Membro de Comissão examinadora do Concurso para seleção de professor assistente de direito comercial, edital 355/2010, da Reitoria da UFC.

4. Banca de seleção de doutorado - UFC, 2011

Universidade Federal do Ceará

Palavras-chave: *direito*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

5. Comissão para realização de Processo Seletivo Simplificado para Professor Substituto, 2008

Palavras-chave: *Direito Comercial, Propriedade Intelectual, Direito Societário, Direito Marcário, Direito Industrial, Direito de Empresa*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

Comissão para realização de processo seletivo simplificado, para contratação de professor substituto na área de direito empresarial.

6. Banca do Processo Seletivo para ingresso no Curso de Mestrado em Direito, 2007

Universidade Federal de Santa Catarina

Áreas do conhecimento: *Direito*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

7. Processo Seletivo para professor substituto, 2007

Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: *Direito Comercial, Propriedade Intelectual*

Áreas do conhecimento: *Direito*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

Participação em Banca de processo Seletivo Simplificado, para contratação de professor substituto na área de Legislação Comercial e Societária na Universidade Federal de Santa Catarina - UFCS.

8. Banca Examinadora, 2005

Faculdade Dom Bosco

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

9. Banca Examinadora, 2005

Faculdade Dom Bosco

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

10. Banca Examinadora, 2005

Faculdade Internacional de Curitiba

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

11. Banca Examinadora, 2005

Faculdade Internacional de Curitiba

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

12. Banca Examinadora, 2005

Faculdade Internacional de Curitiba

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

13. Banca Examinadora, 2005

Faculdade Dom Bosco

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

14. Banca Examinadora, 2005

Faculdade Dom Bosco

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

15. Banca Examinadora, 2005

Faculdade Internacional de Curitiba

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

Avaliação de cursos

1. Comissão de Análise de Pedidos de Convenios Internacionais/CPGD-UFSC, 2010

Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: *direito*

Referências adicionais: *Brasil/Português. . Home page: <http://www.cpgd.ufsc.br/>*

Presidente da Comissão de Análise de Pedidos de Convênios Internacionais do CPGD-UFSC

2. Comissão de Reforma do Currículo 2004 do Curso de Direito da UFSC-CCJ, 2009

Universidade Federal de Santa Catarina

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

Portaria n. 06-CCGD-2009 do Curso de Graduação em Direito da UFSC, designando como presidente da comissão de reforma do currículo 2004, acompanhamento e adaptação.

3. Comissão para reforma do Programa de Doutorado CPGD-UFSC, 2007

Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: *Direito Educacional*

Áreas do conhecimento: *Direito*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

Comissão de reforma do Programa de Doutorado

4. Autorização para funcionamento de Curso de Direito, bacharelado, a ser implantado na Faculdade Regional de Alagoinhas - UNIRB, 2006

Faculdade Regional de Alagoinhas - UNIRB

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

5. Avaliação para funcionamento de Curso de Direito, bacharelado, a ser implantado no Instituto Superior de Educação Uirapuru, 2006

Instituto Superior de Educação Uirapuru

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

6. Autorização para o funcionamento do Curso de Direito, bacharelado, a ser ministrado na Faculdade Paulista de Pesquisa e Ensino Superior - FAPPES, 2005

Faculdade Paulista de Pesquisa e Ensino Superior

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

7. Autorização para funcionamento do Curso de Direito, bacharelado, a ser ministrado na Faculdade de Minas BH - FAMINAS-BH, 2004

Faculdade de Minas Bh

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

8. Autorização para funcionamento do Curso de Direito, bacharelado, a ser ministrado nas Faculdades Integradas de Rondonópolis - FAIR, 2004

Faculdades Integradas de Rondonopolis

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

9. Autorização para funcionamento do Curso de Direito, bacharelado, a ser ministrado no Instituto Metropolitano de Ensino Superior - IMES., 2004

União Educacional do Vale do Aço

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

10. Autorização para funcionamento dos Cursos de Engenharia Textil, de Direito, e de Engenharia Ambiental das Faculdades de Americana - FAM, 2004

Faculdade de Americana Sp

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

11. Credenciamento da Faculdade INEDI e autorização para funcionamento na mesma de cursos de Direito, Administração e Ciências Contábeis, 2004

Faculdade Inedi Cesuca

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

12. Credenciamento da Faculdade Santo Antonio e a autorização para o funcionamento na mesma instituição dos cursos de Administração, bacharelado em Administração Financeira, em Gestão de Negócios, em Marketing, em Sistemas de Informação, Normal Superior, licenciatura, com habilitações para Educação Infantil, para os atos iniciais do ensino fundamental, de Direito, bacharelado, de Enfermagem, bachare, 2004

Sociedade de Estudos Empresariais de Alagoinhas S C

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

13. Credenciamento da Faculdade da Paraíba para funcionamento dos Cursos de Direito e de Administração, 2004

Associação Paraibana de Educação e Cultura

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

14. Autorização para funcionamento do Curso de Direito, a ser ministrado pelas Faculdades Integradas Machado de Assis - FIMA, 2003

Fundação Educacional Machado de Assis

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

15. Autorização para funcionamento do Curso de Direito, bacharelado, a ser ministrado na Faculdade Atlântico Sul do Rio Grande, 2003

Faculdade Atlântico Sul do Rio Grande

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

16. Autorização para o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, a ser ministrado na Faculdade Atlântico Sul de Pelotas - FASpel., 2003

Faculdade Atlantico Sul de Pelotas

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

17. Autorização pra funcionamento do Curso de Direito, bacharelado, a ser ministrado na Faculdade Capivari., 2003

Sociedade Educacional de Capivari de Baixo Ltda

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

18. Autorização para funcionamento do Curso de Direito, bacharelado, na Faculdade de Administração de Alta Floresta, 2002

União das Faculdades de Alta Floresta

Áreas do conhecimento: *Direito, Ciências Sociais Aplicadas*

19. Avaliação para reconhecimento do Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RJ, bacharelado., 2002

Outra

1. Comissão de Seleção do Processo Seletivo para o Pós-Doutorado 2020, 2020

Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

PORTARIA N.º 018/2020-PPGD/UFPR - A Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, Resolve: Designar o Prof. Dr. Marcos Wachowicz, o Prof. Dr. Luis Fernando Lopes Pereira e o Prof. Dr. César Antonio Serbena, para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão de Seleção do Processo Seletivo para o Pós-Doutorado 2020 – Candidata Ângela Kretschmann, conforme normativas Resolução 01/2020 – PPGD/UFPR e Resolução 16/2018-CEPE.

2. Membro da Comissão de Análise de pedido de Validação de Diploma de Mestrado, 2018

Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Portaria 003/2018-PPGD/UFPR, que os convoca para Integrar a Comissão de Análise de Pedido de Validação de Diploma de Mestrado em Direito para o Protocolo nº 75255.M.06122017 (interessado: Adriano Camargo Gomes); Prof.ª Dr.ª Márcia Carla Pereira Ribeiro (Presidente), Prof. Dr. Marcos Wachowicz (membro) e Prof.ª Dr.ª Marília Pedroso Xavier (membro).

3. Membro de banca de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório, 2018

Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

PORTARIA No 02, DE 24 DE JANEIRO DE 2018A Vice-Diretora do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e estatutárias e ainda ocondo no processo no 217714/2017-33RESOLVE: Designar a Professora ENEIDA DESIREE SALGADO, matrícula 20122, lotada no Departamento de Direito Público, Professora LARISSA LIZ ODRESKI RAMINA matrícula 203900, lotado no Departamento de Direito Público e o Professor MARCOS WACHOWICZ, matrícula 203599, lotado no Departamento de Direito Privado, para sob a presidência da primeira compor Comissão da 2ª etapa de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório do Professor Paulo Ricardo Opuszka.

4. Membro de Comissão de Análise de pedido de Validação de Diploma de de Mestrado, 2018

Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Comissão de Análise de pedido de Validação de Diploma de de Mestrado. Portaria 007/2018-PPGD/UFPR, que os convoca para Integrar a Comissão de Análise de Pedido de Validação de Diploma de Diploma de Mestrado em Direito para o Protocolo nº 74505.M.28092017 (interessada: Viviane Weingärtner): Prof.ª Dr.ª Tatyana Scheila Friedrich (Presidente), Prof.ª Dr.ª Larissa Liz Odreski Ramina (membro) e Prof. Dr. Marcos Wachowicz (membro).

5. Membro do Colegiado do Profnit/UFPR, 2018

Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito, Direito Autoral, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Membro do Colegiado do Profnit/UFPR. Programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (Profnit), no ponto focal da UFPR.

6. Banca de análise de Pós-Doutorado no PPGD/UFPR, 2017

Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Comercial, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Comercial, Direito Industrial

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

CERTIDÃO N. 0202/2017-PPGD. Certifica que o prof. Marcos Wachowicz, integrou na qualidade de membro da Comissão de Análise do resultado da pesquisa de Pós-doutorado desenvolvida por Sandro Mansur Gibran, intitulada "Negócios Empresariais, interpretação e as relações entre o Direito e a realidade", em audiência pública que se realizou no dia 21 de junho de 2017 no PPGD/UFPR.

7. Membro Comitê Assessor de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEC, 2017

Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

O Reitor da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo nº 23075.164060/2017-38, RESOLVE: Designar os servidores RICARDO PRESTES PAZELLO - 1795536, Professor e MARCOS WACHOWICZ - 2333998, Professor, para exercerem as funções de Representante Titular e Suplente, respectivamente, do Setor de Ciências Jurídicas, junto ao Comitê Assessor de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEC, por 02 (dois) anos, a partir de 24 de março de 2017.

8. Membro de Comitê Assessor de Inovação, 2017

Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Portaria Nº 359/REITOR, DE 24 DE maio DE 2017 O Reitor da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo nº 23075.173777/2017-71, RESOLVE: Designar para compor o Comitê Assessor de Inovação, os seguintes integrantes: SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN Titular: VIVIANE GASPAS RIBAS EL MARGHANI - 1356828 Suplente: AGUINALDO DOS SANTOS - 1351421 SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS Titular: MARCELO BELTRÃO MOLENTO - 1377876 Suplente: RICARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA - 2423857 SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS Titular: CHIRLEI GLIENKE - 1256894 Suplente: SILVIO MARQUES ZANATA - 1351589 SETOR DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Titular: MARCIA REGINA FERREIRA - 1523446 Suplente: NELSON LUIZ BERNO - 2895965 SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS Titular: CYRO KETZER SAUL - 1279461 Suplente: CARLOS ALBERTO MAZIERO - 1198617 SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS Titular: RONALD BARRY MARTINEZ - 2186405 SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS Titular: MARCOS WACHOWICZ - 2333998 Suplente: MARCELO MIGUEL CONRADO - 2742442 SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS Titular: VICTOR MANOEL PELAEZ ALVAREZ - 1200329 Suplente: WALTER TADAHIRO SHIMA - 1199884 SETOR DE TECNOLOGIA Titular: IZABEL CRISTINA ZATTAR - 1557501 Suplente: REGINA MARIA HARTOG POMBO RODRIGUEZ - 342717 SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA Titular: CAMILA DE VASCONCELOS MULLER ATHAYDE - 2267399 Suplentes: FABIANO ANTONIO DE OLIVEIRA - 1764245 e TIAGO LIMA RODRIGUES - 1934161 SETOR PALOTINA Titular: MARIA CRISTINA MILINSK - 2714344 Suplente: ALFREDO JUNIOR PAIOLA ALBRECHT - 2121491 CAMPUS JANDAIA DO SUL Titular: ANDRE LUIZ GAZOLI DE OLIVEIRA - 1762931 Suplente: MARCO AURELIO REIS DOS SANTOS - 2189447 CAMPUS TOLEDO Titular: JULIANA BERNARDI WENZEL - 1306832 Suplente: ANA CARLA ZARPELON - 2336128

9. Banca examinadora da etapa final (exame oral e entrevista) do teste de seleção para ingresso no Doutorado, 2016

Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

PORTARIA n. 022/2016-PPGD/UFPR Nomeia o professor Marcos Wachowicz para integrar a banca examinadora da etapa final (exame oral e entrevista) do teste de seleção para ingresso no Doutorado - ano acadêmico de 2016.

10. bancas do processo de seleção para o Programa de Iniciação à Docência Direito Empresarial, 2016

Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Comercial, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Industrial

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

11. bancas do processo de seleção para o Programa de Iniciação à Docência Direito Internacional Privado, 2016

Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Internacional, Direito Internacional Privado

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

12. bancas do processo de seleção para o Programa de Iniciação à Docência Propriedade Intelectual E Internet, 2016

Palavras-chave: Direito Autoral, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteção), Direito da Informática, Direito da Propriedade Intelectual, Direito e Tecnologia, Internet

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, DIREITO DA INFORMÁTICA

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

13. Membro do Comitê Assessor de Inovação junto à Agência de Inovação da UPFR,, 2016

Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

PORTARIA No 2488 , DE 29 DE ABRIL DE 2016. O Reitor da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo no 130160/2016-80, RESOLVE: I. Designar os professores MARCOS WACHOWICZ – 203599, e MARCELO MIGUEL CONRADO – 202086, como membros Titular e Suplente, respectivamente, do Setor de Ciências Jurídicas, no Comitê Assessor de Inovação junto à Agência de Inovação da UPFR, instituído pela Portaria no 2366/REITOR, de 08 de março de 2016.

14. Banca de Processo de Seleção de Iniciação à Docência - Disciplina Direito Internacional Privado, 2015

Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Internacional, Direito Internacional Privado

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

15. Comissão Julgadora do Projeto de Pesquisa em nível de pós-doutorado, 2015

Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Direito Comercial, Direito da Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Comercial, Direito Internacional

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Comissão Julgadora do Projeto de Pesquisa em nível de Pós-Doutorado apresentado por Sandro Mansur Gibran.

16. Membro da Comissão de Julgadora da Bolsa de Estudos CAPES/PROEX, 2015

Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <http://www.ppgd.ufpr.br/>

Membro da Comissão Julgadora da Bolsa de Estudos CAPES/PROEX, em sessão pública realizada no dia 07 de maio de 2015, nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná - PPGD/UFPR.

17. Membro de banca examinadora de doutorado, 2015

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Membro de banca examinadora de doutorado no exercício 2015 a 2016 no Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná - UFPR. CERTIDÃO n. 492/2016-PPGD

18. Banca examinadora da etapa final da seleção do Mestrado em Direito, 2014

Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

PORTARIA N. 020/2014-PPGD/UFPR - nomeou como membro da banca examinadora para a etapa final da seleção dos candidatos no mestrado, ano acadêmico de 2015, designado pela Portaria n. 019/2014-PPGD/UFPR. Datado de 05 de dezembro de 2014

19. Representante do Setor de Ciências Jurídicas junto ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - CEPE, 2014

Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Educação

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Privado, Direito Público

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Portaria 1447 de 15 de dezembro de 2014 do Reitor da Universidade Federal do Paraná, no processo 052673/2014-81, nomeia MARCOS WACHOWICZ como representante do Setor de Ciências Jurídicas, junto ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - CEPE, por 2 anos, a partir de 28 de novembro de 2014.

20. Las servidumbres de lo global: Viento, Créditos de Carbono y Regímenes de Propiedad en La Guajira, Colombia, 2013

Consejo Latino-Americano de Ciencias Sociales - Argentina

Palavras-chave: Propriedade Intelectual

Áreas do conhecimento: Direito, Direito Industrial, Direito Autoral

Referências adicionais: Argentina/Espanhol. . Home page: <http://www.clacso.org.ar/>

Participação como Avaliador dos Trabalhos de Pesquisas da Bolsas concedidas pela CLACSO 2012/2013. Autor: Pablo Jaramillo Título

del informe de final: *Las servidumbres de lo global: Viento, Créditos de Carbono y Regímenes de Propiedad en La Guajira, Colombia*
Concurso: *Bienes comunes: espacio, conocimiento y propiedad intelectual* Año: 2011 Categoría: Nivel Superior – B1 Evaluado por:
Marcos Wachowicz Fecha de entrega del informe: 11-12-12 Enviado a evaluación: 18-12-12 Fecha pautada por el Programa: 29-07-13

21. Membro do Comitê Setorial de Extensão do Setor de Ciências Jurídicas, 2013

Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: *direito*

Áreas do conhecimento: *Direito*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

Portaria n. 19/2013 do Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, designa como membro do Comitê Setorial de Extensão do Setor de Ciências Jurídicas, a partir da data de 06 de junho de 2013.

22. Memoria Colectiva en Tiempos Globales: Bienes comunes - necesidad de protección, 2013

Consejo Latino-Americano de Ciencias Sociales - Argentina

Palavras-chave: *Propriedade Intelectual, Biodiversidade, biotecnologia, Direito Autoral*

Áreas do conhecimento: *Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual*

Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: *Argentina/Espanhol. . Home page: <http://www.clacso.org.ar/>*

Participação como Avaliador dos Trabalhos de Pesquisas da Bolsas concedidas pela CLACSO 2012/2013. Autora: *Kemly Camacho* Título del informe de final: *Memoria Colectiva en Tiempos Globales: Bienes comunes - necesidad de protección.* Concurso: *Bienes comunes: espacio, conocimiento y propiedad intelectual* Año: 2011 Categoría: *Consolidación Académica – B2* Evaluado por: *Marcos Wachowicz* Fecha de entrega del informe: 11-06-13 Enviado a evaluación: 12-06-13

23. Avaliador no Comitê Externo do CNPq - PIBIC/PUCPR, 2011

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Palavras-chave: *direito*

Áreas do conhecimento: *Direito*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

Participação na qualidade de avaliador do Comitê Externo do CNPq dos trabalhos apresentados pelos alunos do PIBIC, durante o XIX Seminário de Iniciação Científica da PUCPR, realizado nos dias 25, 26 e 27 de 2011

24. Banca examinadora de mestrado, 2011

Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: *direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual*

Áreas do conhecimento: *Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual*

Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

Presidente da banca examinadora da dissertação intitulada *O Direito de acesso à educação e à difusão do conhecimento frente ao direito de autor na sociedade informacional*, da autora *Laura Cristina de Quadros do Curso de Mestrado - MINTER UFSC / Unochapecó, defesa realizada em 17 de outubro de 2011*

25. Concursos de Proyectos de Investigación CLACSO Asdi 2011, 2011

Consejo Latino-Americano de Ciencias Sociales - Argentina

Palavras-chave: *Propriedade Intelectual, Direito Autoral e Proteção do conhecimento (proteç*

Áreas do conhecimento: *Direito, Direito Autoral, Propriedade Intelectual*

Setores de atividade: *Educação*

Referências adicionais: *Argentina/Espanhol. . Home page: <http://www.clacso.org.ar/>*

Participação como Jurado dos Concursos de Proyectos de Investigación CLACSO Asdi 2011 EDITAL DE CONCURSO DE BOLSAS PARA AMÉRICA LATINA DA CLACSO: *Concurso sobre Bienes comunes: espacio, conocimiento y propiedad intelectual.* MEMBROS DA COMISSÃO DE JURADOS: *Germán Sánchez Daza (México), Marcos Wachowicz (Brasil) y Valentina Delich (Argentina)* CONCURSO REALIZADO EM BUENOS AIRES/ARGENTINA entre os dias 23 a 25 de novembro de 2011.

26. Avaliação do GT sobre Propriedade Intelectual – XIX Encontro Nacional do CONPEDI Florianópolis, 2010

Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Palavras-chave: *Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Sociedade da informação, direito*

Áreas do conhecimento: *Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

Avallador do grupo de trabalho sobre *Propriedade Intelectual, Políticas de Inovação e Desenvolvimento*, do XIX Encontro Nacional do CONPEDI, realizado em Florianópolis nos dias 03, 14, 15 e 16 de outubro de 2010.

27. Avaliação do GT sobre Propriedade Intelectual - XIX Encontro Nacional do CONPEDI Fortaleza, 2010

Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Palavras-chave: *Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática*

Áreas do conhecimento: *Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito*

Referências adicionais: *Brasil/Português. . Home page: <http://www.conpedi.org/>*

Avallador do grupo de trabalho sobre *Propriedade Intelectual, Políticas de Inovação e Desenvolvimento*, do XIX Encontro Nacional do CONPEDI, realizado em Fortaleza-CE nos dias 09, 10 e 11 de junho de 2010.

28. Banca de Defesa de Projeto de Dissertação, 2010

Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português.

PORTARIA n. 27/CPGD/2010 - do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, constituindo a Banca de Defesa de Projeto de Dissertação intitulada As Bibliotecas Digitais na Sociedade da Informação do aluno Alexandre Ricardo Pessler

29. Banca de Defesa de Projeto de Dissertação, 2010

Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português.

PORTARIA n. 28/CPGD/2010 - do Curso de Pós-Graduação em direito constituindo os membros da Banca de Defesa de Projeto de Dissertação Intitulada Os Direitos Intelectuais sobre fonogramas na Sociedade da Informação, do aluno Guilherme Coutinho.

30. Banca de Defesa de Projeto de Dissertação, 2010

Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português.

PORTARIA n. 31/CPGD/2010 - do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina constituindo a Banca de Defesa do Projeto de Dissertação intitulada As medidas de fronteira e a observância dos Direitos de Propriedade Intelectual da aluna Heloisa Medeiros.

31. Banca de Defesa de Projeto de Dissertação, 2010

Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Direito da Propriedade Intelectual, Direito Concorrencial

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Presidente da banca de defesa de projeto de dissertação intitulada Tensões entre o Sistema Internacional de patentes e Direito Concorrencial, de autoria de Amanda Madureira no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, no dia 22 de setembro de 2010

32. Banca de Defesa de Projeto de Dissertação intitulada Os Direitos Intelectuais sobre fonogramas na Sociedade da Informação, 2010

Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: Sociedade da informação, Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Programa de Computador, Direito Comercial

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <http://www.cpgd.ufsc.br/>

Presidente da Banca de Defesa de Projeto de Dissertação intitulada Os Direitos Intelectuais sobre fonogramas na Sociedade da Informação no CPGD/UFSC em 2010 - Portaria 28/CPGD/2010

33. Banca de seleção dos trabalhos sobre Sociedade da Informação e Direito, 2010

Conferência Iberoamericana en Sistemas, Cibernética e Informática

Palavras-chave: Sociedade da informação, Direito Autoral, Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Internacional, Software

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <http://www.iiis2010.org/cisci/reviewers.asp>

Participação na banca de seleção dos trabalhos para apresentação na CISCi 2009 na qualidade de revisor das temáticas relacionadas a Sistemas, Cibernética, Informática e Propriedade Intelectual da VIII Conferencia Iberoamericana en sistemas, Cibernética e Informática: CISCi 2010 - 09 al 12 de Julio de 2010, Orlando, Florida - EE.UU.

34. Banca examinadora de tese de doutorado, 2010

Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Membro da banca examinadora da tese de doutorado intitulada Direito e Barbárie: a alteridade como juízo de valor jurídico e reconhecimento do Outro a partir do discurso (des) colonialista latino-americano, de autoria de Antonio José Guimarães Brito do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, realizada no dia 25 de junho de 2010, em Florianópolis.

35. Comissão de Análise de Pedidos de Convênios Internacionais, 2010

Universidade Federal de Santa Catarina

Referências adicionais: Brasil/Português.

PORTARIA N. 36/CPGD/2010 de 18 de maio de 2010, constituindo a Comissão de Análise de Pedidos de Convênios Internacionais, sob a presidência do professor Dr. Marcos Wachowicz

36. Comissão de Avaliação de Ciclo de Atividades, 2010

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Educação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Membro da comissão de avaliação do ciclo de atividades dirigidas de Carlos Luis Strapazzon, realizada em 17 de setembro de 2010.

37. Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, 2010

Universidade Federal de Santa Catarina

Referências adicionais: Brasil/Português.

PORTARIA n.024/DIR/2010 designando como membro da comissão de avaliação do estágio probatório nos termos da Resolução n. 09/CUn/2000, da Professora Dra. Letícia Albuquerque, empossada no cargo de professor, do Grupo Magistério Superior, Classe Adjunto, Nível 1 em regime de dedicação exclusiva.

38. Comissão de avaliação de Estágio Probatório, 2010

Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

PORTARIA n.017/DIR/2010 designando como membro da comissão de avaliação do estágio probatório nos termos da Resolução n. 09/CUn/2000, da Professora Dra. Cristiane Derani, empossada no cargo de professor, do Grupo Magistério Superior, Classe Adjunto, Nível 1 em regime de dedicação exclusiva.

39. Comissão de Avaliação de Revalidação de Diploma, 2010

Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

PORTARIA n. 77/CPGD/2010 - do Curso de Pós-Graduação em direito designando os membros da Comissão de Avaliação para analisar a solicitação de Revalidação do diploma de Mestre na área jurídica de Cecília Luci Rodrigues

40. Comissão de Bolsas do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC, 2010

Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

PORTARIA n. 04/CPGD/2010 - do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina designando os membros da Comissão de Bolsas do CPGD/UFSC.

41. Comissão para o Processo Seletivo de Mestrado, 2010

Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

PORTARIA n. 024/CPGD/2010 - do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, constituiu a comissão do processo seletivo de Mestrado.

42. Comissão para o processo seletivo do Mestrado com ingresso em 2011/CPGD-UFSC, 2010

Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Direito, Propriedade Intelectual

Referências adicionais: Brasil/Português.

Membro de Comissão para o processo seletivo do Mestrado com ingresso em 2011/CPGD-UFSC - Designado pela Portaria 024/CPGD/2010

43. Avaliação do GT sobre Propriedade Intelectual - XVIII Encontro Nacional do CONPEDI Maringá, 2009

Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática, Programa de Computador, Direito Internacional Privado, Sociedade da informação, Direito Internacional

Áreas do conhecimento: Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Direito da Informática

Referências adicionais: Brasil/Português. . Home page: <http://www.conpedi.org/>

Avallador do grupo de trabalho sobre Propriedade Intelectual, Políticas de Inovação e Desenvolvimento, do XVIII Encontro Nacional do CONPEDI, realizado em Maringá-PR nos dias 02,03 e 04 de julho de 2009.

44. Comissão de Avaliação para revalidação do título de doutor, 2009

Universidade Federal de Santa Catarina

Referências adicionais: Brasil/Português.

Portaria n. 51-CPGD-2009 nomeando comissão para avaliação e análise da solicitação de revalidação do título de Doutora em Direito de Angelita Maria Maders.

45. Comissão de revalidação de diploma de graduação em direito, 2009

Universidade Federal de Santa Catarina

Referências adicionais: Brasil/Português.

Portaria n. 04-CCGD-2009 nomeando como membro de comissão para promover a avaliação quanto possibilidade de revalidação do diploma de graduação em direito de Maurício madalena, emitido pela Universidade Privada Franz Tamayo - Bolívia.

46. Comissão para revalidação de diploma de graduação em direito, 2009

Universidade Federal de Santa Catarina

Referências adicionais: Brasil/Português.

Portaria n. 01-CCGD-2009 nomeando como membro de comissão de revalidação de diploma de graduação em direito de Carolina Carneiro Sant'ana, emitido pela University of the West of England, de Bristol, Inglaterra.

47. Grupo de Trabalho para estabelecer as políticas de informação da UFSC, 2009

Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: direito, Direito Educacional, Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Programa de Computador, Direito da Informática, Sociedade da informação

Áreas do conhecimento: Direito, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Brasil/Português.

Comissão com a finalidade de estabelecer as políticas de informação para a construção e implantação do Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina, designado através da Portaria n. 489-GR-2009, de 13-04-2009.

48. VIII Conferência Iberoamericana en Sistemas, Cibernética e Informática: CISCi 2009 EEUU., 2009

Conferência Iberoamericana en Sistemas, Cibernética e Informática

Palavras-chave: Sociedade da informação, Programa de Computador, Propriedade Intelectual, Direito da Informática, Direito Autoral, Software

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Estados Unidos/Inglês. . Home page: <http://www.iiis2009.org/cisci/website/default.asp?vc=2>

Participação na banca de seleção dos trabalhos para apresentação na CISCi 2009 na qualidade de revisor das temáticas relacionadas a Sistemas, Cibernética, Informática e Propriedade Intelectual da VIII Conferência Iberoamericana en sistemas, Cibernética e Informática: CISCi 2009 - 10 al 13 de Julio de 2009, Orlando, Florida ~ EE.UU.

49. Comissão de estágio probatório, 2008

Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: direito

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

50. Comissão de Gestão Financeira - CPGD-UFSC, 2008

Universidade Federal de Santa Catarina

Referências adicionais: Brasil/Português.

51. VII Conferência Iberoamericana en Sistemas, Cibernética e Informática - CISCi 2008 EEUU., 2008

Conferência Iberoamericana en Sistemas, Cibernética e Informática

Palavras-chave: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral, Programa de Computador, Sociedade da informação, Direito Internacional, Software, Direito Internacional Privado

Áreas do conhecimento: Direito da Informática, Propriedade Intelectual, Direito Autoral

Referências adicionais: Estados Unidos/Inglês. Home page: <http://www.infocibernetica.org/cisci2008/Website/AdditionalReviewers.asp?vc=2>

Participação na banca de seleção dos trabalhos para apresentação na CISCi 2008 na qualidade de revisor das temáticas relacionadas a Sistemas, Cibernética, Informática e Propriedade Intelectual, na VII Conferência Iberoamericana en Sistemas, Cibernética e Informática: CISCi 2008, realizada em 11 al 14 de Julio de 2008, Orlando, Florida ~ EE.UU.

52. Banca da Comissão de Avaliação de Revalidação de Título de Doutor em Direito de Carlos Alberto Molinaro, 2007

Universidade Federal de Santa Catarina

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

53. Banca da Comissão de Avaliação de Revalidação de Título de Mestre em Direito de Franciane de Melo Castro, 2007

Universidade Federal de Santa Catarina

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

54. Banca examinadora do Projeto de Dissertação de Mestrado de Nilzo Felisberto, 2007

Universidade Federal de Santa Catarina

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português.

55. Comissão de Gestão Financeira dos Recursos CAPES - Programa PROEX, 2007

Universidade Federal de Santa Catarina

Áreas do conhecimento: *Direito*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

56. Comissão de Avaliação do Programa CPGD-UFSC, 2007

Universidade Federal de Santa Catarina

Áreas do conhecimento: *Direito*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

57. Comissão de avaliação e convalidação de créditos de atividades de atividades do programa de doutorado, 2007

Universidade Federal de Santa Catarina

Áreas do conhecimento: *Direito*

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

58. XVII Seminário de Iniciação Científica da UFSC, 2007

Universidade Federal de Santa Catarina

Palavras-chave: *Direito Internacional Privado, Propriedade Intelectual, Direito Autoral*

Áreas do conhecimento: *Ciências Sociais Aplicadas, Direito*

Referências adicionais: *Brasil/Português. . Home page: http://www.dep.ufsc.br/sic07/Avaliadores_paineis.htm*

Avaliador das apresentações do XVIII Seminário de Iniciação Científica - SIC - UFSC, da área de ciências humanas e sociais, realizadas na UFSC nos dias 3 e 4 de outubro de 2007.

59. Banca de correção das provas escritas da seleção de Mestrado 2006 - CPGD/UFSC, 2006

Universidade Federal de Santa Catarina

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

60. Banca Examinadora da prova oral de Seleção de Doutorado 2006 CPGD/UFSC, 2006

Universidade Federal de Santa Catarina

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

61. Comissão de Gestão de Recursos Financeiros PROEX/CAPES, 2006

Universidade Federal de Santa Catarina

Referências adicionais: *Brasil/Português.*

Totais de produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódico.....	39
Livros publicados.....	1
Livros publicados.....	9
Capítulos de livros publicados.....	75
Livros organizados ou edições.....	1
Livros organizados ou edições.....	5
Livros organizados ou edições.....	1
Livros organizados ou edições.....	1
Livros organizados ou edições.....	9
Livros organizados ou edições.....	16
Jornais de Notícias.....	88
Revistas (Magazines).....	14
Trabalhos publicados em anais de eventos.....	60
Apresentações de trabalhos (Conferência ou palestra).....	32
Apresentações de trabalhos (Congresso).....	3
Apresentações de trabalhos (Seminário).....	22
Traduções (Artigo).....	1
Prefácios (Livro).....	16
Apresentações (Revistas ou periódicos).....	4
Apresentações (Livro).....	21
Apresentações (Outra).....	1
Demais produções bibliográficas.....	2

Produção técnica

Programa de computador sem registro.....	1
Trabalhos técnicos (consultoria).....	3

Trabalhos técnicos (parecer).....	5
Trabalhos técnicos (elaboração de projeto).....	3
Curso de curta duração ministrado (extensão).....	4
Curso de curta duração ministrado (aperfeiçoamento).....	17
Curso de curta duração ministrado (especialização).....	1
Site.....	2

Orientações

Orientação concluída (dissertação de mestrado - co-orientador).....	2
Orientação concluída (dissertação de mestrado - orientador principal).....	17
Orientação concluída (tese de doutorado - orientador principal).....	5
Orientação concluída (monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização).....	22
Orientação concluída (trabalho de conclusão de curso de graduação).....	26
Orientação concluída (trabalho de conclusão de curso de graduação - orientador principal).....	15
Orientação concluída (iniciação científica).....	4
Orientação concluída (supervisão de pós-doutorado).....	1
Orientação em andamento (dissertação de mestrado - orientador principal).....	3
Orientação em andamento (tese de doutorado - orientador principal).....	3
Orientação em andamento (supervisão de pós-doutorado).....	2

Eventos

Participações em eventos (congresso).....	69
Participações em eventos (seminário).....	58
Participações em eventos (simpósio).....	12
Participações em eventos (oficina).....	11
Participações em eventos (encontro).....	42
Participações em eventos (outra).....	28
Organização de evento (congresso).....	35
Organização de evento (outro).....	64
Participação em banca de trabalhos de conclusão (mestrado).....	37
Participação em banca de trabalhos de conclusão (doutorado).....	20
Participação em banca de trabalhos de conclusão (exame de qualificação de doutorado).....	11
Participação em banca de trabalhos de conclusão (graduação).....	104
Participação em banca de comissões julgadoras (professor titular).....	2
Participação em banca de comissões julgadoras (concurso público).....	15
Participação em banca de comissões julgadoras (avaliação de cursos).....	19
Participação em banca de comissões julgadoras (outra).....	61

Outras informações relevantes

1 Aprovação em Processo Seletivo, conforme Portaria n. 189/DDPP/2006, publicado no Diário Oficial de 07/04/06, em caráter efetivo, no Cargo de Professor da Carreira do Magistério Superior, Classe Adjunto, nível 1, em regime de trabalho de Dedicção Exclusiva, com exercício no Departamento de Direito, do Centro de Ciências Jurídica da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Das Progressões: PORTARIA 12.803 / PROGEPE, de 26/06/2015 para o nível 701 da classe D - Associado, a partir de 18/03/2015.

PORTARIA 391/DDPP/2008, de 29 de julho de 2008, progressão funcional vertical.

PORTARIA 1073/DDPP/2010, de 14/09/2010, progressão funcional horizontal, havendo nova progressão horizontal, nos termos da Portaria 46/2013/DDP, de 10/01/2013.

Portaria n. 209/2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de março de 2013, às fls. 12 - seção 2 - Processo: 23080.056197/2012-36, de redistribuição como professor com Dedicção Exclusiva para a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná - UFPR.

Aprovação em Processo Seletivo, realizado em 13 e 14 de março de 2001, para Professor Substituto da disciplina de Legislação Comercial, Legislação Aduaneira e Direito de Navegação. Promovido pela Universidade Federal do Paraná - UFPR., tendo obtido o primeiro lugar da classificação geral.

Avaliador e revisor dos painéis da Conferencia Iberoamericana em Sistemas, Cibernética e Informática: CISCi nos anos de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 Orlando, Florida - EE.UU.